



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2026
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME I

Anexos do Projeto de Lei
Quadros Orçamentários Consolidados
Detalhamento da Receita
Legislação da Receita e da Despesa

Brasília, DF
2025

Ministério do Planejamento e Orçamento
Secretaria de Orçamento Federal (SOF)
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-724 - Brasília, DF
Telefone: + 55 61 2020 2000

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2026: projeto de lei
orçamentária. - Brasília, 2025.

6v. em 7.

Conteúdo: v.1 Anexos do projeto de lei, quadros consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa - v.2 Consolidação dos programas de governo - v.3 Detalhamento das ações: Órgãos do Poder Legislativo, Órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Defensoria Pública da União, Ministério Público da União - v.4 t.1 e 2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) - v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação - v.6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento de programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2026. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2026"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Brasília - DF

Presidente da República

Vice-Presidente da República

Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República

Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministra de Estado da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Advocacia-Geral da União

Controladoria-Geral da União

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

Ministro de Estado das Cidades

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro de Estado das Comunicações

Ministra de Estado da Cultura

Ministro de Estado da Defesa

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

Ministro de Estado da Educação

Ministro de Estado do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Ministro de Estado do Esporte

Ministro de Estado da Fazenda

Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Ministra de Estado da Igualdade Racial

Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministro de Estado de Minas e Energia

Ministra de Estado das Mulheres

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento

Ministro de Estado de Portos e Aeroportos

Ministra de Estado dos Povos Indígenas

Ministro de Estado da Previdência Social

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Ministro de Estado da Saúde

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Ministro de Estado dos Transportes

Ministro de Estado do Turismo

Presidente do Banco Central do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Rui Costa dos Santos

Márcio Costa Macêdo

Gleisi Helena Hoffmann

Sidônio Palmeira

Marcos Antonio Amaro dos Santos

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Vinícius Marques de Carvalho

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Frederico de Siqueira Filho

Margareth Menezes da Purificação Costa

José Mucio Monteiro Filho

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Macaé Maria Evaristo dos Santos

Camilo Sobreira de Santana

Márcio Luiz França Gomes

André Luiz Carvalho Ribeiro

Fernando Haddad

Esther Dweck

Anielle Francisco da Silva

Antônio Waldez Góes da Silva

Enrique Ricardo Lewandowski

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Alexandre Silveira de Oliveira

Marcia Helena Carvalho Lopes

André Carlos Alves de Paula Filho

Simone Nassar Tebet

Silvio Costa Filho

Sonia Bone de Sousa Silva Santos

Wolney Queiroz Maciel

Mauro Luiz Iecker Vieira

Alexandre Rocha Santos Padilha

Luiz Marinho

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Celso Sabino de Oliveira

Gabriel Muricca Galípolo

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Ministra de Estado

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário-Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Diretor de Programa

Victor Reis de Abreu Cavalcanti

Subsecretário de Gestão Orçamentária

Gláucio Rafael da Rocha Charão

Subsecretário de Assuntos Fiscais

Fábio Pifano Pontes

Subsecretária de Programas Sociais

Augusta Aiko Umeda Kuhn

Subsecretária de Programas das Áreas Econômicas e Especiais

Michelle Feversani Prolo

Subsecretário de Programas de Infraestrutura

Zarak de Oliveira Ferreira

Subsecretária de Temas Transversais

Elaine de Melo Xavier

Subsecretário de Tecnologia e Desenvolvimento Institucional

Felipe Cesar Araujo da Silva

Subsecretária de Pessoal e Sentenças

Mychelle Celeste Rabelo de Sá

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME I

ANEXOS DO PROJETO DE LEI QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

SUMÁRIO GERAL

VOLUME I - ANEXOS DO PROJETO DE LEI, QUADROS ORÇAMENTÁRIOS E LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - ANEXOS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA

2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA

3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA

4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA

8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL

10 - PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO III ART. 167 CONSTITUIÇÃO

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

VOLUME II - CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

VOLUME III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - PODER LEGISLATIVO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO -

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

VOLUME IV - TOMO I - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME IV - TOMO II - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO - (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO (EXCLUSIVE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E MINISTÉRIOS

VOLUME V - DETALHAMENTO DAS AÇÕES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOLUME VI - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

I - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

II - DETALHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

III - DETALHAMENTO DAS AÇÕES

ÍNDICE

VOLUME I

ANEXOS DO PROJETO DE LEI - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

I - ANEXOS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA.....	1
II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS.....	1
1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA.....	2
<i>Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica</i>	4
<i>Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica</i>	5
<i>Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica</i>	6
2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA.....	7
<i>Quadro 2 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</i>	9
<i>Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	11
3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA.....	68
<i>Quadro 4 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa</i>	69
<i>Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa</i>	71
<i>Quadro 6A - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	145
<i>Quadro 6B - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção</i>	147
<i>Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa</i>	152
<i>Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa</i>	155
<i>Quadro 7B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa</i>	157
<i>Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa</i>	158
<i>Legenda de Fontes</i>	161
4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.....	169
<i>Quadro 8A - Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde</i>	171
<i>Quadro 8B - Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	172
5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (CF Art. 212).....	175
<i>Quadro 9A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)</i>	177
<i>Quadro 9B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212) por Programa, Fonte e Órgão</i>	178
<i>Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)</i>	179
6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL.....	209
<i>Quadro 10A - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central</i>	211
<i>Quadro 10-B - Demonstrativo da Compatibilidade das Despesas Primárias Orçamentárias com o art. 3º da LC 200/2023</i>	212
7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA.....	213
<i>Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária</i>	215
8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	217
<i>Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social</i>	219
9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	222
<i>Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário</i>	224
10 - PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA INCISO III ART. 167 CONSTITUIÇÃO....	235
<i>Quadro 14A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND</i>	237
<i>Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO</i>	238
III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	241
<i>Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera.....</i>	242
IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA.....	275
<i>Legislação da Receita e da Despesa.....</i>	276
<i>Legislação da Receita</i>	277
<i>Legislação da Despesa</i>	300

I - ANEXOS DO PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA

ANEXO I

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	3.271.578.256.282
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	1.250.811.839.156
Contribuições (1)	1.672.986.895.427
Receita Patrimonial (1)	221.228.417.168
Receita Agropecuária (1)	24.458.906
Receita Industrial (1)	23.196.646.585
Receita de Serviços (1)	64.744.915.693
Transferências Correntes (1)	138.197.839
Outras Receitas Correntes (1)	38.446.885.508
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.237.605.532.553
Operações de Crédito (2)	994.935.103.674
Alienação de Bens	31.201.537.562
Amortização de Empréstimos	40.962.151.250
Transferências de Capital	128.786.853
Outras Receitas de Capital	170.377.953.214
SUBTOTAL (1+2)	4.509.183.788.835
3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	1.822.972.167.477
TOTAL (1+2+3)	6.332.155.956.312

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Exclui: Fonte de Recursos "1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal"

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

1. Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11" + Códigos iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12" + Códigos iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13" + Códigos iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14" + Códigos iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15" + Códigos iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16" + Códigos iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17" + Códigos iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19" + Códigos iniciados por "79", excluídos os que estejam associados à Fonte de Recursos "1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal".

2. Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21" ou por "81", excluídos os que estejam associados à Fonte de Recursos "1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22" ou por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23" ou por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24" ou por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29" ou por "89".

3. Refinanciamento da Dívida Pública Federal: valor integral da Fonte de Recursos "1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal".

Anexo II -Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário

R\$ 1,00
Valores Correntes

Discriminação	Valor (A)	(%)			
		A / B	A / C	A / D	A / E
CAMARA DOS DEPUTADOS	9.262.147.825	0,34	0,28	0,27	0,15
SENADO FEDERAL	6.816.912.036	0,25	0,21	0,20	0,11
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	3.311.291.493	0,12	0,10	0,10	0,05
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1.098.903.433	0,04	0,03	0,03	0,02
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.488.121.438	0,09	0,07	0,07	0,04
JUSTIÇA FEDERAL	18.813.972.233	0,70	0,57	0,54	0,30
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	935.408.190	0,03	0,03	0,03	0,01
JUSTIÇA ELEITORAL	14.000.529.594	0,52	0,42	0,40	0,22
JUSTIÇA DO TRABALHO	32.341.342.560	1,20	0,97	0,93	0,51
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	4.701.011.871	0,17	0,14	0,14	0,07
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	609.064.589	0,02	0,02	0,02	0,01
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	3.778.000.341	0,14	0,11	0,11	0,06
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	10.970.144.492	0,41	0,33	0,32	0,17
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	15.453.719.480	0,57	0,46	0,45	0,24
MINISTÉRIO DA FAZENDA	22.428.987.689	0,83	0,67	0,65	0,35
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	233.350.704.717	8,68	7,02	6,72	3,69
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.802.823.444	0,14	0,11	0,11	0,06
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	892.363.845	0,03	0,03	0,03	0,01
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	25.192.230.829	0,94	0,76	0,73	0,40
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	8.020.229.234	0,30	0,24	0,23	0,13
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.152.808.953.720	42,88	34,69	33,20	18,21
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	10.624.789.879	0,40	0,32	0,31	0,17
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	5.673.711.441	0,21	0,17	0,16	0,09
MINISTÉRIO DA SAÚDE	261.097.731.347	9,71	7,86	7,52	4,12
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	1.658.786.094	0,06	0,05	0,05	0,03
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	18.426.061.154	0,69	0,55	0,53	0,29
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	123.692.520.224	4,60	3,72	3,56	1,95
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	2.330.798.441	0,09	0,07	0,07	0,04
MINISTÉRIO DA CULTURA	3.257.442.116	0,12	0,10	0,09	0,05
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	4.590.482.613	0,17	0,14	0,13	0,07
MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	4.036.263.919	0,15	0,12	0,12	0,06
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.970.803.234	0,18	0,15	0,14	0,08
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	5.970.625.125	0,22	0,18	0,17	0,09
MINISTÉRIO DO ESPORTE	1.153.834.514	0,04	0,03	0,03	0,02
MINISTÉRIO DA DEFESA	141.917.059.800	5,28	4,27	4,09	2,24
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	6.113.944.049	0,23	0,18	0,18	0,10
MINISTÉRIO DO TURISMO	1.603.573.733	0,06	0,05	0,05	0,03
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME	300.998.493.942	11,20	9,06	8,67	4,75
MINISTÉRIO DAS CIDADES	13.909.830.712	0,52	0,42	0,40	0,22
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	262.338.622	0,01	0,01	0,01	0,00
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	133.216.601	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	14.925.179	0,00	0,00	0,00	0,00
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	5.143.025.799	0,19	0,15	0,15	0,08
MINISTÉRIO DAS MULHERES	255.193.756	0,01	0,01	0,01	0,00
MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL	192.861.955	0,01	0,01	0,01	0,00
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	3.949.233.603	0,15	0,12	0,11	0,06
MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE	213.236.998	0,01	0,01	0,01	0,00
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	132.146.606.079	4,92	3,98	3,81	2,09
ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIÃO	22.621.111.452	0,84	0,68	0,65	0,36
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	401.608.201	0,01	0,01	0,01	0,01
BANCO CENTRAL DO BRASIL	4.962.997.947	0,18	0,15	0,14	0,08
MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS	1.352.535.720	0,05	0,04	0,04	0,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.553.094.498	1,25	1,01	0,97	0,53
SUBTOTAL (B)	2.688.305.601.800	100,00	81,00	77,00	42,00
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	635.236.852.172	0,00	19,11	18,30	10,03
SUBTOTAL (C)	3.323.542.453.972	0,00	100,00	96,00	52,00
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	148.645.349.693	0,00	0,00	4,28	2,35
SUBTOTAL (D)	3.472.187.803.665	0,00	0,00	100,00	55,00
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	2.859.968.152.647	0,00	0,00	0,00	45,17
TOTAL (E)	6.332.155.956.312	0,00	0,00	0,00	100,00

ANEXO III

FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PRÓPRIOS	192.317.903.008
GERAÇÃO PRÓPRIA	192.317.903.008
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.828.537.773
DIRETO	345.017.100
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.482.020.673
CONTROLADORA	1.500.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	760.000.000
EXTERNAS	760.000.000
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	949.381.780
DEBÊNTURES	949.381.780
TOTAL	197.855.822.561

ANEXO IV

DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	10.948.235
25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	11.925.885.583
28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	292.306.016
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	177.379.407.704
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	651.287.201
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	2.010.264.396
46000 - MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	292.478.287
49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	131.664.651
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	2.944.020.180
68000 - MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	2.217.560.308
TOTAL	197.855.822.561

ANEXO V

Quadro 1 - Autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, e o art. 121, inciso IV, do Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 2/2025 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 - PLDO-2026, relativas a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2026

DISCRIMINAÇÃO			CRIAÇÃO		PROVIMENTO					
			QTDE	QTDE	DESPESA			ANUALIZADA		
					NO EXERCÍCIO					
					PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES										
1.	Poder Legislativo	-	296	102.328.015	6.512.661	108.840.676	138.059.637	8.789.122	146.848.759	
1.1.	Câmara dos Deputados	-	56	29.185.377	1.662.807	30.848.184	29.185.377	1.662.807	30.848.184	
1.1.1.	Cargos vagos	-	56	29.185.377	1.662.807	30.848.184	29.185.377	1.662.807	30.848.184	
1.2.	Senado Federal	-	200	64.535.758	3.959.063	68.494.821	96.803.637	5.938.595	102.742.232	
1.2.1.	Cargos vagos	-	200	64.535.758	3.959.063	68.494.821	96.803.637	5.938.595	102.742.232	
1.3.	Tribunal de Contas da União	-	40	8.606.880	890.791	9.497.671	12.070.623	1.187.720	13.258.343	
1.3.1.	Cargos vagos	-	40	8.606.880	890.791	9.497.671	12.070.623	1.187.720	13.258.343	
2.	Poder Judiciário	2.058	4.116	436.879.503	67.546.582	504.426.085	604.594.685	92.612.397	697.207.082	
2.1.	Supremo Tribunal Federal	-	55	4.638.039	1.064.000	5.702.039	7.247.922	1.633.115	8.881.037	
2.1.1.	Cargos vagos	-	55	4.638.039	1.064.000	5.702.039	7.247.922	1.633.115	8.881.037	
2.2.	Superior Tribunal de Justiça	330	454	29.525.201	1.840.965	31.366.166	42.262.092	3.681.929	45.944.021	
2.2.1.	Cargos vagos	-	124	12.736.891	1.840.965	14.577.856	25.473.782	3.681.929	29.155.711	
2.2.1.	PL n. 3.181/2025	330	330	16.788.310	-	16.788.310	16.788.310	-	16.788.310	
2.3.	Justiça Federal	117	617	50.000.497	8.314.037	58.314.534	100.000.983	16.628.069	116.629.052	
2.3.1.	Cargos vagos	-	500	42.275.133	7.423.246	49.698.379	84.550.263	14.846.489	99.396.752	
2.3.2.	Anteprojeto de Lei - Criação de cargos e funções comissionadas no Tribunal Regional Federal da 5ª Região	117	117	7.725.364	890.791	8.616.155	15.450.720	1.781.580	17.232.300	
2.4.	Justiça Militar da União	240	90	15.474.245	2.672.369	18.146.614	15.474.245	2.672.369	18.146.614	
2.4.1.	Cargos vagos	-	10	1.551.873	296.930	1.848.803	1.551.873	296.930	1.848.803	
2.4.2	Lei n. 14.741/2023	240	80	13.922.372	2.375.439	16.297.811	13.922.372	2.375.439	16.297.811	
2.5.	Justiça Eleitoral	804	1.654	234.873.592	39.313.497	274.187.089	234.873.592	39.313.497	274.187.089	
2.5.1.	Cargos vagos	-	850	128.307.954	25.239.027	153.546.981	128.307.954	25.239.027	153.546.981	
2.5.2.	PL n. 1.761/2015	10	10	2.057.424	-	2.057.424	2.057.424	-	2.057.424	
2.5.3.	PL n. 4/2024	794	794	104.508.214	14.074.470	118.582.684	104.508.214	14.074.470	118.582.684	
2.6.	Justiça do Trabalho	332	717	54.499.966	7.378.707	61.878.673	108.999.927	14.757.338	123.757.338	
2.6.1.	Cargos vagos	-	385	35.358.766	5.715.898	41.074.664	70.717.532	11.431.796	82.149.328	
2.6.2.	PL n. 7.927/2014	45	45	4.622.259	668.092	5.290.351	9.244.518	1.336.184	10.580.702	
2.6.3	PL n. 956/2015	236	236	9.081.403	237.544	9.318.947	18.162.803	475.088	18.637.891	
2.6.4	PL n. 8.332/2015	51	51	5.437.538	757.173	6.194.711	10.875.074	1.514.343	12.389.417	
2.7.	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	-	426	41.410.027	6.324.606	47.734.633	82.820.053	12.649.208	95.469.261	
2.7.1.	Cargos vagos	-	426	41.410.027	6.324.606	47.734.633	82.820.053	12.649.208	95.469.261	
2.8.	Conselho Nacional de Justiça	235	103	6.457.936	638.401	7.096.337	12.915.871	1.276.799	14.192.670	
2.8.1.	Cargos vagos	-	18	1.415.419	267.238	1.682.657	2.830.838	534.474	3.365.312	
2.8.2.	Anteprojeto de Lei - Criação de cargos e funções	235	85	5.042.517	371.163	5.413.680	10.085.033	742.325	10.827.358	
3.	Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público	-	357	54.666.845	6.148.920	60.815.765	98.574.353	10.600.392	109.174.745	
3.1.	Ministério Público Federal	-	247	37.810.418	4.278.262	42.088.680	68.707.957	7.334.163	76.042.120	
3.1.1.	Cargos vagos	-	247	37.810.418	4.278.262	42.088.680	68.707.957	7.334.163	76.042.120	
3.2.	Ministério Público Militar	-	10	1.261.633	247.442	1.509.075	1.551.869	296.930	1.848.799	
3.2.1.	Cargos vagos	-	10	1.261.633	247.442	1.509.075	1.551.869	296.930	1.848.799	
3.3.	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	-	20	4.224.220	346.418	4.570.638	7.794.572	593.860	8.388.432	
3.3.1.	Cargos vagos	-	20	4.224.220	346.418	4.570.638	7.794.572	593.860	8.388.432	
3.4.	Ministério Público do Trabalho	-	70	10.193.249	1.088.742	11.281.991	18.597.366	2.078.509	20.675.875	
3.4.1.	Cargos vagos	-	70	10.193.249	1.088.742	11.281.991	18.597.366	2.078.509	20.675.875	
3.5	Escola Superior do Ministério Público	-	2	197.785	49.488	247.273	243.378	59.386	302.764	
3.5.1.	Cargos vagos	-	2	197.785	49.488	247.273	243.378	59.386	302.764	
3.6.	Conselho Nacional do Ministério Público	-	8	979.540	138.568	1.118.108	1.679.211	237.544	1.916.755	
3.6.1.	Cargos vagos	-	8	979.540	138.568	1.118.108	1.679.211	237.544	1.916.755	
4.	Defensoria Pública da União	600	210	12.600.122	74.233	12.674.355	25.200.241	148.465	25.348.706	
4.1.	Defensoria Pública da União	600	210	12.600.122	74.233	12.674.355	25.200.241	148.465	25.348.706	
4.1.1.	Cargos vagos	-	5	1.759.878	74.233	1.834.111	3.519.755	148.465	3.668.220	
4.1.2.	PL n. 7.923/2014	570	195	9.738.444	-	9.738.444	19.476.886	-	19.476.886	
4.1.3.	PL n. 9.723/2014	30	10	1.101.800	-	1.101.800	2.203.600	-	2.203.600	
5.	Poder Executivo	38.529	42.892	3.692.382.278	675.223.813	4.367.606.091	5.254.705.890	799.121.843	6.053.827.733	
5.1.	Criação e provimentos de cargos e funções	38.529	34.105	3.271.709.430	671.212.787	3.942.922.217	4.451.865.518	793.094.170	5.244.959.688	
5.1.1.	Cargos efetivos vagos - Exceto BPEQ e QRTAE	-	11.382	1.467.344.111	262.527.008	1.729.871.119	1.751.661.508	322.237.771	2.073.899.279	
5.1.2.	Anteprojeto de Lei - Criação de Cargos Efetivos, exceto BPEQ e QRTAE	8.677	-	-	-	-	-	-	-	
5.1.3.	Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (1)	-	22.580	1.790.577.282	405.812.185	2.196.389.467	2.685.447.359	467.664.315	3.153.111.674	
5.1.4.	Anteprojeto de Lei - Criação de Cargos Efetivos, BPEQ e QRTAE (1)	29.804	-	-	-	-	-	-	-	
5.1.5.	Lei n. 12.601/2012 - MRE	-	95	8.739.372	2.873.594	11.612.966	9.707.986	3.192.084	12.900.070	
5.1.6.	Anteprojeto de Lei - Criação de Cargos na ANPD	48	48	5.048.665	-	5.048.665	5.048.665	-	5.048.665	
5.2.	Fixação de Efetivos - Militares	-	8.209	378.050.591	-	378.050.591	738.982.881	-	738.982.881	
5.2.1.	Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha	-	8.209	378.050.591	-	378.050.591	738.982.881	-	738.982.881	
5.3.	Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	-	578	42.622.257	4.011.026	46.633.283	63.857.491	6.027.673	69.885.164	
5.3.1.	Fixação de Efetivos - PMDF	-	255	8.641.074	-	8.641.074	15.689.998	-	15.689.998	
5.3.2.	Fixação de Efetivos - PCDF	-	203	25.902.639	4.011.026	29.913.665	40.088.949	6.027.673	46.116.622	
5.3.3.	Fixação de Efetivos - CBMDF	-	120	8.078.544	-	8.078.544	8.078.544	-	8.078.544	
TOTAL DO ITEM I			41.187	47.871	4.298.856.763	755.506.209	5.054.362.972	6.121.134.806	911.272.219	7.032.407.025
II. CONCESSÃO DE VANTAGENS, AUMENTOS DE REMUNERAÇÃO E ALTERAÇÕES DE ESTRUTURA DE CARREIRAS										
1.	Poder Legislativo			215.355.787	24.476.707	239.832.494	215.355.787	24.476.707	239.832.494	
1.1.	Câmara dos Deputados			18.208.717	-	18.208.717	18.208.717	-	18,208,717	
1.1.1.	PL n. 2.809/2025			18,208,717	-	18,208,717	18,208,717	-	18,208,717	
1.2.	Tribunal de Contas da União			197.147.070	24.476.707	221.623.777	197.147.070	24.476.707	221,623,777	
1.2.1.	PL n. 2.829/2025			197.147.070	24.476.707	221.623.777	197.147.070	24.476.707	221,623,777	
2.	Poder Judiciário			2.447.265.217	278.487.902	2.725.753.119	4.468.094.033	512.196.932	4.980.290.965	
2.1.	Supremo Tribunal Federal			30.131.377	3.106.337	33.237.714	56.395.646	5.958.409	62.354.055	
2.1.1.	PL n. 3.084/2025 (2)			9.220.248	562.160	9.782.408	15.788.818	1.044.012	16,832,830	
2.1.2.	Anteprojeto de Lei - Recomposição salarial			20.911.129	2.544.177	23.455.306	40.606.828	4.914.397	45,521,225	
2.2.	Superior Tribunal de Justiça			75.416.201	11.597.498	87.013.699	138.692.049	21.317.537	160,009,586	
2.2.1.	PL n. 2.447/2022			293.602	55.784	349.386	303.726	57.708	361,434	
2.2.2.	PL n. 3.084/2025			26.513.514	3.720.171	30.233.685	48.319.470	6.734.106	55,053,576	
2.2.3.	Anteprojeto de Lei - Aumento de remuneração de Cargos Efetivos			42.779.055	7.821.543	50.600.598	78.408.793	14.525.723	92,934,516	
2.2.4.	Anteprojeto de Lei - Aumento de remuneração de Funções e Gratificações de Livre Provimento			5.830.030	-					

2.8.2. PL. n. 3.084/2025	1.957.956	-	1.957.956	3.560.648	-	3.560.648
2.8.3. Anteprojeto de Lei - Aumento de remuneração de cargos e funções	4.362.283	459.047	4.821.330	7.945.529	834.801	8.780.330
3. Defensoria Pública da União	30.130.441	5.888.037	36.018.478	54.708.702	10.707.713	65.416.415
3.1. Defensoria Pública da União	30.130.441	5.888.037	36.018.478	54.708.702	10.707.713	65.416.415
3.1.1. PL. n. 7.923/2014	547.925	-	547.925	996.430	-	996.430
3.1.2. Anteprojeto de Lei - Projeto para reajustar o salário do DPGF	20.356.720	3.794.159	24.150.879	36.901.855	6.899.882	43.801.737
3.1.3. Anteprojeto de Lei - Projeto para reajustar o salário dos servidores da carreira da DPU	9.225.796	2.093.878	11.319.674	16.810.417	3.807.831	20.618.248
4. Poder Executivo	4.374.690.235	539.423.740	4.914.113.975	5.478.960.815	708.859.381	6.187.820.196
4.1. Limite destinado ao atendimento de PLs relativos a concessão de vantagens, alteração de estrutura de carreira e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e gratificações, no âmbito do Poder Executivo, inclusive para o quadro em extinção relacionado aos ex-Territórios	4.374.690.235	539.423.740	4.914.113.975	5.478.960.815	708.859.381	6.187.820.196
TOTAL DO ITEM II	7.067.441.680	848.276.386	7.915.718.066	10.217.119.337	1.256.240.733	11.473.360.070
TOTAL DO ANEXO V (ITEM I + ITEM II)	11.366.298.443	1.603.782.595	12.970.081.038	16.338.254.143	2.167.512.952	18.505.767.095

(1) Limites físico e financeiro destinados a proventos de cargos efetivos que compõem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, nos termos dos Decretos nºs 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.311 e 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011 e 8.260, de 29 de maio de 2014

(2) Alteração da Lei que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União

Quadro II - Detalhamento das programações orçamentárias em nível de Esfera/Unidade/Funcional Programática/Ação/Subtítulo

Esfera/Unidade/Funcional Programática/Ação/Subtítulo	Item I	Item II	Item I + II
Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição	4.298.856.763	7.067.441.680	11.366.298.443
10.0101.99.999.0999.0201.6499 - Câmara dos Deputados	29.185.377	18.208.717	47.394.094
10.0201.99.999.0999.0201.6499 - Senado Federal	64.535.758	-	64.535.758
10.0301.99.999.0999.0201.6499 - Tribunal de Contas da União	8.606.880	197.147.070	205.753.950
10.10101.99.999.0999.0201.6499 - Supremo Tribunal Federal	4.638.039	30.131.377	34.769.416
10.1101.99.999.0999.0201.6499 - Superior Tribunal de Justiça	29.525.201	75.416.201	104.941.402
10.1201.99.999.0999.0201.6499 - Justiça Federal de Primeiro Grau	50.000.497	600.993.949	650.994.446
10.1301.99.999.0999.0201.6499 - Justiça Militar da União	15.474.245	20.362.015	35.836.260
10.1401.99.999.0999.0201.6499 - Justiça Eleitoral	234.873.592	375.449.321	610.322.913
10.15126.99.999.0999.0201.6499 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	54.499.966	1.168.539.989	1.223.039.955
10.1601.99.999.0999.0201.6499 - Justiça do DF e Territórios	41.410.027	170.027.422	211.437.449
10.1701.99.999.0999.0201.6499 - Conselho Nacional de Justiça	6.457.936	6.344.943	12.802.879
10.3401.99.999.0999.0201.6499 - Ministério Público Federal	37.810.418	-	37.810.418
10.3402.99.999.0999.0201.6499 - Ministério Público Militar	1.261.633	-	1.261.633
10.3403.99.999.0999.0201.6499 - Ministério Público do DF e Territórios	4.224.220	-	4.224.220
10.3404.99.999.0999.0201.6499 - Ministério Público do Trabalho	10.193.249	-	10.193.249
10.3405.99.999.0999.0201.6499 - Escola Superior do MPU	197.785	-	197.785
10.5901.99.999.0999.0201.6499 - Conselho Nacional do Ministério Público	979.540	-	979.540
10.2901.99.999.0999.0201.6499 - Defensoria Pública da União	12.600.122	30.130.441	42.730.563
10.2601.99.999.0999.0201.6499 - Ministério da Educação	1.790.577.282	1.049.827.686	2.840.404.968
10.5201.99.999.0999.0201.6499 - Ministério da Defesa	378.050.591	-	378.050.591
10.7102.99.999.0999.0201.6499 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento	1.481.132.148	3.324.862.549	4.805.994.697
10.73901.99.999.0999.0201.6499 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	42.622.257	-	42.622.257
Reserva de Contingência - Financeira / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição	755.506.209	848.276.386	1.603.782.595
10.0101.99.999.0999.0200.6499 - Câmara dos Deputados	1.662.807	-	1.662.807
10.0201.99.999.0999.0200.6499 - Senado Federal	3.959.063	-	3.959.063
10.0301.99.999.0999.0200.6499 - Tribunal de Contas da União	890.791	24.476.707	25.367.498
10.10101.99.999.0999.0200.6499 - Supremo Tribunal Federal	1.064.000	3.106.337	4.170.337
10.1101.99.999.0999.0200.6499 - Superior Tribunal de Justiça	1.840.965	11.597.498	13.438.463
10.1201.99.999.0999.0200.6499 - Justiça Federal de Primeiro Grau	8.314.037	68.709.302	77.023.339
10.1301.99.999.0999.0200.6499 - Justiça Militar da União	2.672.369	5.698.044	8.370.413
10.1401.99.999.0999.0200.6499 - Justiça Eleitoral	39.313.497	66.391.105	105.704.602
10.15126.99.999.0999.0200.6499 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	7.378.707	103.262.640	110.641.347
10.1601.99.999.0999.0200.6499 - Justiça do DF e Territórios	6.324.606	19.263.929	25.588.535
10.1701.99.999.0999.0200.6499 - Conselho Nacional de Justiça	638.401	459.047	1.097.448
10.2901.99.999.0999.0200.6499 - Defensoria Pública da União	74.233	5.888.037	5.962.270
10.3401.99.999.0999.0200.6499 - Ministério Público Federal	4.278.262	-	4.278.262
10.3402.99.999.0999.0200.6499 - Ministério Público Militar	247.442	-	247.442
10.3403.99.999.0999.0200.6499 - Ministério Público do DF e Territórios	346.418	-	346.418
10.3404.99.999.0999.0200.6499 - Ministério Público do Trabalho	1.088.742	-	1.088.742
10.3405.99.999.0999.0200.6499 - Escola Superior do MPU	49.488	-	49.488
10.5901.99.999.0999.0200.6499 - Conselho Nacional do Ministério Público	138.568	-	138.568
10.2601.99.999.0999.0200.6499 - Ministério da Educação	405.812.185	257.188.261	663.000.446
10.7102.99.999.0999.0200.6499 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento	265.400.602	282.235.479	547.636.081
10.73901.99.999.0999.0200.6499 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	4.011.026	-	4.011.026
TOTAL GERAL	5.054.362.972	7.915.718.066	12.970.081.038

39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT					RJ
Programa de trabalho	Obra / Serviço	%Exec	Data da vistoria	Custo global estimado	Data base
26.846.2126.0007.0030 / 2015 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE	Obras de construção da BR-040/RJ (IGP)	35,13	16/10/2015	297.139.743,40	01/04/1995
26.846.2126.0007.0030 / 2014 - RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE					

Contrato PG-138/95-00 - Obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ para a subida da Serra de Petrópolis.
-> Sobrepreço no orçamento da obra
-> Projeto básico e executivo desatualizados e deficientes
-> Sobrepreço no Fluxo de Caixa Marginal decorrente de superestimativa de alíquota de IRPJ e CSSL e da base de cálculo do IRPJ e CSSL

Valor: 291.244.036,80 Data base: 01/04/1995

ANEXO VII
Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das
Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Resumo das Prioridades

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 – PLDO 2026 estabelece, no parágrafo único do seu art. 4º, que o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026 evidenciará o rol de despesas que contribuem para o atendimento do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e da relação de objetivos específicos e de metas do Plano Plurianual 2024-2027 constante do Anexo VIII do referido Projeto de Lei, selecionados no âmbito das prioridades estabelecidas no art. 3º da Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, Lei do PPA 2024-2027.

Nesse contexto, o Anexo VIII do PLDO selecionou 27 objetivos específicos do PPA 2024-2027, relacionados às prioridades elencadas no art. 3º do Plano, para compor o rol de prioridades e metas da administração pública federal para o exercício de 2026. Cabe ressaltar que não houve seleção de objetivos específicos ligados ao Novo PAC, tendo em vista que o programa mencionado será acompanhado enquanto prioridade para 2026 em sua integralidade.

Em observância ao art. 4º do PLDO 2026, o Anexo VII do PLOA-2026 apresenta os objetivos específicos selecionados – ligados a cada uma das prioridades mencionadas (exceto Novo PAC) –, seus indicadores, suas metas para o exercício de 2026 e as programações orçamentárias que contribuem para o seu atendimento.

O Anexo VIII do PLDO 2026, é importante ressaltar, prevê que os indicadores e metas do PPA nele exibidos estão sujeitos à revisão do Plano, nos termos do art. 19 da Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. Dessa forma, os indicadores e metas constantes deste Anexo do PLOA já consideram as alterações promovidas pela Portaria GM/MPO nº 214, de 23 de julho de 2025.

Destaca-se que, além das dotações previstas para 2026, este Anexo apresenta também as previsões de despesas para atendimento das prioridades em 2027, 2028 e 2029, extraídas do Marco Orçamentário de Médio Prazo de que trata o Anexo VIII do PLOA.

O quadro abaixo apresenta a síntese da proposta orçamentária dos **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** direcionada aos objetivos específicos selecionados para cada prioridade. Trata-se, portanto, de um recorte das prioridades. Dessa forma, não se deve tomar os valores abaixo apresentados como o valor total do orçamento que poderá contribuir para cada prioridade.

Valor (R\$ 1,00)

Prioridade	PLOA 2026	Projeção 2027	Projeção 2028	Projeção 2029
Combate à Fome e Redução das Desigualdades	173.329.690.883	178.442.288.102	183.273.624.469	188.458.488.414
Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática	1.495.144.037	1.867.889.675	1.533.566.653	1.555.048.511
Educação Básica	13.799.007.387	14.050.499.471	14.899.330.833	15.987.622.168
Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda	5.989.442.783	7.970.041.007	6.173.159.136	6.335.315.980
Saúde: Atenção Primária e Especializada	50.168.892.692	55.914.878.086	58.650.923.284	64.577.855.005
Novo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC	77.629.914.900	76.826.014.050	78.027.238.310	79.472.613.167
Total dos Objetivos Específicos Selecionados*	313.546.752.017	325.930.635.733	338.609.089.803	352.438.190.363

**Em razão das sobreposições existentes entre as prioridades, os totais apresentados não correspondem ao somatório das linhas.*

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Objetivos Específicos Selecionados e Metas do PPA 2024-2027

Quadro Síntese

Combate à Fome e Redução das Desigualdades

Atenção! Os objetivos específicos selecionados não são mutuamente excludentes, podendo uma programação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico. Dessa forma, não se deve somar as dotações destinadas a cada objetivo específico, sob risco de dupla contagem de algumas despesas. Por conta das sobreposições existentes, o total apresentado após cada Programa não corresponde, necessariamente, à soma dos valores destacados para cada objetivo específico.

1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0321 - Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade	Número Total de contratos celebrados no âmbito do Pronaf	1.700.000 contratos	R\$ 10.218.481.839	R\$ 9.919.842.399	R\$ 9.899.391.115	R\$ 9.899.391.115
0325 - Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar, como inclusão produtiva, agroecologia, autonomia econômica e de produção, pecuária familiar e outras	Proporção de agricultores familiares atendidos por assistência técnica e extensão rural em comparação com atendimentos realizados em 2024	1,40%	R\$ 120.325.607	R\$ 120.325.607	R\$ 120.325.607	R\$ 120.325.607
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			10.338.807.446	10.040.168.006	9.930.613.374	10.019.716.722

5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0244 - Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda	Percentual de atendimento das famílias com perfil PBF	100%	R\$ 159.536.356.640	R\$ 164.957.448.595	R\$ 175.004.314.398	R\$ 175.004.314.398
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			159.536.356.640	164.957.448.595	169.906.642.053	175.004.314.398

5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0374 - Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional	Percentual de agricultores(as) familiares dos grupos prioritários contemplados no PAA	65%	R\$ 1.573.547.946	R\$ 1.573.547.946	R\$ 1.573.547.946	R\$ 1.573.547.946
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			1.573.547.946	1.573.547.946	1.573.547.946	1.573.547.946

5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0342 - Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural	Número de famílias ingressantes no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	82.000 famílias	R\$ 1.819.081.848	R\$ 1.809.226.552	R\$ 1.799.012.345	R\$ 1.799.012.345
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			1.819.081.848	1.809.226.552	1.800.924.093	1.799.012.345

5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0339 - Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos	Número de Empreendimentos, associações e cooperativas da agricultura familiar apoiados para comercialização de produtos	1500 empreendimentos	R\$ 61.897.003	R\$ 61.897.003	R\$ 61.897.003	R\$ 61.897.003
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			61.897.003	61.897.003	61.897.003	61.897.003

Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

Atenção! Os objetivos específicos selecionados não são mutuamente excludentes, podendo uma programação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico. Dessa forma, não se deve somar as dotações destinadas a cada objetivo específico, sob risco de dupla contagem de algumas despesas. Por conta das sobreposições existentes, o total apresentado após cada Programa não corresponde, necessariamente, à soma dos valores destacados para cada objetivo específico.

1158 - Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0416 - Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações	Percentual de municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos	75%	R\$ 16.693.230	R\$ 19.412.156	R\$ 24.734.053	R\$ 24.734.053
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			16.693.230	19.412.156	22.328.962	24.734.053

1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios	Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis	100.000 famílias	R\$ 186.050.347	R\$ 186.050.347	R\$ 186.050.347	R\$ 186.050.347
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			186.050.347	186.050.347	186.050.347	186.050.347

2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0037 - Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal	Impacto econômico em R\$ das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade	R\$ 95,7 bilhões	R\$ 498.799.695	R\$ 498.799.755	R\$ 498.799.755	R\$ 498.799.755
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			498.799.695	498.799.755	498.798.755	498.799.755

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

2318 - Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres	Proporção dos municípios nas faixas "Alta" e "Intermediária Avançada" do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres	30,95%	R\$ 10.600.000	R\$ 10.600.000	R\$ 10.600.000	R\$ 10.600.000
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			10.600.000	10.600.000	10.600.000	10.600.000

6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0237 - Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil	Percentual de redução da área total de vegetação nativa suprimida por ano e por bioma	20%	R\$ 527.762.331	R\$ 897.788.983	R\$ 579.625.922	R\$ 579.625.922
0250 - Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas	Percentual do território terrestre e marinho protegido	21,65%	R\$ 274.606.106	R\$ 270.051.507	R\$ 270.923.313	R\$ 270.923.313
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			783.000.765	1.153.027.417	815.788.589	834.864.356

Educação Básica

Atenção! Os objetivos específicos selecionados **não são mutuamente excludentes**, podendo uma programação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico. Dessa forma, não se deve somar as dotações destinadas a cada objetivo específico, sob risco de dupla contagem de algumas despesas. Por conta das sobreposições existentes, o total apresentado após cada Programa não corresponde, necessariamente, à soma dos valores destacados para cada objetivo específico.

5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0433 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa	Percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º Ano do ensino fundamental	53,4%	R\$ 2.219.253.884	R\$ 2.272.214.827	R\$ 2.698.936.625	R\$ 2.698.936.625
0457 - Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes	Percentual de municípios atendidos por pelo menos quatro dos seguintes programas do FNDE: PAR, Pnate, PDDE, PNAE e PNLD	95,05%	R\$ 10.824.358.133	R\$ 11.074.144.682	R\$ 12.759.958.191	R\$ 12.759.958.191
0458 - Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral	Percentual de entes apoiados no PAR para infraestrutura em relação ao total de entes federados	40%	R\$ 2.540.646.760	R\$ 2.539.654.490	R\$ 2.540.793.551	R\$ 2.540.793.551
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			13.799.007.387	14.050.499.471	14.899.330.833	15.987.622.168

Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

Atenção! Os objetivos específicos selecionados **não são mutuamente excludentes**, podendo uma programação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico. Dessa forma, não se deve somar as dotações destinadas a cada objetivo específico, sob risco de dupla contagem de algumas despesas. Por conta das sobreposições existentes, o total apresentado após cada Programa não corresponde, necessariamente, à soma dos valores destacados para cada objetivo específico.

2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0132 - Promover a qualificação social e profissional	Número de beneficiados pelas políticas de qualificação social e profissional	338.000 beneficiados	R\$ 91.531.061	R\$ 92.176.714	R\$ 93.503.609	R\$ 93.503.609
0140 - Retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil	Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho infantil pela fiscalização	7.350 crianças e adolescentes	R\$ 28.598.000	R\$ 28.598.000	R\$ 28.598.000	R\$ 28.598.000
0141 - Reduzir os riscos nos ambientes de trabalho	Percentual das fiscalizações de segurança e saúde no trabalho com redução de riscos ocupacionais	50%	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			124.129.061	124.774.714	125.460.225	126.101.609

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização							
Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029	
0210 - Ampliação dos investimentos em P&D	Incremento dos Investimentos em P&D nos Setores de Defesa, Aeronáutico e Espacial	7,5%	R\$ 2.604.932.087	R\$ 2.631.235.788	R\$ 2.834.607.150	R\$ 2.834.607.150	
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			2.604.932.087	2.631.235.788	2.744.091.690	2.834.607.150	

2801 - Neointustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional							
Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029	
0427 - Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação	Valor agregado da indústria (ind. de transformação) / PIB	12,52%	R\$ 1.454.935.179	R\$ 1.489.000.000	R\$ 1.628.000.000	R\$ 1.628.000.000	
0540 - Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país	Corrente de comércio a preços constantes (US\$ Bilhões a preços de 1998)	US\$ 345 bilhões	R\$ 1.501.085.179	R\$ 1.535.150.000	R\$ 1.674.150.000	R\$ 1.674.150.000	
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			1.503.085.179	1.537.150.000	1.605.150.000	1.676.150.000	

4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis							
Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029	
0477 - Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais	Número de iniciativas de Economia Popular e Solidária implementadas	900 iniciativas	R\$ 13.964.318	R\$ 13.964.318	R\$ 13.964.318	R\$ 13.964.318	
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			13.964.318	13.964.318	13.964.318	13.964.318	

5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde							
Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029	
0494 - Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS, a ampliação do acesso a saúde e fortalecer a soberania nacional	Número de projetos e instrumentos voltados para o desenvolvimento, inovação e produção local formalizados	63 projetos	R\$ 1.743.332.138	R\$ 3.662.916.187	R\$ 1.684.492.903	R\$ 1.684.492.903	
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			1.743.332.138	3.662.916.187	1.684.492.903	1.684.492.903	

Saúde: Atenção Primária e Especializada

Atenção! Os objetivos específicos selecionados não são mutuamente excludentes, podendo uma programação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico. Dessa forma, não se deve somar as dotações destinadas a cada objetivo específico, sob risco de dupla contagem de algumas despesas. Por conta das sobreposições existentes, o total apresentado após cada Programa não corresponde, necessariamente, à soma dos valores destacados para cada objetivo específico.

5118 - Atenção Especializada à Saúde							
Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029	
0470 - Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno	Percentual de redução das filas de espera das cirurgias eletivas de Atenção Especializada à Saúde, no âmbito do PMAE - Componente Cirurgias	60%	R\$ 21.406.297.692	R\$ 27.750.042.628	R\$ 27.939.883.656	R\$ 27.939.883.656	
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			21.406.297.692	27.750.042.628	27.740.840.381	27.939.883.656	

5119 - Atenção Primária à Saúde							
Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029	
0069 - Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional	Cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde	78%	R\$ 16.410.800.000	R\$ 16.762.070.000	R\$ 22.992.820.546	R\$ 22.992.820.546	
0378 - Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária	Número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) estruturadas com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes	33.874 UBS reestruturadas	R\$ 2.009.500.000	R\$ 750.201.608	R\$ 2.673.010.037	R\$ 2.673.010.037	
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			18.420.300.000	17.512.271.608	19.937.942.137	25.665.830.583	

5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente							
Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA (2026)	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029	
0485 - Ampliar as coberturas vacinais da população, em especial do calendário infantil	Percentual de municípios com cobertura adequada (95%) das vacinas: penta(DTP/HepB/Hib) - PENTA; pólio injetável - VIP; e pneumo 10 - VPC10, sarampo, caxumba, rubéola - SCR, em crianças de até 1 ano de idade	60%	R\$ 10.342.295.000	R\$ 10.652.563.850	R\$ 10.972.140.766	R\$ 10.972.140.766	
Total dos Objetivos Específicos selecionados do Programa:			10.342.295.000	10.652.563.850	10.972.140.766	10.972.140.766	

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ações Orçamentárias que Contribuem para o Atendimento dos Objetivos Específicos Selecionados

Quadro Síntese

Combate à Fome e Redução das Desigualdades

Atenção! Os objetivos específicos selecionados não são mutuamente excludentes, podendo uma ação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico

Programa	Objetivo Específico	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	E244 - Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta	00US - Apoio aos Entes Federados por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD
				21CP - Operacionalização do Auxílio Emergencial para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)
				21EL - Gestão, Administração e Operacionalização do Programa Bolsa Família
				8442 - Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família
1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	E325 - Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar, como inclusão produtiva, agroecologia, autonomia econômica e de produção, pecuária familiar e outras	49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	210X - Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável à Inclusão Produtiva e à Infraestrutura Rural
				21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural
	E321 - Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade	74000 - Operações Oficiais de Crédito	74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	00GW - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)
				210V - Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia
				0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)
				0281 - Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	E342 - Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural	49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	21G7 - Governança e Regularização Fundiária Nacional
			49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural
				21GD - Reforma Agrária e Governança Fundiária
				210R - Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo
				210Z - Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas
				211A - Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária
		74000 - Operações Oficiais de Crédito	74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MDA	0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas (Lei nº 8.629, de 1993)
			74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA	0061 - Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras (Lei Complementar nº 93, de 1998)
5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar	E339 - Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos	49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	21IP - Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, do Acesso aos Mercados e do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais
			49202 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	21B9 - Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais
5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	E374 - Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta	20GD - Inclusão Produtiva Rural
				2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública
				2784 - Promoção do Consumo e de Ações de Alimentação Adequada e Saudável
				2798 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional
				8458 - Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
				8929 - Apoio aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional
				8948 - Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

Atenção! Os objetivos específicos selecionados não são mutuamente excludentes, podendo uma ação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico

Programa	Objetivo Específico	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
1158 - Enfrentamento da Emergência Climática	E416 - Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	20VA - Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima
				216W - Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre
1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	E273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios	44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta	20VP - Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde
				21F2 - Gestão Territorial e Socioambiental de Paisagens Rurais e dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	E013 - Ampliar Gestão de Riscos e Desastres	53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	8172 - Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sinpdec
6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	E237 - Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	20V9 - Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta	20W2 - Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca
				21F3 - Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas
				21F4 - Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial
			44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB	21F5 - Gestão de Florestas
			44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	214N - Controle e Fiscalização Ambiental
				168N - Fortalecimento da Fiscalização Ambiental Para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia
			44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

	E250 - Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	20V9 - Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta	21F3 - Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas
			44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB	21F5 - Gestão de Florestas
			44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
			44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	219K - Gestão da Coleção Viva, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
				21HK - Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Vegetal
2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	E037 - Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal	22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
				20Y6 - Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária
				215C - Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa
			22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Educação Básica

Atenção! Os objetivos específicos selecionados não são mutuamente excludentes, podendo uma ação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico

Programa	Objetivo Específico	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	E458 - Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto	26000 - Ministério da Educação	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
				20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica
				00SU - Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil
	E433 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa		00O0 - Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	
			0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	
			0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	
			00PI - Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	
			20RQ - Produção, Avaliação, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	
			26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	20RM - Exames e Avaliações da Educação Básica

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

	E457 - Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes		26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica
				0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
				0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica
				00PI - Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
				0E53 - Apoio à aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola
				20RQ - Produção, Avaliação, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

Atenção! Os objetivos específicos selecionados não são mutuamente excludentes, podendo uma ação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico

Programa	Objetivo Específico	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	E132 - Promover a qualificação social e profissional	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	0A26 - Concessão de Auxílio-Financeiro 2A95 - Inclusão Produtiva das Juventudes 20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores 00H4 - Seguro Desemprego
	E141 - Reduzir os riscos nos ambientes de trabalho		40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho
	E140 - Retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil			20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho
2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	E210 - Ampliação dos investimentos em P&D	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	20UT - Promoção da Pesquisa, Desenvolvimento Inovação (PD&I) em Tecnologias Digitais 20V6 - Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias produtivas
			24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	00RL - Formação e Expansão da Capacitação de Recursos Humanos em Atividades de Pesquisa Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação
			24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	6432 - Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores
			24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	0A29 - Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)
				0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001)
				0745 - Investimento em Empresas Inovadoras
2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	E427 - Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação	28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) 210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial 20TT - Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços
		74000 - Operações Oficiais de Crédito	74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	0267 - Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
		28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	20TU - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior 20ZO - Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior
	E540 - Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país	74000 - Operações Oficiais de Crédito	74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	0267 - Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	E477 - Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo
5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	E494 - Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS, a ampliação do acesso a saúde e fortalecer a soberania nacional	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde
				8648 - Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde
				20K3 - Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS
				8636 - Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde
				20QF - Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical
				20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde
				21ED - Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde Pública de Precisão - Genomas Brasil
			36201 - Fundação Oswaldo Cruz	21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde
				21DA - Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz
				8305 - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica
				20K1 - Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
				13DW - Construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS)
			36211 - Fundação Nacional de Saúde	20K2 - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Saúde: atenção primária e especializada

Atenção! Os objetivos específicos selecionados não são mutuamente excludentes, podendo uma ação orçamentária contribuir para mais de um objetivo específico

Programa	Objetivo Específico	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
5118 - Atenção Especializada à Saúde	E470 - Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno.	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde
				8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
				6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde
				6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAÍ de Hospitais de Reabilitação
				8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
				8755 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC
				8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA
				8759 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Ortopedia e Traumatologia - INTO
			36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde
5119 - Atenção Primária à Saúde	E069 - Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas,com provimento de profissionais e cuidado interprofissional		36901 - Fundo Nacional de Saúde	21BG - Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde
				21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde
	E378 - Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária			4324 - Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro
				00UC - Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde
				219A - Piso de Atenção Primária à Saúde
5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente	E485 - Ampliar as coberturas vacinais da população, em especial do calendário infantil		36201 - Fundação Oswaldo Cruz	20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
		20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças		

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Despesas Primárias

Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	978.591.338	978.591.338	978.591.338	978.591.338
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	300.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	1.325.237.615	1.131.837.615	1.081.837.615	1.081.837.615
2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	199.086.753	199.086.753	199.086.753	199.086.753
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	113.308.972	113.308.972	113.308.972	113.308.972
2306 - Política Nuclear	394.000.000	394.000.000	394.000.000	394.000.000
2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI	2.455.919.876	2.455.919.876	2.455.919.876	2.455.919.876
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	725.820.498	715.820.498	715.820.498	715.820.498
2319 - Mobilidade Urbana	746.350.289	746.350.289	746.350.289	746.350.289
2320 - Moradia Digna	8.896.833.067	8.896.833.067	8.896.833.067	8.896.833.067
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	2.441.246.171	2.461.246.171	2.427.246.171	2.427.246.171
2322 - Saneamento Básico	934.989.605	934.989.605	934.989.605	934.989.605
3102 - Mineração Segura e Sustentável	30.503.455	30.503.455	30.503.455	30.503.455
3104 - Aviação Civil	319.001.529	319.001.529	319.001.529	319.001.529
3105 - Portos e Transporte Aquaviário	655.953.147	655.953.147	655.953.147	655.953.147
3106 - Transporte Rodoviário	11.340.450.888	11.340.450.888	11.340.450.888	11.340.450.888
3108 - Segurança Viária	173.410.000	173.410.000	173.410.000	173.410.000
3901 - Transporte Ferroviário	390.545.126	390.545.126	390.545.126	390.545.126
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	3.249.666.129	3.249.666.129	3.249.666.129	3.249.666.129
5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	832.356.067	832.356.067	832.356.067	832.356.067
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	617.977.804	617.977.804	617.977.804	617.977.804
5116 - Segurança Pública com Cidadania	26.000.000	41.500.000	20.000.000	
5118 - Atenção Especializada à Saúde	5.824.948.334	4.671.088.482		
5119 - Atenção Primária à Saúde	1.709.500.000	450.201.608		
5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	936.882.417	3.314.076.983		
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	695.233.346	103.914.237		
5122 - Saúde Indígena	100.401.942	99.683.879		
5125 - Direito à Cultura	203.000.000	203.000.000	203.000.000	203.000.000
5126 - Esporte para a Vida	200.000.000	200.000.000	200.000.000	200.000.000
5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	500.000.000	500.000.000	500.000.000	500.000.000
5602 - Periferia Viva	482.500.000	474.500.000	474.500.000	474.500.000
6112 - Defesa Nacional	5.146.497.755	5.146.497.755	5.146.497.755	5.146.497.755
6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica	9.000.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000
Total Geral	52.955.212.123	52.151.311.273	43.406.846.084	43.386.846.084

Despesas Financeiras

Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	24.674.702.777	24.674.702.777	34.620.392.226	36.085.767.083
Total Geral	24.674.702.777	24.674.702.777	34.620.392.226	36.085.767.083

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ações Orçamentárias Associadas ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

Quadro Síntese

Programa	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	39000 - Ministério dos Transportes	39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta	20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
		39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	218S - Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura
		39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
			218S - Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura
	68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta	869V - Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	71000 - Encargos Financeiros da União	71903 - Fundo Social - FS	20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	73120 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	218T - Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	20000 - Presidência da República	20101 - Presidência da República	00XF - Financiamento de operações de crédito reembolsável no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 12.351, de 2010)
	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	00UV - Implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura
	39000 - Ministério dos Transportes	39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta	00QF - Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessões e Parcerias Público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
			09LP - Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS
			00VR - Participação da União em projetos de concessões rodoviárias outorgadas a iniciativa privada
	68000 - Ministério de Portos e Aeroportos		00VS - Participação da União em projetos de concessões e autorizações ferroviárias outorgadas à iniciativa privada
			00V4 - Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CODERN
			00V6 - Participação da União no Capital da Portos Rio - CDRJ - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela Portos Rio
			00V7 - Participação da União no Capital da Companhia Docas do Pará - CDP - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CDP
	2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	41000 - Ministério das Comunicações	41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta	0E45 - Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
		41902 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	215C - Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa
			162P - Implementação de Cidades Conectadas
2306 - Política Nuclear	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	162Q - Implantação de Infraestrutura de Comunicações
1630 - Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)			
21AE - Evolução e Expansão dos Serviços de Radiodifusão			
00TY - Subvenção Econômica a Projetos de Expansão, de Uso e de Melhoria das Redes e dos Serviços de Telecomunicações (Lei nº 9.998, de 2000)			
2095 - Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)			
2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI	32000 - Ministério de Minas e Energia	32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	2014 - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas
			21HC - Mapeamentos, Monitoramentos e Alertas voltados à Prevenção de Desastres - Novo PAC
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	00TK - Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais
	56000 - Ministério das Cidades	56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	00T5 - Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos
			8865 - Apoio a planos, projetos e obras de redução de riscos de movimentos de massa em áreas urbanas - contenção de encostas
			00T3 - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano
2319 - Mobilidade Urbana	2320 - Moradia Digna	56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	00AF - Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
00CW - Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional(Lei nº 14.620, DE 13 de julho de 2023)			
00CX - Subvenção econômica destinada a Implementação de projetos de Interesse social em áreas rurais(Lei nº 14.620, DE 13 de julho de 2023)			
00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS(Lei nº 14.620, DE 13 de julho de 2023)			
00TI - Apoio à produção habitacional de interesse social			
			8873 - Apoio ao fortalecimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS
			00T6 - Apoio à Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano
			00T7 - Apoio à Implantação da Adutora do Agreste
			00T8 - Apoio à Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea
			00T9 - Apoio à Implantação do Cinturão das Águas do Ceará
			00TA - Apoio à Gestão e Implantação de Sistemas de Purificação e de Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas e Rede de Distribuição Associada

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Programa	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica
			12EP - Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
			15DX - Construção do Sistema Adutor Ramal do Plancó
			15ZK - Implantação do Projeto Seridó
			214T - Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
			21DD - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
			21DE - Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica
			21DF - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco
			5900 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)
			15XV - Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água - Adutora da Fé
			15XW - Implantação da Barragem Tinguís
			15ZK - Implantação do Projeto Seridó
		53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	162K - Implantação do Canal do Sertão Baiano
			214T - Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
			21DD - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
			21DE - Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica
			5308 - Construção da Barragem Jequitaí
			7G88 - Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí
			7X91 - Implantação do Canal do Xingó
			7XZ4 - Construção da Adutora Agreste Potiguar no estado do Rio Grande do Norte
			00TG - Apoio à Construção da Barragem Oiticica
			11AA - Construção da Barragem Fronteiras
			1N64 - Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba
			21DD - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
		53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	7M12 - Construção da Barragem Poço de Varas
2322 - Saneamento Básico	56000 - Ministério das Cidades	56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	00TM - Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado
			00TN - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água
			00TO - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário
			00TP - Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento Básico
			00TQ - Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos
			00VJ - Apoio à implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços de saneamento básico em áreas rurais
			21HE - Pesquisa Mineral - Novo PAC
			14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União
3102 - Mineração Segura e Sustentável	32000 - Ministério de Minas e Energia	32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	15UW - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR, de Propriedade da União
			15UX - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Coari/AM, de Propriedade da União
			15UY - Construção do Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha/RS de Propriedade da União
			15V1 - Instalação de equipamentos de auxílios à navegação Aérea
			15YT - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Dourados/MS, de Propriedade da União
			165X - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Local, de Propriedade da União
			167K - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Caruaru/PE, de Propriedade da União
			210F - Desenvolvimento da Aviação Civil
3104 - Aviação Civil	68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	68902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	123M - Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins
			127G - Construção de Terminais Fluviais
			13LO - Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas
			14MZ - Ampliação do Terminal Fluvial de São Raimundo em Manaus/AM
			161Y - Manutenção e Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC
			161Z - Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE
			162A - Adequação e Ampliação da Capacidade do Porto de Santana/AP
			162B - Modernização, Recuperação e Ampliação da Capacidade do Porto de Suape/PE
			162D - Dragagem e Sinalização Náutica da Lagoa Mirim
			165T - Recuperação do Cais Flutuante do Porto de Porto Velho/RO
			167T - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias do Porto de Cabedelo/PB
			20LN - Operação de Terminais Hidroviários
3105 - Portos e Transporte Aquaviário	68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta	20LO - Operação de Eclusas
			21I6 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias
			105S - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA
			108X - Implantação de Postos de Pesaagem
			10IW - Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG
			10IX - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG
			10JQ - Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC
			10KK - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT
			10KR - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA
3106 - Transporte Rodoviário	39000 - Ministério dos Transportes	39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Programa	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
3106 - Transporte Rodoviário	39000 - Ministério dos Transportes	39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	10L3 - Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE
			110I - Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA
			110Q - Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE
			110R - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE
			112N - Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS
			11VA - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT
			123U - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS
			1248 - Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM
			12JL - Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR
			12KF - Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC
			12KG - Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS
			12KY - Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT
			13X5 - Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA
			13X6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE
			13X7 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA
			13XG - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG
			13YE - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB
			13YK - Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP
			1418 - Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP
			1490 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA
			14LV - Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA
			14PC - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS
			14X0 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE
			14X3 - Construção de Trecho Rodoviário - Arco Metropolitano de Recife - na BR-101/PE
			15ZV - Construção de Pontes - Trecho Rococó - São Francisco - na BR-210/RR
			161N - Construção do Arco Metropolitano de Maceió - na BR-316/424/AL
			161O - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/AL - Praça Centenário (Maceió) - na BR-104/AL
			161S - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. CE/RN - Entr. BR-226(A) - na BR-304/RN
			161U - Construção da Ponte sobre o Rio Xingu e Acessos - na BR-230/PA
			163E - Adequação de Trecho Rodoviário - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - Entr. BR-343(B) (Estaca Zero) - na BR-316/PI
			163F - Adequação de Trecho Rodoviário - Barreiras - Luís Eduardo Magalhães - na BR-242/BA
			163G - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MA - Div MA/PI (Timon) - na BR-316/MA
			163H - Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-101 - Div ES/MG - na BR-262/ES
			163I - Construção de Contorno Rodoviário em Guaíra - na BR-163/PR
			163J - Construção de Trecho Rodoviário - Cocos - Div BA/GO - na BR-030/BA
			163K - Construção de Trecho Rodoviário - Div MA/PI - Entr. BR-135(A)/235(A) (Bom Jesus) - na BR-330/PI
			163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais
			165F - Adequação de Trecho Rodoviário - Imperatriz/ Açailândia - na BR-010/MA
			167L - Construção do Contorno de Ilhéus - na BR-415/BA
			167Q - Construção da Ponte sobre o Rio Tocantins (Juscelino Kubitschek), localizada na BR-226/TO
			167R - Construção de Trecho Rodoviário - Barragem de Fronteiras na Rodovia Tronco Norte - BR-226/CE e BR-404/CE
			169T - Construção da nova ponte sobre o Rio Jequitinhonha na BR-101/BA-Divisa SE/BA/ES-Entr. BA-274 (Santa Maria Eterna)-Entr. BA-275(A) (Itapebi)
			1C09 - Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA
			2325 - Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos
			5E15 - Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paraná - Taguatinga - na BR-242/TO
			7242 - Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR
			7530 - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC
			7624 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL
			7E79 - Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO
			7F51 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA
			7K23 - Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR
			7L04 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS
			7L92 - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Programa	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
3106 - Transporte Rodoviário	39000 - Ministério dos Transportes	39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	7M88 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE
			7M91 - Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR
			7N22 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI
			7N85 - Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - Na BR-285/SC
			7P87 - Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO
			7R82 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO
			7S57 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS
			7S61 - Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA
			7S62 - Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA
			7S75 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN
			7S80 - Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT
			7S97 - Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC
			7T98 - Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitzeiro) - na BR-230/PB
			7U06 - Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES
			7U07 - Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL
			7U22 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR
			7V00 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA
			7V18 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI - na BR-020/BA
			7V19 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Caririnha - na BR-030/BA
			7V83 - Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC
			7V99 - Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR
			7W07 - Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA
			7W67 - Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN
			7W84 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - na BR-135/MA
			7W95 - Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI
			7X34 - Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS
			7X42 - Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE
			7X78 - Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS
			7X96 - Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS
			7XG6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS
			7XI6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS
			7XI8 - Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS
			7XJ0 - Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG
			7XJ4 - Construção de Trecho Rodoviário - Maraú - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA
			7XJ5 - Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC
			7XM0 - Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA
			7XM3 - Adequação de Trecho Rodoviário - km 65 - km 187 - na BR-070/GO
			7XM5 - Construção de Ponte sobre o rio Parnaíba na Divisa PI/MA - na BR-330/PI
			7XM6 - Adequação de Travessia Urbana em Ijuí - Na BR-285/RS
			7XT1 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - na BR-080/DF
			7XW7 - Adequação de Contorno Rodoviário em Araranguá - na BR-101/SC
			7XX3 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MT/RO - Divisa RO/AC - na BR-364/RO
			7XX5 - Prolongamento da Ponte sobre o Rio Tarauacá - na BR-364/AC
			7XZ5 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-424/AL-101 - Divisa AL/SE - na BR-349/AL
			7XZ8 - Construção de Ponte sobre o Rio Mamoré (Fronteria Brasil - Bolívia) - na BR-425/RO
3108 - Segurança Viária	39000 - Ministério dos Transportes	39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	11H1 - Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ
			14TL - Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG
3901 - Transporte Ferroviário	39000 - Ministério dos Transportes	39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	21IR - Operações de Trânsito nas Rodovias Federais
			124G - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334
			15V3 - Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354
		39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	161K - Construção da Ferrovia Transnordestina - trecho entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE - EF-232
			14MM - Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária
			165S - Construção de Trecho Ferroviário - Barragem de Fronteiras na Ferrovia Tronco Norte - EF-225/CE
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade		26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	00SU - Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil
			0E53 - Apoio à aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola
			20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica

ANEXO VII

Despesas que Contribuem para o Atendimento das Prioridades e das Metas Referidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Programa	Órgão	Unidade Orçamentária	Ação
5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	26000 - Ministério da Educação	26101 - Ministério da Educação - Administração Direta	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade		26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
5116 - Segurança Pública com Cidadania		30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	169F - Desenvolvimento e Modernização dos Hospitais Universitários Federais
5118 - Atenção Especializada à Saúde	30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	00V0 - Implantação de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE
5119 - Atenção Primária à Saúde		36901 - Fundo Nacional de Saúde	163C - Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC
5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde		36201 - Fundação Oswaldo Cruz	21D9 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde		36901 - Fundo Nacional de Saúde	8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
5122 - Saúde Indígena			8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde
5125 - Direito à Cultura		42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN	13DW - Construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS)
5126 - Esporte para a Vida		42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	15VW - Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará
5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome		51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta	21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde
5602 - Periferia Viva		55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta	21DA - Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz
6112 - Defesa Nacional		56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde
6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica	32000 - Ministério de Minas e Energia	32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)
			21CF - Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS
			21DX - Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)
			20YP - Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena
			21CJ - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos
			211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais
			5538 - Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados
			00SL - Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer
			8948 - Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural
			00SW - Apoio à regularização fundiária urbana
			00T2 - Apoio à urbanização de favelas
			00VD - Apoio ao desenvolvimento e implementação de ações estratégicas do Programa Periferia Viva
			00TH - Apoio à urbanização de favelas por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
			00TJ - Apoio à melhoria habitacional
			123J - Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas
			15W4 - Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)
			14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2
			14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390
			14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS
			14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas
			14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
			3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército
			123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares
			123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear
			123I - Construção de Submarinos Convencionais
			14T7 - Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha
			21IO - Disponibilização de Embarcações Integrantes do Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT)
			1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NP 500t)
			20LC - Geologia do Espaço Marinho e Costeiro - Novo PAC

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Resumo

A partir do PLOA 2025, com base no § 14 do art. 165 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 102, de 2019, o orçamento da União passou a incorporar, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, o **Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP)**, que consiste em previsões **indicativas** e desagregadas da despesa pública para mais de um exercício. Ampliou-se, desse modo, o horizonte temporal do orçamento público, incorporando o médio prazo ao processo orçamentário e impulsionando o Brasil na direção das melhores práticas internacionais e das recomendações predominantes na literatura acadêmica.

É importante destacar que a fixação da despesa no orçamento da União continua observando o princípio da anualidade, tendo em vista que as previsões apresentadas no MOMP possuem caráter indicativo e não vinculam a elaboração dos orçamentos de exercícios posteriores.

Considerando a estratégia de implementação gradual, no PLOA 2025, as previsões indicativas de despesas alcançaram apenas um exercício à frente. Para 2026, o horizonte temporal de projeção do MOMP foi ampliado, passando a abranger três exercícios subsequentes ao exercício de referência do PLOA – 2027, 2028 e 2029. A inovação fornecerá uma visão mais abrangente e estruturada das trajetórias de despesa no médio prazo, contribuindo para o fortalecimento do planejamento orçamentário e para a previsibilidade das políticas públicas.

As projeções do MOMP envolvem todas as despesas da União, exceto as reservas de contingência constituídas à conta de receitas próprias e vinculadas, o que se justifica pela ausência da classificação por fonte/destinação de recursos nesse novo instrumento. Dessa forma, a fim de evitar distorções nas análises dos números e permitir comparações mais fidedignas, as dotações alocadas no subtítulo “6497 - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios” foram desconsideradas nas despesas de 2026 apresentadas neste Anexo.

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Despesas por Poder

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Poder Executivo	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
Total	6.194.217.686.037	6.649.590.690.820	6.503.571.274.893	7.755.681.686.391
Despesas Primárias Obrigatórias	2.869.715.473.513	3.057.299.155.263	3.242.681.417.818	3.470.391.364.090
1 - Pessoal e Encargos Sociais	386.289.675.073	409.853.987.997	432.938.712.613	456.837.731.632
3 - Outras Despesas Correntes	2.476.169.136.792	2.640.409.931.324	2.802.261.740.231	3.005.575.953.834
4 - Investimentos	3.976.790.170	4.230.633.030	4.342.598.700	4.480.234.836
5 - Inversões Financeiras	3.279.871.478	2.804.602.912	3.138.366.274	3.497.443.788
Despesas Primárias Discricionárias	226.984.254.194	237.308.610.210	244.145.364.815	255.700.308.195
3 - Outras Despesas Correntes	116.226.103.629	123.875.896.949	131.687.539.106	140.122.362.057
4 - Investimentos	49.946.559.546	49.200.720.454	47.089.913.179	46.956.874.234
5 - Inversões Financeiras	20.008.085.141	19.658.970.466	19.660.720.507	19.658.310.295
9 - Reserva de Contingência	40.803.505.878	44.573.022.341	45.707.192.023	48.962.761.609
Despesas Financeiras	3.097.517.958.330	3.354.982.925.347	3.016.744.492.260	4.029.590.014.106
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.424.889.677	23.702.371.678	25.058.893.783	26.357.245.368
2 - Juros e Encargos da Dívida	643.939.797.050	815.044.122.431	859.103.774.799	1.108.274.810.982
3 - Outras Despesas Correntes	2.130.018.631	2.131.550.528	2.134.242.500	2.131.774.856
5 - Inversões Financeiras	205.238.158.582	207.478.175.880	231.950.559.178	238.856.384.226
6 - Amortização da Dívida	2.220.511.416.421	2.303.281.738.880	1.894.870.959.734	2.650.126.241.039
9 - Reserva de Contingência	3.273.677.969	3.344.965.950	3.626.062.266	3.843.557.635

Poder Legislativo	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
Total	19.390.351.354	20.632.475.198	21.804.279.838	22.793.180.127
Despesas Primárias Obrigatórias	15.826.719.540	16.434.385.710	17.047.624.629	17.611.236.530
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.400.701.866	14.919.216.516	15.446.031.505	15.927.844.225
3 - Outras Despesas Correntes	1.423.437.674	1.512.433.676	1.598.930.662	1.680.605.841
4 - Investimentos	2.580.000	2.735.518	2.662.462	2.786.464
Despesas Primárias Discricionárias	3.000.946.574	3.632.229.909	4.189.686.232	4.614.128.033
3 - Outras Despesas Correntes	2.559.053.585	2.738.976.102	2.919.904.563	3.088.718.402
4 - Investimentos	441.892.989	477.807.824	521.338.177	457.801.910
9 - Reserva de Contingência	-	415.445.983	748.443.492	1.067.607.721
Despesas Financeiras	562.685.240	565.859.579	566.968.977	567.815.564
1 - Pessoal e Encargos Sociais	562.685.240	565.859.579	566.968.977	567.815.564

Poder Judiciário	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
Total	74.988.353.908	76.515.711.564	81.990.092.042	83.972.523.477
Despesas Primárias Obrigatórias	57.472.666.806	60.694.080.140	64.355.158.272	66.970.380.598
1 - Pessoal e Encargos Sociais	50.907.951.157	53.711.587.285	56.962.410.160	59.182.695.104
3 - Outras Despesas Correntes	6.564.336.420	6.982.236.331	7.392.483.624	7.787.412.807
4 - Investimentos	379.229	256.524	264.488	272.687
Despesas Primárias Discricionárias	11.790.573.827	10.124.924.732	11.899.240.480	11.233.482.424
3 - Outras Despesas Correntes	9.614.500.861	8.732.578.620	10.598.768.092	10.001.514.975
4 - Investimentos	855.186.547	1.392.346.112	1.300.472.388	1.231.967.449
5 - Inversões Financeiras	71.610.000	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	1.249.276.419	-	-	-
Despesas Financeiras	5.725.113.275	5.696.706.692	5.735.693.290	5.768.660.455
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.725.113.275	5.696.706.692	5.735.693.290	5.768.660.455

Ministério Público da União	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
Total	10.758.006.480	11.409.465.150	12.025.019.557	12.544.469.109
Despesas Primárias Obrigatórias	8.697.247.082	9.261.780.226	9.799.640.904	10.254.673.308
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.776.980.663	8.280.862.572	8.761.475.076	9.168.182.513
3 - Outras Despesas Correntes	920.266.419	980.917.654	1.038.165.828	1.086.490.795

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Despesas Primárias Discrecionárias	1.186.664.341	1.273.456.249	1.351.011.410	1.415.312.832
3 - Outras Despesas Correntes	1.112.405.496	1.203.610.269	1.305.855.051	1.367.810.360
4 - Investimentos	74.258.845	69.845.980	45.156.359	47.502.472
Despesas Financeiras	874.095.057	874.228.675	874.367.243	874.482.969
1 - Pessoal e Encargos Sociais	874.095.057	874.179.187	874.317.755	874.433.481
3 - Outras Despesas Correntes	-	49.488	49.488	49.488

Defensoria Pública da União	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
Total	892.363.845	946.370.897	997.400.404	1.040.462.912
Despesas Primárias Obrigatórias	711.949.748	798.770.395	843.716.805	881.568.582
1 - Pessoal e Encargos Sociais	509.510.565	582.994.173	615.336.015	642.551.117
3 - Outras Despesas Correntes	189.657.788	202.155.763	213.964.692	223.929.947
4 - Investimentos	12.781.395	13.620.459	14.416.098	15.087.518
Despesas Primárias Discrecionárias	107.611.750	74.798.156	80.881.253	86.091.984
3 - Outras Despesas Correntes	107.611.750	74.798.156	80.881.253	86.091.984
Despesas Financeiras	72.802.347	72.802.346	72.802.346	72.802.346
1 - Pessoal e Encargos Sociais	72.802.347	72.802.346	72.802.346	72.802.346

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Despesas por Função e Subfunção		Valor (R\$ 1,00)			
Quadro Síntese					
Função/Subfunção	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029	
01 - Legislativa	12.548.060.009	13.384.977.793	14.026.597.663	14.524.916.843	
031 - Ação Legislativa	2.327.305.715	2.419.968.514	2.569.483.088	2.670.178.814	
032 - Controle Externo	551.523.518	633.151.670	706.818.583	751.472.271	
122 - Administração Geral	7.628.319.389	8.194.429.255	8.525.128.697	8.795.243.535	
131 - Comunicação Social	86.741.199	87.261.334	87.751.787	88.236.355	
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.422.474.316	1.511.426.825	1.597.663.902	1.679.295.461	
846 - Outros Encargos Especiais	531.695.872	538.740.195	539.751.606	540.490.407	
02 - Judiciária	55.514.568.153	58.058.570.920	62.418.559.693	63.487.182.702	
032 - Controle Externo	443.394.185	448.778.986	445.897.745	454.507.788	
061 - Ação Judiciária	5.235.392.536	3.880.544.471	5.408.508.392	3.926.323.502	
122 - Administração Geral	38.347.782.799	41.729.214.896	44.121.023.793	46.238.594.850	
126 - Tecnologia da Informação	57.186.729	62.905.402	69.195.942	76.115.536	
128 - Formação de Recursos Humanos	18.124.868	21.666.775	25.358.631	28.042.174	
131 - Comunicação Social	56.839.996	60.399.710	64.250.517	67.158.555	
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.976.742.249	6.376.671.092	6.769.086.777	7.145.443.768	
846 - Outros Encargos Especiais	5.379.104.791	5.478.389.588	5.515.237.896	5.550.996.529	
03 - Essencial à Justiça	14.347.830.613	15.134.985.182	15.928.099.860	16.626.963.635	
032 - Controle Externo	43.955.354	50.684.455	57.021.154	61.153.575	
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.054.080.115	1.137.830.067	1.234.482.115	1.292.027.606	
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	561.071.550	557.112.674	562.071.550	562.071.550	
122 - Administração Geral	10.045.438.721	10.644.974.793	11.227.984.563	11.774.290.513	
128 - Formação de Recursos Humanos	21.395.240	22.805.129	24.137.302	25.261.462	
131 - Comunicação Social	26.628.360	28.349.714	29.917.061	31.309.358	
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.153.934.474	1.226.039.575	1.294.423.651	1.353.233.762	
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	116.983.322	124.689.033	131.972.743	138.119.281	
846 - Outros Encargos Especiais	1.324.343.477	1.342.499.742	1.366.089.721	1.389.496.528	
04 - Administração	38.108.718.858	37.645.234.380	39.190.591.442	40.665.259.459	
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	165.361.071	173.792.862	165.376.052	172.442.378	
121 - Planejamento e Orçamento	912.868.337	928.203.998	928.203.998	928.203.998	
122 - Administração Geral	25.506.938.294	24.804.577.830	26.055.861.233	27.223.997.750	
123 - Administração Financeira	156.800.000	156.800.000	156.800.000	156.800.000	
124 - Controle Interno	155.103.249	155.103.249	155.103.249	155.103.249	
125 - Normatização e Fiscalização	667.009.811	665.009.811	665.009.811	665.009.811	
126 - Tecnologia da Informação	2.803.710.619	2.803.710.619	2.803.710.619	2.803.710.619	
127 - Ordenamento Territorial	79.093.700	79.009.854	79.225.520	79.147.656	
128 - Formação de Recursos Humanos	800.000	800.000	800.000	800.000	
129 - Administração de Receitas	267.964.315	268.108.428	268.062.917	268.054.656	
131 - Comunicação Social	806.735.710	806.735.710	806.735.710	806.735.710	
183 - Informação e Inteligência	98.731.639	98.731.639	98.731.639	98.731.639	
211 - Relações Diplomáticas	577.701	577.701	577.701	577.701	
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.840.858.061	3.958.290.382	4.117.574.764	4.281.883.654	
364 - Ensino Superior	2.137.087	2.137.087	2.137.087	2.137.087	
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	31.093.928	31.093.928	31.093.928	31.093.928	
541 - Preservação e Conservação Ambiental	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000	
571 - Desenvolvimento Científico	22.632.939	22.632.939	22.632.939	22.632.939	
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	9.980.000	9.980.000	9.980.000	9.980.000	
662 - Produção Industrial	59.950.000	59.950.000	59.950.000	59.950.000	
722 - Telecomunicações	153.870.400	153.870.400	153.870.400	153.870.400	
846 - Outros Encargos Especiais	2.352.501.997	2.452.117.943	2.595.153.875	2.730.396.284	
05 - Defesa Nacional	103.535.320.667	107.473.413.584	112.612.063.075	117.453.699.986	
121 - Planejamento e Orçamento	2.237.564	2.237.564	2.237.564	2.237.564	
122 - Administração Geral	76.843.021.229	80.242.086.358	84.817.248.963	89.143.218.240	
125 - Normatização e Fiscalização	333.799.316	342.948.323	352.371.770	362.078.944	
126 - Tecnologia da Informação	12.800.000	12.800.000	12.800.000	12.800.000	
128 - Formação de Recursos Humanos	96.600.806	96.583.298	96.583.298	96.583.298	
131 - Comunicação Social	1.000.000	999.675	999.675	999.675	
151 - Defesa Aérea	6.836.793.240	7.004.246.473	7.166.034.528	7.288.772.918	
152 - Defesa Naval	1.809.259.522	1.773.348.998	1.885.236.798	1.645.054.340	
153 - Defesa Terrestre	3.010.691.308	3.010.357.942	3.010.357.942	3.010.357.942	
183 - Informação e Inteligência	11.780.824	11.779.526	11.779.526	11.779.526	
212 - Cooperação Internacional	33.320.696	26.320.696	26.320.696	26.320.696	
244 - Assistência Comunitária	112.900.000	112.899.967	112.899.967	112.899.967	
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	68.422.000	66.201.650	64.864.018	63.455.540	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	700.000	699.831	699.831	699.831	
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	11.922.669.169	12.296.075.010	12.671.449.023	13.058.811.661	
363 - Ensino Profissional	139.242.494	139.234.696	139.234.696	139.234.696	
364 - Ensino Superior	54.584.442	54.574.739	54.574.739	54.574.739	
368 - Educação Básica	45.060.804	45.048.939	45.048.939	45.048.939	
423 - Assistência aos Povos Indígenas	203.366.239	203.366.239	203.366.239	203.366.239	
482 - Habitação Urbana	323.755.382	291.513.123	292.226.244	272.870.668	
542 - Controle Ambiental	52.000.000	52.000.000	52.000.000	52.000.000	
571 - Desenvolvimento Científico	130.782.560	184.675.124	84.575.366	84.575.366	
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.137.529.265	1.131.187.577	1.119.372.035	1.359.581.493	
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	5.428.177	5.428.177	5.428.177	5.428.177	
722 - Telecomunicações	41.512.606	48.512.606	48.512.606	48.512.606	
811 - Desporto de Rendimento	17.372.001	17.372.001	17.372.000	17.372.000	
846 - Outros Encargos Especiais	288.691.023	300.915.552	318.468.435	335.064.921	
06 - Segurança Pública	18.948.086.181	19.471.785.048	20.318.946.519	21.127.778.543	
122 - Administração Geral	11.734.501.110	12.144.048.617	12.783.065.062	13.379.040.437	
128 - Formação de Recursos Humanos	22.390.300	24.281.886	26.095.647	27.950.489	
131 - Comunicação Social	100.004	100.004	100.004	100.004	

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Função/Subfunção	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
181 - Policiamento	3.248.260.152	3.250.286.380	3.345.709.528	3.429.548.286
182 - Defesa Civil	814.000.000	814.000.000	814.000.000	814.000.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	613.464.182	637.923.436	662.357.539	687.550.521
421 - Custódia e Reintegração Social	467.575.205	463.726.588	471.756.892	488.355.423
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	212.888.292	219.897.340	182.897.340	162.897.340
482 - Habitação Urbana	2.000.000	7.000.000	11.000.000	11.000.000
846 - Outros Encargos Especiais	1.832.906.936	1.910.520.797	2.021.964.507	2.127.336.043
07 - Relações Exteriores	5.148.869.171	5.268.949.935	5.422.610.685	5.571.625.828
122 - Administração Geral	2.449.811.403	2.518.469.172	2.617.081.682	2.710.321.143
128 - Formação de Recursos Humanos	4.490.000	4.490.000	4.490.000	4.490.000
211 - Relações Diplomáticas	1.294.626.346	1.294.627.275	1.294.627.275	1.294.627.275
212 - Cooperação Internacional	42.820.000	42.820.000	42.820.000	42.820.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.079.534.496	1.122.633.111	1.165.757.206	1.210.258.449
392 - Difusão Cultural	64.701.000	64.720.000	64.720.000	64.720.000
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	7.700.125	7.700.125	7.700.125	7.700.125
691 - Promoção Comercial	9.070.230	9.070.230	9.070.230	9.070.230
846 - Outros Encargos Especiais	196.115.571	204.420.022	216.344.167	227.618.606
08 - Assistência Social	292.230.185.372	322.761.820.919	340.299.762.029	356.311.678.506
122 - Administração Geral	671.196.806	675.346.448	681.304.809	686.938.521
125 - Normatização e Fiscalização	29.946.047	29.946.047	29.946.047	29.946.047
126 - Tecnologia da Informação	42.822.845	42.822.845	42.822.845	42.822.845
128 - Formação de Recursos Humanos	426.740	426.740	426.740	426.740
131 - Comunicação Social	96.695.914	96.695.914	96.695.914	96.695.914
241 - Assistência à Pessoa Idosa	54.595.114.457	57.754.620.309	61.043.758.843	63.887.732.337
242 - Assistência à Pessoa com Deficiência	67.821.987.289	89.797.237.887	99.090.370.305	107.154.495.769
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	333.256.702	333.256.702	333.256.702	333.256.702
244 - Assistência Comunitária	6.468.166.680	6.468.166.680	6.468.166.680	6.468.166.680
245 - Serviços Socioassistenciais	2.129.503.030	2.100.703.030	2.100.703.030	2.100.703.030
246 - Segurança de Renda	158.632.791.717	164.053.883.672	169.003.077.130	174.100.749.475
306 - Alimentação e Nutrição	875.605.598	875.605.598	875.605.598	875.605.598
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	6.503.278	6.754.379	7.005.072	7.263.471
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	21.766.317	21.766.317	21.766.317	21.766.317
511 - Saneamento Básico Rural	500.000.000	500.000.000	500.000.000	500.000.000
846 - Outros Encargos Especiais	4.401.952	4.588.351	4.855.997	5.109.060
09 - Previdência Social	1.201.991.102.214	1.283.021.247.966	1.367.769.870.352	1.448.332.254.505
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	200.000	200.000	200.000	200.000
122 - Administração Geral	6.531.848.323	6.686.192.287	6.979.589.293	7.257.000.129
124 - Controle Interno	2.930.000	2.930.000	2.930.000	2.930.000
125 - Normatização e Fiscalização	314.518	303.973	303.973	303.973
126 - Tecnologia da Informação	457.412.066	457.412.066	457.412.066	457.412.066
128 - Formação de Recursos Humanos	400.000	400.000	400.000	400.000
131 - Comunicação Social	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
271 - Previdência Básica	1.079.878.921.480	1.157.182.595.691	1.234.895.566.465	1.308.929.423.400
272 - Previdência do Regime Estatutário	113.714.651.660	117.228.244.385	123.894.134.306	130.071.534.949
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	432.382.927	450.021.616	467.649.429	485.828.661
846 - Outros Encargos Especiais	966.041.240	1.006.947.948	1.065.684.820	1.121.221.327
10 - Saúde	222.194.996.402	232.667.634.155	242.234.893.703	255.283.438.761
121 - Planejamento e Orçamento	63.930.000	63.930.000	65.847.900	65.847.900
122 - Administração Geral	23.469.451.528	23.417.038.431	24.214.471.898	24.735.572.489
125 - Normatização e Fiscalização	33.707.936	33.374.198	33.738.712	33.743.497
126 - Tecnologia da Informação	1.251.648.299	1.263.706.707	1.248.046.849	1.247.979.870
128 - Formação de Recursos Humanos	3.870.365.640	3.871.485.640	3.959.581.862	3.959.581.862
131 - Comunicação Social	287.800.000	287.800.000	296.434.000	296.434.000
301 - Atenção Básica	45.721.538.688	45.485.802.610	48.750.679.093	54.478.567.539
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	91.571.085.615	98.897.893.783	106.088.137.189	112.766.856.453
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	32.443.015.000	32.992.935.914	33.908.877.766	33.908.877.766
304 - Vigilância Sanitária	378.581.060	386.771.074	395.809.218	395.809.218
305 - Vigilância Epidemiológica	15.827.410.875	16.234.808.860	16.721.853.148	16.721.853.148
306 - Alimentação e Nutrição	170.000.000	170.000.000	175.100.000	175.100.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.224.033.072	1.274.379.494	1.324.702.219	1.376.603.078
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	16.000.000	16.000.000	16.480.000	16.480.000
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	27.600.000	27.600.000	28.428.000	28.428.000
423 - Assistência aos Povos Indígenas	1.446.089.732	1.424.051.760	1.442.000.000	1.442.000.000
511 - Saneamento Básico Rural	315.312.210	336.632.119	268.830.000	268.830.000
512 - Saneamento Básico Urbano	200.400.000	200.400.000	206.412.000	206.412.000
541 - Preservação e Conservação Ambiental	12.500.000	12.500.000	12.875.000	12.875.000
571 - Desenvolvimento Científico	1.595.413.959	2.192.889.699	1.493.500.002	1.493.500.002
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	891.468.458	2.671.187.284	103.000.000	103.000.000
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	176.000.000	153.914.237	154.500.000	154.500.000
846 - Outros Encargos Especiais	1.201.644.330	1.252.532.345	1.325.588.847	1.394.586.939
11 - Trabalho	123.469.982.034	132.824.056.405	141.979.270.076	150.643.752.864
122 - Administração Geral	2.077.611.098	2.150.786.680	2.255.857.585	2.355.203.545
125 - Normatização e Fiscalização	33.288.703	33.288.703	33.288.703	33.288.703
126 - Tecnologia da Informação	295.060.990	294.399.778	294.399.778	294.399.778
127 - Ordenamento Territorial	100.000	1	1	1
128 - Formação de Recursos Humanos	1.330.788	1.945.000	1.945.000	1.945.000
131 - Comunicação Social	19.047.123	19.094.123	19.094.123	19.094.123
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	97.655.039.242	105.373.924.422	112.919.406.086	119.911.942.537
333 - Empregabilidade	134.387.685	134.387.685	134.387.685	134.387.685
334 - Fomento ao Trabalho	23.053.864.532	24.607.809.340	26.100.741.076	27.662.251.179
366 - Educação de Jovens e Adultos	4.610.315	4.610.315	4.610.315	4.610.315
571 - Desenvolvimento Científico	2.729.494	2.729.494	2.729.494	2.729.494
846 - Outros Encargos Especiais	192.912.064	201.080.864	212.810.230	223.900.504
12 - Educação	211.769.292.109	220.475.691.329	236.831.219.844	255.630.992.329
122 - Administração Geral	2.169.854.166	2.210.519.980	2.579.175.418	3.067.465.429
128 - Formação de Recursos Humanos	62.156.633	62.399.228	77.376.336	98.145.539

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Função/Subfunção	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
131 - Comunicação Social	117.853.033	118.313.010	146.710.570	186.090.342
211 - Relações Diplomáticas	2.600.000	2.610.148	3.236.638	4.105.410
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.451.654.993	16.042.608.758	17.081.548.003	18.126.440.761
306 - Alimentação e Nutrição	5.461.907.292	5.625.746.725	5.794.500.808	5.968.335.833
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	6.058.685.195	6.296.937.674	6.534.884.848	6.780.189.624
362 - Ensino Médio	12.000.000.000	12.000.000.000	12.000.000.000	12.000.000.000
363 - Ensino Profissional	20.151.331.340	20.846.665.995	22.596.419.802	24.590.234.070
364 - Ensino Superior	48.165.096.993	49.687.668.233	54.828.997.272	61.016.126.360
365 - Educação Infantil	1.387.397.334	1.388.376.906	1.448.852.543	1.532.715.978
366 - Educação de Jovens e Adultos	121.614.073	122.088.730	151.392.540	192.029.038
367 - Educação Especial	49.980.221	50.175.293	62.218.397	78.918.941
368 - Educação Básica	8.937.606.143	9.008.482.503	10.368.985.862	12.231.035.156
571 - Desenvolvimento Científico	271.229.089	272.287.690	337.642.343	428.271.660
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	464.489.778	466.302.672	578.224.915	733.430.949
694 - Serviços Financeiros	7.673.088.625	7.673.088.625	7.673.088.625	7.673.088.625
846 - Outros Encargos Especiais	11.238.228.058	11.593.166.895	12.239.222.293	12.850.076.405
847 - Transferências para a Educação Básica	71.984.519.143	77.008.252.264	82.328.742.631	88.074.292.209
13 - Cultura	2.859.746.733	2.889.206.713	2.923.478.752	2.956.049.029
122 - Administração Geral	865.610.649	887.236.737	917.403.477	946.120.274
125 - Normatização e Fiscalização	100.000	100.000	100.000	100.000
128 - Formação de Recursos Humanos	1.925.000	1.925.000	1.925.000	1.925.000
131 - Comunicação Social	1.000	1.000	1.000	1.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	49.635.443	51.578.087	53.518.069	55.517.954
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	254.704.153	258.704.153	258.704.153	258.704.153
392 - Difusão Cultural	896.528.496	895.620.403	893.766.215	891.819.318
571 - Desenvolvimento Científico	25.133.522	25.133.522	25.133.522	25.133.522
691 - Promoção Comercial	700.000.000	700.000.000	700.000.000	700.000.000
846 - Outros Encargos Especiais	66.108.470	68.907.811	72.927.316	76.727.808
14 - Direitos da Cidadania	2.374.078.485	2.346.380.805	2.376.510.225	2.405.106.096
031 - Ação Legislativa	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
122 - Administração Geral	770.397.935	737.706.363	759.099.999	779.309.760
125 - Normatização e Fiscalização	129.256.872	131.642.469	131.642.469	131.642.469
131 - Comunicação Social	46.213.147	48.133.106	48.133.106	48.133.106
211 - Relações Diplomáticas	864.000	890.500	918.325	947.541
241 - Assistência à Pessoa Idosa	10.038.750	10.038.750	10.038.750	10.038.750
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	60.790.249	60.790.249	60.790.249	60.790.249
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	32.120.781	33.387.518	34.652.692	35.957.030
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	779.633.366	779.550.734	779.550.734	779.521.518
423 - Assistência aos Povos Indígenas	419.578.041	413.792.444	413.792.444	413.792.444
846 - Outros Encargos Especiais	123.185.344	128.401.588	135.891.457	142.973.229
15 - Urbanismo	2.789.225.421	2.841.275.615	2.897.334.784	2.950.682.535
121 - Planejamento e Orçamento	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
122 - Administração Geral	893.682.360	929.746.578	981.530.246	1.030.492.403
127 - Ordenamento Territorial	196.000.000	188.000.000	188.000.000	188.000.000
128 - Formação de Recursos Humanos	1.360.000	1.360.000	1.360.000	1.360.000
131 - Comunicação Social	120.000	120.000	120.000	120.000
182 - Defesa Civil	195.000.000	195.000.000	195.000.000	195.000.000
244 - Assistência Comunitária	7.327.300	7.383.147	7.538.641	7.698.801
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	89.418.215	93.243.987	97.070.564	101.018.556
451 - Infra-Estrutura Urbana	261.114.555	281.014.555	281.014.555	281.014.555
452 - Serviços Urbanos	3.600.000	3.600.000	3.600.000	3.600.000
453 - Transportes Coletivos Urbanos	1.102.756.964	1.102.756.964	1.102.756.964	1.102.756.964
665 - Normalização e Qualidade	20.000	20.000	20.000	20.000
845 - Outras Transferências	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000
846 - Outros Encargos Especiais	4.826.027	5.030.384	5.323.814	5.601.256
16 - Habitação	1.306.500.000	1.306.500.000	1.306.500.000	1.306.500.000
482 - Habitação Urbana	1.306.500.000	1.306.500.000	1.306.500.000	1.306.500.000
17 - Saneamento	1.389.290.103	1.390.790.103	1.390.290.103	1.390.290.103
511 - Saneamento Básico Rural	54.100.000	54.000.000	54.000.000	54.000.000
512 - Saneamento Básico Urbano	1.333.190.103	1.334.290.103	1.334.290.103	1.334.290.103
544 - Recursos Hídricos	2.000.000	2.500.000	2.000.000	2.000.000
18 - Gestão Ambiental	48.596.859.687	49.087.702.539	48.820.068.727	48.937.840.746
122 - Administração Geral	1.767.163.295	1.826.751.951	1.905.134.375	1.979.246.016
125 - Normatização e Fiscalização	448.097.545	448.052.364	448.052.364	448.052.364
128 - Formação de Recursos Humanos	4.557.169	4.557.169	4.557.169	4.557.169
131 - Comunicação Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	109.116.532	113.649.002	118.180.119	122.853.766
512 - Saneamento Básico Urbano	4.390.132	4.390.132	4.390.132	4.390.132
541 - Preservação e Conservação Ambiental	43.145.373.197	43.466.848.069	43.128.936.481	43.147.457.514
542 - Controle Ambiental	114.707.212	114.707.212	114.707.212	114.707.212
543 - Recuperação de Áreas Degradadas	15.205.166	15.205.166	15.205.166	15.205.166
544 - Recursos Hídricos	2.742.481.409	2.837.512.141	2.810.142.440	2.816.677.001
571 - Desenvolvimento Científico	1.940.000	1.940.000	1.940.000	1.940.000
846 - Outros Encargos Especiais	242.328.030	252.589.333	267.323.269	281.254.406
19 - Ciência e Tecnologia	21.897.660.074	22.478.880.138	23.414.782.770	24.260.199.543
121 - Planejamento e Orçamento	12.542.420	14.422.404	16.639.209	18.602.191
122 - Administração Geral	1.720.874.544	1.849.217.136	1.997.884.685	2.131.851.090
125 - Normatização e Fiscalização	25.610.829	30.942.858	34.143.188	37.777.436
126 - Tecnologia da Informação	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
128 - Formação de Recursos Humanos	12.000.000	14.506.293	15.997.026	17.674.396
131 - Comunicação Social	7.000.000	8.140.132	9.363.241	10.371.771
211 - Relações Diplomáticas	155.000	180.246	207.329	229.661
212 - Cooperação Internacional	9.313.639	10.841.979	11.945.161	13.354.803
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	102.494.778	106.854.324	111.214.371	115.712.490
541 - Preservação e Conservação Ambiental	2.850.000	3.445.245	3.799.294	4.197.669
542 - Controle Ambiental	3.850.290	4.477.410	5.150.170	5.704.904

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Função/Subfunção	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
571 - Desenvolvimento Científico	3.176.476.892	3.631.301.343	3.361.542.468	3.623.610.650
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	16.393.625.140	16.330.424.688	17.337.292.264	17.735.589.465
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	35.500.144	41.728.489	47.837.343	52.962.192
662 - Produção Industrial	185.178.294	213.478.518	230.311.377	249.251.683
846 - Outros Encargos Especiais	206.188.104	214.919.073	227.455.644	239.309.142
20 - Agricultura	35.154.282.856	33.198.829.167	32.631.716.473	32.971.786.217
122 - Administração Geral	5.639.312.696	5.848.530.964	6.174.013.442	6.481.759.578
125 - Normatização e Fiscalização	204.313.801	204.313.801	204.313.801	204.313.801
131 - Comunicação Social	15.713.000	15.713.000	15.713.000	15.713.000
211 - Relações Diplomáticas	426.000	426.000	426.000	426.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	379.300.695	395.818.756	412.345.211	429.398.689
541 - Preservação e Conservação Ambiental	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
545 - Meteorologia	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000
571 - Desenvolvimento Científico	8.220.000	8.220.000	8.220.000	8.220.000
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	490.579.695	490.579.755	490.578.755	490.579.755
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	18.894.000	18.894.000	18.894.000	18.894.000
605 - Abastecimento	9.258.064.979	6.975.691.854	5.776.465.130	5.282.878.987
606 - Extensão Rural	102.418	102.418	102.418	102.418
607 - Irrigação	25.560.387	25.569.687	25.578.966	25.588.523
608 - Promoção da Produção Agropecuária	18.769.091.436	18.860.774.150	19.137.243.042	19.633.293.370
609 - Defesa Agropecuária	52.066.199	52.066.199	52.066.199	52.066.199
691 - Promoção Comercial	42.500.000	42.500.000	42.500.000	42.500.000
846 - Outros Encargos Especiais	224.137.550	233.628.583	247.256.509	260.141.897
21 - Organização Agrária	5.254.155.394	5.333.957.346	5.445.139.687	5.558.136.197
122 - Administração Geral	2.284.604.991	2.347.960.870	2.438.931.919	2.524.946.274
127 - Ordenamento Territorial	668.567.645	668.567.645	668.567.645	668.567.645
131 - Comunicação Social	3.100.000	3.100.000	3.100.000	3.100.000
244 - Assistência Comunitária	468.040.642	482.080.337	496.541.178	511.437.413
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	179.189.304	187.365.221	195.551.498	204.002.186
363 - Ensino Profissional	29.556.241	29.556.241	29.556.241	29.556.241
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	800.000	800.000	800.000	800.000
571 - Desenvolvimento Científico	200.000	200.000	200.000	200.000
606 - Extensão Rural	180.189.226	180.189.226	180.189.226	180.189.226
608 - Promoção da Produção Agropecuária	145.597.003	145.597.003	145.597.003	145.597.003
631 - Reforma Agrária	1.195.822.251	1.185.966.955	1.177.664.496	1.175.752.748
693 - Comércio Exterior	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
846 - Outros Encargos Especiais	96.488.091	100.573.848	106.440.481	111.987.461
22 - Indústria	2.778.881.200	2.855.967.305	2.964.506.857	3.067.557.474
122 - Administração Geral	1.857.971.913	1.923.879.873	2.018.515.388	2.107.994.546
125 - Normatização e Fiscalização	451.533.955	451.533.955	451.533.955	451.533.955
126 - Tecnologia da Informação	15.550.000	15.550.000	15.550.000	15.550.000
131 - Comunicação Social	200.000	200.000	200.000	200.000
182 - Defesa Civil	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
211 - Relações Diplomáticas	50.000	50.000	50.000	50.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	114.889.463	119.816.592	124.744.956	129.829.796
544 - Recursos Hídricos	1.577.714	1.577.714	1.577.714	1.577.714
571 - Desenvolvimento Científico	14.033.370	14.033.370	14.033.370	14.033.370
661 - Promoção Industrial	3.400.000	3.400.000	3.400.000	3.400.000
663 - Mineração	49.753.455	49.753.455	49.753.455	49.753.455
664 - Propriedade Industrial	100.299.082	100.299.082	100.299.082	100.299.082
665 - Normalização e Qualidade	12.000.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000
846 - Outros Encargos Especiais	147.622.248	153.873.264	162.848.937	171.335.556
23 - Comércio e Serviços	5.112.774.071	5.062.056.434	5.082.784.455	5.217.055.529
122 - Administração Geral	250.638.150	263.325.484	267.184.156	270.832.583
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	6.447.202	6.705.448	6.963.453	7.229.483
691 - Promoção Comercial	153.246.976	153.246.976	153.246.976	153.246.976
693 - Comércio Exterior	3.701.085.179	3.835.150.000	4.003.150.000	4.174.150.000
695 - Turismo	995.608.992	797.637.575	645.899.457	604.925.653
846 - Outros Encargos Especiais	5.747.572	5.990.951	6.340.413	6.670.834
24 - Comunicações	3.648.323.604	3.674.748.143	3.776.147.672	3.844.671.800
122 - Administração Geral	1.115.070.989	1.095.093.705	1.112.007.362	1.130.121.877
125 - Normatização e Fiscalização	38.287.935	40.241.775	42.294.105	44.451.105
126 - Tecnologia da Informação	136.522.600	163.406.188	186.476.416	207.239.622
131 - Comunicação Social	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	33.236.029	34.584.560	35.932.129	37.321.779
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	13.259.000	13.935.209	14.645.904	15.392.845
571 - Desenvolvimento Científico	500.000	500.000	500.000	500.000
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	399.103.921	439.560.257	469.285.136	497.541.829
722 - Telecomunicações	1.819.656.900	1.794.384.333	1.817.587.178	1.810.544.480
846 - Outros Encargos Especiais	74.686.230	75.042.116	79.419.442	83.558.263
25 - Energia	1.747.765.024	1.801.526.265	1.876.733.698	1.948.237.469
121 - Planejamento e Orçamento	8.400.939	8.400.939	8.400.939	8.400.939
122 - Administração Geral	1.323.148.334	1.371.023.580	1.437.366.476	1.500.484.731
125 - Normatização e Fiscalização	74.640.502	75.139.085	75.239.085	75.390.085
126 - Tecnologia da Informação	21.000.000	21.945.000	22.310.000	22.310.000
128 - Formação de Recursos Humanos	2.112.000	2.100.000	2.107.500	2.116.000
130 - Administração de Concessões	10.750.659	8.610.599	8.692.500	8.523.250
131 - Comunicação Social	9.000.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000
211 - Relações Diplomáticas	330.746	330.746	330.746	330.746
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	105.243.460	109.806.508	114.371.542	119.081.969
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	48.978.077	48.978.077	48.978.077	48.978.077
665 - Normalização e Qualidade	12.719.804	10.458.200	10.589.349	10.194.799
751 - Conservação de Energia	27.052.016	27.052.016	27.052.016	27.052.016
752 - Energia Elétrica	27.679.121	29.030.210	28.419.910	28.505.210
753 - Combustíveis Minerais	6.081.318	6.081.318	6.081.318	6.081.318
754 - Biocombustíveis	1.152.048	1.152.048	1.152.048	1.152.048
846 - Outros Encargos Especiais	69.476.000	72.417.939	76.642.192	80.636.281

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Função/Subfunção	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
26 - Transporte	17.525.528.493	17.617.878.786	17.748.590.372	17.872.551.458
121 - Planejamento e Orçamento	427.861.301	427.861.301	427.861.301	427.861.301
122 - Administração Geral	3.301.535.760	3.370.938.123	3.483.377.497	3.589.693.952
125 - Normatização e Fiscalização	164.256.843	168.573.914	168.573.914	168.573.914
126 - Tecnologia da Informação	263.900.935	263.900.935	263.900.935	263.900.935
127 - Ordenamento Territorial	50.000	51.550	53.097	54.690
128 - Formação de Recursos Humanos	1.595.716	6.119.059	6.036.629	5.955.188
130 - Administração de Concessões	400.000	400.000	400.000	400.000
131 - Comunicação Social	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	109.970.481	114.320.812	118.666.046	123.145.902
451 - Infra-Estrutura Urbana	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
452 - Serviços Urbanos	18.745.190	18.745.190	18.745.190	18.745.190
781 - Transporte Aéreo	329.608.230	329.608.230	329.608.230	329.608.230
782 - Transporte Rodoviário	11.554.439.504	11.554.439.504	11.554.439.504	11.554.439.504
783 - Transporte Ferroviário	437.274.071	437.274.071	437.274.071	437.274.071
784 - Transporte Aquaviário	657.504.146	657.504.146	657.504.146	657.504.146
846 - Outros Encargos Especiais	230.386.316	240.141.951	254.149.812	267.394.435
27 - Desporto e Lazer	619.658.574	621.320.973	623.662.592	625.885.452
122 - Administração Geral	92.809.119	94.367.789	96.605.843	98.721.954
128 - Formação de Recursos Humanos	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
131 - Comunicação Social	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.681.496	2.785.225	2.888.790	2.995.539
811 - Desporto de Rendimento	233.505.500	233.505.500	233.505.500	233.505.500
812 - Desporto Comunitário	280.662.459	280.662.459	280.662.459	280.662.459
28 - Encargos Especiais	3.783.034.490.123	4.081.684.130.533	3.789.730.717.017	4.891.110.001.242
274 - Previdência Especial	141.206	147.216	152.895	157.687
841 - Refinanciamento da Dívida Interna	1.741.032.790.554	2.230.590.235.079	1.800.765.260.885	2.569.880.153.707
842 - Refinanciamento da Dívida Externa	29.139.732.220	19.028.083.748	41.860.097.150	28.779.624.931
843 - Serviço da Dívida Interna	1.011.636.201.715	781.656.999.068	821.997.816.309	1.066.551.936.946
844 - Serviço da Dívida Externa	45.298.488.982	49.706.543.416	52.007.560.189	55.845.336.437
845 - Outras Transferências	516.269.304.474	541.962.154.913	571.981.191.706	609.085.455.785
846 - Outros Encargos Especiais	321.484.432.937	333.195.530.880	367.339.507.158	418.443.672.233
847 - Transferências para a Educação Básica	118.173.398.035	125.544.436.213	133.779.130.725	142.523.663.516
99 - Reserva de Contingência	64.350.529.999	76.715.195.148	78.346.617.609	83.950.227.165
999 - Reserva de Contingência	64.350.529.999	76.715.195.148	78.346.617.609	83.950.227.165

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Despesas por Órgão				Valor (R\$ 1,00)
Quadro Síntese				
Órgão	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
01000 - Câmara dos Deputados	9.262.147.825	9.857.408.687	10.419.851.297	10.894.482.359
Primária Obrigatória	7.603.698.922	8.104.763.671	8.578.203.441	8.977.727.262
Primária Discricionária	1.429.433.782	1.523.629.895	1.612.632.735	1.687.739.976
Financeira	229.015.121	229.015.121	229.015.121	229.015.121
02000 - Senado Federal	6.816.912.036	7.258.248.290	7.673.362.618	8.023.577.471
Primária Obrigatória	5.644.308.888	5.627.702.555	5.647.590.589	5.692.950.734
Primária Discricionária	1.004.834.338	1.459.602.586	1.853.719.482	2.157.727.603
Financeira	167.768.810	170.943.149	172.052.547	172.899.134
03000 - Tribunal de Contas da União	3.311.291.493	3.516.818.221	3.711.065.923	3.875.120.297
Primária Obrigatória	2.578.711.730	2.701.919.484	2.821.830.599	2.940.558.534
Primária Discricionária	566.678.454	648.997.428	723.334.015	768.660.454
Financeira	165.901.309	165.901.309	165.901.309	165.901.309
10000 - Supremo Tribunal Federal	1.098.903.433	1.117.839.579	1.177.790.988	1.228.764.281
Primária Obrigatória	691.118.662	746.916.060	766.541.448	786.492.492
Primária Discricionária	348.613.948	311.752.696	352.078.717	383.100.966
Financeira	59.170.823	59.170.823	59.170.823	59.170.823
11000 - Superior Tribunal de Justiça	2.488.121.438	2.564.370.660	2.703.680.739	2.821.562.503
Primária Obrigatória	1.791.199.317	1.876.943.183	1.933.244.403	1.990.251.425
Primária Discricionária	544.359.184	542.899.727	625.908.586	686.783.328
Financeira	152.562.937	144.527.750	144.527.750	144.527.750
12000 - Justiça Federal	18.813.972.233	19.660.372.129	20.692.254.721	21.573.430.156
Primária Obrigatória	14.890.309.505	15.945.826.519	16.994.951.069	18.080.317.547
Primária Discricionária	2.223.662.728	2.014.545.610	1.997.303.652	1.793.112.609
Financeira	1.700.000.000	1.700.000.000	1.700.000.000	1.700.000.000
13000 - Justiça Militar da União	935.408.190	973.065.504	1.027.543.047	1.071.779.404
Primária Obrigatória	671.627.860	714.088.714	743.097.266	757.189.798
Primária Discricionária	213.862.410	203.706.083	226.288.913	256.112.053
Financeira	49.917.920	55.270.707	58.156.868	58.477.553
14000 - Justiça Eleitoral	14.000.529.594	13.279.252.914	15.420.810.496	14.563.886.446
Primária Obrigatória	8.576.027.240	8.587.765.532	9.194.671.203	8.990.541.115
Primária Discricionária	4.522.845.463	3.725.909.745	5.253.042.222	4.594.842.340
Financeira	901.656.891	965.577.637	973.097.071	978.502.991
15000 - Justiça do Trabalho	32.341.342.560	33.440.719.040	35.189.135.160	36.666.572.705
Primária Obrigatória	26.950.224.406	28.638.898.866	30.249.586.219	31.609.093.280
Primária Discricionária	2.917.985.466	2.447.243.631	2.584.972.398	2.702.902.882
Financeira	2.473.132.688	2.354.576.543	2.354.576.543	2.354.576.543
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	4.701.011.871	4.845.712.150	5.120.845.252	5.370.244.736
Primária Obrigatória	3.752.350.850	4.016.544.493	4.281.636.429	4.555.447.078
Primária Discricionária	575.351.443	429.574.285	413.242.288	361.590.563
Financeira	373.309.578	399.593.372	425.966.535	453.207.095
17000 - Conselho Nacional de Justiça	609.064.589	634.379.588	658.031.639	676.283.246
Primária Obrigatória	149.808.966	167.096.773	191.430.235	201.047.863
Primária Discricionária	443.893.185	449.292.955	446.403.704	455.037.683
Financeira	15.362.438	17.989.860	20.197.700	20.197.700
20000 - Presidência da República	3.508.942.801	3.592.942.943	3.712.666.277	3.826.425.810
Primária Obrigatória	1.966.166.787	2.047.445.726	2.163.260.321	2.273.324.087
Primária Discricionária	1.478.489.244	1.478.488.244	1.478.488.244	1.478.488.244
Financeira	64.286.770	67.008.973	70.917.712	74.613.479
22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	10.970.144.492	11.274.091.436	11.788.253.707	12.275.866.106
Primária Obrigatória	8.416.320.937	8.710.970.701	9.211.783.394	9.686.773.587
Primária Discricionária	2.334.263.983	2.334.263.983	2.334.263.983	2.334.263.983
Financeira	219.559.572	228.856.752	242.206.330	254.828.536
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	15.361.635.943	16.016.402.728	16.832.312.506	17.621.160.977
Primária Obrigatória	3.540.153.336	3.637.922.700	3.848.082.565	4.047.177.271
Primária Discricionária	11.615.294.503	12.163.560.955	12.756.774.297	13.334.674.564
Financeira	206.188.104	214.919.073	227.455.644	239.309.142
25000 - Ministério da Fazenda	17.210.555.962	17.391.276.588	18.003.352.629	18.583.390.003
Primária Obrigatória	9.366.941.121	9.501.387.315	10.047.019.113	10.564.232.556
Primária Discricionária	4.633.536.280	4.633.536.280	4.633.536.280	4.633.536.280
Financeira	3.210.078.561	3.256.352.993	3.322.797.236	3.385.621.167
26000 - Ministério da Educação	233.350.704.717	243.987.550.950	261.274.396.805	281.558.912.363
Primária Obrigatória	181.398.531.097	191.203.673.829	202.262.862.849	213.975.434.868
Primária Discricionária	40.663.545.116	40.756.405.076	46.530.437.716	54.537.467.081
Financeira	11.288.628.504	12.027.472.045	12.481.096.240	13.046.010.414
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	2.030.673.925	2.081.536.862	2.153.828.992	2.222.326.584
Primária Obrigatória	1.070.083.511	1.115.259.106	1.179.384.929	1.240.161.168
Primária Discricionária	826.279.744	826.279.744	826.279.744	826.279.744
Financeira	134.310.670	139.998.012	148.164.319	155.885.672

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Órgão	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
29000 - Defensoria Pública da União	892.363.845	946.370.897	997.400.404	1.040.462.912
Primária Obrigatória	711.949.748	798.770.395	843.716.805	881.568.582
Primária Discricionária	107.611.750	74.798.156	80.881.253	86.091.984
Finança	72.802.347	72.802.346	72.802.346	72.802.346
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	24.040.602.573	24.682.620.640	25.842.539.929	26.947.211.958
Primária Obrigatória	18.853.121.261	19.416.319.265	20.463.062.890	21.460.725.798
Primária Discricionária	3.326.089.055	3.326.089.055	3.326.089.055	3.326.089.055
Finança	1.861.392.257	1.940.212.320	2.053.387.984	2.160.397.105
30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade	71.000.887	71.803.955	72.932.535	74.004.399
Primária Obrigatória	18.257.824	19.026.012	20.104.509	21.129.019
Primária Discricionária	51.919.351	51.919.351	51.919.351	51.919.351
Finança	823.712	858.592	908.675	956.029
32000 - Ministério de Minas e Energia	1.939.363.929	2.001.015.596	2.085.152.786	2.165.306.536
Primária Obrigatória	1.434.040.511	1.495.535.313	1.579.447.266	1.659.388.050
Primária Discricionária	501.618.947	501.618.947	501.618.947	501.618.947
Finança	3.704.471	3.861.336	4.086.573	4.299.539
32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	499.683.201	515.204.895	537.247.975	558.137.937
Primária Obrigatória	327.228.351	341.063.297	360.684.419	379.284.388
Primária Discricionária	132.621.085	132.621.085	132.621.085	132.621.085
Finança	39.833.765	41.520.513	43.942.471	46.232.464
32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	2.344.686.594	2.446.641.226	2.500.598.775	2.578.222.808
Primária Obrigatória	2.171.946.571	2.272.802.877	2.325.183.368	2.401.316.271
Primária Discricionária	146.802.259	146.802.259	146.802.259	146.802.259
Finança	25.937.764	27.036.090	28.613.148	30.104.278
32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM	566.278.580	585.582.201	612.976.265	638.940.917
Primária Obrigatória	418.648.071	436.323.848	461.380.533	485.135.161
Primária Discricionária	109.187.798	109.187.798	109.187.798	109.187.798
Finança	38.442.711	40.070.555	42.407.934	44.617.958
33000 - Ministério da Previdência Social	1.152.797.352.793	1.233.552.790.152	1.316.314.170.671	1.395.592.625.924
Primária Obrigatória	1.149.635.177.609	1.230.349.798.260	1.313.052.441.907	1.392.275.360.653
Primária Discricionária	2.196.133.944	2.196.043.944	2.196.043.944	2.196.043.944
Finança	966.041.240	1.006.947.948	1.065.684.820	1.121.221.327
34000 - Ministério Público da União	10.624.789.879	11.267.830.915	11.875.419.456	12.388.148.024
Primária Obrigatória	8.619.236.856	9.182.291.878	9.718.675.457	10.171.315.964
Primária Discricionária	1.138.963.929	1.218.949.943	1.290.154.905	1.350.242.966
Finança	866.589.094	866.589.094	866.589.094	866.589.094
35000 - Ministério das Relações Exteriores	5.673.711.441	5.816.015.933	6.001.587.155	6.180.774.076
Primária Obrigatória	3.131.449.832	3.265.449.873	3.439.096.950	3.607.009.432
Primária Discricionária	2.346.146.038	2.346.146.038	2.346.146.038	2.346.146.038
Finança	196.115.571	204.420.022	216.344.167	227.618.606
36000 - Ministério da Saúde	259.370.834.602	275.395.726.180	287.242.671.240	303.676.549.236
Primária Obrigatória	196.356.948.039	204.813.147.223	216.424.908.165	231.613.703.382
Primária Discricionária	61.934.307.401	69.457.285.359	69.626.829.316	70.809.848.434
Finança	1.079.579.162	1.125.293.598	1.190.933.759	1.252.997.420
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	1.143.473.534	1.186.082.415	1.241.522.741	1.294.161.519
Primária Obrigatória	827.858.138	867.060.233	917.608.845	965.622.440
Primária Discricionária	235.161.708	235.161.708	235.161.708	235.161.708
Finança	80.453.688	83.860.474	88.752.188	93.377.371
36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	510.022.866	511.181.616	540.181.969	569.316.145
Primária Obrigatória	345.389.905	344.818.263	371.333.990	398.118.917
Primária Discricionária	123.768.481	123.768.480	123.768.479	123.768.480
Finança	40.864.480	42.594.873	45.079.500	47.428.748
37000 - Controladoria-Geral da União	1.658.786.094	1.722.321.428	1.812.951.006	1.898.759.490
Primária Obrigatória	1.356.366.940	1.413.702.339	1.495.429.593	1.572.820.809
Primária Discricionária	156.003.249	156.003.249	156.003.249	156.003.249
Finança	146.415.905	152.615.840	161.518.164	169.935.432
39000 - Ministério dos Transportes	16.223.571.226	16.285.317.040	16.372.350.053	16.454.932.890
Primária Obrigatória	1.358.375.285	1.415.508.304	1.495.917.925	1.572.238.256
Primária Discricionária	14.756.261.482	14.756.261.482	14.756.261.482	14.756.261.482
Finança	108.934.459	113.547.254	120.170.646	126.433.152
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	642.585.567	657.905.997	679.650.518	700.259.592
Primária Obrigatória	319.570.207	333.046.079	352.142.047	370.246.878
Primária Discricionária	279.454.793	279.454.793	279.454.793	279.454.793
Finança	43.560.567	45.405.125	48.053.678	50.557.921
40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	123.394.723.829	132.740.688.169	141.882.581.277	150.534.103.154
Primária Obrigatória	99.308.574.864	107.092.425.596	114.729.657.602	121.808.579.102
Primária Discricionária	883.870.180	883.870.180	883.870.180	883.870.180
Finança	23.202.278.785	24.764.392.393	26.269.053.495	27.841.653.872

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Órgão	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
41000 - Ministério das Comunicações	1.492.437.354	744.282.631	749.142.889	753.783.483
Primária Obrigatória	825.754.380	79.996.876	84.432.920	88.672.414
Primária Discricionária	657.013.297	657.013.297	657.013.297	657.013.297
Financeira	9.669.677	7.272.458	7.696.672	8.097.772
41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	832.496.166	869.127.799	916.304.068	962.453.878
Primária Obrigatória	490.743.863	511.465.704	540.858.861	568.720.950
Primária Discricionária	276.735.750	289.892.437	303.722.437	318.272.437
Financeira	65.016.553	67.769.658	71.722.770	75.460.491
42000 - Ministério da Cultura	2.521.740.003	2.558.320.742	2.602.905.801	2.645.209.989
Primária Obrigatória	699.310.079	728.784.332	770.344.740	809.789.083
Primária Discricionária	1.072.683.733	1.077.683.733	1.077.683.733	1.077.683.733
Financeira	749.746.191	751.852.677	754.877.328	757.737.173
42206 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE	176.680.147	182.458.429	190.666.809	198.445.122
Primária Obrigatória	120.613.048	125.698.475	132.912.001	139.749.667
Primária Discricionária	39.704.820	39.704.820	39.704.820	39.704.820
Financeira	16.362.279	17.055.134	18.049.988	18.990.635
44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	4.074.290.052	4.553.608.874	4.364.465.243	4.524.019.383
Primária Obrigatória	2.257.095.282	2.352.596.541	2.487.841.395	2.616.088.223
Primária Discricionária	1.594.781.218	1.969.180.750	1.631.269.162	1.649.790.195
Financeira	222.413.552	231.831.583	245.354.686	258.140.965
46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	3.920.541.394	4.031.243.275	4.185.811.205	4.332.764.940
Primária Obrigatória	2.468.309.583	2.570.197.282	2.712.109.155	2.847.096.420
Primária Discricionária	1.244.078.554	1.244.078.554	1.244.078.554	1.244.078.554
Financeira	208.153.257	216.967.439	229.623.496	241.589.966
47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	4.970.803.234	5.131.970.817	5.360.260.921	5.576.719.836
Primária Obrigatória	3.597.688.620	3.749.309.236	3.963.891.099	4.167.388.686
Primária Discricionária	1.147.656.132	1.147.656.132	1.147.656.132	1.147.656.132
Financeira	225.458.482	235.005.449	248.713.690	261.675.018
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	5.618.301.277	5.754.381.261	5.935.987.460	6.109.906.292
Primária Obrigatória	3.238.125.491	3.370.030.923	3.545.642.990	3.713.894.290
Primária Discricionária	2.281.590.729	2.281.590.729	2.281.590.729	2.281.590.729
Financeira	98.585.057	102.759.609	108.753.741	114.421.273
51000 - Ministério do Esporte	631.025.345	633.038.327	635.883.339	638.582.163
Primária Obrigatória	45.552.866	47.471.419	50.180.842	52.751.465
Primária Discricionária	583.242.459	583.242.459	583.242.459	583.242.459
Financeira	2.230.020	2.324.449	2.460.038	2.588.239
52000 - Ministério da Defesa	140.409.345.686	146.160.368.825	153.066.837.706	159.542.463.596
Primária Obrigatória	123.019.978.564	128.811.245.222	135.920.590.143	142.612.467.475
Primária Discricionária	12.663.615.275	12.663.615.275	12.663.615.275	12.663.615.275
Financeira	4.725.751.847	4.685.508.328	4.482.632.288	4.266.380.846
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	5.492.256.203	5.577.545.961	5.648.820.057	5.748.727.048
Primária Obrigatória	1.741.004.616	1.814.546.148	1.917.884.366	2.015.961.157
Primária Discricionária	3.719.412.336	3.729.812.340	3.695.812.340	3.695.812.140
Financeira	31.839.251	33.187.473	35.123.351	36.953.751
53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	491.589.594	572.667.383	589.657.877	606.007.404
Primária Obrigatória	287.897.697	368.177.394	383.957.055	399.161.724
Primária Discricionária	183.777.419	183.732.239	183.732.239	183.732.239
Financeira	19.914.478	20.757.750	21.968.583	23.113.441
54000 - Ministério do Turismo	435.110.174	428.435.597	433.118.342	437.564.019
Primária Obrigatória	73.013.868	76.095.912	80.429.195	84.544.451
Primária Discricionária	356.348.734	346.348.734	346.348.734	346.348.734
Financeira	5.747.572	5.990.951	6.340.413	6.670.834
55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	300.998.493.942	331.811.777.041	349.678.099.366	366.022.419.170
Primária Obrigatória	290.799.760.071	321.641.656.771	339.507.711.450	355.851.778.191
Primária Discricionária	10.194.331.919	10.165.531.919	10.165.531.919	10.165.531.919
Financeira	4.401.952	4.588.351	4.855.997	5.109.060
56000 - Ministério das Cidades	13.909.830.712	13.984.090.295	14.060.446.809	14.134.045.640
Primária Obrigatória	1.578.593.613	1.639.648.839	1.715.711.923	1.789.033.312
Primária Discricionária	12.326.411.072	12.339.411.072	12.339.411.072	12.339.411.072
Financeira	4.826.027	5.030.384	5.323.814	5.601.256
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	262.338.622	264.286.101	267.035.395	269.643.977
Primária Obrigatória	43.869.802	45.712.223	48.310.668	50.776.620
Primária Discricionária	215.987.808	215.987.808	215.987.808	215.987.808
Financeira	2.481.012	2.586.070	2.736.919	2.879.549
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	133.216.601	141.634.235	149.600.101	156.321.085
Primária Obrigatória	78.010.226	79.488.348	80.965.447	83.357.344
Primária Discricionária	47.700.412	54.506.306	60.856.505	65.069.866
Financeira	7.505.963	7.639.581	7.778.149	7.893.875

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

Órgão	PLOA 2026	PREVISÃO 2027	PREVISÃO 2028	PREVISÃO 2029
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	14.925.179	15.347.401	15.946.403	16.514.174
Primária Obrigatória	10.013.802	10.435.474	11.033.685	11.600.709
Primária Discricionária	4.898.377	4.898.377	4.898.377	4.898.377
Financeira	13.000	13.550	14.341	15.088
63000 - Advocacia-Geral da União	5.143.025.799	5.336.348.007	5.611.388.337	5.871.939.375
Primária Obrigatória	4.186.596.986	4.363.423.516	4.614.778.133	4.852.934.010
Primária Discricionária	566.871.550	566.871.550	566.871.550	566.871.550
Financeira	389.557.263	406.052.941	429.738.654	452.133.815
65000 - Ministério das Mulheres	255.193.756	256.268.815	257.785.089	259.224.044
Primária Obrigatória	25.572.054	26.646.563	28.162.046	29.600.254
Primária Discricionária	229.608.702	229.608.702	229.608.702	229.608.702
Financeira	13.000	13.550	14.341	15.088
67000 - Ministério da Igualdade Racial	192.861.955	193.787.858	195.095.068	196.335.361
Primária Obrigatória	21.795.039	22.710.639	24.003.055	25.229.360
Primária Discricionária	170.823.603	170.823.603	170.823.603	170.823.603
Financeira	243.313	253.616	268.410	282.398
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	2.844.243.564	1.281.663.739	1.285.156.774	1.288.467.332
Primária Obrigatória	57.467.102	59.850.029	63.231.331	66.436.243
Primária Discricionária	1.219.898.220	1.219.898.220	1.219.898.220	1.219.898.220
Financeira	1.566.878.242	1.915.490	2.027.223	2.132.869
68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	216.365.637	222.962.750	232.336.287	241.218.451
Primária Obrigatória	140.833.836	146.781.718	155.223.041	163.223.784
Primária Discricionária	60.199.745	60.199.745	60.199.745	60.199.745
Financeira	15.332.056	15.981.287	16.913.501	17.794.922
68213 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	684.598.845	708.677.947	742.887.817	775.304.548
Primária Obrigatória	509.973.280	531.481.148	561.999.049	590.924.973
Primária Discricionária	113.904.005	113.904.004	113.904.004	113.904.004
Financeira	60.721.560	63.292.795	66.984.764	70.475.571
69000 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	213.236.998	214.174.708	215.500.479	216.758.018
Primária Obrigatória	21.812.467	22.729.955	24.026.690	25.256.775
Primária Discricionária	190.946.976	190.946.976	190.946.976	190.946.976
Financeira	477.555	497.777	526.813	554.267
71000 - Encargos Financeiros da União	128.242.580.103	150.920.942.042	175.663.201.352	219.356.888.549
Primária Obrigatória	71.418.778.930	83.488.795.735	87.524.840.910	127.450.666.494
Primária Discricionária	2.672.298.617	2.672.298.617	2.672.298.617	2.672.298.617
Financeira	54.151.502.556	64.759.847.690	85.466.061.825	89.233.923.438
72000 - Encargos Previdenciários da União	22.621.111.452	21.977.716.101	23.257.679.667	24.468.655.091
Primária Obrigatória	22.621.085.452	21.977.689.001	23.257.650.985	24.468.624.915
Financeira	26.000	27.100	28.682	30.176
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	635.236.852.172	668.404.877.439	707.140.775.262	753.419.759.351
Primária Obrigatória	632.964.641.272	666.174.024.079	704.863.710.103	751.099.781.139
Primária Discricionária	1.509.844.956	1.509.844.956	1.509.844.956	1.509.844.956
Financeira	762.365.944	721.008.404	767.220.203	810.133.256
74000 - Operações Oficiais de Crédito	148.645.349.693	137.861.832.678	139.314.488.919	140.869.218.764
Primária Obrigatória	19.894.145.320	17.333.641.914	16.078.882.656	15.731.001.054
Primária Discricionária	998.280.000	904.753.374	995.714.788	1.121.853.791
Financeira	127.752.924.373	119.623.437.390	122.239.891.475	124.016.363.919
75000 - Dívida Pública Federal	2.859.968.152.647	3.113.892.268.535	2.749.761.570.680	3.754.420.736.096
Financeira	2.859.968.152.647	3.113.892.268.535	2.749.761.570.680	3.754.420.736.096
81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	401.608.201	416.780.931	420.006.961	423.103.589
Primária Obrigatória	44.184.962	67.338.237	70.536.333	73.606.548
Primária Discricionária	356.963.802	348.963.802	348.963.802	348.963.802
Financeira	459.437	478.892	506.826	533.239
83000 - Banco Central do Brasil	4.962.997.947	5.155.462.974	5.424.836.694	5.680.958.925
Primária Obrigatória	4.277.037.065	4.461.415.556	4.719.178.031	4.964.321.673
Primária Discricionária	494.991.546	494.991.546	494.991.546	494.991.546
Financeira	190.969.336	199.055.872	210.667.117	221.645.706
84000 - Ministério dos Povos Indígenas	1.352.535.720	1.327.799.467	1.363.591.729	1.397.521.920
Primária Obrigatória	613.074.306	586.872.243	620.559.787	652.499.938
Primária Discricionária	704.845.260	704.845.260	704.845.260	704.845.260
Financeira	34.616.154	36.081.964	38.186.682	40.176.722
90000 - Reserva de Contingência	23.675.430.908	25.631.477.120	26.479.658.277	28.324.938.439
Primária Discricionária	20.401.752.939	22.286.511.170	22.853.596.011	24.481.380.804
Financeira	3.273.677.969	3.344.965.950	3.626.062.266	3.843.557.635

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

01000 - Camara dos Deputados

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	229.015.121	229.015.121	229.015.121	229.015.121
1 - Pessoal e Encargos Sociais	229.015.121	229.015.121	229.015.121	229.015.121
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	227.352.314	227.352.314	227.352.314	227.352.314
0999 - Reserva de Contingência	1.662.807	1.662.807	1.662.807	1.662.807
Primária Discrecionária	1.429.433.782	1.523.629.895	1.612.632.735	1.687.739.976
3 - Outras Despesas Correntes	1.206.900.690	1.252.934.735	1.329.180.389	1.429.123.343
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	1.206.861.190	1.252.744.735	1.329.139.889	1.428.932.343
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	39.500	190.000	40.500	191.000
4 - Investimentos	222.533.092	270.695.160	283.452.346	258.616.633
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	222.533.092	270.695.160	283.452.346	258.616.633
Primária Obrigatória	7.603.698.922	8.104.763.671	8.578.203.441	8.977.727.262
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.865.818.586	7.318.258.866	7.745.754.957	8.106.508.073
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	6.608.121.643	7.043.580.338	7.455.031.083	7.802.243.939
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	210.302.849	224.161.281	237.255.662	248.305.678
0999 - Reserva de Contingência	47.394.094	50.517.247	53.468.212	55.958.456
3 - Outras Despesas Correntes	735.520.336	783.989.287	829.786.022	868.432.725
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	733.627.336	781.971.543	827.650.411	866.197.650
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	83.000	88.470	93.638	97.999
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.810.000	1.929.274	2.041.973	2.137.076
4 - Investimentos	2.360.000	2.515.518	2.662.462	2.786.464
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	2.360.000	2.515.518	2.662.462	2.786.464

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

02000 - Senado Federal

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	167.768.810	170.943.149	172.052.547	172.899.134
1 - Pessoal e Encargos Sociais	167.768.810	170.943.149	172.052.547	172.899.134
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	163.809.747	170.943.149	172.052.547	172.899.134
0999 - Reserva de Contingência	3.959.063	-	-	-
Primária Discrecionária	1.004.834.338	1.459.602.586	1.853.719.482	2.157.727.603
3 - Outras Despesas Correntes	888.339.591	944.466.016	979.109.120	1.006.898.884
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	888.060.620	944.333.943	978.805.927	1.006.756.300
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	278.971	132.073	303.193	142.584
4 - Investimentos	116.494.747	99.690.587	126.166.870	83.220.998
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	116.494.747	99.690.587	126.166.870	83.220.998
9 - Reserva de Contingência	-	415.445.983	748.443.492	1.067.607.721
0999 - Reserva de Contingência	-	415.445.983	748.443.492	1.067.607.721
Primária Obrigatória	5.644.308.888	5.627.702.555	5.647.590.589	5.692.950.734
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.120.898.225	5.071.062.233	5.057.350.978	5.066.481.039
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	4.939.994.253	4.949.921.346	4.931.189.238	4.935.037.362
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	116.368.214	121.140.887	126.161.740	131.443.677
0999 - Reserva de Contingência	64.535.758	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	523.190.663	556.420.322	590.239.611	626.469.695
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	521.540.305	554.695.697	588.446.000	624.607.926
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.650.358	1.724.625	1.793.611	1.861.769
4 - Investimentos	220.000	220.000	-	-
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	220.000	220.000	-	-

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

03000 - Tribunal de Contas da União

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	165.901.309	165.901.309	165.901.309	165.901.309
1 - Pessoal e Encargos Sociais	165.901.309	165.901.309	165.901.309	165.901.309
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	140.533.811	140.444.732	140.346.745	140.238.959
0999 - Reserva de Contingência	25.367.498	25.456.577	25.554.564	25.662.350
Primária Discrecionária	566.678.454	648.997.428	723.334.015	768.660.454
3 - Outras Despesas Correntes	463.813.304	541.575.351	611.615.054	652.696.175
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	463.655.304	541.409.451	611.440.859	652.513.270
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	158.000	165.900	174.195	182.905
4 - Investimentos	102.865.150	107.422.077	111.718.961	115.964.279
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	102.865.150	107.422.077	111.718.961	115.964.279
Primária Obrigatória	2.578.711.730	2.701.919.484	2.821.830.599	2.940.558.534
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.413.985.055	2.529.895.417	2.642.925.570	2.754.855.113
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	2.175.497.348	2.377.138.823	2.484.787.820	2.587.961.031
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	32.733.757	39.280.508	47.136.610	56.563.932
0999 - Reserva de Contingência	205.753.950	113.476.086	111.001.140	110.330.150
3 - Outras Despesas Correntes	164.726.675	172.024.067	178.905.029	185.703.421
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	164.726.675	172.024.067	178.905.029	185.703.421

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

10000 - Supremo Tribunal Federal

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	59.170.823	59.170.823	59.170.823	59.170.823
1 - Pessoal e Encargos Sociais	59.170.823	59.170.823	59.170.823	59.170.823
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	55.000.486	54.638.663	54.525.359	54.409.222
0999 - Reserva de Contingência	4.170.337	4.532.160	4.645.464	4.761.601
Primária Discrecionária	348.613.948	311.752.696	352.078.717	383.100.966
3 - Outras Despesas Correntes	305.694.990	304.588.687	343.960.700	373.722.025
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	304.884.990	303.738.187	343.067.675	372.784.349
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	810.000	850.500	893.025	937.676
4 - Investimentos	7.158.814	7.164.009	8.118.017	9.378.941
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	7.158.814	7.164.009	8.118.017	9.378.941
9 - Reserva de Contingência	35.760.144	-	-	-
0999 - Reserva de Contingência	35.760.144	-	-	-
Primária Obrigatória	691.118.662	746.916.060	766.541.448	786.492.492
1 - Pessoal e Encargos Sociais	619.117.687	672.833.038	689.635.863	706.895.211
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	581.318.271	631.754.102	647.547.954	663.736.653
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	3.030.000	3.292.886	3.375.208	3.459.589
0999 - Reserva de Contingência	34.769.416	37.786.050	38.712.701	39.698.969
3 - Outras Despesas Correntes	71.848.475	73.922.897	76.743.859	79.433.938
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	71.848.475	73.922.897	76.743.859	79.433.938
4 - Investimentos	152.500	160.125	161.726	163.343
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	152.500	160.125	161.726	163.343

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

11000 - Superior Tribunal de Justiça

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	152.562.937	144.527.750	144.527.750	144.527.750
1 - Pessoal e Encargos Sociais	152.562.937	144.527.750	144.527.750	144.527.750
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	139.124.474	143.636.961	143.636.961	143.636.961
0999 - Reserva de Contingência	13.438.463	890.789	890.789	890.789
Primária Discrecionária	544.359.184	542.899.727	625.908.586	686.783.328
3 - Outras Despesas Correntes	437.006.311	486.536.885	523.315.922	555.786.907
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	437.006.311	486.536.885	523.315.922	555.786.907
4 - Investimentos	44.251.729	56.362.842	102.592.664	130.996.421
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	44.251.729	56.362.842	102.592.664	130.996.421
9 - Reserva de Contingência	63.101.144	-	-	-
0999 - Reserva de Contingência	63.101.144	-	-	-
Primária Obrigatória	1.791.199.317	1.876.943.183	1.933.244.403	1.990.251.425
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.583.603.586	1.654.492.057	1.694.999.345	1.735.050.552
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.464.960.022	1.633.404.834	1.672.404.884	1.710.798.129
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.702.162	15.072.378	16.579.616	18.237.578
0999 - Reserva de Contingência	104.941.402	6.014.845	6.014.845	6.014.845
3 - Outras Despesas Correntes	207.459.002	222.451.126	238.245.058	255.200.873
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	207.381.273	222.366.891	238.153.773	255.101.947
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	77.729	84.235	91.285	98.926
4 - Investimentos	136.729	-	-	-
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	136.729	-	-	-

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

12000 - Justiça Federal

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	1.700.000.000	1.700.000.000	1.700.000.000	1.700.000.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.700.000.000	1.700.000.000	1.700.000.000	1.700.000.000
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.622.976.661	1.624.681.537	1.624.681.537	1.624.681.537
0999 - Reserva de Contingência	77.023.339	75.318.463	75.318.463	75.318.463
Primária Discricionária	2.223.662.728	2.014.545.610	1.997.303.652	1.793.112.609
3 - Outras Despesas Correntes	1.629.511.426	1.514.309.888	1.501.403.134	1.431.691.987
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.629.511.426	1.514.309.888	1.501.403.134	1.431.691.987
4 - Investimentos	344.444.139	500.235.722	495.900.518	361.420.622
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	344.444.139	500.235.722	495.900.518	361.420.622
5 - Inversões Financeiras	1.610.000	-	-	-
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.610.000	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	248.097.163	-	-	-
0999 - Reserva de Contingência	248.097.163	-	-	-
Primária Obrigatória	14.890.309.505	15.945.826.519	16.994.951.069	18.080.317.547
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.177.419.020	14.114.663.993	15.046.232.903	16.009.982.864
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	12.462.228.663	13.348.634.801	14.229.645.783	15.141.091.217
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	64.195.911	68.760.240	73.298.417	77.993.370
0999 - Reserva de Contingência	650.994.446	697.268.952	743.288.703	790.898.277
3 - Outras Despesas Correntes	1.712.800.485	1.831.066.127	1.948.615.404	2.070.225.339
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.712.760.485	1.831.024.327	1.948.571.932	2.070.180.211
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	40.000	41.800	43.472	45.128
4 - Investimentos	90.000	96.399	102.762	109.344
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	90.000	96.399	102.762	109.344

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

13000 - Justiça Militar da União

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	49.917.920	55.270.707	58.156.868	58.477.553
1 - Pessoal e Encargos Sociais	49.917.920	55.270.707	58.156.868	58.477.553
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	41.547.507	52.384.546	55.270.707	58.156.869
0999 - Reserva de Contingência	8.370.413	2.886.161	2.886.161	320.684
Primária Discrecionária	213.862.410	203.706.083	226.288.913	256.112.053
3 - Outras Despesas Correntes	117.314.523	181.992.938	199.872.760	219.718.274
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	117.314.523	181.992.938	199.872.760	219.718.274
4 - Investimentos	3.321.301	21.713.145	26.416.153	36.393.779
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.321.301	21.713.145	26.416.153	36.393.779
5 - Inversões Financeiras	70.000.000	-	-	-
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	70.000.000	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	23.226.586	-	-	-
0999 - Reserva de Contingência	23.226.586	-	-	-
Primária Obrigatória	671.627.860	714.088.714	743.097.266	757.189.798
1 - Pessoal e Encargos Sociais	601.179.934	631.715.195	653.924.221	663.804.975
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	564.978.618	614.612.400	636.324.584	661.197.127
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	365.056	390.610	887.452	931.825
0999 - Reserva de Contingência	35.836.260	16.712.185	16.712.185	1.676.023
3 - Outras Despesas Correntes	70.447.926	82.373.519	89.173.045	93.384.823
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	70.447.926	82.373.519	89.173.045	93.384.823

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

14000 - Justiça Eleitoral

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	901.656.891	965.577.637	973.097.071	978.502.991
1 - Pessoal e Encargos Sociais	901.656.891	965.577.637	973.097.071	978.502.991
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	795.952.289	965.577.637	973.097.071	978.502.991
0999 - Reserva de Contingência	105.704.602	-	-	-
Primária Discrecionalária	4.522.845.463	3.725.909.745	5.253.042.222	4.594.842.340
3 - Outras Despesas Correntes	4.066.220.279	3.113.285.471	4.743.540.909	4.068.240.896
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.002.640.216	1.964.406.471	3.509.993.731	2.747.244.295
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	1.063.094.063	1.148.344.400	1.232.959.118	1.320.349.735
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	486.000	534.600	588.060	646.866
4 - Investimentos	281.258.711	612.624.274	509.501.313	526.601.444
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	281.258.711	612.624.274	509.501.313	526.601.444
9 - Reserva de Contingência	175.366.473	-	-	-
0999 - Reserva de Contingência	175.366.473	-	-	-
Primária Obrigatória	8.576.027.240	8.587.765.532	9.194.671.203	8.990.541.115
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.229.938.992	7.163.316.198	7.690.218.023	7.402.118.420
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.563.244.145	7.097.844.264	7.615.646.089	7.318.446.486
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	56.371.934	65.471.934	74.571.934	83.671.934
0999 - Reserva de Contingência	610.322.913	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	1.346.088.248	1.424.449.334	1.504.453.180	1.588.422.695
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	974.205.205	1.035.757.187	1.098.934.792	1.165.349.942
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	371.883.043	388.692.147	405.518.388	423.072.753

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

15000 - Justiça do Trabalho

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	2.473.132.688	2.354.576.543	2.354.576.543	2.354.576.543
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.473.132.688	2.354.576.543	2.354.576.543	2.354.576.543
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.362.491.341	2.249.239.094	2.249.239.094	2.249.239.094
0999 - Reserva de Contingência	110.641.347	105.337.449	105.337.449	105.337.449
Primária Discrecionária	2.917.985.466	2.447.243.631	2.584.972.398	2.702.902.882
3 - Outras Despesas Correntes	2.171.198.705	2.296.243.159	2.472.780.906	2.584.067.893
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.171.198.705	2.296.243.159	2.472.780.906	2.584.067.893
4 - Investimentos	131.387.379	151.000.472	112.191.492	118.834.989
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	131.387.379	151.000.472	112.191.492	118.834.989
9 - Reserva de Contingência	615.399.382	-	-	-
0999 - Reserva de Contingência	615.399.382	-	-	-
Primária Obrigatória	26.950.224.406	28.638.898.866	30.249.586.219	31.609.093.280
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.323.162.304	25.855.757.763	27.317.565.407	28.551.296.803
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	22.248.570.374	23.650.446.392	24.987.572.291	26.116.075.213
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	228.926.503	243.351.096	257.109.443	268.721.168
0999 - Reserva de Contingência	1.845.665.427	1.961.960.275	2.072.883.673	2.166.500.422
3 - Outras Despesas Correntes	2.627.062.102	2.783.141.103	2.932.020.812	3.057.796.477
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.626.380.676	2.782.416.741	2.931.255.496	3.056.996.598
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	681.426	724.362	765.316	799.879

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	373.309.578	399.593.372	425.966.535	453.207.095
1 - Pessoal e Encargos Sociais	373.309.578	399.593.372	425.966.535	453.207.095
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	347.721.043	372.203.213	396.768.625	422.141.979
0999 - Reserva de Contingência	25.588.535	27.390.159	29.197.910	31.065.116
Primária Discrecionária	575.351.443	429.574.285	413.242.288	361.590.563
3 - Outras Despesas Correntes	451.545.475	391.595.755	372.757.175	318.516.428
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	451.545.475	391.595.755	372.757.175	318.516.428
4 - Investimentos	35.480.441	37.978.530	40.485.113	43.074.135
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	35.480.441	37.978.530	40.485.113	43.074.135
9 - Reserva de Contingência	88.325.527	-	-	-
0999 - Reserva de Contingência	88.325.527	-	-	-
Primária Obrigatória	3.752.350.850	4.016.544.493	4.281.636.429	4.555.447.078
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.246.027.857	3.474.572.563	3.703.894.352	3.940.758.396
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.015.990.408	3.228.338.753	3.441.409.110	3.661.487.222
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	18.600.000	19.909.579	21.223.612	22.580.862
0999 - Reserva de Contingência	211.437.449	226.324.231	241.261.630	256.690.312
3 - Outras Despesas Correntes	506.322.993	541.971.930	577.742.077	614.688.682
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	506.322.993	541.971.930	577.742.077	614.688.682

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

17000 - Conselho Nacional de Justiça

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	15.362.438	17.989.860	20.197.700	20.197.700
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.362.438	17.989.860	20.197.700	20.197.700
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	14.264.990	16.000.837	17.989.860	20.197.700
0999 - Reserva de Contingência	1.097.448	1.989.023	2.207.840	-
Primária Discrecional	443.893.185	449.292.955	446.403.704	455.037.683
3 - Outras Despesas Correntes	436.009.152	444.025.837	441.136.586	449.770.565
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	436.009.152	444.025.837	441.136.586	449.770.565
4 - Investimentos	7.884.033	5.267.118	5.267.118	5.267.118
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	7.884.033	5.267.118	5.267.118	5.267.118
Primária Obrigatória	149.808.966	167.096.773	191.430.235	201.047.863
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.501.777	144.236.478	165.940.046	172.787.883
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	114.669.287	136.420.726	150.654.733	172.751.607
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	29.611	31.683	33.902	36.276
0999 - Reserva de Contingência	12.802.879	7.784.069	15.251.411	-
3 - Outras Despesas Correntes	22.307.189	22.860.295	25.490.189	28.259.980
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	22.307.189	22.860.295	25.490.189	28.259.980

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

20000 - Presidência da República

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	64.286.770	67.008.973	70.917.712	74.613.479
1 - Pessoal e Encargos Sociais	64.286.770	67.008.973	70.917.712	74.613.479
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	64.286.770	67.008.973	70.917.712	74.613.479
Primária Discrecionária	1.478.489.244	1.478.488.244	1.478.488.244	1.478.488.244
3 - Outras Despesas Correntes	1.363.328.605	1.366.579.567	1.366.579.567	1.366.579.567
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.064.111.025	1.064.110.030	1.064.110.030	1.064.110.030
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	9.102.500	9.102.500	9.102.500	9.102.500
1149 - Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia	44.720.738	44.720.733	44.720.733	44.720.733
4101 - Comunicação Pública e Governamental	190.717.575	193.969.537	193.969.537	193.969.537
4102 - Segurança Institucional	36.980.500	36.980.500	36.980.500	36.980.500
5135 - Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver	17.696.267	17.696.267	17.696.267	17.696.267
4 - Investimentos	90.679.125	87.427.163	87.427.163	87.427.163
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	49.576.300	49.576.300	49.576.300	49.576.300
4101 - Comunicação Pública e Governamental	24.102.825	20.850.863	20.850.863	20.850.863
4102 - Segurança Institucional	14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000
5135 - Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
5 - Inversões Financeiras	24.481.514	24.481.514	24.481.514	24.481.514
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	24.481.514	24.481.514	24.481.514	24.481.514
Primária Obrigatória	1.966.166.787	2.047.445.726	2.163.260.321	2.273.324.087
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.823.266.129	1.898.590.021	2.008.456.366	2.112.386.128
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.793.138.327	1.867.379.276	1.976.277.307	2.079.241.867
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	30.073.560	31.155.307	32.121.903	33.085.483
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	54.242	55.438	57.156	58.778
3 - Outras Despesas Correntes	142.900.658	148.855.705	154.803.955	160.937.959
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	141.460.891	147.364.147	153.266.120	159.353.991
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	1.439.767	1.491.558	1.537.835	1.583.968

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	219.559.572	228.856.752	242.206.330	254.828.536
1 - Pessoal e Encargos Sociais	219.559.572	228.856.752	242.206.330	254.828.536
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	219.559.572	228.856.752	242.206.330	254.828.536
Primária Discricionária	2.334.263.983	2.334.263.983	2.334.263.983	2.334.263.983
3 - Outras Despesas Correntes	2.071.864.736	2.083.678.163	2.083.678.163	2.083.678.163
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	168.655.134	151.195.074	151.196.074	151.195.074
1144 - Agropecuária Sustentável	1.396.984.493	1.414.444.493	1.414.444.493	1.414.444.493
2302 - Defesa Agropecuária	231.603.000	237.603.000	237.603.000	237.603.000
2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	274.622.109	280.435.596	280.434.596	280.435.596
4 - Investimentos	262.399.247	250.585.820	250.585.820	250.585.820
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.384.761	5.384.761	5.384.761	5.384.761
1144 - Agropecuária Sustentável	9.633.900	9.633.900	9.633.900	9.633.900
2302 - Defesa Agropecuária	23.203.000	17.203.000	17.203.000	17.203.000
2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	224.177.586	218.364.159	218.364.159	218.364.159
Primária Obrigatória	8.416.320.937	8.710.970.701	9.211.783.394	9.686.773.587
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.035.307.633	8.313.410.516	8.797.679.924	9.255.602.762
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	8.011.548.404	8.288.788.562	8.772.286.757	9.229.440.834
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	23.732.108	24.594.235	25.364.589	26.132.539
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.121	27.719	28.578	29.389
3 - Outras Despesas Correntes	381.013.304	397.560.185	414.103.470	431.170.825
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	373.107.421	389.387.520	405.676.423	422.485.058
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.595.388	2.688.975	2.772.598	2.855.960
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	5.310.495	5.483.690	5.654.449	5.829.807

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	206.188.104	214.919.073	227.455.644	239.309.142
1 - Pessoal e Encargos Sociais	206.188.104	214.919.073	227.455.644	239.309.142
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	206.188.104	214.919.073	227.455.644	239.309.142
Primária Discrecionária	11.615.294.503	12.163.560.955	12.756.774.297	13.334.674.564
3 - Outras Despesas Correntes	8.779.424.728	9.343.410.624	9.622.797.721	10.151.711.020
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	501.783.448	575.466.649	646.741.136	707.330.256
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	225.350.798	226.299.015	234.326.207	240.308.282
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	15.096.031	13.301.676	14.635.096	16.738.097
1158 - Enfrentamento da Emergência Climática	13.951.340	16.223.678	18.661.395	20.671.445
2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	44.081.252	51.935.280	59.788.131	66.351.018
2306 - Política Nuclear	641.994.603	695.800.600	727.732.136	763.757.465
2307 - Programa Espacial Brasileiro	72.038.025	68.059.147	83.360.266	93.741.969
2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI	4.931.723.579	5.334.339.469	5.367.965.232	5.686.375.585
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	19.196.677	22.323.356	25.677.588	28.443.363
2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	2.309.676.515	2.334.391.065	2.437.847.889	2.521.277.878
6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica	1.000.000	1.162.876	1.337.606	1.481.681
6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	3.532.460	4.107.813	4.725.039	5.233.981
4 - Investimentos	2.785.869.775	2.769.975.306	3.082.051.510	3.129.737.390
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	31.359.701	36.568.705	42.543.270	48.245.466
1158 - Enfrentamento da Emergência Climática	2.741.890	3.188.478	3.667.567	4.062.608
2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	2.350.000	2.732.759	3.143.374	3.481.952
2306 - Política Nuclear	90.754.946	97.371.102	101.298.288	105.727.917
2307 - Programa Espacial Brasileiro	27.849.804	49.588.928	45.085.117	47.003.553
2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI	2.378.227.163	2.325.330.941	2.622.189.574	2.650.251.014
2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	252.268.441	254.824.796	263.699.189	270.493.957
6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	317.830	369.597	425.131	470.923
5 - Inversões Financeiras	50.000.000	50.175.025	51.925.066	53.226.154
2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	50.000.000	50.175.025	51.925.066	53.226.154
Primária Obrigatória	3.540.153.336	3.637.922.700	3.848.082.565	4.047.177.271
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.437.625.316	3.531.034.050	3.736.832.799	3.931.428.288
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.431.238.254	3.524.415.709	3.730.000.475	3.924.383.647
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	6.055.200	6.272.977	6.467.572	6.661.559
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	331.862	345.364	364.752	383.082
3 - Outras Despesas Correntes	102.528.020	106.888.650	111.249.766	115.748.983
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	102.494.778	106.854.324	111.214.371	115.712.490
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	33.242	34.326	35.395	36.493

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

25000 - Ministério da Fazenda

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	3.210.078.561	3.256.352.993	3.322.797.236	3.385.621.167
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.092.803.849	1.139.078.281	1.205.522.524	1.268.346.455
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.092.803.849	1.139.078.281	1.205.522.524	1.268.346.455
3 - Outras Despesas Correntes	2.117.274.712	2.117.274.712	2.117.274.712	2.117.274.712
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.117.274.712	2.117.274.712	2.117.274.712	2.117.274.712
Primária Discricionária	4.633.536.280	4.633.536.280	4.633.536.280	4.633.536.280
3 - Outras Despesas Correntes	4.263.579.330	4.266.572.105	4.291.922.105	4.292.072.105
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.064.050.119	4.067.042.894	4.092.392.894	4.092.542.894
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	1.297.700	1.297.700	1.297.700	1.297.700
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	3.608.757	3.608.757	3.608.757	3.608.757
2315 - Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo	194.622.754	194.622.754	194.622.754	194.622.754
4 - Investimentos	369.956.950	366.964.175	341.614.175	341.464.175
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	196.492.024	193.499.249	168.149.249	167.999.249
2315 - Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo	173.464.926	173.464.926	173.464.926	173.464.926
Primária Obrigatória	9.366.941.121	9.501.387.315	10.047.019.113	10.564.232.556
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.971.160.378	9.090.190.741	9.620.435.997	10.121.790.052
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	8.971.132.136	9.090.161.303	9.620.404.841	10.121.757.274
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	28.242	29.438	31.156	32.778
3 - Outras Despesas Correntes	395.780.743	411.196.574	426.583.116	442.442.504
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	373.811.608	388.510.545	403.190.628	418.324.634
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	106.053	109.913	113.363	116.801
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	21.863.082	22.576.116	23.279.125	24.001.069

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

26000 - Ministério da Educação

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	11.288.628.504	12.027.472.045	12.481.096.240	13.046.010.414
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.288.628.504	12.027.472.045	12.481.096.240	13.046.010.414
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	10.625.628.058	11.075.566.895	11.721.622.293	12.332.476.405
0999 - Reserva de Contingência	663.000.446	951.905.150	759.473.947	713.534.009
Primária Discricionária	40.663.545.116	40.756.405.076	46.530.437.716	54.537.467.081
3 - Outras Despesas Correntes	23.189.544.928	23.279.761.181	28.859.710.750	36.597.599.168
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.688.195.573	1.694.115.288	2.100.737.867	2.664.613.910
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.600.000	2.610.148	3.236.638	4.105.410
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	39.218.950	39.372.055	48.822.142	61.926.874
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	5.829.097.278	5.852.225.314	7.249.207.379	9.186.445.577
5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	3.090.248.928	3.102.310.104	3.846.928.419	4.879.513.634
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	12.540.184.199	12.589.128.272	15.610.778.305	19.800.993.763
4 - Investimentos	5.474.000.188	5.476.643.895	5.670.726.966	5.939.867.913
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	87.806.800	88.149.508	109.307.206	138.647.237
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	3.236.530.852	3.236.102.397	3.240.519.345	3.246.644.466
5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	934.504.546	934.903.222	959.516.657	993.648.851
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	1.215.157.990	1.217.488.768	1.361.383.758	1.560.927.359
5 - Inversões Financeiras	12.000.000.000	12.000.000.000	12.000.000.000	12.000.000.000
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	12.000.000.000	12.000.000.000	12.000.000.000	12.000.000.000
Primária Obrigatória	181.398.531.097	191.203.673.829	202.262.862.849	213.975.434.868
1 - Pessoal e Encargos Sociais	97.014.482.949	101.367.407.642	106.672.240.254	112.192.143.701
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	92.795.185.796	96.621.515.427	102.257.539.196	107.586.475.845
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	70.497.888	73.068.904	75.365.239	77.655.408
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	4.568.936	4.494.445	4.754.367	5.000.065
0999 - Reserva de Contingência	4.144.230.329	4.668.328.866	4.334.581.452	4.523.012.383
3 - Outras Despesas Correntes	83.608.529.691	89.037.484.702	94.767.880.266	100.935.866.567
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.058.685.195	6.296.937.674	6.534.884.848	6.780.189.624
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.880.551	2.984.213	3.076.840	3.169.178
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	4.017.582	4.148.612	4.277.797	4.410.462
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	77.542.946.363	82.733.414.203	88.225.640.781	94.148.097.303
4 - Investimentos	775.518.457	798.781.485	822.742.329	847.424.600
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	775.518.457	798.781.485	822.742.329	847.424.600

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	134.310.670	139.998.012	148.164.319	155.885.672
1 - Pessoal e Encargos Sociais	134.310.670	139.998.012	148.164.319	155.885.672
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	134.310.670	139.998.012	148.164.319	155.885.672
Primária Discricionária	826.279.744	826.279.744	826.279.744	826.279.744
3 - Outras Despesas Correntes	789.604.285	789.604.285	789.604.285	789.604.285
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	196.265.201	196.265.626	196.265.626	196.265.626
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	425	-	-	-
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	531.000	531.000	531.000	531.000
2801 - Neoliberalização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	592.807.659	592.807.659	592.807.659	592.807.659
4 - Investimentos	36.675.459	36.675.459	36.675.459	36.675.459
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	19.866.711	19.866.711	19.866.711	19.866.711
2801 - Neoliberalização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	16.808.748	16.808.748	16.808.748	16.808.748
Primária Obrigatória	1.070.083.511	1.115.259.106	1.179.384.929	1.240.161.168
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.026.850.561	1.070.332.220	1.132.766.401	1.191.798.756
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.026.808.198	1.070.288.063	1.132.719.667	1.191.749.589
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	42.363	44.157	46.734	49.167
3 - Outras Despesas Correntes	43.232.950	44.926.886	46.618.528	48.362.412
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	43.199.917	44.892.776	46.583.355	48.326.149
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	33.033	34.110	35.173	36.263

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

29000 - Defensoria Pública da União

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	72.802.347	72.802.346	72.802.346	72.802.346
1 - Pessoal e Encargos Sociais	72.802.347	72.802.346	72.802.346	72.802.346
0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	66.840.077	68.401.687	68.152.539	68.890.096
0999 - Reserva de Contingência	5.962.270	4.400.659	4.649.807	3.912.250
Primária Discrecionária	107.611.750	74.798.156	80.881.253	86.091.984
3 - Outras Despesas Correntes	107.611.750	74.798.156	80.881.253	86.091.984
0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	107.588.565	74.773.442	80.855.096	86.064.608
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	23.185	24.714	26.157	27.376
Primária Obrigatória	711.949.748	798.770.395	843.716.805	881.568.582
1 - Pessoal e Encargos Sociais	509.510.565	582.994.173	615.336.015	642.551.117
0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	466.680.002	553.556.445	584.231.460	616.358.676
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	100.000	100.000	105.842	110.772
0999 - Reserva de Contingência	42.730.563	29.337.728	30.998.713	26.081.669
3 - Outras Despesas Correntes	189.657.788	202.155.763	213.964.692	223.929.947
0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	189.657.788	202.155.763	213.964.692	223.929.947
4 - Investimentos	12.781.395	13.620.459	14.416.098	15.087.518
0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	12.781.395	13.620.459	14.416.098	15.087.518

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	1.861.392.257	1.940.212.320	2.053.387.984	2.160.397.105
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.861.392.257	1.940.212.320	2.053.387.984	2.160.397.105
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.861.392.257	1.940.212.320	2.053.387.984	2.160.397.105
Primária Discrecionária	3.326.089.055	3.326.089.055	3.326.089.055	3.326.089.055
3 - Outras Despesas Correntes	2.880.232.072	2.880.232.072	2.880.232.072	2.880.232.072
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.421.940.534	1.421.940.534	1.421.940.534	1.421.940.534
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	118.645.463	118.645.463	118.645.463	118.645.463
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	13.334.000	13.334.000	13.334.000	13.334.000
5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos	271.555.786	271.555.786	271.555.786	271.555.786
5116 - Segurança Pública com Cidadania	1.054.756.289	1.054.756.289	1.054.756.289	1.054.756.289
4 - Investimentos	445.856.983	445.856.983	445.856.983	445.856.983
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33.004.781	33.004.781	33.004.781	33.004.781
5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos	138.160.684	138.160.684	138.160.684	138.160.684
5116 - Segurança Pública com Cidadania	274.691.518	274.691.518	274.691.518	274.691.518
Primária Obrigatória	18.853.121.261	19.416.319.265	20.463.062.890	21.460.725.798
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.588.595.606	16.092.336.372	17.031.025.621	17.918.568.991
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	15.588.467.344	16.092.204.330	17.030.888.151	17.918.426.391
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	128.262	132.042	137.470	142.600
3 - Outras Despesas Correntes	2.156.685.286	2.160.652.801	2.270.054.756	2.374.963.261
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	718.426.461	762.673.038	795.840.471	821.008.809
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	80.992.677	83.634.141	86.238.467	88.912.940
5116 - Segurança Pública com Cidadania	1.357.266.148	1.314.345.622	1.387.975.818	1.465.041.512
4 - Investimentos	1.107.840.369	1.163.330.092	1.161.982.513	1.167.193.546
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.500.000	4.000.000	4.015.404	4.000.000
5116 - Segurança Pública com Cidadania	1.104.340.369	1.159.330.092	1.157.967.109	1.163.193.546

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	823.712	858.592	908.675	956.029
1 - Pessoal e Encargos Sociais	823.712	858.592	908.675	956.029
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	823.712	858.592	908.675	956.029
Primária Discrecional	51.919.351	51.919.351	51.919.351	51.919.351
3 - Outras Despesas Correntes	44.864.085	46.241.703	45.783.630	45.765.240
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	324.125	324.125	343.384	343.384
5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos	44.539.960	45.917.578	45.440.246	45.421.856
4 - Investimentos	7.055.266	5.677.648	6.135.721	6.154.111
5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos	7.055.266	5.677.648	6.135.721	6.154.111
Primária Obrigatória	18.257.824	19.026.012	20.104.509	21.129.019
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.817.221	17.529.341	18.551.855	19.518.656
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	16.803.100	17.514.622	18.536.277	19.502.267
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	1.440.603	1.496.671	1.552.654	1.610.363
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.440.603	1.496.671	1.552.654	1.610.363

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

32000 - Ministério de Minas e Energia

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	3.704.471	3.861.336	4.086.573	4.299.539
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.704.471	3.861.336	4.086.573	4.299.539
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.704.471	3.861.336	4.086.573	4.299.539
Primária Discricionária	501.618.947	501.618.947	501.618.947	501.618.947
3 - Outras Despesas Correntes	475.272.125	476.401.875	477.098.564	478.781.603
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	139.933.631	141.063.381	141.760.070	143.443.109
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	191.330.746	191.330.746	191.330.746	191.330.746
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	369.003	369.003	369.003	369.003
2306 - Política Nuclear	44.080.273	44.080.273	44.080.273	44.080.273
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	8.700.000	8.700.000	8.700.000	8.700.000
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1.338.000	1.338.000	1.338.000	1.338.000
3101 - Energia Elétrica	24.832.712	24.832.712	24.832.712	24.832.712
3102 - Mineração Segura e Sustentável	41.853.455	41.853.455	41.853.455	41.853.455
3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	955.000	955.000	955.000	955.000
3107 - Transição Energética	13.879.305	13.879.305	13.879.305	13.879.305
6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000
4 - Investimentos	26.346.822	25.217.072	24.520.383	22.837.344
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	14.190.000	13.060.250	12.363.561	10.680.522
2306 - Política Nuclear	4.897.804	4.897.804	4.897.804	4.897.804
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	1.300.000	1.300.000	1.300.000	1.300.000
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	239.714	239.714	239.714	239.714
3101 - Energia Elétrica	3.019.304	3.019.304	3.019.304	3.019.304
3102 - Mineração Segura e Sustentável	900.000	900.000	900.000	900.000
3107 - Transição Energética	800.000	800.000	800.000	800.000
6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Primária Obrigatória	1.434.040.511	1.495.535.313	1.579.447.266	1.659.388.050
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.298.432.404	1.353.791.070	1.431.564.086	1.505.169.262
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.256.784.290	1.310.002.420	1.386.416.940	1.458.667.903
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	41.620.993	43.760.931	45.118.568	46.471.970
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.121	27.719	28.578	29.389
3 - Outras Despesas Correntes	135.608.107	141.744.243	147.883.180	154.218.788
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	133.943.195	140.021.434	146.106.849	152.388.530
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	1.071.620	1.110.168	1.144.612	1.178.948
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	593.292	612.641	631.719	651.310

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	39.833.765	41.520.513	43.942.471	46.232.464
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.833.765	41.520.513	43.942.471	46.232.464
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	39.833.765	41.520.513	43.942.471	46.232.464
Primária Discricionária	132.621.085	132.621.085	132.621.085	132.621.085
3 - Outras Despesas Correntes	130.212.686	130.212.686	130.212.686	130.212.686
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	89.315.601	89.315.601	89.315.601	89.315.601
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	28.000	28.000	28.000	28.000
3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	40.869.085	40.869.085	40.869.085	40.869.085
4 - Investimentos	2.408.399	2.408.399	2.408.399	2.408.399
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	778.399	778.399	778.399	778.399
3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	1.630.000	1.630.000	1.630.000	1.630.000
Primária Obrigatória	327.228.351	341.063.297	360.684.419	379.284.388
1 - Pessoal e Encargos Sociais	313.514.743	326.790.425	345.852.630	363.876.200
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	313.500.622	326.775.706	345.837.052	363.859.811
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	13.713.608	14.272.872	14.831.789	15.408.188
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.713.608	14.272.872	14.831.789	15.408.188

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	25.937.764	27.036.090	28.613.148	30.104.278
1 - Pessoal e Encargos Sociais	25.937.764	27.036.090	28.613.148	30.104.278
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	25.937.764	27.036.090	28.613.148	30.104.278
Primária Discricionária	146.802.259	146.802.259	146.802.259	146.802.259
3 - Outras Despesas Correntes	143.794.029	144.402.259	143.302.259	143.652.259
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	61.215.028	64.375.250	63.572.500	64.250.000
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	88.000	88.000	88.000	88.000
3101 - Energia Elétrica	82.491.001	79.939.009	79.641.759	79.314.259
4 - Investimentos	3.008.230	2.400.000	3.500.000	3.150.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.008.230	2.400.000	3.500.000	3.150.000
Primária Obrigatória	2.171.946.571	2.272.802.877	2.325.183.368	2.401.316.271
1 - Pessoal e Encargos Sociais	226.367.720	235.953.189	249.716.714	262.730.311
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	226.353.599	235.938.470	249.701.136	262.713.922
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	1.945.578.851	2.036.849.688	2.075.466.654	2.138.585.960
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	10.573.610	10.993.212	11.412.347	11.844.479
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	1.935.005.241	2.025.856.476	2.064.054.307	2.126.741.481

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	38.442.711	40.070.555	42.407.934	44.617.958
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.442.711	40.070.555	42.407.934	44.617.958
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	38.442.711	40.070.555	42.407.934	44.617.958
Primária Discrecionária	109.187.798	109.187.798	109.187.798	109.187.798
3 - Outras Despesas Correntes	100.430.870	99.880.870	99.880.870	99.880.870
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	69.380.870	73.380.870	73.380.870	73.380.870
3102 - Mineração Segura e Sustentável	31.050.000	26.500.000	26.500.000	26.500.000
4 - Investimentos	8.756.928	9.306.928	9.306.928	9.306.928
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.106.928	2.106.928	2.106.928	2.106.928
3102 - Mineração Segura e Sustentável	2.650.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000
Primária Obrigatória	418.648.071	436.323.848	461.380.533	485.135.161
1 - Pessoal e Encargos Sociais	399.945.478	416.881.042	441.198.375	464.190.742
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	399.931.357	416.866.323	441.182.797	464.174.353
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	18.702.593	19.442.806	20.182.158	20.944.419
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	18.702.593	19.442.806	20.182.158	20.944.419

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

33000 - Ministério da Previdência Social

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	966.041.240	1.006.947.948	1.065.684.820	1.121.221.327
1 - Pessoal e Encargos Sociais	966.041.240	1.006.947.948	1.065.684.820	1.121.221.327
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	966.041.240	1.006.947.948	1.065.684.820	1.121.221.327
Primária Discrecionária	2.196.133.944	2.196.043.944	2.196.043.944	2.196.043.944
3 - Outras Despesas Correntes	2.151.164.626	2.160.250.605	2.160.250.605	2.160.250.605
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	214.607.532	223.794.056	223.794.056	223.794.056
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.526.000	1.436.000	1.436.000	1.436.000
2314 - Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	1.935.031.094	1.935.020.549	1.935.020.549	1.935.020.549
4 - Investimentos	44.969.318	35.793.339	35.793.339	35.793.339
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33.969.318	24.793.339	24.793.339	24.793.339
2314 - Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	11.000.000	11.000.000	11.000.000	11.000.000
Primária Obrigatória	1.149.635.177.609	1.230.349.798.260	1.313.052.441.907	1.392.275.360.653
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.620.386.632	12.998.441.184	13.756.660.891	14.473.567.872
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	11.495.636.340	11.826.063.699	12.515.896.766	13.168.143.256
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	1.124.750.292	1.172.377.485	1.240.764.125	1.305.424.616
3 - Outras Despesas Correntes	1.137.014.790.977	1.217.351.357.076	1.299.295.781.016	1.377.801.792.781
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	431.987.107	449.611.828	467.225.721	485.390.618
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	55.362.885.451	58.332.102.862	62.500.539.800	66.907.904.492
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	1.411.980.078	1.458.029.834	1.503.432.169	1.550.057.410
2314 - Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	1.079.807.938.341	1.157.111.612.552	1.234.824.583.326	1.308.858.440.261

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

34000 - Ministério Público da União

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	866.589.094	866.589.094	866.589.094	866.589.094
1 - Pessoal e Encargos Sociais	866.589.094	866.539.606	866.539.606	866.539.606
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	860.578.742	860.578.742	860.578.742	860.578.742
0999 - Reserva de Contingência	6.010.352	5.960.864	5.960.864	5.960.864
3 - Outras Despesas Correntes	-	49.488	49.488	49.488
0999 - Reserva de Contingência	-	49.488	49.488	49.488
Primária Discricionária	1.138.963.929	1.218.949.943	1.290.154.905	1.350.242.966
3 - Outras Despesas Correntes	1.065.839.804	1.150.238.683	1.246.133.266	1.303.875.214
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	1.065.739.804	1.150.132.093	1.246.020.450	1.303.757.143
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	100.000	106.590	112.816	118.071
4 - Investimentos	73.124.125	68.711.260	44.021.639	46.367.752
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	73.124.125	68.711.260	44.021.639	46.367.752
Primária Obrigatória	8.619.236.856	9.182.291.878	9.718.675.457	10.171.315.964
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.709.587.286	8.212.698.675	8.692.443.467	9.097.287.937
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	7.634.680.865	8.137.873.398	8.613.286.051	9.014.557.385
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	21.219.116	22.619.332	23.942.467	25.060.811
0999 - Reserva de Contingência	53.687.305	52.205.945	55.214.949	57.669.741
3 - Outras Despesas Correntes	909.649.570	969.593.203	1.026.231.990	1.074.028.027
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	909.631.570	969.574.017	1.026.211.683	1.074.006.774
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	18.000	19.186	20.307	21.253

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

35000 - Ministério das Relações Exteriores

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	196.115.571	204.420.022	216.344.167	227.618.606
1 - Pessoal e Encargos Sociais	196.115.571	204.420.022	216.344.167	227.618.606
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	196.115.571	204.420.022	216.344.167	227.618.606
Primária Discricionária	2.346.146.038	2.346.146.038	2.346.146.038	2.346.146.038
3 - Outras Despesas Correntes	2.295.336.760	2.305.755.542	2.305.755.542	2.305.755.542
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	899.141.559	901.540.412	901.540.412	901.540.412
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	6.720.071	6.721.000	6.721.000	6.721.000
2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior	1.389.475.130	1.397.494.130	1.397.494.130	1.397.494.130
4 - Investimentos	42.809.278	40.390.496	40.390.496	40.390.496
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	23.596.778	21.177.996	21.177.996	21.177.996
2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior	19.212.500	19.212.500	19.212.500	19.212.500
5 - Inversões Financeiras	8.000.000	-	-	-
2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior	8.000.000	-	-	-
Primária Obrigatória	3.131.449.832	3.265.449.873	3.439.096.950	3.607.009.432
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.146.715.336	2.237.616.762	2.368.139.744	2.491.550.983
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.146.674.094	2.237.574.324	2.368.095.588	2.491.505.205
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	41.242	42.438	44.156	45.778
3 - Outras Despesas Correntes	984.734.496	1.027.833.111	1.070.957.206	1.115.458.449
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	984.734.496	1.027.833.111	1.070.957.206	1.115.458.449

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

36000 - Ministério da Saúde

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	1.079.579.162	1.125.293.598	1.190.933.759	1.252.997.420
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.079.579.162	1.125.293.598	1.190.933.759	1.252.997.420
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.079.579.162	1.125.293.598	1.190.933.759	1.252.997.420
Primária Discricionária	61.934.307.401	69.457.285.359	69.626.829.316	70.809.848.434
3 - Outras Despesas Correntes	29.472.500.289	36.390.224.406	38.151.861.958	38.350.905.233
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.214.550.760	1.214.550.760	1.250.987.283	1.250.987.283
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	18.022.325	18.022.325	18.562.995	18.562.995
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	6.023.000	6.023.000	6.203.690	6.203.690
2322 - Saneamento Básico	30.000.000	30.000.000	30.900.000	30.900.000
5117 - Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	6.700.386.138	6.700.386.138	6.901.397.724	6.901.397.724
5118 - Atenção Especializada à Saúde	4.126.928.671	10.426.252.909	11.309.976.948	11.509.020.223
5119 - Atenção Primária à Saúde	5.180.988.281	5.180.988.281	6.214.169.192	6.214.169.192
5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	1.236.193.184	1.841.826.409	1.197.724.300	1.197.724.300
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	8.956.126.870	8.968.893.524	9.158.560.334	9.158.560.334
5122 - Saúde Indígena	1.398.000.000	1.398.000.000	1.439.940.000	1.439.940.000
5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente	435.281.060	435.281.060	448.339.492	448.339.492
5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	170.000.000	170.000.000	175.100.000	175.100.000
4 - Investimentos	11.810.054.173	10.780.549.782	8.621.371.346	7.977.562.396
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	86.049.240	86.049.240	88.630.718	88.630.718
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	-	50.000.000	-	-
2322 - Saneamento Básico	348.900.000	348.900.000	359.367.000	359.367.000
5117 - Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	17.113.862	17.113.862	17.627.278	17.627.278
5118 - Atenção Especializada à Saúde	6.868.821.084	5.934.473.445	5.531.210.047	4.887.401.097
5119 - Atenção Primária à Saúde	1.958.226.594	646.312.327	1.688.252.815	1.688.252.815
5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	1.336.119.233	3.107.680.574	486.768.603	486.768.603
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	965.622.218	361.536.455	316.850.885	316.850.885
5122 - Saúde Indígena	183.401.942	182.683.879	85.490.000	85.490.000
5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente	45.800.000	45.800.000	47.174.000	47.174.000
5 - Inversões Financeiras	250.000.000	-	-	-
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	250.000.000	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	20.401.752.939	22.286.511.171	22.853.596.012	24.481.380.805
0999 - Reserva de Contingência	20.401.752.939	22.286.511.171	22.853.596.012	24.481.380.805
Primária Obrigatória	196.356.948.039	204.813.147.223	216.424.908.165	231.613.703.382
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.028.838.526	22.971.508.725	24.358.366.012	25.693.332.454
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	21.462.028.650	22.370.831.418	23.675.757.527	24.909.582.800
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	353.000.945	389.446.605	433.770.522	481.399.919
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	211.977	220.953	233.843	246.027
0999 - Reserva de Contingência	213.596.954	211.009.749	248.604.120	302.103.708
3 - Outras Despesas Correntes	174.319.509.513	181.832.780.498	192.057.418.413	205.911.247.188
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.188.265.542	1.237.160.567	1.286.032.926	1.336.438.125
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	4.293.491.495	7.408.338.057	8.292.892.007	9.244.617.269
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	9.840.040	10.160.960	10.477.367	10.802.296
5117 - Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	25.063.515.000	25.815.420.505	26.589.883.163	26.589.883.163
5118 - Atenção Especializada à Saúde	80.808.335.860	82.768.182.838	89.462.549.794	96.586.034.733
5119 - Atenção Primária à Saúde	38.582.323.813	39.658.502.002	40.848.257.086	46.576.145.532
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	8.722.926.888	8.868.874.695	9.019.200.936	9.019.200.936
5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente	15.650.810.875	16.066.140.874	16.548.125.134	16.548.125.134
4 - Investimentos	8.600.000	8.858.000	9.123.740	9.123.740
5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente	8.600.000	8.858.000	9.123.740	9.123.740

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	80.453.688	83.860.474	88.752.188	93.377.371
1 - Pessoal e Encargos Sociais	80.453.688	83.860.474	88.752.188	93.377.371
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	80.453.688	83.860.474	88.752.188	93.377.371
Primária Discricionária	235.161.708	235.161.708	235.161.708	235.161.708
3 - Outras Despesas Correntes	220.161.708	220.161.708	220.161.708	220.161.708
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	139.011.708	139.011.708	139.011.708	139.011.708
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	650.000	650.000	650.000	650.000
5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente	80.500.000	80.500.000	80.500.000	80.500.000
4 - Investimentos	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Primária Obrigatória	827.858.138	867.060.233	917.608.845	965.622.440
1 - Pessoal e Encargos Sociais	800.369.789	834.720.369	883.619.676	929.907.855
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	797.444.554	831.212.089	879.698.010	925.542.104
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.837.710	3.417.049	3.825.113	4.264.166
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	87.525	91.231	96.553	101.585
3 - Outras Despesas Correntes	27.488.349	32.339.864	33.989.169	35.714.585
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26.668.342	27.772.617	28.876.502	30.015.076
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	820.007	4.567.247	5.112.667	5.699.509

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	40.864.480	42.594.873	45.079.500	47.428.748
1 - Pessoal e Encargos Sociais	40.864.480	42.594.873	45.079.500	47.428.748
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	40.864.480	42.594.873	45.079.500	47.428.748
Primária Discricionária	123.768.481	123.768.480	123.768.479	123.768.480
3 - Outras Despesas Correntes	122.051.529	119.506.528	122.006.527	122.006.528
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	35.993.592	36.954.175	36.919.519	37.021.714
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	97.000	133.400	173.400	133.400
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	85.960.937	82.418.953	84.913.608	84.851.414
4 - Investimentos	1.716.952	4.261.952	1.761.952	1.761.952
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	55.000	100.000	100.000	100.000
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1.661.952	4.161.952	1.661.952	1.661.952
Primária Obrigatória	345.389.905	344.818.263	371.333.990	398.118.917
1 - Pessoal e Encargos Sociais	218.286.089	228.308.787	241.692.550	254.363.943
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	217.980.908	227.211.240	240.464.832	252.996.283
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	291.060	1.082.828	1.212.140	1.351.271
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	127.103.816	116.509.476	129.641.440	143.754.974
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.099.188	9.446.310	9.792.791	10.149.877
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	118.004.628	107.063.166	119.848.649	133.605.097

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

37000 - Controladoria-Geral da União

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	146.415.905	152.615.840	161.518.164	169.935.432
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.415.905	152.615.840	161.518.164	169.935.432
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	146.415.905	152.615.840	161.518.164	169.935.432
Primária Discrecionária	156.003.249	156.003.249	156.003.249	156.003.249
3 - Outras Despesas Correntes	148.827.092	148.827.092	148.827.092	148.827.092
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	900.000	900.000	900.000	900.000
4104 - Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	147.927.092	147.927.092	147.927.092	147.927.092
4 - Investimentos	7.176.157	7.176.157	7.176.157	7.176.157
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
4104 - Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	6.176.157	6.176.157	6.176.157	6.176.157
Primária Obrigatória	1.356.366.940	1.413.702.339	1.495.429.593	1.572.820.809
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.321.656.986	1.377.621.580	1.457.979.675	1.533.959.340
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.319.497.172	1.375.370.860	1.455.598.425	1.531.454.672
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.159.814	2.250.720	2.381.250	2.504.668
3 - Outras Despesas Correntes	34.709.954	36.080.759	37.449.918	38.861.469
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	34.709.954	36.080.759	37.449.918	38.861.469

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

39000 - Ministério dos Transportes

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	108.934.459	113.547.254	120.170.646	126.433.152
1 - Pessoal e Encargos Sociais	108.934.459	113.547.254	120.170.646	126.433.152
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	108.934.459	113.547.254	120.170.646	126.433.152
Primária Discricionária	14.756.261.482	14.756.261.482	14.756.261.482	14.756.261.482
3 - Outras Despesas Correntes	1.661.139.256	1.661.139.256	1.661.139.256	1.661.139.256
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.493.452.712	1.493.452.712	1.493.452.712	1.493.452.712
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	100.000	100.000	100.000	100.000
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	4.037.028	4.037.028	4.037.028	4.037.028
3106 - Transporte Rodoviário	106.082.451	106.082.451	106.082.451	106.082.451
3108 - Segurança Viária	57.467.065	57.467.065	57.467.065	57.467.065
4 - Investimentos	13.095.122.226	13.095.122.226	13.095.122.226	13.095.122.226
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	302.875.976	302.875.976	302.875.976	302.875.976
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	962.337.001	962.337.001	962.337.001	962.337.001
3106 - Transporte Rodoviário	11.256.730.178	11.256.730.178	11.256.730.178	11.256.730.178
3108 - Segurança Viária	176.413.945	176.413.945	176.413.945	176.413.945
3901 - Transporte Ferroviário	396.765.126	396.765.126	396.765.126	396.765.126
Primária Obrigatória	1.358.375.285	1.415.508.304	1.495.917.925	1.572.238.256
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.272.981.892	1.326.833.702	1.403.975.658	1.476.929.862
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.263.790.174	1.317.304.967	1.394.145.456	1.466.799.178
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	9.177.597	9.514.016	9.814.624	10.114.295
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	85.393.393	88.674.602	91.942.267	95.308.394
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	65.127.665	67.745.994	70.362.021	73.059.516
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	578.020	598.812	617.391	635.912
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	19.687.708	20.329.796	20.962.855	21.612.966

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	43.560.567	45.405.125	48.053.678	50.557.921
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.560.567	45.405.125	48.053.678	50.557.921
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	43.560.567	45.405.125	48.053.678	50.557.921
Primária Discrecionária	279.454.793	279.454.793	279.454.793	279.454.793
3 - Outras Despesas Correntes	268.952.915	268.952.915	268.952.915	268.952.915
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	137.553.968	137.553.968	137.553.968	137.553.968
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	21.831.402	21.831.402	21.831.402	21.831.402
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	35.000	35.000	35.000	35.000
3108 - Segurança Viária	109.532.545	109.532.545	109.532.545	109.532.545
4 - Investimentos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	500.000	500.000	500.000	500.000
3108 - Segurança Viária	500.000	500.000	500.000	500.000
5 - Inversões Financeiras	9.501.878	9.501.878	9.501.878	9.501.878
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	9.501.878	9.501.878	9.501.878	9.501.878
Primária Obrigatória	319.570.207	333.046.079	352.142.047	370.246.878
1 - Pessoal e Encargos Sociais	304.548.798	317.444.820	335.961.880	353.470.011
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	304.206.438	317.087.963	335.584.207	353.072.656
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	342.360	356.857	377.673	397.355
3 - Outras Despesas Correntes	15.021.409	15.601.259	16.180.167	16.776.867
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	15.021.409	15.601.259	16.180.167	16.776.867

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

40000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	23.202.278.785	24.764.392.393	26.269.053.495	27.841.653.872
1 - Pessoal e Encargos Sociais	192.912.064	201.080.864	212.810.230	223.900.504
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	192.912.064	201.080.864	212.810.230	223.900.504
5 - Inversões Financeiras	23.009.366.721	24.563.311.529	26.056.243.265	27.617.753.368
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	23.009.366.721	24.563.311.529	26.056.243.265	27.617.753.368
Primária Discricionária	883.870.180	883.870.180	883.870.180	883.870.180
3 - Outras Despesas Correntes	828.400.415	829.176.000	829.176.000	829.176.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	359.508.010	360.330.595	360.330.595	360.330.595
2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	454.928.087	454.881.087	454.881.087	454.881.087
4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	13.964.318	13.964.318	13.964.318	13.964.318
4 - Investimentos	55.469.765	54.694.180	54.694.180	54.694.180
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.056.384	8.280.799	8.280.799	8.280.799
2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	46.413.381	46.413.381	46.413.381	46.413.381
Primária Obrigatória	99.308.574.864	107.092.425.596	114.729.657.602	121.808.579.102
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.496.839.019	1.560.222.190	1.651.232.429	1.737.283.837
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.496.810.777	1.560.192.752	1.651.201.273	1.737.251.059
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	28.242	29.438	31.156	32.778
3 - Outras Despesas Correntes	97.811.735.845	105.532.203.406	113.078.425.173	120.071.295.265
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	82.301.855	85.476.922	88.646.790	91.914.058
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	92.099.589	95.337.060	98.298.968	101.252.063
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	64.597.014	62.941.924	60.720.119	58.100.665
2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	97.572.737.387	105.288.447.500	112.830.759.296	119.820.028.479

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

41000 - Ministério das Comunicações

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	9.669.677	7.272.458	7.696.672	8.097.772
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.669.677	7.272.458	7.696.672	8.097.772
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.669.677	7.272.458	7.696.672	8.097.772
Primária Discrecional	657.013.297	657.013.297	657.013.297	657.013.297
3 - Outras Despesas Correntes	568.454.325	568.204.325	568.204.325	568.204.325
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	405.340.697	379.707.109	356.636.881	335.873.675
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	163.113.628	188.497.216	211.567.444	232.330.650
4 - Investimentos	88.558.972	88.808.972	88.808.972	88.808.972
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	84.058.972	84.308.972	84.308.972	84.308.972
Primária Obrigatória	825.754.380	79.996.876	84.432.920	88.672.414
1 - Pessoal e Encargos Sociais	813.352.903	67.070.960	70.982.558	74.681.025
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	813.325.782	67.043.241	70.953.980	74.651.636
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.121	27.719	28.578	29.389
3 - Outras Despesas Correntes	12.401.477	12.925.916	13.450.362	13.991.389
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	12.401.477	12.925.916	13.450.362	13.991.389

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	65.016.553	67.769.658	71.722.770	75.460.491
1 - Pessoal e Encargos Sociais	65.016.553	67.769.658	71.722.770	75.460.491
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	65.016.553	67.769.658	71.722.770	75.460.491
Primária Discrecionária	276.735.750	289.892.437	303.722.437	318.272.437
3 - Outras Despesas Correntes	251.367.968	263.230.899	275.701.161	288.822.076
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	184.988.037	193.464.436	202.376.610	211.757.972
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	66.379.931	69.766.463	73.324.551	77.064.104
4 - Investimentos	25.367.782	26.661.538	28.021.276	29.450.361
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.804.906	21.865.956	22.981.119	24.153.156
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	4.562.876	4.795.582	5.040.157	5.297.205
Primária Obrigatória	490.743.863	511.465.704	540.858.861	568.720.950
1 - Pessoal e Encargos Sociais	469.866.995	489.763.364	518.332.037	545.344.106
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	469.658.704	489.546.253	518.102.262	545.102.356
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	208.291	217.111	229.775	241.750
3 - Outras Despesas Correntes	20.876.868	21.702.340	22.526.824	23.376.844
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.834.552	21.658.644	22.481.767	23.330.390
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	42.316	43.696	45.057	46.454

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

42000 - Ministério da Cultura

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	749.746.191	751.852.677	754.877.328	757.737.173
1 - Pessoal e Encargos Sociais	49.746.191	51.852.677	54.877.328	57.737.173
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	49.746.191	51.852.677	54.877.328	57.737.173
5 - Inversões Financeiras	700.000.000	700.000.000	700.000.000	700.000.000
5125 - Direito à Cultura	700.000.000	700.000.000	700.000.000	700.000.000
Primária Discricionária	1.072.683.733	1.077.683.733	1.077.683.733	1.077.683.733
3 - Outras Despesas Correntes	830.658.733	835.643.733	835.628.733	835.613.733
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	341.877.251	343.785.344	345.639.532	347.586.429
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.420.311	1.420.311	1.420.311	1.420.311
5125 - Direito à Cultura	487.361.171	490.438.078	488.568.890	486.606.993
4 - Investimentos	242.025.000	242.040.000	242.055.000	242.070.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	22.400.000	22.400.000	22.400.000	22.400.000
5125 - Direito à Cultura	219.625.000	219.640.000	219.655.000	219.670.000
Primária Obrigatória	699.310.079	728.784.332	770.344.740	809.789.083
1 - Pessoal e Encargos Sociais	654.966.898	682.700.712	722.522.973	760.175.450
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	654.681.583	682.403.866	722.209.567	759.846.394
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	285.315	296.846	313.406	329.056
3 - Outras Despesas Correntes	44.343.181	46.083.620	47.821.767	49.613.633
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	44.343.181	46.083.620	47.821.767	49.613.633

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

42206 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	16.362.279	17.055.134	18.049.988	18.990.635
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.362.279	17.055.134	18.049.988	18.990.635
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	16.362.279	17.055.134	18.049.988	18.990.635
Primária Discrecionária	39.704.820	39.704.820	39.704.820	39.704.820
3 - Outras Despesas Correntes	37.953.820	34.643.520	34.643.520	38.354.820
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	35.853.820	32.543.520	32.543.520	36.254.820
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	600.000	600.000	600.000	600.000
5125 - Direito à Cultura	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
4 - Investimentos	1.750.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.750.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000
5 - Inversões Financeiras	1.000	3.711.300	3.711.300	-
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.000	3.711.300	3.711.300	-
Primária Obrigatória	120.613.048	125.698.475	132.912.001	139.749.667
1 - Pessoal e Encargos Sociais	115.320.786	120.204.008	127.215.699	133.845.346
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	115.306.665	120.189.289	127.200.121	133.828.957
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	5.292.262	5.494.467	5.696.302	5.904.321
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.292.262	5.494.467	5.696.302	5.904.321

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	222.413.552	231.831.583	245.354.686	258.140.965
1 - Pessoal e Encargos Sociais	222.413.552	231.831.583	245.354.686	258.140.965
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	222.413.552	231.831.583	245.354.686	258.140.965
Primária Discricionária	1.594.781.218	1.969.180.750	1.631.269.162	1.649.790.195
3 - Outras Despesas Correntes	1.516.120.627	1.527.128.887	1.527.364.808	1.519.895.287
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	422.575.410	430.330.247	430.330.247	430.330.247
1158 - Enfrentamento da Emergência Climática	9.839.938	9.839.938	9.839.938	9.839.938
1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	196.599.620	196.299.620	196.299.620	196.299.620
1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	15.892.274	15.892.274	15.892.274	15.892.274
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	940.000	940.000	940.000	940.000
6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	870.273.385	873.826.808	874.062.729	866.593.208
4 - Investimentos	78.660.591	442.051.863	103.904.354	129.894.908
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	28.488.114	25.733.277	25.733.277	25.733.277
1158 - Enfrentamento da Emergência Climática	3.342.169	3.342.169	3.342.169	3.342.169
1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	10.425.000	10.725.000	10.725.000	10.725.000
1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	3.700.000	3.700.000	3.700.000	3.700.000
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	50.000	50.000	50.000	50.000
6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	32.655.308	398.501.417	60.353.908	86.344.462
Primária Obrigatória	2.257.095.282	2.352.596.541	2.487.841.395	2.616.088.223
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.153.406.094	2.244.590.288	2.375.519.287	2.499.314.423
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.153.283.788	2.244.463.904	2.375.387.046	2.499.176.648
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	122.306	126.384	132.241	137.775
3 - Outras Despesas Correntes	103.689.188	108.006.253	112.322.108	116.773.800
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	103.367.520	107.674.094	111.979.606	116.420.676
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	321.668	332.159	342.502	353.124

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	208.153.257	216.967.439	229.623.496	241.589.966
1 - Pessoal e Encargos Sociais	208.153.257	216.967.439	229.623.496	241.589.966
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	208.153.257	216.967.439	229.623.496	241.589.966
Primária Discrecionária	1.244.078.554	1.244.078.554	1.244.078.554	1.244.078.554
3 - Outras Despesas Correntes	1.160.292.409	1.149.247.267	1.146.996.162	1.160.173.444
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	791.514.759	781.473.617	779.222.512	792.399.794
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	134.001	130.001	130.001	130.001
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	326.072	326.072	326.072	326.072
2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento	368.317.577	367.317.577	367.317.577	367.317.577
4 - Investimentos	83.786.145	94.831.287	97.082.392	83.905.110
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	66.127.464	77.172.606	79.423.711	66.246.429
2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento	17.658.681	17.658.681	17.658.681	17.658.681
Primária Obrigatória	2.468.309.583	2.570.197.282	2.712.109.155	2.847.096.420
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.183.613.801	2.275.654.786	2.407.814.026	2.532.772.372
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.629.927.349	1.698.946.104	1.798.048.326	1.891.750.818
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	543.686.452	566.708.682	599.765.700	631.021.554
3 - Outras Despesas Correntes	284.695.782	294.542.496	304.295.129	314.324.048
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	91.554.722	95.102.409	98.644.577	102.295.751
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	193.141.060	199.440.087	205.650.552	212.028.297

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	225.458.482	235.005.449	248.713.690	261.675.018
1 - Pessoal e Encargos Sociais	225.458.482	235.005.449	248.713.690	261.675.018
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	225.458.482	235.005.449	248.713.690	261.675.018
Primária Discrecionária	1.147.656.132	1.147.656.132	1.147.656.132	1.147.656.132
3 - Outras Despesas Correntes	989.169.902	1.104.135.202	1.069.711.074	812.398.747
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	200.082.020	196.078.824	184.746.359	184.746.359
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	26.167	26.167	26.167	26.167
2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	788.006.534	906.975.030	883.883.367	626.571.040
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	1.055.181	1.055.181	1.055.181	1.055.181
4 - Investimentos	158.486.230	43.520.930	77.945.058	335.257.385
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	27.188.047	15.855.582	27.188.047	27.188.047
2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	131.216.277	27.583.442	50.675.105	307.987.432
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	81.906	81.906	81.906	81.906
Primária Obrigatória	3.597.688.620	3.749.309.236	3.963.891.099	4.167.388.686
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.411.908.473	3.556.384.650	3.763.834.214	3.959.980.576
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.411.880.231	3.556.355.212	3.763.803.058	3.959.947.798
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	28.242	29.438	31.156	32.778
3 - Outras Despesas Correntes	185.780.147	192.924.586	200.056.885	207.408.110
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	185.745.188	192.888.487	200.019.662	207.369.732
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	34.959	36.099	37.223	38.378

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	98.585.057	102.759.609	108.753.741	114.421.273
1 - Pessoal e Encargos Sociais	98.585.057	102.759.609	108.753.741	114.421.273
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	98.585.057	102.759.609	108.753.741	114.421.273
Primária Discrecionária	2.281.590.729	2.281.590.729	2.281.590.729	2.281.590.729
3 - Outras Despesas Correntes	1.531.384.465	1.531.384.465	1.531.384.465	1.531.384.465
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	745.925.865	745.925.865	745.925.865	745.925.865
1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	284.384.478	284.384.478	284.384.478	284.384.478
5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	210.906.518	210.906.518	210.906.518	210.906.518
5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar	290.167.604	290.167.604	290.167.604	290.167.604
4 - Investimentos	146.125.274	146.125.274	146.125.274	146.125.274
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	45.784.635	45.784.635	45.784.635	45.784.635
1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	53.619.471	53.619.471	53.619.471	53.619.471
5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	8.721.168	8.721.168	8.721.168	8.721.168
5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar	38.000.000	38.000.000	38.000.000	38.000.000
5 - Inversões Financeiras	604.080.990	604.080.990	604.080.990	604.080.990
5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	604.080.990	604.080.990	604.080.990	604.080.990
Primária Obrigatória	3.238.125.491	3.370.030.923	3.545.642.990	3.713.894.290
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.581.129.230	2.690.458.125	2.843.085.143	2.987.647.657
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.429.656.570	2.532.539.604	2.680.266.659	2.819.944.585
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	151.431.418	157.876.083	162.774.328	167.657.294
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	41.242	42.438	44.156	45.778
3 - Outras Despesas Correntes	656.996.261	679.572.798	702.557.847	726.246.633
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	182.500.715	190.807.244	199.123.971	207.709.147
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	5.895.806	6.107.884	6.297.388	6.486.301
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	559.098	577.333	595.310	613.772
1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	468.040.642	482.080.337	496.541.178	511.437.413

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

51000 - Ministério do Esporte

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	2.230.020	2.324.449	2.460.038	2.588.239
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.230.020	2.324.449	2.460.038	2.588.239
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.230.020	2.324.449	2.460.038	2.588.239
Primária Discrecionalária	583.242.459	583.242.459	583.242.459	583.242.459
3 - Outras Despesas Correntes	351.742.459	351.742.459	351.742.459	351.742.459
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	63.000.000	63.000.000	63.000.000	63.000.000
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	3.074.500	3.074.500	3.074.500	3.074.500
5126 - Esporte para a Vida	285.667.959	285.667.959	285.667.959	285.667.959
4 - Investimentos	231.500.000	231.500.000	231.500.000	231.500.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
5126 - Esporte para a Vida	228.500.000	228.500.000	228.500.000	228.500.000
Primária Obrigatória	45.552.866	47.471.419	50.180.842	52.751.465
1 - Pessoal e Encargos Sociais	42.871.370	44.686.194	47.292.052	49.755.926
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	42.844.249	44.658.475	47.263.474	49.726.537
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.121	27.719	28.578	29.389
3 - Outras Despesas Correntes	2.681.496	2.785.225	2.888.790	2.995.539
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.681.496	2.785.225	2.888.790	2.995.539

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

52000 - Ministério da Defesa

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	4.725.751.847	4.685.508.328	4.482.632.288	4.266.380.846
1 - Pessoal e Encargos Sociais	288.691.023	300.915.552	318.468.435	335.064.921
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	288.691.023	300.915.552	318.468.435	335.064.921
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.186.025.592	1.126.522.667	1.075.155.586	1.035.137.143
0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	600.000	150.000	-	-
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	1.185.425.592	1.126.372.667	1.075.155.586	1.035.137.143
5 - Inversões Financeiras	3.000.000	-	-	-
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.000.000	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	3.248.035.232	3.258.070.109	3.089.008.267	2.896.178.782
0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	18.000.000	8.500.000	-	-
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	3.230.035.232	3.249.570.109	3.089.008.267	2.896.178.782
Primária Discricionária	12.663.615.275	12.663.615.275	12.663.615.275	12.663.615.275
3 - Outras Despesas Correntes	6.574.734.059	6.578.019.582	6.669.157.342	6.744.698.323
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.809.015.548	1.795.862.516	1.795.862.517	1.795.862.517
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.284.500	1.284.500	1.284.500	1.284.500
6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional	544.229.221	544.329.221	544.329.220	544.329.220
6112 - Defesa Nacional	4.210.036.495	4.226.375.050	4.317.485.810	4.393.053.791
6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica	10.168.295	10.168.295	10.168.295	10.168.295
4 - Investimentos	6.071.685.216	6.068.399.693	5.977.261.933	5.901.720.952
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	183.708.671	186.120.623	186.120.623	186.120.623
6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional	28.570.007	28.470.007	28.470.007	28.470.007
6112 - Defesa Nacional	5.813.091.565	5.753.594.332	5.762.556.330	5.687.015.349
6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica	46.314.973	100.214.731	114.973	114.973
5 - Inversões Financeiras	17.196.000	17.196.000	17.196.000	17.196.000
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.676.000	13.676.000	13.676.000	13.676.000
6112 - Defesa Nacional	3.520.000	3.520.000	3.520.000	3.520.000
Primária Obrigatória	123.019.978.564	128.811.245.222	135.920.590.143	142.612.467.475
1 - Pessoal e Encargos Sociais	107.674.263.943	112.914.614.275	119.477.004.777	125.648.699.643
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	106.661.911.723	111.409.983.044	117.908.704.199	124.053.332.888
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	36.983.234	37.836.330	39.011.023	40.182.055
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	597.318.395	622.609.451	658.924.218	693.260.313
0999 - Reserva de Contingência	378.050.591	844.185.450	870.365.337	861.924.387
3 - Outras Despesas Correntes	13.463.521.135	13.844.783.293	14.290.060.025	14.714.656.140
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	10.531.637.201	10.864.625.370	11.198.369.313	11.542.848.460
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	4.737.184	4.907.587	5.059.850	5.211.638
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	6.737.384	6.957.114	7.173.755	7.396.231
6112 - Defesa Nacional	2.920.409.366	2.968.293.222	3.079.457.107	3.159.199.811
4 - Investimentos	1.882.193.486	2.051.847.654	2.153.525.341	2.249.111.692
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	43.630.000	43.630.000	43.630.000	43.630.000
6112 - Defesa Nacional	1.838.563.486	2.008.217.654	2.109.895.341	2.205.481.692

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	31.839.251	33.187.473	35.123.351	36.953.751
1 - Pessoal e Encargos Sociais	31.839.251	33.187.473	35.123.351	36.953.751
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	31.839.251	33.187.473	35.123.351	36.953.751
Primária Discricionária	3.719.412.336	3.729.812.340	3.695.812.340	3.695.812.140
3 - Outras Despesas Correntes	1.415.157.804	1.417.328.598	1.417.937.022	1.417.860.998
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	260.637.155	259.656.314	259.868.142	259.918.324
0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	554.045	554.045	554.045	554.045
2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	32.742.700	33.980.554	34.367.871	34.232.108
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	769.456.712	769.456.712	769.456.712	769.456.712
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	351.767.192	353.680.973	353.690.252	353.699.809
4 - Investimentos	2.304.254.532	2.312.483.742	2.277.875.318	2.277.951.142
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	18.051.846	17.858.046	17.764.232	17.620.604
2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	17.079.298	15.714.998	15.700.388	15.919.840
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	128.043.288	118.043.288	118.043.288	118.043.288
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	2.139.980.100	2.159.767.410	2.125.267.410	2.125.267.410
2322 - Saneamento Básico	1.100.000	1.100.000	1.100.000	1.100.000
Primária Obrigatória	1.741.004.616	1.814.546.148	1.917.884.366	2.015.961.157
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.626.238.440	1.695.071.572	1.793.818.052	1.887.191.730
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.621.588.311	1.690.253.953	1.788.849.148	1.882.072.239
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	4.566.524	4.731.024	4.878.014	5.024.546
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	83.605	86.595	90.890	94.945
3 - Outras Despesas Correntes	114.766.176	119.474.576	124.066.314	128.769.427
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	84.062.899	87.666.823	91.271.631	94.990.883
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	30.695.382	31.799.601	32.786.277	33.769.877
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	7.895	8.152	8.406	8.667

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	19.914.478	20.757.750	21.968.583	23.113.441
1 - Pessoal e Encargos Sociais	19.914.478	20.757.750	21.968.583	23.113.441
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	19.914.478	20.757.750	21.968.583	23.113.441
Primária Discrecionária	183.777.419	183.732.239	183.732.239	183.732.239
3 - Outras Despesas Correntes	168.387.243	168.342.063	168.342.063	168.342.063
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	29.875.528	29.875.528	29.875.528	29.875.528
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	134.121.583	134.076.403	134.076.403	134.076.403
2322 - Saneamento Básico	4.390.132	4.390.132	4.390.132	4.390.132
4 - Investimentos	15.390.176	15.390.176	15.390.176	15.390.176
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	15.390.176	15.390.176	15.390.176	15.390.176
Primária Obrigatória	287.897.697	368.177.394	383.957.055	399.161.724
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.768.395	152.983.256	161.907.013	170.344.544
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	146.754.274	152.968.537	161.891.435	170.328.155
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	141.129.302	215.194.138	222.050.042	228.817.180
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.749.012	5.974.908	6.200.513	6.433.090
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	135.380.290	209.219.230	215.849.529	222.384.090

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

54000 - Ministério do Turismo

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	5.747.572	5.990.951	6.340.413	6.670.834
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.747.572	5.990.951	6.340.413	6.670.834
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.747.572	5.990.951	6.340.413	6.670.834
Primária Discrecionária	356.348.734	346.348.734	346.348.734	346.348.734
3 - Outras Despesas Correntes	270.348.734	260.348.734	260.348.734	260.348.734
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	181.174.837	191.174.837	191.174.837	191.174.837
2323 - Turismo, esse é o destino	89.173.897	69.173.897	69.173.897	69.173.897
4 - Investimentos	86.000.000	86.000.000	86.000.000	86.000.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
2323 - Turismo, esse é o destino	80.000.000	80.000.000	80.000.000	80.000.000
Primária Obrigatória	73.013.868	76.095.912	80.429.195	84.544.451
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.813.374	70.684.360	74.806.732	78.704.490
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	67.786.253	70.656.641	74.778.154	78.675.101
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.121	27.719	28.578	29.389
3 - Outras Despesas Correntes	5.200.494	5.411.552	5.622.463	5.839.961
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.200.494	5.411.552	5.622.463	5.839.961

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	4.401.952	4.588.351	4.855.997	5.109.060
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.401.952	4.588.351	4.855.997	5.109.060
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.401.952	4.588.351	4.855.997	5.109.060
Primária Discrecionária	10.194.331.919	10.165.531.919	10.165.531.919	10.165.531.919
3 - Outras Despesas Correntes	9.807.036.019	9.778.236.019	9.778.236.019	9.778.236.019
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	386.782.940	386.782.940	386.782.940	386.782.940
5127 - Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	110.308.800	110.308.800	110.308.800	110.308.800
5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	26.206.923	26.206.923	26.206.923	26.206.923
5129 - Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais	270.910.346	270.910.346	270.910.346	270.910.346
5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2.521.601.115	2.492.801.115	2.492.801.115	2.492.801.115
5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	6.310.233.422	6.310.233.422	6.310.233.422	6.310.233.422
5134 - Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas	160.938.056	160.938.056	160.938.056	160.938.056
5501 - Estruturação da Política Nacional de Cuidados	20.054.417	20.054.417	20.054.417	20.054.417
4 - Investimentos	387.295.900	387.295.900	387.295.900	387.295.900
5127 - Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	3.034.000	3.034.000	3.034.000	3.034.000
5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	300.000	300.000	300.000	300.000
5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	50.000	50.000	50.000	50.000
5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	382.200.000	382.200.000	382.200.000	382.200.000
5501 - Estruturação da Política Nacional de Cuidados	1.711.900	1.711.900	1.711.900	1.711.900
Primária Obrigatória	290.799.760.071	321.641.656.771	339.507.711.450	355.851.778.191
1 - Pessoal e Encargos Sociais	101.241.878	105.528.383	111.683.262	117.502.785
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	101.223.201	105.509.466	111.663.999	117.483.196
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	18.677	18.917	19.263	19.589
3 - Outras Despesas Correntes	290.698.518.193	321.536.128.388	339.396.028.188	355.734.275.406
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.503.278	6.754.379	7.005.072	7.263.471
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	8.780.456.830	9.062.444.358	9.391.104.901	9.723.812.561
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	220.581	227.775	234.868	242.152
5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	159.509.849.717	164.930.941.672	169.880.135.130	174.977.807.475
5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	122.401.487.787	147.535.760.204	160.117.548.217	171.025.149.747

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

56000 - Ministério das Cidades

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	4.826.027	5.030.384	5.323.814	5.601.256
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.826.027	5.030.384	5.323.814	5.601.256
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.826.027	5.030.384	5.323.814	5.601.256
Primária Discricionária	12.326.411.072	12.339.411.072	12.339.411.072	12.339.411.072
3 - Outras Despesas Correntes	2.687.732.834	2.658.332.834	2.658.332.834	2.658.332.834
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	547.696.383	547.796.383	547.796.383	547.796.383
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
2319 - Mobilidade Urbana	5.514.555	5.514.555	5.514.555	5.514.555
2320 - Moradia Digna	2.008.541.896	2.008.541.896	2.008.541.896	2.008.541.896
2322 - Saneamento Básico	13.280.000	13.880.000	13.880.000	13.880.000
5601 - Cidades Melhores	7.600.000	7.600.000	7.600.000	7.600.000
5602 - Periferia Viva	70.100.000	40.000.000	40.000.000	40.000.000
4 - Investimentos	4.050.867.067	4.093.267.067	4.093.267.067	4.093.267.067
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	57.006.675	57.006.675	57.006.675	57.006.675
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	597.420.498	597.320.498	597.320.498	597.320.498
2319 - Mobilidade Urbana	747.450.289	747.450.289	747.450.289	747.450.289
2320 - Moradia Digna	1.300.500.000	1.300.500.000	1.300.500.000	1.300.500.000
2322 - Saneamento Básico	935.589.605	936.089.605	936.089.605	936.089.605
5601 - Cidades Melhores	400.000	400.000	400.000	400.000
5602 - Periferia Viva	412.500.000	454.500.000	454.500.000	454.500.000
5 - Inversões Financeiras	5.587.811.171	5.587.811.171	5.587.811.171	5.587.811.171
2320 - Moradia Digna	5.587.811.171	5.587.811.171	5.587.811.171	5.587.811.171
Primária Obrigatória	1.578.593.613	1.639.648.839	1.715.711.923	1.789.033.312
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.424.184.493	1.479.158.433	1.549.305.677	1.616.572.644
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	852.140.814	888.224.445	940.035.988	989.024.501
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	572.016.558	590.906.269	609.241.111	627.518.754
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.121	27.719	28.578	29.389
3 - Outras Despesas Correntes	154.409.120	160.490.406	166.406.246	172.460.668
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	89.418.215	93.243.987	97.070.564	101.018.556
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	40.482.694	41.938.907	43.240.106	44.537.246
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	24.508.211	25.307.512	26.095.576	26.904.866

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	2.481.012	2.586.070	2.736.919	2.879.549
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.481.012	2.586.070	2.736.919	2.879.549
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.481.012	2.586.070	2.736.919	2.879.549
Primária Discrecionária	215.987.808	215.987.808	215.987.808	215.987.808
3 - Outras Despesas Correntes	195.487.808	195.487.808	195.487.808	195.487.808
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	119.314.648	119.314.648	119.314.648	119.314.648
5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis	76.173.160	76.173.160	76.173.160	76.173.160
4 - Investimentos	20.500.000	20.500.000	20.500.000	20.500.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000
5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis	12.000.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000
Primária Obrigatória	43.869.802	45.712.223	48.310.668	50.776.620
1 - Pessoal e Encargos Sociais	40.987.939	42.723.010	45.214.353	47.569.950
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	40.960.818	42.695.291	45.185.775	47.540.561
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.121	27.719	28.578	29.389
3 - Outras Despesas Correntes	2.881.863	2.989.213	3.096.315	3.206.670
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.881.863	2.989.213	3.096.315	3.206.670

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	7.505.963	7.639.581	7.778.149	7.893.875
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.505.963	7.639.581	7.778.149	7.893.875
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	7.367.395	7.466.372	7.619.786	7.893.875
0999 - Reserva de Contingência	138.568	173.209	158.363	-
Primária Discrecionária	47.700.412	54.506.306	60.856.505	65.069.866
3 - Outras Despesas Correntes	46.565.692	53.371.586	59.721.785	63.935.146
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	46.565.692	53.371.586	59.721.785	63.935.146
4 - Investimentos	1.134.720	1.134.720	1.134.720	1.134.720
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	1.134.720	1.134.720	1.134.720	1.134.720
Primária Obrigatória	78.010.226	79.488.348	80.965.447	83.357.344
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.393.377	68.163.897	69.031.609	70.894.576
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	66.413.837	67.163.824	68.133.959	70.894.576
0999 - Reserva de Contingência	979.540	1.000.073	897.650	-
3 - Outras Despesas Correntes	10.616.849	11.324.451	11.933.838	12.462.768
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	10.616.849	11.324.451	11.933.838	12.462.768

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	13.000	13.550	14.341	15.088
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.000	13.550	14.341	15.088
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.000	13.550	14.341	15.088
Primária Discrecional	4.898.377	4.898.377	4.898.377	4.898.377
3 - Outras Despesas Correntes	4.797.897	4.794.777	4.791.677	4.788.377
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.797.897	4.794.777	4.791.677	4.788.377
4 - Investimentos	100.480	103.600	106.700	110.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	100.480	103.600	106.700	110.000
Primária Obrigatória	10.013.802	10.435.474	11.033.685	11.600.709
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.579.501	9.984.591	10.566.251	11.116.216
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.552.380	9.956.872	10.537.673	11.086.827
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.121	27.719	28.578	29.389
3 - Outras Despesas Correntes	434.301	450.883	467.434	484.493
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	434.301	450.883	467.434	484.493

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

63000 - Advocacia-Geral da União

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	389.557.263	406.052.941	429.738.654	452.133.815
1 - Pessoal e Encargos Sociais	389.557.263	406.052.941	429.738.654	452.133.815
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	389.557.263	406.052.941	429.738.654	452.133.815
Primária Discricionária	566.871.550	566.871.550	566.871.550	566.871.550
3 - Outras Despesas Correntes	564.397.979	555.439.103	560.397.979	560.397.979
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.800.000	4.800.000	4.800.000	4.800.000
4105 - Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas	559.597.979	550.639.103	555.597.979	555.597.979
4 - Investimentos	2.473.571	11.432.447	6.473.571	6.473.571
4105 - Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas	2.473.571	11.432.447	6.473.571	6.473.571
Primária Obrigatória	4.186.596.986	4.363.423.516	4.614.778.133	4.852.934.010
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.038.366.792	4.209.369.598	4.454.908.050	4.687.067.974
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.031.978.959	4.202.711.825	4.447.862.676	4.679.656.120
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	6.387.833	6.657.773	7.045.374	7.411.854
3 - Outras Despesas Correntes	148.230.194	154.053.918	159.870.083	165.866.036
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	148.230.194	154.053.918	159.870.083	165.866.036

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

65000 - Ministério das Mulheres

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	13.000	13.550	14.341	15.088
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.000	13.550	14.341	15.088
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.000	13.550	14.341	15.088
Primária Discricionária	229.608.702	229.608.702	229.608.702	229.608.702
3 - Outras Despesas Correntes	167.636.648	167.636.648	167.636.648	167.636.648
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	58.336.648	58.336.648	58.336.648	58.336.648
5661 - Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres	30.600.000	30.600.000	30.600.000	30.600.000
5662 - Mulher Viver sem Violência	59.700.000	59.700.000	59.700.000	59.700.000
5663 - Autonomia Econômica das Mulheres	19.000.000	19.000.000	19.000.000	19.000.000
4 - Investimentos	61.972.054	61.972.054	61.972.054	61.972.054
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
5661 - Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
5662 - Mulher Viver sem Violência	55.472.054	55.472.054	55.472.054	55.472.054
5663 - Autonomia Econômica das Mulheres	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Primária Obrigatória	25.572.054	26.646.563	28.162.046	29.600.254
1 - Pessoal e Encargos Sociais	23.912.109	24.924.109	26.377.214	27.751.144
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	23.899.109	24.911.109	26.364.214	27.738.144
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.000	13.000	13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.659.945	1.722.454	1.784.832	1.849.110
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.659.945	1.722.454	1.784.832	1.849.110

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

67000 - Ministério da Igualdade Racial

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	243.313	253.616	268.410	282.398
1 - Pessoal e Encargos Sociais	243.313	253.616	268.410	282.398
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	243.313	253.616	268.410	282.398
Primária Discricionária	170.823.603	170.823.603	170.823.603	170.823.603
3 - Outras Despesas Correntes	151.323.603	143.623.603	143.623.603	143.623.603
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	38.465.065	38.465.065	38.465.065	38.465.065
5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos	35.635.688	34.435.688	34.435.688	34.435.688
5803 - Juventude Negra Viva	15.508.044	15.508.044	15.508.044	15.508.044
5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo	61.714.806	55.214.806	55.214.806	55.214.806
4 - Investimentos	19.500.000	27.200.000	27.200.000	27.200.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos	6.500.000	7.700.000	7.700.000	7.700.000
5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo	10.000.000	16.500.000	16.500.000	16.500.000
Primária Obrigatória	21.795.039	22.710.639	24.003.055	25.229.360
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.435.273	21.300.048	22.541.755	23.715.806
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.422.273	21.287.048	22.528.755	23.702.806
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.000	13.000	13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.359.766	1.410.591	1.461.300	1.513.554
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.359.766	1.410.591	1.461.300	1.513.554

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

68000 - Ministério de Portos e Aeroportos Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	1.566.878.242	1.915.490	2.027.223	2.132.869
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.837.674	1.915.490	2.027.223	2.132.869
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.837.674	1.915.490	2.027.223	2.132.869
5 - Inversões Financeiras	1.565.040.568	-	-	-
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	1.565.040.568	-	-	-
Primária Discricionária	1.219.898.220	1.219.898.220	1.219.898.220	1.219.898.220
3 - Outras Despesas Correntes	398.804.376	398.804.376	398.804.376	398.804.376
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	133.745.020	133.745.020	133.745.020	133.745.020
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	450.000	450.000	450.000	450.000
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	160.000	160.000	160.000	160.000
3104 - Aviação Civil	61.439.356	61.439.356	61.439.356	61.439.356
3105 - Portos e Transporte Aquaviário	203.010.000	203.010.000	203.010.000	203.010.000
4 - Investimentos	726.074.744	726.074.744	726.074.744	726.074.744
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.411.724	4.411.724	4.411.724	4.411.724
3104 - Aviação Civil	268.168.874	268.168.874	268.168.874	268.168.874
3105 - Portos e Transporte Aquaviário	453.494.146	453.494.146	453.494.146	453.494.146
5 - Inversões Financeiras	95.019.100	95.019.100	95.019.100	95.019.100
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	95.019.100	95.019.100	95.019.100	95.019.100
Primária Obrigatória	57.467.102	59.850.029	63.231.331	66.436.243
1 - Pessoal e Encargos Sociais	54.099.404	56.390.226	59.679.557	62.789.665
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	54.099.404	56.390.226	59.679.557	62.789.665
3 - Outras Despesas Correntes	3.367.698	3.459.803	3.551.774	3.646.578
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.367.698	2.459.803	2.551.774	2.646.578
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	15.332.056	15.981.287	16.913.501	17.794.922
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.332.056	15.981.287	16.913.501	17.794.922
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	15.332.056	15.981.287	16.913.501	17.794.922
Primária Discrecionalária	60.199.745	60.199.745	60.199.745	60.199.745
3 - Outras Despesas Correntes	58.299.745	60.199.745	60.199.745	60.199.745
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52.431.961	54.331.961	54.331.961	54.331.961
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	20.000	20.000	20.000	20.000
3105 - Portos e Transporte Aquaviário	5.847.784	5.847.784	5.847.784	5.847.784
4 - Investimentos	1.900.000	-	-	-
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.900.000	-	-	-
3105 - Portos e Transporte Aquaviário	-	-	-	-
Primária Obrigatória	140.833.836	146.781.718	155.223.041	163.223.784
1 - Pessoal e Encargos Sociais	135.109.188	140.830.344	149.045.201	156.812.460
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	135.000.579	140.717.136	148.925.389	156.686.405
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	108.609	113.208	119.812	126.055
3 - Outras Despesas Correntes	5.724.648	5.951.374	6.177.840	6.411.324
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.724.648	5.951.374	6.177.840	6.411.324

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

68213 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	60.721.560	63.292.795	66.984.764	70.475.571
1 - Pessoal e Encargos Sociais	60.721.560	63.292.795	66.984.764	70.475.571
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	60.721.560	63.292.795	66.984.764	70.475.571
Primária Discrecionária	113.904.005	113.904.004	113.904.004	113.904.004
3 - Outras Despesas Correntes	104.765.292	97.529.112	97.529.112	97.529.112
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	63.249.775	45.377.046	45.459.476	45.540.917
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	32.000	39.098	39.098	39.098
3104 - Aviação Civil	41.483.517	52.112.968	52.030.538	51.949.097
4 - Investimentos	9.138.713	16.374.892	16.374.892	16.374.892
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	250.000	9.275.216	9.275.216	9.275.216
3104 - Aviação Civil	8.888.713	7.099.676	7.099.676	7.099.676
Primária Obrigatória	509.973.280	531.481.148	561.999.049	590.924.973
1 - Pessoal e Encargos Sociais	488.244.219	508.918.766	538.604.805	566.673.356
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	488.230.098	508.904.047	538.589.227	566.656.967
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	14.121	14.719	15.578	16.389
3 - Outras Despesas Correntes	21.729.061	22.562.382	23.394.244	24.251.617
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	21.729.061	22.562.382	23.394.244	24.251.617

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

69000 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	477.555	497.777	526.813	554.267
1 - Pessoal e Encargos Sociais	477.555	497.777	526.813	554.267
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	477.555	497.777	526.813	554.267
Primária Discrecionária	190.946.976	190.946.976	190.946.976	190.946.976
3 - Outras Despesas Correntes	167.446.976	167.446.976	167.446.976	167.446.976
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36.400.000	36.400.000	36.400.000	36.400.000
2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	131.046.976	131.046.976	131.046.976	131.046.976
4 - Investimentos	23.500.000	23.500.000	23.500.000	23.500.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.600.000	1.600.000	1.600.000	1.600.000
2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva	21.900.000	21.900.000	21.900.000	21.900.000
Primária Obrigatória	21.812.467	22.729.955	24.026.690	25.256.775
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.565.759	21.436.059	22.685.700	23.867.253
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.552.759	21.423.059	22.672.700	23.854.253
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.000	13.000	13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.246.708	1.293.896	1.340.990	1.389.522
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.246.708	1.293.896	1.340.990	1.389.522

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

71000 - Encargos Financeiros da União

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	54.151.502.556	64.759.847.690	85.466.061.825	89.233.923.438
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.881.931.717	2.105.144.913	2.445.669.599	2.648.156.355
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	997.897.812	1.074.814.185	1.166.380.440	1.264.476.112
0999 - Reserva de Contingência	884.033.905	1.030.330.728	1.279.289.159	1.383.680.243
5 - Inversões Financeiras	52.269.570.839	62.654.702.777	83.020.392.226	86.585.767.083
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	24.674.702.777	24.674.702.777	34.620.392.226	36.085.767.083
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	27.594.868.062	37.980.000.000	48.400.000.000	50.500.000.000
Primária Discricionária	2.672.298.617	2.672.298.617	2.672.298.617	2.672.298.617
3 - Outras Despesas Correntes	1.926.605.129	1.926.605.129	1.926.605.129	1.926.605.129
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	716.001.000	716.001.000	716.001.000	716.001.000
0911 - Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros	1.209.604.129	1.209.604.129	1.209.604.129	1.209.604.129
5 - Inversões Financeiras	745.693.488	745.693.488	745.693.488	745.693.488
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
0913 - Operações Especiais - Integralização de Cotas em Bancos Internacionais e Recomposição de Fundos Internacionais	735.693.488	735.693.488	735.693.488	735.693.488
Primária Obrigatória	71.418.778.930	83.488.795.735	87.524.840.910	127.450.666.494
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.256.347.968	30.173.686.161	31.363.435.103	34.131.449.040
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	11.872.810.187	12.954.120.724	14.235.055.071	15.605.864.295
0999 - Reserva de Contingência	8.383.537.781	17.219.565.437	17.128.380.032	18.525.584.745
3 - Outras Despesas Correntes	47.882.559.484	50.510.506.662	53.023.039.533	89.821.773.666
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.244.068.953	2.292.718.799	2.383.197.950	2.476.514.002
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	36.096.328.689	39.462.473.573	40.513.969.288	42.967.849.674
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	7.956.695.780	7.233.856.027	8.627.182.588	42.889.260.014
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.399.261.411	1.385.932.377	1.395.590.443	1.400.419.476
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	186.204.651	135.525.886	103.099.264	87.730.500
5 - Inversões Financeiras	3.279.871.478	2.804.602.912	3.138.366.274	3.497.443.788
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	3.279.871.478	2.804.602.912	3.138.366.274	3.497.443.788

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

72000 - Encargos Previdenciários da União

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	26.000	27.100	28.682	30.176
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.000	27.100	28.682	30.176
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	26.000	27.100	28.682	30.176
Primária Obrigatória	22.621.085.452	21.977.689.001	23.257.650.985	24.468.624.915
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.446.977.250	21.794.966.286	23.066.301.266	24.268.365.671
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	22.346.604.246	21.690.343.018	22.955.575.158	24.151.869.245
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	100.373.004	104.623.268	110.726.108	116.496.426
3 - Outras Despesas Correntes	174.108.202	182.722.715	191.349.719	200.259.244
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	143.103.096	150.706.421	158.336.453	166.222.154
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	31.005.106	32.016.294	33.013.266	34.037.090

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	762.365.944	721.008.404	767.220.203	810.133.256
1 - Pessoal e Encargos Sociais	762.365.944	721.008.404	767.220.203	810.133.256
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	423.267.846	441.190.988	466.926.359	491.259.500
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	335.087.072	279.817.416	300.293.844	318.873.756
0999 - Reserva de Contingência	4.011.026	-	-	-
Primária Discricionária	1.509.844.956	1.509.844.956	1.509.844.956	1.509.844.956
3 - Outras Despesas Correntes	1.209.844.956	1.209.844.956	1.209.844.956	1.209.844.956
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.844.956	9.844.956	9.844.956	9.844.956
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	1.200.000.000	1.200.000.000	1.200.000.000	1.200.000.000
4 - Investimentos	300.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	300.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000
Primária Obrigatória	632.964.641.272	666.174.024.079	704.863.710.103	751.099.781.139
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.326.555.251	31.951.752.439	34.172.531.793	36.205.210.368
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	7.575.814.902	7.838.445.379	8.295.674.345	8.727.990.505
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	22.642.928.049	24.045.356.566	25.804.943.293	27.401.558.014
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	65.190.043	67.950.494	71.914.155	75.661.849
0999 - Reserva de Contingência	42.622.257	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	602.435.448.163	634.014.455.841	670.495.953.533	714.687.189.513
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	377.120.951	390.615.214	404.034.476	417.848.440
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	602.055.797.865	633.621.228.789	670.089.225.888	714.266.564.382
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.529.347	2.611.838	2.693.169	2.776.691
4 - Investimentos	202.637.858	207.815.799	195.224.777	207.381.258
0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	202.637.858	207.815.799	195.224.777	207.381.258

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

74000 - Operações Oficiais de Crédito

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	127.752.924.373	119.623.437.390	122.239.891.475	124.016.363.919
2 - Juros e Encargos da Dívida	32.000.000	32.000.000	32.000.000	32.000.000
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	32.000.000	32.000.000	32.000.000	32.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	12.743.919	14.275.816	16.967.788	14.500.144
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	1.080.000	1.080.000	1.080.000	1.080.000
2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	11.663.919	13.195.816	15.887.788	13.420.144
5 - Inversões Financeiras	127.691.180.454	119.560.161.574	122.173.923.687	123.952.863.775
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	61.169.809.983	63.321.518.416	65.660.956.895	66.895.316.008
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	9.268.230.313	1.311.755	1.311.755	1.311.755
1144 - Agropecuária Sustentável	7.368.712.499	7.755.614.346	8.156.098.711	8.577.852.126
1158 - Enfrentamento da Emergência Climática	42.479.183.881	42.441.259.221	42.441.259.221	42.441.259.221
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	2.089.364.949	2.104.809.529	2.156.697.615	2.176.818.950
2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2.982.020.996	1.789.617.187	1.771.608.947	1.917.200.724
2323 - Turismo, esse é o destino	826.435.095	648.463.678	496.725.560	455.751.756
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	3.500.000	3.500.000	3.500.000	3.500.000
5125 - Direito à Cultura	460.000.000	460.000.000	460.000.000	460.000.000
5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1.043.922.738	1.034.067.442	1.025.764.983	1.023.853.235
6 - Amortização da Dívida	17.000.000	17.000.000	17.000.000	17.000.000
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	17.000.000	17.000.000	17.000.000	17.000.000
Primária Discricionária	998.280.000	904.753.374	995.714.788	1.121.853.791
3 - Outras Despesas Correntes	385.680.000	387.153.374	478.114.788	604.253.791
2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	200.000	200.000	200.000	200.000
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	377.500.000	378.973.374	469.934.788	596.073.791
5125 - Direito à Cultura	7.980.000	7.980.000	7.980.000	7.980.000
5 - Inversões Financeiras	612.600.000	517.600.000	517.600.000	517.600.000
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	612.600.000	517.600.000	517.600.000	517.600.000
Primária Obrigatória	19.894.145.320	17.333.641.914	16.078.882.656	15.731.001.054
3 - Outras Despesas Correntes	19.894.145.320	17.333.641.914	16.078.882.656	15.731.001.054
1144 - Agropecuária Sustentável	8.738.354.985	6.455.981.860	5.256.755.136	4.763.168.993
1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	9.687.241.197	9.374.562.062	9.250.546.589	9.324.753.702
2801 - Neointustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1.452.935.179	1.487.000.000	1.555.000.000	1.626.000.000
5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	15.613.959	16.097.992	16.580.931	17.078.359

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

75000 - Dívida Pública Federal

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	2.859.968.152.647	3.113.892.268.535	2.749.761.570.680	3.754.420.736.096
2 - Juros e Encargos da Dívida	642.721.771.458	813.885.599.764	857.996.619.213	1.107.207.673.839
0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	609.661.298.031	777.144.012.758	817.773.538.972	1.062.415.186.104
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	33.060.473.427	36.741.587.006	40.223.080.241	44.792.487.735
6 - Amortização da Dívida	2.217.246.381.189	2.300.006.668.771	1.891.764.951.467	2.647.213.062.257
0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	401.956.303.684	4.504.336.310	4.224.277.337	4.136.750.842
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	7.822.554.731	8.589.013.634	7.620.316.095	7.121.532.777
0907 - Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna	1.741.032.790.554	2.230.590.235.079	1.800.765.260.885	2.569.880.153.707
0908 - Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa	29.139.732.220	19.028.083.748	41.860.097.150	28.779.624.931
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	37.295.000.000	37.295.000.000	37.295.000.000	37.295.000.000

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	459.437	478.892	506.826	533.239
1 - Pessoal e Encargos Sociais	459.437	478.892	506.826	533.239
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	459.437	478.892	506.826	533.239
Primária Discricionária	356.963.802	348.963.802	348.963.802	348.963.802
3 - Outras Despesas Correntes	337.007.807	329.949.967	329.949.967	329.949.967
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	116.913.678	116.913.678	116.913.678	116.913.678
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	10.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	8.017.979	8.017.979	8.017.979	8.017.979
5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	6.753.288	5.753.288	5.753.288	5.753.288
5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua	21.731.197	21.823.357	21.823.357	21.823.357
5815 - Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	10.038.750	10.038.750	10.038.750	10.038.750
5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	53.406.641	55.406.641	55.406.641	55.406.641
5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	110.146.274	109.996.274	109.996.274	109.996.274
4 - Investimentos	19.955.995	19.013.835	19.013.835	19.013.835
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.500.000	5.500.000	5.500.000	5.500.000
5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua	4.892.160	4.800.000	4.800.000	4.800.000
5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	7.383.608	5.383.608	5.383.608	5.383.608
5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	2.180.227	2.330.227	2.330.227	2.330.227
Primária Obrigatória	44.184.962	67.338.237	70.536.333	73.606.548
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.579.469	40.212.554	42.557.458	44.774.596
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	38.566.469	40.199.554	42.544.458	44.761.596
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.000	13.000	13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	5.605.493	27.125.683	27.978.875	28.831.952
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.906.421	1.979.548	2.052.545	2.127.784
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	3.620.500	25.065.000	25.842.669	26.617.912
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	78.572	81.135	83.661	86.256

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

83000 - Banco Central do Brasil

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	190.969.336	199.055.872	210.667.117	221.645.706
1 - Pessoal e Encargos Sociais	190.969.336	199.055.872	210.667.117	221.645.706
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	190.969.336	199.055.872	210.667.117	221.645.706
Primária Discrecionária	494.991.546	494.991.546	494.991.546	494.991.546
3 - Outras Despesas Correntes	349.691.546	349.691.546	349.691.546	349.691.546
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	155.811.716	155.811.716	155.811.716	155.811.716
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	4.889.262	4.889.262	4.889.262	4.889.262
4103 - Sistema Financeiro do Futuro	188.990.568	188.990.568	188.990.568	188.990.568
4 - Investimentos	145.300.000	145.300.000	145.300.000	145.300.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.400.000	20.400.000	20.400.000	20.400.000
4103 - Sistema Financeiro do Futuro	124.900.000	124.900.000	124.900.000	124.900.000
Primária Obrigatória	4.277.037.065	4.461.415.556	4.719.178.031	4.964.321.673
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.972.898.311	4.141.129.425	4.382.688.078	4.611.085.049
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.955.901.860	4.123.413.265	4.363.938.506	4.591.358.372
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	16.996.451	17.716.160	18.749.572	19.726.677
3 - Outras Despesas Correntes	304.138.754	320.286.131	336.489.953	353.236.624
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	303.761.583	319.896.659	336.088.353	352.822.570
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	377.171	389.472	401.600	414.054

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

84000 - Ministério dos Povos Indígenas

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	34.616.154	36.081.964	38.186.682	40.176.722
1 - Pessoal e Encargos Sociais	34.616.154	36.081.964	38.186.682	40.176.722
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	34.616.154	36.081.964	38.186.682	40.176.722
Primária Discrecionária	704.845.260	704.845.260	704.845.260	704.845.260
3 - Outras Despesas Correntes	643.085.397	644.749.800	644.749.800	644.749.800
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	145.391.464	148.441.464	148.441.464	148.441.464
1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	432.117.892	426.232.295	426.232.295	426.232.295
5838 - Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	65.576.041	70.076.041	70.076.041	70.076.041
4 - Investimentos	58.059.863	56.395.460	56.395.460	56.395.460
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	11.447.550	11.797.550	11.797.550	11.797.550
1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	45.610.313	43.495.910	43.495.910	43.495.910
5838 - Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1.002.000	1.102.000	1.102.000	1.102.000
5 - Inversões Financeiras	3.700.000	3.700.000	3.700.000	3.700.000
1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	3.700.000	3.700.000	3.700.000	3.700.000
Primária Obrigatória	613.074.306	586.872.243	620.559.787	652.499.938
1 - Pessoal e Encargos Sociais	587.080.362	559.846.267	592.502.990	623.380.361
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	586.952.858	559.713.364	592.362.334	623.232.375
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	127.504	132.903	140.656	147.986
3 - Outras Despesas Correntes	25.993.944	27.025.976	28.056.797	29.119.577
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	25.754.046	26.778.254	27.801.361	28.856.219
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	239.898	247.722	255.436	263.358

ANEXO VIII
MARCO ORÇAMENTÁRIO DE MÉDIO PRAZO
Exercício 2026

90000 - Reserva de Contingência

Valor (R\$ 1,00)

Quadro Síntese

Grupo de Natureza de Despesa / Programa	PLOA 2026	Previsão 2027	Previsão 2028	Previsão 2029
Financeira	3.273.677.969	3.344.965.950	3.626.062.266	3.843.557.635
9 - Reserva de Contingência	3.273.677.969	3.344.965.950	3.626.062.266	3.843.557.635
0999 - Reserva de Contingência	3.273.677.969	3.344.965.950	3.626.062.266	3.843.557.635
Primária Discrecionária	20.401.752.939	22.286.511.170	22.853.596.011	24.481.380.804
9 - Reserva de Contingência	20.401.752.939	22.286.511.170	22.853.596.011	24.481.380.804
0999 - Reserva de Contingência	20.401.752.939	22.286.511.170	22.853.596.011	24.481.380.804

Anexo IX - Relação e Previsão de Projetos e Subtítulos de Projetos de Investimento no PLOA 2026

O presente Anexo consolida as informações relativas aos projetos e subtítulos de projetos de investimentos previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2026, em observância ao § 14 do art. 165 da Constituição Federal, que dispõe que a Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá conter previsões de despesas para os exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento, e ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece que a LOA e as leis de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Desse modo, o Anexo apresenta na:

- Tabela 1 – a relação de projetos e subtítulos de projetos de investimento, com informações sobre custo total estimado, execução física e financeira até 31/05/2025, valor proposto no PLOA 2026, desagregado por Grupo de Natureza de Despesa – GND 5 (Inversões Financeiras), 4 (Investimento) e 3 (Custeio), e a identificação daqueles “em andamento”, segundo os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026. Ademais, apresenta valores projetados para os exercícios de 2027 a 2029, captadas tanto no submódulo “Projetos de Investimentos” quanto no Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).
- Tabela 2 – a relação de emendas parlamentares individuais (RP 6), de Bancada Estadual (RP 7) e de comissão permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de comissão mista permanente do Congresso Nacional (RP 8), incluídas na LOA 2025 em ações do tipo projeto com GND 4 – Investimentos. Ressalta-se, no entanto, que o rol apresentado não é taxativo, cabendo ao Congresso Nacional verificar se as programações referidas no § 20 do art. 166, da Constituição e no inciso III, Parágrafo Único do art. 80 do PLDO 2026 estarão atendidas no PLOA-2026.

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
20000 - Presidência da República	15R5 - Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR)	5664 - Em Brasília - DF	40.000.000	01/01/19	31/12/27	50	14.683.977	10.000.000	0	0	7.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000	0	7.000.000	0	Sim
22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	162R - Construção da Sede do Centro Nacional de Cães de Detecção	5664 - Em Brasília - DF	25.000.000	01/10/25	31/12/29	0	0	6.000.000	5.000.000	2.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	0	6.000.000	0	Não
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	12P1 - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro	3606 - No Município de Iperó - SP	5.500.000.000	02/01/12	29/12/30	11	15.798.828	9.066.433	9.998.141	11.046.498	9.066.433	9.998.141	11.046.498	7.500.000	6.000.000	1.500.000	0	Sim
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	12P1 - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro	3606 - No Município de Iperó - SP	5.500.000.000	02/01/12	29/12/30	11	736.515.535	394.000.000	394.000.000	394.000.000	394.000.000	394.000.000	394.000.000	394.000.000	334.900.000	59.100.000	0	Sim
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	13CL - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	0035 - No Estado de São Paulo	3.060.000.000	01/01/12	31/12/27	83	1.768.006.623	740.000	0	0	740.000	0	0	500.000	500.000	0	0	Sim
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	13CL - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	0035 - No Estado de São Paulo	3.060.000.000	01/01/12	31/12/27	83	860.000.000	9.207.893	0	0	9.207.893	0	0	223.000.000	223.000.000	0	0	Sim
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	13CM - Implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental - CENTENA	0001 - Nacional	300.000.000	01/01/12	31/12/30	1	6.077.420	5.198.088	5.732.268	6.333.325	5.198.088	5.732.268	6.333.325	4.300.000	4.050.000	250.000	0	Não
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	13CN - Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear	3606 - No Município de Iperó - SP	100.000.000	01/01/16	31/12/30	1	200.106	217.594	239.955	265.116	217.594	239.955	265.116	180.000	180.000	0	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	14XT - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	0035 - No Estado de São Paulo	72.000.000	01/01/14	31/12/27	98	70.127.833	37.295.002	0	0	500.000	0	0	500.000	500.000	0	0	Sim
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	154K - Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido - INSA	0025 - No Estado da Paraíba	21.123.073	01/01/08	31/12/29	74	15.906.272	1.335.600	1.335.600	1.335.604	1.335.600	1.335.600	1.335.605	600.000	0	600.000	0	Sim
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	15P6 - Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais	0013 - No Estado do Amazonas	95.253.000	01/01/18	31/12/29	92	77.370.682	3.000.000	3.000.000	2.138.027	3.000.000	3.000.000	2.138.028	4.253.000	1.000.000	3.253.000	0	Sim
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	163O - Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	0001 - Nacional	2.030.700.000	15/12/23	31/12/27	10	588.700.000	472.005.158	0	0	472.005.158	0	0	200.000.000	200.000.000	0	0	Sim
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	7F40 - Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA	0552 - No Município de Alcântara - MA	573.599.000	01/01/09	31/12/31	66	350.491.133	8.000.000	10.000.000	12.000.000	8.000.000	10.000.000	12.000.000	7.281.572	0	7.281.572	0	Sim
25000 - Ministério da Fazenda	148I - Construção de Edifício-Sede de Unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em Belém - PA	0269 - No Município de Belém - PA	100.000.000	01/01/24	31/12/27	2	284.288	50.500.000	0	0	25.000.000	0	0	25.000.000	0	25.000.000	0	Não
25000 - Ministério da Fazenda	166O - Implantação das Soluções Tecnológicas Decorrentes da Reforma Tributária	0001 - Nacional	1.649.667.600	01/01/25	31/12/29	0	0	515.246.028	430.708.113	142.609.645	140.000.000	140.000.000	140.000.000	140.000.000	7.000.000	133.000.000	0	Não
26000 - Ministério da Educação	152X - Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior	0001 - Nacional	49.012.042	28/01/19	31/12/26	11	14.000.000	0	0	0	8.031.224	9.958.883	12.632.027	8.000.000	0	8.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0001 - Nacional	2.400.000.000	01/01/19	30/12/27	12	829.054.085	546.229.200	0	0	546.329.590	546.353.686	546.387.100	546.329.200	0	546.329.200	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0025 - No Estado da Paraíba	17.744.823	01/01/11	31/12/26	63	3.766.826	0	0	0	2.441.492	3.027.500	3.840.136	2.432.000	0	2.432.000	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0026 - No Estado de Pernambuco	86.396.619	01/01/21	31/12/26	38	31.065.426	0	0	0	3.011.709	3.734.581	4.737.010	3.000.000	0	3.000.000	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0031 - No Estado de Minas Gerais	141.500.000	01/01/24	31/12/34	32	65.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	5.837.696	7.238.863	9.181.905	5.815.000	0	5.815.000	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0035 - No Estado de São Paulo	203.871.269	01/01/13	30/12/28	30	51.000.000	48.041.892	45.000.000	0	2.007.806	2.489.721	3.158.007	2.000.000	0	2.000.000	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	17.015.470	01/01/21	31/12/26	65	9.301.187	0	0	0	803.122	995.888	1.263.202	800.000	0	800.000	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	26.834.200	01/01/13	31/12/26	45	6.000.000	0	0	0	3.324.254	4.122.143	5.228.601	3.311.330	0	3.311.330	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0001 - Nacional	4.500.000.000	01/01/19	31/12/27	60	1.175.484.376	1.700.000.000	0	0	842.395.097	844.804.671	848.146.102	842.356.067	0	842.356.067	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	15YS - Implantação do Alojamento do ITA	0035 - No Estado de São Paulo	100.130.430	28/01/18	31/12/26	41	17.019.674	0	0	0	94.782	117.532	149.080	94.414	0	94.414	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
26000 - Ministério da Educação	165V - Apoio a Implementação do ITA Ceará	0023 - No Estado do Ceará	100.130.430	28/01/18	31/12/26	26	45.000.000	0	0	0	77.267.621	95.813.441	121.531.503	76.967.220	0	76.967.220	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	169F - Desenvolvimento e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	0001 - Nacional	209.250.000	01/01/24	31/12/28	8	16.100.000	7.000.000	0	0	81.787.634	84.197.208	87.538.639	81.748.604	0	81.748.604	0	Sim
26000 - Ministério da Educação	7XE1 - Reconstrução e Modernização do Museu Nacional	0033 - No Estado do Rio de Janeiro	410.000.000	18/03/19	31/12/28	48	84.331.901	130.000.000	130.000.000	0	501.952	622.431	789.503	500.000	200.000	300.000	0	Sim
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	1.000.000.000	01/01/15	31/12/28	87	71.590.905	64.515.000	44.515.000	0	58.818.195	56.818.195	52.818.195	49.918.195	0	49.918.195	0	Sim
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0016 - No Estado do Amapá	17.235.645	28/12/21	31/12/26	92	15.293.239	0	0	0	0	0	0	500.000	0	500.000	0	Sim
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0021 - No Estado do Maranhão	24.353.183	09/10/23	09/06/28	37	0	0	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0053 - No Distrito Federal	39.544.211	01/01/24	31/12/29	15	886.272	5.000.000	8.000.000	12.000.000	5.000.000	8.000.000	12.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	1261 - No Município de Mossoró - RN	7.000.000	01/01/26	31/12/27	0	0	3.000.000	0	0	0	0	0	3.000.000	0	3.000.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	1695 - No Município de Recife - PE	8.730.999	01/01/25	31/12/26	5	0	0	0	0	0	0	0	500.000	0	500.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	1701 - No Município de Salgueiro - PE	6.449.733	24/10/22	31/12/26	0	0	0	0	0	0	0	0	500.000	0	500.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	2903 - No Município de Patos de Minas - MG	6.217.645	19/12/22	31/12/27	18	0	1.500.000	0	0	0	0	0	900.000	0	900.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	3290 - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ	7.561.539	11/08/23	31/12/26	83	5.089.105	0	0	0	0	0	0	500.000	0	500.000	0	Sim
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	155H - Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG	2762 - No Município de Juiz de Fora - MG	13.188.994	01/09/25	01/09/27	33	4.409.741	2.599.999	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000	0	1.000.000	0	Sim
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0001 - Nacional	420.322.005	11/03/16	31/12/27	61	256.516.559	56.224.359	0	0	33.588.995	41.459.125	103.459.125	68.588.995	0	68.588.995	0	Sim
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15P9 - Construção de Imóvel da Força Nacional de Segurança Pública	0053 - No Distrito Federal	36.439.500	01/01/19	31/12/27	12	5.523.702	23.166.060	0	0	23.166.060	0	0	4.000.000	0	4.000.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15WH - Construção da Superintendência Regional em Minas Gerais	2408 - No Município de Belo Horizonte - MG	100.000.000	01/06/24	31/12/28	4	3.952.052	40.492.917	29.492.414	0	16.000.000	16.000.000	0	8.000.000	0	8.000.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15WI - Construção da Superintendência Regional no Piauí- PI	0981 - No Município de Teresina - PI	60.000.000	01/09/24	30/09/28	7	4.413.390	23.483.033	15.483.032	0	16.000.000	16.000.000	0	8.000.000	0	8.000.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15XA - Ampliação da Superintendência da Polícia Federal no Ceará	1048 - No Município de Fortaleza - CE	50.000.000	01/06/24	31/03/28	13	6.795.778	16.748.041	8.273.040	0	12.000.000	12.000.000	0	6.000.000	0	6.000.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15XB - Construção do Instituto Nacional de Identificação - INI/DPA/PF	5664 - Em Brasília - DF	21.500.000	01/05/25	31/07/27	1	8.000	13.721.870	0	0	6.870.130	0	0	3.870.130	0	3.870.130	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15XE - Construção da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe	1853 - No Município de Aracaju - SE	50.000.000	01/09/24	30/09/28	10	5.385.429	17.939.716	6.879.716	0	18.000.000	18.000.000	0	8.000.000	0	8.000.000	0	Não
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	164C - Construção da Academia Nacional de Polícia Penal - SENAPPEN	5664 - Em Brasília - DF	130.573.330	01/09/25	30/11/28	0	0	45.151.311	27.695.089	0	30.000.000	28.500.000	1.500.000	40.000.000	0	40.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	166N - Construção da Universidade Corporativa da PRF	5664 - Em Brasília - DF	51.225.753	01/09/24	31/12/26	2	0	0	0	0	4.268.486	4.268.486	4.268.486	7.268.486	0	7.268.486	0	Não
32000 - Ministério de Minas e Energia	*15YU - Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM	0001 - Nacional	70.345.000	01/01/23	31/12/28	74	30.343.561	17.162.301	17.162.301	0	15.550.000	15.550.000	15.550.000	15.550.000	13.100.000	2.450.000	0	Sim
35000 - Ministério das Relações Exteriores	169A - Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em São Tomé, São Tomé e Príncipe	0002 - Exterior	17.000.000	01/09/25	31/12/26	0	0	0	0	0	0	0	0	8.000.000	0	0	8.000.000	Não
36000 - Ministério da Saúde	13DW - Construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS)	0033 - No Estado do Rio de Janeiro	2.933.839.735	01/12/12	30/10/28	18	1.224.588.530	394.575.304	0	0	1.988.266.930	0	0	33.000.000	0	33.000.000	0	Sim
36000 - Ministério da Saúde	15VW - Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	1045 - No Município de Eusébio - CE	1.123.375.289	01/01/12	18/01/29	17	6.099.593	341.810.177	256.543.333	241.443.333	269.983.194	0	0	160.811.489	15.000.000	145.811.489	0	Não
36000 - Ministério da Saúde	163C - Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	162.000.000	01/01/24	31/12/29	0	93.362	39.258.062	33.824.351	85.389.087	162.351.014	0	0	44.000.000	0	44.000.000	0	Não
36000 - Ministério da Saúde	169C - Implantação do Primeiro Hospital Inteligente do Brasil	0001 - Nacional	1.910.000.000	01/01/26	31/12/28	0	0	745.500.000	745.500.000	0	638.512.213	643.808.950	0	419.000.000	0	419.000.000	0	Não
36000 - Ministério da Saúde	5516 - Conferências Nacionais de Saúde	0001 - Nacional	79.649.157	05/10/21	31/12/26	0	57.601.530	0	0	0	18.000.000	18.540.000	18.540.000	18.000.000	18.000.000	0	0	Sim
37000 - Controladoria-Geral da União	169D - Construção do Edifício-Sede da CGU no Distrito Federal	5664 - Em Brasília - DF	126.200.000	01/01/26	31/12/29	0	0	38.733.333	38.733.333	38.733.334	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	105S - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA	0029 - No Estado da Bahia	1.186.369.239	01/05/04	31/12/28	73	665.575.251	80.000.000	80.000.000	0	75.000.000	75.000.000	75.000.000	75.000.000	0	75.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	108X - Implantação de Postos de Pesagem	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	58.894.741	20/03/15	31/12/26	50	19.000.004	0	0	0	5.029.000	5.029.000	5.029.000	5.029.000	0	5.029.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	108X - Implantação de Postos de Pesagem	0041 - No Estado do Paraná	16.042.178	28/01/15	31/12/27	10	128.610	7.368.492	0	0	3.043.000	3.043.000	3.043.000	3.043.000	0	3.043.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	108X - Implantação de Postos de Pesagem	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	74.071.172	28/01/15	31/12/29	5	345.090	15.060.473	15.060.473	15.060.473	6.222.000	6.222.000	6.222.000	6.222.000	0	6.222.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	108X - Implantação de Postos de Pesagem	0052 - No Estado de Goiás	18.697.412	20/03/15	31/12/26	15	858.849	0	0	0	3.356.000	3.356.000	3.356.000	3.356.000	0	3.356.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	10IW - Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG	0031 - No Estado de Minas Gerais	429.850.972	01/03/08	31/12/28	40	172.288.575	70.544.448	65.448.949	0	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	0	15.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	10IX - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG	0031 - No Estado de Minas Gerais	4.699.300.000	01/01/08	31/12/27	20	1.674.751.603	236.318.658	0	0	96.418.815	96.418.815	96.418.815	96.418.815	0	96.418.815	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	10JQ - Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina	1.671.815.051	01/12/10	31/12/28	50	1.196.833.501	260.000.000	214.516.313	0	80.000.000	80.000.000	80.000.000	80.000.000	0	80.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	10KK - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT	0051 - No Estado de Mato Grosso	1.157.138.298	01/03/08	31/12/28	25	292.134.172	300.000.000	300.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	10KR - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA	0015 - No Estado do Pará	1.700.000.000	15/07/08	31/12/28	70	1.284.646.790	40.000.000	40.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	10L3 - Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE	0023 - No Estado do Ceará	349.580.000	01/07/09	31/12/26	80	273.725.938	0	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	110I - Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA	0015 - No Estado do Pará	1.093.600.000	01/01/09	31/12/28	31	365.216.889	45.000.000	100.000.000	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	110Q - Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE	0028 - No Estado de Sergipe	1.150.000.000	01/05/09	31/12/28	94	797.363.167	15.000.000	15.000.000	0	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	110R - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE	0028 - No Estado de Sergipe	550.000.000	01/01/09	31/12/28	80	454.554.561	7.500.000	85.143	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	112N - Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	250.000.000	01/10/23	31/12/28	0	0	100.000.000	63.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	116E - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151	0052 - No Estado de Goiás	1.875.315.412	01/01/07	31/12/27	93	1.492.324.063	2.770.452	0	0	428.571	428.571	428.571	428.571	0	428.571	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	116X - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151	0001 - Nacional	2.672.584.414	01/06/08	31/12/27	93	2.327.324.157	3.335.123	0	0	428.571	428.571	428.571	428.571	0	428.571	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	11H1 - Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ	3281 - No Município de Barra Mansa - RJ	190.000.000	27/12/06	30/12/28	67	100.708.499	10.000.000	3.500.000	0	16.510.000	16.510.000	16.510.000	16.510.000	0	16.510.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	11VA - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT	0051 - No Estado de Mato Grosso	750.000.000	01/01/05	31/12/28	70	380.256.550	90.000.000	46.205.288	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	11ZD - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D'Oeste/SP - EF-151	0035 - No Estado de São Paulo	770.800.000	01/01/09	31/12/27	93	693.936.391	2.697.216	0	0	428.571	428.571	428.571	428.571	0	428.571	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	11ZE - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334	0029 - No Estado da Bahia	4.313.700.000	06/12/09	31/12/27	73	3.496.651.671	1.200.000	0	0	428.571	428.571	428.571	428.571	0	428.571	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	11ZH - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151	0052 - No Estado de Goiás	3.485.473.980	23/12/09	31/12/27	93	3.394.438.071	2.769.216	0	0	428.571	428.571	428.571	428.571	0	428.571	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	11ZI - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151	0031 - No Estado de Minas Gerais	1.019.300.000	01/01/09	31/12/27	93	909.785.707	1.212.000	0	0	428.571	428.571	428.571	428.571	0	428.571	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	123U - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	830.000.000	01/10/23	31/12/28	40	388.386.085	200.000.000	116.975.656	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	1248 - Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM	0013 - No Estado do Amazonas	2.045.094.560	01/01/03	31/12/28	21	335.146.081	200.000.000	200.000.000	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	124G - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334	0029 - No Estado da Bahia	5.057.860.000	06/12/10	31/12/27	46	2.990.514.519	352.000.000	0	0	220.345.126	220.345.126	220.345.126	220.345.126	0	220.345.126	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	1276 - Construção de Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul - na EF-485/SC	4651 - No Município de São Francisco do Sul - SC	550.000.000	01/12/05	06/12/28	5	4.979.457	129.722.183	0	0	2.120.000	2.120.000	2.120.000	2.120.000	0	2.120.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	12JL - Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR	0041 - No Estado do Paraná	1.000.000.000	01/07/11	31/12/26	55	589.712.217	0	0	0	5.000	5.000	5.000	5.000	0	5.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	12KF - Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina	445.000.000	01/12/12	31/12/28	48	301.618.333	80.000.000	80.000.000	0	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	20.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	12KG - Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS	5066 - No Município de Santa Maria - RS	500.000.000	01/09/13	31/12/27	99	496.664.009	10.000.000	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	12KY - Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT	5314 - No Município de Cuiabá - MT	365.000.000	15/11/11	31/12/28	20	1.228.820	90.000.000	90.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	13OZ - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-020 (Aparecida do Rio Negro) - Divisa TO/MA (Goiatins) - na BR-010/TO	0017 - No Estado do Tocantins	1.094.128.117	02/01/24	31/12/26	7	8.190.616	0	0	0	11.611.741	11.611.741	11.611.741	11.611.741	0	11.611.741	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	13SL - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL	0027 - No Estado de Alagoas	89.138.500	01/09/15	31/12/26	100	89.119.578	0	0	0	175.000	175.000	175.000	175.000	0	175.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	13X5 - Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA	0638 - No Município de Imperatriz - MA	315.000.000	01/08/14	31/12/28	20	188.164.166	86.731.990	50.000.000	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	13X6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE	0023 - No Estado do Ceará	530.000.000	01/03/23	31/12/28	0	0	98.655.741	150.000.000	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	13X7 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA	0029 - No Estado da Bahia	1.402.300.000	01/11/14	31/12/28	60	876.046.541	85.000.000	85.000.000	0	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000	0	100.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	13XG - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG	0031 - No Estado de Minas Gerais	205.800.000	01/06/18	31/12/28	0	67.355.256	83.884.942	35.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	13YE - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB	0025 - No Estado da Paraíba	410.000.000	01/07/17	31/12/28	40	155.799.324	120.000.000	120.000.000	0	40.000.000	40.000.000	40.000.000	40.000.000	0	40.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	13YK - Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP	0016 - No Estado do Amapá	750.000.000	01/01/13	31/12/28	7	76.674.704	50.000.000	50.000.000	0	40.000.000	40.000.000	40.000.000	40.000.000	0	40.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	1418 - Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP	0016 - No Estado do Amapá	890.000.000	01/05/03	31/12/28	35	248.286.317	200.000.000	200.000.000	0	40.000.000	40.000.000	40.000.000	40.000.000	0	40.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	1490 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA	0015 - No Estado do Pará	2.650.000.000	01/02/03	31/12/28	80	2.327.417.426	50.000.000	50.000.000	0	13.000.000	13.000.000	13.000.000	13.000.000	0	13.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	14LV - Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA	2143 - No Município de Juazeiro - BA	234.600.000	01/01/12	31/12/28	5	118.243.505	20.000.000	20.000.000	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	14MM - Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária	0001 - Nacional	20.579.802	16/11/13	30/12/26	12	215.850	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	14PC - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	1.183.362.075	30/04/24	31/12/26	60	937.622.768	0	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	14TL - Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG	2762 - No Município de Juiz de Fora - MG	106.132.500	30/12/11	30/12/26	100	60.982.785	0	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	14X0 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218	0026 - No Estado de Pernambuco	800.000.000	01/10/20	31/12/28	1	8.089.320	0	0	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
	(Garanhuns) - na BR-423/PE																	
39000 - Ministério dos Transportes	14X3 - Construção de Trecho Rodoviário - Arco Metropolitano de Recife - na BR-101/PE	0026 - No Estado de Pernambuco	5.000.000	02/01/24	31/12/26	0	0	0	0	0	5.000	5.000	5.000	5.000	0	5.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	15P7 - Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	0001 - Nacional	50.000.000	01/12/12	31/12/28	17	20.423.746	10.000.000	10.000.000	0	13.000.000	13.000.000	13.000.000	13.000.000	0	13.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	15V3 - Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354	0051 - No Estado de Mato Grosso	4.837.965.412	01/01/21	31/12/27	0	5.082.741	3.392.285	0	0	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	0	2.400.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	15V3 - Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354	0052 - No Estado de Goiás	200.000.000	01/01/21	31/12/27	0	13.444.104	7.145.880	0	0	7.800.000	7.800.000	7.800.000	7.800.000	0	7.800.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	15ZV - Construção de Pontes - Trecho Rococó - São Francisco - na BR-210/RR	0014 - No Estado de Roraima	90.000.000	01/06/23	31/12/28	0	12.615.393	35.000.000	20.000.000	0	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	20.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	15ZY - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Barreiras/BA - Figueirópolis/TO - EF-334 (FIOL 3)	0029 - No Estado da Bahia	2.928.822.000	01/08/23	31/12/28	0	0	70.367.968	70.367.968	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	161K - Construção da Ferrovia Transnordestina - trecho entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE - EF-232	0026 - No Estado de Pernambuco	4.500.000.000	01/01/24	31/12/30	0	577.441	10.000.000	10.000.000	10.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	161M - Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. AL-115(A) - Acesso a Pilar - na BR-316/AL	0027 - No Estado de Alagoas	350.000.000	01/01/24	31/12/28	0	0	75.000.000	75.000.000	0	175.000	175.000	175.000	175.000	0	175.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	161N - Construção do Arco Metropolitano de Maceió - na BR-316/424/AL	0027 - No Estado de Alagoas	600.000.000	01/01/24	31/12/28	0	0	0	0	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	161O - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/AL - Praça Centenário (Maceió) - na BR-104/AL	0027 - No Estado de Alagoas	420.000.000	01/01/24	31/12/28	0	0	170.000.000	170.000.000	0	23.618.494	23.618.494	23.618.494	23.618.494	0	23.618.494	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	161S - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. CE/RN - Entr. BR-226(A) - na BR-304/RN	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	1.200.000.000	01/01/24	31/12/28	0	0	120.000.000	180.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	161U - Construção da Ponte sobre o Rio Xingu e Acessos - na BR-230/PA	0015 - No Estado do Pará	360.000.000	01/01/24	31/12/28	40	128.487.241	120.000.000	120.000.000	0	120.000.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000	0	120.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	162S - Adequação de Linha Férrea no Município de Paranaguá na EF-277/PR	4263 - No Município de Paranaguá - PR	63.000.000	18/08/25	30/10/28	0	0	25.000.000	13.000.000	0	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	163E - Adequação de Trecho Rodoviário - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - Entr. BR-343(B) (Estaca Zero) - na BR-316/PI	0022 - No Estado do Piauí	220.000.000	01/01/24	31/12/28	0	0	100.000.000	90.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	163F - Adequação de Trecho Rodoviário – Barreiras – Luís Eduardo Magalhães - na BR-242/BA	0029 - No Estado da Bahia	300.000.000	01/07/24	31/12/28	0	0	55.000.000	85.000.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	163G - Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PA/MA – Div MA/PI (Timon) – na BR-316/MA	0021 - No Estado do Maranhão	450.000.000	01/07/24	31/12/28	0	0	40.000.000	80.000.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	163H - Adequação de Trecho Rodoviário – Entr. BR-101 – Div ES/MG – na BR-262/ES	0032 - No Estado do Espírito Santo	150.000.000	02/01/24	31/12/26	0	0	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	163I - Construção de Contorno Rodoviário em Guaíra - na BR-163/PR	0041 - No Estado do Paraná	150.000.000	01/01/24	31/12/28	0	0	70.000.000	70.000.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	163J - Construção de Trecho Rodoviário - Cocos – Div BA/GO – na BR-030/BA	0029 - No Estado da Bahia	180.000.000	01/01/24	31/12/28	0	126.025	85.000.000	85.000.000	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	163K - Construção de Trecho Rodoviário – Div MA/PI – Entr. BR-135(A)/235(A) (Bom Jesus) - na BR-330/PI	0022 - No Estado do Piauí	330.000.000	01/01/24	31/12/28	0	0	160.000.000	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	0010 - Na Região Norte	9.773.365.000	02/01/23	31/12/29	13	3.833.846.076	1.466.004.750	3.420.677.750	4.886.682.500	2.336.138.442	2.336.138.442	2.336.138.442	2.336.138.442	0	2.336.138.442	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	0020 - Na Região Nordeste	9.993.065.000	02/01/23	31/12/29	65	443.116.445	1.498.959.750	3.497.572.750	4.996.532.500	2.338.879.376	2.338.879.376	2.338.879.376	2.338.879.376	0	2.338.879.376	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	0030 - Na Região Sudeste	3.474.850.000	02/01/23	31/12/29	48	124.494.485	521.227.500	1.216.197.500	1.737.425.000	808.114.214	808.114.214	808.114.214	808.114.214	0	808.114.214	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	0040 - Na Região Sul	5.919.465.000	02/01/23	31/12/29	85	2.121.106.148	887.919.750	2.071.812.750	2.959.732.500	1.508.174.136	1.508.174.136	1.508.174.136	1.508.174.136	0	1.508.174.136	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	0050 - Na Região Centro-Oeste	4.809.220.000	02/01/23	31/12/29	70	1.415.723.123	721.383.000	1.683.227.000	2.404.610.000	1.210.592.019	1.210.592.019	1.210.592.019	1.210.592.019	0	1.210.592.019	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	165A - Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai - Barra do Guarita/RS-Itapiranga/SC - na BR-163/SC/RS	0042 - No Estado de Santa Catarina	197.257.869	02/01/24	31/12/28	0	0	100.000.000	92.257.869	0	500.000	500.000	500.000	500.000	0	500.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	165F - Adequação de Trecho Rodoviário - Imperatriz/ Açailândia - na BR-010/MA	0549 - No Município de Açailândia - MA	905.385.466	02/01/24	31/12/28	0	0	100.000.000	125.200.000	0	5.000	5.000	5.000	5.000	0	5.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	165Q - Adequação de Trecho Rodoviário - Uberlândia - Luizlândia do Oeste - na BR-365/MG	2788 - No Município de Luislândia - MG	1.288.191.074	02/01/24	31/12/26	0	0	0	0	0	9.900.000	9.900.000	9.900.000	9.900.000	0	9.900.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	165S - Construção de Trecho Ferroviário - Barragem de Fronteiras na Ferrovia Tronco Norte - EF-225/CE	1039 - No Município de Crateús - CE	280.000.000	01/01/25	01/07/28	0	0	70.000.000	54.904.700	0	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000	0	100.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	167L - Construção do Contorno de Ilhéus - na BR-415/BA	0029 - No Estado da Bahia	90.000.000	13/01/25	31/12/26	0	0	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	167Q - Construção da Ponte sobre o Rio Tocantins (Juscelino Kubitschek), localizada na BR-226/TO	0017 - No Estado do Tocantins	90.000.000	01/02/24	31/12/26	1	0	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	167R - Construção de Trecho Rodoviário - Barragem de Fronteiras na Rodovia Tronco Norte - BR-226/CE e BR-404/CE	0023 - No Estado do Ceará	90.000.000	02/01/24	31/12/27	0	0	40.000.000	0	0	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	20.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	168T - Aquisição de imóvel para o funcionamento da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais/MG	0031 - No Estado de Minas Gerais	17.500.000	01/01/26	31/12/26	0	0	0	0	0	17.500.000	17.500.000	17.500.000	17.500.000	0	17.500.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	168U - Reconstrução da Malha Ferroviária Sul – no Estado do Rio Grande do Sul	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	2.100.000.000	01/01/26	01/12/31	0	0	400.000.000	400.000.000	400.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	168Z - Programa de Gestão Proativa, Segura e Resiliente de Rodovias no Brasil	0001 - Nacional	0	01/01/26	31/12/35	0	0	0	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	169T - Construção da nova ponte sobre o Rio Jequitinhonha na BR-101/BA-Divisa SE/BA/ES-Entr. BA-274 (Santa Maria Eterna)– Entr. BA-275(A) (Itapebi)	0029 - No Estado da Bahia	51.381.507	01/01/26	31/12/26	0	0	0	0	0	51.381.506	51.381.506	51.381.506	51.381.506	0	51.381.506	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	1C09 - Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA	0029 - No Estado da Bahia	555.308.129	01/06/07	31/12/26	75	335.948.871	0	0	0	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	0	15.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	1D48 - Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	0001 - Nacional	600.000.000	01/01/12	30/06/27	72	432.002.518	0	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	1K24 - Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - na EF-485/SC	4546 - No Município de Joinville - SC	940.000.000	29/11/07	31/12/30	3	0	477.000.000	177.000.000	6.000.000	1.498.945	1.498.945	1.498.945	1.498.945	0	1.498.945	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	5E15 - Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paraná - Taguatinga - na BR-242/TO	0017 - No Estado do Tocantins	597.300.000	01/10/07	31/12/28	52	337.580.399	20.000.000	20.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	5E83 - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151	0017 - No Estado do Tocantins	1.842.602.692	01/12/06	31/12/27	93	586.848.391	22.411.528	0	0	428.574	428.574	428.574	428.574	0	428.574	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7242 - Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR	0014 - No Estado de Roraima	483.600.000	02/01/04	31/12/26	83	419.816.566	0	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7530 - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina	1.660.000.000	01/05/09	31/12/28	90	1.385.199.084	120.000.000	120.000.000	0	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7624 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL	0027 - No Estado de Alagoas	2.700.000.000	01/03/04	31/12/28	80	2.189.111.648	20.000.000	20.000.000	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7E79 - Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO	0052 - No Estado de Goiás	871.000.000	01/05/07	31/12/28	30	379.230.617	120.000.000	120.000.000	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7F51 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA	0029 - No Estado da Bahia	1.021.826.065	01/04/08	31/12/26	73	859.593.642	0	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7K23 - Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR	0041 - No Estado do Paraná	556.100.000	01/01/08	31/12/28	40	219.917.011	80.000.000	30.000.000	0	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	0	35.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7L04 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	2.365.000.000	20/08/10	31/12/28	70	2.102.379.906	130.000.000	120.000.000	0	80.000.000	80.000.000	80.000.000	80.000.000	0	80.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7L92 - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO	0548 - No Município de Xambioá - TO	380.000.000	01/09/08	31/12/26	43	227.564.341	0	0	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	7M88 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE	0026 - No Estado de Pernambuco	406.000.000	01/06/08	31/12/28	75	196.165.961	60.000.000	60.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7M91 - Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR	0041 - No Estado do Paraná	711.768.235	01/07/08	31/12/28	56	262.051.120	5.000.000	1.000.000	0	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	0	35.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7N22 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI	0022 - No Estado do Piauí	524.635.135	01/04/10	31/12/28	47	366.783.011	15.000.000	15.000.000	0	5.000	5.000	5.000	5.000	0	5.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7N85 - Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - Na BR-285/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina	429.478.223	01/12/25	31/12/27	65	237.373.304	1.110.166	0	0	376.435	376.435	376.435	376.435	0	376.435	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7P87 - Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO	0111 - No Município de Ji-Paraná - RO	138.881.000	01/01/12	31/12/26	69	54.780.576	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7R82 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO	0052 - No Estado de Goiás	270.300.000	27/06/12	31/12/26	20	73.574.935	0	0	0	40.000.000	40.000.000	40.000.000	40.000.000	0	40.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7S57 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	1.031.500.000	01/11/17	31/12/28	52	307.439.683	50.000.000	70.000.000	0	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7S61 - Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA	0015 - No Estado do Pará	258.800.849	01/01/21	31/12/27	10	175.977.064	12.169.065	0	0	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7S62 - Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA	0015 - No Estado do Pará	317.532.585	01/07/16	31/12/28	7	91.623.129	70.000.000	70.000.000	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	7S75 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	550.000.000	01/07/13	31/12/28	85	341.788.978	80.000.000	73.648.483	0	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7S80 - Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT	0051 - No Estado de Mato Grosso	150.000.000	01/01/16	31/12/26	60	127.951.757	0	0	0	5.000	5.000	5.000	5.000	0	5.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7S97 - Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC	0154 - No Município de Brasília - AC	66.016.728	01/08/16	31/12/27	30	12.933.966	38.557.219	0	0	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	20.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7T98 - Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB	0025 - No Estado da Paraíba	392.568.431	01/10/16	31/12/27	48	253.587.465	1.000.000	0	0	70.000.000	70.000.000	70.000.000	70.000.000	0	70.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7U06 - Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES	0032 - No Estado do Espírito Santo	402.150.000	01/07/14	31/12/26	55	285.073.020	0	0	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7U07 - Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL	0027 - No Estado de Alagoas	130.894.944	01/04/19	31/12/26	29	76.951.555	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7U22 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR	0041 - No Estado do Paraná	783.137.016	01/05/14	31/12/26	71	639.620.803	0	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7V00 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA	0021 - No Estado do Maranhão	250.000.000	01/09/16	31/12/28	49	148.423.133	25.000.000	21.000.000	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7V18 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI - na BR-020/BA	0029 - No Estado da Bahia	1.300.000.000	01/06/23	31/12/28	15	10.303.362	50.000.000	20.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	7V19 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Cariranha - na BR-030/BA	0029 - No Estado da Bahia	316.342.555	01/01/21	31/12/28	11	244.340.487	20.000.000	20.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7V83 - Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC	0012 - No Estado do Acre	65.000.000	01/06/23	31/12/28	0	0	20.000.000	38.500.000	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	7V99 - Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR	0014 - No Estado de Roraima	300.000.000	01/07/23	31/12/28	0	0	100.000.000	142.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	7W07 - Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA	0015 - No Estado do Pará	280.000.000	01/01/17	31/12/28	2	108.306.423	50.000.000	50.000.000	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7W67 - Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	160.989.686	01/06/16	31/12/26	81	54.697.433	0	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7W84 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - na BR-135/MA	0021 - No Estado do Maranhão	500.000.000	01/09/16	31/12/28	16	166.890.292	90.000.000	55.000.000	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7W95 - Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI	0022 - No Estado do Piauí	293.900.000	01/11/18	31/12/28	20	95.804.920	65.000.000	90.000.000	0	60.000.000	60.000.000	60.000.000	60.000.000	0	60.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7X34 - Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS	5275 - No Município de Três Lagoas - MS	184.563.324	05/01/21	31/12/27	2	113.856.896	20.000.000	0	0	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7X42 - Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE	1689 - No Município de Petrolina - PE	327.000.000	01/10/21	31/12/28	15	135.427.769	70.000.000	35.000.000	0	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0	50.000.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
39000 - Ministério dos Transportes	7X78 - Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	101.000.212	01/07/20	31/12/27	0	56.317.102	35.000.000	0	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7X96 - Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	300.600.106	01/01/22	31/12/28	0	0	120.000.000	100.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	7XG6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	728.424.258	26/02/22	31/12/28	0	118.439.318	150.000.000	150.000.000	0	93.000.000	93.000.000	93.000.000	93.000.000	0	93.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	7XI6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	597.418.155	02/12/20	31/12/28	50	493.390.015	60.000.000	70.000.000	0	120.000.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000	0	120.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7XI8 - Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	158.000.000	01/01/22	31/12/28	0	1.667.240	60.000.000	70.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	7XJ0 - Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG	0031 - No Estado de Minas Gerais	170.000.000	01/09/21	31/12/28	30	40.431.035	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7XJ4 - Construção de Trecho Rodoviário - Marau - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA	0029 - No Estado da Bahia	120.000.000	01/01/22	31/12/28	0	402.093	20.000.000	20.000.000	0	25.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000	0	25.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	7XJ5 - Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina	220.000.000	20/01/20	31/12/28	74	102.667.430	45.000.000	45.000.000	0	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	20.000.000	0	Sim
39000 - Ministério dos Transportes	7XM0 - Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA	2056 - No Município de Feira de Santana - BA	150.000.000	01/01/23	31/12/28	0	9.000	20.000.000	20.000.000	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Não
39000 - Ministério dos Transportes	7XM3 - Adequação de Trecho Rodoviário - km 65 - km 187 - na BR-070/GO	0052 - No Estado de Goiás	70.000.000	02/01/24	31/12/26	0	0	0	0	0	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	0	30.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
41000 - Ministério das Comunicações	15UL - Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	0010 - Na Região Norte	171.153.303	10/12/19	31/12/28	25	47.885.303	15.179.226	15.179.227	0	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	0	0	Sim
41000 - Ministério das Comunicações	162P - Implementação de Cidades Conectadas	0001 - Nacional	8.400.000	01/01/24	31/12/26	0	0	0	0	0	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	0	15.000.000	0	Não
41000 - Ministério das Comunicações	162Q - Implantação de Infraestrutura de Comunicações	0020 - Na Região Nordeste	54.880.000	01/01/24	31/12/28	0	0	3.523.135	0	0	23.308.972	23.308.972	23.308.972	23.308.972	0	23.308.972	0	Não
42000 - Ministério da Cultura	155V - Aquisição do Imóvel do Escritório Central da Agência Nacional do Cinema - ANCINE	3341 - No Município do Rio de Janeiro - RJ	37.113.000	01/07/24	30/06/34	3	1.213.016	3.711.300	3.711.300	0	3.711.300	3.711.300	0	1.000	0	0	1.000	Não
42000 - Ministério da Cultura	5538 - Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados	0001 - Nacional	1.189.191.533	01/01/24	31/12/27	30	762.694.648	100.000.000	0	0	197.000.000	197.000.000	197.000.000	197.000.000	4.925.000	192.075.000	0	Sim
44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	168N - Fortalecimento da Fiscalização Ambiental Para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia	6000 - Na Amazônia Legal	777.161.529	01/01/26	31/12/30	0	0	432.143.605	94.232.017	112.753.050	432.143.606	94.232.018	112.753.051	57.744.074	40.304.074	17.440.000	0	Não
51000 - Ministério do Esporte	21HH - Realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA 2027	0001 - Nacional	10.000.000	01/01/25	31/12/27	0	0	0	0	0	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	0	0	Não
52000 - Ministério da Defesa	123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	0001 - Nacional	18.132.578.762	01/05/09	30/06/35	78	10.644.353.000	280.000.000	280.000.000	280.000.000	280.000.000	280.000.000	280.000.000	200.000.000	0	200.000.000	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	0001 - Nacional	22.610.191.709	01/05/09	31/12/37	27	5.203.111.568	209.517.932	209.517.932	436.879.282	209.517.932	209.517.932	436.879.282	235.102.387	0	235.102.387	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	123I - Construção de Submarinos Convencionais	0001 - Nacional	15.003.793.898	01/01/10	31/12/28	94	12.110.232.699	227.361.350	227.361.350	0	227.361.350	227.361.350	0	281.776.895	0	281.776.895	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
52000 - Ministério da Defesa	156M - Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	0001 - Nacional	1.877.226.129	01/01/12	31/12/35	69	1.303.029.054	192.000.000	192.000.000	192.000.000	190.150.003	190.150.003	190.150.003	190.200.000	10.802.796	179.397.204	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	0001 - Nacional	4.000.000.000	01/01/15	31/12/33	1	13.236.141	21.029.543	9.214.001	22.062.109	21.029.543	9.214.001	22.062.109	1.639.919	0	1.639.919	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	15F1 - Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares	0001 - Nacional	377.466.241	01/01/16	31/12/36	32	119.291.771	22.100.000	22.100.000	22.100.000	28.375.715	28.375.715	28.375.715	28.480.000	0	28.480.000	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	15W4 - Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)	0001 - Nacional	560.000.000	15/09/22	08/08/28	7	139.708.841	141.037.849	118.832.396	0	96.000.000	96.000.000	96.000.000	96.000.000	2.840.000	93.160.000	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	15W6 - Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)	0001 - Nacional	184.812.336	01/01/20	31/12/29	24	46.204.646	44.105.910	44.105.910	44.105.910	4.998.702	4.998.702	4.998.702	5.000.000	2.645.300	2.354.700	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	162N - Implantação do Complexo de Saúde General-de-Brigada Médico João Severiano da Fonseca	5664 - Em Brasília - DF	232.015.281	01/01/24	31/12/29	0	3.725.253	30.000.000	30.000.000	30.000.000	99.967	99.967	99.967	100.000	0	100.000	0	Não
52000 - Ministério da Defesa	162O - Implantação da Escola de Sargentos do Exército	1695 - No Município de Recife - PE	1.794.670.000	01/01/24	31/12/34	2	58.423	45.390.000	69.123.000	91.800.000	99.967	99.967	99.967	100.000	100.000	0	0	Não
52000 - Ministério da Defesa	*163Z - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) das plantas de produção fabril	0001 - Nacional	1.000.000.000	01/01/25	31/12/35	0	0	27.400.000	35.100.000	35.000.000	19.123.797	19.123.797	19.123.797	19.130.000	0	19.130.000	0	Não
52000 - Ministério da Defesa	166R - Construção de navios de pequeno porte	0001 - Nacional	123.000.000	01/01/25	31/12/30	0	0	8.000.000	22.000.000	30.000.000	8.000.000	22.000.000	30.000.000	100.000	0	100.000	0	Não
52000 - Ministério da Defesa	1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t)	0001 - Nacional	5.267.000.000	01/01/08	31/12/36	6	402.336.161	150.000.000	150.000.000	150.000.000	149.000.000	149.000.000	149.000.000	149.000.000	1.930.000	147.070.000	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	1N56 - Desenvolvimento de Missil Nacional Antinavio	0001 - Nacional	731.068.087	01/01/08	31/12/27	81	263.747.698	0	0	0	1.000	1.000	1.000	144.938	0	144.938	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
52000 - Ministério da Defesa	3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército	0001 - Nacional	7.006.875.000	31/12/03	31/12/40	35	1.942.434.415	585.199.999	775.899.999	796.199.999	230.089.416	271.089.416	250.089.416	580.000.000	5.168.400	574.831.600	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	7XN4 - Implantação do Colégio Militar de São Paulo (CMSP)	3928 - No Município de São Paulo - SP	200.000.000	01/01/21	31/12/29	42	85.993.406	25.000.000	11.000.000	2.347.892	61.983.789	61.983.789	61.983.789	62.000.000	2.800.000	59.200.000	0	Sim
52000 - Ministério da Defesa	7XT4 - Ampliação e Adequação do Hospital Geral de Salvador (HGeS)	2261 - No Município de Salvador - BA	74.080.231	01/01/23	31/12/29	32	23.362.752	15.000.000	13.000.000	822.566	16.995.136	16.995.136	16.995.136	17.000.000	700.000	16.300.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	11AA - Construção da Barragem Fronteiras	0023 - No Estado do Ceará	600.000.000	07/01/08	31/12/27	44	239.660.236	69.902.229	0	0	70.000.000	90.000.000	90.000.000	70.000.000	0	70.000.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	12EP - Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)	0020 - Na Região Nordeste	5.368.085.770	31/12/04	31/12/26	97	3.738.657.055	0	0	0	53.000.000	53.000.000	53.000.000	53.000.000	0	53.000.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	12FT - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha	0022 - No Estado do Piauí	115.000.000	31/12/12	31/12/27	86	78.719.150	28.349.006	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	140C - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas	0027 - No Estado de Alagoas	164.000.000	01/01/12	31/12/27	13	8.434.347	150.543.289	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica	0001 - Nacional	69.197.932	30/01/13	31/12/27	0	45.035.312	19.197.931	0	0	7.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000	0	7.000.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	*14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica	0022 - No Estado do Piauí	52.750.177	30/01/20	31/12/27	0	0	42.176.485	0	0	312.282	312.282	312.282	312.282	0	312.282	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	*14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica	0026 - No Estado de Pernambuco	18.350.000	01/01/24	31/12/27	0	0	0	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica	0833 - No Município de Curimatá - PI	54.622.410	01/01/24	31/12/27	6	0	29.317.690	0	0	500.000	500.000	500.000	500.000	0	500.000	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica	0971 - No Município de São Raimundo Nonato - PI	50.000.000	30/06/21	31/12/27	1	8.705.666	45.195.455	0	0	500.000	500.000	500.000	500.000	0	500.000	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	152D - Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano	0026 - No Estado de Pernambuco	1.776.383.683	01/01/14	28/02/28	99	1.774.661.893	199.747.941	199.747.941	0	300.000	300.000	300.000	200.000	0	200.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	15DX - Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó	0025 - No Estado da Paraíba	250.000.000	03/03/25	03/12/26	0	0	0	0	0	500.000	500.000	500.000	500.000	0	500.000	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	15XT - Implantação de Sistemas Adutores para Abastecimento de Água do Canal do Sertão Alagoano	0027 - No Estado de Alagoas	149.653.264	30/12/13	31/12/27	30	70.895.331	47.424.882	0	0	1.052.784	1.052.784	1.052.784	1.052.784	0	1.052.784	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	15XV - Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água - Adutora da Fé	0029 - No Estado da Bahia	155.247.232	30/12/19	31/12/27	21	25.693.094	121.419.275	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	15XW - Implantação da Barragem Tinguís	0022 - No Estado do Piauí	179.414.769	22/08/07	31/12/27	0	480.567	169.414.769	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	15ZK - Implantação do Projeto Seridó	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	356.550.276	06/11/20	06/11/26	0	83.532.541	0	0	0	64.478.648	64.478.648	64.478.648	64.478.648	0	64.478.648	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	15ZK - Implantação do Projeto Seridó	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	260.000.000	01/01/20	31/12/28	0	0	129.900.000	129.900.000	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	162K - Implantação do Canal do Sertão Baiano	0020 - Na Região Nordeste	7.000.000.000	01/01/24	31/12/27	11	71.119	6.948.771.860	0	0	60.573.769	60.573.769	60.573.769	60.573.769	0	60.573.769	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	166K - Implantação dos Diques da Baixada Maranhense	0021 - No Estado do Maranhão	150.000.000	30/06/13	31/12/27	0	0	150.000.000	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1692 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre com 25.323 ha no Estado da Bahia	0029 - No Estado da Bahia	1.600.000.000	31/03/98	31/12/28	20	300.087.134	597.975.532	597.975.532	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	169E - Implantação da Barragem Extrema, localizada no Ribeirão Extrema, no município de São João D'Aliança-GO	5633 - No Município de São João d'Aliança - GO	235.000.000	01/02/25	31/12/28	0	0	117.400.000	117.400.000	0	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1N64 - Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba	0020 - Na Região Nordeste	700.918.308	31/08/07	31/12/26	72	372.854.826	0	0	0	69.000.000	0	0	74.000.000	0	74.000.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1O21 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha	0022 - No Estado do Piauí	309.661.701	28/02/07	31/12/26	85	253.514.504	0	0	0	300.000	300.000	300.000	300.000	0	300.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	5260 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal	0026 - No Estado de Pernambuco	1.500.000.000	31/12/92	31/12/27	59	297.098.450	788.920.718	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	5308 - Construção da Barragem Jequitaiá	0031 - No Estado de Minas Gerais	450.000.000	01/01/07	31/12/27	0	15.807.858	449.740.462	0	0	129.769	129.769	129.769	129.769	0	129.769	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	5314 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê	0029 - No Estado da Bahia	1.390.000.000	30/06/99	30/12/27	55	267.068.276	933.799.396	0	0	500.000	500.000	500.000	500.000	0	500.000	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	5900 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	0020 - Na Região Nordeste	10.603.407.073	31/12/07	31/12/26	97	8.479.758.421	0	0	0	787.000.000	787.000.000	787.000.000	787.000.000	0	787.000.000	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7G88 - Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí	0022 - No Estado do Piauí	123.822.664	20/05/11	31/12/27	85	63.991.321	6.535.658	0	0	22.022.719	22.022.719	22.022.719	22.022.719	0	22.022.719	0	Sim
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7M12 - Construção da Barragem Poço de Varas	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	50.025.721	01/03/25	31/12/27	0	0	40.757.327	0	0	25.000.000	8.634.197	8.634.197	4.634.197	0	4.634.197	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7X91 - Implantação do Canal do Xingó	0020 - Na Região Nordeste	400.000.000	30/06/07	31/12/29	0	8.680.364	118.286.385	118.286.384	118.286.384	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	2.000.000	0	Não
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7XZ4 - Construção da Adutora Agreste Potiguar no estado do Rio Grande do Norte	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	500.000.000	01/01/24	31/12/30	0	809.534	53.750.000	53.750.000	53.750.000	55.000.000	55.000.000	55.000.000	55.000.000	0	55.000.000	0	Não
63000 - Advocacia-Geral da União	162I - Construção de Edifício-Sede da AGU em Fortaleza - CE	1048 - No Município de Fortaleza - CE	14.000.000	01/12/24	30/11/26	0	0	0	0	0	4.958.876	0	0	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	123M - Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins	0001 - Nacional	1.030.960.575	16/06/16	31/12/30	3	16.729.523	50.000.000	121.433.994	104.038.292	130.000.000	130.000.000	130.000.000	130.000.000	0	130.000.000	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	127G - Construção de Terminais Fluviais	0181 - No Município de Barcelos - AM	21.774.798	01/01/20	31/12/30	99	20.147.673	1.000.000	0	0	10.000	10.000	10.000	10.000	0	10.000	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	127G - Construção de Terminais Fluviais	0208 - No Município de Lábrea - AM	45.000.000	01/07/21	31/12/30	3	1.500.000	2.000.000	3.635.475	1.222.387	10.000	10.000	10.000	10.000	0	10.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	127G - Construção de Terminais Fluviais	0225 - No Município de São Gabriel da Cachoeira - AM	45.000.000	01/02/22	31/12/30	2	1.000.000	2.000.000	2.650.616	1.222.387	10.000	10.000	10.000	10.000	0	10.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	127G - Construção de Terminais Fluviais	0226 - No Município de São Paulo de Olivença - AM	40.000.000	01/02/22	31/12/30	1	1.000.000	2.000.000	29.666.011	1.222.387	10.000	10.000	10.000	10.000	0	10.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	127G - Construção de Terminais Fluviais	0312 - No Município de Juruti - PA	30.000.000	01/01/14	31/12/30	92	16.439.432	1.000.000	1.029.275	1.222.387	6.879.828	6.879.828	6.879.828	6.879.828	0	6.879.828	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	127G - Construção de Terminais Fluviais	0333 - No Município de Oriximiná - PA	20.000.000	01/01/14	31/12/30	92	10.115.225	0	0	1.222.387	100.000	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	127G - Construção de Terminais Fluviais	0407 - No Município de Santana - AP	36.310.763	01/02/22	31/12/30	41	15.434.535	0	0	0	7.945.241	7.945.241	7.945.241	7.945.241	0	7.945.241	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	13LO - Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas	0211 - No Município de Manaus - AM	974.674.169	01/12/25	31/12/30	0	0	20.000.000	44.882.317	61.119.331	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	0	35.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14MZ - Ampliação do Terminal Fluvial de São Raimundo em Manaus/AM	0211 - No Município de Manaus - AM	205.034.296	01/04/26	31/12/30	0	0	2.000.000	2.244.116	1.222.384	2.755.769	2.755.769	2.755.769	2.755.769	0	2.755.769	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0109 - No Município de Guajará-Mirim - RO	4.000.000	01/02/26	31/12/27	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	2.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0111 - No Município de Ji-Paraná - RO	25.000.000	11/12/17	30/03/28	1	0	3.500.000	4.167.660	0	3.500.000	3.500.000	3.500.000	3.500.000	0	3.500.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0190 - No Município de Carauari - AM	31.576.882	01/11/25	31/12/28	0	0	15.000.000	10.000.000	0	2.100.000	2.100.000	2.100.000	2.100.000	0	2.100.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0197 - No Município de Fonte Boa - AM	17.000.000	05/03/21	31/12/26	50	3.856.427	0	0	0	8.067.213	8.067.213	8.067.213	8.067.213	0	8.067.213	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0202 - No Município de Itacoatiara - AM	16.528.167	05/03/21	31/12/26	50	6.005.115	0	0	0	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	0	8.000.000	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0214 - No Município de Maués - AM	13.494.364	05/03/21	31/12/26	50	3.953.736	0	0	0	8.900.000	8.900.000	8.900.000	8.900.000	0	8.900.000	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0225 - No Município de São Gabriel da Cachoeira - AM	40.000.000	01/11/25	30/06/28	0	0	12.500.000	5.000.000	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	3.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0278 - No Município de Breves - PA	90.000.000	01/02/26	31/12/29	0	0	30.000.000	40.000.000	20.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0350 - No Município de Redenção - PA	100.000.000	01/11/25	31/12/28	0	0	40.000.000	25.000.000	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0568 - No Município de Bacabal - MA	1.000.000	13/01/25	12/12/26	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0572 - No Município de Balsas - MA	2.647.054	13/01/25	31/12/26	70	0	0	0	0	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0574 - No Município de Barra do Corda - MA	45.000.000	01/11/25	31/12/27	0	0	17.500.000	0	0	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	4.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	0925 - No Município de Picos - PI	35.000.000	01/11/25	31/03/28	0	0	11.500.000	11.500.000	0	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	4.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	1066 - No Município de Iguatu - CE	15.000.000	01/11/25	30/06/28	0	0	5.000.000	5.000.000	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	2.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	1964 - No Município de Barreiras - BA	45.000.000	21/12/18	12/10/26	0	0	0	0	0	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	0	15.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	2089 - No Município de Ilhéus - BA	70.000.000	01/02/26	31/12/28	0	0	35.000.000	25.000.000	0	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	2380 - No Município de Araguari - MG	23.920.000	20/12/21	31/12/27	20	0	0	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	3384 - No Município de Americana - SP	17.135.320	22/12/21	13/12/26	100	796.848	0	0	0	758.820	758.820	758.820	758.820	0	758.820	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	4285 - No Município de Ponta Grossa - PR	35.000.000	16/12/19	20/12/26	0	0	0	0	0	16.261.323	16.261.323	16.261.323	16.261.323	0	16.261.323	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	5066 - No Município de Santa Maria - RS	50.000.000	30/12/19	31/12/28	0	0	17.500.000	17.500.000	0	9.000.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000	0	9.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	5071 - No Município de Santa Rosa - RS	43.650.450	11/09/18	31/12/26	0	0	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	5293 - No Município de Barra do Garças - MT	35.000.000	01/11/25	31/12/27	0	0	15.000.000	0	0	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	5545 - No Município de Jataí - GO	40.500.000	19/12/17	31/12/26	3	8.585.675	0	0	0	12.500.000	12.500.000	12.500.000	12.500.000	0	12.500.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	15CX - Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE)	0023 - No Estado do Ceará	35.000.000	30/10/15	31/12/26	100	24.900.254	0	0	0	100.100	100.100	100.100	100.100	0	100.100	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	15UW - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR, de Propriedade da União	4219 - No Município de Maringá - PR	119.084.514	18/08/17	31/12/27	16	3.310.147	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	15UX - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Coari/AM, de Propriedade da União	0193 - No Município de Coari - AM	89.751.927	05/09/17	31/12/26	30	30.702.633	0	0	0	27.000.000	27.000.000	27.000.000	27.000.000	6.000.000	21.000.000	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	15UY - Construção do Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha/RS de Propriedade da União	4798 - No Município de Caxias do Sul - RS	270.000.000	04/12/19	30/06/26	0	0	0	0	0	50.100.000	50.100.000	50.100.000	50.100.000	0	50.100.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	15V1 - Instalação de equipamentos de auxílios à navegação Aérea	0001 - Nacional	143.400.000	01/07/25	31/12/30	0	2.571.471	18.495.000	30.000.000	0	37.505.000	37.505.000	37.505.000	37.505.000	0	37.505.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*15YT - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Dourados/MS, de Propriedade da União	5230 - No Município de Dourados - MS	137.172.868	27/12/19	31/12/26	100	94.936.212	0	0	0	476.518	476.518	476.518	476.518	0	476.518	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	161Y - Manutenção e Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC	4521 - No Município de Imbituba - SC	100.000.000	31/03/24	31/12/26	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	161Z - Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE	1695 - No Município de Recife - PE	30.000.000	01/01/24	31/12/26	0	0	0	0	0	62.556.135	62.556.135	62.556.135	62.556.135	0	62.556.135	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	162A - Adequação e Ampliação da Capacidade do Porto de Santana/AP	0407 - No Município de Santana - AP	11.500.000	01/01/24	31/12/26	0	0	0	0	0	5.500.000	5.500.000	5.500.000	5.500.000	0	5.500.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*162B - Modernização, Recuperação e Ampliação da Capacidade do Porto de Suape/PE	1642 - No Município de Ipojuca - PE	150.000.000	01/02/24	01/09/28	18	51.411.248	0	0	0	30.581.408	30.581.408	30.581.408	30.581.408	0	30.581.408	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	162D - Dragagem e Sinalização Náutica da Lagoa Mirim	5045 - No Município de Rio Grande - RS	63.000.000	01/12/25	31/12/30	0	0	2.000.000	4.712.643	1.222.387	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	5.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	162J - Remoção e desencalhe de embarcações em vias navegáveis e em canais de navegação portuários – Nacional	0001 - Nacional	25.000.000	01/01/24	31/12/26	0	0	0	0	0	100.100	100.100	100.100	100.100	0	100.100	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	165T - Recuperação do Cais Flutuante do Porto de Porto Velho/RO	0011 - No Estado de Rondônia	20.000.000	01/01/25	31/12/26	0	0	0	0	0	1.000	1.000	1.000	1.000	0	1.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	165W - Implantação de Instalações Públicas Portuárias de Pequeno Porte – IP4 inteligentes	0001 - Nacional	36.000.000	01/07/26	31/12/30	0	0	20.400	20.400	20.400	125.400	125.400	125.400	125.400	0	125.400	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	165X - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Local, de Propriedade da União	0711 - No Município de Santa Inês - MA	1.500.000	01/01/25	31/12/27	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	167K - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Caruaru/PE, de Propriedade da União	1608 - No Município de Caruaru - PE	79.250.000	17/03/25	26/06/26	0	0	0	0	0	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	0	Não

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*167T - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias do Porto de Cabedelo/PB	1382 - No Município de Cabedelo - PB	146.000.000	01/07/25	28/02/27	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	168R - Construção do Novo Aeroporto de Rorainópolis/RR, de Propriedade da União	0247 - No Município de Rorainópolis - RR	80.000.000	01/11/25	31/12/28	0	0	30.000.000	30.000.000	0	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	168S - Construção do Novo Aeroporto de Rio Claro / Piracicaba/SP, de Propriedade da União	0035 - No Estado de São Paulo	100.000.000	01/11/25	31/12/28	0	0	40.000.000	45.000.000	0	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	1.500.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*21I6 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias	6032 - Na Região Hidrográfica Amazônica	1.100.417.637	01/02/21	31/12/30	71	246.900.653	108.780.502	44.876.305	58.508.892	111.731.994	111.731.994	111.731.994	111.731.994	0	111.731.994	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*21I6 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias	6033 - Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia	45.501.913	07/07/21	31/12/30	33	5.099.093	6.000.000	1.925.451	2.444.774	7.198.604	7.198.604	7.198.604	7.198.604	0	7.198.604	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*21I6 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias	6035 - Na Região Hidrográfica do Parnaíba	6.603.668	10/11/21	31/12/30	62	3.538.729	0	0	1.000.000	2.298.858	2.298.858	2.298.858	2.298.858	1.000.000	1.298.858	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*21I6 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias	6037 - Na Região Hidrográfica do São Francisco	51.228.278	01/09/21	31/12/30	5	2.388.233	1.002.000	3.465.665	1.222.387	30.000	30.000	30.000	30.000	10.000	20.000	0	Não
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	21I6 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias	6040 - Na Região Hidrográfica do Paraná	85.183.908	05/11/21	31/12/30	24	21.011.225	5.000.000	4.176.644	5.126.512	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	0	0	Sim
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*21I6 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias	6041 - Na Região Hidrográfica do Paraguai	136.490.470	06/01/22	31/12/30	44	38.345.725	10.500.000	224.412	2.444.774	21.324.310	21.324.310	21.324.310	21.324.310	0	21.324.310	0	Sim

Tabela 1 – Relação de Projetos e Subtítulos de Projetos constantes do PLOA 2026

Órgão	Ação	Localizador	Custo Total Estimado	Início	Término	Execução até 31/05/2025		Projeção Submódulo de Investimentos			Projeção Orçamento de Médio Prazo			Proposta 2026				Identificação como projeto “em andamento”, conforme os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2026 ¹
						Física (%)	Financeira	40.456.670.513	31.450.269.832	28.586.687.905	26.028.113.507	22.608.209.246	22.016.977.012	23.084.617.406	1.427.495.590	21.649.120.816	8.001.000	
								2027	2028	2029	2027	2028	2029	Valor Total	GND 3	GND 4	GND 5	
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	*2116 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias	6043 - Na Região Hidrográfica Atlântico Sul	527.114.994	21/11/22	31/12/30	1	1.112.942	14.001.000	68.299.595	37.426.497	23.010.000	23.010.000	23.010.000	23.010.000	0	23.010.000	0	Não
84000 - Ministério dos Povos Indígenas	155L - Construção de Unidades Administrativas da Fundação Nacional dos Povos Indígenas	1436 - No Município de João Pessoa - PB	1.795.101	01/08/25	31/08/27	0	0	0	0	0	897.550	897.550	897.550	897.550	0	897.550	0	Não

Notas:

1 – Conforme seção IV.4. Previsão de Agregado Fiscal para Investimentos em Andamento do PLDO 2026, a proporção de investimentos em andamento considera apenas os projetos do Poder Executivo. A identificação dos localizadores “em andamento” observa os critérios estabelecidos no § 1º do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2026.

2 - As informações referentes ao “Custo Total Estimado”, “Data de Início” e “Data de Término” dos localizadores são oriundas de dados extraídos do Cadastro de Ações Orçamentárias. Já os dados relativos à “Execução até 31/05/2025” e “Projeção Submódulo Projetos de Investimentos” foram obtidos a partir da captação efetuada no submódulo “Projetos de Investimento”. Os relativos à “Projeção Orçamento de Médio Prazo” foram obtidos a partir da captação realizada no submódulo “Marco Orçamentário de Médio do Prazo – MOMP”, todos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

3 – No submódulo “Projetos de Investimento” é facultado ao órgão setorial o cadastramento de mais de um “projeto de investimento” para um mesmo localizador. Esses localizadores estão identificados na Tabela 1 com o símbolo "*". Para estes casos, a execução financeira é apurada a partir da soma dos valores constantes do campo “Valor Pago Total” de cada “projeto de investimento” cadastrado. Para o “percentual de execução física” considerou-se a maior execução física dentre os “projetos de investimento” associados ao localizador.

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025								
Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
26000 - Ministério da Educação	*15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0026 - No Estado de Pernambuco	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4252 - Fernando Dueire	202542520016
26000 - Ministério da Educação	*15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0026 - No Estado de Pernambuco	2.000.000	2.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4278 - Teresa Leitão	202542780016
26000 - Ministério da Educação	*15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0035 - No Estado de São Paulo	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4405 - Kiko Celeguim	202544050020
26000 - Ministério da Educação	*15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4116 - Marcel Van Hattem	202541160006
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0052 - No Estado de Goiás	4.000.000	4.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4083 - Vanderlan Cardoso	202540830009
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	7005 - Construção e Aparelhamento do Campus de João Pessoa - No Estado da Paraíba	18.550.000	18.550.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7116 - Bancada da Paraíba	202571160008
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	7006 - Reforma e Requalificação do Teatro do Centro de Convenções da UFPE - No Município de Recife	7.550.000	7.550.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7118 - Bancada de Pernambuco	202571180007
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	7007 - Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Ceará	5.900.000	5.900.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7107 - Bancada do Ceara	202571070005
26000 - Ministério da Educação	15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	7008 - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Rio Grande do Norte	15.600.066	15.600.066	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	202571210002
26000 - Ministério da Educação	*15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0001 - Nacional	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4487 - Tião Medeiros	202544870008
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0023 - No Estado do Ceará	681.087	681.087	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3970 - Eduardo Bismarck	202539700005
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0026 - No Estado de Pernambuco	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4252 - Fernando Dueire	202542520017
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0026 - No Estado de Pernambuco	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4278 - Teresa Leitão	202542780003
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0031 - No Estado de Minas Gerais	1.700.000	900.000	800.000	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3976 - Emidinho Madeira	202539760001
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0042 - No Estado de Santa Catarina	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2210 - Esperidião Amin	202522100003
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0042 - No Estado de Santa Catarina	3.300.000	3.300.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4301 - Ana Paula Lima	202543010003

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025								
Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0052 - No Estado de Goiás	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2833 - Flávia Morais	202528330005
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0052 - No Estado de Goiás	4.000.000	4.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4083 - Vanderlan Cardoso	202540830008
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0052 - No Estado de Goiás	300.000	300.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4336 - Daniel Agrobom	202543360008
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	7010 - Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Ceará	3.950.000	3.950.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7107 - Bancada do Ceara	202571070006
26000 - Ministério da Educação	15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	7011 - Equipamentos e Materiais Permanentes dos IFS - No Estado do Rio Grande do Sul	27.100.000	27.100.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7122 - Bancada do Rio Grande do Sul	202571220005
26000 - Ministério da Educação	*7XE1 - Reconstrução e Modernização do Museu Nacional	0033 - No Estado do Rio de Janeiro	3.000.000	3.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7120 - Bancada do Rio de Janeiro	202571200009
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	300.000	300.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1246 - Júlio Cesar	202512460004
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	250.000	250.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1339 - Daniel Almeida	202513390014
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	350.000	350.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2711 - Aguinaldo Ribeiro	202527110010
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3530 - Damião Feliciano	202535300009
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3827 - Flávio Nogueira	202538270003
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	100.000	100.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4031 - Leur Lomanto Júnior	202540310005
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	800.000	800.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4091 - Zenaide Maia	202540910007
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	150.000	150.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4141 - Daniella Ribeiro	202541410002
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4183 - Marcelo Castro	202541830004
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4186 - Eduardo Gomes	202541860015

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025

Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4309 - Átila Lira	202543090001
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4317 - Cabo Gilberto Silva	202543170013
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4321 - Castro Neto	202543210006
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4353 - Denise Pessoa	202543530015
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	250.000	250.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4361 - Dr. Francisco	202543610016
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4398 - Jadyel Alencar	202543980003
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	150.000	150.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4436 - Murilo Galdino	202544360007
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	350.000	350.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4443 - Paulinho Freire	202544430002
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	350.000	350.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4465 - Robinson Faria	202544650006
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0001 - Nacional	350.000	350.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4474 - Sargento Gonçalves	202544740011
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0016 - No Estado do Amapá	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4310 - Augusto Puppio	202543100009
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0017 - No Estado do Tocantins	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3775 - Vicentinho Júnior	202537750002
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0017 - No Estado do Tocantins	300.000	300.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4375 - Filipe Martins	202543750008
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	350.022	350.022	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3994 - General Girão	202539940002
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0025 - No Estado da Paraíba	130.000	130.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1277 - Wellington Roberto	202512770008
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0025 - No Estado da Paraíba	250.000	250.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4270 - Efraim Filho	202542700016

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025

Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0041 - No Estado do Paraná	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3771 - Toninho Wandscheer	202537710004
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4308 - Any Ortiz	202543080007
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0052 - No Estado de Goiás	250.000	250.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4336 - Daniel Agrobom	202543360009
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	*154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0053 - No Distrito Federal	4.000.000	4.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4268 - Damares Alves	202542680011
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	0466 - No Município de Guaraí - TO	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4305 - Antônio Andrade	202543050002
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	154T - Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF	7029 - CONSTRUÇÃO/REFORMA DA SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DA PRF DO CEARÁ - No Estado do Ceará	5.400.000	5.400.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7107 - Bancada do Ceara	202571070009
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0012 - No Estado do Acre	200.000	200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4394 - Alan Rick	202543940016
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0014 - No Estado de Roraima	700.000	700.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4093 - Mecias de Jesus	202540930007
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0014 - No Estado de Roraima	2.000.000	2.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4269 - Dr. Hiran	202542690004
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0014 - No Estado de Roraima	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4498 - Gabriel Mota	202544980001
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0017 - No Estado do Tocantins	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4186 - Eduardo Gomes	202541860014
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0017 - No Estado do Tocantins	300.000	300.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4294 - Alexandre Guimarães	202542940001
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0022 - No Estado do Piauí	350.000	350.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3827 - Flávio Nogueira	202538270006
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0022 - No Estado do Piauí	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4183 - Marcelo Castro	202541830006
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0022 - No Estado do Piauí	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4376 - Florentino Neto	202543760001
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0022 - No Estado do Piauí	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4403 - Júlio Arcoverde	202544030005

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025								
Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0025 - No Estado da Paraíba	300.000	300.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4088 - Veneziano Vital do Rêgo	202540880013
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1445 - Geraldo Resende	202514450009
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1451 - Vander Loubet	202514510012
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2170 - Dagoberto Nogueira	202521700005
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3918 - Beto Pereira	202539180010
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4086 - Soraya Thronicke	202540860004
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	15F9 - Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4279 - Tereza Cristina	202542790004
39000 - Ministério dos Transportes	*10JQ - Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina	12.500.000	12.500.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7126 - Bancada de Santa Catarina	202571260011
39000 - Ministério dos Transportes	*13X5 - Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA	0638 - No Município de Imperatriz - MA	1.000.000	1.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7111 - Bancada do Maranhão	202571110010
39000 - Ministério dos Transportes	163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	7005 - Trecho Divisa SP/MS - Fronteira Brasil/Bolívia - na BR-262/MS	60.000.000	60.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	202571130011
39000 - Ministério dos Transportes	163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	7006 - Trecho Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC	12.500.000	12.500.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7126 - Bancada de Santa Catarina	202571260008
39000 - Ministério dos Transportes	163X - Construção de Ponte sobre o Rio Paranaíba em Itumbiara/GO e seus Acessos - na BR 153/GO/MG	0052 - No Estado de Goiás	4.500.000	4.500.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7110 - Bancada de Goiás	202571100008
39000 - Ministério dos Transportes	*7530 - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina	12.500.000	12.500.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7126 - Bancada de Santa Catarina	202571260010
39000 - Ministério dos Transportes	*7K23 - Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR	0041 - No Estado do Paraná	800.000	800.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7117 - Bancada do Paraná	202571170004
39000 - Ministério dos Transportes	*7M91 - Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR	0041 - No Estado do Paraná	800.000	800.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7117 - Bancada do Paraná	202571170008
39000 - Ministério dos Transportes	*7R82 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO	0052 - No Estado de Goiás	3.000.000	3.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7110 - Bancada de Goiás	202571100009

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025								
Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
39000 - Ministério dos Transportes	*7S57 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS	0054 - No Estado de Mato Grosso do Sul	20.000.000	20.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	202571130010
39000 - Ministério dos Transportes	*7U06 - Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES	0032 - No Estado do Espírito Santo	52.888.966	52.888.966	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7109 - Bancada do Espírito Santo	202571090007
39000 - Ministério dos Transportes	*7V83 - Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC	0012 - No Estado do Acre	3.000.000	3.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7102 - Bancada do Acre	202571020011
39000 - Ministério dos Transportes	*7W84 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - na BR-135/MA	0021 - No Estado do Maranhão	1.000.000	1.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7111 - Bancada do Maranhão	202571110008
39000 - Ministério dos Transportes	*7X34 - Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS	5275 - No Município de Três Lagoas - MS	25.000.000	25.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	202571130009
39000 - Ministério dos Transportes	*7XJ5 - Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC	0042 - No Estado de Santa Catarina	12.500.000	12.500.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7126 - Bancada de Santa Catarina	202571260009
39000 - Ministério dos Transportes	7XJ7 - Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - Na BR-116/BA	0029 - No Estado da Bahia	1.700.000	1.700.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7106 - Bancada da Bahia	202571060010
39000 - Ministério dos Transportes	*7XM6 - Adequação de Travessia Urbana em Ijuí - Na BR-285/RS	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	13.859.913	13.859.913	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7122 - Bancada do Rio Grande do Sul	202571220011
39000 - Ministério dos Transportes	*7XT1 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - na BR-080/DF	0053 - No Distrito Federal	11.000.000	11.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7108 - Bancada do Distrito Federal	202571080001
39000 - Ministério dos Transportes	*7XZ5 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-424/AL-101 - Divisa AL/SE - na BR-349/AL	0027 - No Estado de Alagoas	16.574.138	16.574.138	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7103 - Bancada de Alagoas	202571030006
39000 - Ministério dos Transportes	7XZ7 - Construção de Trecho Rodoviário - Lajes - Cerro Corá - na BR-104/RN	0024 - No Estado do Rio Grande do Norte	15.000.000	15.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7121 - Bancada do Rio Grande do Norte	202571210003
39000 - Ministério dos Transportes	7Y07 - Construção de Trecho Rodoviário - Juazeiro do Piauí - Altos - na BR-226/PI	0022 - No Estado do Piauí	2.000.000	2.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4496 - Jussara Lima	202544960003
52000 - Ministério da Defesa	14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	0041 - No Estado do Paraná	800.000	800.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7117 - Bancada do Paraná	202571170005
52000 - Ministério da Defesa	156M - Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	7003 - Obra para Implantação do Parque Urbano de Rio Branco - No Município de Rio Branco - AC	16.000.000	16.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7102 - Bancada do Acre	202571020009
52000 - Ministério da Defesa	162O - Implantação da Escola de Sargentos do Exército	0026 - No Estado de Pernambuco	18.887.920	14.657.920	4.230.000	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7118 - Bancada de Pernambuco	202571180009
52000 - Ministério da Defesa	7XM8 - Implantação de Aeródromo em Santa Rosa do Purus/AC	0168 - No Município de Santa Rosa do Purus - AC	5.080.877	5.080.877	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7102 - Bancada do Acre	202571020010

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025								
Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	109J - Construção de Adutoras	7000 - Construção de Adutora - Bom Jesus da Lapa - Adutora da Fé - No Estado da Bahia	1.200.000	1.200.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7106 - Bancada da Bahia	202571060003
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0012 - No Estado do Acre	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2914 - Sérgio Petecão	202529140020
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0013 - No Estado do Amazonas	16.575.985	16.575.985	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1619 - Átila Lins	202516190004
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0014 - No Estado de Roraima	2.500.000	2.500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4441 - Pastor Diniz	202544410004
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0016 - No Estado do Amapá	1.200.000	1.200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2676 - Vinicius Gurgel	202526760006
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0016 - No Estado do Amapá	850.000	850.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4358 - Dorinaldo Malafaia	202543580004
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0017 - No Estado do Tocantins	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3775 - Vicentinho Júnior	202537750010
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0211 - No Município de Manaus - AM	6.000.000	6.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3496 - Silas Câmara	202534960002
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	0238 - No Município de Boa Vista - RR	96.161.754	96.161.754	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7124 - Bancada de Roraima	202571240005
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7232 - Construção de Orla - No Município de Cruzeiro do Sul - AC	30.000.000	30.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7102 - Bancada do Acre	202571020001
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7233 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Acre	110.811.754	110.811.754	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7102 - Bancada do Acre	202571020005
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7234 - Econúcleos da Defensoria Pública - No Estado do Tocantins	800.000	800.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2429 - Lázaro Botelho	202524290007
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7235 - Construção de Parque Urbano Multiuso - No Município de Dourados - MS	40.000.000	40.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	202571130003
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7236 - Construção de Quadras Poliesportivas - No Município de Boa Vista - RR	6.000.000	6.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7124 - Bancada de Roraima	202571240010
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	*166K - Implantação dos Diques da Baixada Maranhense	0021 - No Estado do Maranhão	7.851.888	7.851.888	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7111 - Bancada do Maranhão	202571110009
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1851 - Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto	0026 - No Estado de Pernambuco	2.500.000	2.500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3813 - Fernando Monteiro	202538130013

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025								
Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1851 - Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto	0026 - No Estado de Pernambuco	720.000	720.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4488 - Waldemar Oliveira	202544880001
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1851 - Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto	0053 - No Distrito Federal	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4082 - Leila Barros	202540820017
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7Y09 - Construção da Barragem de Igarapeba/PE	0026 - No Estado de Pernambuco	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4414 - Lula da Fonte	202544140006
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7Y10 - Construção da Adutora de Negreiros/PE	0026 - No Estado de Pernambuco	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4414 - Lula da Fonte	202544140007
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7Y11 - Construção da Barragem de Barra de Guabiraba/PE	0026 - No Estado de Pernambuco	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4414 - Lula da Fonte	202544140008
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7Y12 - Construção da Barragem de Gatos/PE	0026 - No Estado de Pernambuco	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4414 - Lula da Fonte	202544140009
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7Y13 - Construção da Barragem de Panelas II/PE	0026 - No Estado de Pernambuco	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4414 - Lula da Fonte	202544140010
54000 - Ministério do Turismo	*10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0001 - Nacional	3.000.985	3.000.985	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2818 - Tiririca	202528180003
54000 - Ministério do Turismo	*10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0001 - Nacional	500.000.000	500.000.000	-	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	5007 - Com. Turismo	202550070001
54000 - Ministério do Turismo	*10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0001 - Nacional	400.000.000	400.000.000	-	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	6011 - Com. Desenv Regional e Turismo	202560110002
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0021 - No Estado do Maranhão	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4298 - Amanda Gentil	202542980004
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0023 - No Estado do Ceará	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2083 - André Figueiredo	202520830013
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0023 - No Estado do Ceará	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4138 - Eduardo Girão	202541380015
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0026 - No Estado de Pernambuco	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4252 - Fernando Dueire	202542520015
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0028 - No Estado de Sergipe	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4274 - Laércio Oliveira	202542740013
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0029 - No Estado da Bahia	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4408 - Leo Prates	202544080004

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025								
Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0032 - No Estado do Espírito Santo	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4180 - Fabiano Contarato	202541800012
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0033 - No Estado do Rio de Janeiro	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3268 - Laura Carneiro	202532680018
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0035 - No Estado de São Paulo	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3899 - Adriana Ventura	202538990001
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0035 - No Estado de São Paulo	1.200.000	1.200.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4265 - Astronauta Marcos Pontes	202542650013
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0035 - No Estado de São Paulo	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4479 - Simone Marquette	202544790001
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0041 - No Estado do Paraná	2.500.000	2.500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2874 - Luiz Nishimori	202528740003
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0041 - No Estado do Paraná	400.000	400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3702 - Leandre	202537020003
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0041 - No Estado do Paraná	1.000	1.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3982 - Felipe Francischini	202539820009
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0041 - No Estado do Paraná	8.004.985	8.004.985	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4440 - Padovani	202544400006
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0041 - No Estado do Paraná	1.000	1.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4542 - Newton Bonin	202545420010
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	3.400.000	3.400.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2023 - Paulo Paim	202520230012
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0043 - No Estado do Rio Grande do Sul	6.907.187	6.907.187	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4116 - Marcel Van Hattem	202541160005
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	0643 - No Município de Jenipapo dos Vieiras - MA	2.000.000	2.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4084 - Weverton	202540840002
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	1795 - No Município de Maceió - AL	30.000.000	30.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7103 - Bancada de Alagoas	202571030009
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	3285 - No Município de Cabo Frio - RJ	10.000.000	10.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3765 - Soraya Santos	202537650001
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	5259 - No Município de Porto Murtinho - MS	1.000.000	1.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1451 - Vander Loubet	202514510006

Tabela 2 – Relação de Projetos, com GND 4, incluídos por Emendas Individuais, de Bancadas Estaduais e de Comissão na LOA 2025								
Órgão	Ação	Localizador	LOA 2025			Resultado Primário	Autor	Número da Emenda
			Total	GND 4	GND 3			
54000 - Ministério do Turismo	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	7363 - Revitalização do Porto de Corumbá - No Município de Corumbá - MS	30.000.000	30.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7113 - Bancada do Mato Grosso do Sul	202571130004
56000 - Ministério das Cidades	7Y06 - Reconstrução e Reabilitação de Sistema de Drenagem	7000 - Região Metropolitana de Goiânia - GO	31.500.000	31.500.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7110 - Bancada de Goiás	202571100004
63000 - Advocacia-Geral da União	*162I - Construção de Edifício-Sede da AGU em Fortaleza - CE	1048 - No Município de Fortaleza - CE	500.000	500.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2442 - José Guimarães	202524420020
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	127G - Construção de Terminais Fluviais	0404 - No Município de Oiapoque - AP	15.000.000	15.000.000	-	7 - Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual, considerada no cálculo do RP	7105 - Bancada do Amapá	202571050006
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	5071 - No Município de Santa Rosa - RS	300.000	300.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2863 - Giovani Cherini	202528630010
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União	5071 - No Município de Santa Rosa - RS	5.000.000	5.000.000	-	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	9048 - Osmar Terra	202590480004

Totais por tipo de emenda	
RP 6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais	
GND 3	800.001
GND 4	133.172.258
RP 7 Primária discricionária, decorrente de emendas de bancada estadual	
GND 3	4.230.000
GND 4	802.237.276
RP 8 Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN	
GND 4	900.000.000
Total Geral	1.840.439.535

Nota:

1 - As programações orçamentárias identificadas com "" foram incluídas pelo PLOA 2025 e tiveram dotações acrescidas por emendas à LOA 2025.

ANEXO X

Despesas de Conservação e Recuperação do Patrimônio da União

Art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal

Resumo

O art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece que a inclusão de novos projetos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais somente é permitida depois de adequadamente atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O parágrafo único do referido artigo dispõe ainda que o Poder Executivo de cada ente deverá encaminhar ao Legislativo, até a data do envio do PLDO, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do dispositivo, devendo esse relatório receber ampla divulgação.

Nesse sentido, desde o PLOA 2025, a Administração Pública vem envidando esforços para a identificação das despesas de conservação do patrimônio público no orçamento. Com vistas a dar efetividade ao comando legal, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 – PLDO 2026 inovou ao regulamentar e reforçar a regra do art. 45 da LRF, estabelecendo, em seu art. 20, que novos projetos só poderão ser incluídos se tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas de conservação e recuperação do patrimônio da União sob responsabilidade do órgão. Ademais, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 45 da LRF, foi incluída no Anexo IV do PLDO 2026 a relação das ações orçamentárias que, no PLOA 2025, abrigaram despesas de conservação, conforme indicação dos órgãos. Tal medida buscou assegurar maior transparência, ampla divulgação e a disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento da aplicação da regra. Porém, como informado no Anexo IV do PLDO 2026, a identificação foi atualizada durante a elaboração do PLOA 2026, ocasião em que se promove, anualmente, a revisão das programações orçamentárias.

Para o PLOA 2026, buscou-se aprimorar a conceituação das despesas de conservação e recuperação do patrimônio no Manual Técnico de Orçamento – MTO 2026. Além disso, o processo de identificação dessas despesas também evoluiu com a utilização da funcionalidade dos marcadores qualitativos, ferramenta que entrou em operação no PLOA 2026. Tal funcionalidade permite a “etiquetagem” gerencial das programações orçamentárias, de maneira descentralizada, com a participação das unidades orçamentárias e dos órgãos setoriais diretamente no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Destaca-se que as marcações são realizadas em nível de Plano Orçamentário (PO).

Conforme se observa na seção 6.3.2 do MTO 2026, orientou-se que as despesas de conservação e recuperação do patrimônio fossem destacadas em, no mínimo, Planos Orçamentários (POs) específicos, de maneira a viabilizar a sua identificação. Durante a fase qualitativa do PLOA 2026, os órgãos setoriais e as unidades orçamentárias foram responsáveis por revisar e atualizar as marcações nos Planos Orçamentários (POs), diretamente no SIOP, a partir de referências utilizadas no PLOA anterior. Por estarem mais próximos da execução das despesas, esses atores detêm maior conhecimento sobre a sua natureza, assegurando maior precisão e transparência no processo de identificação.

Este Anexo apresenta as dotações previstas no PLOA 2026 para as despesas de conservação e recuperação do patrimônio da União, de acordo com a **identificação realizada pelos órgãos**. Destaca-se que **nem todas as ações orçamentárias listadas são dedicadas exclusivamente a tais despesas, de maneira que os valores exibidos podem não representar as suas dotações totais**.

O presente Anexo também inclui as previsões das despesas de conservação e recuperação para os exercícios de 2027, 2028 e 2029, conforme as propostas setoriais apresentadas para compor o Marco Orçamentário de Médio Prazo – MOMP de que trata o Anexo VIII deste PLOA 2026.

Por fim, ressalta-se que a identificação das despesas de conservação e recuperação constitui um procedimento novo, ainda em ciclo inicial de maturação. Os resultados apresentados, portanto, podem não refletir com precisão a totalidade da previsão orçamentária destinada a esses gastos. Ainda assim, entende-se que a consolidação das informações já representa um avanço relevante, pois contribui para dar maior visibilidade ao tema e oferece subsídios ao debate sobre a adequada alocação de recursos. Espera-se, assim, que esse esforço de identificação seja continuamente aprimorado nos próximos ciclos, permitindo maior precisão e transparência na mensuração dessas despesas.

ANEXO X
Despesas de Conservação e Recuperação do Patrimônio da União
Art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal

Despesas de Conservação e Recuperação - PLOA e Projeções				Valor (R\$ 1,00)
Quadro Síntese				
Órgão / Programa / Ação	PLOA 2026	Projeção 2027	Projeção 2028	Projeção 2029
01000 - Câmara dos Deputados	1.407.259.650	1.502.305.898	1.590.626.808	1.656.997.477
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	1.407.259.650	1.502.305.898	1.590.626.808	1.656.997.477
12F2 - Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais	12.000.000	54.000.000	54.000.000	5.000.000
4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	1.395.259.650	1.448.305.898	1.536.626.808	1.651.997.477
02000 - Senado Federal	112.165.322	84.921.934	84.008.905	83.070.831
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	112.165.322	84.921.934	84.008.905	83.070.831
4061 - Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	112.165.322	84.921.934	84.008.905	83.070.831
03000 - Tribunal de Contas da União	25.525.412	26.656.188	27.722.436	28.775.888
0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	25.525.412	26.656.188	27.722.436	28.775.888
4018 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	25.525.412	26.656.188	27.722.436	28.775.888
10000 - Supremo Tribunal Federal	24.150.439	24.167.963	27.381.062	30.548.877
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	24.150.439	24.167.963	27.381.062	30.548.877
6359 - Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	24.150.439	24.167.963	27.381.062	30.548.877
11000 - Superior Tribunal de Justiça	22.576.106	26.987.862	31.586.389	34.928.976
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	22.576.106	26.987.862	31.586.389	34.928.976
4236 - Apreciação e Julgamento de Causas	22.576.106	26.987.862	31.586.389	34.928.976
12000 - Justiça Federal	89.979.027	17.005.767	54.803.022	150.563.601
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	89.979.027	17.005.767	54.803.022	150.563.601
219Z - Conservação e Recuperação do Patrimônio da União	89.979.027	17.005.767	54.803.022	150.563.601
13000 - Justiça Militar da União	11.772.836	34.271.987	38.611.526	47.118.607
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	11.772.836	34.271.987	38.611.526	47.118.607
4225 - Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União	11.772.836	34.271.987	38.611.526	47.118.607
14000 - Justiça Eleitoral	273.671.222	559.772.167	577.650.266	588.885.788
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	273.671.222	559.772.167	577.650.266	588.885.788
20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	177.271.059	164.715.997	178.972.456	186.448.353
4269 - Pleitos Eleitorais	96.400.163	395.056.170	398.677.810	402.437.435
15000 - Justiça do Trabalho	142.389.653	-	-	-
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	142.389.653	-	-	-
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	142.389.653	-	-	-
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	258.491.831	184.949.689	152.472.470	84.144.515
0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	258.491.831	184.949.689	152.472.470	84.144.515
4234 - Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	258.491.831	184.949.689	152.472.470	84.144.515
20000 - Presidência da República	2.100.000	2.100.000	2.100.000	2.100.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.100.000	2.100.000	2.100.000	2.100.000
2000 - Administração da Unidade	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000
21FY - Modernização do Edifício Sede da ABIN	700.000	700.000	700.000	700.000
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	34.210.331	36.815.282	42.132.585	46.664.334
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	28.997.916	33.893.655	38.771.963	42.941.735
2000 - Administração da Unidade	28.997.916	33.893.655	38.771.963	42.941.735
2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SINCTI	2.512.415	2.921.627	3.360.622	3.722.599
20UO - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST	212.415	247.012	284.128	314.731
20UR - Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA	1.000.000	1.162.876	1.337.606	1.481.682
4125 - Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação sobre a Bio, Geo e Sociodiversidade da Amazônia no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG	1.300.000	1.511.739	1.738.888	1.926.186
2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	2.700.000	-	-	-
6432 - Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores	2.700.000	-	-	-
25000 - Ministério da Fazenda	70.150.000	70.150.000	70.150.000	70.150.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	70.150.000	70.150.000	70.150.000	70.150.000
2000 - Administração da Unidade	2.150.000	2.150.000	2.150.000	2.150.000
2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	68.000.000	68.000.000	68.000.000	68.000.000
26000 - Ministério da Educação	240.089.328	241.026.390	298.877.689	379.101.867
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26.172.379	26.274.529	32.580.957	41.326.275
2000 - Administração da Unidade	26.172.379	26.274.529	32.580.957	41.326.275
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1.664.461	1.670.959	2.072.023	2.628.190
20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	88.461	88.807	110.122	139.680
21CO - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	1.576.000	1.582.152	1.961.901	2.488.510
5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	28.890.044	29.002.801	35.964.072	45.617.481
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.746.500	1.753.318	2.174.152	2.757.734
20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	27.143.544	27.249.483	33.789.920	42.859.747
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	183.362.444	184.078.101	228.260.637	289.529.921
20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	149.381.861	149.964.896	185.959.558	235.874.468
21GK - Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional	500.000	501.951	622.430	789.501
4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino	20.530.800	20.610.931	25.557.979	32.418.203
8282 - Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12.949.783	13.000.323	16.120.670	20.447.749

ANEXO X

Despesas de Conservação e Recuperação do Patrimônio da União

Art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal

Órgão / Programa / Ação	PLOA 2026	Projeção 2027	Projeção 2028	Projeção 2029
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
2000 - Administração da Unidade	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
29000 - Defensoria Pública da União	1.668.895	1.778.871	1.882.784	1.970.473
0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	1.668.895	1.778.871	1.882.784	1.970.473
2725 - Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	1.668.895	1.778.871	1.882.784	1.970.473
32000 - Ministério de Minas e Energia	55.701.354	55.531.354	55.639.354	56.498.354
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	51.450.000	51.280.000	51.388.000	52.247.000
2000 - Administração da Unidade	51.450.000	51.280.000	51.388.000	52.247.000
2306 - Política Nuclear	4.251.354	4.251.354	4.251.354	4.251.354
20V1 - Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia	4.251.354	4.251.354	4.251.354	4.251.354
34000 - Ministério Público da União	7.920.836	8.540.799	9.080.656	9.410.386
0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	7.920.836	8.540.799	9.080.656	9.410.386
20HP - Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	1.000	1.000	1.000	1.000
4261 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	2.652.700	2.827.507	2.992.675	3.132.057
4263 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	1.830.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
4264 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal	3.437.136	3.712.292	4.086.981	4.277.329
35000 - Ministério das Relações Exteriores	28.950.000	28.950.000	28.950.000	28.950.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.250.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000
2000 - Administração da Unidade	1.250.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000
2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior	27.700.000	27.700.000	27.700.000	27.700.000
20WW - Relações e Negociações Bilaterais	26.500.000	26.500.000	26.500.000	26.500.000
20WX - Relações e Negociações Multilaterais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000
37000 - Controladoria-Geral da União	1.600.000	1.600.000	1.600.000	1.600.000
4104 - Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	1.600.000	1.600.000	1.600.000	1.600.000
2D58 - Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	1.600.000	1.600.000	1.600.000	1.600.000
39000 - Ministério dos Transportes	8.221.898.187	8.221.898.187	8.221.898.187	8.221.898.187
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
869V - Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
3106 - Transporte Rodoviário	8.201.898.187	8.201.898.187	8.201.898.187	8.201.898.187
163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	8.201.898.187	8.201.898.187	8.201.898.187	8.201.898.187
40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	6.045.420	6.045.420	6.045.420	6.045.420
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.045.420	6.045.420	6.045.420	6.045.420
2000 - Administração da Unidade	6.045.420	6.045.420	6.045.420	6.045.420
41000 - Ministério das Comunicações	15.824.445	16.452.991	17.113.594	17.807.887
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	15.824.445	16.452.991	17.113.594	17.807.887
2000 - Administração da Unidade	15.824.445	16.452.991	17.113.594	17.807.887
42000 - Ministério da Cultura	505.590.740	511.130.039	512.894.864	514.747.180
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	145.098.551	145.098.551	145.098.551	145.098.551
2000 - Administração da Unidade	145.098.551	145.098.551	145.098.551	145.098.551
5125 - Direito à Cultura	360.492.189	366.031.488	367.796.313	369.648.629
211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	163.492.189	169.031.488	170.796.313	172.648.629
5538 - Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados	197.000.000	197.000.000	197.000.000	197.000.000
44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	6.560.000	6.560.000	6.560.000	6.560.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
2000 - Administração da Unidade	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndio	560.000	560.000	560.000	560.000
219K - Gestão da Coleção Viva, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	560.000	560.000	560.000	560.000
46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	1.925.000	1.925.000	1.925.000	1.925.000
2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento	1.925.000	1.925.000	1.925.000	1.925.000
20U4 - Governança do Patrimônio Imobiliário da União	1.800.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000
2810 - Promoção do Acesso ao Patrimônio Arquivístico	125.000	125.000	125.000	125.000
47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	14.481.106	14.481.106	14.481.106	14.481.106
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	14.481.106	14.481.106	14.481.106	14.481.106
2000 - Administração da Unidade	14.481.106	14.481.106	14.481.106	14.481.106
52000 - Ministério da Defesa	166.712.443	166.898.036	167.105.486	167.320.473
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	100.788.937	100.974.530	101.181.980	101.396.967
2000 - Administração da Unidade	37.961.000	38.148.960	38.356.410	38.571.397
219Z - Conservação e Recuperação do Patrimônio da União	14.877.000	14.877.000	14.877.000	14.877.000
21D0 - Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares	47.950.937	47.948.570	47.948.570	47.948.570
6112 - Defesa Nacional	65.923.506	65.923.506	65.923.506	65.923.506
219D - Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares	51.819.087	51.819.087	51.819.087	51.819.087
21BK - Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	14.104.419	14.104.419	14.104.419	14.104.419
54000 - Ministério do Turismo	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
2000 - Administração da Unidade	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000

ANEXO X

Despesas de Conservação e Recuperação do Patrimônio da União

Art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal

Órgão / Programa / Ação	PLOA 2026	Projeção 2027	Projeção 2028	Projeção 2029
55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	258.076.704	258.076.704	258.076.704	258.076.704
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	258.076.704	258.076.704	258.076.704	258.076.704
2000 - Administração da Unidade	258.076.704	258.076.704	258.076.704	258.076.704
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	30.000	30.930	31.858	32.814
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	30.000	30.930	31.858	32.814
2000 - Administração da Unidade	30.000	30.930	31.858	32.814
63000 - Advocacia-Geral da União	15.000	15.000	15.000	15.000
4105 - Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas	15.000	15.000	15.000	15.000
2674 - Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	15.000	15.000	15.000	15.000
65000 - Ministério das Mulheres	200.000	200.000	200.000	200.000
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	200.000	200.000	200.000	200.000
2000 - Administração da Unidade	200.000	200.000	200.000	200.000
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	173.593.766	173.593.766	173.593.766	173.593.766
3105 - Portos e Transporte Aquaviário	173.593.766	173.593.766	173.593.766	173.593.766
2116 - Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias	173.593.766	173.593.766	173.593.766	173.593.766
83000 - Banco Central do Brasil	51.588.800	51.588.800	51.588.800	51.588.800
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	51.588.800	51.588.800	51.588.800	51.588.800
2000 - Administração da Unidade	51.588.800	51.588.800	51.588.800	51.588.800
84000 - Ministério dos Povos Indígenas	129.851.464	129.851.464	129.851.464	129.851.464
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	129.851.464	129.851.464	129.851.464	129.851.464
2000 - Administração da Unidade	129.851.464	129.851.464	129.851.464	129.851.464
Total Geral	12.369.265.317	12.472.779.594	12.663.157.201	12.872.123.775

II - QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

1 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA E DA DESPESA

Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo Categorias Econômicas

Quadro 1A - Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

R\$ 1,00

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.674.432.266.224	Despesas Correntes	1.809.931.861.904
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	1.250.149.034.154	Pessoal e Encargos Sociais	304.205.092.136
Contribuições (1)	119.085.101.546	Juros e Encargos da Dívida	643.939.797.050
Receita Patrimonial (1)	206.805.352.266	Outras Despesas Correntes	861.786.972.718
Receita Agropecuária (1)	24.458.906		
Receita Industrial (1)	23.177.602.425		
Receita de Serviços (1)	40.170.368.153		
Transferências Correntes (1)	130.441.789		
Outras Receitas Correntes (1)	34.889.906.985		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	102.459.425		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)	3.559.917		
Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)	4.641.536		
Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)	6.330.651		
Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)	18.027.243		
Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)	20.503.435		
Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)	49.396.643		
		Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal	135.397.136.255
Total	1.674.534.725.649	Total	1.809.931.861.904
Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal	135.397.136.255		
Receitas de Capital	3.060.569.394.104	Despesas de Capital	2.491.543.838.438
Operações de Crédito (2)	2.817.907.271.151	Investimentos	42.688.196.816
Alienação de Bens (2)	31.193.231.636	Inversões Financeiras	228.344.225.201
Amortização de Empréstimos (2)	40.962.151.250	Amortização da Dívida	2.220.511.416.421
Transferências de Capital (2)	128.786.853	Reserva de Contingência	56.748.900.743
Outras Receitas de Capital (2)	170.377.953.214	Outras	23.195.806.245
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-376.879.518.668	Reserva de Contingência	33.553.094.498
Total	2.683.689.875.436	Total	2.683.689.875.436

Resumo

Receitas Correntes	1.674.432.266.224	Despesas Correntes	1.809.931.861.904
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	102.459.425	Despesas de Capital	2.491.543.838.438
Receitas de Capital	3.060.569.394.104	Reservas	56.748.900.743
Receitas de Capital - Op. Intraorçamentárias	0		
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-376.879.518.668		
Total	4.358.224.601.085	Total	4.358.224.601.085

OBSERVAÇÕES:
(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):
Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Quadro 1B - Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.571.974.936.018	Despesas Correntes	1.940.568.869.111
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	659.245.085	Pessoal e Encargos Sociais	185.339.312.784
Contribuições (1)	1.528.945.825.772	Outras Despesas Correntes	1.755.229.556.327
Receita Patrimonial (1)	14.416.734.251		
Receita Industrial (1)	1.016.917		
Receita de Serviços (1)	24.553.958.347		
Transferências Correntes (1)	7.756.050		
Outras Receitas Correntes (1)	3.390.399.596		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	25.068.594.615		
Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)	24.951.326.573		
Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)	85.758		
Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)	117.182.284		
		Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	343.525.338.478
Total	1.597.043.530.633	Total	1.940.568.869.111
Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	343.525.338.478		
Receitas de Capital	8.305.926	Despesas de Capital	12.875.731.905
Alienação de Bens (2)	8.305.926	Investimentos	12.622.231.905
Transferência do Orçamento Fiscal	376.879.518.668	Inversões Financeiras	253.500.000
		Reserva de Contingência	20.486.754.211
		Outras	20.486.754.211
Total	376.887.824.594	Total	376.887.824.594

Resumo

Receitas Correntes	1.571.974.936.018	Despesas Correntes	1.940.568.869.111
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	25.068.594.615	Despesas de Capital	12.875.731.905
Receitas de Capital	8.305.926	Reservas	20.486.754.211
Transferência do Orçamento Fiscal	376.879.518.668		
Total	1.973.931.355.227	Total	1.973.931.355.227

OBSERVAÇÕES:
(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

- Receitas Correntes:
- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
 - Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
 - Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
 - Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
 - Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
 - Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
 - Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
 - Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"
- Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias
- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
 - Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
 - Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
 - Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
 - Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
 - Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
 - Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
 - Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"
- Receitas de Capital:
- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
 - Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
 - Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
 - Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
 - Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".
- Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias
- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
 - Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
 - Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
 - Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
 - Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Quadro 1C - Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso I

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	3.246.407.202.242	Despesas Correntes	3.750.500.731.015
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)</i>	1.250.808.279.239	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	489.544.404.920
<i>Contribuições (1)</i>	1.648.030.927.318	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	643.939.797.050
<i>Receita Patrimonial (1)</i>	221.222.086.517	<i>Outras Despesas Correntes</i>	2.617.016.529.045
<i>Receita Agropecuária (1)</i>	24.458.906		
<i>Receita Industrial (1)</i>	23.178.619.342		
<i>Receita de Serviços (1)</i>	64.724.326.500		
<i>Transferências Correntes (1)</i>	138.197.839		
<i>Outras Receitas Correntes (1)</i>	38.280.306.581		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	25.171.054.040		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	3.559.917		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	24.955.968.109		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	6.330.651		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	18.027.243		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	20.589.193		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)</i>	166.578.927		
		Déficit do Orçamento Corrente	478.922.474.733
Total	3.271.578.256.282	Total	3.750.500.731.015
Déficit do Orçamento Corrente	478.922.474.733		
Receitas de Capital	3.060.577.700.030	Despesas de Capital	2.504.419.570.343
<i>Operações de Crédito (2)</i>	2.817.907.271.151	<i>Investimentos</i>	55.310.428.721
<i>Alienação de Bens (2)</i>	31.201.537.562	<i>Inversões Financeiras</i>	228.597.725.201
<i>Amortização de Empréstimos (2)</i>	40.962.151.250	<i>Amortização da Dívida</i>	2.220.511.416.421
<i>Transferências de Capital (2)</i>	128.786.853	Reserva de Contingência	77.235.654.954
<i>Outras Receitas de Capital (2)</i>	170.377.953.214	<i>Outras</i>	43.682.560.456
		<i>Reserva de Contingência</i>	33.553.094.498
Total	3.060.577.700.030	Total	3.060.577.700.030

Resumo

Receitas Correntes	3.246.407.202.242	Despesas Correntes	3.750.500.731.015
Receitas Correntes - Op. Intraorçamentárias	25.171.054.040	Despesas de Capital	2.504.419.570.343
Receitas de Capital	3.060.577.700.030	Reservas	77.235.654.954
Receitas de Capital - Op. Intraorçamentárias	0		
Total	6.332.155.956.312	Total	6.332.155.956.312

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19"

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79"

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

2 - QUADROS CONSOLIDADOS DA RECEITA

Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadro 2 - Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso II

Recursos de Todas as Fontes

Código	Categoria Econômica e Origem	Fiscal	Seguridade	Total
	Receitas Correntes	1.674.432.266.224	1.571.974.936.018	3.246.407.202.242
1. 1. 0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	1.250.149.034.154	659.245.085	1.250.808.279.239
1. 2. 0.0.00.0.0	Contribuições (1)	119.085.101.546	1.528.945.825.772	1.648.030.927.318
1. 3. 0.0.00.0.0	Receita Patrimonial (1)	206.805.352.266	14.416.734.251	221.222.086.517
1. 4. 0.0.00.0.0	Receita Agropecuária (1)	24.458.906		24.458.906
1. 5. 0.0.00.0.0	Receita Industrial (1)	23.177.602.425	1.016.917	23.178.619.342
1. 6. 0.0.00.0.0	Receita de Serviços (1)	40.170.368.153	24.553.958.347	64.724.326.500
1. 7. 0.0.00.0.0	Transferências Correntes (1)	130.441.789	7.756.050	138.197.839
1. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes (1)	34.889.906.985	3.390.399.596	38.280.306.581
	Receitas de Capital	3.060.569.394.104	8.305.926	3.060.577.700.030
2. 1. 0.0.00.0.0	Operações de Crédito (2)	2.817.907.271.151		2.817.907.271.151
2. 2. 0.0.00.0.0	Alienação de Bens (2)	31.193.231.636	8.305.926	31.201.537.562
2. 3. 0.0.00.0.0	Amortização de Empréstimos (2)	40.962.151.250		40.962.151.250
2. 4. 0.0.00.0.0	Transferências de Capital (2)	128.786.853		128.786.853
2. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital (2)	170.377.953.214		170.377.953.214
	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	102.459.425	25.068.594.615	25.171.054.040
7. 1. 0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias (1)	3.559.917		3.559.917
7. 2. 0.0.00.0.0	Contribuições - Operações Intraorçamentárias (1)	4.641.536	24.951.326.573	24.955.968.109
7. 3. 0.0.00.0.0	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias (1)	6.330.651		6.330.651
7. 5. 0.0.00.0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias (1)	18.027.243		18.027.243
7. 6. 0.0.00.0.0	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias (1)	20.503.435	85.758	20.589.193
7. 9. 0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias (1)	49.396.643	117.182.284	166.578.927
Total		4.735.104.119.753	1.597.051.836.559	6.332.155.956.312

OBSERVAÇÕES:

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida Ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Dívida Ativa.

NOTA METODOLÓGICA (elaborada com base na codificação por Natureza de Receita - NR):

Receitas Correntes:

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "11";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "12";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "13";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "14";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "15";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "16";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "17"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "19".

Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: Códigos de NR iniciados por "71";
- Contribuições: Códigos de NR iniciados por "72";
- Patrimonial: Códigos de NR iniciados por "73";
- Agropecuária: Códigos de NR iniciados por "74";
- Industrial: Códigos de NR iniciados por "75";
- Serviços: Códigos de NR iniciados por "76";
- Transferências Correntes: Códigos de NR iniciados por "77"; e
- Outras Receitas Correntes: Códigos de NR iniciados por "79".

Receitas de Capital:

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "21";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "22";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "23";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "24"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "29".

Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias

- Operações de Crédito: Códigos de NR iniciados por "81";
- Alienação de Bens: Códigos de NR iniciados por "82";
- Amortização de Empréstimos: Códigos de NR iniciados por "83";
- Transferências de Capital: Códigos de NR iniciados por "84"; e
- Outras Receitas de Capital: Códigos de NR iniciados por "89".

Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
01.000	Camara dos Deputados	137.312.519
1050	Recursos Próprios Livres da UO	135.999.386
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.313.133
01.901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	137.312.519
1050	Recursos Próprios Livres da UO	135.999.386
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.598.897
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.130
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	102.605.274
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Legislativo - Principal	27.519.325
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	215.295
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	430.592
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	23.484
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	44.438
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	2.690.759
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	870.192
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.313.133
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.313.133
02.000	Senado Federal	23.242.371
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	5.119.944
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.855.726
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	266.701
02.101	Senado Federal	23.242.371
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	5.119.944
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	5.119.944
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.855.726
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	1.537.269
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Legislativo - Principal	11.714.724
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	2.532.340
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	435.905
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	743.604
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	891.884
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	266.701
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	266.701
03.000	Tribunal de Contas da União	36.089.262
1050	Recursos Próprios Livres da UO	36.089.262
03.101	Tribunal de Contas da União	36.089.262
1050	Recursos Próprios Livres da UO	36.089.262
1.3.6.1.01.1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Legislativo - Principal	10.770.803
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	25.318.459
10.000	Supremo Tribunal Federal	7.736.682
1050	Recursos Próprios Livres da UO	232.204
1052	Recursos Livres da UO	119.478
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.385.000
10.101	Supremo Tribunal Federal	7.736.682
1050	Recursos Próprios Livres da UO	232.204
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	232.204
1052	Recursos Livres da UO	119.478
1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	119.478
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.385.000
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	7.385.000
11.000	Superior Tribunal de Justiça	8.119.855
1050	Recursos Próprios Livres da UO	155.009
1052	Recursos Livres da UO	189.871
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.774.975
11.101	Superior Tribunal de Justiça	8.119.855
1050	Recursos Próprios Livres da UO	155.009
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	155.009
1052	Recursos Livres da UO	189.871
1.9.2.3.02.0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	189.871
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.774.975
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	7.774.975
12.000	Justiça Federal	219.322.298
1050	Recursos Próprios Livres da UO	9.322.298
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	210.000.000
12.101	Justiça Federal de Primeiro Grau	215.407.409

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.134.184
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	6.134.184
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	209.273.225
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	209.273.225
12.102	Tribunal Regional Federal da 1a. Região	188.710
1050	Recursos Próprios Livres da UO	188.710
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	188.710
12.103	Tribunal Regional Federal da 2a. Região	1.839.700
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.534.700
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	84.700
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.450.000
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	305.000
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	305.000
12.104	Tribunal Regional Federal da 3a. Região	1.604.130
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.182.355
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	347.355
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	835.000
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	421.775
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	421.775
12.105	Tribunal Regional Federal da 4a. Região	162.485
1050	Recursos Próprios Livres da UO	162.485
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	162.485
12.106	Tribunal Regional Federal da 5a. Região	119.864
1050	Recursos Próprios Livres da UO	119.864
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	119.864
13.000	Justiça Militar da União	240.672
1050	Recursos Próprios Livres da UO	240.672
13.101	Justiça Militar da União	240.672
1050	Recursos Próprios Livres da UO	240.672
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	20.824
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	219.848
14.000	Justiça Eleitoral	115.828.008
1052	Recursos Livres da UO	115.828.008
14.901	Fundo Partidário	115.828.008
1052	Recursos Livres da UO	115.828.008
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	80.935.075
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	536.686
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	29.391.583
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	4.964.664
15.000	Justiça do Trabalho	1.005.493.007
1050	Recursos Próprios Livres da UO	25.493.004
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	980.000.003
15.101	Tribunal Superior do Trabalho	450.296
1050	Recursos Próprios Livres da UO	450.296
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	450.296
15.102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	21.823.002
1050	Recursos Próprios Livres da UO	40.172
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.172
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	21.782.830
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	21.782.830
15.103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	53.195.720
1050	Recursos Próprios Livres da UO	443.376
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	440.692
1.9.2.3.03.0.1	Reversão de Garantias - Principal	2.684
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	52.752.344
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	52.752.344
15.104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	24.001.195
1050	Recursos Próprios Livres da UO	392.583
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	392.583
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	23.608.612
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	23.608.612
15.105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	35.968.314
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.219.257
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	219.257
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.000.000
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	30.749.057

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
15.106	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	30.749.057
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	21.805.580
1138	Recursos Próprios Livres da UO	671.205
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	671.205
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	21.134.375
15.107	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	21.134.375
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	3.366.944
1138	Recursos Próprios Livres da UO	252.174
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	252.174
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.114.770
15.108	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	3.114.770
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	10.314.626
1138	Recursos Próprios Livres da UO	368.136
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	368.136
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	9.946.490
15.109	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	9.946.490
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	17.306.221
1138	Recursos Próprios Livres da UO	3.736.525
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	236.525
1138	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.500.000
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	13.569.696
15.110	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	13.569.696
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	14.084.920
1138	Recursos Próprios Livres da UO	4.500.579
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	500.579
1138	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.000.000
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	9.584.341
15.111	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	9.584.341
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	19.607.987
1138	Recursos Próprios Livres da UO	567.556
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	567.556
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	19.040.431
15.112	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	19.040.431
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	13.939.044
1138	Recursos Próprios Livres da UO	611.142
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	611.142
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	13.327.902
15.113	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	13.327.902
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	12.309.141
1138	Recursos Próprios Livres da UO	31.810
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	31.810
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	12.277.331
15.114	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	12.277.331
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	6.576.985
1138	Recursos Próprios Livres da UO	112.219
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	110.335
1138	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	1.884
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.464.766
15.115	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.464.766
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	6.992.406
1138	Recursos Próprios Livres da UO	32.796
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	32.796
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.959.610
15.116	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.959.610
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	46.419.069
1138	Recursos Próprios Livres da UO	499.873
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	499.873
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	45.919.196
15.117	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	45.919.196
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	7.433.305
1138	Recursos Próprios Livres da UO	94.905
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	94.905
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.338.400
15.118	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	7.338.400
1050	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	8.444.363
1138	Recursos Próprios Livres da UO	539.056
1138	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	539.056

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.905.307
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	7.905.307
15.119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	14.354.224
1050	Recursos Próprios Livres da UO	953.267
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	953.267
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	13.400.957
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	13.400.957
15.120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	6.455.428
1050	Recursos Próprios Livres da UO	361.362
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	361.362
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.094.066
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.094.066
15.121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	6.010.792
1050	Recursos Próprios Livres da UO	159.629
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	159.629
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	5.851.163
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	5.851.163
15.122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	7.131.686
1050	Recursos Próprios Livres da UO	226.869
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	226.869
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.904.817
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.904.817
15.123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	7.727.800
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.111.236
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	111.236
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.000.000
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.616.564
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	4.616.564
15.124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	10.193.016
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.019.547
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	19.547
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.000.000
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	8.173.469
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	8.173.469
15.125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	6.955.471
1050	Recursos Próprios Livres da UO	97.434
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	97.434
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.858.037
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	6.858.037
15.126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	622.625.472
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	622.625.472
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	622.625.472
16.000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	253.434.273
1050	Recursos Próprios Livres da UO	90.279.633
1052	Recursos Livres da UO	112.614
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	163.042.026
16.101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	253.434.273
1050	Recursos Próprios Livres da UO	90.279.633
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	301.444
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	86.197.974
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	384.516
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.100.000
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	269.468
7.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	26.231
1052	Recursos Livres da UO	112.614
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	112.614
1138	Melhoria da Prestação Jurisdicional	163.042.026
1.3.6.1.01.2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	163.042.026
17.000	Conselho Nacional de Justiça	235.000.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	235.000.000
17.101	Conselho Nacional de Justiça	235.000.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	235.000.000
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.000.000
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	230.000.000
20.000	Presidência da República	507.987.567
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	326.697.759

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	181.289.808
20.415	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	413.800.215
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	326.697.759
	1.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	326.196.926
	1.2.2.1.10.0.3 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	355.953
	7.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	144.880
1050	Recursos Próprios Livres da UO	87.102.456
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	29.869.308
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	57.233.148
20.927	Fundo de Imprensa Nacional	94.187.352
1050	Recursos Próprios Livres da UO	94.187.352
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	94.146.908
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	29.334
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	11.110
22.000	Ministério da Agricultura e Pecuária	212.419.350
1050	Recursos Próprios Livres da UO	75.145.437
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	6.478.751
1052	Recursos Livres da UO	106.026.776
1059	Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.400.360
1075	CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	295.410
1081	Convênios	165.000
1116	Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM	19.907.616
22.101	Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	130.529.598
1052	Recursos Livres da UO	105.926.212
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	8.767.023
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	97.150.921
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	8.268
1059	Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.400.360
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.400.360
1075	CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	295.410
	1.2.2.1.03.0.1 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	170.849
	1.2.2.1.03.0.2 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	1.314
	1.2.2.1.03.0.3 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	107.929
	1.2.2.1.03.0.4 Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.318
1116	Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM	19.907.616
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.907.616
22.202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	81.765.038
1050	Recursos Próprios Livres da UO	75.121.287
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.603.082
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.527
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	3.720.376
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	9.280.544
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	24.268
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	388.646
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	42.613.852
	1.6.1.1.03.0.2 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros	341.244
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	76.679
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	198.460
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	207.639
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	10.786.416
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	165.402
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	3.711.152
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	6.478.751
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	6.478.751
1081	Convênios	165.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	165.000
22.906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	124.714
1050	Recursos Próprios Livres da UO	24.150
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	24.150
1052	Recursos Livres da UO	100.564
	2.2.1.2.04.0.3 Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	100.564
24.000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	17.916.385.381
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.369.107.539
1052	Recursos Livres da UO	560.465.208
1058	Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	18.012.350

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1065	Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	74.877.944
1097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	765.451.072
1098	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.786.052.501
1099	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	765.451.072
1100	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.786.052.501
1101	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	4.082.405.718
1102	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	1.020.601.429
1103	CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	102.265.509
1104	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	367.948.779
1105	CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	41.148.239
1106	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	3.378.449
1107	CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	648.278.336
1108	CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	640.024.175
1109	CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	89.545.210
1110	CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	48.467.038
1112	CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	4.332.115
1113	Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	92.583.537
1118	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	2.649.889.910
1119	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	46.750
24.101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	92.583.537
1113	Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	92.583.537
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	92.300.128
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	283.409
24.110	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Receitas Específicas	1.424.245
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.424.245
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	298.032
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	181.246
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	940.809
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.158
24.201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	75.738.802
1050	Recursos Próprios Livres da UO	860.858
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	211.982
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	648.876
1065	Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	74.877.944
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	74.877.944
24.204	Comissão Nacional de Energia Nuclear	169.338.744
1050	Recursos Próprios Livres da UO	151.326.394
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	191.381
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	6.554.617
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	135.187.715
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	265.691
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.550.438
	1.6.1.1.04.0.2 Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros	2.016
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	28.606
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.541.953
	7.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.977
1058	Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	18.012.350
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	18.012.350
24.209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	405.403
1050	Recursos Próprios Livres da UO	405.403
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	116.490
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	288.913
24.901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	17.576.894.650
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.215.090.639
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	2.011.590.785
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	203.499.854
1052	Recursos Livres da UO	560.465.208
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	560.465.208
1097	CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	765.451.072
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	765.393.109

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1098	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	57.963
	CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.786.052.501
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.785.917.254
1099	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	135.247
	CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	765.451.072
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	765.393.109
1100	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	57.963
	CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.786.052.501
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.785.917.254
1101	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	135.247
	CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	4.082.405.718
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	4.082.096.582
1102	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	309.136
	CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas	1.020.601.429
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.020.524.145
1103	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	77.284
	CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	102.265.509
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	102.265.509
1104	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	367.948.779
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	160.006.044
	1.2.2.1.11.1.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	1.055.644
	1.2.2.1.11.1.2 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e	27.384
	1.2.2.1.11.2.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	12.116.760
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	162.069.584
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	10.255.570
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	31.490
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	9.284.854
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	13.101.449
1105	CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	41.148.239
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	41.022.279
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	125.960
1106	Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	3.378.449
	1.1.2.1.02.3.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.592.169
	1.1.2.1.02.4.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	1.599.280
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	168.000
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	19.000
1107	CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	648.278.336
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	648.278.336
1108	CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	640.024.175
	1.2.2.1.06.0.1 Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	640.024.175
1109	CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	89.545.210
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	37.139.416
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	52.405.794
1110	CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	48.467.038
	1.2.2.1.11.2.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	48.467.038
1112	CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	4.332.115
	1.2.2.1.11.1.1 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	4.222.577
	1.2.2.1.11.1.2 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e	109.538
1118	CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	2.649.889.910
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	25.566.377
	1.2.2.1.07.0.1 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	2.551.310.364
	1.2.2.1.07.0.3 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	193.210
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	71.290.028

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1119	1.2.2.1.09.2.2 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	458.440
	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.071.491
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	46.750
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	42.000
		4.750
25.000	Ministério da Fazenda	23.385.220.574
1015	Casa da Moeda	272.527.438
1018	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	64.197.678
1031	FUNDAF - PGFN	4.752.353.116
1032	FUNDAF - RFB	15.274.068.392
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.763.422.118
1052	Recursos Livres da UO	1.258.651.832
25.101	Ministério da Fazenda - Administração Direta	64.197.678
1018	Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	64.197.678
	1.1.2.1.08.0.1 Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	29.922.249
	1.1.2.1.09.0.1 Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal	34.275.429
25.103	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	15.546.822.781
1015	Casa da Moeda	272.527.438
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	272.527.438
1032	FUNDAF - RFB	15.274.068.392
	1.1.1.1.01.0.2 Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	179.215.709
	1.1.1.1.01.0.7 Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	379.015
	1.1.1.2.01.2.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	13.772.742
	1.1.1.2.01.2.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	699.611
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	1.862.475.477
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	159.349.168
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	3.081.135.853
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	274.200.472
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	850.338.774
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	51.608.538
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	284.292
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	38.123.907
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	369.148.107
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	40.712.290
	1.1.1.5.02.0.2 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	188.823.391
	1.1.1.5.02.0.7 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	5.690.507
	1.1.1.9.99.0.2 Outros Impostos - Multas e Juros	2.343.935
	1.1.1.9.99.0.4 Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	41.173
	1.1.2.1.06.0.1 Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	520.505.460
	1.1.2.1.07.0.1 Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal	17.747.804
	1.2.1.1.01.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1.889.869.157
	1.2.1.1.02.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	370.816.984
	1.2.1.1.49.0.6 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros do Principal	1.116.088.972
	1.2.1.2.01.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	802.655.174
	1.2.1.2.02.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	85.101.661
	1.2.1.2.49.0.6 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros do Principal	382.625.657
	1.2.1.3.01.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1.331.639.706
	1.2.1.3.02.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	141.200.682
	1.2.1.3.49.0.6 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros do Principal	329.520.320
	1.2.1.5.01.1.6 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Juros do Principal	1.748.701
	1.2.2.1.02.0.1 Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	244.571.216
	1.2.2.1.05.0.2 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	4.241.256
	1.2.2.1.07.0.2 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	12.361.175
	1.2.2.1.07.0.4 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	289.858
	1.2.2.1.08.2.7 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	145.576
	1.2.2.1.99.2.4 Outras Contribuições Econômicas - Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	188.233
	1.3.1.1.02.4.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - RFB/FUNDAF - Principal	1.469
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	6.181.736
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	55.226

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.3.1.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	160.170.679
	1.9.3.1.02.1.2 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	797.111
	1.9.9.9.99.1.2 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	70.669.571
	1.9.9.9.99.1.3 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	652.135.021
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.665.863
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	339.790
	7.2.1.5.02.1.6 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Juros do Principal - Operações Intraorçamentárias	1.391.373
1050	Recursos Próprios Livres da UO	226.951
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.903
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	165.506
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	57.542
25.104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	4.752.353.116
1031	FUNDAF - PGFN	4.752.353.116
	1.1.1.1.01.0.8 Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	4.089.371
	1.1.1.2.01.2.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1.234.967
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	265.644.497
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	597.161.634
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	109.836.195
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	122.551.898
	1.1.1.5.02.0.8 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	27.929.712
	1.1.1.9.99.0.4 Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	155.124
	1.2.1.1.01.0.8 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	297.620.775
	1.2.1.1.02.0.8 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	48.557.214
	1.2.1.1.49.0.8 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	955.407.558
	1.2.1.2.01.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	68.913.595
	1.2.1.2.02.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	10.477.567
	1.2.1.2.49.0.8 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	247.958.372
	1.2.1.3.01.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	123.185.626
	1.2.1.3.02.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	32.616.725
	1.2.1.3.49.0.8 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	417.400.779
	1.2.2.1.07.0.4 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	803.871
	1.2.2.1.08.2.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	1.277.703
	1.2.2.1.99.2.4 Outras Contribuições Econômicas - Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.951.456
	1.9.9.9.12.1.1 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	1.413.578.477
25.203	Comissão de Valores Mobiliários	972.898.516
1050	Recursos Próprios Livres da UO	682.944
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	682.944
1052	Recursos Livres da UO	972.215.572
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	838.510.740
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	204.214
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	8.947.719
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	102.765.012
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	21.787.887
25.208	Superintendência de Seguros Privados	325.233.432
1050	Recursos Próprios Livres da UO	38.797.172
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	38.664.384
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	132.788
1052	Recursos Livres da UO	286.436.260
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	276.903.250
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	1.825
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	8.294.151
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1.237.034
25.903	Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.723.715.051
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.723.715.051
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1.625.480.623
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	98.234.428
26.000	Ministério da Educação	21.583.366.048
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	41.872.914
1012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	380.611.197
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	409.001
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	443.579.828
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.226.504.758

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.257.088
1081	Convênios	41.548.883
1095	Doações Estrangeiras	666.666
1128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	22.717.187
1133	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	16.374.766.317
1134	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	108.622.039
1142	Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	206.734.060
1151	Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica	2.589.439.566
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	135.636.544
26.101	Ministério da Educação - Administração Direta	3.176.784.823
1012	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	380.611.197
	1.9.2.2.01.1.1 Restituição de Convênios - Primárias - Principal	378.954.228
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	1.656.969
1142	Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	206.734.060
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQR - Principal	206.734.060
1151	Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica	2.589.439.566
	1.3.4.1.02.4.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	703.316.028
	1.3.4.1.03.4.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1.406.632.285
	1.3.4.1.04.4.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	479.491.253
26.105	Instituto Benjamin Constant	1.245.600
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.245.600
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	739.200
	1.6.1.1.02.0.1	506.400
26.201	Colégio Pedro II	4.278.185
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.278.185
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	96.597
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	6.520
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.173.250
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.818
26.230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	534.548
1050	Recursos Próprios Livres da UO	534.548
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	123.446
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	30.102
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	381.000
26.231	Universidade Federal de Alagoas	9.012.480
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.932.480
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	723.166
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	71.750
	1.6.1.1.01.0.1	7.138.400
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	999.164
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	80.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	80.000
26.232	Universidade Federal da Bahia	22.890.514
1050	Recursos Próprios Livres da UO	22.890.514
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.401.999
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	18.919.406
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.550.260
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.849
26.233	Universidade Federal do Ceará	10.496.314
1050	Recursos Próprios Livres da UO	9.697.701
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.522.619
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.143
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	8.920
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.972.135
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	305.611
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	357.237
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.529.036
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	798.613
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	798.613
26.234	Universidade Federal do Espírito Santo	22.012.221
1050	Recursos Próprios Livres da UO	22.012.221

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.235	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.028.983
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	469.716
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	18.423.612
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	63.012
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	26.898
26.235	Universidade Federal de Goiás	24.107.347
1050	Recursos Próprios Livres da UO	24.107.347
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	896.381
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	23.202.804
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.639
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	6.523
26.236	Universidade Federal Fluminense	34.926.729
1050	Recursos Próprios Livres da UO	34.926.729
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.204.623
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	50.127
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	33.357.747
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	288.173
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	14.546
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	11.513
	- Operações Intraorçamentárias	
26.237	Universidade Federal de Juiz de Fora	272.250.956
1050	Recursos Próprios Livres da UO	272.250.956
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	323.027
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	7.116.483
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	254.827.904
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.463.966
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.248
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.494.132
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	1.497
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.778
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	3.533
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	2.388
26.238	Universidade Federal de Minas Gerais	33.435.970
1050	Recursos Próprios Livres da UO	33.435.970
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.419.778
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	44.044
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1.049.187
	1.3.2.2.01.9.1 Dividendos - Demais - Principal	13.619
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	151.555
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	21.316.500
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.104.512
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	281.925
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	37.151
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	17.699
26.239	Universidade Federal do Pará	16.855.491
1050	Recursos Próprios Livres da UO	16.310.258
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	861.465
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	672.180
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.582.532
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.835.100
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.358.981
	- Operações Intraorçamentárias	
1081	Convênios	545.233
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	545.233
26.240	Universidade Federal da Paraíba	6.801.595
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.801.595
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.441.038
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.116
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.129.731
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.229.710
26.241	Universidade Federal do Paraná	33.587.318
1050	Recursos Próprios Livres da UO	21.519.111
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.953.079
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	918.529
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	14.576
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.500.264
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	263.796

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.058.966
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	809.901
	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	212.011
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	212.011
1081	Convênios	11.856.196
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	5.548.416
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	7.780
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	6.300.000
26.242	Universidade Federal de Pernambuco	24.866.010
1050	Recursos Próprios Livres da UO	21.098.491
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.862.771
	1.3.5.1.04.0.1 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	11.399
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	9.633
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	14.385.785
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	471.865
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	330.277
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	7.116
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	384.929
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.634.716
	- Operações Intraorçamentárias	
1081	Convênios	3.767.519
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	3.714.130
	2.4.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	53.389
26.243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	34.560.602
1050	Recursos Próprios Livres da UO	34.476.178
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.137.331
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	25.326.365
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.024.600
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	319.400
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	99.905
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.568.577
	- Operações Intraorçamentárias	
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	84.424
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	84.424
26.244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	35.701.141
1050	Recursos Próprios Livres da UO	35.701.141
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.849.684
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	457.152
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	33.273.405
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	120.900
26.245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	61.332.109
1050	Recursos Próprios Livres da UO	61.332.109
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	46.876.686
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	21.880
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.802.162
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.389.424
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	37.853
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	204.104
26.246	Universidade Federal de Santa Catarina	53.868.126
1050	Recursos Próprios Livres da UO	53.868.126
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.359.245
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	772.947
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.733.662
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	157.546
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	40.985.001
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.551.228
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	847.572
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.312.422
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	148.503
26.247	Universidade Federal de Santa Maria	4.152.998
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.152.998
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	838.161
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	118.662
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.191.579
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	4.596

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	706.255
1050	Recursos Próprios Livres da UO	706.255
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	378.724
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	284.568
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	42.963
26.249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2.110.774
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.110.774
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.476.698
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	566.906
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	67.170
26.250	Fundação Universidade Federal de Roraima	2.258.126
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.258.126
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	403.587
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	306.538
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.452.446
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	21.516
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	68.258
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	5.781
26.251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	5.885.647
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.885.647
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	262.055
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.524
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.521.873
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.014.790
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	85.405
26.252	Universidade Federal de Campina Grande	556.040
1050	Recursos Próprios Livres da UO	556.040
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	440.099
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	115.941
26.253	Universidade Federal Rural da Amazônia	516.907
1050	Recursos Próprios Livres da UO	516.907
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	55.159
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	461.748
26.254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1.079.762
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.079.762
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	163.614
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	118.520
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	763.510
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.560
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.995
1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	5.128
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	20.435
26.255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	3.078.948
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.078.948
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	43.274
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	295.156
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	370.325
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	1.998
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.306.107
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	62.088
26.256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1.301.085
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.301.085
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	79.261
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	269.174
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	952.650
26.257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	5.472.753
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.472.753
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	373.453
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.768.168
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.266.229
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	64.903
26.258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	8.078.022
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.078.022
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	208.950
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	288.849
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	7.133.052
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	391.626

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.260	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	52.068
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	3.477
	Universidade Federal de Alfenas	2.886.289
	1050 Recursos Próprios Livres da UO	2.886.289
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	16.222
26.261	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.655.029
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	176.580
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	38.458
	Universidade Federal de Itajubá	2.503.084
	1050 Recursos Próprios Livres da UO	2.503.084
26.262	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	135.324
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.234.332
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	277.300
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	672.588
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	172.949
26.263	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	10.591
	Universidade Federal de São Paulo	11.188.020
	1050 Recursos Próprios Livres da UO	11.188.020
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	84.132
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	2.458.179
26.264	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.281.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.337.172
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	9.156
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.381
	Universidade Federal de Lavras	9.398.195
26.265	1050 Recursos Próprios Livres da UO	9.398.195
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	398.494
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.062.821
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	73.837
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.986.764
26.266	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.756.165
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	89.202
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	30.912
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	1.016.331
	1050 Recursos Próprios Livres da UO	865.047
26.267	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	214.477
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	40.836
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	406.666
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	96.250
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	106.818
26.268	1051 Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	151.284
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	151.284
	Fundação Universidade Federal do Pampa	1.306.525
	1050 Recursos Próprios Livres da UO	576.359
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	82.370
26.269	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	35.304
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	284.685
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	174.000
	1051 Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	63.500
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	63.500
26.270	1095 Doações Estrangeiras	666.666
	2.4.6.1.01.0.1 Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	666.666
	Universidade Federal da Integração Latino Americana	7.859.805
	1050 Recursos Próprios Livres da UO	5.594.163
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	5.365.973
26.271	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	12.256
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	117.108
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	98.826
	1081 Convênios	2.265.642
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.015.642
26.272	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	250.000
	Fundação Universidade Federal de Rondônia	389.559
	1050 Recursos Próprios Livres da UO	389.559
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	46.808
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	2.621
26.273	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	340.130

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	338.094
1050	Recursos Próprios Livres da UO	338.094
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	110.540
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	225.950
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	1.604
26.270	Fundação Universidade do Amazonas	8.866.619
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.682.587
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	904.555
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	99.510
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	11.419
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.529.312
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.973.315
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	164.476
1081	Convênios	184.032
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	184.032
26.271	Fundação Universidade de Brasília	80.824.315
1050	Recursos Próprios Livres da UO	79.716.492
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	39.608.036
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	73.601
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	533.697
1.3.9.9.99.0.1	Outras Receitas Patrimoniais - Principal	4.493.703
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	326.598
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	33.950.408
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	545.544
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	24.350
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	160.555
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.107.823
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.107.823
26.272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	8.665.675
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.665.675
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	568.765
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	466.664
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.253.062
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.579.500
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	13.411
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	784.273
26.273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	933.936
1050	Recursos Próprios Livres da UO	933.936
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	112.059
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	28.669
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	793.208
26.274	Universidade Federal de Uberlândia	16.111.445
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.161.445
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	784.221
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	5.005
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.908.315
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.317.624
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	89.292
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	56.988
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	250.000
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	250.000
1081	Convênios	7.700.000
1.7.3.2.01.0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	7.700.000
26.275	Fundação Universidade Federal do Acre	1.202.364
1050	Recursos Próprios Livres da UO	949.864
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	46.284
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	416.580
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	487.000
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	252.500
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	252.500
26.276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	6.956.861
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.171.958
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	830.862
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.456.643
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.314.180

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.570.273
	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	784.903
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	784.903
26.277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	4.680.633
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.680.633
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	989.390
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.343.015
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	136.850
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.037
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	208.341
26.278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	3.239.463
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.791.044
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	212.615
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	2.680
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	302.439
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.154.840
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	2.030
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	2.376
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	114.064
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	314.100
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	314.100
1081	Convênios	134.319
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	134.319
26.279	Fundação Universidade Federal do Piauí	6.844.799
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.844.799
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	213.101
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.582.343
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.688.186
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	37.074
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	318.361
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	5.734
26.280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	15.324.656
1050	Recursos Próprios Livres da UO	15.324.656
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.454
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.286.094
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	14.108
26.281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	3.603.519
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.603.519
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.122.034
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	386.043
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.542.534
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	528.500
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.408
26.282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	13.108.801
1050	Recursos Próprios Livres da UO	12.798.307
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	809.787
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	987.459
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	10.298.571
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	687.588
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	14.902
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	310.494
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	310.494
26.283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	46.457.662
1004	Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	41.872.914
	1.6.3.2.01.0.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	41.872.914
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.086.438
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.249.372
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	13.348
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.670.034
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	150.000
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	3.684
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	498.310
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	498.310
26.284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	1.029.612
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.029.612
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	34.605

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	404.700
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	200.821
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	389.486
26.285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	757.238
1050	Recursos Próprios Livres da UO	757.238
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	160.450
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	469.206
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	101.520
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	26.062
26.286	Fundação Universidade Federal do Amapá	2.983.082
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.983.082
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	165.996
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.817.086
26.290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	240.702.462
1050	Recursos Próprios Livres da UO	217.985.275
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	217.985.275
1128	Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	22.717.187
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	22.717.187
26.291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	1.874.286
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.874.286
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1.874.286
26.292	Fundação Joaquim Nabuco	18.104
1050	Recursos Próprios Livres da UO	18.104
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.690
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.414
26.294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	178.111.462
1048	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	409.001
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	409.001
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	172.391.340
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.626.011
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	7.849.902
	1.3.6.1.01.4.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta -	3.516.875
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	63.596.501
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	86.429.086
	1.6.3.1.01.0.2 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	1.872
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	68.832
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	332.544
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	3.883.959
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.001
	- Operações Intraorçamentárias	
	7.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações	80.757
1081	Convênios	5.311.121
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	5.311.121
26.298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	16.619.024.900
1133	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	16.374.766.317
	1.2.1.9.04.1.1 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	15.902.554.890
	1.2.1.9.04.1.2 Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	101.291.315
	1.2.1.9.04.1.3 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	277.222.532
	1.2.1.9.04.1.4 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	93.697.580
1134	Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	108.622.039
	1.3.2.1.01.2.1 Remuneração de Depósitos Bancários – Salário-Educação - Principal	108.622.039
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	135.636.544
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	135.636.544
26.350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	2.035.955
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.035.955
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	247.985
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	765.492
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	991.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	31.478
26.351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2.498.541
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.498.541
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	35.179
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	93.300
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.191.887
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	178.175
26.352	Fundação Universidade Federal do ABC	2.905.728

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.905.728
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	240.108
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	197.023
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.992.935
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	130.710
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	316.678
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	28.274
26.402	Instituto Federal de Alagoas	2.726.948
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.726.948
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	74.267
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	209.326
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	480.792
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	38.716
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	515.575
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.408.272
26.403	Instituto Federal do Amazonas	54.923
1050	Recursos Próprios Livres da UO	54.923
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.027
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	8.872
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	37.024
26.404	Instituto Federal Baiano	680.689
1050	Recursos Próprios Livres da UO	680.689
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	92.112
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	5.683
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	461.612
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	83.789
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	37.493
26.405	Instituto Federal do Ceará	1.700.799
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.411.989
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	185.179
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	426.797
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	291.397
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	475.176
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	20.669
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	12.771
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	288.810
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	288.810
26.406	Instituto Federal do Espírito Santo	2.257.215
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.257.215
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	246.021
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	270.791
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	820.347
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	646.286
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	258.400
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	15.370
26.407	Instituto Federal Goiano	2.058.360
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.058.360
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	68.613
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	965.244
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	20.841
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	947.277
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	56.385
26.408	Instituto Federal do Maranhão	2.967.753
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.967.753
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	414.631
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	12.954
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	578.692
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.908.000
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	9.134
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	44.342
26.409	Instituto Federal de Minas Gerais	12.581.408
1050	Recursos Próprios Livres da UO	8.981.408
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	155.359
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	10.900
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	1.392.001
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	693.359
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.471.331

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1051	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.246.852
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	11.606
	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	255.000
1081	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	255.000
	Convênios	3.345.000
	1.7.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.900.000
26.410	2.4.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	445.000
	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	3.413.792
	Recursos Próprios Livres da UO	2.735.392
1050	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	100.810
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	188.168
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	73.400
1051	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	152.904
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.089.110
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	123.275
26.411	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	7.725
	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	678.400
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	678.400
1050	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	4.457.260
	Recursos Próprios Livres da UO	4.022.252
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	107.399
1051	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.680
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	328.561
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	473.048
26.412	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	182.060
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.875.325
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	53.179
1050	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	435.008
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	435.008
	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	6.605.672
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.493.374
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	10.895
1051	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	123.458
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	2.246.663
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	1.731.919
26.413	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	333.780
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	699.220
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	208.440
1050	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	6.972
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	132.027
	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.112.298
26.414	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.112.298
	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	1.554.558
	Recursos Próprios Livres da UO	1.554.558
1050	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.232
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	4.936
	1.3.1.1.99.0.1 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	7.610
26.415	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	623.995
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	27.780
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	867.560
1050	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	13.445
	Instituto Federal do Mato Grosso	4.442.806
	Recursos Próprios Livres da UO	3.845.806
1050	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	811.926
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	264.842
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.326.087
1051	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.224.280
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	30.037
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	126.156
26.415	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	62.478
	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	597.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	597.000
1050	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	69.305
	Recursos Próprios Livres da UO	69.305
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	29.021
1051	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	40.284

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.416	Instituto Federal do Pará	1.541.145
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.541.145
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	116.623
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	57.272
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.367.250
26.417	Instituto Federal da Paraíba	269.693
1050	Recursos Próprios Livres da UO	269.693
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	85.898
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	29.137
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	137.500
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.158
26.418	Instituto Federal de Pernambuco	1.150.273
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.150.273
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	103.930
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	83.461
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	58.057
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	904.825
26.419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2.523.529
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.523.529
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	403.790
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	986.324
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	47.515
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	293.450
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	672.438
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	120.012
26.420	Instituto Federal Farroupilha	5.817.490
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.692.490
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	105.000
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	717.650
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	164.550
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.700.000
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	5.290
1081	Convênios	1.125.000
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.125.000
26.421	Instituto Federal de Rondônia	487.319
1050	Recursos Próprios Livres da UO	487.319
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	52.010
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	164.095
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	183.539
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	87.675
26.422	Instituto Federal Catarinense	1.627.085
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.627.085
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.420
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	54.250
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	564.468
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	798.394
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	85.623
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	85.930
26.423	Instituto Federal de Sergipe	194.357
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.357
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	12.342
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	2.015
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	180.000
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	180.000
26.424	Instituto Federal do Tocantins	1.375.199
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.303.904
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.705
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1.294
1.4.1.1.01.0.1	Receita Agropecuária - Principal	34.801
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	3.566
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	217.940
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.027.598
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	71.295
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	71.295
26.425	Instituto Federal do Acre	64.478
1050	Recursos Próprios Livres da UO	64.478

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.426	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	64.478
1050	Instituto Federal do Amapá	716.118
	Recursos Próprios Livres da UO	716.118
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	14.518
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	127.550
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	574.050
26.427	Instituto Federal da Bahia	1.110.322
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.110.322
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	400.911
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.826
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	706.585
26.428	Instituto Federal de Brasília	1.010.867
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.010.867
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	34.822
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	48.072
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.473
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	914.500
26.429	Instituto Federal de Goiás	1.102.607
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.102.607
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.308
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.019.472
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	42.827
26.430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	1.526.157
1050	Recursos Próprios Livres da UO	471.157
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	48.157
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	120.000
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	294.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	9.000
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.055.000
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.055.000
26.431	Instituto Federal do Piauí	240.176
1050	Recursos Próprios Livres da UO	240.176
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	82.050
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	158.126
26.432	Instituto Federal do Paraná	4.197.015
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.565.069
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	60.631
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	139.130
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	95.347
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.088.338
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	181.623
1081	Convênios	1.631.946
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.601.946
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	30.000
26.433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	1.792.581
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.792.581
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	572.127
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	4.707
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	427.980
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	23.527
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	764.240
26.434	Instituto Federal Fluminense	2.545.808
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.524.688
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	71.080
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	115.167
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	136.939
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	55.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.095.100
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	42.535
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.867
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	21.120
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	21.120
26.435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	1.356.205
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.356.205
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	670.303
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	17.242

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	625.316
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	43.344
26.436	Instituto Federal Sul-rio-grandense	363.974
1050	Recursos Próprios Livres da UO	363.974
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	220.620
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	13.872
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	129.482
26.437	Instituto Federal de Roraima	36.470
1050	Recursos Próprios Livres da UO	36.470
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	34.534
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.936
26.438	Instituto Federal de Santa Catarina	1.933.470
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.933.470
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	86.276
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	468.894
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.378.300
26.439	Instituto Federal de São Paulo	3.323.916
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.323.916
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	138.349
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	307.792
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.750.400
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	127.375
26.440	Universidade Federal da Fronteira Sul	3.197.707
1050	Recursos Próprios Livres da UO	884.007
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.558
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	56.560
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	40.240
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	511.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	237.649
1081	Convênios	2.313.700
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.963.700
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	150.000
	2.4.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	200.000
26.441	Universidade Federal do Oeste do Pará	1.139.764
1050	Recursos Próprios Livres da UO	79.549
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	32.029
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	47.520
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	592.838
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	592.838
1081	Convênios	467.377
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	467.377
26.442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	261.222
1050	Recursos Próprios Livres da UO	261.222
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	41.747
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	95.878
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	82.320
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	41.277
26.443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	271.188.488
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	271.188.488
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	237.344
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral - Principal	333.301
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	23.586.133
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.514.828
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	31.394.550
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	209.207.097
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.806.393
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	108.842
26.447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	773.333
1050	Recursos Próprios Livres da UO	773.333
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	71.937
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	4.099
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	634.797
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	62.500
26.448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	998.347
1050	Recursos Próprios Livres da UO	96.549

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	85.371
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.366
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.812
1081	Convênios	901.798
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	901.798
26.449	Universidade Federal do Cariri	1.343.598
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.343.598
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.276
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.268.797
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	16.550
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	30.975
26.450	Universidade Federal do Sul da Bahia	721.572
1050	Recursos Próprios Livres da UO	721.572
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	721.572
26.452	Universidade Federal de Catalão	84.446
1050	Recursos Próprios Livres da UO	84.446
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	59.462
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	24.984
26.453	Universidade Federal de Jataí	191.480
1050	Recursos Próprios Livres da UO	191.480
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	145.412
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	46.068
26.454	Universidade Federal de Rondonópolis	202.483
1050	Recursos Próprios Livres da UO	202.483
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	139.195
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	6.154
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	57.134
26.455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	642.550
1050	Recursos Próprios Livres da UO	642.550
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	97.556
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	477.494
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	42.500
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	25.000
26.456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	61.624
1050	Recursos Próprios Livres da UO	61.624
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	29.875
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.624
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	22.125
26.457	Universidade Federal do Norte do Tocantins	288.276
1050	Recursos Próprios Livres da UO	225.919
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	115.752
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	33.540
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.263
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	47.100
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.264
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	62.357
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	62.357
28.000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	3.152.196.057
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.167.727.295
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.566.711
1052	Recursos Livres da UO	854.270.938
1086	Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	1.125.631.113
28.101	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	1.125.741.561
1050	Recursos Próprios Livres da UO	110.448
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	110.448
1086	Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	1.125.631.113
	1.9.9.9.05.0.1 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	1.119.392.005
	1.9.9.9.05.0.2 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	6.239.108
28.202	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	599.094.299
1050	Recursos Próprios Livres da UO	57.283.955
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	245.907
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	55.677.547
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	549.675
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	810.826
1052	Recursos Livres da UO	541.810.344
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	368.115.525

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	56.354
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	6.415.231
	1.1.2.1.01.0.4 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	68.837
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	97.956.125
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	657.013
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	62.957.587
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.188.872
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	394.800
28.203	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	1.090.401.023
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.090.347.708
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.530
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	246.144.224
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.649.514
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	830.104.278
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	104.755
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	8.734.744
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.209
	- Operações Intraorçamentárias	
	7.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.599.454
1052	Recursos Livres da UO	53.315
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	53.315
28.233	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	320.158.912
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.184.922
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	3.184.922
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.566.711
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	4.566.711
1052	Recursos Livres da UO	312.407.279
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	311.355.369
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.051.910
28.904	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	16.800.262
1050	Recursos Próprios Livres da UO	16.800.262
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	2.450.993
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	13.797.282
	1.6.4.1.01.0.2 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	551.987
30.000	Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.820.015.226
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	94.944.870
1019	FUNAPOL	750.530.674
1025	Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	24.662.147
1050	Recursos Próprios Livres da UO	336.020.667
1052	Recursos Livres da UO	376.778.740
1083	Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	646.463.948
1096	Doações Nacionais	51.058.170
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	1.033.963.966
1144	Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	1.421.883.421
1251	Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.083.708.623
30.101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	4.566.243
1052	Recursos Livres da UO	4.566.243
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	4.566.243
30.107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	1.445.210.685
1050	Recursos Próprios Livres da UO	10.068.789
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.566.232
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	502.557
1052	Recursos Livres da UO	13.258.475
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	13.256.087
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.388
1144	Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	1.421.883.421
	1.9.1.1.14.0.1 Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	1.421.883.421
30.108	Departamento de Polícia Federal	775.743.724
1019	FUNAPOL	750.530.674
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	605.118.767
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	91.219.855
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	15.902.620
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	38.289.432
1025	Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas	24.662.147

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	1.1.2.1.03.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	23.713.804
	1.9.1.1.12.0.1 Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	948.343
	Recursos Próprios Livres da UO	550.903
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	90.809
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	400.780
30.211	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	38.033
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	21.281
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(**)	60.643.367
1050	Recursos Próprios Livres da UO	60.643.367
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	60.605.000
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	38.367
30.905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos	646.463.948
1083	Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	646.463.948
	1.2.1.9.01.1.1 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	294.762
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	347.720.320
	1.9.1.1.04.0.1 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	279.125.604
	1.9.1.1.04.0.2 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	4.821.355
30.907	1.9.1.1.04.0.3 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	9.080.482
	1.9.1.1.04.0.4 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.228.108
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.193.317
	Fundo Penitenciário Nacional	607.261.638
	1050 Recursos Próprios Livres da UO	75.976.718
1052	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	67.165.797
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	6.322.764
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	46.736
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1.378.086
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.063.335
1121	Recursos Livres da UO	55.543.978
	1.9.1.1.08.0.1 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	21.293.906
	1.9.1.1.08.0.2 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Juros	49.646
	1.9.3.1.01.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal	34.200.426
	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	475.740.942
30.911	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	1.698.390
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	472.276.814
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1.765.738
30.911	Fundo Nacional de Segurança Pública	1.989.081.312
1050	Recursos Próprios Livres da UO	94.215.110
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	94.215.110
1052	Recursos Livres da UO	201.876.385
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	200.373.012
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.474.387
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.646
	1.9.3.1.01.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal	27.340
1096	Doações Nacionais	51.058.170
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	51.058.170
	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	558.223.024
1121	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	3.770.427
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	1.748.047
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	535.247.056
	1.3.9.1.01.5.1 Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex - Futebol - Principal	12.160.279
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	5.297.215
1251	Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.083.708.623
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	5.386.324
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	2.497.210
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	764.638.651
	1.3.9.1.01.5.1 Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex - Futebol - Principal	17.371.828
30.912	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	7.567.450
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	286.247.160
	Fundo Nacional Antidrogas	291.044.309
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	94.944.870
	1.9.3.1.08.0.1 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	94.714.512
	1.9.3.1.08.0.2 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Multas e Juros	230.358
1050	Recursos Próprios Livres da UO	94.565.780
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	94.312.802
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	252.978

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1052	Recursos Livres da UO	101.533.659
1.1.2.1.03.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	5.928.451
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	423.252
1.9.1.1.12.0.1	Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	237.086
1.9.3.1.08.0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	94.714.512
1.9.3.1.08.0.2	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Multas e Juros	230.358
32.000	Ministério de Minas e Energia	5.925.245.332
1028	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	819.308.329
1045	Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	250.808.672
1046	Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	175.566.071
1050	Recursos Próprios Livres da UO	134.468.699
1052	Recursos Livres da UO	1.748.641.420
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	443.995.725
1080	Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	417.451.175
1087	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.935.005.241
32.101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	676.965.881
1046	Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	175.566.071
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	2.863.463
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	172.702.608
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	83.948.635
1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	34.818.203
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	49.130.432
1080	Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	417.451.175
1.2.2.1.06.0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	400.015.109
1.9.9.9.10.0.1	Reserva Global de Reversão - Principal	17.436.066
32.202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	251.570.040
1045	Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	250.808.672
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	4.090.661
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	246.718.011
1050	Recursos Próprios Livres da UO	761.368
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	761.368
32.265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(*)	1.552.179.957
1028	Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	819.308.329
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	13.362.827
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	805.945.502
1050	Recursos Próprios Livres da UO	88.046.221
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	9.862
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	87.777.984
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	258.375
1052	Recursos Livres da UO	644.825.407
1.3.4.1.01.2.1	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	326.582.915
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	136.697.328
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.770.354
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	170.017.397
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.757.413
32.266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(*)	2.946.324.514
1052	Recursos Livres da UO	1.011.319.273
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.011.149.919
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	83.724
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	85.630
1087	CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.935.005.241
1.3.1.1.02.3.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Setor Elétrico - Principal	1.501.257.157
1.3.1.1.02.3.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Setor Elétrico - Multas e Juros	26.024
1.9.1.1.05.0.1	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal	371.892.436
1.9.1.1.05.0.2	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	2.325.380
1.9.1.1.05.0.3	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	59.504.244
32.314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.304.815
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.304.815
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1.304.815

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
32.396	Agência Nacional de Mineração - ANM(*)	452.648.442
1050	Recursos Próprios Livres da UO	104.612
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	100.224
1.6.1.1.03.0.3	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	4.388
1052	Recursos Livres da UO	92.496.740
1.3.4.4.01.0.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	79.125.014
1.3.4.4.01.0.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	806.351
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.056.916
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	7.508.459
1053	Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	360.047.090
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	358.944.943
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	1.102.147
32.398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	44.251.683
1050	Recursos Próprios Livres da UO	44.251.683
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	42.023.076
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	2.228.607
33.000	Ministério da Previdência Social	1.042.336.518.250
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	68.996.087
1039	Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	1.678.032
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	5.892.886.855
1054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	791.685.256.470
9054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	1.199.999.998
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	243.487.700.808
33.201	Instituto Nacional do Seguro Social	5.529.819.209
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	5.529.819.209
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.436.241
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	116.689
1.3.6.1.01.4.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta -	5.410.125.693
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	19.342.824
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	87.030.227
1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	31.591
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	10.570.100
1.9.2.3.03.0.1	Reversão de Garantias - Principal	138.561
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	20.371
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	6.912
33.206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	70.746.786
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	68.996.087
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	68.978.180
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	17.907
1039	Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	1.678.032
1.9.1.1.10.0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	1.678.032
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	72.667
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	72.667
33.904	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	1.036.735.952.255
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	362.994.979
1.3.1.1.01.3.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – FRGPS - Principal	5.126.728
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	162.116.373
1.3.2.2.01.2.1	Dividendos - FRGPS - Principal	146.280.826
1.3.2.2.01.2.2	Dividendos - FRGPS - Multas e Juros	5.709.203
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	103.560
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	5.695.342
1.9.4.2.01.0.6	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Juros do Principal	91.959
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	122.494
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	29.851.569
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	7.896.925
1054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	791.685.256.470
1.2.1.4.01.1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	415.563.531.355
1.2.1.4.01.1.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	6.956.930.805
1.2.1.4.01.1.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	3.445.165.355
1.2.1.4.01.1.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.248.632.727
1.2.1.4.01.2.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	110.213.206.853
1.2.1.4.01.2.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	3.589.024.998

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.4.01.2.3 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1.151.368.519
	1.2.1.4.01.2.4 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	417.162.742
	1.2.1.4.02.0.1 Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	243.101.967.423
	1.2.1.4.02.0.2 Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	3.362.883.866
	1.2.1.4.02.0.3 Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1.593.882.377
	1.2.1.4.02.0.4 Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	436.434.523
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	232.093
	1.9.1.1.11.0.1 Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	62.069.122
	1.9.2.2.03.0.1 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	172.953.898
	1.9.2.2.03.0.2 Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros	264.166
	1.9.2.3.04.0.1 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	104.933.127
	1.9.2.3.04.0.2 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	880.570
	1.9.9.9.03.0.1 Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	247.715.091
	1.9.9.9.99.1.4 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	16.016.860
9054	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social	1.199.999.998
	1.2.1.4.01.1.1 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1.199.999.998
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	243.487.700.808
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	243.487.700.808
34.000	Ministério Público da União	2.370.427
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.370.427
34.101	Ministério Público Federal	2.358.680
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.358.680
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	193.200
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.100.000
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	65.480
34.103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	6.673
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.673
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.673
34.105	Escola Superior do Ministério Público da União	5.074
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.074
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	5.074
35.000	Ministério das Relações Exteriores	270.230.719
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.316.863
1052	Recursos Livres da UO	265.913.856
35.101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	270.172.385
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.258.529
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	169.112
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.089.417
1052	Recursos Livres da UO	265.913.856
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	265.913.856
35.201	Fundação Alexandre de Gusmão	58.334
1050	Recursos Próprios Livres da UO	58.334
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	58.334
36.000	Ministério da Saúde	6.120.298.582
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	1.947.381.269
1035	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	3.134.949.383
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	305.502.497
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	4.950.000
1132	Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre	263.079.376
1184	Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde	45.436.057
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	419.000.000
36.201	Fundação Oswaldo Cruz	7.533.811
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	7.533.811
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.637.945
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	4.257.106
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	1.016.917
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	374.028
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	52.398
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	195.417
36.210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	22.053.500
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	22.053.500
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	166.768

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	10.116.820
	1.3.6.1.01.4.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta -	10.385.677
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	213.480
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	16.439
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.154.316
36.211	Fundação Nacional de Saúde	6.458.306
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	6.458.306
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	6.458.306
36.212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)	598.892.450
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	596.608.106
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	561.673.699
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	34.934.407
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	2.284.344
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	2.254.844
	1.9.2.1.01.0.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	29.500
36.213	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS(*)	586.923.211
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	586.444.986
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	28.537.592
	1.1.2.1.01.0.3 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	26.347
	1.1.2.1.01.0.4 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	11.360
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	261.925.545
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	295.944.142
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	478.225
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	478.225
36.901	Fundo Nacional de Saúde	4.898.437.304
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	764.328.177
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	462.552
	1.9.2.3.01.0.1 Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	763.865.625
1035	Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	3.134.949.383
	1.2.1.7.07.1.1 Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	2.271.802.861
	1.3.4.1.02.4.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	234.438.676
	1.3.4.1.03.4.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	468.877.428
	1.3.4.1.04.4.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	159.830.418
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	266.694.311
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	84.734
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	74.841.641
	1.3.6.1.01.4.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta -	6.257.015
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	13.615.656
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	131.402.532
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	32.068.155
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	5.138.177
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	2.159.788
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.126.613
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	4.950.000
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	4.950.000
1132	Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre	263.079.376
	1.9.2.1.05.0.1 Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal	263.079.376
1184	Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde	45.436.057
	1.2.1.7.07.1.1 Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	45.436.057
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	419.000.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	419.000.000
39.000	Ministério dos Transportes	3.117.778.224
1050	Recursos Próprios Livres da UO	848.313.081
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.284.723
1052	Recursos Livres da UO	252.797.817
1144	Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	1.477.373.380
1180	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	275.227.138
1181	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 da Lei nº 14.273/2021	261.782.085
39.101	Ministério dos Transportes - Administração Direta	69.498.073
1050	Recursos Próprios Livres da UO	69.498.073
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	65.797.416
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	3.700.657
39.207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	28.488.864

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	28.488.864
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.456.777
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.599.442
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	20.812.325
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.620.320
39.250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(*)	1.312.565.324
1050	Recursos Próprios Livres da UO	445.466.219
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	58.850
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	433.053.457
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	12.353.912
1052	Recursos Livres da UO	252.797.817
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	252.699
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	22.639.317
1.3.3.1.01.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1.918.000
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	104.403.209
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	123.584.592
1144	Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	77.292.065
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	73.683.662
1.9.1.1.14.0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	3.608.403
1180	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	275.227.138
1.3.3.1.02.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	261.782.085
1.9.1.1.15.0.1	Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal	13.445.053
1181	Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 da Lei nº	261.782.085
1.3.3.1.02.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	261.782.085
39.252	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	790.143.624
1050	Recursos Próprios Livres da UO	93.867.359
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.463.601
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	69.095.380
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.443.176
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	307.740
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	401.014
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	12.156.448
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.284.723
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.284.723
1144	Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	693.991.542
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	681.630.827
1.9.1.1.14.0.2	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Multas e Juros	4.752
1.9.1.1.14.0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	12.355.963
39.905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	917.082.339
1050	Recursos Próprios Livres da UO	210.992.566
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	210.992.566
1144	Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	706.089.773
1.9.1.1.14.0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Principal	705.248.416
1.9.1.1.14.0.2	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Multas e Juros	1.149
1.9.1.1.14.0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - Dívida Ativa	840.208
40.000	Ministério do Trabalho e Emprego	56.208.699.732
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	103.974.092
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	15.821.700
1041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	22.776.113.296
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	32.006.757.233
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.763.140
1052	Recursos Livres da UO	1.027.139.346
1084	FGTS	41.877.500
9041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	233.253.425
40.101	Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	1.069.016.846
1052	Recursos Livres da UO	1.027.139.346
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	412.104.698
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	568.083.267
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	46.951.381
1084	FGTS	41.877.500
1.2.1.9.03.1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	16.683.732
1.2.1.9.03.2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	25.193.768
40.203	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	3.763.140
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.763.140

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	3.625.836
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	137.304
40.901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	55.135.919.746
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	103.974.092
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.671.860
	1.9.1.1.03.0.1 Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	102.302.232
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	15.821.700
	1.9.2.2.07.0.1 Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	15.821.700
1041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	22.776.113.296
	1.2.1.2.01.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	21.245.535.948
	1.2.1.2.01.0.3 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	25.650.809
	1.2.1.2.01.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do	155.343.138
	1.2.1.2.01.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	4.056.020
	1.2.1.2.02.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1.255.308.636
	1.2.1.2.02.0.3 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	35.942.156
	1.2.1.2.02.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	25.124.228
	1.2.1.2.02.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida	2.869.713
	1.2.1.2.49.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	26.282.648
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	32.006.757.233
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	7.235.587.707
	1.3.2.1.02.0.1 Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	262.960.153
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	151.164.344
	1.6.4.1.03.0.1 Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	24.079.698.299
	1.9.2.2.01.1.1 Restituição de Convênios - Primárias - Principal	2.630.166
	1.9.2.2.02.0.1 Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	274.618.452
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	98.112
9041	Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	233.253.425
	1.2.1.2.01.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	233.253.425
41.000	Ministério das Comunicações	1.304.746.719
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	5.864.921
1044	Recursos do FISTEL destinados ao FUST	173.067.935
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.047.370
1052	Recursos Livres da UO	867.300.088
1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	255.466.405
41.231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(*)	264.334.370
1037	Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	5.864.921
	1.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	5.854.817
	1.2.2.1.10.0.3 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	6.389
	7.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.715
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.003.044
	1.3.1.1.99.0.1 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	1.641
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	2.807.941
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	193.462
1120	Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	255.466.405
	1.1.2.1.02.1.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	66.488.876
	1.1.2.1.02.1.3 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida	34.103
	1.1.2.1.02.1.4 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	9.396
	1.1.2.1.02.2.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	21.440.481
	1.1.2.1.02.2.3 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.616.661
	1.1.2.1.02.3.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	4.776.509
	1.1.2.1.02.4.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	4.797.840
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	77.295.108
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	15.369.854
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.917.842
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	325.108
	1.3.3.3.04.1.3 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.479.975
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	168.000
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	13.769
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	19.000
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	49.590.776

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	9.346.849
	7.1.2.1.02.1.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	214.919
	7.1.2.1.02.2.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias	561.339
41.902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST(***)	641.308.428
1044	Recursos do FISTEL destinados ao FUST	173.067.935
	1.3.3.3.01.1.1 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	85.883.454
	1.3.3.3.01.1.3 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	17.077.615
	1.3.3.3.03.1.1 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	2.130.934
	1.3.3.3.04.1.1 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	361.231
	1.3.3.3.04.1.3 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.644.416
	1.3.3.3.05.0.1 Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	420.000
	1.3.3.3.06.1.1 Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.238
	1.3.3.3.99.1.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	15.298
	1.3.3.3.99.2.1 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	47.500
	1.9.1.1.02.1.1 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	55.100.862
	1.9.1.1.02.1.3 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	10.385.387
1052	Recursos Livres da UO	468.240.493
	1.2.2.1.09.1.1 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	464.613.060
	1.2.2.1.09.1.3 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1.500.914
	7.2.2.1.09.1.1 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.126.519
41.903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	399.103.921
1050	Recursos Próprios Livres da UO	44.326
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	44.326
1052	Recursos Livres da UO	399.059.595
	1.2.2.1.09.2.1 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	285.160.114
	1.2.2.1.09.2.2 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	1.833.759
	1.2.2.1.09.2.3 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	4.285.965
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	107.779.757
42.000	Ministério da Cultura	1.761.292.198
1029	Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	985.738.054
1050	Recursos Próprios Livres da UO	291.608.962
1052	Recursos Livres da UO	3.399.833
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	463.238.678
1135	Recursos do FISTEL destinados ao FSA	17.306.671
42.201	Fundação Casa de Rui Barbosa	1.278
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.278
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.278
42.202	Fundação Biblioteca Nacional - BN	1.904.521
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.904.521
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	360.025
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	1.544.496
42.204	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1.702.806
1050	Recursos Próprios Livres da UO	468.496
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	65.662
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	399.294
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.540
1052	Recursos Livres da UO	1.234.310
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	286.315
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	30.745
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	917.250
42.205	Fundação Nacional de Artes	16.244
1050	Recursos Próprios Livres da UO	16.244
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	16.244
42.206	Agência Nacional do Cinema - ANCINE	2.154.740
1052	Recursos Livres da UO	2.154.740
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.187.305
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	967.435

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
42.207	Instituto Brasileiro de Museus	2.003.103
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.003.103
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	30.925
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	2.391
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.969.787
42.902	Fundo Nacional de Cultura	1.753.509.506
1029	Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	985.738.054
1.2.2.1.04.0.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	830.594.418
1.2.2.1.04.0.2	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e	83.131
1.2.2.1.04.0.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida	1.117.789
1.9.2.2.10.2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	42.036.144
2.3.1.1.06.0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	111.906.572
1050	Recursos Próprios Livres da UO	287.215.320
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	247.992.505
1.9.2.2.10.1.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	24.688.379
1.9.2.2.10.2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	78.516
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	287.352
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	14.168.568
1052	Recursos Livres da UO	10.783
1.2.1.9.07.1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	10.783
1121	Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	463.238.678
1.3.9.1.01.1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	1.698.390
1.3.9.1.01.2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	1.748.047
1.3.9.1.01.4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	458.108.510
1.3.9.1.01.5.1	Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal	1.683.731
1135	Recursos do FISTEL destinados ao FSA	17.306.671
1.3.3.3.01.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	8.588.345
1.3.3.3.01.1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.707.762
1.3.3.3.03.1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	213.094
1.3.3.3.04.1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	36.123
1.3.3.3.04.1.3	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	164.442
1.3.3.3.05.0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	42.000
1.3.3.3.99.1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.530
1.3.3.3.99.2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	4.750
1.9.1.1.02.1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	5.510.086
1.9.1.1.02.1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.038.539
44.000	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	1.956.724.410
1038	Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	65.358.743
1050	Recursos Próprios Livres da UO	564.361.449
1052	Recursos Livres da UO	236.502.980
1067	Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	16.398.532
1068	FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	8.199.266
1069	Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	274.326.276
1070	Controle e Fiscalização Ambiental	430.935.912
1072	Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	175.566.071
1078	Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo	117.044.047
1092	Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	10.287.060
1096	Doações Nacionais	57.744.074
44.101	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta	117.044.047
1078	Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo	117.044.047
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1.908.975
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	115.135.072
44.102	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	28.057.896
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.960
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.191
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	14.769
1052	Recursos Livres da UO	19.840.670
1.3.4.6.01.1.1	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	19.385.611

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1068	1.3.4.6.01.1.2 Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	411.949
	1.3.4.6.03.0.1 Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal	43.110
	FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	8.199.266
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	7.966.382
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	232.884
44.201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	905.011.368
1050	Recursos Próprios Livres da UO	197.942.610
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	21.237
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	193.919.781
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.046.636
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	4.185
	7.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.950.771
	- Operações Intraorçamentárias	
1052	Recursos Livres da UO	208.101.712
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	399.757
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	100.706.349
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	13.332
	1.9.1.1.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	106.982.274
1070	Controle e Fiscalização Ambiental	430.935.912
	1.1.2.1.04.0.1 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	430.935.912
1092	Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	10.287.060
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	10.255.570
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	31.490
1096	Doações Nacionais	57.744.074
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	40.304.074
	2.4.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	17.440.000
44.206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	21.630.867
1050	Recursos Próprios Livres da UO	21.630.867
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	480.389
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	350.076
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	20.800.402
44.207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	125.470.075
1038	Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	65.358.743
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.347.819
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	13.938.846
	1.3.1.1.02.1.2 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	1.260
	Multas e Juros	
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	3.056
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	43.705.160
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	496.157
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	76.081
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	790.364
1050	Recursos Próprios Livres da UO	35.152.202
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.418.056
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	7.505.532
	1.3.1.1.02.1.2 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral -	679
	Multas e Juros	
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	1.646
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	23.533.548
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	267.161
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	425.580
1052	Recursos Livres da UO	8.560.598
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	3.614.240
	1.9.1.1.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	4.946.358
1067	Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	16.398.532
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	15.932.763
	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	465.769
44.901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	274.326.276
1069	Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	274.326.276
	1.9.1.1.01.0.3 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	142.591.732
	1.9.1.1.06.1.1 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	111.928.631
	1.9.1.1.06.2.1 Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	19.805.913
44.902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	485.183.881
1050	Recursos Próprios Livres da UO	309.617.810
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	175.311.746
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	12.997.164
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	121.308.900
1072	Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e	175.566.071

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	2.863.463
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	172.702.608
46.000	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	179.599.504
1013	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	12.496.712
1017	Montepio Civil	51.718
1033	PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	107.393.813
1050	Recursos Próprios Livres da UO	59.564.830
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	92.431
46.101	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos- Administração Direta	120.245.820
1013	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	12.496.712
2.2.2.1.02.0.1	Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal	12.496.712
1017	Montepio Civil	51.718
1.9.9.9.04.0.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	51.718
1033	PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	107.393.813
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	15.885.135
1.3.1.1.01.2.2	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	585.247
1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	2.080.011
1.3.1.1.01.4.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – SPU - Principal	878.550
1.3.1.1.01.4.2	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – SPU - Multas e Juros	1.221
1.3.1.1.02.2.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – SPU -	188.716
1.3.1.1.02.2.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – SPU - Multas e Juros	1.460
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	59.108.906
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	531.609
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.838.068
1.9.2.1.02.0.2	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	4.177
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.290.713
1050	Recursos Próprios Livres da UO	211.146
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	204.738
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	6.408
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	92.431
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	92.431
46.201	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	58.573.684
1050	Recursos Próprios Livres da UO	58.573.684
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13.684
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	58.560.000
46.203	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	780.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	780.000
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	780.000
47.000	Ministério do Planejamento e Orçamento	7.076.072
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.177.624
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	41.478
1081	Convênios	5.856.970
47.204	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	6.732
1050	Recursos Próprios Livres da UO	6.732
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	6.732
47.205	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	7.069.340
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.170.892
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	190.597
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	667.960
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	312.335
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	41.478
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	41.478
1081	Convênios	5.856.970
1.7.4.1.01.0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	5.856.970
49.000	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	2.348.194.851
1050	Recursos Próprios Livres da UO	48.644.299
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	87.890.487
1052	Recursos Livres da UO	1.962.166.635
1057	Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	14.795.394
1060	Política de Garantia de Preços Mínimos	182.477.652
1062	Cobertura de Déficit nas Operações da PGPM	36.978.589
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	15.241.795

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
49.101	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	15.241.795
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	15.241.795
2.1.2.2.01.0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	15.241.795
49.201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2.059.121.559
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.041.314
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	812.916
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	12.805
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1.215.593
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	80.118.216
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	80.118.216
1052	Recursos Livres da UO	1.962.166.635
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	67.397.222
1.2.2.1.12.1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal	1.804.084.372
1.2.2.1.12.1.2	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Multas e Juros	17.766.133
1.2.2.1.12.1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	50.132.249
1.2.2.1.12.1.4	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e	12.916.566
1.2.2.1.13.0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal	9.870.093
1057	Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	14.795.394
2.1.1.1.03.0.1	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	14.795.394
49.202	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	273.831.497
1050	Recursos Próprios Livres da UO	46.602.985
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	10.219.134
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	30.870
1.3.2.2.01.9.1	Dividendos - Demais - Principal	529.022
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	12.650.787
1.6.1.1.01.0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	44.987
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.664.636
1.9.1.1.09.0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	84.828
1.9.2.2.06.3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	12.241.320
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1.414.049
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	7.636.904
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	86.448
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	7.772.271
1.9.4.2.01.0.6	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Juros do Principal	1.342.466
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	609.097
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	5.820.708
1060	Política de Garantia de Preços Mínimos	182.477.652
1.9.9.9.17.0.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	182.477.652
1062	Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM	36.978.589
7.9.9.9.19.0.1	Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal	36.978.589
51.000	Ministério do Esporte	1.106.051.628
1034	Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	399.975.299
1052	Recursos Livres da UO	706.076.329
51.101	Ministério do Esporte - Administração Direta	1.106.051.628
1034	Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública	399.975.299
1.3.9.1.01.2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	5.418.943
1.3.9.1.01.4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	391.989.756
1.3.9.1.01.5.1	Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal	1.683.731
1.3.9.1.01.6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	882.869
1052	Recursos Livres da UO	706.076.329
1.3.9.1.01.7.1	Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	706.076.329
52.000	Ministério da Defesa	23.830.147.393
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	2.738.250.030
1009	Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	5.643.533
1021	Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	61.195.521
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	9.189.211.520
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	19.522.915
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.504.495.986
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	32.578.112
1052	Recursos Livres da UO	4.601.887.539
1063	Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	261.699.316
1077	Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.177.829.037
1081	Convênios	107.500.000
1090	Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	17.044.252
1115	Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	426.106.289

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1183	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	31.805.240
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.185.425.592
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.469.952.511
52.101	Ministério da Defesa - Administração Direta	9.190.211.520
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	9.189.211.520
	1.2.1.5.04.1.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	9.189.211.520
1081	Convênios	1.000.000
	1.7.4.1.01.0.1 Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1.000.000
52.111	Comando da Aeronáutica	2.257.436.982
1052	Recursos Livres da UO	1.876.611
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.876.611
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	897.966.777
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	897.966.777
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.357.593.594
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.357.593.594
52.121	Comando do Exército	138.931.136
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.625.896
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	4.625.896
1081	Convênios	102.500.000
	2.4.2.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	94.000.000
	2.4.3.2.01.0.1 Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	8.500.000
1183	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	31.805.240
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	31.805.240
52.131	Comando da Marinha	1.577.646.769
1077	Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.177.829.037
	1.3.4.1.02.3.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	691.620.285
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	486.208.752
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	287.458.815
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	287.458.815
1449	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	112.358.917
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	112.358.917
52.211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	5.157.931
1050	Recursos Próprios Livres da UO	5.107.931
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	5.107.931
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	50.000
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	50.000
52.221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	150.555.001
1050	Recursos Próprios Livres da UO	150.432.721
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.500.313
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	14.748.168
	1.3.2.2.01.9.1 Dividendos - Demais - Principal	76.754
	1.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal	119.520.490
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	342.177
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	70.402
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	1.700.237
	7.5.1.1.01.0.1 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	12.474.180
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	122.280
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	122.280
52.222	Fundação Osório	447.834
1050	Recursos Próprios Livres da UO	447.834
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	406.640
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	41.194
52.232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	37.169.894
1050	Recursos Próprios Livres da UO	37.169.894
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	7.269.894
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	20.300.000
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	9.600.000
52.233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	4.000.000
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.000.000
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.000.000
52.901	Fundo do Ministério da Defesa	3.824.078
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.824.078

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
52.902	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.339.056
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	185.479
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	2.299.543
52.902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	19.522.915
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	19.522.915
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	910.149
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	30.160
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1.210.980
	1.6.3.1.01.0.1 Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	743.817
	1.6.3.2.01.0.1 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	13.116.021
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	3.200.844
	1.9.2.3.99.0.2 Outros Ressarcimentos - Multas e Juros	310.944
52.903	Fundo do Serviço Militar	22.056.599
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.546.707
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1.546.707
1052	Recursos Livres da UO	20.509.892
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	7.817.471
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	12.692.421
52.910	Fundo Aeronáutico – Receitas Específicas	29.848.115
1050	Recursos Próprios Livres da UO	29.848.115
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.247.269
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.903.901
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	8.851.245
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	845.700
52.911	Fundo Aeronáutico	5.855.046.494
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	378.939.356
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	315.791.404
	1.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	63.144.675
	7.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.277
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.157.611.531
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	56.121.328
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	130.376
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	962.975.927
	1.3.2.2.01.9.1 Dividendos - Demais - Principal	2.047
	1.3.6.1.01.4.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta -	74.744.805
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	15.687.326
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	1.440.062
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	17.722.352
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	28.787.308
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	11.941.156
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	11.941.156
1052	Recursos Livres da UO	4.306.554.451
	1.6.2.1.01.1.1 Serviços de Navegação Aérea - Principal	4.306.554.451
52.920	Fundo do Exército – Receitas Específicas	80.395.661
1050	Recursos Próprios Livres da UO	80.395.661
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	15.038.687
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	15.805
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	55.622.122
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	1.903
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	7.554.756
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	504.229
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	1.505.860
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	152.299
52.921	Fundo do Exército	2.357.144.108
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	1.776.514.248
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	1.651.637.883
	1.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	7.697.358
	7.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	117.179.007
1021	Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	61.195.521
	1.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	59.661.747
	1.1.2.1.01.0.2 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.440.346
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	93.428
1050	Recursos Próprios Livres da UO	509.778.515
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	56.856.364
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	34.257
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	222.041.212
	1.3.6.1.01.4.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta -	181.558.420

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	13.146.656
	1.6.1.1.01.0.2 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e	5.452
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	8.983.548
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	9.459.244
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	579.243
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	62.829
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	409.469
	1.9.2.1.01.0.1 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1.514.496
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	11.825.871
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	784.214
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	2.517.240
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	9.655.824
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	9.655.824
52.930	Fundo Naval – Receitas Específicas	22.585.909
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.380.765
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	421.653
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.512.000
	1.6.1.1.02.0.1 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.858.320
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.386.000
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	202.792
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.205.144
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	4.205.144
1081	Convênios	4.000.000
	1.7.1.7.99.0.1 Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	2.000.000
	1.7.2.4.01.0.1 Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.000.000
52.931	Fundo Naval	1.730.283.019
1005	Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas	582.796.426
	1.2.1.6.05.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	451.212.367
	1.9.2.1.04.0.1 Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	131.584.059
1009	Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	5.643.533
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.641.698
	1.9.1.1.01.0.2 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.835
1050	Recursos Próprios Livres da UO	430.253.353
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.718.880
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	287.189.000
	1.3.6.1.01.4.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta -	76.313.541
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	35.679.511
	1.6.1.1.03.0.1 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	7.644.629
	1.6.2.1.03.0.1 Serviços Portuários - Principal	483.024
	1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	38.520
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	234.057
	1.9.2.1.03.0.1 Indenização por Sinistro - Principal	1.024.637
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	2.922.248
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	5.306
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	6.603.708
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	6.603.708
1052	Recursos Livres da UO	136.142
	1.1.2.2.01.0.1 Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	136.142
1063	Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	261.699.316
	1.6.2.1.01.2.1 Serviços de Navegação Naval - Principal	261.699.316
1090	Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional -	17.044.252
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	17.044.252
1115	Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	426.106.289
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	426.106.289
52.932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	347.883.428
1050	Recursos Próprios Livres da UO	75.072.985
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	72.326.840
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.746.145
1052	Recursos Livres da UO	272.810.443
	1.2.1.9.06.1.1 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	203.079.577
	1.2.1.9.06.1.2 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	1.485.707
	1.2.1.9.06.1.3 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	2.689.405
	1.2.1.9.06.1.4 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.639.811
	1.2.2.1.05.0.1 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	63.915.943
53.000	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	616.665.169
1016	Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	135.380.290

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1050	Recursos Próprios Livres da UO	127.750.173
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	17.159.471
1052	Recursos Livres da UO	39.294.232
1066	Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	83.948.635
1071	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	212.443.717
1182	Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)	688.651
53.101	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	150.458.734
1050	Recursos Próprios Livres da UO	39.768.739
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	39.768.739
1052	Recursos Livres da UO	26.052.709
	1.6.1.1.06.0.1 Serviços de Operação, Manutenção e Fornecimento de Água - Principal	26.052.709
1066	Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	83.948.635
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	34.818.203
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	49.130.432
1182	Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)	688.651
	1.9.3.1.10.0.1 Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	688.651
53.201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	67.923.278
1050	Recursos Próprios Livres da UO	56.146.646
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	343.457
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	9.528.519
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	17.614.413
	1.3.2.2.01.9.1 Dividendos - Demais - Principal	3.677
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	24.833.359
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.959.416
	1.9.2.1.03.0.1 Indenização por Sinistro - Principal	403.973
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	459.832
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	11.776.632
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	11.776.632
53.202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	20.466.595
1050	Recursos Próprios Livres da UO	11.144.407
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	8.812.208
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	2.308.188
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.011
1052	Recursos Livres da UO	9.322.188
	7.9.9.9.13.1.1 Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações	9.322.188
53.203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	17.675.188
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.675.188
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	12.743.165
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	4.635.800
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	296.223
53.204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	7.533.946
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.151.107
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	988.095
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.458
	1.3.1.1.02.1.1 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	170.271
	1.3.2.2.01.9.1 Dividendos - Demais - Principal	98.634
	1.4.1.1.01.0.1 Receita Agropecuária - Principal	15.981
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	841.076
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	34.592
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.382.839
	2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.296.273
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	3.086.566
53.207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	3.959.952
1050	Recursos Próprios Livres da UO	864.086
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	864.086
1052	Recursos Livres da UO	3.095.866
	7.9.9.9.13.1.1 Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações	3.095.866
53.210	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA(*)	348.647.476
1016	Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	135.380.290
	1.3.4.5.01.0.1 Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	135.207.409
	1.3.4.5.01.0.3 Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Dívida Ativa	172.881
1052	Recursos Livres da UO	823.469
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	823.469
1071	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	212.443.717
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	196.521.729

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.4.5.03.4.1 Utilização de Recursos Hídricos – Terras Indígenas - Principal	15.921.988
54.000	Ministério do Turismo	1.524.792.293
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.202
1052	Recursos Livres da UO	712.438.563
1140	Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	812.339.528
54.101	Ministério do Turismo - Administração Direta	1.524.792.293
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.202
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	14.202
1052	Recursos Livres da UO	712.438.563
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	712.437.377
	1.9.1.1.01.0.1 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.186
1140	Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	812.339.528
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	218.391.318
	1.3.3.2.04.0.1 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	541.773.775
	1.3.3.2.04.0.2 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Multas e Juros	255.640
	1.3.3.2.04.0.3 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Dívida Ativa	51.918.795
55.000	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	70.029.060.321
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	260.321
1132	Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre	28.800.000
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	70.000.000.000
55.101	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta	40.003.459.156
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	259.156
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	259.156
1132	Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre	3.200.000
	1.9.2.1.05.0.1 Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal	3.200.000
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	40.000.000.000
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	40.000.000.000
55.901	Fundo Nacional de Assistência Social	30.025.601.165
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	1.165
	1.3.2.1.03.0.1 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	1.165
1132	Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre	25.600.000
	1.9.2.1.05.0.1 Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal	25.600.000
9444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	30.000.000.000
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	30.000.000.000
56.000	Ministério das Cidades	150.773.086
1050	Recursos Próprios Livres da UO	150.773.086
56.201	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	115.291.154
1050	Recursos Próprios Livres da UO	115.291.154
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.134.592
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	10.176
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	19.093.083
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	117.159
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	91.300.701
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	115.076
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	1.421.050
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	99.317
56.202	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	32.130.050
1050	Recursos Próprios Livres da UO	32.130.050
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.828.080
	1.3.1.1.01.1.2 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	35.872
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	146.124
	1.6.2.1.02.0.1 Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	28.110.188
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.274
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	5.512
56.902	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	3.351.882
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.351.882
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	3.351.882
58.000	Ministério da Pesca e Aquicultura	14.843.480
1050	Recursos Próprios Livres da UO	27.933
1052	Recursos Livres da UO	14.815.547
58.101	Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração Direta	14.843.480
1050	Recursos Próprios Livres da UO	27.933
	1.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.933

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1052	Recursos Livres da UO	14.815.547
1.1.2.1.05.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	14.815.547
59.000	Conselho Nacional do Ministério Público	13.666
1050	Recursos Próprios Livres da UO	13.666
59.101	Conselho Nacional do Ministério Público	13.666
1050	Recursos Próprios Livres da UO	13.666
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	13.666
68.000	Ministério de Portos e Aeroportos	11.623.416.916
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.106.237.453
1052	Recursos Livres da UO	4.675.393.674
1088	Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	27.029.414
1089	Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	188.591.859
1091	Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras	3.626.164.516
68.201	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	34.619.779
1052	Recursos Livres da UO	34.619.779
1.3.3.2.03.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	31.332.000
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.813.221
1.9.1.1.01.0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	474.558
68.213	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	424.937.888
1050	Recursos Próprios Livres da UO	193.838.145
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	193.773.581
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	64.564
1052	Recursos Livres da UO	15.478.470
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	14.900.446
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	115.808
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	335.292
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	126.924
1088	Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	27.029.414
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	8.088.454
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	18.924.846
1.9.1.1.01.0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	16.114
1089	Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	188.591.859
1.2.1.9.05.1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	184.485.708
1.2.1.9.05.1.2	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	2.132.990
1.2.1.9.05.1.3	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	1.765.445
1.2.1.9.05.1.4	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	207.716
68.901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	9.268.400.351
1050	Recursos Próprios Livres da UO	2.402.819.567
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1.712.928.357
1.6.4.1.01.0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	689.891.210
1052	Recursos Livres da UO	3.239.416.268
2.3.1.1.07.1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	3.239.416.268
1091	Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras	3.626.164.516
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	3.626.164.516
68.902	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	1.895.458.898
1050	Recursos Próprios Livres da UO	509.579.741
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	509.579.741
1052	Recursos Livres da UO	1.385.879.157
1.3.3.2.04.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	1.264.138.808
1.3.3.2.04.0.2	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Multas e Juros	596.493
1.3.3.2.04.0.3	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Dívida Ativa	121.143.856
71.000	Encargos Financeiros da União	29.295.728.753
1050	Recursos Próprios Livres da UO	7.822.332.441
1052	Recursos Livres da UO	217.645.381
1074	Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	291.181.874
1147	Destinações do Fundo Social - FS	20.964.569.057
71.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	291.181.874
1074	Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	291.181.874
1.3.1.1.01.5.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis - Malha Ferroviária/Fundo Contingente - Extinta RFFSA -	291.181.874
71.903	Fundo Social - FS	24.674.702.777
1050	Recursos Próprios Livres da UO	3.710.133.720
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	3.710.133.720
1147	Destinações do Fundo Social - FS	20.964.569.057
1.3.4.1.02.2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	606.483.496

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.4.1.03.1.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	77.039.261
	1.3.4.1.03.2.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.207.648.521
	1.3.4.1.04.2.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	5.900.299.236
	1.5.1.1.02.1.1 Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal	10.523.813.887
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.097.436.603
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	1.551.848.053
71.904	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	53.122.441
1050	Recursos Próprios Livres da UO	43.043.888
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	32.784.258
	1.3.2.1.05.0.1 Juros de Títulos de Renda - Principal	10.259.630
1052	Recursos Livres da UO	10.078.553
	1.6.4.1.02.0.1 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	10.078.553
71.905	Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	4.276.721.661
1050	Recursos Próprios Livres da UO	4.069.154.833
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	3.954.642.853
	1.9.2.2.08.0.1 Restituição de Garantias Prestadas - Principal	114.511.980
1052	Recursos Livres da UO	207.566.828
	1.6.4.1.02.0.1 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	189.023.792
	1.6.4.1.02.0.2 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	18.543.036
73.000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	593.948.837.908
1006	Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	20.735.692
1023	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	181.303.764
1024	Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF	608.650.089
1055	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado	268.716.387
1125	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal	264.857.206
1126	Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	25.726.012
1201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	260.734.151.495
1202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	219.834.676.753
1203	Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.752.484.186
1206	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.904.524.652
1211	Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.078.330.253
1213	Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	24.562.149.477
1219	Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	27.382.982
1229	Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	23.426.473
1234	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	2.282.330.976
1235	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu	1.492.208.679
1241	Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios	6.613.109.821
1242	Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios	57.237.846.933
1286	Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	205.315.952
1287	Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	3.569.592
1289	Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	31.805.240
9201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	2.469.450.000
9202	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.082.085.294
9203	Transferência Constitucional do IPI Exportação	244.000.000
73.107	Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	24.562.149.477
1213	Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	24.562.149.477
	1.2.1.9.04.1.1 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	23.853.832.336
	1.2.1.9.04.1.2 Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	151.936.973
	1.2.1.9.04.1.3 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	415.833.799
	1.2.1.9.04.1.4 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	140.546.369
73.108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	500.127.085.615
1201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	260.734.151.495
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	20.550.309.588
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	949.862.494
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	70.206.145
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	81.268.075
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	135.478.693
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	80.278.611.916
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.571.379.284
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	238.487.364
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	139.842.241

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1202	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	304.552.433
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	54.146.401.864
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	433.672.774
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	171.295.964
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	26.320.355
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	56.016.458
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	47.002.992.172
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	23.537.985.652
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	6.149.183.197
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	21.025.193
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.959.592.124
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	181.236
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	938.374.913
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.486.523.958
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	8.610.431.615
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	24.303.991
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	9.436.671.023
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	235.331.919
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	73.341.358
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	25.954.085
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	78.126.834
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	173.292
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	229.500
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	22.170
	7.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.615
	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	219.834.676.753
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	17.326.731.613
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	800.864.456
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	59.193.416
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	68.520.142
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	114.227.134
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	67.685.888.479
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.324.888.416
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	201.077.581
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	117.906.203
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	256.779.502
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	45.652.848.631
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	365.645.672
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	144.426.009
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	22.191.672
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	47.229.563
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	39.629.973.792
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	19.845.752.609
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	5.184.605.441
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	17.727.123
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.495.342.379
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	152.807
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	791.178.848
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.096.480.985
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	7.259.775.676
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	20.491.601
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	7.956.408.901
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	198.417.108
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	61.836.831
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	21.882.856
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	65.871.645
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	146.109
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	193.500
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	18.692
	7.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.361
1203	Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.752.484.186
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	1.160.624.363
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	71.073
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	367.990.162
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	975.107.435
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	3.376.639.849
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	9.530.977

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1206	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	3.700.655.303
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	92.287.027
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	28.761.317
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	10.178.073
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	30.637.974
	7.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	633
	Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.904.524.652
	1.1.1.2.01.1.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	3.400.703.406
	1.1.1.2.01.1.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	247.909.355
	1.1.1.2.01.1.3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	15.588.194
	1.1.1.2.01.1.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas da Dívida Ativa	12.592.989
	1.1.1.2.01.1.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Juros da Dívida Ativa	22.229.409
	1.1.1.2.01.2.1 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	188.927.967
	1.1.1.2.01.2.2 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	13.772.742
	1.1.1.2.01.2.3 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	866.012
	1.1.1.2.01.2.7 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	699.611
	1.1.1.2.01.2.8 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1.234.967
	Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.078.330.253
	1.2.2.1.08.1.1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	102.467.453
	1.2.2.1.08.2.1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	974.990.770
	1.2.2.1.08.2.3 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	290.691
	1.2.2.1.08.2.7 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	59.461
	1.2.2.1.08.2.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	521.878
	Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	27.382.982
	1.1.1.5.01.0.1 Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro - Principal	27.382.982
9201	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	2.469.450.000
9202	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1.847.250.000
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	622.200.000
9203	Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.082.085.294
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1.557.485.294
73.109	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	524.600.000
	Transferência Constitucional do IPI Exportação	244.000.000
1289	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	244.000.000
	Recursos sob Supervisão do Ministério do Esporte	31.805.240
73.111	Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	31.805.240
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de Aque - Principal	31.805.240
1229	Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	23.426.473
73.113	Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	23.426.473
	1.3.4.6.01.2.1 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	22.761.090
1023	1.3.4.6.01.2.2 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	665.383
	Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	390.189.308
1286	Pensões Militares da União e dos Ex-territórios	181.303.764
	1.2.1.5.04.1.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	181.303.764
1287	Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	205.315.952
	1.3.1.1.01.2.1 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	181.544.402
73.116	1.3.1.1.01.2.3 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	23.771.550
	Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	3.569.592
1242	2.2.2.1.02.0.1 Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal	3.569.592
	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	57.237.846.933
1242	Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e	57.237.846.933
	1.3.4.1.02.1.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	758.652.721
	1.3.4.1.02.2.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	4.851.867.968
	1.3.4.1.02.3.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	3.952.115.916
	1.3.4.1.02.4.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	3.751.018.813
	1.3.4.1.03.1.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	462.235.563
	1.3.4.1.03.2.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	3.622.945.562
	1.3.4.1.03.3.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	2.778.335.726
	1.3.4.1.03.4.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	2.813.264.569
	1.3.4.1.04.1.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	34.088.845

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.4.1.04.2.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	11.800.598.471
	1.3.4.1.04.3.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	2.055.983.423
	1.3.4.1.04.4.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	639.321.671
	1.3.4.3.02.4.1 Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	19.717.417.685
73.118	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	3.774.539.655
1234	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	2.282.330.976
	1.3.4.5.03.2.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	2.105.589.949
	1.3.4.5.03.3.1 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal	6.148.293
	1.3.4.5.03.4.1 Utilização de Recursos Hídricos - Terras Indígenas - Principal	170.592.734
1235	Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e	1.492.208.679
	1.3.4.5.03.1.1 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	1.492.208.679
73.119	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Mineração - ANM	6.613.109.821
1241	Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e	6.613.109.821
	1.3.4.4.02.0.1 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	6.592.866.304
	1.3.4.4.02.0.3 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	20.243.517
73.901	Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	1.188.685.386
1006	Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	20.735.692
	1.2.1.6.01.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	20.735.692
1024	Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF	608.650.089
	1.2.1.5.04.2.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	412.317.678
	1.2.1.5.04.3.1 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	196.332.411
1055	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição do Segurado	268.716.387
	1.2.1.5.01.1.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	136.082.518
	1.2.1.5.01.2.1 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	132.633.869
1125	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF - Contribuição Patronal	264.857.206
	7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	264.857.206
1126	Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes	25.726.012
	1.2.1.6.02.1.1 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	25.726.012
74.000	Operações Oficiais de Crédito	72.281.629.324
1050	Recursos Próprios Livres da UO	1.764.916.038
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	13.779.855
1052	Recursos Livres da UO	13.111.549.768
1061	Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	967.953.057
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	19.457.922
1124	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	433.928.524
1207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	6.134.921.210
1208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	6.134.921.210
1209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	9.202.381.819
1210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido	9.202.381.819
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	22.412.000.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	2.592.914.572
9207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	58.104.706
9208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	58.104.706
9209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	87.157.059
9210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido	87.157.059
74.101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	2.379.953.057
1061	Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito	967.953.057
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	36.802.761
	2.3.1.1.05.0.1 Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	931.150.296
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.412.000.000
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	1.412.000.000
74.203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MDA	17.839.430
1050	Recursos Próprios Livres da UO	17.839.430
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	17.839.430
74.204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	235.235.430
1050	Recursos Próprios Livres da UO	221.455.575
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	4.960.024
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1.477.122
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	66.634.474
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	156.579

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.9.4.4.06.0.2 Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros	16.142
	1.9.9.9.99.2.1 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	569.623
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	147.641.611
1051	Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	13.779.855
	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	13.779.855
74.205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	14.086.881
1050	Recursos Próprios Livres da UO	14.086.881
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	9.746.361
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	506.948
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	3.833.572
74.901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - M. Agric. e Pec.	7.368.712.499
1050	Recursos Próprios Livres da UO	350.481.752
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	342.177.820
	1.9.9.9.99.3.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	8.303.932
1052	Recursos Livres da UO	7.018.230.747
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	344.873.016
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	6.673.357.731
74.902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	5.235.050.382
1050	Recursos Próprios Livres da UO	216.333.444
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	215.478.566
	1.3.2.1.05.0.1 Juros de Títulos de Renda - Principal	854.878
1052	Recursos Livres da UO	4.584.788.414
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.287.371.741
	2.3.1.1.07.2.1 Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES -	3.297.416.673
1124	Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES	433.928.524
	1.9.3.1.04.0.1 Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	433.239.873
	1.9.3.1.10.0.1 Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	688.651
74.906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA	144.462.047
1050	Recursos Próprios Livres da UO	126.779.384
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	80.633.856
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	8.400.645
	1.9.9.9.99.3.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	37.744.883
1052	Recursos Livres da UO	17.682.663
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	17.682.663
74.908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	826.435.095
1050	Recursos Próprios Livres da UO	170.478.692
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	25.190.789
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	145.287.903
1052	Recursos Livres da UO	655.956.403
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	655.956.403
74.913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - MDR	6.193.025.916
1207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	6.134.921.210
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	483.536.696
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	22.349.706
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	1.651.909
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	1.912.190
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	3.187.734
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1.888.908.516
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	36.973.630
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	5.611.467
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	3.290.406
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	7.165.940
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.274.032.985
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	10.204.065
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	4.030.493
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	619.302
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.318.034
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.105.952.757
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	553.834.957
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	144.686.663
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	494.710
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	69.637.462
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	4.264
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	22.079.410
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	58.506.446
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	202.598.391
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	571.859

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	222.039.318
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	5.537.222
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.725.679
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	610.684
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.838.278
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	4.077
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.400
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	522
	7.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	38
9207	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte	58.104.706
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	43.464.706
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	14.640.000
74.914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - MDR	6.193.025.916
1208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	6.134.921.210
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	483.536.696
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	22.349.706
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	1.651.909
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	1.912.190
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	3.187.734
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1.888.908.516
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	36.973.630
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	5.611.467
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	3.290.406
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	7.165.940
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.274.032.985
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	10.204.065
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	4.030.493
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	619.302
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.318.034
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.105.952.757
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	553.834.957
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	144.686.663
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	494.710
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	69.637.462
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	4.264
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	22.079.410
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	58.506.446
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	202.598.391
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	571.859
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	222.039.318
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	5.537.222
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.725.679
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	610.684
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.838.278
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	4.077
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.400
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	522
	7.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	38
9208	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste	58.104.706
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	43.464.706
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	14.640.000
74.915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - MDR	18.579.077.756
1209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	9.202.381.819
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	725.305.044
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	33.524.559
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	2.477.864
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	2.868.285
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	4.781.601
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.833.362.774
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	55.460.445
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	8.417.201
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	4.935.609
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	10.748.909
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.911.049.478
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	15.306.098
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	6.045.740
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	928.954

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.977.051
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.658.929.135
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	830.752.435
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	217.029.995
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	742.066
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	104.456.193
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	6.397
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	33.119.115
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	87.759.669
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	303.897.586
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	857.788
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	333.058.977
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	8.305.832
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.588.519
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	916.027
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	2.757.418
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	6.116
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.100
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	782
	7.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	57
1210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste -	9.202.381.819
	1.1.1.3.01.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	725.305.044
	1.1.1.3.01.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	33.524.559
	1.1.1.3.01.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	2.477.864
	1.1.1.3.01.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	2.868.285
	1.1.1.3.01.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	4.781.601
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.833.362.774
	1.1.1.3.02.0.2 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	55.460.445
	1.1.1.3.02.0.3 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	8.417.201
	1.1.1.3.02.0.7 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	4.935.609
	1.1.1.3.02.0.8 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	10.748.909
	1.1.1.3.03.1.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.911.049.478
	1.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	15.306.098
	1.1.1.3.03.1.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	6.045.740
	1.1.1.3.03.1.7 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	928.954
	1.1.1.3.03.1.8 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.977.051
	1.1.1.3.03.2.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.658.929.135
	1.1.1.3.03.3.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	830.752.435
	1.1.1.3.03.4.1 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	217.029.995
	1.1.1.3.03.4.3 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	742.066
	1.1.1.4.01.1.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	104.456.193
	1.1.1.4.01.1.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	6.397
	1.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	33.119.115
	1.1.1.4.01.3.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	87.759.669
	1.1.1.4.01.4.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	303.897.586
	1.1.1.4.01.4.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	857.788
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	333.058.977
	1.1.1.4.01.5.2 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	8.305.832
	1.1.1.4.01.5.3 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.588.519
	1.1.1.4.01.5.7 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	916.027
	1.1.1.4.01.5.8 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	2.757.418
	7.1.1.3.03.1.2 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	6.116
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.100
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	782
	7.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	57
9209	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste	87.157.059
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	65.197.059
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	21.960.000
9210	Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste -	87.157.059
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	65.197.059
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	21.960.000
74.916	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - MMA	11.000.000.000
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	11.000.000.000
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	11.000.000.000
74.917	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - MDR	1.269.070.666
1050	Recursos Próprios Livres da UO	326.638.430

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	326.500.182
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	138.248
1052	Recursos Livres da UO	472.051.644
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	472.051.644
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	7.188.604
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	7.188.604
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	463.191.988
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	463.191.988
74.918	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR	1.133.932.378
1050	Recursos Próprios Livres da UO	206.114.080
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	172.824.078
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	33.290.002
1052	Recursos Livres da UO	334.902.395
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	334.902.395
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	11.663.919
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	506.954
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	5.100.037
	7.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.056.928
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	581.251.984
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	581.251.984
74.919	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - MDR	590.881.871
1050	Recursos Próprios Livres da UO	114.708.370
	1.3.2.1.01.1.1 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	102.891.415
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	11.816.955
1052	Recursos Livres da UO	27.937.502
	1.9.4.4.07.1.2 Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral - Multas e Juros	35.438
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	27.902.064
1114	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	605.399
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	179.954
	1.9.4.4.07.1.2 Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral - Multas e Juros	540
	2.3.1.1.07.1.1 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	424.905
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	447.630.600
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	447.630.600
74.920	Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST - M. Comunicações	1.100.840.000
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1.100.840.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.100.840.000
74.921	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS)/PR	10.000.000.000
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	10.000.000.000
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	10.000.000.000
75.000	Dívida Pública Federal	2.563.741.403.959
1400	Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	41.027.915.349
1401	Amortização da Dívida Pública Federal	46.538.884.675
1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.822.972.167.477
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	642.721.771.458
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	10.480.665.000
75.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	2.563.741.403.959
1400	Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	41.027.915.349
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	24.827.729.439
	2.3.1.1.03.0.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	16.200.185.910
1401	Amortização da Dívida Pública Federal	46.538.884.675
	1.3.2.1.06.0.1 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	14.862.197.186
	1.3.2.1.06.0.2 Juros sobre o Capital Próprio - Multas e Juros	3.584.010
	1.3.2.2.01.1.1 Dividendos - União - Principal	23.006.839.199
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.199.125.041
	2.3.1.1.03.0.1 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	76.242.499
	2.3.1.1.06.0.1 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	6.390.896.740
1443	Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.822.972.167.477
	2.1.1.1.02.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	1.822.972.167.477
1444	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	642.721.771.458
	2.1.1.1.01.0.1 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	642.721.771.458
1448	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	10.480.665.000
	2.1.2.2.01.0.1 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	10.480.665.000
81.000	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	14.671.152

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	421.089
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	10.390.848
1096	Doações Nacionais	2.444.929
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	1.414.286
81.901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	11.372.578
1003	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social	421.089
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	421.089
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	9.537.203
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	9.537.203
1122	Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	1.414.286
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1.414.286
81.902	Fundo Nacional do Idoso - FNI	3.298.574
1049	Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	853.645
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	853.645
1096	Doações Nacionais	2.444.929
1.7.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	2.444.929
83.000	Banco Central do Brasil	644.243.104
1050	Recursos Próprios Livres da UO	610.138.864
1131	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	34.104.240
83.201	Banco Central do Brasil - BACEN	644.243.104
1050	Recursos Próprios Livres da UO	610.138.864
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	37.166
1.3.2.2.01.9.1	Dividendos - Demais - Principal	6.693.518
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	8.553.913
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	493.152.322
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	5.362.610
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	260.461
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1.966.761
1.9.9.9.12.1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	115.956
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	32.578.366
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	31.530.046
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	29.887.745
1131	Recursos Livres do Banco Central do Brasil	34.104.240
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	34.104.240
84.000	Ministério dos Povos Indígenas	751.681
1050	Recursos Próprios Livres da UO	751.681
84.201	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	751.681
1050	Recursos Próprios Livres da UO	751.681
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	3.624
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	748.057
90.000	Reserva de Contingência	9.858.708.842
1076	Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	9.858.708.842
90.000	Reserva de Contingência	9.858.708.842
1076	Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF	9.858.708.842
1.3.4.3.02.4.1	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	9.858.708.842
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1000	Recursos Livres da União	951.870.986.457
1.1.1.1.01.0.1	Imposto sobre a Importação - Principal	102.841.960.984
1.1.1.1.01.0.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	1.159.575
1.1.1.1.02.0.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	6.868.743
1.1.1.2.01.2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	188.927.967
1.1.1.2.01.2.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	866.011
1.1.1.3.01.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	40.294.724.682
1.1.1.3.01.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	137.659.109
1.1.1.3.02.0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	157.409.042.972
1.1.1.3.02.0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	467.622.282
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	106.169.415.420
1.1.1.3.03.1.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	335.874.438
1.1.1.3.03.2.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	92.162.729.750
1.1.1.3.03.3.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	46.152.913.043
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	12.057.221.957
1.1.1.3.03.4.3	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa	41.225.868
1.1.1.4.01.1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	4.642.497.449
1.1.1.4.01.2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.471.960.646

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1.1.1.4.01.3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	3.900.429.739
1.1.1.4.01.4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	13.506.559.397
1.1.1.4.01.5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	14.802.621.213
1.1.1.4.01.5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	115.045.265
1.1.1.5.02.0.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	101.263.553.116
1.1.1.5.02.0.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	9.928.301
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.942.513.635
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	16.385.091
1.1.2.1.02.1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	28.495.232
1.1.2.1.02.1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida	14.616
1.1.2.1.02.2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	9.188.777
1.1.2.1.02.2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	692.855
1.1.2.1.02.3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	2.729.433
1.1.2.1.02.4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	2.741.623
1.1.2.1.03.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	12.703.824
1.1.2.1.04.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	184.686.819
1.1.2.1.05.0.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	6.349.520
1.1.2.1.06.0.1	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - Principal	223.073.769
1.1.2.1.07.0.1	Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal	7.606.202
1.1.2.1.08.0.1	Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	12.823.821
1.1.2.1.09.0.1	Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal	14.689.470
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	3.859.510
1.1.2.2.02.0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	391.175.421
1.1.2.2.02.0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	656.209
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9.105.229.692
1.2.1.2.01.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	10.993.204
1.2.1.2.02.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	537.989.416
1.2.1.2.02.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	15.403.781
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	126.327
1.2.1.9.03.1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	7.150.171
1.2.1.9.03.2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	10.797.329
1.2.1.9.05.1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	79.065.303
1.2.1.9.05.1.3	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	756.619
1.2.1.9.06.1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	87.034.105
1.2.1.9.06.1.3	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	1.152.602
1.2.1.9.07.1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	4.621
1.2.2.1.02.0.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	104.816.236
1.2.2.1.03.0.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	73.221
1.2.2.1.03.0.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	46.256
1.2.2.1.04.0.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	355.969.036
1.2.2.1.04.0.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida	479.053
1.2.2.1.05.0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1.826.169.809
1.2.2.1.06.0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	514.305.141
1.2.2.1.07.0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	5.467.093.637
1.2.2.1.07.0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	414.022
1.2.2.1.08.1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	75.260.578
1.2.2.1.08.2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	716.113.910
1.2.2.1.08.2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	213.507
1.2.2.1.09.1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	199.119.883
1.2.2.1.09.1.3	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	643.249
1.2.2.1.09.2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	152.764.346
1.2.2.1.09.2.3	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações -	2.296.052
1.2.2.1.10.0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	2.509.207
1.2.2.1.10.0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	2.738
1.2.2.1.11.1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	2.262.094
1.2.2.1.11.2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões -	25.964.485
1.2.2.1.12.1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal	909.622.373
1.2.2.1.12.1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	25.276.764
1.2.2.1.13.0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal	4.976.518
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	140.071.172
1.3.1.1.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	121.855
1.3.1.1.01.2.1	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	710.292.473
1.3.1.1.01.2.2	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	32.857.416
1.3.1.1.01.2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	93.006.190

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1.3.1.1.01.3.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – FRGPS - Principal	2.197.169
1.3.1.1.01.4.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – SPU - Principal	49.324.290
1.3.1.1.01.4.2	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – SPU - Multas e Juros	68.534
1.3.1.1.01.5.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – Malha Ferroviária/Fundo Contingente – Extinta RFFSA -	124.792.232
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral -	15.119.202
1.3.1.1.02.1.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral - Multas e Juros	64.359
1.3.1.1.02.2.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – SPU -	10.595.068
1.3.1.1.02.2.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – SPU - Multas e Juros	81.969
1.3.1.1.02.3.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Setor Elétrico - Principal	643.395.924
1.3.1.1.02.3.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Setor Elétrico - Multas e Juros	11.153
1.3.1.1.02.4.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – RFB/FUNDAF - Principal	630
1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	975.959
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	9.632.340.990
1.3.2.1.01.2.1	Remuneração de Depósitos Bancários – Salário-Educação - Principal	46.552.302
1.3.2.1.02.0.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	112.697.208
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	134.424.740
1.3.2.1.05.0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	4.763.361
1.3.2.1.06.0.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	6.369.513.080
1.3.2.1.06.0.2	Juros sobre o Capital Próprio - Multas e Juros	1.536.004
1.3.2.2.01.1.1	Dividendos - União - Principal	9.860.073.943
1.3.2.2.01.2.1	Dividendos - FRGPS - Principal	62.691.782
1.3.2.2.01.2.2	Dividendos - FRGPS - Multas e Juros	2.446.801
1.3.2.2.01.9.1	Dividendos - Demais - Principal	2.917.637
1.3.3.1.01.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	822.000
1.3.3.1.02.0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	224.384.645
1.3.3.2.03.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	13.428.000
1.3.3.2.04.0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	773.962.535
1.3.3.2.04.0.2	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Multas e Juros	365.200
1.3.3.2.04.0.3	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Dívida Ativa	74.169.708
1.3.3.3.01.1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	73.614.389
1.3.3.3.01.1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	14.637.956
1.3.3.3.03.1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.826.516
1.3.3.3.04.1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	309.626
1.3.3.3.04.1.3	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1.409.500
1.3.3.3.05.0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	360.000
1.3.3.3.06.1.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	530
1.3.3.3.99.1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	13.113
1.3.3.3.99.2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	40.715
1.3.4.1.01.2.1	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	139.964.106
1.3.4.1.02.3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	296.408.694
1.3.4.1.03.3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	555.667.145
1.3.4.1.04.1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	8.999.455
1.3.4.1.04.3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	542.779.624
1.3.4.1.05.0.1	Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão - Principal	17.817
1.3.4.4.01.0.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	33.910.721
1.3.4.4.01.0.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	345.579
1.3.4.4.02.0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	219.762.210
1.3.4.4.02.0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	674.784
1.3.4.5.01.0.1	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	57.946.032
1.3.4.5.01.0.3	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Dívida Ativa	74.092
1.3.4.5.03.1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	49.740.289
1.3.4.5.03.2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	154.409.930
1.3.4.5.03.4.1	Utilização de Recursos Hídricos – Terras Indígenas - Principal	6.823.709
1.3.4.6.01.1.1	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	8.308.119
1.3.4.6.01.1.2	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	176.550
1.3.4.6.01.2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	10.242.491
1.3.4.6.01.2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	299.423
1.3.4.6.03.0.1	Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal	18.476

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
	1.3.5.1.04.0.1 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	4.885
	1.3.6.1.01.1.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Legislativo - Principal	21.430.651
	1.3.6.1.01.2.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	586.372.287
	1.3.6.1.01.3.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Executivo - Administração Direta -	1.217.492.566
	1.3.6.1.01.4.1 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Executivo - Administração Indireta -	2.463.856.918
	1.3.9.1.01.1.1 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	3.071.660
	1.3.9.1.01.2.1 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	3.820.731
	1.3.9.1.01.4.1 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	796.123.772
	1.3.9.1.01.5.1 Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex - Futebol - Principal	6.654.746
	1.3.9.1.01.6.1 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	3.405.352
	1.3.9.1.01.7.1 Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	802.855.132
	1.3.9.9.99.0.1 Outras Receitas Patrimoniais - Principal	1.925.873
	1.6.1.1.01.0.1 Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	3.013.226
	1.6.1.1.04.0.1 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.562.509
	1.6.4.1.01.0.1 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	424.824
	1.9.1.1.01.0.4 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	17.794.032
	1.9.1.1.07.0.1 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	20.073.181
	1.9.1.1.09.0.1 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	26.517.667
	1.9.1.1.13.1.1 Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização -	22.842.765
	1.9.1.1.13.2.1 Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal	46.496.384
	1.9.2.1.02.0.1 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	2.715.812
	1.9.2.1.02.0.2 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	162.916
	1.9.2.1.99.0.1 Outras Indenizações - Principal	227.852.268
	1.9.2.2.01.1.1 Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1.233.108.380
	1.9.2.2.06.3.1 Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	3.601.025.060
	1.9.2.2.09.0.1 Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal	450.545
	1.9.2.2.13.0.1 Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	2.494.154
	1.9.2.2.99.0.1 Outras Restituições - Principal	82.617.812
	1.9.2.3.02.0.1 Ressarcimento de Custos - Principal	115.619.034
	1.9.2.3.99.0.1 Outros Ressarcimentos - Principal	220.252.908
	1.9.2.3.99.0.3 Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	40.461.762
	1.9.3.1.02.2.1 Valores em Moeda Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	3.979.945
	1.9.9.9.12.2.1 Ônus de Sucumbência - Principal	4.042.141
	1.9.9.9.15.0.1 Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal	8.553.022.485
	1.9.9.9.99.1.1 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal	1.564.171.002
	1.9.9.9.99.1.3 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	6.329.152.108
	1.9.9.9.99.1.4 Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.756.785
	1.9.9.9.99.2.2 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	3.396.637
	1.9.9.9.99.2.3 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	807.686.300
	1.9.9.9.99.2.4 Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	235.948.179
	2.9.3.1.01.0.1 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	170.377.953.214
	7.1.1.3.03.3.1 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	450.001
	7.1.1.3.03.4.1 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	43.470
	7.1.1.4.01.2.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.533
	7.1.2.1.01.0.1 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	209.241
	7.1.2.1.02.1.1 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	92.108
	- Operações Intraorçamentárias	
	7.1.2.1.02.2.1 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais -	240.574
	Principal - Operações Intraorçamentárias	
	7.1.2.2.02.0.1 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	24.197
	7.2.2.1.09.1.1 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de	911.365
	Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias	
	7.2.2.1.10.0.1 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	63.684
	7.3.1.1.01.1.1 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.204.515
1001	Recursos Livres da Seguridade Social	192.330.966.160
	1.2.1.3.01.0.1 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES	177.576.600.692
	NACIONAL - Principal	
	1.2.1.3.01.0.3 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES	415.215.260
	NACIONAL - Dívida Ativa	
	1.2.1.3.01.0.5 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES	1.037.090.046
	NACIONAL - Multas do Principal	
	1.2.1.3.01.0.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES	38.488.251
	NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	
	1.2.1.3.02.0.1 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL -	12.192.494.599
	Principal	
	1.2.1.3.02.0.3 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL -	150.568.344
	Dívida Ativa	
	1.2.1.3.02.0.5 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL -	152.803.319
	Multas do Principal	
	1.2.1.3.02.0.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL -	26.402.403
	Multas da Dívida Ativa	
	1.2.1.3.49.0.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	179.630.814

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1002	1.2.1.7.07.1.1 Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	454.360.572
	1.9.3.1.02.1.1 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	106.780.453
	1.9.3.1.02.1.2 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	531.407
	Atividades-fim da Seguridade Social	413.609.580.283
	1.2.1.1.01.0.1 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	379.958.339.055
	1.2.1.1.01.0.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	88.999.981
	1.2.1.1.01.0.5 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1.898.142.650
	1.2.1.1.01.0.7 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	94.431.438
	1.2.1.1.02.0.1 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	29.537.278.543
	1.2.1.1.02.0.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	138.260.358
	1.2.1.1.02.0.5 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	372.800.184
	1.2.1.1.02.0.7 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	32.459.559
	1.2.1.1.49.0.1 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal	163.942.867
	1.2.1.1.49.0.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Dívida Ativa	1.065.605.351
	1.2.1.1.49.0.7 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	258.553.318
	1.9.2.2.03.0.1 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	35.161
	1.9.2.2.04.0.1 Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	731.818
	Destinações da Cide-Combustíveis	1.847.038.656
	1.2.2.1.08.1.1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	175.608.015
	1.2.2.1.08.2.1 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	1.670.932.457
	1.2.2.1.08.2.3 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida	498.184
1026	Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas	334.371.072
1026	1.2.2.1.12.1.1 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Principal	318.367.830
	1.2.2.1.12.1.2 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Multas e Juros	3.135.200
	1.2.2.1.12.1.3 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	8.846.867
	1.2.2.1.12.1.4 Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais - CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e	2.279.394
	1.2.2.1.13.0.1 Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária - Principal	1.741.781
1027	Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	914.709.506
1027	1.1.2.2.02.0.1 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	912.742.649
	1.1.2.2.02.0.2 Emolumentos e Custas Judiciais - Multas e Juros	39.369
	1.1.2.2.02.0.3 Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	1.531.155
	1.1.2.2.02.0.4 Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros	339.872
	7.1.2.2.02.0.1 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	56.461
1040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	83.431.875.574
1040	1.2.1.2.01.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	78.044.825.929
	1.2.1.2.01.0.3 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	94.227.464
	1.2.1.2.01.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do	399.453.783
	1.2.1.2.01.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	10.429.767
	1.2.1.2.02.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	4.611.337.848
	1.2.1.2.02.0.3 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	132.032.411
	1.2.1.2.02.0.5 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	64.605.157
	1.2.1.2.02.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida	7.379.262
	1.2.1.2.49.0.7 Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	67.583.953
	Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	44.782.682.642
1056	1.2.1.5.01.1.1 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	12.598.376.147
	1.2.1.5.01.1.5 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	11.167.862
	1.2.1.5.01.2.1 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	5.566.933.056
	1.2.1.5.01.3.1 Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1.349.571.032
	1.2.1.5.01.4.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	358.965.826
	1.2.1.5.01.5.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	174.428.355
	1.2.1.5.01.6.1 Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	36.770.997
	7.2.1.5.02.1.1 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	24.462.654.937
	7.2.1.5.02.1.3 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Dívida Ativa - Operações Intraorçamentárias	5.521.698
	7.2.1.5.02.1.5 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias	7.552.400
	7.2.1.5.02.2.1 Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	210.740.332
	Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	1.698.293
1085	2.2.2.1.01.0.1 Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1.698.293
1123	Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	3.845.405.194

Quadro 3 - Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso III

Código	Especificação	Total
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
	1.2.1.7.01.1.1 Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	36.423.148
	1.2.1.7.02.1.1 Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	5.073.708
	1.2.1.7.04.1.1 Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	3.800.010.732
	1.2.1.7.05.1.1 Contribuição sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal	1.069.035
	1.2.1.7.06.1.1 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	2.828.571
1141	Recursos Destinados conforme Decisões ou Acordos, Judiciais ou Extrajudiciais	18.954.748
	1.3.4.5.03.4.1 Utilização de Recursos Hídricos – Terras Indígenas - Principal	18.954.748
1145	Aplicações para os recursos de Petróleo de que trata o Art. 46-D da Lei nº 12.351/2010 - Despesas de Capital	31.000.000.000
	2.2.3.1.02.1.1 Alienação do Direito à Apropriação do Excedente em Óleo da União nos Contratos de Partilha de Produção - Principal	31.000.000.000
1149	Fundo Social – FS – Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde	18.315.284.401
	1.3.4.1.02.2.1 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	606.483.496
	1.3.4.1.03.1.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	77.039.261
	1.3.4.1.03.2.1 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.207.648.521
	1.3.4.1.04.2.1 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	5.900.299.236
	1.5.1.1.02.1.1 Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal	10.523.813.887
1152	Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde	1.731.792.733
	1.5.1.1.02.2.1 Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal	1.731.792.733
9000	Recursos Livres da União	4.858.024.575
	1.1.1.1.01.0.1 Imposto sobre a Importação - Principal	160.000.000
	1.1.1.3.02.0.1 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	3.622.058.823
	1.1.1.4.01.5.1 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	975.999.999
	1.2.1.2.01.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	99.965.753
9001	Recursos Livres da Seguridade Social	2.450.882.352
	1.2.1.3.01.0.1 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	2.450.882.352
9002	Atividades-fim da Seguridade Social	5.114.931.505
	1.2.1.1.01.0.1 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	5.114.931.505
9040	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social	856.849.316
	1.2.1.2.01.0.1 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	856.849.316
TOTAL		6.332.155.956.312

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado ao Ministério das Comunicações.

3 - QUADROS CONSOLIDADOS DA DESPESA

Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e
da Seguridade Social, por Categoria Econômica e
Grupo de Despesa

Quadro 4 - Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IV

Recursos de Todas as Fontes

<i>Categoria Econômica e Grupo de Despesa</i>	<i>Fiscal</i>	<i>Seguridade Social</i>	<i>Total</i>
Despesas Correntes	1.809.931.861.904	1.940.568.869.111	3.750.500.731.015
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>304.205.092.136</i>	<i>185.339.312.784</i>	<i>489.544.404.920</i>
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	<i>643.939.797.050</i>		<i>643.939.797.050</i>
<i>Outras Despesas Correntes</i>	<i>861.786.972.718</i>	<i>1.755.229.556.327</i>	<i>2.617.016.529.045</i>
Despesas de Capital	2.491.543.838.438	12.875.731.905	2.504.419.570.343
<i>Investimentos</i>	<i>42.688.196.816</i>	<i>12.622.231.905</i>	<i>55.310.428.721</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>228.344.225.201</i>	<i>253.500.000</i>	<i>228.597.725.201</i>
<i>Amortização da Dívida</i>	<i>2.220.511.416.421</i>		<i>2.220.511.416.421</i>
Reserva de Contingência	56.748.900.743	20.486.754.211	77.235.654.954
<i>Contingência</i>	<i>33.553.094.498</i>		<i>33.553.094.498</i>
<i>Outros</i>	<i>23.195.806.245</i>	<i>20.486.754.211</i>	<i>43.682.560.456</i>
Total	4.358.224.601.085	1.973.931.355.227	6.332.155.956.312

Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
PODER LEGISLATIVO	12.744.797.703	6.645.553.651	19.390.351.354
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.670.304.708	6.293.082.398	14.963.387.106
1000 - Recursos Livres da União	8.670.304.708	162.888.872	8.833.193.580
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.236.774.158	5.236.774.158
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		893.419.368	893.419.368
3 - Outras Despesas Correntes	3.630.240.006	352.251.253	3.982.491.259
1000 - Recursos Livres da União	3.525.078.662	347.131.309	3.872.209.971
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		5.119.944	5.119.944
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	105.161.344		105.161.344
4 - Investimentos	444.252.989	220.000	444.472.989
1000 - Recursos Livres da União	357.890.125	220.000	358.110.125
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	84.783.030		84.783.030
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.579.834		1.579.834
01000 - Câmara dos Deputados	6.559.231.976	2.702.915.849	9.262.147.825
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.392.000.858	2.702.832.849	7.094.833.707
1000 - Recursos Livres da União	4.392.000.858	138.302.849	4.530.303.707
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.182.505.291	2.182.505.291
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		382.024.709	382.024.709
3 - Outras Despesas Correntes	1.942.338.026	83.000	1.942.421.026
1000 - Recursos Livres da União	1.867.408.168	83.000	1.867.491.168
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	74.929.858		74.929.858
4 - Investimentos	224.893.092		224.893.092
1000 - Recursos Livres da União	162.510.431		162.510.431
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	61.069.528		61.069.528
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.313.133		1.313.133
01101 - Câmara dos Deputados	6.421.919.457	2.702.915.849	9.124.835.306
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.392.000.858	2.702.832.849	7.094.833.707
1000 - Recursos Livres da União	4.392.000.858	138.302.849	4.530.303.707
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.182.505.291	2.182.505.291
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		382.024.709	382.024.709
3 - Outras Despesas Correntes	1.867.408.168	83.000	1.867.491.168
1000 - Recursos Livres da União	1.867.408.168	83.000	1.867.491.168
4 - Investimentos	162.510.431		162.510.431
1000 - Recursos Livres da União	162.510.431		162.510.431
01901 - Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	137.312.519		137.312.519
3 - Outras Despesas Correntes	74.929.858		74.929.858
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	74.929.858		74.929.858
4 - Investimentos	62.382.661		62.382.661
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	61.069.528		61.069.528
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.313.133		1.313.133
02000 - Senado Federal	3.842.373.987	2.974.538.049	6.816.912.036
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.666.517.239	2.622.149.796	5.288.667.035
1000 - Recursos Livres da União	2.666.517.239	24.586.023	2.691.103.262
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.322.310.930	2.322.310.930
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		275.252.843	275.252.843
3 - Outras Despesas Correntes	1.059.362.001	352.168.253	1.411.530.254
1000 - Recursos Livres da União	1.052.219.711	347.048.309	1.399.268.020
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		5.119.944	5.119.944
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.142.290		7.142.290
4 - Investimentos	116.494.747	220.000	116.714.747
1000 - Recursos Livres da União	105.514.610	220.000	105.734.610
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.713.436		10.713.436
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	266.701		266.701
02101 - Senado Federal	3.842.373.987	2.974.538.049	6.816.912.036
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.666.517.239	2.622.149.796	5.288.667.035
1000 - Recursos Livres da União	2.666.517.239	24.586.023	2.691.103.262
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.322.310.930	2.322.310.930
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		275.252.843	275.252.843
3 - Outras Despesas Correntes	1.059.362.001	352.168.253	1.411.530.254
1000 - Recursos Livres da União	1.052.219.711	347.048.309	1.399.268.020
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		5.119.944	5.119.944
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.142.290		7.142.290
4 - Investimentos	116.494.747	220.000	116.714.747
1000 - Recursos Livres da União	105.514.610	220.000	105.734.610
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.713.436		10.713.436
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	266.701		266.701
03000 - Tribunal de Contas da União	2.343.191.740	968.099.753	3.311.291.493
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.611.786.611	968.099.753	2.579.886.364
1000 - Recursos Livres da União	1.611.786.611		1.611.786.611
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		731.957.937	731.957.937
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		236.141.816	236.141.816
3 - Outras Despesas Correntes	628.539.979		628.539.979
1000 - Recursos Livres da União	605.450.783		605.450.783
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.089.196		23.089.196
4 - Investimentos	102.865.150		102.865.150
1000 - Recursos Livres da União	89.865.084		89.865.084
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	13.000.066		13.000.066
03101 - Tribunal de Contas da União	2.343.191.740	968.099.753	3.311.291.493
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.611.786.611	968.099.753	2.579.886.364

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	1.611.786.611		1.611.786.611
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		731.957.937	731.957.937
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		236.141.816	236.141.816
3 - Outras Despesas Correntes	628.539.979		628.539.979
1000 - Recursos Livres da União	605.450.783		605.450.783
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	23.089.196		23.089.196
4 - Investimentos	102.865.150		102.865.150
1000 - Recursos Livres da União	89.865.084		89.865.084
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	13.000.066		13.000.066
PODER JUDICIÁRIO	62.436.432.897	12.551.921.011	74.988.353.908
1 - Pessoal e Encargos Sociais	44.082.069.707	12.550.994.725	56.633.064.432
1000 - Recursos Livres da União	43.459.444.235	1.557.503	43.461.001.738
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.427.060.939	3.427.060.939
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.122.376.283	9.122.376.283
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	622.625.472		622.625.472
3 - Outras Despesas Correntes	16.177.910.995	926.286	16.178.837.281
1000 - Recursos Livres da União	14.196.767.638	926.286	14.197.693.924
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	841.941.660		841.941.660
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	325.242.379		325.242.379
1052 - Recursos Livres da UO	116.249.971		116.249.971
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	697.709.347		697.709.347
4 - Investimentos	855.565.776		855.565.776
1000 - Recursos Livres da União	769.450.304		769.450.304
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.767.846		2.767.846
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	35.480.441		35.480.441
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	47.867.185		47.867.185
5 - Inversões Financeiras	71.610.000		71.610.000
1000 - Recursos Livres da União	1.610.000		1.610.000
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	70.000.000		70.000.000
9 - Reserva de Contingência	1.249.276.419		1.249.276.419
1000 - Recursos Livres da União	1.249.276.419		1.249.276.419
10000 - Supremo Tribunal Federal	908.173.067	190.730.366	1.098.903.433
1 - Pessoal e Encargos Sociais	487.558.144	190.730.366	678.288.510
1000 - Recursos Livres da União	487.558.144		487.558.144
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		91.417.295	91.417.295
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		99.313.071	99.313.071
3 - Outras Despesas Correntes	377.543.465		377.543.465
1000 - Recursos Livres da União	307.727.542		307.727.542
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	62.079.241		62.079.241
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	232.204		232.204
1052 - Recursos Livres da UO	119.478		119.478
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.385.000		7.385.000
4 - Investimentos	7.311.314		7.311.314
1000 - Recursos Livres da União	4.543.468		4.543.468
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.767.846		2.767.846
9 - Reserva de Contingência	35.760.144		35.760.144
1000 - Recursos Livres da União	35.760.144		35.760.144
10101 - Supremo Tribunal Federal	908.173.067	190.730.366	1.098.903.433
1 - Pessoal e Encargos Sociais	487.558.144	190.730.366	678.288.510
1000 - Recursos Livres da União	487.558.144		487.558.144
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		91.417.295	91.417.295
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		99.313.071	99.313.071
3 - Outras Despesas Correntes	377.543.465		377.543.465
1000 - Recursos Livres da União	307.727.542		307.727.542
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	62.079.241		62.079.241
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	232.204		232.204
1052 - Recursos Livres da UO	119.478		119.478
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.385.000		7.385.000
4 - Investimentos	7.311.314		7.311.314
1000 - Recursos Livres da União	4.543.468		4.543.468
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.767.846		2.767.846
9 - Reserva de Contingência	35.760.144		35.760.144
1000 - Recursos Livres da União	35.760.144		35.760.144
11000 - Superior Tribunal de Justiça	1.983.640.277	504.481.161	2.488.121.438
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.231.763.091	504.403.432	1.736.166.523
1000 - Recursos Livres da União	1.231.763.091		1.231.763.091
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		253.189.675	253.189.675
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		251.213.757	251.213.757
3 - Outras Despesas Correntes	644.387.584	77.729	644.465.313
1000 - Recursos Livres da União	579.734.393	77.729	579.812.122
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	56.533.336		56.533.336
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	155.009		155.009
1052 - Recursos Livres da UO	189.871		189.871
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.774.975		7.774.975
4 - Investimentos	44.388.458		44.388.458
1000 - Recursos Livres da União	44.388.458		44.388.458
9 - Reserva de Contingência	63.101.144		63.101.144
1000 - Recursos Livres da União	63.101.144		63.101.144
11101 - Superior Tribunal de Justiça	1.983.640.277	504.481.161	2.488.121.438
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.231.763.091	504.403.432	1.736.166.523
1000 - Recursos Livres da União	1.231.763.091		1.231.763.091
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		253.189.675	253.189.675

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		251.213.757	251.213.757
3 - Outras Despesas Correntes	644.387.584	77.729	644.465.313
1000 - Recursos Livres da União	579.734.393	77.729	579.812.122
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	56.533.336		56.533.336
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	155.009		155.009
1052 - Recursos Livres da UO	189.871		189.871
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.774.975		7.774.975
4 - Investimentos	44.388.458		44.388.458
1000 - Recursos Livres da União	44.388.458		44.388.458
9 - Reserva de Contingência	63.101.144		63.101.144
1000 - Recursos Livres da União	63.101.144		63.101.144
12000 - Justiça Federal	16.276.655.307	2.537.316.926	18.813.972.233
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.340.142.094	2.537.276.926	14.877.419.020
1000 - Recursos Livres da União	12.340.142.094	210.000	12.340.352.094
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.537.066.926	2.537.066.926
3 - Outras Despesas Correntes	3.342.271.911	40.000	3.342.311.911
1000 - Recursos Livres da União	2.981.702.171	40.000	2.981.742.171
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	141.552.442		141.552.442
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.322.298		9.322.298
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	209.695.000		209.695.000
4 - Investimentos	344.534.139		344.534.139
1000 - Recursos Livres da União	344.229.139		344.229.139
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	305.000		305.000
5 - Inversões Financeiras	1.610.000		1.610.000
1000 - Recursos Livres da União	1.610.000		1.610.000
9 - Reserva de Contingência	248.097.163		248.097.163
1000 - Recursos Livres da União	248.097.163		248.097.163
12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau	13.072.443.076	1.827.233.723	14.899.676.799
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.095.272.804	1.827.233.723	11.922.506.527
1000 - Recursos Livres da União	10.095.272.804	30.000	10.095.302.804
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.827.203.723	1.827.203.723
3 - Outras Despesas Correntes	2.496.398.600		2.496.398.600
1000 - Recursos Livres da União	2.139.438.749		2.139.438.749
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	141.552.442		141.552.442
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.134.184		6.134.184
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	209.273.225		209.273.225
4 - Investimentos	232.674.509		232.674.509
1000 - Recursos Livres da União	232.674.509		232.674.509
9 - Reserva de Contingência	248.097.163		248.097.163
1000 - Recursos Livres da União	248.097.163		248.097.163
12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região	678.877.021	150.664.491	829.541.512
1 - Pessoal e Encargos Sociais	445.139.301	150.664.491	595.803.792
1000 - Recursos Livres da União	445.139.301	30.000	445.169.301
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		150.634.491	150.634.491
3 - Outras Despesas Correntes	202.649.700		202.649.700
1000 - Recursos Livres da União	202.460.990		202.460.990
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	188.710		188.710
4 - Investimentos	31.088.020		31.088.020
1000 - Recursos Livres da União	31.088.020		31.088.020
12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região	596.959.677	142.353.302	739.312.979
1 - Pessoal e Encargos Sociais	417.892.568	142.353.302	560.245.870
1000 - Recursos Livres da União	417.892.568	30.000	417.922.568
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		142.323.302	142.323.302
3 - Outras Despesas Correntes	151.118.213		151.118.213
1000 - Recursos Livres da União	149.583.513		149.583.513
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.534.700		1.534.700
4 - Investimentos	27.948.896		27.948.896
1000 - Recursos Livres da União	27.643.896		27.643.896
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	305.000		305.000
12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região	811.996.031	206.392.077	1.018.388.108
1 - Pessoal e Encargos Sociais	621.109.762	206.352.077	827.461.839
1000 - Recursos Livres da União	621.109.762	30.000	621.139.762
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		206.322.077	206.322.077
3 - Outras Despesas Correntes	165.872.072	40.000	165.912.072
1000 - Recursos Livres da União	164.267.942	40.000	164.307.942
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.182.355		1.182.355
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	421.775		421.775
4 - Investimentos	23.404.197		23.404.197
1000 - Recursos Livres da União	23.404.197		23.404.197
5 - Inversões Financeiras	1.610.000		1.610.000
1000 - Recursos Livres da União	1.610.000		1.610.000
12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região	493.730.550	142.766.858	636.497.408
1 - Pessoal e Encargos Sociais	375.760.101	142.766.858	518.526.959
1000 - Recursos Livres da União	375.760.101	30.000	375.790.101
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		142.736.858	142.736.858
3 - Outras Despesas Correntes	108.337.144		108.337.144
1000 - Recursos Livres da União	108.174.659		108.174.659
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	162.485		162.485
4 - Investimentos	9.633.305		9.633.305
1000 - Recursos Livres da União	9.633.305		9.633.305
12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região	361.705.682	64.906.475	426.612.157

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	233.779.583	64.906.475	298.686.058
1000 - Recursos Livres da União	233.779.583	30.000	233.809.583
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		64.876.475	64.876.475
3 - Outras Despesas Correntes	111.640.887		111.640.887
1000 - Recursos Livres da União	111.521.023		111.521.023
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	119.864		119.864
4 - Investimentos	16.285.212		16.285.212
1000 - Recursos Livres da União	16.285.212		16.285.212
12107 - Tribunal Regional Federal da 6ª Região	260.943.270	3.000.000	263.943.270
1 - Pessoal e Encargos Sociais	151.187.975	3.000.000	154.187.975
1000 - Recursos Livres da União	151.187.975	30.000	151.217.975
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.970.000	2.970.000
3 - Outras Despesas Correntes	106.255.295		106.255.295
1000 - Recursos Livres da União	106.255.295		106.255.295
4 - Investimentos	3.500.000		3.500.000
1000 - Recursos Livres da União	3.500.000		3.500.000
13000 - Justiça Militar da União	678.697.610	256.710.580	935.408.190
1 - Pessoal e Encargos Sociais	394.387.274	256.710.580	651.097.854
1000 - Recursos Livres da União	394.387.274		394.387.274
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		181.689.234	181.689.234
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		75.021.346	75.021.346
3 - Outras Despesas Correntes	187.762.449		187.762.449
1000 - Recursos Livres da União	187.521.777		187.521.777
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	240.672		240.672
4 - Investimentos	3.321.301		3.321.301
1000 - Recursos Livres da União	3.321.301		3.321.301
5 - Inversões Financeiras	70.000.000		70.000.000
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	70.000.000		70.000.000
9 - Reserva de Contingência	23.226.586		23.226.586
1000 - Recursos Livres da União	23.226.586		23.226.586
13101 - Justiça Militar da União	678.697.610	256.710.580	935.408.190
1 - Pessoal e Encargos Sociais	394.387.274	256.710.580	651.097.854
1000 - Recursos Livres da União	394.387.274		394.387.274
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		181.689.234	181.689.234
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		75.021.346	75.021.346
3 - Outras Despesas Correntes	187.762.449		187.762.449
1000 - Recursos Livres da União	187.521.777		187.521.777
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	240.672		240.672
4 - Investimentos	3.321.301		3.321.301
1000 - Recursos Livres da União	3.321.301		3.321.301
5 - Inversões Financeiras	70.000.000		70.000.000
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	70.000.000		70.000.000
9 - Reserva de Contingência	23.226.586		23.226.586
1000 - Recursos Livres da União	23.226.586		23.226.586
14000 - Justiça Eleitoral	12.679.935.878	1.320.593.716	14.000.529.594
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.811.129.298	1.320.466.585	8.131.595.883
1000 - Recursos Livres da União	6.811.129.298	65.503	6.811.194.801
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		32.960.331	32.960.331
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.287.440.751	1.287.440.751
3 - Outras Despesas Correntes	5.412.181.396	127.131	5.412.308.527
1000 - Recursos Livres da União	5.120.986.915	127.131	5.121.114.046
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	175.366.473		175.366.473
1052 - Recursos Livres da UO	115.828.008		115.828.008
4 - Investimentos	281.258.711		281.258.711
1000 - Recursos Livres da União	281.258.711		281.258.711
9 - Reserva de Contingência	175.366.473		175.366.473
1000 - Recursos Livres da União	175.366.473		175.366.473
14101 - Tribunal Superior Eleitoral	4.091.893.928	79.382.838	4.171.276.766
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.645.635.464	79.352.715	1.724.988.179
1000 - Recursos Livres da União	1.645.635.464		1.645.635.464
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		79.352.715	79.352.715
3 - Outras Despesas Correntes	2.113.730.860	30.123	2.113.760.983
1000 - Recursos Livres da União	1.938.364.387	30.123	1.938.394.510
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	175.366.473		175.366.473
4 - Investimentos	157.161.131		157.161.131
1000 - Recursos Livres da União	157.161.131		157.161.131
9 - Reserva de Contingência	175.366.473		175.366.473
1000 - Recursos Livres da União	175.366.473		175.366.473
14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre	70.169.080	6.967.389	77.136.469
1 - Pessoal e Encargos Sociais	44.441.043	6.967.389	51.408.432
1000 - Recursos Livres da União	44.441.043		44.441.043
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.967.389	6.967.389
3 - Outras Despesas Correntes	24.965.487		24.965.487
1000 - Recursos Livres da União	24.965.487		24.965.487
4 - Investimentos	762.550		762.550
1000 - Recursos Livres da União	762.550		762.550
14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	152.829.846	14.012.544	166.842.390
1 - Pessoal e Encargos Sociais	110.225.459	14.012.544	124.238.003
1000 - Recursos Livres da União	110.225.459		110.225.459
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.012.544	14.012.544
3 - Outras Despesas Correntes	40.912.387		40.912.387

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		40.912.387		40.912.387
4 - Investimentos		1.692.000		1.692.000
1000 - Recursos Livres da União		1.692.000		1.692.000
14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas		164.983.346	12.869.285	177.852.631
1 - Pessoal e Encargos Sociais		108.193.961	12.869.285	121.063.246
1000 - Recursos Livres da União		108.193.961		108.193.961
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			12.869.285	12.869.285
3 - Outras Despesas Correntes		55.728.674		55.728.674
1000 - Recursos Livres da União		55.728.674		55.728.674
4 - Investimentos		1.060.711		1.060.711
1000 - Recursos Livres da União		1.060.711		1.060.711
14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia		434.473.124	68.516.864	502.989.988
1 - Pessoal e Encargos Sociais		318.771.015	68.516.864	387.287.879
1000 - Recursos Livres da União		318.771.015		318.771.015
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			68.516.864	68.516.864
3 - Outras Despesas Correntes		110.752.786		110.752.786
1000 - Recursos Livres da União		110.752.786		110.752.786
4 - Investimentos		4.949.323		4.949.323
1000 - Recursos Livres da União		4.949.323		4.949.323
14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará		296.153.646	51.510.667	347.664.313
1 - Pessoal e Encargos Sociais		219.531.125	51.510.667	271.041.792
1000 - Recursos Livres da União		219.531.125		219.531.125
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			51.510.667	51.510.667
3 - Outras Despesas Correntes		72.524.813		72.524.813
1000 - Recursos Livres da União		72.524.813		72.524.813
4 - Investimentos		4.097.708		4.097.708
1000 - Recursos Livres da União		4.097.708		4.097.708
14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal		118.836.460	31.764.616	150.601.076
1 - Pessoal e Encargos Sociais		75.034.825	31.764.616	106.799.441
1000 - Recursos Livres da União		75.034.825		75.034.825
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			11.817.289	11.817.289
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			19.947.327	19.947.327
3 - Outras Despesas Correntes		42.349.259		42.349.259
1000 - Recursos Livres da União		42.349.259		42.349.259
4 - Investimentos		1.452.376		1.452.376
1000 - Recursos Livres da União		1.452.376		1.452.376
14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo		168.325.203	18.752.513	187.077.716
1 - Pessoal e Encargos Sociais		120.124.238	18.752.513	138.876.751
1000 - Recursos Livres da União		120.124.238		120.124.238
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			18.752.513	18.752.513
3 - Outras Despesas Correntes		45.140.419		45.140.419
1000 - Recursos Livres da União		45.140.419		45.140.419
4 - Investimentos		3.060.546		3.060.546
1000 - Recursos Livres da União		3.060.546		3.060.546
14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás		251.955.833	27.509.872	279.465.705
1 - Pessoal e Encargos Sociais		181.098.925	27.509.872	208.608.797
1000 - Recursos Livres da União		181.098.925		181.098.925
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			27.509.872	27.509.872
3 - Outras Despesas Correntes		63.810.637		63.810.637
1000 - Recursos Livres da União		63.810.637		63.810.637
4 - Investimentos		7.046.271		7.046.271
1000 - Recursos Livres da União		7.046.271		7.046.271
14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão		247.780.493	22.881.542	270.662.035
1 - Pessoal e Encargos Sociais		175.381.513	22.861.982	198.243.495
1000 - Recursos Livres da União		175.381.513		175.381.513
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			22.861.982	22.861.982
3 - Outras Despesas Correntes		69.624.690	19.560	69.644.250
1000 - Recursos Livres da União		69.624.690	19.560	69.644.250
4 - Investimentos		2.774.290		2.774.290
1000 - Recursos Livres da União		2.774.290		2.774.290
14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso		163.294.334	21.479.380	184.773.714
1 - Pessoal e Encargos Sociais		108.802.536	21.479.380	130.281.916
1000 - Recursos Livres da União		108.802.536		108.802.536
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			21.479.380	21.479.380
3 - Outras Despesas Correntes		51.070.820		51.070.820
1000 - Recursos Livres da União		51.070.820		51.070.820
4 - Investimentos		3.420.978		3.420.978
1000 - Recursos Livres da União		3.420.978		3.420.978
14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul		140.131.415	23.147.163	163.278.578
1 - Pessoal e Encargos Sociais		100.212.198	23.147.163	123.359.361
1000 - Recursos Livres da União		100.212.198		100.212.198
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			23.147.163	23.147.163
3 - Outras Despesas Correntes		37.169.202		37.169.202
1000 - Recursos Livres da União		37.169.202		37.169.202
4 - Investimentos		2.750.015		2.750.015
1000 - Recursos Livres da União		2.750.015		2.750.015
14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais		760.452.536	151.774.493	912.227.029
1 - Pessoal e Encargos Sociais		583.655.991	151.774.493	735.430.484
1000 - Recursos Livres da União		583.655.991		583.655.991
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			151.774.493	151.774.493
3 - Outras Despesas Correntes		169.336.545		169.336.545

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		169.336.545		169.336.545
4 - Investimentos		7.460.000		7.460.000
1000 - Recursos Livres da União		7.460.000		7.460.000
14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará		243.504.769	30.997.252	274.502.021
1 - Pessoal e Encargos Sociais		165.570.459	30.997.252	196.567.711
1000 - Recursos Livres da União		165.570.459		165.570.459
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			30.997.252	30.997.252
3 - Outras Despesas Correntes		75.541.340		75.541.340
1000 - Recursos Livres da União		75.541.340		75.541.340
4 - Investimentos		2.392.970		2.392.970
1000 - Recursos Livres da União		2.392.970		2.392.970
14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba		194.008.747	27.342.016	221.350.763
1 - Pessoal e Encargos Sociais		142.185.724	27.342.016	169.527.740
1000 - Recursos Livres da União		142.185.724		142.185.724
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			27.342.016	27.342.016
3 - Outras Despesas Correntes		49.717.023		49.717.023
1000 - Recursos Livres da União		49.717.023		49.717.023
4 - Investimentos		2.106.000		2.106.000
1000 - Recursos Livres da União		2.106.000		2.106.000
14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná		403.487.964	65.619.706	469.107.670
1 - Pessoal e Encargos Sociais		302.152.215	65.619.706	367.771.921
1000 - Recursos Livres da União		302.152.215	65.503	302.217.718
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			65.554.203	65.554.203
3 - Outras Despesas Correntes		96.938.174		96.938.174
1000 - Recursos Livres da União		96.938.174		96.938.174
4 - Investimentos		4.397.575		4.397.575
1000 - Recursos Livres da União		4.397.575		4.397.575
14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco		333.910.103	59.669.649	393.579.752
1 - Pessoal e Encargos Sociais		241.731.044	59.669.649	301.400.693
1000 - Recursos Livres da União		241.731.044		241.731.044
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			59.669.649	59.669.649
3 - Outras Despesas Correntes		84.196.313		84.196.313
1000 - Recursos Livres da União		84.196.313		84.196.313
4 - Investimentos		7.982.746		7.982.746
1000 - Recursos Livres da União		7.982.746		7.982.746
14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí		206.354.614	30.174.495	236.529.109
1 - Pessoal e Encargos Sociais		148.233.249	30.174.495	178.407.744
1000 - Recursos Livres da União		148.233.249		148.233.249
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			30.174.495	30.174.495
3 - Outras Despesas Correntes		54.370.366		54.370.366
1000 - Recursos Livres da União		54.370.366		54.370.366
4 - Investimentos		3.750.999		3.750.999
1000 - Recursos Livres da União		3.750.999		3.750.999
14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		558.300.940	162.010.921	720.311.861
1 - Pessoal e Encargos Sociais		407.287.068	161.979.233	569.266.301
1000 - Recursos Livres da União		407.287.068		407.287.068
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			21.143.042	21.143.042
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			140.836.191	140.836.191
3 - Outras Despesas Correntes		142.348.187	31.688	142.379.875
1000 - Recursos Livres da União		142.348.187	31.688	142.379.875
4 - Investimentos		8.665.685		8.665.685
1000 - Recursos Livres da União		8.665.685		8.665.685
14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte		179.493.426	30.965.168	210.458.594
1 - Pessoal e Encargos Sociais		128.507.520	30.965.168	159.472.688
1000 - Recursos Livres da União		128.507.520		128.507.520
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			30.965.168	30.965.168
3 - Outras Despesas Correntes		46.881.482		46.881.482
1000 - Recursos Livres da União		46.881.482		46.881.482
4 - Investimentos		4.104.424		4.104.424
1000 - Recursos Livres da União		4.104.424		4.104.424
14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul		366.579.965	70.093.010	436.672.975
1 - Pessoal e Encargos Sociais		277.248.427	70.093.010	347.341.437
1000 - Recursos Livres da União		277.248.427		277.248.427
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			70.093.010	70.093.010
3 - Outras Despesas Correntes		86.665.092		86.665.092
1000 - Recursos Livres da União		86.665.092		86.665.092
4 - Investimentos		2.666.446		2.666.446
1000 - Recursos Livres da União		2.666.446		2.666.446
14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia		129.239.165	12.778.506	142.017.671
1 - Pessoal e Encargos Sociais		69.872.659	12.778.506	82.651.165
1000 - Recursos Livres da União		69.872.659		69.872.659
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			12.778.506	12.778.506
3 - Outras Despesas Correntes		33.180.177		33.180.177
1000 - Recursos Livres da União		33.180.177		33.180.177
4 - Investimentos		26.186.329		26.186.329
1000 - Recursos Livres da União		26.186.329		26.186.329
14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina		243.004.865	47.240.999	290.245.864
1 - Pessoal e Encargos Sociais		174.863.748	47.240.999	222.104.747
1000 - Recursos Livres da União		174.863.748		174.863.748
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			47.240.999	47.240.999
3 - Outras Despesas Correntes		64.081.497		64.081.497

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		64.081.497		64.081.497
4 - Investimentos		4.059.620		4.059.620
1000 - Recursos Livres da União		4.059.620		4.059.620
14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo		933.425.163	212.265.261	1.145.690.424
1 - Pessoal e Encargos Sociais		709.687.267	212.265.261	921.952.528
1000 - Recursos Livres da União		709.687.267		709.687.267
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			212.265.261	212.265.261
3 - Outras Despesas Correntes		219.237.896		219.237.896
1000 - Recursos Livres da União		219.237.896		219.237.896
4 - Investimentos		4.500.000		4.500.000
1000 - Recursos Livres da União		4.500.000		4.500.000
14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe		121.200.190	17.344.275	138.544.465
1 - Pessoal e Encargos Sociais		84.928.682	17.344.275	102.272.957
1000 - Recursos Livres da União		84.928.682		84.928.682
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			17.344.275	17.344.275
3 - Outras Despesas Correntes		33.093.015		33.093.015
1000 - Recursos Livres da União		33.093.015		33.093.015
4 - Investimentos		3.178.493		3.178.493
1000 - Recursos Livres da União		3.178.493		3.178.493
14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins		132.856.934	10.332.036	143.188.970
1 - Pessoal e Encargos Sociais		78.370.788	10.332.036	88.702.824
1000 - Recursos Livres da União		78.370.788		78.370.788
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			10.332.036	10.332.036
3 - Outras Despesas Correntes		46.884.732		46.884.732
1000 - Recursos Livres da União		46.884.732		46.884.732
4 - Investimentos		7.601.414		7.601.414
1000 - Recursos Livres da União		7.601.414		7.601.414
14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima		69.630.855	7.813.871	77.444.726
1 - Pessoal e Encargos Sociais		46.333.932	7.768.111	54.102.043
1000 - Recursos Livres da União		46.333.932		46.333.932
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			7.768.111	7.768.111
3 - Outras Despesas Correntes		21.543.732	45.760	21.589.492
1000 - Recursos Livres da União		21.543.732	45.760	21.589.492
4 - Investimentos		1.753.191		1.753.191
1000 - Recursos Livres da União		1.753.191		1.753.191
14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		68.808.959	5.377.385	74.186.344
1 - Pessoal e Encargos Sociais		43.048.223	5.377.385	48.425.608
1000 - Recursos Livres da União		43.048.223		43.048.223
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			5.377.385	5.377.385
3 - Outras Despesas Correntes		25.535.816		25.535.816
1000 - Recursos Livres da União		25.535.816		25.535.816
4 - Investimentos		224.920		224.920
1000 - Recursos Livres da União		224.920		224.920
14901 - Fundo Partidário		1.434.849.975		1.434.849.975
3 - Outras Despesas Correntes		1.434.849.975		1.434.849.975
1000 - Recursos Livres da União		1.319.021.967		1.319.021.967
1052 - Recursos Livres da UO		115.828.008		115.828.008
15000 - Justiça do Trabalho		25.270.757.290	7.070.585.270	32.341.342.560
1 - Pessoal e Encargos Sociais		19.726.391.148	7.069.903.844	26.796.294.992
1000 - Recursos Livres da União		19.103.765.676	1.282.000	19.105.047.676
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			2.824.258.306	2.824.258.306
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			4.244.363.538	4.244.363.538
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		622.625.472		622.625.472
3 - Outras Despesas Correntes		4.797.579.381	681.426	4.798.260.807
1000 - Recursos Livres da União		4.124.342.494	681.426	4.125.023.920
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		337.931.537		337.931.537
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		25.493.004		25.493.004
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		309.812.346		309.812.346
4 - Investimentos		131.387.379		131.387.379
1000 - Recursos Livres da União		83.825.194		83.825.194
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional		47.562.185		47.562.185
9 - Reserva de Contingência		615.399.382		615.399.382
1000 - Recursos Livres da União		615.399.382		615.399.382
15101 - Tribunal Superior do Trabalho		1.781.952.546	415.545.626	2.197.498.172
1 - Pessoal e Encargos Sociais		937.120.923	415.545.626	1.352.666.549
1000 - Recursos Livres da União		937.120.923	5.000	937.125.923
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			223.188.574	223.188.574
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			192.352.052	192.352.052
3 - Outras Despesas Correntes		835.341.246		835.341.246
1000 - Recursos Livres da União		705.414.716		705.414.716
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça		129.476.234		129.476.234
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		450.296		450.296
4 - Investimentos		9.490.377		9.490.377
1000 - Recursos Livres da União		9.490.377		9.490.377
15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro		1.979.005.902	833.224.327	2.812.230.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.609.619.633	832.542.901	2.442.162.534
1000 - Recursos Livres da União		1.609.619.633	1.000	1.609.620.633
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			404.491.664	404.491.664
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			428.050.237	428.050.237
3 - Outras Despesas Correntes		364.547.323	681.426	365.228.749
1000 - Recursos Livres da União		329.843.915	681.426	330.525.341

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	14.413.722		14.413.722
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	40.172		40.172
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	20.249.514		20.249.514
4 - Investimentos	4.838.946		4.838.946
1000 - Recursos Livres da União	3.305.630		3.305.630
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.533.316		1.533.316
15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	3.016.555.003	869.236.220	3.885.791.223
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.453.368.652	869.236.220	3.322.604.872
1000 - Recursos Livres da União	2.453.368.652	1.000	2.453.369.652
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		286.865.382	286.865.382
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		582.369.838	582.369.838
3 - Outras Despesas Correntes	549.541.771		549.541.771
1000 - Recursos Livres da União	468.711.946		468.711.946
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	27.634.105		27.634.105
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	443.376		443.376
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	52.752.344		52.752.344
4 - Investimentos	13.644.580		13.644.580
1000 - Recursos Livres da União	13.644.580		13.644.580
15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	1.977.668.097	804.689.466	2.782.357.563
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.627.476.850	804.689.466	2.432.166.316
1000 - Recursos Livres da União	1.627.476.850	50.000	1.627.526.850
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		378.341.318	378.341.318
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		426.298.148	426.298.148
3 - Outras Despesas Correntes	348.993.755		348.993.755
1000 - Recursos Livres da União	309.565.894		309.565.894
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	16.624.158		16.624.158
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	392.583		392.583
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	22.411.120		22.411.120
4 - Investimentos	1.197.492		1.197.492
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	1.197.492		1.197.492
15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	1.688.666.317	665.105.059	2.353.771.376
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.364.309.069	665.105.059	2.029.414.128
1000 - Recursos Livres da União	1.364.309.069	1.000	1.364.310.069
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		309.398.335	309.398.335
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		355.705.724	355.705.724
3 - Outras Despesas Correntes	310.567.080		310.567.080
1000 - Recursos Livres da União	264.131.798		264.131.798
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	19.366.968		19.366.968
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.219.257		5.219.257
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	21.849.057		21.849.057
4 - Investimentos	13.790.168		13.790.168
1000 - Recursos Livres da União	4.890.168		4.890.168
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	8.900.000		8.900.000
15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	1.191.434.458	384.317.487	1.575.751.945
1 - Pessoal e Encargos Sociais	972.636.045	384.317.487	1.356.953.532
1000 - Recursos Livres da União	972.636.045	300.000	972.936.045
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		146.177.347	146.177.347
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		237.840.140	237.840.140
3 - Outras Despesas Correntes	217.813.424		217.813.424
1000 - Recursos Livres da União	186.133.171		186.133.171
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	9.874.673		9.874.673
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	671.205		671.205
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	21.134.375		21.134.375
4 - Investimentos	984.989		984.989
1000 - Recursos Livres da União	984.989		984.989
15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	896.385.916	283.891.523	1.180.277.439
1 - Pessoal e Encargos Sociais	726.813.585	283.891.523	1.010.705.108
1000 - Recursos Livres da União	726.813.585	100.000	726.913.585
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		106.640.103	106.640.103
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		177.151.420	177.151.420
3 - Outras Despesas Correntes	166.304.592		166.304.592
1000 - Recursos Livres da União	155.097.250		155.097.250
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	7.840.398		7.840.398
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	252.174		252.174
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.114.770		3.114.770
4 - Investimentos	3.267.739		3.267.739
1000 - Recursos Livres da União	3.267.739		3.267.739
15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	484.887.896	142.795.834	627.683.730
1 - Pessoal e Encargos Sociais	391.754.110	142.795.834	534.549.944
1000 - Recursos Livres da União	391.754.110	1.000	391.755.110
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		49.101.548	49.101.548
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		93.693.286	93.693.286
3 - Outras Despesas Correntes	87.924.938		87.924.938
1000 - Recursos Livres da União	72.962.987		72.962.987
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.647.325		4.647.325
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	368.136		368.136
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	9.946.490		9.946.490
4 - Investimentos	5.208.848		5.208.848
1000 - Recursos Livres da União	5.208.848		5.208.848
15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	698.302.919	218.749.636	917.052.555
1 - Pessoal e Encargos Sociais	548.554.407	218.749.636	767.304.043

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	548.554.407	90.000	548.644.407
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		84.170.357	84.170.357
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		134.489.279	134.489.279
3 - Outras Despesas Correntes	140.193.957		140.193.957
1000 - Recursos Livres da União	122.092.085		122.092.085
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	9.840.206		9.840.206
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.736.525		3.736.525
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.525.141		4.525.141
4 - Investimentos	9.554.555		9.554.555
1000 - Recursos Livres da União	510.000		510.000
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	9.044.555		9.044.555
15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	1.189.043.752	316.877.435	1.505.921.187
1 - Pessoal e Encargos Sociais	989.531.874	316.877.435	1.306.409.309
1000 - Recursos Livres da União	989.531.874	1.000	989.532.874
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		87.895.438	87.895.438
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		228.980.997	228.980.997
3 - Outras Despesas Correntes	197.517.175		197.517.175
1000 - Recursos Livres da União	170.668.839		170.668.839
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	12.763.416		12.763.416
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.500.579		4.500.579
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	9.584.341		9.584.341
4 - Investimentos	1.994.703		1.994.703
1000 - Recursos Livres da União	1.994.703		1.994.703
15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	638.504.583	261.188.527	899.693.110
1 - Pessoal e Encargos Sociais	477.016.849	261.188.527	738.205.376
1000 - Recursos Livres da União	477.016.849	10.000	477.026.849
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		131.789.521	131.789.521
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		129.389.006	129.389.006
3 - Outras Despesas Correntes	156.060.947		156.060.947
1000 - Recursos Livres da União	127.692.511		127.692.511
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	8.896.313		8.896.313
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	567.556		567.556
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	18.904.567		18.904.567
4 - Investimentos	5.426.787		5.426.787
1000 - Recursos Livres da União	5.290.923		5.290.923
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	135.864		135.864
15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	502.204.368	206.864.644	709.069.012
1 - Pessoal e Encargos Sociais	364.941.781	206.864.644	571.806.425
1000 - Recursos Livres da União	364.941.781	1.000	364.942.781
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		106.640.226	106.640.226
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		100.223.418	100.223.418
3 - Outras Despesas Correntes	106.361.761		106.361.761
1000 - Recursos Livres da União	99.523.389		99.523.389
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.227.230		6.227.230
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	611.142		611.142
4 - Investimentos	30.900.826		30.900.826
1000 - Recursos Livres da União	17.572.924		17.572.924
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	13.327.902		13.327.902
15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	772.439.298	330.536.165	1.102.975.463
1 - Pessoal e Encargos Sociais	638.219.565	330.536.165	968.755.730
1000 - Recursos Livres da União	638.219.565	1.000	638.220.565
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		160.736.426	160.736.426
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		169.798.739	169.798.739
3 - Outras Despesas Correntes	132.502.957		132.502.957
1000 - Recursos Livres da União	114.457.444		114.457.444
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.736.372		5.736.372
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	31.810		31.810
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	12.277.331		12.277.331
4 - Investimentos	1.716.776		1.716.776
1000 - Recursos Livres da União	1.716.776		1.716.776
15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	455.302.664	154.514.297	609.816.961
1 - Pessoal e Encargos Sociais	383.711.930	154.514.297	538.226.227
1000 - Recursos Livres da União	383.711.930	10.000	383.721.930
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		60.166.652	60.166.652
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		94.337.645	94.337.645
3 - Outras Despesas Correntes	68.758.834		68.758.834
1000 - Recursos Livres da União	59.161.299		59.161.299
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.020.550		3.020.550
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	112.219		112.219
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.464.766		6.464.766
4 - Investimentos	2.831.900		2.831.900
1000 - Recursos Livres da União	2.831.900		2.831.900
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	372.676.865	124.673.774	497.350.639
1 - Pessoal e Encargos Sociais	296.174.814	124.673.774	420.848.588
1000 - Recursos Livres da União	296.174.814	1.000	296.175.814
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		50.908.503	50.908.503
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		73.764.271	73.764.271
3 - Outras Despesas Correntes	73.270.492		73.270.492
1000 - Recursos Livres da União	62.534.476		62.534.476
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.743.610		3.743.610
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	32.796		32.796
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.959.610		6.959.610

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	3.231.559		3.231.559
1000 - Recursos Livres da União	3.231.559		3.231.559
15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	1.881.842.358	559.695.039	2.441.537.397
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.458.578.782	559.695.039	2.018.273.821
1000 - Recursos Livres da União	1.458.578.782	120.000	1.458.698.782
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		205.821.931	205.821.931
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		353.753.108	353.753.108
3 - Outras Despesas Correntes	421.748.026		421.748.026
1000 - Recursos Livres da União	353.874.007		353.874.007
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	21.454.950		21.454.950
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	499.873		499.873
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	45.919.196		45.919.196
4 - Investimentos	1.515.550		1.515.550
1000 - Recursos Livres da União	1.515.550		1.515.550
15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	290.867.385	36.980.046	327.847.431
1 - Pessoal e Encargos Sociais	227.128.217	36.980.046	264.108.263
1000 - Recursos Livres da União	227.128.217	1.000	227.129.217
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		36.979.046	36.979.046
3 - Outras Despesas Correntes	62.394.158		62.394.158
1000 - Recursos Livres da União	51.532.111		51.532.111
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.428.742		3.428.742
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	94.905		94.905
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.338.400		7.338.400
4 - Investimentos	1.345.010		1.345.010
1000 - Recursos Livres da União	1.345.010		1.345.010
15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	378.727.641	67.544.450	446.272.091
1 - Pessoal e Encargos Sociais	299.611.926	67.544.450	367.156.376
1000 - Recursos Livres da União	299.611.926	300.000	299.911.926
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.891.086	2.891.086
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		64.353.364	64.353.364
3 - Outras Despesas Correntes	77.715.715		77.715.715
1000 - Recursos Livres da União	65.577.734		65.577.734
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.693.618		3.693.618
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	539.056		539.056
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	7.905.307		7.905.307
4 - Investimentos	1.400.000		1.400.000
1000 - Recursos Livres da União	1.400.000		1.400.000
15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	698.551.391	97.560.066	796.111.457
1 - Pessoal e Encargos Sociais	554.741.281	97.560.066	652.301.347
1000 - Recursos Livres da União	554.741.281	5.000	554.746.281
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		97.555.066	97.555.066
3 - Outras Despesas Correntes	130.155.460		130.155.460
1000 - Recursos Livres da União	122.601.870		122.601.870
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	6.261.366		6.261.366
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	953.267		953.267
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	338.957		338.957
4 - Investimentos	13.654.650		13.654.650
1000 - Recursos Livres da União	592.650		592.650
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	13.062.000		13.062.000
15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	303.142.318	39.715.285	342.857.603
1 - Pessoal e Encargos Sociais	244.245.003	39.715.285	283.960.288
1000 - Recursos Livres da União	244.245.003	1.000	244.246.003
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		39.714.285	39.714.285
3 - Outras Despesas Correntes	57.365.223		57.365.223
1000 - Recursos Livres da União	48.062.449		48.062.449
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.847.346		2.847.346
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	361.362		361.362
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.094.066		6.094.066
4 - Investimentos	1.532.092		1.532.092
1000 - Recursos Livres da União	1.532.092		1.532.092
15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	218.566.819	43.539.808	262.106.627
1 - Pessoal e Encargos Sociais	173.570.874	43.539.808	217.110.682
1000 - Recursos Livres da União	173.570.874	260.000	173.830.874
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.225.715	5.225.715
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		38.054.093	38.054.093
3 - Outras Despesas Correntes	44.648.234		44.648.234
1000 - Recursos Livres da União	35.903.586		35.903.586
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	2.733.856		2.733.856
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	159.629		159.629
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	5.851.163		5.851.163
4 - Investimentos	347.711		347.711
1000 - Recursos Livres da União	347.711		347.711
15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	339.031.112	80.069.039	419.100.151
1 - Pessoal e Encargos Sociais	272.912.970	80.069.039	352.982.009
1000 - Recursos Livres da União	272.912.970	10.000	272.922.970
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.190.088	18.190.088
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		61.868.951	61.868.951
3 - Outras Despesas Correntes	64.946.054		64.946.054
1000 - Recursos Livres da União	54.949.267		54.949.267
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.226.157		3.226.157
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	226.869		226.869

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.543.761		6.543.761
4 - Investimentos	1.172.088		1.172.088
1000 - Recursos Livres da União	811.032		811.032
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	361.056		361.056
15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	205.843.867	18.651.200	224.495.067
1 - Pessoal e Encargos Sociais	159.305.913	18.651.200	177.957.113
1000 - Recursos Livres da União	159.305.913	1.000	159.306.913
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		18.650.200	18.650.200
3 - Outras Despesas Correntes	45.181.927		45.181.927
1000 - Recursos Livres da União	32.297.116		32.297.116
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.157.011		5.157.011
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.111.236		3.111.236
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	4.616.564		4.616.564
4 - Investimentos	1.356.027		1.356.027
1000 - Recursos Livres da União	1.356.027		1.356.027
15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	430.743.563	55.661.637	486.405.200
1 - Pessoal e Encargos Sociais	353.378.712	55.661.637	409.040.349
1000 - Recursos Livres da União	353.378.712	10.000	353.388.712
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		55.651.637	55.651.637
3 - Outras Despesas Correntes	77.280.845		77.280.845
1000 - Recursos Livres da União	61.268.916		61.268.916
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.818.913		5.818.913
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.019.547		2.019.547
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	8.173.469		8.173.469
4 - Investimentos	84.006		84.006
1000 - Recursos Livres da União	84.006		84.006
15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	306.704.096	58.958.680	365.662.776
1 - Pessoal e Encargos Sociais	245.360.609	58.958.680	304.319.289
1000 - Recursos Livres da União	245.360.609	1.000	245.361.609
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.618.092	5.618.092
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		53.339.588	53.339.588
3 - Outras Despesas Correntes	60.443.487		60.443.487
1000 - Recursos Livres da União	50.283.718		50.283.718
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	3.204.298		3.204.298
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	97.434		97.434
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.858.037		6.858.037
4 - Investimentos	900.000		900.000
1000 - Recursos Livres da União	900.000		900.000
15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	2.571.706.156		2.571.706.156
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.956.306.774		1.956.306.774
1000 - Recursos Livres da União	1.333.681.302		1.333.681.302
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	622.625.472		622.625.472
9 - Reserva de Contingência	615.399.382		615.399.382
1000 - Recursos Livres da União	615.399.382		615.399.382
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	4.029.594.147	671.417.724	4.701.011.871
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.947.919.711	671.417.724	3.619.337.435
1000 - Recursos Livres da União	2.947.919.711		2.947.919.711
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		43.546.098	43.546.098
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		627.871.626	627.871.626
3 - Outras Despesas Correntes	957.868.468		957.868.468
1000 - Recursos Livres da União	700.330.248		700.330.248
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	39.584.388		39.584.388
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	54.799.192		54.799.192
1052 - Recursos Livres da UO	112.614		112.614
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	163.042.026		163.042.026
4 - Investimentos	35.480.441		35.480.441
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	35.480.441		35.480.441
9 - Reserva de Contingência	88.325.527		88.325.527
1000 - Recursos Livres da União	88.325.527		88.325.527
16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal	4.029.594.147	671.417.724	4.701.011.871
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.947.919.711	671.417.724	3.619.337.435
1000 - Recursos Livres da União	2.947.919.711		2.947.919.711
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		43.546.098	43.546.098
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		627.871.626	627.871.626
3 - Outras Despesas Correntes	957.868.468		957.868.468
1000 - Recursos Livres da União	700.330.248		700.330.248
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	39.584.388		39.584.388
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	54.799.192		54.799.192
1052 - Recursos Livres da UO	112.614		112.614
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	163.042.026		163.042.026
4 - Investimentos	35.480.441		35.480.441
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	35.480.441		35.480.441
9 - Reserva de Contingência	88.325.527		88.325.527
1000 - Recursos Livres da União	88.325.527		88.325.527
17000 - Conselho Nacional de Justiça	608.979.321	85.268	609.064.589
1 - Pessoal e Encargos Sociais	142.778.947	85.268	142.864.215
1000 - Recursos Livres da União	142.778.947		142.778.947
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		85.268	85.268
3 - Outras Despesas Correntes	458.316.341		458.316.341
1000 - Recursos Livres da União	194.422.098		194.422.098
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	28.894.243		28.894.243

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	235.000.000		235.000.000
4 - Investimentos	7.884.033		7.884.033
1000 - Recursos Livres da União	7.884.033		7.884.033
17101 - Conselho Nacional de Justiça	608.979.321	85.268	609.064.589
1 - Pessoal e Encargos Sociais	142.778.947	85.268	142.864.215
1000 - Recursos Livres da União	142.778.947		142.778.947
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		85.268	85.268
3 - Outras Despesas Correntes	458.316.341		458.316.341
1000 - Recursos Livres da União	194.422.098		194.422.098
1027 - Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	28.894.243		28.894.243
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	235.000.000		235.000.000
4 - Investimentos	7.884.033		7.884.033
1000 - Recursos Livres da União	7.884.033		7.884.033
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.621.088.288	1.136.918.192	10.758.006.480
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.514.175.528	1.136.900.192	8.651.075.720
1000 - Recursos Livres da União	7.514.175.528	5.000	7.514.180.528
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.136.895.192	1.136.895.192
3 - Outras Despesas Correntes	2.032.653.915	18.000	2.032.671.915
1000 - Recursos Livres da União	2.030.269.822	18.000	2.030.287.822
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.384.093		2.384.093
4 - Investimentos	74.258.845		74.258.845
1000 - Recursos Livres da União	74.258.845		74.258.845
34000 - Ministério Público da União	9.488.441.468	1.136.348.411	10.624.789.879
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.439.845.969	1.136.330.411	8.576.176.380
1000 - Recursos Livres da União	7.439.845.969	5.000	7.439.850.969
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.136.325.411	1.136.325.411
3 - Outras Despesas Correntes	1.975.471.374	18.000	1.975.489.374
1000 - Recursos Livres da União	1.973.100.947	18.000	1.973.118.947
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.370.427		2.370.427
4 - Investimentos	73.124.125		73.124.125
1000 - Recursos Livres da União	73.124.125		73.124.125
34101 - Ministério Público Federal	5.507.935.164	608.166.393	6.116.101.557
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.257.128.280	608.148.393	4.865.276.673
1000 - Recursos Livres da União	4.257.128.280	1.000	4.257.129.280
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		608.147.393	608.147.393
3 - Outras Despesas Correntes	1.190.200.616	18.000	1.190.218.616
1000 - Recursos Livres da União	1.187.841.936	18.000	1.187.859.936
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.358.680		2.358.680
4 - Investimentos	60.606.268		60.606.268
1000 - Recursos Livres da União	60.606.268		60.606.268
34102 - Ministério Público Militar	328.217.276	71.354.458	399.571.734
1 - Pessoal e Encargos Sociais	245.056.480	71.354.458	316.410.938
1000 - Recursos Livres da União	245.056.480	1.000	245.057.480
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		71.353.458	71.353.458
3 - Outras Despesas Correntes	79.310.796		79.310.796
1000 - Recursos Livres da União	79.310.796		79.310.796
4 - Investimentos	3.850.000		3.850.000
1000 - Recursos Livres da União	3.850.000		3.850.000
34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	1.229.466.625	139.830.504	1.369.297.129
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.008.715.632	139.830.504	1.148.546.136
1000 - Recursos Livres da União	1.008.715.632	1.000	1.008.716.632
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		139.829.504	139.829.504
3 - Outras Despesas Correntes	215.750.993		215.750.993
1000 - Recursos Livres da União	215.744.320		215.744.320
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.673		6.673
4 - Investimentos	5.000.000		5.000.000
1000 - Recursos Livres da União	5.000.000		5.000.000
34104 - Ministério Público do Trabalho	2.378.463.401	316.932.071	2.695.395.472
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.909.505.172	316.932.071	2.226.437.243
1000 - Recursos Livres da União	1.909.505.172	1.000	1.909.506.172
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		316.931.071	316.931.071
3 - Outras Despesas Correntes	465.366.222		465.366.222
1000 - Recursos Livres da União	465.366.222		465.366.222
4 - Investimentos	3.592.007		3.592.007
1000 - Recursos Livres da União	3.592.007		3.592.007
34105 - Escola Superior do Ministério Público da União	44.359.002	64.985	44.423.987
1 - Pessoal e Encargos Sociais	19.440.405	64.985	19.505.390
1000 - Recursos Livres da União	19.440.405	1.000	19.441.405
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		63.985	63.985
3 - Outras Despesas Correntes	24.842.747		24.842.747
1000 - Recursos Livres da União	24.837.673		24.837.673
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.074		5.074
4 - Investimentos	75.850		75.850
1000 - Recursos Livres da União	75.850		75.850
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	132.646.820	569.781	133.216.601
1 - Pessoal e Encargos Sociais	74.329.559	569.781	74.899.340
1000 - Recursos Livres da União	74.329.559		74.329.559
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		569.781	569.781
3 - Outras Despesas Correntes	57.182.541		57.182.541
1000 - Recursos Livres da União	57.168.875		57.168.875
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	13.666		13.666

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
4 - Investimentos		1.134.720		1.134.720
1000 - Recursos Livres da União		1.134.720		1.134.720
59101 - Conselho Nacional do Ministério Público		132.646.820	569.781	133.216.601
1 - Pessoal e Encargos Sociais		74.329.559	569.781	74.899.340
1000 - Recursos Livres da União		74.329.559		74.329.559
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			569.781	569.781
3 - Outras Despesas Correntes		57.182.541		57.182.541
1000 - Recursos Livres da União		57.168.875		57.168.875
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		13.666		13.666
4 - Investimentos		1.134.720		1.134.720
1000 - Recursos Livres da União		1.134.720		1.134.720
PODER EXECUTIVO		472.317.044.036	1.922.531.033.993	2.394.848.078.029
1 - Pessoal e Encargos Sociais		198.127.829.407	135.494.844.125	333.622.673.532
1000 - Recursos Livres da União		185.816.474.787	15.589.326.307	201.405.801.094
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			48.210.087.060	48.210.087.060
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			25.704.317.370	25.704.317.370
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			676.814.021	676.814.021
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios			9.189.211.520	9.189.211.520
1031 - FUNDAF - PGFN		1.172.470.120		1.172.470.120
1032 - FUNDAF - RFB		7.628.441.223		7.628.441.223
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			3.023.826.308	3.023.826.308
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		997.196.313	133.195.572	1.130.391.885
1052 - Recursos Livres da UO		2.479.142.724	743.529.146	3.222.671.870
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			32.224.536.821	32.224.536.821
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil		34.104.240		34.104.240
2 - Juros e Encargos da Dívida		1.186.025.592		1.186.025.592
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		600.000		600.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		1.185.425.592		1.185.425.592
3 - Outras Despesas Correntes		167.201.331.807	1.753.700.061.610	1.920.901.393.417
1000 - Recursos Livres da União		111.096.482.854	32.462.160.626	143.558.643.480
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			103.173.662.585	103.173.662.585
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			362.645.134.806	362.645.134.806
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			1.397.056.440	1.397.056.440
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas			41.872.914	41.872.914
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas			2.738.250.030	2.738.250.030
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário		5.643.533		5.643.533
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		360.611.197		360.611.197
1015 - Casa da Moeda		267.964.315		267.964.315
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União		135.380.290		135.380.290
1017 - Montepio Civil			51.718	51.718
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios		900.000		900.000
1019 - FUNAPOL		641.585.908		641.585.908
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército		33.792.604		33.792.604
1025 - Reparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas		24.662.147		24.662.147
1031 - FUNDAF - PGFN		425.205.146		425.205.146
1032 - FUNDAF - RFB		3.553.946.373		3.553.946.373
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		60.868.000		60.868.000
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		221.520.452		221.520.452
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS			3.134.949.383	3.134.949.383
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública		66.580.747		66.580.747
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC		65.358.743		65.358.743
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social			83.447.697.274	83.447.697.274
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional		103.335.253		103.335.253
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético		7.233.366		7.233.366
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			35.446.053.752	35.446.053.752
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		8.829.408.328	346.954.339	9.176.362.667
1052 - Recursos Livres da UO		4.526.595.465		4.526.595.465
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal		180.384.676		180.384.676
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social			791.685.256.470	791.685.256.470
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos		15.572.350		15.572.350
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares		4.400.360		4.400.360
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos		164.524.876		164.524.876
1062 - Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM		36.978.589		36.978.589
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre		254.449.316		254.449.316
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas		54.877.944		54.877.944
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional		692.464		692.464
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável		16.398.532		16.398.532
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal		2.400.000		2.400.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos		9.075.000		9.075.000
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental		303.200.000		303.200.000
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos		150.900.111		150.900.111

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos		3.025.000		3.025.000
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional		295.410		295.410
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo		35.873.734		35.873.734
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos		5.845.939		5.845.939
1081 - Convênios		39.079.545	5.311.121	44.390.666
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos		81.637.350		81.637.350
1084 - FGTS		41.877.500		41.877.500
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX		43.470.000		43.470.000
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		1.935.005.241		1.935.005.241
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional		10.000.000		10.000.000
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico		1.595.716		1.595.716
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO		17.044.252		17.044.252
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração		1.000.000		1.000.000
1096 - Doações Nacionais		91.362.244	2.444.929	93.807.173
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		274.822.931		274.822.931
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		592.316.972		592.316.972
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		284.302.182		284.302.182
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		541.057.086		541.057.086
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		524.594.697		524.594.697
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		336.990.356		336.990.356
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		36.610.341		36.610.341
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		42.637.920		42.637.920
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		12.329.422		12.329.422
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		969.078		969.078
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		182.430.686		182.430.686
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		184.152.217		184.152.217
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		19.011.961		19.011.961
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		7.653.501		7.653.501
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		1.177.600		1.177.600
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM		500.000		500.000
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros		298.265.282		298.265.282
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM		19.907.616		19.907.616
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		710.582.931		710.582.931
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		5.436		5.436
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional		230.098.623		230.098.623
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		804.247.331		804.247.331
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal			6.364.286	6.364.286
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal			3.845.405.194	3.845.405.194
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP		22.717.187		22.717.187
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre			239.263.501	239.263.501
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		3.086.674.154	5.461.907.292	8.548.581.446
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		108.622.039		108.622.039
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.		89.153.897		89.153.897
1142 - Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		127.918.600		127.918.600
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda		902.475.473		902.475.473
1149 - Fundo Social – FS – Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde		18.315.284.401		18.315.284.401
1151 - Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica		2.589.439.566		2.589.439.566

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO			
GND/Fonte	Fiscal	Seguridade Social	Total
1152 - Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde	1.731.792.733		1.731.792.733
1183 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	31.805.240		31.805.240
1184 - Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde		45.436.057	45.436.057
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	346.786.760		346.786.760
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	135.636.544		135.636.544
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	15.241.795		15.241.795
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	271.518.718		271.518.718
9000 - Recursos Livres da União	393.559.661	4.464.464.914	4.858.024.575
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.450.882.352	2.450.882.352
9002 - Atividades-fim da Seguridade Social		5.114.931.505	5.114.931.505
9040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		856.849.316	856.849.316
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		1.199.999.998	1.199.999.998
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		313.487.700.808	313.487.700.808
4 - Investimentos	40.834.119.206	12.599.374.047	53.433.493.253
1000 - Recursos Livres da União	24.911.442.702	1.986.100.343	26.897.543.045
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.253.244.093	5.253.244.093
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		4.623.960.592	4.623.960.592
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		55.096.373	55.096.373
1011 - Destinações da Cide-Combustíveis	1.847.038.656		1.847.038.656
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	20.000.000		20.000.000
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	1.860.000		1.860.000
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	100.000		100.000
1019 - FUNAPOL	108.944.766		108.944.766
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	27.402.917		27.402.917
1031 - FUNDAF - PGFN	9.192.775		9.192.775
1032 - FUNDAF - RFB	180.000.000		180.000.000
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	178.454.847		178.454.847
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	10.000.000		10.000.000
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	3.939.714		3.939.714
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		409.001	409.001
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		208.947.770	208.947.770
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.153.799.264		1.153.799.264
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	112.505.369		112.505.369
1052 - Recursos Livres da UO	2.254.863.380		2.254.863.380
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	8.756.928		8.756.928
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	2.440.000		2.440.000
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	7.250.000		7.250.000
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	20.000.000		20.000.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	8.925.000		8.925.000
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	15.390.176		15.390.176
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	2.975.000		2.975.000
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.141.955.303		1.141.955.303
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	800.000		800.000
1081 - Convênios	110.680.187		110.680.187
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	38.362.650		38.362.650
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	1.698.293		1.698.293
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.530.000		4.530.000
1095 - Doações Estrangeiras	666.666		666.666
1096 - Doações Nacionais	17.440.000		17.440.000
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	28.521.875		28.521.875
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	115.487.576		115.487.576
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	19.042.624		19.042.624
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	166.747.462		166.747.462
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	233.999.055		233.999.055
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	17.469.386		17.469.386
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	6.322.180		6.322.180
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	104.329.962		104.329.962

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	4.140.530		4.140.530
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	397.854		397.854
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	77.770.617		77.770.617
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	69.525.712		69.525.712
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	16.806.123		16.806.123
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	12.873.157		12.873.157
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	127.841.007		127.841.007
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.337.798.746		1.337.798.746
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	13.302		13.302
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	25.367.782		25.367.782
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	229.716.635		229.716.635
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre		52.615.875	52.615.875
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	3.220.680.653		3.220.680.653
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	80.000.000		80.000.000
1142 - Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	78.815.460		78.815.460
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	723.681.259		723.681.259
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	736.921.863		736.921.863
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		419.000.000	419.000.000
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.198.433.793		1.198.433.793
5 - Inversões Financeiras	43.677.198.942	250.000.000	43.927.198.942
1000 - Recursos Livres da União	13.498.102.593		13.498.102.593
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		250.000.000	250.000.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	525.738.054		525.738.054
1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	22.776.113.296		22.776.113.296
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	440.622.848		440.622.848
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	48.843.883		48.843.883
1052 - Recursos Livres da UO	1.484.225.231		1.484.225.231
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	14.795.394		14.795.394
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	50.000.000		50.000.000
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	4.605.504.218		4.605.504.218
9041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	233.253.425		233.253.425
6 - Amortização da Dívida	3.248.035.232		3.248.035.232
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.000.000		18.000.000
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	3.230.035.232		3.230.035.232
9 - Reserva de Contingência	18.042.503.850	20.486.754.211	38.529.258.061
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.401.752.939	20.401.752.939
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		83.250.573	83.250.573
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	10.636.712		10.636.712
1015 - Casa da Moeda	4.563.123		4.563.123
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios	63.197.678		63.197.678
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas	334.371.072		334.371.072
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	819.308.329		819.308.329
1031 - FUNDAF - PGFN	3.145.485.075		3.145.485.075
1032 - FUNDAF - RFB	1.208.028.427		1.208.028.427
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	46.525.813		46.525.813
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	255.981.933		255.981.933
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar		1.678.032	1.678.032
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	143.533.705		143.533.705
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	168.332.705		168.332.705
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		72.667	72.667
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	943.702.854		943.702.854
1052 - Recursos Livres da UO	4.734.889.051		4.734.889.051
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	254.854.121		254.854.121
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	17.952.776		17.952.776
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	83.256.171		83.256.171
1068 - FNDP - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	5.799.266		5.799.266
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	256.326.276		256.326.276
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	127.735.912		127.735.912
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	46.153.430		46.153.430

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo	117.044.047		117.044.047
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	410.805.236		410.805.236
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos	526.463.948		526.463.948
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	1.077.631.113		1.077.631.113
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	17.029.414		17.029.414
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	186.996.143		186.996.143
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	9.287.060		9.287.060
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	92.083.537		92.083.537
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	463.238.678		463.238.678
1135 - Recursos do FISTEL destinados ao FSA	17.306.671		17.306.671
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	643.185.631		643.185.631
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	1.273.100.069		1.273.100.069
1180 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	275.227.138		275.227.138
1181 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 da Lei nº 14.273/2021	261.782.085		261.782.085
1182 - Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)	688.651		688.651
20000 - Presidência da República	3.438.630.473	339.369.868	3.778.000.341
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	1.548.183.031	339.369.868	1.887.552.899
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	1.525.490.418	26.000	1.525.516.418
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		216.565.683	216.565.683
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	22.692.613		22.692.613
3 - Outras Despesas Correntes		122.778.185	122.778.185
1000 - Recursos Livres da União	1.506.229.263		1.506.229.263
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	1.314.094.674		1.314.094.674
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	66.580.747		66.580.747
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	125.553.842		125.553.842
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	90.679.125		90.679.125
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	66.576.300		66.576.300
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.000.000		10.000.000
5 - Inversões Financeiras			
1000 - Recursos Livres da União	14.102.825		14.102.825
9 - Reserva de Contingência			
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	24.481.514		24.481.514
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	24.481.514		24.481.514
20101 - Presidência da República	1.586.316.110	27.121	1.586.343.231
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	269.057.540	389.392.346	658.449.886
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	250.117.012	13.000	250.130.012
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.940.528	14.121	18.954.649
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	1.112.069.371		1.112.069.371
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	1.112.069.371		1.112.069.371
5 - Inversões Financeiras			
1000 - Recursos Livres da União	60.400.000		60.400.000
20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	594.107.343	339.342.747	933.450.090
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	60.400.000	389.392.346	658.449.886
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	60.400.000	13.000	60.413.000
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União	24.481.514	216.565.683	241.046.197
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	24.481.514	122.764.064	241.249.578
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	113.317.826		113.317.826
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	113.317.826		113.317.826
20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	1.164.019.668		1.164.019.668
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	6.176.300		6.176.300
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.176.300		6.176.300
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	670.195.179		670.195.179
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	661.511.976		661.511.976
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.683.203		8.683.203
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	233.707.477		233.707.477
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	88.707.477		88.707.477
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	66.580.747		66.580.747
9 - Reserva de Contingência			
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	78.419.253		78.419.253
20927 - Fundo de Imprensa Nacional	94.187.352		94.187.352
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
1000 - Recursos Livres da União	10.000.000		10.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.000.000		10.000.000
3 - Outras Despesas Correntes			
1000 - Recursos Livres da União	47.134.589		47.134.589
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	47.134.589		47.134.589
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.102.825		14.102.825
4 - Investimentos			
1000 - Recursos Livres da União	14.102.825		14.102.825
9 - Reserva de Contingência			
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	18.940.528		18.940.528
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.940.528		18.940.528

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	8.271.139.955	2.699.004.537	10.970.144.492
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.556.495.333	2.698.371.872	8.254.867.205
1000 - Recursos Livres da União	5.556.495.333	13.000	5.556.508.333
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.274.182.598	2.274.182.598
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		424.176.274	424.176.274
3 - Outras Despesas Correntes	2.452.245.375	632.665	2.452.878.040
1000 - Recursos Livres da União	2.246.304.776	632.665	2.246.937.441
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	75.145.437		75.145.437
1052 - Recursos Livres da UO	106.026.776		106.026.776
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.400.360		4.400.360
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	295.410		295.410
1081 - Convênios	165.000		165.000
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM	19.907.616		19.907.616
4 - Investimentos	262.399.247		262.399.247
1000 - Recursos Livres da União	255.920.496		255.920.496
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	6.478.751		6.478.751
22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	3.526.329.137	2.698.508.462	6.224.837.599
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.574.458.633	2.698.371.872	4.272.830.505
1000 - Recursos Livres da União	1.574.458.633	13.000	1.574.471.633
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.274.182.598	2.274.182.598
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		424.176.274	424.176.274
3 - Outras Despesas Correntes	1.913.952.743	136.590	1.914.089.333
1000 - Recursos Livres da União	1.783.423.145	136.590	1.783.559.735
1052 - Recursos Livres da UO	105.926.212		105.926.212
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4.400.360		4.400.360
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	295.410		295.410
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM	19.907.616		19.907.616
4 - Investimentos	37.917.761		37.917.761
1000 - Recursos Livres da União	37.917.761		37.917.761
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	4.736.810.818	496.075	4.737.306.893
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.982.036.700		3.982.036.700
1000 - Recursos Livres da União	3.982.036.700		3.982.036.700
3 - Outras Despesas Correntes	530.596.532	496.075	531.092.607
1000 - Recursos Livres da União	455.310.245	496.075	455.806.320
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	75.121.287		75.121.287
1081 - Convênios	165.000		165.000
4 - Investimentos	224.177.586		224.177.586
1000 - Recursos Livres da União	217.698.835		217.698.835
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	6.478.751		6.478.751
22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	8.000.000		8.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	7.696.100		7.696.100
1000 - Recursos Livres da União	7.571.386		7.571.386
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	24.150		24.150
1052 - Recursos Livres da UO	100.564		100.564
4 - Investimentos	303.900		303.900
1000 - Recursos Livres da União	303.900		303.900
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	13.217.166.379	2.236.553.101	15.453.719.480
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.407.293.561	2.236.519.859	3.643.813.420
1000 - Recursos Livres da União	1.407.293.561	13.000	1.407.306.561
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.838.752.916	1.838.752.916
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		397.753.943	397.753.943
3 - Outras Despesas Correntes	8.881.919.506	33.242	8.881.952.748
1000 - Recursos Livres da União	2.598.033.943	33.242	2.598.067.185
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.008.383.895		2.008.383.895
1052 - Recursos Livres da UO	452.906.057		452.906.057
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	15.572.350		15.572.350
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	54.877.944		54.877.944
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	274.822.931		274.822.931
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	592.316.972		592.316.972
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	284.302.182		284.302.182
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	541.057.086		541.057.086
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	524.594.697		524.594.697
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	336.990.356		336.990.356
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	36.610.341		36.610.341
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	42.637.920		42.637.920
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	12.329.422		12.329.422
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	969.078		969.078
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	182.430.686		182.430.686
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas	184.152.217		184.152.217

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
Administrativas/Operacionais e Ações Transversais			
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	19.011.961		19.011.961
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	7.653.501		7.653.501
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.177.600		1.177.600
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	500.000		500.000
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	710.582.931		710.582.931
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	5.436		5.436
4 - Investimentos	2.785.869.775		2.785.869.775
1000 - Recursos Livres da União	83.900.819		83.900.819
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	360.723.644		360.723.644
1052 - Recursos Livres da UO	107.559.151		107.559.151
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	2.440.000		2.440.000
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas	20.000.000		20.000.000
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	28.521.875		28.521.875
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	115.487.576		115.487.576
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	19.042.624		19.042.624
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	166.747.462		166.747.462
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	233.999.055		233.999.055
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	17.469.386		17.469.386
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	6.322.180		6.322.180
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	104.329.962		104.329.962
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	4.140.530		4.140.530
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	397.854		397.854
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	77.770.617		77.770.617
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	69.525.712		69.525.712
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	16.806.123		16.806.123
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	12.873.157		12.873.157
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	1.337.798.746		1.337.798.746
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	13.302		13.302
5 - Inversões Financeiras	50.000.000		50.000.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	50.000.000		50.000.000
9 - Reserva de Contingência	92.083.537		92.083.537
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	92.083.537		92.083.537
24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta	1.672.166.929	1.558.517.015	3.230.683.944
1 - Pessoal e Encargos Sociais	776.382.307	1.558.517.015	2.334.899.322
1000 - Recursos Livres da União	776.382.307	13.000	776.395.307
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.338.746.579	1.338.746.579
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		219.757.436	219.757.436
3 - Outras Despesas Correntes	765.369.443		765.369.443
1000 - Recursos Livres da União	763.445.198		763.445.198
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.424.245		1.424.245
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	500.000		500.000
4 - Investimentos	38.331.642		38.331.642
1000 - Recursos Livres da União	38.331.642		38.331.642
9 - Reserva de Contingência	92.083.537		92.083.537
1113 - Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	92.083.537		92.083.537
24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	1.667.952.338	163.130.150	1.831.082.488
1 - Pessoal e Encargos Sociais	94.280.857	163.130.150	257.411.007
1000 - Recursos Livres da União	94.280.857		94.280.857
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		139.269.386	139.269.386
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		23.860.764	23.860.764
3 - Outras Despesas Correntes	1.546.171.481		1.546.171.481
1000 - Recursos Livres da União	1.490.432.679		1.490.432.679
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	860.858		860.858
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas	54.877.944		54.877.944

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>Físicas</i>			
4 - Investimentos	27.500.000		27.500.000
1000 - Recursos Livres da União	7.500.000		7.500.000
1065 - Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas	20.000.000		20.000.000
<i>Físicas</i>			
24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear	885.495.198	514.114.706	1.399.609.904
1 - Pessoal e Encargos Sociais	476.438.678	514.081.464	990.520.142
1000 - Recursos Livres da União	476.438.678		476.438.678
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		360.736.951	360.736.951
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		153.344.513	153.344.513
3 - Outras Despesas Correntes	373.901.574	33.242	373.934.816
1000 - Recursos Livres da União	232.502.830	33.242	232.536.072
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	125.826.394		125.826.394
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	15.572.350		15.572.350
4 - Investimentos	35.154.946		35.154.946
1000 - Recursos Livres da União	7.214.946		7.214.946
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	25.500.000		25.500.000
1058 - Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos	2.440.000		2.440.000
24205 - Agência Espacial Brasileira	133.790.001	791.230	134.581.231
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.275.917	791.230	21.067.147
1000 - Recursos Livres da União	20.275.917		20.275.917
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		791.230	791.230
3 - Outras Despesas Correntes	83.459.853		83.459.853
1000 - Recursos Livres da União	83.459.853		83.459.853
4 - Investimentos	30.054.231		30.054.231
1000 - Recursos Livres da União	30.054.231		30.054.231
24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	69.314.588		69.314.588
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.915.802		39.915.802
1000 - Recursos Livres da União	39.915.802		39.915.802
3 - Outras Despesas Correntes	28.598.786		28.598.786
1000 - Recursos Livres da União	28.193.383		28.193.383
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	405.403		405.403
4 - Investimentos	800.000		800.000
1000 - Recursos Livres da União	800.000		800.000
24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	8.788.447.325		8.788.447.325
3 - Outras Despesas Correntes	6.084.418.369		6.084.418.369
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.879.866.995		1.879.866.995
1052 - Recursos Livres da UO	452.906.057		452.906.057
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	274.822.931		274.822.931
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	592.316.972		592.316.972
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	284.302.182		284.302.182
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	541.057.086		541.057.086
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	524.594.697		524.594.697
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras	336.990.356		336.990.356
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	36.610.341		36.610.341
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	42.637.920		42.637.920
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	12.329.422		12.329.422
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	969.078		969.078
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	182.430.686		182.430.686
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	184.152.217		184.152.217
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	19.011.961		19.011.961
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	7.653.501		7.653.501
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	1.177.600		1.177.600
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	710.582.931		710.582.931
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais	5.436		5.436
4 - Investimentos	2.654.028.956		2.654.028.956
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	335.223.644		335.223.644
1052 - Recursos Livres da UO	107.559.151		107.559.151
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	28.521.875		28.521.875
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	115.487.576		115.487.576
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais	19.042.624		19.042.624

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		166.747.462		166.747.462
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		233.999.055		233.999.055
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		17.469.386		17.469.386
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		6.322.180		6.322.180
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		104.329.962		104.329.962
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		4.140.530		4.140.530
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		397.854		397.854
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		77.770.617		77.770.617
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		69.525.712		69.525.712
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		16.806.123		16.806.123
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		12.873.157		12.873.157
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.337.798.746		1.337.798.746
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		13.302		13.302
5 - Inversões Financeiras		50.000.000		50.000.000
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		50.000.000		50.000.000
25000 - Ministério da Fazenda		22.309.525.480	119.462.209	22.428.987.689
1 - Pessoal e Encargos Sociais		9.944.911.533	119.052.694	10.063.964.227
1000 - Recursos Livres da União		729.017.510		729.017.510
1031 - FUNDAF - PGFN		1.172.470.120		1.172.470.120
1032 - FUNDAF - RFB		7.628.441.223		7.628.441.223
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		15.613.025		15.613.025
1052 - Recursos Livres da UO		399.369.655		399.369.655
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			119.052.694	119.052.694
3 - Outras Despesas Correntes		6.776.225.270	409.515	6.776.634.785
1000 - Recursos Livres da União		333.917.933	409.515	334.327.448
1015 - Casa da Moeda		267.964.315		267.964.315
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios		900.000		900.000
1031 - FUNDAF - PGFN		425.205.146		425.205.146
1032 - FUNDAF - RFB		3.553.946.373		3.553.946.373
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.743.050.078		1.743.050.078
1052 - Recursos Livres da UO		57.681.764		57.681.764
9000 - Recursos Livres da União		393.559.661		393.559.661
4 - Investimentos		369.956.950		369.956.950
1000 - Recursos Livres da União		172.773.926		172.773.926
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios		100.000		100.000
1031 - FUNDAF - PGFN		9.192.775		9.192.775
1032 - FUNDAF - RFB		180.000.000		180.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		3.220.309		3.220.309
1052 - Recursos Livres da UO		4.669.940		4.669.940
9 - Reserva de Contingência		5.218.431.727		5.218.431.727
1015 - Casa da Moeda		4.563.123		4.563.123
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios		63.197.678		63.197.678
1031 - FUNDAF - PGFN		3.145.485.075		3.145.485.075
1032 - FUNDAF - RFB		1.208.028.427		1.208.028.427
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		226.951		226.951
1052 - Recursos Livres da UO		796.930.473		796.930.473
25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta		1.299.800.994	13.940.231	1.313.741.225
1 - Pessoal e Encargos Sociais		729.017.510	13.940.231	742.957.741
1000 - Recursos Livres da União		729.017.510		729.017.510
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			13.940.231	13.940.231
3 - Outras Despesas Correntes		334.711.880		334.711.880
1000 - Recursos Livres da União		333.811.880		333.811.880
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios		900.000		900.000
4 - Investimentos		172.873.926		172.873.926
1000 - Recursos Livres da União		172.773.926		172.773.926
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios		100.000		100.000
9 - Reserva de Contingência		63.197.678		63.197.678
1018 - Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios		63.197.678		63.197.678
25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil		12.843.170.412		12.843.170.412
1 - Pessoal e Encargos Sociais		7.628.441.223		7.628.441.223
1032 - FUNDAF - RFB		7.628.441.223		7.628.441.223
3 - Outras Despesas Correntes		3.821.910.688		3.821.910.688

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1015 - Casa da Moeda	267.964.315		267.964.315
1032 - FUNDAF - RFB	3.553.946.373		3.553.946.373
4 - Investimentos	180.000.000		180.000.000
1032 - FUNDAF - RFB	180.000.000		180.000.000
9 - Reserva de Contingência	1.212.818.501		1.212.818.501
1015 - Casa da Moeda	4.563.123		4.563.123
1032 - FUNDAF - RFB	1.208.028.427		1.208.028.427
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	226.951		226.951
25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	4.752.459.169		4.752.459.169
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.172.470.120		1.172.470.120
1031 - FUNDAF - PGFN	1.172.470.120		1.172.470.120
3 - Outras Despesas Correntes	425.311.199		425.311.199
1000 - Recursos Livres da União	106.053		106.053
1031 - FUNDAF - PGFN	425.205.146		425.205.146
4 - Investimentos	9.192.775		9.192.775
1031 - FUNDAF - PGFN	9.192.775		9.192.775
9 - Reserva de Contingência	3.145.485.075		3.145.485.075
1031 - FUNDAF - PGFN	3.145.485.075		3.145.485.075
25203 - Comissão de Valores Mobiliários	972.898.516		972.898.516
1 - Pessoal e Encargos Sociais	237.164.568		237.164.568
1052 - Recursos Livres da UO	237.164.568		237.164.568
3 - Outras Despesas Correntes	51.890.514		51.890.514
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	479.384		479.384
1052 - Recursos Livres da UO	51.411.130		51.411.130
4 - Investimentos	4.873.500		4.873.500
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	203.560		203.560
1052 - Recursos Livres da UO	4.669.940		4.669.940
9 - Reserva de Contingência	678.969.934		678.969.934
1052 - Recursos Livres da UO	678.969.934		678.969.934
25208 - Superintendência de Seguros Privados	323.921.677	105.521.978	429.443.655
1 - Pessoal e Encargos Sociais	177.818.112	105.112.463	282.930.575
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	15.613.025		15.613.025
1052 - Recursos Livres da UO	162.205.087		162.205.087
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		105.112.463	105.112.463
3 - Outras Despesas Correntes	25.126.277	409.515	25.535.792
1000 - Recursos Livres da União		409.515	409.515
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.855.643		18.855.643
1052 - Recursos Livres da UO	6.270.634		6.270.634
4 - Investimentos	3.016.749		3.016.749
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.016.749		3.016.749
9 - Reserva de Contingência	117.960.539		117.960.539
1052 - Recursos Livres da UO	117.960.539		117.960.539
25903 - Fundo de Compensação e Variações Salariais	2.117.274.712		2.117.274.712
3 - Outras Despesas Correntes	2.117.274.712		2.117.274.712
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.723.715.051		1.723.715.051
9000 - Recursos Livres da União	393.559.661		393.559.661
26000 - Ministério da Educação	184.873.008.357	48.477.696.360	233.350.704.717
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.421.600.354	40.881.511.099	108.303.111.453
1000 - Recursos Livres da União	67.421.600.354	15.565.324.548	82.986.924.902
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		6.384.024.038	6.384.024.038
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		18.932.162.513	18.932.162.513
3 - Outras Despesas Correntes	99.447.281.151	7.350.793.468	106.798.074.619
1000 - Recursos Livres da União	71.815.078.735	1.488.233.445	73.303.312.180
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		28.629.867	28.629.867
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		41.872.914	41.872.914
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	360.611.197		360.611.197
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		324.838.829	324.838.829
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.125.448.420		1.125.448.420
1081 - Convênios	28.057.575	5.311.121	33.368.696
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	22.717.187		22.717.187
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	3.086.674.154	5.461.907.292	8.548.581.446
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	108.622.039		108.622.039
1142 - Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	127.918.600		127.918.600
1149 - Fundo Social – FS – Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde	18.315.284.401		18.315.284.401
1151 - Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica	2.589.439.566		2.589.439.566
1152 - Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde	1.731.792.733		1.731.792.733
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	135.636.544		135.636.544
4 - Investimentos	6.004.126.852	245.391.793	6.249.518.645
1000 - Recursos Livres da União	2.564.470.460	126.241.793	2.690.712.253
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	20.000.000		20.000.000
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social		409.001	409.001

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			118.740.999	118.740.999
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		101.056.338		101.056.338
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		10.257.088		10.257.088
1081 - Convênios		8.180.187		8.180.187
1095 - Doações Estrangeiras		666.666		666.666
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		3.220.680.653		3.220.680.653
1142 - Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		78.815.460		78.815.460
5 - Inversões Financeiras		12.000.000.000		12.000.000.000
1000 - Recursos Livres da União		7.394.495.782		7.394.495.782
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		4.605.504.218		4.605.504.218
26101 - Ministério da Educação - Administração Direta		8.541.624.874	271.335.547	8.812.960.421
1 - Pessoal e Encargos Sociais		4.983.454.624	246.157.842	5.229.612.466
1000 - Recursos Livres da União		4.983.454.624	13.000	4.983.467.624
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			198.032.625	198.032.625
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			48.112.217	48.112.217
3 - Outras Despesas Correntes		2.054.551.174	25.177.705	2.079.728.879
1000 - Recursos Livres da União		1.693.939.977	25.177.705	1.719.117.682
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		360.611.197		360.611.197
4 - Investimentos		1.503.619.076		1.503.619.076
1000 - Recursos Livres da União		1.483.619.076		1.483.619.076
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		20.000.000		20.000.000
26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos		115.961.469	70.884.495	186.845.964
1 - Pessoal e Encargos Sociais		83.050.877	70.884.495	153.935.372
1000 - Recursos Livres da União		83.050.877	13.000	83.063.877
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			39.915.414	39.915.414
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			30.956.081	30.956.081
3 - Outras Despesas Correntes		31.020.591		31.020.591
1000 - Recursos Livres da União		31.020.591		31.020.591
4 - Investimentos		1.890.001		1.890.001
1000 - Recursos Livres da União		1.890.001		1.890.001
26105 - Instituto Benjamin Constant		87.556.968	43.673.781	131.230.749
1 - Pessoal e Encargos Sociais		56.707.178	43.395.099	100.102.277
1000 - Recursos Livres da União		56.707.178	13.000	56.720.178
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			24.259.485	24.259.485
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			19.122.614	19.122.614
3 - Outras Despesas Correntes		28.351.240	278.682	28.629.922
1000 - Recursos Livres da União		27.105.640	278.682	27.384.322
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.245.600		1.245.600
4 - Investimentos		2.498.550		2.498.550
1000 - Recursos Livres da União		2.498.550		2.498.550
26201 - Colégio Pedro II		627.702.076	385.244.664	1.012.946.740
1 - Pessoal e Encargos Sociais		515.274.141	385.244.664	900.518.805
1000 - Recursos Livres da União		515.274.141		515.274.141
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			187.352.582	187.352.582
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			197.892.082	197.892.082
3 - Outras Despesas Correntes		112.427.935		112.427.935
1000 - Recursos Livres da União		108.149.750		108.149.750
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		4.278.185		4.278.185
26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco		315.882.215	7.875.156	323.757.371
1 - Pessoal e Encargos Sociais		251.460.848	7.875.156	259.336.004
1000 - Recursos Livres da União		251.460.848		251.460.848
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			7.875.156	7.875.156
3 - Outras Despesas Correntes		62.175.432		62.175.432
1000 - Recursos Livres da União		61.640.884		61.640.884
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		534.548		534.548
4 - Investimentos		2.245.935		2.245.935
1000 - Recursos Livres da União		2.245.935		2.245.935
26231 - Universidade Federal de Alagoas		885.152.257	347.133.345	1.232.285.602
1 - Pessoal e Encargos Sociais		708.000.173	347.101.488	1.055.101.661
1000 - Recursos Livres da União		708.000.173		708.000.173
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			64.315.503	64.315.503
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			282.785.985	282.785.985
3 - Outras Despesas Correntes		172.070.104	31.857	172.101.961
1000 - Recursos Livres da União		165.637.624	31.857	165.669.481
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		6.432.480		6.432.480
4 - Investimentos		5.081.980		5.081.980
1000 - Recursos Livres da União		2.501.980		2.501.980
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		2.500.000		2.500.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		80.000		80.000
26232 - Universidade Federal da Bahia		1.544.867.988	860.061.560	2.404.929.548
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.235.290.166	860.023.332	2.095.313.498
1000 - Recursos Livres da União		1.235.290.166		1.235.290.166
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			349.731.036	349.731.036
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			510.292.296	510.292.296
3 - Outras Despesas Correntes		300.389.290	38.228	300.427.518
1000 - Recursos Livres da União		280.048.600	38.228	280.086.828
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		20.340.690		20.340.690
4 - Investimentos		9.188.532		9.188.532
1000 - Recursos Livres da União		6.638.708		6.638.708
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		2.549.824		2.549.824

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
26233 - Universidade Federal do Ceará	1.341.511.179	662.904.711	2.004.415.890
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.069.509.816	662.820.612	1.732.330.428
1000 - Recursos Livres da União	1.069.509.816		1.069.509.816
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		203.382.450	203.382.450
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		459.438.162	459.438.162
3 - Outras Despesas Correntes	266.457.560	84.099	266.541.659
1000 - Recursos Livres da União	258.659.859	84.099	258.743.958
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.797.701		7.797.701
4 - Investimentos	5.543.803		5.543.803
1000 - Recursos Livres da União	2.845.190		2.845.190
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.900.000		1.900.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	798.613		798.613
26234 - Universidade Federal do Espírito Santo	966.309.655	414.652.833	1.380.962.488
1 - Pessoal e Encargos Sociais	771.779.489	414.513.237	1.186.292.726
1000 - Recursos Livres da União	771.779.489		771.779.489
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		171.520.768	171.520.768
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		242.992.469	242.992.469
3 - Outras Despesas Correntes	187.267.235	139.596	187.406.831
1000 - Recursos Livres da União	171.155.014	139.596	171.294.610
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.112.221		16.112.221
4 - Investimentos	7.262.931		7.262.931
1000 - Recursos Livres da União	1.362.931		1.362.931
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.900.000		5.900.000
26235 - Universidade Federal de Goiás	1.131.296.824	581.221.265	1.712.518.089
1 - Pessoal e Encargos Sociais	911.852.328	581.194.411	1.493.046.739
1000 - Recursos Livres da União	911.852.328		911.852.328
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		185.956.300	185.956.300
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		395.238.111	395.238.111
3 - Outras Despesas Correntes	208.937.010	26.854	208.963.864
1000 - Recursos Livres da União	189.829.663	26.854	189.856.517
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	19.107.347		19.107.347
4 - Investimentos	10.507.486		10.507.486
1000 - Recursos Livres da União	5.507.486		5.507.486
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.000.000		5.000.000
26236 - Universidade Federal Fluminense	1.898.505.224	1.125.576.385	3.024.081.609
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.548.545.188	1.125.353.389	2.673.898.577
1000 - Recursos Livres da União	1.548.545.188		1.548.545.188
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		456.403.664	456.403.664
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		668.949.725	668.949.725
3 - Outras Despesas Correntes	340.140.400	222.996	340.363.396
1000 - Recursos Livres da União	307.309.275	222.996	307.532.271
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	32.831.125		32.831.125
4 - Investimentos	9.819.636		9.819.636
1000 - Recursos Livres da União	7.724.032		7.724.032
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.095.604		2.095.604
26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora	1.204.138.212	339.918.031	1.544.056.243
1 - Pessoal e Encargos Sociais	750.395.668	339.918.031	1.090.313.699
1000 - Recursos Livres da União	750.395.668		750.395.668
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		27.046.586	27.046.586
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		312.871.445	312.871.445
3 - Outras Despesas Correntes	445.157.657		445.157.657
1000 - Recursos Livres da União	181.491.588		181.491.588
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	263.666.069		263.666.069
4 - Investimentos	8.584.887		8.584.887
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.584.887		8.584.887
26238 - Universidade Federal de Minas Gerais	1.900.244.386	1.113.933.770	3.014.178.156
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.488.662.344	1.113.665.048	2.602.327.392
1000 - Recursos Livres da União	1.488.662.344		1.488.662.344
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		469.057.395	469.057.395
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		644.607.653	644.607.653
3 - Outras Despesas Correntes	410.164.066	268.722	410.432.788
1000 - Recursos Livres da União	377.228.096	268.722	377.496.818
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	32.935.970		32.935.970
4 - Investimentos	1.417.976		1.417.976
1000 - Recursos Livres da União	917.976		917.976
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.000		500.000
26239 - Universidade Federal do Pará	1.539.455.112	543.436.018	2.082.891.130
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.223.536.703	543.436.018	1.766.972.721
1000 - Recursos Livres da União	1.223.536.703		1.223.536.703
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		16.122.364	16.122.364
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		527.313.654	527.313.654
3 - Outras Despesas Correntes	300.325.409		300.325.409
1000 - Recursos Livres da União	286.469.918		286.469.918
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	13.310.258		13.310.258
1081 - Convênios	545.233		545.233
4 - Investimentos	15.593.000		15.593.000
1000 - Recursos Livres da União	12.593.000		12.593.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000		3.000.000
26240 - Universidade Federal da Paraíba	1.580.126.365	887.367.771	2.467.494.136
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.313.506.784	887.367.771	2.200.874.555
1000 - Recursos Livres da União	1.313.506.784		1.313.506.784

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		345.750.745	345.750.745
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		541.617.026	541.617.026
3 - Outras Despesas Correntes	259.886.778		259.886.778
1000 - Recursos Livres da União	254.886.778		254.886.778
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.000.000		5.000.000
4 - Investimentos	6.732.803		6.732.803
1000 - Recursos Livres da União	4.931.208		4.931.208
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.801.595		1.801.595
26241 - Universidade Federal do Paraná	1.586.480.235	849.750.610	2.436.230.845
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.264.699.173	849.522.979	2.114.222.152
1000 - Recursos Livres da União	1.264.699.173		1.264.699.173
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		115.430.510	115.430.510
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		734.092.469	734.092.469
3 - Outras Despesas Correntes	307.269.051	227.631	307.496.682
1000 - Recursos Livres da União	281.693.744	227.631	281.921.375
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	20.019.111		20.019.111
1081 - Convênios	5.556.196		5.556.196
4 - Investimentos	14.512.011		14.512.011
1000 - Recursos Livres da União	6.500.000		6.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.500.000		1.500.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	212.011		212.011
1081 - Convênios	6.300.000		6.300.000
26242 - Universidade Federal de Pernambuco	1.628.727.515	683.557.972	2.312.285.487
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.315.504.099	683.519.744	1.999.023.843
1000 - Recursos Livres da União	1.315.504.099		1.315.504.099
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		128.562.600	128.562.600
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		554.957.144	554.957.144
3 - Outras Despesas Correntes	285.815.445	38.228	285.853.673
1000 - Recursos Livres da União	263.083.821	38.228	263.122.049
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	19.017.494		19.017.494
1081 - Convênios	3.714.130		3.714.130
4 - Investimentos	27.407.971		27.407.971
1000 - Recursos Livres da União	25.273.585		25.273.585
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.080.997		2.080.997
1081 - Convênios	53.389		53.389
26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.537.871.023	843.009.629	2.380.880.652
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.207.058.848	842.984.144	2.050.042.992
1000 - Recursos Livres da União	1.207.058.848		1.207.058.848
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		326.640.006	326.640.006
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		516.344.138	516.344.138
3 - Outras Despesas Correntes	320.498.229	25.485	320.523.714
1000 - Recursos Livres da União	294.248.229	25.485	294.273.714
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	26.250.000		26.250.000
4 - Investimentos	10.313.946		10.313.946
1000 - Recursos Livres da União	2.003.344		2.003.344
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.226.178		8.226.178
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	84.424		84.424
26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.721.896.248	1.006.813.640	2.728.709.888
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.393.964.785	1.006.811.347	2.400.776.132
1000 - Recursos Livres da União	1.393.964.785		1.393.964.785
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		441.433.378	441.433.378
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		565.377.969	565.377.969
3 - Outras Despesas Correntes	320.931.463	2.293	320.933.756
1000 - Recursos Livres da União	290.230.322	2.293	290.232.615
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	30.701.141		30.701.141
4 - Investimentos	7.000.000		7.000.000
1000 - Recursos Livres da União	2.000.000		2.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.000.000		5.000.000
26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2.846.516.710	1.729.712.742	4.576.229.452
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.262.780.189	1.729.080.432	3.991.860.621
1000 - Recursos Livres da União	2.262.780.189		2.262.780.189
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		833.406.429	833.406.429
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		895.674.003	895.674.003
3 - Outras Despesas Correntes	572.042.411	632.310	572.674.721
1000 - Recursos Livres da União	512.710.302	632.310	513.342.612
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	59.332.109		59.332.109
4 - Investimentos	11.694.110		11.694.110
1000 - Recursos Livres da União	9.694.110		9.694.110
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.000.000		2.000.000
26246 - Universidade Federal de Santa Catarina	1.526.519.944	798.626.110	2.325.146.054
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.208.753.929	798.335.563	2.007.089.492
1000 - Recursos Livres da União	1.208.753.929		1.208.753.929
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		331.886.063	331.886.063
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		466.449.500	466.449.500
3 - Outras Despesas Correntes	310.178.015	290.547	310.468.562
1000 - Recursos Livres da União	260.309.889	290.547	260.600.436
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	49.868.126		49.868.126
4 - Investimentos	7.588.000		7.588.000
1000 - Recursos Livres da União	3.588.000		3.588.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.000.000		4.000.000
26247 - Universidade Federal de Santa Maria	1.259.217.900	567.216.243	1.826.434.143

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.037.755.522	566.945.461	1.604.700.983
1000 - Recursos Livres da União	1.037.755.522		1.037.755.522
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		130.798.975	130.798.975
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		436.146.486	436.146.486
3 - Outras Despesas Correntes	216.212.378	270.782	216.483.160
1000 - Recursos Livres da União	213.159.380	270.782	213.430.162
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.052.998		3.052.998
4 - Investimentos	5.250.000		5.250.000
1000 - Recursos Livres da União	4.150.000		4.150.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.100.000		1.100.000
26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco	672.498.652	238.144.286	910.642.938
1 - Pessoal e Encargos Sociais	553.749.280	238.144.286	791.893.566
1000 - Recursos Livres da União	553.749.280		553.749.280
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		238.144.286	238.144.286
3 - Outras Despesas Correntes	117.215.216		117.215.216
1000 - Recursos Livres da União	116.508.961		116.508.961
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	706.255		706.255
4 - Investimentos	1.534.156		1.534.156
1000 - Recursos Livres da União	1.534.156		1.534.156
26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	706.755.697	277.020.619	983.776.316
1 - Pessoal e Encargos Sociais	585.441.192	277.020.619	862.461.811
1000 - Recursos Livres da União	585.441.192		585.441.192
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		42.110.855	42.110.855
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		234.909.764	234.909.764
3 - Outras Despesas Correntes	118.789.494		118.789.494
1000 - Recursos Livres da União	116.678.720		116.678.720
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.110.774		2.110.774
4 - Investimentos	2.525.011		2.525.011
1000 - Recursos Livres da União	2.525.011		2.525.011
26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima	320.324.468	53.311.971	373.636.439
1 - Pessoal e Encargos Sociais	253.662.670	53.311.971	306.974.641
1000 - Recursos Livres da União	253.662.670		253.662.670
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		53.311.971	53.311.971
3 - Outras Despesas Correntes	64.269.783		64.269.783
1000 - Recursos Livres da União	62.011.657		62.011.657
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.258.126		2.258.126
4 - Investimentos	2.392.015		2.392.015
1000 - Recursos Livres da União	2.392.015		2.392.015
26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins	440.338.556		440.338.556
1 - Pessoal e Encargos Sociais	344.366.071		344.366.071
1000 - Recursos Livres da União	344.366.071		344.366.071
3 - Outras Despesas Correntes	91.040.125		91.040.125
1000 - Recursos Livres da União	85.707.152		85.707.152
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.332.973		5.332.973
4 - Investimentos	4.932.360		4.932.360
1000 - Recursos Livres da União	4.379.686		4.379.686
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	552.674		552.674
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	792.464.035	259.894.442	1.052.358.477
1 - Pessoal e Encargos Sociais	645.782.360	259.894.442	905.676.802
1000 - Recursos Livres da União	645.782.360		645.782.360
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		259.894.442	259.894.442
3 - Outras Despesas Correntes	139.681.675		139.681.675
1000 - Recursos Livres da União	139.125.635		139.125.635
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	556.040		556.040
4 - Investimentos	7.000.000		7.000.000
1000 - Recursos Livres da União	7.000.000		7.000.000
26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	316.158.186	67.862.283	384.020.469
1 - Pessoal e Encargos Sociais	242.436.737	67.862.283	310.299.020
1000 - Recursos Livres da União	242.436.737		242.436.737
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		67.862.283	67.862.283
3 - Outras Despesas Correntes	63.509.209		63.509.209
1000 - Recursos Livres da União	62.992.302		62.992.302
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	516.907		516.907
4 - Investimentos	10.212.240		10.212.240
1000 - Recursos Livres da União	10.212.240		10.212.240
26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	417.825.275	200.504.530	618.329.805
1 - Pessoal e Encargos Sociais	338.427.316	200.414.630	538.841.946
1000 - Recursos Livres da União	338.427.316		338.427.316
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		60.892.430	60.892.430
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		139.522.200	139.522.200
3 - Outras Despesas Correntes	76.411.885	89.900	76.501.785
1000 - Recursos Livres da União	75.557.123	89.900	75.647.023
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	854.762		854.762
4 - Investimentos	2.986.074		2.986.074
1000 - Recursos Livres da União	2.761.074		2.761.074
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	225.000		225.000
26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	437.065.169	23.200.771	460.265.940
1 - Pessoal e Encargos Sociais	353.242.831	23.200.771	376.443.602
1000 - Recursos Livres da União	353.242.831		353.242.831
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		23.200.771	23.200.771
3 - Outras Despesas Correntes	82.584.788		82.584.788

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	79.505.840		79.505.840
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.078.948		3.078.948
4 - Investimentos	1.237.550		1.237.550
1000 - Recursos Livres da União	1.237.550		1.237.550
26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	454.052.776	163.593.805	617.646.581
1 - Pessoal e Encargos Sociais	373.360.003	163.593.805	536.953.808
1000 - Recursos Livres da União	373.360.003		373.360.003
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		6.796.170	6.796.170
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		156.797.635	156.797.635
3 - Outras Despesas Correntes	76.692.773		76.692.773
1000 - Recursos Livres da União	75.391.688		75.391.688
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.301.085		1.301.085
4 - Investimentos	4.000.000		4.000.000
1000 - Recursos Livres da União	4.000.000		4.000.000
26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	535.973.405	159.650.537	695.623.942
1 - Pessoal e Encargos Sociais	440.022.658	159.650.537	599.673.195
1000 - Recursos Livres da União	440.022.658		440.022.658
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		159.650.537	159.650.537
3 - Outras Despesas Correntes	94.950.747		94.950.747
1000 - Recursos Livres da União	89.477.994		89.477.994
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.472.753		5.472.753
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1.303.767.879	234.389.986	1.538.157.865
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.065.872.535	234.389.986	1.300.262.521
1000 - Recursos Livres da União	1.065.872.535		1.065.872.535
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		234.389.986	234.389.986
3 - Outras Despesas Correntes	230.957.322		230.957.322
1000 - Recursos Livres da União	229.807.322		229.807.322
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.150.000		1.150.000
4 - Investimentos	6.938.022		6.938.022
1000 - Recursos Livres da União	10.000		10.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.928.022		6.928.022
26260 - Universidade Federal de Alfenas	336.514.085	48.132.637	384.646.722
1 - Pessoal e Encargos Sociais	270.435.597	48.132.637	318.568.234
1000 - Recursos Livres da União	270.435.597		270.435.597
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		48.132.637	48.132.637
3 - Outras Despesas Correntes	64.488.488		64.488.488
1000 - Recursos Livres da União	61.602.199		61.602.199
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.886.289		2.886.289
4 - Investimentos	1.590.000		1.590.000
1000 - Recursos Livres da União	1.590.000		1.590.000
26261 - Universidade Federal de Itajubá	291.858.762	76.216.031	368.074.793
1 - Pessoal e Encargos Sociais	229.698.068	76.216.031	305.914.099
1000 - Recursos Livres da União	229.698.068		229.698.068
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		76.216.031	76.216.031
3 - Outras Despesas Correntes	57.483.760		57.483.760
1000 - Recursos Livres da União	56.995.544		56.995.544
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	488.216		488.216
4 - Investimentos	4.676.934		4.676.934
1000 - Recursos Livres da União	2.662.066		2.662.066
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.014.868		2.014.868
26262 - Universidade Federal de São Paulo	921.992.261	531.645.829	1.453.638.090
1 - Pessoal e Encargos Sociais	762.291.729	531.636.272	1.293.928.001
1000 - Recursos Livres da União	762.291.729		762.291.729
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		227.579.827	227.579.827
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		304.056.445	304.056.445
3 - Outras Despesas Correntes	157.193.128	9.557	157.202.685
1000 - Recursos Livres da União	146.505.108	9.557	146.514.665
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.688.020		10.688.020
4 - Investimentos	2.507.404		2.507.404
1000 - Recursos Livres da União	2.007.404		2.007.404
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.000		500.000
26263 - Universidade Federal de Lavras	473.643.964	121.922.979	595.566.943
1 - Pessoal e Encargos Sociais	370.493.824	121.922.979	492.416.803
1000 - Recursos Livres da União	370.493.824		370.493.824
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		121.922.979	121.922.979
3 - Outras Despesas Correntes	101.150.140		101.150.140
1000 - Recursos Livres da União	92.751.945		92.751.945
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.398.195		8.398.195
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	417.952.835	54.376.384	472.329.219
1 - Pessoal e Encargos Sociais	320.958.313	54.376.384	375.334.697
1000 - Recursos Livres da União	320.958.313		320.958.313
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		54.376.384	54.376.384
3 - Outras Despesas Correntes	94.633.238		94.633.238
1000 - Recursos Livres da União	93.768.191		93.768.191
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	865.047		865.047
4 - Investimentos	2.361.284		2.361.284

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	2.210.000		2.210.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	151.284		151.284
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa	529.014.672	6.782.589	535.797.261
1 - Pessoal e Encargos Sociais	436.719.573	6.782.589	443.502.162
1000 - Recursos Livres da União	436.719.573		436.719.573
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		6.782.589	6.782.589
3 - Outras Despesas Correntes	86.390.013		86.390.013
1000 - Recursos Livres da União	85.813.654		85.813.654
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	576.359		576.359
4 - Investimentos	5.905.086		5.905.086
1000 - Recursos Livres da União	5.174.920		5.174.920
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	63.500		63.500
1095 - Doações Estrangeiras	666.666		666.666
26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana	265.695.141		265.695.141
1 - Pessoal e Encargos Sociais	196.278.697		196.278.697
1000 - Recursos Livres da União	196.278.697		196.278.697
3 - Outras Despesas Correntes	65.061.430		65.061.430
1000 - Recursos Livres da União	57.451.625		57.451.625
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.594.163		5.594.163
1081 - Convênios	2.015.642		2.015.642
4 - Investimentos	4.355.014		4.355.014
1000 - Recursos Livres da União	4.105.014		4.105.014
1081 - Convênios	250.000		250.000
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	386.324.884	72.728.811	459.053.695
1 - Pessoal e Encargos Sociais	315.974.252	72.728.811	388.703.063
1000 - Recursos Livres da União	315.974.252		315.974.252
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		72.728.811	72.728.811
3 - Outras Despesas Correntes	69.950.632		69.950.632
1000 - Recursos Livres da União	69.561.073		69.561.073
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	389.559		389.559
4 - Investimentos	400.000		400.000
1000 - Recursos Livres da União	400.000		400.000
26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro	461.417.067	165.538.861	626.955.928
1 - Pessoal e Encargos Sociais	372.758.083	165.496.629	538.254.712
1000 - Recursos Livres da União	372.758.083		372.758.083
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		4.584.626	4.584.626
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		160.912.003	160.912.003
3 - Outras Despesas Correntes	85.858.984	42.232	85.901.216
1000 - Recursos Livres da União	85.520.890	42.232	85.563.122
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	338.094		338.094
4 - Investimentos	2.800.000		2.800.000
1000 - Recursos Livres da União	2.800.000		2.800.000
26270 - Fundação Universidade do Amazonas	905.822.173	232.741.796	1.138.563.969
1 - Pessoal e Encargos Sociais	712.217.103	232.741.796	944.958.899
1000 - Recursos Livres da União	712.217.103		712.217.103
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		232.741.796	232.741.796
3 - Outras Despesas Correntes	192.075.244		192.075.244
1000 - Recursos Livres da União	184.208.625		184.208.625
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.682.587		7.682.587
1081 - Convênios	184.032		184.032
4 - Investimentos	1.529.826		1.529.826
1000 - Recursos Livres da União	529.826		529.826
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
26271 - Fundação Universidade de Brasília	1.859.824.095	653.090.233	2.512.914.328
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.490.214.667	653.083.862	2.143.298.529
1000 - Recursos Livres da União	1.490.214.667		1.490.214.667
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		41.934.295	41.934.295
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		611.149.567	611.149.567
3 - Outras Despesas Correntes	356.239.074	6.371	356.245.445
1000 - Recursos Livres da União	284.031.772	6.371	284.038.143
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	72.207.302		72.207.302
4 - Investimentos	13.370.354		13.370.354
1000 - Recursos Livres da União	4.753.341		4.753.341
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.509.190		7.509.190
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.107.823		1.107.823
26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão	917.341.275	309.899.769	1.227.241.044
1 - Pessoal e Encargos Sociais	705.810.052	309.899.769	1.015.709.821
1000 - Recursos Livres da União	705.810.052		705.810.052
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		32.957.866	32.957.866
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		276.941.903	276.941.903
3 - Outras Despesas Correntes	204.802.673		204.802.673
1000 - Recursos Livres da União	196.536.998		196.536.998
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.265.675		8.265.675
4 - Investimentos	6.728.550		6.728.550
1000 - Recursos Livres da União	6.328.550		6.328.550
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	400.000		400.000
26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande	541.286.190	209.338.353	750.624.543
1 - Pessoal e Encargos Sociais	430.229.900	209.338.353	639.568.253
1000 - Recursos Livres da União	430.229.900		430.229.900
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		30.779.328	30.779.328
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		178.559.025	178.559.025

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	107.756.290		107.756.290
1000 - Recursos Livres da União	107.122.354		107.122.354
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	633.936		633.936
4 - Investimentos	3.300.000		3.300.000
1000 - Recursos Livres da União	3.000.000		3.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	300.000		300.000
26274 - Universidade Federal de Uberlândia	1.188.758.443	490.166.700	1.678.925.143
1 - Pessoal e Encargos Sociais	946.563.540	490.076.972	1.436.640.512
1000 - Recursos Livres da União	946.563.540		946.563.540
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		82.222.045	82.222.045
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		407.854.927	407.854.927
3 - Outras Despesas Correntes	233.956.819	89.728	234.046.547
1000 - Recursos Livres da União	218.095.374	89.728	218.185.102
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.161.445		8.161.445
1081 - Convênios	7.700.000		7.700.000
4 - Investimentos	8.238.084		8.238.084
1000 - Recursos Livres da União	7.988.084		7.988.084
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	250.000		250.000
26275 - Fundação Universidade Federal do Acre	423.801.573	118.312.347	542.113.920
1 - Pessoal e Encargos Sociais	337.284.002	118.312.347	455.596.349
1000 - Recursos Livres da União	337.284.002		337.284.002
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		118.312.347	118.312.347
3 - Outras Despesas Correntes	83.115.071		83.115.071
1000 - Recursos Livres da União	82.465.207		82.465.207
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	649.864		649.864
4 - Investimentos	3.402.500		3.402.500
1000 - Recursos Livres da União	2.850.000		2.850.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	300.000		300.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	252.500		252.500
26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	846.911.245	380.647.124	1.227.558.369
1 - Pessoal e Encargos Sociais	678.347.744	380.596.153	1.058.943.897
1000 - Recursos Livres da União	678.347.744		678.347.744
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		98.878.170	98.878.170
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		281.717.983	281.717.983
3 - Outras Despesas Correntes	166.391.086	50.971	166.442.057
1000 - Recursos Livres da União	160.219.128	50.971	160.270.099
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.171.958		6.171.958
4 - Investimentos	2.172.415		2.172.415
1000 - Recursos Livres da União	1.387.512		1.387.512
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	784.903		784.903
26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	536.200.891	154.626.297	690.827.188
1 - Pessoal e Encargos Sociais	427.496.749	154.616.605	582.113.354
1000 - Recursos Livres da União	427.496.749		427.496.749
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		154.616.605	154.616.605
3 - Outras Despesas Correntes	107.916.860	9.692	107.926.552
1000 - Recursos Livres da União	104.023.509	9.692	104.033.201
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.893.351		3.893.351
4 - Investimentos	787.282		787.282
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	787.282		787.282
26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas	807.028.340	350.740.222	1.157.768.562
1 - Pessoal e Encargos Sociais	663.828.443	350.346.929	1.014.175.372
1000 - Recursos Livres da União	663.828.443		663.828.443
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		67.594.614	67.594.614
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		282.752.315	282.752.315
3 - Outras Despesas Correntes	137.735.797	393.293	138.129.090
1000 - Recursos Livres da União	134.810.434	393.293	135.203.727
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.791.044		2.791.044
1081 - Convênios	134.319		134.319
4 - Investimentos	5.464.100		5.464.100
1000 - Recursos Livres da União	5.150.000		5.150.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	314.100		314.100
26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí	863.937.221	289.731.069	1.153.668.290
1 - Pessoal e Encargos Sociais	671.927.598	289.635.499	961.563.097
1000 - Recursos Livres da União	671.927.598		671.927.598
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		9.960.511	9.960.511
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		279.674.988	279.674.988
3 - Outras Despesas Correntes	188.309.623	95.570	188.405.193
1000 - Recursos Livres da União	181.464.824	95.570	181.560.394
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.844.799		6.844.799
4 - Investimentos	3.700.000		3.700.000
1000 - Recursos Livres da União	3.700.000		3.700.000
26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos	769.822.901	236.617.265	1.006.440.166
1 - Pessoal e Encargos Sociais	636.185.968	236.617.265	872.803.233
1000 - Recursos Livres da União	636.185.968		636.185.968
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		236.617.265	236.617.265
3 - Outras Despesas Correntes	133.586.933		133.586.933
1000 - Recursos Livres da União	118.262.277		118.262.277
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	15.324.656		15.324.656
4 - Investimentos	50.000		50.000
1000 - Recursos Livres da União	50.000		50.000
26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe	910.134.080	205.148.001	1.115.282.081

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	725.624.285	205.148.001	930.772.286
1000 - Recursos Livres da União	725.624.285		725.624.285
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		205.148.001	205.148.001
3 - Outras Despesas Correntes	178.211.318		178.211.318
1000 - Recursos Livres da União	174.607.799		174.607.799
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.603.519		3.603.519
4 - Investimentos	6.298.477		6.298.477
1000 - Recursos Livres da União	6.298.477		6.298.477
26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa	887.006.771	492.833.925	1.379.840.696
1 - Pessoal e Encargos Sociais	692.851.121	492.812.670	1.185.663.791
1000 - Recursos Livres da União	692.851.121		692.851.121
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		195.545.777	195.545.777
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		297.266.893	297.266.893
3 - Outras Despesas Correntes	187.560.960	21.255	187.582.215
1000 - Recursos Livres da União	179.046.849	21.255	179.068.104
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	8.514.111		8.514.111
4 - Investimentos	6.594.690		6.594.690
1000 - Recursos Livres da União	2.000.000		2.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.284.196		4.284.196
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	310.494		310.494
26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	934.988.348	401.668.478	1.336.656.826
1 - Pessoal e Encargos Sociais	767.110.731	344.116.940	1.111.227.671
1000 - Recursos Livres da União	767.110.731		767.110.731
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		33.500.334	33.500.334
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		310.616.606	310.616.606
3 - Outras Despesas Correntes	163.740.732	57.551.538	221.292.270
1000 - Recursos Livres da União	161.288.869	15.678.624	176.967.493
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas		41.872.914	41.872.914
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.451.863		2.451.863
4 - Investimentos	4.136.885		4.136.885
1000 - Recursos Livres da União	2.004.000		2.004.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.634.575		1.634.575
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	498.310		498.310
26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	197.448.891	30.118.110	227.567.001
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.428.297	30.118.110	176.546.407
1000 - Recursos Livres da União	146.428.297		146.428.297
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		30.118.110	30.118.110
3 - Outras Despesas Correntes	47.020.594		47.020.594
1000 - Recursos Livres da União	45.990.982		45.990.982
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.029.612		1.029.612
4 - Investimentos	4.000.000		4.000.000
1000 - Recursos Livres da União	4.000.000		4.000.000
26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	466.175.132	61.181.149	527.356.281
1 - Pessoal e Encargos Sociais	365.687.585	61.181.149	426.868.734
1000 - Recursos Livres da União	365.687.585		365.687.585
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		61.181.149	61.181.149
3 - Outras Despesas Correntes	98.060.028		98.060.028
1000 - Recursos Livres da União	97.630.309		97.630.309
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	429.719		429.719
4 - Investimentos	2.427.519		2.427.519
1000 - Recursos Livres da União	2.100.000		2.100.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	327.519		327.519
26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá	316.422.861	14.187.595	330.610.456
1 - Pessoal e Encargos Sociais	243.996.394	14.187.595	258.183.989
1000 - Recursos Livres da União	243.996.394		243.996.394
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.187.595	14.187.595
3 - Outras Despesas Correntes	70.261.925		70.261.925
1000 - Recursos Livres da União	68.558.843		68.558.843
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.703.082		1.703.082
4 - Investimentos	2.164.542		2.164.542
1000 - Recursos Livres da União	884.542		884.542
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.280.000		1.280.000
26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	1.707.861.181	13.778.992	1.721.640.173
1 - Pessoal e Encargos Sociais	106.942.231	13.778.992	120.721.223
1000 - Recursos Livres da União	106.942.231		106.942.231
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.778.992	13.778.992
3 - Outras Despesas Correntes	1.559.269.201		1.559.269.201
1000 - Recursos Livres da União	1.318.566.739		1.318.566.739
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	217.985.275		217.985.275
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	22.717.187		22.717.187
4 - Investimentos	41.649.749		41.649.749
1000 - Recursos Livres da União	41.649.749		41.649.749
26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	5.052.945.682	32.639.565	5.085.585.247
1 - Pessoal e Encargos Sociais	114.432.876	32.639.565	147.072.441
1000 - Recursos Livres da União	114.432.876		114.432.876
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		32.639.565	32.639.565
3 - Outras Despesas Correntes	4.920.637.451		4.920.637.451
1000 - Recursos Livres da União	4.918.763.165		4.918.763.165
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.874.286		1.874.286
4 - Investimentos	17.875.355		17.875.355
1000 - Recursos Livres da União	17.875.355		17.875.355

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
26292 - Fundação Joaquim Nabuco		91.737.170	77.892.360	169.629.530
1 - Pessoal e Encargos Sociais		52.833.746	77.892.360	130.726.106
1000 - Recursos Livres da União		52.833.746		52.833.746
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			54.766.626	54.766.626
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			23.125.734	23.125.734
3 - Outras Despesas Correntes		37.753.424		37.753.424
1000 - Recursos Livres da União		37.735.320		37.735.320
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		18.104		18.104
4 - Investimentos		1.150.000		1.150.000
1000 - Recursos Livres da União		1.150.000		1.150.000
26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre			2.148.634.253	2.148.634.253
1 - Pessoal e Encargos Sociais			1.790.409.495	1.790.409.495
1000 - Recursos Livres da União			1.790.409.495	1.790.409.495
3 - Outras Despesas Correntes			319.924.758	319.924.758
1000 - Recursos Livres da União			132.333.429	132.333.429
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			28.629.867	28.629.867
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			153.650.341	153.650.341
1081 - Convênios			5.311.121	5.311.121
4 - Investimentos			38.300.000	38.300.000
1000 - Recursos Livres da União			19.150.000	19.150.000
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social			409.001	409.001
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			18.740.999	18.740.999
26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação		92.043.522.489	5.555.088.440	97.598.610.929
1 - Pessoal e Encargos Sociais		126.611.523	93.181.148	219.792.671
1000 - Recursos Livres da União		126.611.523		126.611.523
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			46.225.295	46.225.295
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			46.955.853	46.955.853
3 - Outras Despesas Correntes		75.903.687.988	5.461.907.292	81.365.595.280
1000 - Recursos Livres da União		49.808.319.951		49.808.319.951
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		3.086.674.154	5.461.907.292	8.548.581.446
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		108.622.039		108.622.039
1142 - Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		127.918.600		127.918.600
1149 - Fundo Social – FS – Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde		18.315.284.401		18.315.284.401
1151 - Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica		2.589.439.566		2.589.439.566
1152 - Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde		1.731.792.733		1.731.792.733
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		135.636.544		135.636.544
4 - Investimentos		4.013.222.978		4.013.222.978
1000 - Recursos Livres da União		713.726.865		713.726.865
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		3.220.680.653		3.220.680.653
1142 - Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)		78.815.460		78.815.460
5 - Inversões Financeiras		12.000.000.000		12.000.000.000
1000 - Recursos Livres da União		7.394.495.782		7.394.495.782
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal		4.605.504.218		4.605.504.218
26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados		368.959.814	29.522.815	398.482.629
1 - Pessoal e Encargos Sociais		298.123.515	29.522.815	327.646.330
1000 - Recursos Livres da União		298.123.515		298.123.515
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			29.522.815	29.522.815
3 - Outras Despesas Correntes		70.139.912		70.139.912
1000 - Recursos Livres da União		68.603.957		68.603.957
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.535.955		1.535.955
4 - Investimentos		696.387		696.387
1000 - Recursos Livres da União		196.387		196.387
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		500.000		500.000
26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia		474.297.161	19.580.884	493.878.045
1 - Pessoal e Encargos Sociais		385.882.170	19.580.884	405.463.054
1000 - Recursos Livres da União		385.882.170		385.882.170
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			19.580.884	19.580.884
3 - Outras Despesas Correntes		87.358.576		87.358.576
1000 - Recursos Livres da União		84.860.035		84.860.035
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		2.498.541		2.498.541
4 - Investimentos		1.056.415		1.056.415
1000 - Recursos Livres da União		1.056.415		1.056.415
26352 - Fundação Universidade Federal do ABC		482.792.241	8.985.575	491.777.816
1 - Pessoal e Encargos Sociais		391.608.816	8.985.575	400.594.391
1000 - Recursos Livres da União		391.608.816		391.608.816
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			8.985.575	8.985.575
3 - Outras Despesas Correntes		86.177.697		86.177.697
1000 - Recursos Livres da União		84.277.697		84.277.697
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.900.000		1.900.000
4 - Investimentos		5.005.728		5.005.728

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		4.000.000		4.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.005.728		1.005.728
26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes			157.598.795	157.598.795
1 - Pessoal e Encargos Sociais			151.233.265	151.233.265
1000 - Recursos Livres da União			100.252.906	100.252.906
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			8.482.064	8.482.064
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			42.498.295	42.498.295
3 - Outras Despesas Correntes			6.365.530	6.365.530
1000 - Recursos Livres da União			6.365.530	6.365.530
26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia			161.267.010	161.267.010
1 - Pessoal e Encargos Sociais			150.647.812	150.647.812
1000 - Recursos Livres da União			142.274.718	142.274.718
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			8.373.094	8.373.094
3 - Outras Despesas Correntes			10.619.198	10.619.198
1000 - Recursos Livres da União			10.619.198	10.619.198
26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio			210.489.243	210.489.243
1 - Pessoal e Encargos Sociais			201.836.180	201.836.180
1000 - Recursos Livres da União			136.084.438	136.084.438
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			3.912.440	3.912.440
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			61.839.302	61.839.302
3 - Outras Despesas Correntes			8.653.063	8.653.063
1000 - Recursos Livres da União			8.653.063	8.653.063
26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand			104.169.638	104.169.638
1 - Pessoal e Encargos Sociais			99.566.642	99.566.642
1000 - Recursos Livres da União			63.195.875	63.195.875
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			8.161.806	8.161.806
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			28.208.961	28.208.961
3 - Outras Despesas Correntes			4.602.996	4.602.996
1000 - Recursos Livres da União			4.602.996	4.602.996
26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes			162.609.442	162.609.442
1 - Pessoal e Encargos Sociais			155.556.708	155.556.708
1000 - Recursos Livres da União			86.257.008	86.257.008
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			34.441.645	34.441.645
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			34.858.055	34.858.055
3 - Outras Despesas Correntes			7.052.734	7.052.734
1000 - Recursos Livres da União			7.052.734	7.052.734
26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás			146.943.213	146.943.213
1 - Pessoal e Encargos Sociais			136.398.157	136.398.157
1000 - Recursos Livres da União			136.271.926	136.271.926
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			126.231	126.231
3 - Outras Despesas Correntes			10.545.056	10.545.056
1000 - Recursos Livres da União			10.545.056	10.545.056
26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro			207.344.677	207.344.677
1 - Pessoal e Encargos Sociais			193.763.981	193.763.981
1000 - Recursos Livres da União			193.763.981	193.763.981
3 - Outras Despesas Correntes			13.580.696	13.580.696
1000 - Recursos Livres da União			13.580.696	13.580.696
26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora			57.810.914	57.810.914
1 - Pessoal e Encargos Sociais			54.331.678	54.331.678
1000 - Recursos Livres da União			42.214.079	42.214.079
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			12.117.599	12.117.599
3 - Outras Despesas Correntes			3.479.236	3.479.236
1000 - Recursos Livres da União			3.479.236	3.479.236
26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais			323.193.097	323.193.097
1 - Pessoal e Encargos Sociais			305.340.638	305.340.638
1000 - Recursos Livres da União			165.711.337	165.711.337
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			67.609.645	67.609.645
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			72.019.656	72.019.656
3 - Outras Despesas Correntes			17.852.459	17.852.459
1000 - Recursos Livres da União			17.852.459	17.852.459
26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto			132.300.809	132.300.809
1 - Pessoal e Encargos Sociais			127.277.765	127.277.765
1000 - Recursos Livres da União			101.446.537	101.446.537
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			25.831.228	25.831.228
3 - Outras Despesas Correntes			5.023.044	5.023.044
1000 - Recursos Livres da União			5.023.044	5.023.044
26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza			15.092.906	15.092.906
1 - Pessoal e Encargos Sociais			14.436.714	14.436.714
1000 - Recursos Livres da União			10.388.582	10.388.582
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			4.048.132	4.048.132
3 - Outras Despesas Correntes			656.192	656.192
1000 - Recursos Livres da União			656.192	656.192
26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley			254.241.761	254.241.761
1 - Pessoal e Encargos Sociais			245.042.871	245.042.871
1000 - Recursos Livres da União			141.361.472	141.361.472
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			41.563.890	41.563.890
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			62.117.509	62.117.509
3 - Outras Despesas Correntes			9.198.890	9.198.890
1000 - Recursos Livres da União			9.198.890	9.198.890
26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná			213.238.328	213.238.328
1 - Pessoal e Encargos Sociais			197.175.865	197.175.865

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União			194.935.738	194.935.738
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			2.240.127	2.240.127
3 - Outras Despesas Correntes			16.062.463	16.062.463
1000 - Recursos Livres da União			16.062.463	16.062.463
26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco			332.610.751	332.610.751
1 - Pessoal e Encargos Sociais			314.776.794	314.776.794
1000 - Recursos Livres da União			192.704.122	192.704.122
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			35.779.700	35.779.700
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			86.292.972	86.292.972
3 - Outras Despesas Correntes			17.833.957	17.833.957
1000 - Recursos Livres da União			17.833.957	17.833.957
26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte			148.868.503	148.868.503
1 - Pessoal e Encargos Sociais			140.196.997	140.196.997
1000 - Recursos Livres da União			138.220.059	138.220.059
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.976.938	1.976.938
3 - Outras Despesas Correntes			8.671.506	8.671.506
1000 - Recursos Livres da União			8.671.506	8.671.506
26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro			720.078.820	720.078.820
1 - Pessoal e Encargos Sociais			659.718.477	659.718.477
1000 - Recursos Livres da União			647.982.633	647.982.633
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			11.735.844	11.735.844
3 - Outras Despesas Correntes			60.360.343	60.360.343
1000 - Recursos Livres da União			60.360.343	60.360.343
26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados			48.408.486	48.408.486
1 - Pessoal e Encargos Sociais			43.364.093	43.364.093
1000 - Recursos Livres da União			42.290.896	42.290.896
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.073.197	1.073.197
3 - Outras Despesas Correntes			5.044.393	5.044.393
1000 - Recursos Livres da União			5.044.393	5.044.393
26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago			290.803.449	290.803.449
1 - Pessoal e Encargos Sociais			276.669.445	276.669.445
1000 - Recursos Livres da União			162.914.997	162.914.997
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			50.250.366	50.250.366
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			63.504.082	63.504.082
3 - Outras Despesas Correntes			14.134.004	14.134.004
1000 - Recursos Livres da União			14.134.004	14.134.004
26387 - Hospital Universitário de Santa Maria			274.381.461	274.381.461
1 - Pessoal e Encargos Sociais			262.964.918	262.964.918
1000 - Recursos Livres da União			171.714.090	171.714.090
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			19.750.912	19.750.912
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			71.499.916	71.499.916
3 - Outras Despesas Correntes			11.416.543	11.416.543
1000 - Recursos Livres da União			11.416.543	11.416.543
26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro			86.661.778	86.661.778
1 - Pessoal e Encargos Sociais			81.866.828	81.866.828
1000 - Recursos Livres da União			61.072.095	61.072.095
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			20.794.733	20.794.733
3 - Outras Despesas Correntes			4.794.950	4.794.950
1000 - Recursos Livres da União			4.794.950	4.794.950
26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro			130.879.048	130.879.048
1 - Pessoal e Encargos Sociais			123.823.075	123.823.075
1000 - Recursos Livres da União			123.823.075	123.823.075
3 - Outras Despesas Correntes			7.055.973	7.055.973
1000 - Recursos Livres da União			7.055.973	7.055.973
26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle			181.232.455	181.232.455
1 - Pessoal e Encargos Sociais			169.863.644	169.863.644
1000 - Recursos Livres da União			139.706.313	139.706.313
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			30.157.331	30.157.331
3 - Outras Despesas Correntes			11.368.811	11.368.811
1000 - Recursos Livres da União			11.368.811	11.368.811
26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas			106.938.206	106.938.206
1 - Pessoal e Encargos Sociais			101.583.162	101.583.162
1000 - Recursos Livres da União			59.345.470	59.345.470
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			15.415.276	15.415.276
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			26.822.416	26.822.416
3 - Outras Despesas Correntes			5.355.044	5.355.044
1000 - Recursos Livres da União			5.355.044	5.355.044
26393 - Hospital Universitário de Brasília			96.193.844	96.193.844
1 - Pessoal e Encargos Sociais			90.147.050	90.147.050
1000 - Recursos Livres da União			88.361.960	88.361.960
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.785.090	1.785.090
3 - Outras Despesas Correntes			6.046.794	6.046.794
1000 - Recursos Livres da União			6.046.794	6.046.794
26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão			114.966.110	114.966.110
1 - Pessoal e Encargos Sociais			107.974.728	107.974.728
1000 - Recursos Livres da União			106.716.788	106.716.788
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.257.940	1.257.940
3 - Outras Despesas Correntes			6.991.382	6.991.382
1000 - Recursos Livres da União			6.991.382	6.991.382
26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.			89.713.678	89.713.678
1 - Pessoal e Encargos Sociais			85.178.786	85.178.786

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União		57.297.802	57.297.802
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		3.257.793	3.257.793
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		24.623.191	24.623.191
3 - Outras Despesas Correntes		4.534.892	4.534.892
1000 - Recursos Livres da União		4.534.892	4.534.892
26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia		369.926.226	369.926.226
1 - Pessoal e Encargos Sociais		350.357.693	350.357.693
1000 - Recursos Livres da União		235.840.405	235.840.405
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		11.755.604	11.755.604
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		102.761.684	102.761.684
3 - Outras Despesas Correntes		19.568.533	19.568.533
1000 - Recursos Livres da União		19.568.533	19.568.533
26397 - Hospital Júlio Muller		36.404.788	36.404.788
1 - Pessoal e Encargos Sociais		33.886.539	33.886.539
1000 - Recursos Livres da União		33.886.539	33.886.539
3 - Outras Despesas Correntes		2.518.249	2.518.249
1000 - Recursos Livres da União		2.518.249	2.518.249
26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas		41.746.471	41.746.471
1 - Pessoal e Encargos Sociais		39.034.344	39.034.344
1000 - Recursos Livres da União		38.226.391	38.226.391
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		807.953	807.953
3 - Outras Despesas Correntes		2.712.127	2.712.127
1000 - Recursos Livres da União		2.712.127	2.712.127
26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí		6.685.301	6.685.301
1 - Pessoal e Encargos Sociais		6.314.677	6.314.677
1000 - Recursos Livres da União		4.187.323	4.187.323
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		309.250	309.250
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.818.104	1.818.104
3 - Outras Despesas Correntes		370.624	370.624
1000 - Recursos Livres da União		370.624	370.624
26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe		96.616.891	96.616.891
1 - Pessoal e Encargos Sociais		91.561.362	91.561.362
1000 - Recursos Livres da União		74.129.128	74.129.128
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		17.432.234	17.432.234
3 - Outras Despesas Correntes		5.055.529	5.055.529
1000 - Recursos Livres da União		5.055.529	5.055.529
26402 - Instituto Federal de Alagoas	593.425.023	14.651	593.439.674
1 - Pessoal e Encargos Sociais	480.015.375	14.651	480.030.026
1000 - Recursos Livres da União	480.015.375		480.015.375
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.651	14.651
3 - Outras Despesas Correntes	111.959.648		111.959.648
1000 - Recursos Livres da União	109.482.700		109.482.700
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.476.948		2.476.948
4 - Investimentos	1.450.000		1.450.000
1000 - Recursos Livres da União	1.200.000		1.200.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	250.000		250.000
26403 - Instituto Federal do Amazonas	517.378.926	69.863.212	587.242.138
1 - Pessoal e Encargos Sociais	408.770.410	69.863.212	478.633.622
1000 - Recursos Livres da União	408.770.410		408.770.410
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		69.863.212	69.863.212
3 - Outras Despesas Correntes	107.108.516		107.108.516
1000 - Recursos Livres da União	107.053.593		107.053.593
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	54.923		54.923
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
1000 - Recursos Livres da União	1.500.000		1.500.000
26404 - Instituto Federal Baiano	524.021.794	21.120.815	545.142.609
1 - Pessoal e Encargos Sociais	416.118.774	21.120.815	437.239.589
1000 - Recursos Livres da União	416.118.774		416.118.774
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.120.815	21.120.815
3 - Outras Despesas Correntes	106.688.020		106.688.020
1000 - Recursos Livres da União	106.007.331		106.007.331
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	680.689		680.689
4 - Investimentos	1.215.000		1.215.000
1000 - Recursos Livres da União	1.215.000		1.215.000
26405 - Instituto Federal do Ceará	1.115.198.564	124.213.574	1.239.412.138
1 - Pessoal e Encargos Sociais	911.451.527	124.207.203	1.035.658.730
1000 - Recursos Livres da União	911.451.527		911.451.527
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		124.207.203	124.207.203
3 - Outras Despesas Correntes	202.958.227	6.371	202.964.598
1000 - Recursos Livres da União	201.546.238	6.371	201.552.609
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.411.989		1.411.989
4 - Investimentos	788.810		788.810
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	288.810		288.810
26406 - Instituto Federal do Espírito Santo	941.549.552	159.032.188	1.100.581.740
1 - Pessoal e Encargos Sociais	786.887.021	159.032.188	945.919.209
1000 - Recursos Livres da União	786.887.021		786.887.021
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		159.032.188	159.032.188
3 - Outras Despesas Correntes	154.562.531		154.562.531
1000 - Recursos Livres da União	152.305.316		152.305.316
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.257.215		2.257.215

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
26407 - Instituto Federal Goiano	499.731.579	36.971.286	536.702.865
1 - Pessoal e Encargos Sociais	402.620.918	36.971.286	439.592.204
1000 - Recursos Livres da União	402.620.918		402.620.918
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		36.971.286	36.971.286
3 - Outras Despesas Correntes	95.978.661		95.978.661
1000 - Recursos Livres da União	93.920.301		93.920.301
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.058.360		2.058.360
4 - Investimentos	1.132.000		1.132.000
1000 - Recursos Livres da União	1.132.000		1.132.000
26408 - Instituto Federal do Maranhão	949.622.387	78.424.475	1.028.046.862
1 - Pessoal e Encargos Sociais	752.211.298	78.424.475	830.635.773
1000 - Recursos Livres da União	752.211.298		752.211.298
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		78.424.475	78.424.475
3 - Outras Despesas Correntes	191.793.336		191.793.336
1000 - Recursos Livres da União	190.093.336		190.093.336
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.700.000		1.700.000
4 - Investimentos	5.617.753		5.617.753
1000 - Recursos Livres da União	4.350.000		4.350.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.267.753		1.267.753
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais	601.305.272	70.337.589	671.642.861
1 - Pessoal e Encargos Sociais	477.867.766	70.337.589	548.205.355
1000 - Recursos Livres da União	477.867.766		477.867.766
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		70.337.589	70.337.589
3 - Outras Despesas Correntes	115.688.233		115.688.233
1000 - Recursos Livres da União	105.302.297		105.302.297
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.485.936		7.485.936
1081 - Convênios	2.900.000		2.900.000
4 - Investimentos	7.749.273		7.749.273
1000 - Recursos Livres da União	5.553.801		5.553.801
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.495.472		1.495.472
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	255.000		255.000
1081 - Convênios	445.000		445.000
26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	418.692.163	27.396.255	446.088.418
1 - Pessoal e Encargos Sociais	330.946.082	27.396.255	358.342.337
1000 - Recursos Livres da União	330.946.082		330.946.082
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		27.396.255	27.396.255
3 - Outras Despesas Correntes	85.083.301		85.083.301
1000 - Recursos Livres da União	82.782.289		82.782.289
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.301.012		2.301.012
4 - Investimentos	2.662.780		2.662.780
1000 - Recursos Livres da União	1.550.000		1.550.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	434.380		434.380
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	678.400		678.400
26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	414.544.007	60.083.175	474.627.182
1 - Pessoal e Encargos Sociais	335.987.611	60.064.061	396.051.672
1000 - Recursos Livres da União	335.987.611		335.987.611
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		60.064.061	60.064.061
3 - Outras Despesas Correntes	75.771.388	19.114	75.790.502
1000 - Recursos Livres da União	71.749.136	19.114	71.768.250
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.022.252		4.022.252
4 - Investimentos	2.785.008		2.785.008
1000 - Recursos Livres da União	2.350.000		2.350.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	435.008		435.008
26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	411.206.149	58.786.464	469.992.613
1 - Pessoal e Encargos Sociais	304.945.261	58.786.464	363.731.725
1000 - Recursos Livres da União	304.945.261		304.945.261
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		58.786.464	58.786.464
3 - Outras Despesas Correntes	101.749.083		101.749.083
1000 - Recursos Livres da União	99.605.216		99.605.216
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.143.867		2.143.867
4 - Investimentos	4.511.805		4.511.805
1000 - Recursos Livres da União	50.000		50.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.349.507		3.349.507
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.112.298		1.112.298
26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro	347.267.168	44.158.812	391.425.980
1 - Pessoal e Encargos Sociais	285.325.528	44.158.812	329.484.340
1000 - Recursos Livres da União	285.325.528		285.325.528
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		44.158.812	44.158.812
3 - Outras Despesas Correntes	61.370.976		61.370.976
1000 - Recursos Livres da União	59.822.830		59.822.830
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.548.146		1.548.146
4 - Investimentos	570.664		570.664
1000 - Recursos Livres da União	564.252		564.252
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.412		6.412
26414 - Instituto Federal do Mato Grosso	635.051.309	97.341.603	732.392.912
1 - Pessoal e Encargos Sociais	498.983.375	97.341.603	596.324.978
1000 - Recursos Livres da União	498.983.375		498.983.375
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		97.341.603	97.341.603
3 - Outras Despesas Correntes	132.424.978		132.424.978

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	129.415.128		129.415.128
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.009.850		3.009.850
4 - Investimentos	3.642.956		3.642.956
1000 - Recursos Livres da União	2.210.000		2.210.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	835.956		835.956
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	597.000		597.000
26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	343.108.974	3.478.368	346.587.342
1 - Pessoal e Encargos Sociais	273.154.493	3.478.368	276.632.861
1000 - Recursos Livres da União	273.154.493		273.154.493
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.478.368	3.478.368
3 - Outras Despesas Correntes	65.799.181		65.799.181
1000 - Recursos Livres da União	65.729.876		65.729.876
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	69.305		69.305
4 - Investimentos	4.155.300		4.155.300
1000 - Recursos Livres da União	4.155.300		4.155.300
26416 - Instituto Federal do Pará	708.807.964	86.883.326	795.691.290
1 - Pessoal e Encargos Sociais	572.149.205	86.883.326	659.032.531
1000 - Recursos Livres da União	572.149.205		572.149.205
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		86.883.326	86.883.326
3 - Outras Despesas Correntes	133.158.759		133.158.759
1000 - Recursos Livres da União	132.117.614		132.117.614
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.041.145		1.041.145
4 - Investimentos	3.500.000		3.500.000
1000 - Recursos Livres da União	3.000.000		3.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	500.000		500.000
26417 - Instituto Federal da Paraíba	810.929.630	124.901.454	935.831.084
1 - Pessoal e Encargos Sociais	669.418.418	124.895.528	794.313.946
1000 - Recursos Livres da União	669.418.418		669.418.418
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		124.895.528	124.895.528
3 - Outras Despesas Correntes	138.158.002	5.926	138.163.928
1000 - Recursos Livres da União	137.888.309	5.926	137.894.235
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	269.693		269.693
4 - Investimentos	3.353.210		3.353.210
1000 - Recursos Livres da União	3.353.210		3.353.210
26418 - Instituto Federal de Pernambuco	695.451.548	171.244.329	866.695.877
1 - Pessoal e Encargos Sociais	568.521.173	171.244.329	739.765.502
1000 - Recursos Livres da União	568.521.173		568.521.173
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		171.244.329	171.244.329
3 - Outras Despesas Correntes	126.681.688		126.681.688
1000 - Recursos Livres da União	125.531.415		125.531.415
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.150.273		1.150.273
4 - Investimentos	248.687		248.687
1000 - Recursos Livres da União	248.687		248.687
26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul	697.839.773	51.479.175	749.318.948
1 - Pessoal e Encargos Sociais	562.003.766	51.440.947	613.444.713
1000 - Recursos Livres da União	562.003.766		562.003.766
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		51.440.947	51.440.947
3 - Outras Despesas Correntes	132.165.254	38.228	132.203.482
1000 - Recursos Livres da União	129.721.725	38.228	129.759.953
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.443.529		2.443.529
4 - Investimentos	3.670.753		3.670.753
1000 - Recursos Livres da União	3.590.753		3.590.753
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	80.000		80.000
26420 - Instituto Federal Farroupilha	459.858.483	31.561.257	491.419.740
1 - Pessoal e Encargos Sociais	372.551.220	31.561.257	404.112.477
1000 - Recursos Livres da União	372.551.220		372.551.220
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		31.561.257	31.561.257
3 - Outras Despesas Correntes	84.214.773		84.214.773
1000 - Recursos Livres da União	80.589.773		80.589.773
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.500.000		2.500.000
1081 - Convênios	1.125.000		1.125.000
4 - Investimentos	3.092.490		3.092.490
1000 - Recursos Livres da União	900.000		900.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.192.490		2.192.490
26421 - Instituto Federal de Rondônia	363.345.107	14.651	363.359.758
1 - Pessoal e Encargos Sociais	286.362.461	14.651	286.377.112
1000 - Recursos Livres da União	286.362.461		286.362.461
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.651	14.651
3 - Outras Despesas Correntes	76.482.646		76.482.646
1000 - Recursos Livres da União	75.995.327		75.995.327
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	487.319		487.319
4 - Investimentos	500.000		500.000
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
26422 - Instituto Federal Catarinense	559.602.851	45.860.588	605.463.439
1 - Pessoal e Encargos Sociais	452.561.414	45.860.588	498.422.002
1000 - Recursos Livres da União	452.561.414		452.561.414
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		45.860.588	45.860.588
3 - Outras Despesas Correntes	106.041.437		106.041.437
1000 - Recursos Livres da União	104.414.352		104.414.352
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.627.085		1.627.085
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
26423 - Instituto Federal de Sergipe	363.942.398	77.314.398	441.256.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.185.908	77.314.398	375.500.306
1000 - Recursos Livres da União	298.185.908		298.185.908
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		77.314.398	77.314.398
3 - Outras Despesas Correntes	64.966.490		64.966.490
1000 - Recursos Livres da União	64.952.133		64.952.133
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.357		14.357
4 - Investimentos	790.000		790.000
1000 - Recursos Livres da União	610.000		610.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	180.000		180.000
26424 - Instituto Federal do Tocantins	395.612.521	7.714.810	403.327.331
1 - Pessoal e Encargos Sociais	314.434.508	7.714.810	322.149.318
1000 - Recursos Livres da União	314.434.508		314.434.508
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.714.810	7.714.810
3 - Outras Despesas Correntes	80.606.718		80.606.718
1000 - Recursos Livres da União	79.302.814		79.302.814
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.303.904		1.303.904
4 - Investimentos	571.295		571.295
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	71.295		71.295
26425 - Instituto Federal do Acre	204.110.970	1.732.259	205.843.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais	163.868.029	1.732.259	165.600.288
1000 - Recursos Livres da União	163.868.029		163.868.029
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.732.259	1.732.259
3 - Outras Despesas Correntes	39.742.941		39.742.941
1000 - Recursos Livres da União	39.678.463		39.678.463
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	64.478		64.478
4 - Investimentos	500.000		500.000
1000 - Recursos Livres da União	500.000		500.000
26426 - Instituto Federal do Amapá	172.702.064	1.967.498	174.669.562
1 - Pessoal e Encargos Sociais	132.706.919	1.967.498	134.674.417
1000 - Recursos Livres da União	132.706.919		132.706.919
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.967.498	1.967.498
3 - Outras Despesas Correntes	39.895.145		39.895.145
1000 - Recursos Livres da União	39.179.027		39.179.027
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	716.118		716.118
4 - Investimentos	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
26427 - Instituto Federal da Bahia	839.446.193	110.232.665	949.678.858
1 - Pessoal e Encargos Sociais	692.367.593	110.232.665	802.600.258
1000 - Recursos Livres da União	692.367.593		692.367.593
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		110.232.665	110.232.665
3 - Outras Despesas Correntes	145.788.600		145.788.600
1000 - Recursos Livres da União	144.728.278		144.728.278
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.060.322		1.060.322
4 - Investimentos	1.290.000		1.290.000
1000 - Recursos Livres da União	1.240.000		1.240.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	50.000		50.000
26428 - Instituto Federal de Brasília	387.681.420	7.529.271	395.210.691
1 - Pessoal e Encargos Sociais	313.815.679	7.529.271	321.344.950
1000 - Recursos Livres da União	313.815.679		313.815.679
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.529.271	7.529.271
3 - Outras Despesas Correntes	73.765.741		73.765.741
1000 - Recursos Livres da União	72.754.874		72.754.874
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.010.867		1.010.867
4 - Investimentos	100.000		100.000
1000 - Recursos Livres da União	100.000		100.000
26429 - Instituto Federal de Goiás	629.005.446	95.493.420	724.498.866
1 - Pessoal e Encargos Sociais	531.603.906	95.493.420	627.097.326
1000 - Recursos Livres da União	531.603.906		531.603.906
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		95.493.420	95.493.420
3 - Outras Despesas Correntes	95.901.540		95.901.540
1000 - Recursos Livres da União	94.998.933		94.998.933
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	902.607		902.607
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
1000 - Recursos Livres da União	1.300.000		1.300.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	200.000		200.000
26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano	286.416.215	22.111.934	308.528.149
1 - Pessoal e Encargos Sociais	226.572.777	22.111.934	248.684.711
1000 - Recursos Livres da União	226.572.777		226.572.777
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		22.111.934	22.111.934
3 - Outras Despesas Correntes	58.788.438		58.788.438
1000 - Recursos Livres da União	58.317.281		58.317.281
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	471.157		471.157
4 - Investimentos	1.055.000		1.055.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	1.055.000		1.055.000
26431 - Instituto Federal do Piauí	747.920.285	67.773.032	815.693.317
1 - Pessoal e Encargos Sociais	599.839.205	67.773.032	667.612.237
1000 - Recursos Livres da União	599.839.205		599.839.205
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		67.773.032	67.773.032

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	144.490.449		144.490.449
1000 - Recursos Livres da União	144.250.273		144.250.273
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	240.176		240.176
4 - Investimentos	3.590.631		3.590.631
1000 - Recursos Livres da União	3.590.631		3.590.631
26432 - Instituto Federal do Paraná	766.453.471	13.706.126	780.159.597
1 - Pessoal e Encargos Sociais	637.998.085	13.706.126	651.704.211
1000 - Recursos Livres da União	637.998.085		637.998.085
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.706.126	13.706.126
3 - Outras Despesas Correntes	125.925.386		125.925.386
1000 - Recursos Livres da União	121.758.371		121.758.371
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.565.069		2.565.069
1081 - Convênios	1.601.946		1.601.946
4 - Investimentos	2.530.000		2.530.000
1000 - Recursos Livres da União	2.500.000		2.500.000
1081 - Convênios	30.000		30.000
26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro	586.916.732	79.148.762	666.065.494
1 - Pessoal e Encargos Sociais	494.773.516	79.143.983	573.917.499
1000 - Recursos Livres da União	494.773.516		494.773.516
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		79.143.983	79.143.983
3 - Outras Despesas Correntes	88.654.862	4.779	88.659.641
1000 - Recursos Livres da União	87.007.309	4.779	87.012.088
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.647.553		1.647.553
4 - Investimentos	3.488.354		3.488.354
1000 - Recursos Livres da União	3.343.326		3.343.326
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	145.028		145.028
26434 - Instituto Federal Fluminense	540.380.402	118.646.998	659.027.400
1 - Pessoal e Encargos Sociais	439.883.677	118.646.998	558.530.675
1000 - Recursos Livres da União	439.883.677		439.883.677
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		118.646.998	118.646.998
3 - Outras Despesas Correntes	100.455.605		100.455.605
1000 - Recursos Livres da União	97.930.917		97.930.917
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.524.688		2.524.688
4 - Investimentos	41.120		41.120
1000 - Recursos Livres da União	20.000		20.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	21.120		21.120
26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte	881.144.089	108.571.815	989.715.904
1 - Pessoal e Encargos Sociais	721.945.445	108.571.815	830.517.260
1000 - Recursos Livres da União	721.945.445		721.945.445
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		108.571.815	108.571.815
3 - Outras Despesas Correntes	155.192.439		155.192.439
1000 - Recursos Livres da União	154.192.439		154.192.439
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
4 - Investimentos	4.006.205		4.006.205
1000 - Recursos Livres da União	3.650.000		3.650.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	356.205		356.205
26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense	598.772.323	114.890.553	713.662.876
1 - Pessoal e Encargos Sociais	497.588.206	114.890.553	612.478.759
1000 - Recursos Livres da União	497.588.206		497.588.206
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		114.890.553	114.890.553
3 - Outras Despesas Correntes	100.150.343		100.150.343
1000 - Recursos Livres da União	99.820.143		99.820.143
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	330.200		330.200
4 - Investimentos	1.033.774		1.033.774
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	33.774		33.774
26437 - Instituto Federal de Roraima	186.595.364	30.604.473	217.199.837
1 - Pessoal e Encargos Sociais	145.471.471	30.604.473	176.075.944
1000 - Recursos Livres da União	145.471.471		145.471.471
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		30.604.473	30.604.473
3 - Outras Despesas Correntes	39.923.893		39.923.893
1000 - Recursos Livres da União	39.887.423		39.887.423
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	36.470		36.470
4 - Investimentos	1.200.000		1.200.000
1000 - Recursos Livres da União	1.200.000		1.200.000
26438 - Instituto Federal de Santa Catarina	831.351.353	120.709.875	952.061.228
1 - Pessoal e Encargos Sociais	691.166.904	120.709.875	811.876.779
1000 - Recursos Livres da União	691.166.904		691.166.904
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		120.709.875	120.709.875
3 - Outras Despesas Correntes	135.500.394		135.500.394
1000 - Recursos Livres da União	133.566.924		133.566.924
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.933.470		1.933.470
4 - Investimentos	4.684.055		4.684.055
1000 - Recursos Livres da União	4.684.055		4.684.055
26439 - Instituto Federal de São Paulo	1.385.999.671	116.688.336	1.502.688.007
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.148.337.540	116.688.336	1.265.025.876
1000 - Recursos Livres da União	1.148.337.540		1.148.337.540
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		116.688.336	116.688.336
3 - Outras Despesas Correntes	236.162.131		236.162.131
1000 - Recursos Livres da União	234.338.215		234.338.215
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.823.916		1.823.916

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.500.000		1.500.000
26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul	421.131.531	3.265.011	424.396.542
1 - Pessoal e Encargos Sociais	330.280.837	3.265.011	333.545.848
1000 - Recursos Livres da União	330.280.837		330.280.837
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.265.011	3.265.011
3 - Outras Despesas Correntes	83.950.694		83.950.694
1000 - Recursos Livres da União	80.952.987		80.952.987
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	884.007		884.007
1081 - Convênios	2.113.700		2.113.700
4 - Investimentos	6.900.000		6.900.000
1000 - Recursos Livres da União	6.700.000		6.700.000
1081 - Convênios	200.000		200.000
26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará	301.294.674	7.724.278	309.018.952
1 - Pessoal e Encargos Sociais	232.556.260	7.724.278	240.280.538
1000 - Recursos Livres da União	232.556.260		232.556.260
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		7.724.278	7.724.278
3 - Outras Despesas Correntes	67.495.576		67.495.576
1000 - Recursos Livres da União	66.948.650		66.948.650
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	79.549		79.549
1081 - Convênios	467.377		467.377
4 - Investimentos	1.242.838		1.242.838
1000 - Recursos Livres da União	650.000		650.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	592.838		592.838
26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	229.873.556	1.758.643	231.632.199
1 - Pessoal e Encargos Sociais	172.273.270	1.758.643	174.031.913
1000 - Recursos Livres da União	172.273.270		172.273.270
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.758.643	1.758.643
3 - Outras Despesas Correntes	57.139.064		57.139.064
1000 - Recursos Livres da União	56.939.064		56.939.064
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	200.000		200.000
4 - Investimentos	461.222		461.222
1000 - Recursos Livres da União	400.000		400.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	61.222		61.222
26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	75.000	10.825.497.277	10.825.572.277
1 - Pessoal e Encargos Sociais		9.472.466.876	9.472.466.876
1000 - Recursos Livres da União		9.472.466.876	9.472.466.876
3 - Outras Despesas Correntes	75.000	1.145.938.608	1.146.013.608
1000 - Recursos Livres da União	75.000	974.750.120	974.825.120
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		171.188.488	171.188.488
4 - Investimentos		207.091.793	207.091.793
1000 - Recursos Livres da União		107.091.793	107.091.793
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		100.000.000	100.000.000
26445 - Hospital Universitário da UNIFESP		439.137.553	439.137.553
1 - Pessoal e Encargos Sociais		409.830.494	409.830.494
1000 - Recursos Livres da União		409.830.494	409.830.494
3 - Outras Despesas Correntes		29.307.059	29.307.059
1000 - Recursos Livres da União		29.307.059	29.307.059
26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia	177.681.623	804.450	178.486.073
1 - Pessoal e Encargos Sociais	135.023.546	804.450	135.827.996
1000 - Recursos Livres da União	135.023.546		135.023.546
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		804.450	804.450
3 - Outras Despesas Correntes	39.658.077		39.658.077
1000 - Recursos Livres da União	38.884.744		38.884.744
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	773.333		773.333
4 - Investimentos	3.000.000		3.000.000
1000 - Recursos Livres da União	3.000.000		3.000.000
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	209.031.473	1.225.958	210.257.431
1 - Pessoal e Encargos Sociais	167.609.236	1.225.958	168.835.194
1000 - Recursos Livres da União	167.609.236		167.609.236
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.225.958	1.225.958
3 - Outras Despesas Correntes	40.470.439		40.470.439
1000 - Recursos Livres da União	40.373.890		40.373.890
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	96.549		96.549
4 - Investimentos	951.798		951.798
1000 - Recursos Livres da União	50.000		50.000
1081 - Convênios	901.798		901.798
26449 - Universidade Federal do Cariri	193.485.645	2.466.484	195.952.129
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.991.786	2.466.484	149.458.270
1000 - Recursos Livres da União	146.991.786		146.991.786
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.466.484	2.466.484
3 - Outras Despesas Correntes	45.423.113		45.423.113
1000 - Recursos Livres da União	44.079.515		44.079.515
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.343.598		1.343.598
4 - Investimentos	1.070.746		1.070.746
1000 - Recursos Livres da União	1.070.746		1.070.746
26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia	175.871.974	2.119.628	177.991.602
1 - Pessoal e Encargos Sociais	137.213.345	2.119.628	139.332.973
1000 - Recursos Livres da União	137.213.345		137.213.345
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.119.628	2.119.628
3 - Outras Despesas Correntes	36.138.011		36.138.011

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	35.416.439		35.416.439
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	721.572		721.572
4 - Investimentos	2.520.618		2.520.618
1000 - Recursos Livres da União	2.520.618		2.520.618
26452 - Universidade Federal de Catalão	158.511.932	2.449.467	160.961.399
1 - Pessoal e Encargos Sociais	131.411.736	2.449.467	133.861.203
1000 - Recursos Livres da União	131.411.736		131.411.736
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.449.467	2.449.467
3 - Outras Despesas Correntes	26.574.294		26.574.294
1000 - Recursos Livres da União	26.499.848		26.499.848
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	74.446		74.446
4 - Investimentos	525.902		525.902
1000 - Recursos Livres da União	515.902		515.902
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.000		10.000
26453 - Universidade Federal de Jataí	175.051.304	2.067.182	177.118.486
1 - Pessoal e Encargos Sociais	140.767.656	2.067.182	142.834.838
1000 - Recursos Livres da União	140.767.656		140.767.656
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.067.182	2.067.182
3 - Outras Despesas Correntes	33.695.514		33.695.514
1000 - Recursos Livres da União	33.504.034		33.504.034
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	191.480		191.480
4 - Investimentos	588.134		588.134
1000 - Recursos Livres da União	588.134		588.134
26454 - Universidade Federal de Rondonópolis	152.370.824	2.722.244	155.093.068
1 - Pessoal e Encargos Sociais	124.952.029	2.722.244	127.674.273
1000 - Recursos Livres da União	124.952.029		124.952.029
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.722.244	2.722.244
3 - Outras Despesas Correntes	25.136.017		25.136.017
1000 - Recursos Livres da União	24.933.534		24.933.534
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	202.483		202.483
4 - Investimentos	2.282.778		2.282.778
1000 - Recursos Livres da União	2.282.778		2.282.778
26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba	132.520.419	1.569.413	134.089.832
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.652.382	1.569.413	102.221.795
1000 - Recursos Livres da União	100.652.382		100.652.382
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.569.413	1.569.413
3 - Outras Despesas Correntes	30.491.699		30.491.699
1000 - Recursos Livres da União	29.849.149		29.849.149
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	642.550		642.550
4 - Investimentos	1.376.338		1.376.338
1000 - Recursos Livres da União	1.376.338		1.376.338
26456 - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	108.801.682	1.330.963	110.132.645
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.948.242	1.330.963	88.279.205
1000 - Recursos Livres da União	86.948.242		86.948.242
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.330.963	1.330.963
3 - Outras Despesas Correntes	21.463.862		21.463.862
1000 - Recursos Livres da União	21.402.238		21.402.238
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	61.624		61.624
4 - Investimentos	389.578		389.578
1000 - Recursos Livres da União	389.578		389.578
26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins	160.689.264	143.292	160.832.556
1 - Pessoal e Encargos Sociais	123.753.848	143.292	123.897.140
1000 - Recursos Livres da União	123.753.848		123.753.848
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		143.292	143.292
3 - Outras Despesas Correntes	35.473.059		35.473.059
1000 - Recursos Livres da União	35.247.140		35.247.140
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	225.919		225.919
4 - Investimentos	1.462.357		1.462.357
1000 - Recursos Livres da União	1.400.000		1.400.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	62.357		62.357
28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	3.519.754.118	283.069.326	3.802.823.444
1 - Pessoal e Encargos Sociais	878.124.938	283.036.293	1.161.161.231
1000 - Recursos Livres da União	410.721.579		410.721.579
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		25.921.891	25.921.891
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	302.359.683	133.195.572	435.555.255
1052 - Recursos Livres da UO	165.043.676		165.043.676
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		123.918.830	123.918.830
3 - Outras Despesas Correntes	832.804.202	33.033	832.837.235
1000 - Recursos Livres da União	82.732.054	33.033	82.765.087
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	170.586.728		170.586.728
1052 - Recursos Livres da UO	536.015.420		536.015.420
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	43.470.000		43.470.000
4 - Investimentos	36.675.459		36.675.459
1000 - Recursos Livres da União	7.300.000		7.300.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.278.748		7.278.748
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.566.711		4.566.711
1052 - Recursos Livres da UO	13.000.000		13.000.000
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.530.000		4.530.000
9 - Reserva de Contingência	1.772.149.519		1.772.149.519
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	554.306.564		554.306.564

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1052 - Recursos Livres da UO	140.211.842		140.211.842
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	1.077.631.113		1.077.631.113
28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta	1.435.023.155		1.435.023.155
1 - Pessoal e Encargos Sociais	230.508.663		230.508.663
1000 - Recursos Livres da União	230.508.663		230.508.663
3 - Outras Despesas Correntes	115.053.379		115.053.379
1000 - Recursos Livres da União	71.472.931		71.472.931
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	110.448		110.448
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	43.470.000		43.470.000
4 - Investimentos	11.830.000		11.830.000
1000 - Recursos Livres da União	7.300.000		7.300.000
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	4.530.000		4.530.000
9 - Reserva de Contingência	1.077.631.113		1.077.631.113
1086 - Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX	1.077.631.113		1.077.631.113
28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	790.566.338	149.737.056	940.303.394
1 - Pessoal e Encargos Sociais	223.011.957	149.704.023	372.715.980
1000 - Recursos Livres da União	180.212.916		180.212.916
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		25.921.891	25.921.891
1052 - Recursos Livres da UO	42.799.041		42.799.041
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		123.782.132	123.782.132
3 - Outras Despesas Correntes	558.054.381	33.033	558.087.414
1000 - Recursos Livres da União	11.259.123	33.033	11.292.156
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	57.283.955		57.283.955
1052 - Recursos Livres da UO	489.511.303		489.511.303
4 - Investimentos	9.500.000		9.500.000
1052 - Recursos Livres da UO	9.500.000		9.500.000
28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	957.205.451	133.195.572	1.090.401.023
1 - Pessoal e Encargos Sociais	302.359.683	133.195.572	435.555.255
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	302.359.683	133.195.572	435.555.255
3 - Outras Despesas Correntes	109.927.403		109.927.403
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	109.927.403		109.927.403
4 - Investimentos	7.278.748		7.278.748
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	7.278.748		7.278.748
9 - Reserva de Contingência	537.639.617		537.639.617
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	537.586.302		537.586.302
1052 - Recursos Livres da UO	53.315		53.315
28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	320.158.912	136.698	320.295.610
1 - Pessoal e Encargos Sociais	122.244.635	136.698	122.381.333
1052 - Recursos Livres da UO	122.244.635		122.244.635
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		136.698	136.698
3 - Outras Despesas Correntes	49.689.039		49.689.039
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.184.922		3.184.922
1052 - Recursos Livres da UO	46.504.117		46.504.117
4 - Investimentos	8.066.711		8.066.711
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	4.566.711		4.566.711
1052 - Recursos Livres da UO	3.500.000		3.500.000
9 - Reserva de Contingência	140.158.527		140.158.527
1052 - Recursos Livres da UO	140.158.527		140.158.527
28904 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	16.800.262		16.800.262
3 - Outras Despesas Correntes	80.000		80.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	80.000		80.000
9 - Reserva de Contingência	16.720.262		16.720.262
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.720.262		16.720.262
29000 - Defensoria Pública da União	870.886.292	21.477.553	892.363.845
1 - Pessoal e Encargos Sociais	560.835.359	21.477.553	582.312.912
1000 - Recursos Livres da União	560.835.359		560.835.359
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.477.553	21.477.553
3 - Outras Despesas Correntes	297.269.538		297.269.538
1000 - Recursos Livres da União	297.269.538		297.269.538
4 - Investimentos	12.781.395		12.781.395
1000 - Recursos Livres da União	12.781.395		12.781.395
29101 - Defensoria Pública da União	870.886.292	21.477.553	892.363.845
1 - Pessoal e Encargos Sociais	560.835.359	21.477.553	582.312.912
1000 - Recursos Livres da União	560.835.359		560.835.359
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		21.477.553	21.477.553
3 - Outras Despesas Correntes	297.269.538		297.269.538
1000 - Recursos Livres da União	297.269.538		297.269.538
4 - Investimentos	12.781.395		12.781.395
1000 - Recursos Livres da União	12.781.395		12.781.395
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	19.494.000.590	5.698.230.239	25.192.230.829
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.866.485.613	5.601.143.183	17.467.628.796
1000 - Recursos Livres da União	11.834.434.333	39.000	11.834.473.333
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.022.264.668	2.022.264.668
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.792.805		18.792.805
1052 - Recursos Livres da UO	13.258.475		13.258.475
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.578.839.515	3.578.839.515
3 - Outras Despesas Correntes	5.020.774.130	62.447.916	5.083.222.046

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		1.872.691.536	2.142.186	1.874.833.722
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			60.305.730	60.305.730
1019 - FUNAPOL		641.585.908		641.585.908
1025 - Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas		24.662.147		24.662.147
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		264.997.016		264.997.016
1052 - Recursos Livres da UO		200.160.080		200.160.080
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos		81.637.350		81.637.350
1096 - Doações Nacionais		51.058.170		51.058.170
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		804.247.331		804.247.331
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda		732.947.832		732.947.832
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP		346.786.760		346.786.760
4 - Investimentos		1.526.113.478	34.639.140	1.560.752.618
1000 - Recursos Livres da União		61.804.365		61.804.365
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			34.639.140	34.639.140
1019 - FUNAPOL		108.944.766		108.944.766
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		52.230.846		52.230.846
1052 - Recursos Livres da UO		163.360.185		163.360.185
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos		38.362.650		38.362.650
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		229.716.635		229.716.635
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda		134.772.168		134.772.168
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP		736.921.863		736.921.863
9 - Reserva de Contingência		1.080.627.369		1.080.627.369
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos		526.463.948		526.463.948
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda		554.163.421		554.163.421
30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta		920.245.284	145.234.453	1.065.479.737
1 - Pessoal e Encargos Sociais		631.831.224	145.184.971	777.016.195
1000 - Recursos Livres da União		631.831.224	13.000	631.844.224
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			145.171.971	145.171.971
3 - Outras Despesas Correntes		272.464.551	49.482	272.514.033
1000 - Recursos Livres da União		268.208.308	49.482	268.257.790
1052 - Recursos Livres da UO		4.256.243		4.256.243
4 - Investimentos		15.949.509		15.949.509
1000 - Recursos Livres da União		15.639.509		15.639.509
1052 - Recursos Livres da UO		310.000		310.000
30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal		6.216.102.499	2.337.072.306	8.553.174.805
1 - Pessoal e Encargos Sociais		4.499.878.753	2.335.809.828	6.835.688.581
1000 - Recursos Livres da União		4.479.551.489	13.000	4.479.564.489
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			931.733.714	931.733.714
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		7.068.789		7.068.789
1052 - Recursos Livres da UO		13.258.475		13.258.475
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.404.063.114	1.404.063.114
3 - Outras Despesas Correntes		1.024.288.157	1.262.478	1.025.550.635
1000 - Recursos Livres da União		291.340.325	1.262.478	292.602.803
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda		732.947.832		732.947.832
4 - Investimentos		137.772.168		137.772.168
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		3.000.000		3.000.000
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda		134.772.168		134.772.168
9 - Reserva de Contingência		554.163.421		554.163.421
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda		554.163.421		554.163.421
30108 - Departamento de Polícia Federal		8.824.342.646	3.119.953.251	11.944.295.897
1 - Pessoal e Encargos Sociais		6.712.587.940	3.119.123.025	9.831.710.965
1000 - Recursos Livres da União		6.712.587.940	13.000	6.712.600.940
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			1.090.530.954	1.090.530.954
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			2.028.579.071	2.028.579.071
3 - Outras Despesas Correntes		1.957.045.084	830.226	1.957.875.310
1000 - Recursos Livres da União		1.290.246.126	830.226	1.291.076.352
1019 - FUNAPOL		641.585.908		641.585.908
1025 - Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas		24.662.147		24.662.147
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		550.903		550.903
4 - Investimentos		154.709.622		154.709.622
1000 - Recursos Livres da União		45.764.856		45.764.856
1019 - FUNAPOL		108.944.766		108.944.766
30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(**)		69.989.649	1.011.238	71.000.887
1 - Pessoal e Encargos Sociais		16.629.695	1.011.238	17.640.933
1000 - Recursos Livres da União		4.905.679		4.905.679
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		11.724.016		11.724.016
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.011.238	1.011.238
3 - Outras Despesas Correntes		46.304.688		46.304.688

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		4.440.603		4.440.603
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		41.864.085		41.864.085
4 - Investimentos		7.055.266		7.055.266
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		7.055.266		7.055.266
30212 - Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD		24.414.175	14.121	24.428.296
1 - Pessoal e Encargos Sociais		5.558.001	14.121	5.572.122
1000 - Recursos Livres da União		5.558.001		5.558.001
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			14.121	14.121
3 - Outras Despesas Correntes		18.456.174		18.456.174
1000 - Recursos Livres da União		18.456.174		18.456.174
4 - Investimentos		400.000		400.000
1000 - Recursos Livres da União		400.000		400.000
30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos		646.463.948		646.463.948
3 - Outras Despesas Correntes		81.637.350		81.637.350
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos		81.637.350		81.637.350
4 - Investimentos		38.362.650		38.362.650
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos		38.362.650		38.362.650
9 - Reserva de Contingência		526.463.948		526.463.948
1083 - Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos		526.463.948		526.463.948
30907 - Fundo Penitenciário Nacional		607.261.638		607.261.638
3 - Outras Despesas Correntes		401.816.158		401.816.158
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		75.976.718		75.976.718
1052 - Recursos Livres da UO		15.543.978		15.543.978
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		310.295.462		310.295.462
4 - Investimentos		205.445.480		205.445.480
1052 - Recursos Livres da UO		40.000.000		40.000.000
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		165.445.480		165.445.480
30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública		1.989.081.312		1.989.081.312
3 - Outras Despesas Correntes		1.086.686.423		1.086.686.423
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		52.039.530		52.039.530
1052 - Recursos Livres da UO		142.850.094		142.850.094
1096 - Doações Nacionais		51.058.170		51.058.170
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		493.951.869		493.951.869
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP		346.786.760		346.786.760
4 - Investimentos		902.394.889		902.394.889
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		42.175.580		42.175.580
1052 - Recursos Livres da UO		59.026.291		59.026.291
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		64.271.155		64.271.155
1251 - Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP		736.921.863		736.921.863
30912 - Fundo Nacional Antidrogas		196.099.439	94.944.870	291.044.309
3 - Outras Despesas Correntes		132.075.545	60.305.730	192.381.275
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			60.305.730	60.305.730
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		94.565.780		94.565.780
1052 - Recursos Livres da UO		37.509.765		37.509.765
4 - Investimentos		64.023.894	34.639.140	98.663.034
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			34.639.140	34.639.140
1052 - Recursos Livres da UO		64.023.894		64.023.894
32000 - Ministério de Minas e Energia		7.728.119.486	292.109.748	8.020.229.234
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.054.662.600	291.516.456	2.346.179.056
1000 - Recursos Livres da União		1.398.958.572	13.000	1.398.971.572
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			99.560.325	99.560.325
1052 - Recursos Livres da UO		655.704.028		655.704.028
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			191.943.131	191.943.131
3 - Outras Despesas Correntes		2.962.719.577	593.292	2.963.312.869
1000 - Recursos Livres da União		386.420.505	593.292	387.013.797
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional		103.335.253		103.335.253
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético		7.233.366		7.233.366
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		129.972.056		129.972.056
1052 - Recursos Livres da UO		214.522.541		214.522.541
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal		180.384.676		180.384.676
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos		5.845.939		5.845.939
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		1.935.005.241		1.935.005.241
4 - Investimentos		40.520.379		40.520.379
1000 - Recursos Livres da União		17.495.077		17.495.077
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional		3.939.714		3.939.714
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		4.392.031		4.392.031
1052 - Recursos Livres da UO		5.136.629		5.136.629
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal		8.756.928		8.756.928
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos		800.000		800.000
9 - Reserva de Contingência		2.670.216.930		2.670.216.930
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis		819.308.329		819.308.329
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional		143.533.705		143.533.705
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético		168.332.705		168.332.705

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	104.612		104.612
1052 - Recursos Livres da UO	873.278.222		873.278.222
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	254.854.121		254.854.121
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	410.805.236		410.805.236
32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	955.627.330	106.233.617	1.061.860.947
1 - Pessoal e Encargos Sociais	89.544.534	106.233.617	195.778.151
1000 - Recursos Livres da União	89.544.534	13.000	89.557.534
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		92.729.705	92.729.705
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.490.912	13.490.912
3 - Outras Despesas Correntes	274.074.855		274.074.855
1000 - Recursos Livres da União	190.126.220		190.126.220
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	83.948.635		83.948.635
4 - Investimentos	12.870.000		12.870.000
1000 - Recursos Livres da União	12.870.000		12.870.000
9 - Reserva de Contingência	579.137.941		579.137.941
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	168.332.705		168.332.705
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	410.805.236		410.805.236
32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	869.679.040	593.292	870.272.332
1 - Pessoal e Encargos Sociais	565.064.245		565.064.245
1000 - Recursos Livres da União	565.064.245		565.064.245
3 - Outras Despesas Correntes	157.141.376	593.292	157.734.668
1000 - Recursos Livres da União	53.044.755	593.292	53.638.047
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	103.335.253		103.335.253
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	761.368		761.368
4 - Investimentos	3.939.714		3.939.714
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	3.939.714		3.939.714
9 - Reserva de Contingência	143.533.705		143.533.705
1045 - Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional	143.533.705		143.533.705
32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(*)	1.552.179.957	27.719.480	1.579.899.437
1 - Pessoal e Encargos Sociais	325.629.028	27.719.480	353.348.508
1052 - Recursos Livres da UO	325.629.028		325.629.028
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		27.719.480	27.719.480
3 - Outras Despesas Correntes	143.926.294		143.926.294
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	87.766.221		87.766.221
1052 - Recursos Livres da UO	56.160.073		56.160.073
4 - Investimentos	2.408.399		2.408.399
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	280.000		280.000
1052 - Recursos Livres da UO	2.128.399		2.128.399
9 - Reserva de Contingência	1.080.216.236		1.080.216.236
1028 - Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis	819.308.329		819.308.329
1052 - Recursos Livres da UO	260.907.907		260.907.907
32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(*)	2.946.324.514	10.732.395	2.957.056.909
1 - Pessoal e Encargos Sociais	241.573.089	10.732.395	252.305.484
1052 - Recursos Livres da UO	241.573.089		241.573.089
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.732.395	10.732.395
3 - Outras Despesas Correntes	2.089.372.880		2.089.372.880
1052 - Recursos Livres da UO	154.367.639		154.367.639
1087 - CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	1.935.005.241		1.935.005.241
4 - Investimentos	3.008.230		3.008.230
1052 - Recursos Livres da UO	3.008.230		3.008.230
9 - Reserva de Contingência	612.370.315		612.370.315
1052 - Recursos Livres da UO	612.370.315		612.370.315
32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE	225.400.177		225.400.177
1 - Pessoal e Encargos Sociais	170.784.944		170.784.944
1000 - Recursos Livres da União	170.784.944		170.784.944
3 - Outras Despesas Correntes	52.995.233		52.995.233
1000 - Recursos Livres da União	38.611.113		38.611.113
1046 - Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético	7.233.366		7.233.366
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.304.815		1.304.815
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	5.845.939		5.845.939
4 - Investimentos	1.620.000		1.620.000
1000 - Recursos Livres da União	820.000		820.000
1080 - Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos	800.000		800.000
32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM(*)	674.406.349	146.830.964	821.237.313
1 - Pessoal e Encargos Sociais	291.557.225	146.830.964	438.388.189
1000 - Recursos Livres da União	203.055.314		203.055.314
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.830.620	6.830.620
1052 - Recursos Livres da UO	88.501.911		88.501.911
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		140.000.344	140.000.344
3 - Outras Despesas Correntes	119.133.463		119.133.463
1000 - Recursos Livres da União	18.702.593		18.702.593
1052 - Recursos Livres da UO	3.994.829		3.994.829
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	96.436.041		96.436.041
4 - Investimentos	8.756.928		8.756.928
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal	8.756.928		8.756.928

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
9 - Reserva de Contingência		254.958.733		254.958.733
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		104.612		104.612
1053 - Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal		254.854.121		254.854.121
32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP		504.502.119		504.502.119
1 - Pessoal e Encargos Sociais		370.509.535		370.509.535
1000 - Recursos Livres da União		370.509.535		370.509.535
3 - Outras Despesas Correntes		126.075.476		126.075.476
1000 - Recursos Livres da União		85.935.824		85.935.824
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		40.139.652		40.139.652
4 - Investimentos		7.917.108		7.917.108
1000 - Recursos Livres da União		3.805.077		3.805.077
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		4.112.031		4.112.031
33000 - Ministério da Previdência Social			1.152.808.953.720	1.152.808.953.720
1 - Pessoal e Encargos Sociais			13.586.427.872	13.586.427.872
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			8.730.727.874	8.730.727.874
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			35.723.585	35.723.585
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			3.023.826.308	3.023.826.308
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.796.150.105	1.796.150.105
3 - Outras Despesas Correntes			1.139.165.955.603	1.139.165.955.603
1000 - Recursos Livres da União			6.766.777.587	6.766.777.587
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			3.822.828.126	3.822.828.126
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			54.996.262.994	54.996.262.994
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			19.681.993	19.681.993
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social			18.474.275.782	18.474.275.782
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			2.837.487.880	2.837.487.880
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social			791.685.256.470	791.685.256.470
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal			3.845.405.194	3.845.405.194
9000 - Recursos Livres da União			4.464.464.914	4.464.464.914
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social			2.450.882.352	2.450.882.352
9002 - Atividades-fim da Seguridade Social			5.114.931.505	5.114.931.505
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social			1.199.999.998	1.199.999.998
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública			243.487.700.808	243.487.700.808
4 - Investimentos			44.969.318	44.969.318
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			9.729.037	9.729.037
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			3.740.281	3.740.281
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			31.500.000	31.500.000
9 - Reserva de Contingência			11.600.927	11.600.927
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			9.850.228	9.850.228
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar			1.678.032	1.678.032
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			72.667	72.667
33101 - Ministério da Previdência Social - Administração Direta			2.538.250.202	2.538.250.202
1 - Pessoal e Encargos Sociais			1.509.993.033	1.509.993.033
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			1.509.863.307	1.509.863.307
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			129.726	129.726
3 - Outras Despesas Correntes			1.018.528.132	1.018.528.132
1000 - Recursos Livres da União			872.495.979	872.495.979
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			128.270.963	128.270.963
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			17.761.190	17.761.190
4 - Investimentos			9.729.037	9.729.037
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			9.729.037	9.729.037
33201 - Instituto Nacional do Seguro Social			16.459.803.833	16.459.803.833
1 - Pessoal e Encargos Sociais			12.040.711.254	12.040.711.254
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			7.220.864.567	7.220.864.567
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			3.023.826.308	3.023.826.308
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			1.796.020.379	1.796.020.379
3 - Outras Despesas Correntes			4.387.592.579	4.387.592.579
1000 - Recursos Livres da União			1.913.099.678	1.913.099.678
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			2.474.492.901	2.474.492.901
4 - Investimentos			31.500.000	31.500.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			31.500.000	31.500.000
33206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar			70.746.786	70.746.786
1 - Pessoal e Encargos Sociais			35.723.585	35.723.585
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			35.723.585	35.723.585
3 - Outras Despesas Correntes			19.681.993	19.681.993
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			19.681.993	19.681.993
4 - Investimentos			3.740.281	3.740.281
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			3.740.281	3.740.281
9 - Reserva de Contingência			11.600.927	11.600.927
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			9.850.228	9.850.228
1039 - Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar			1.678.032	1.678.032
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			72.667	72.667
33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social			1.133.740.152.899	1.133.740.152.899
3 - Outras Despesas Correntes			1.133.740.152.899	1.133.740.152.899
1000 - Recursos Livres da União			3.981.181.930	3.981.181.930
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			3.694.557.163	3.694.557.163
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			54.978.501.804	54.978.501.804
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social			18.474.275.782	18.474.275.782
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			362.994.979	362.994.979

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		791.685.256.470	791.685.256.470
1123 - Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		3.845.405.194	3.845.405.194
9000 - Recursos Livres da União		4.464.464.914	4.464.464.914
9001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.450.882.352	2.450.882.352
9002 - Atividades-fim da Seguridade Social		5.114.931.505	5.114.931.505
9054 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social		1.199.999.998	1.199.999.998
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		243.487.700.808	243.487.700.808
35000 - Ministério das Relações Exteriores	5.148.897.413	524.814.028	5.673.711.441
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.818.016.879	524.814.028	2.342.830.907
1000 - Recursos Livres da União	1.818.016.879	13.000	1.818.029.879
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		146.217.653	146.217.653
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		378.583.375	378.583.375
3 - Outras Despesas Correntes	3.280.071.256		3.280.071.256
1000 - Recursos Livres da União	3.009.840.537		3.009.840.537
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.316.863		4.316.863
1052 - Recursos Livres da UO	265.913.856		265.913.856
4 - Investimentos	42.809.278		42.809.278
1000 - Recursos Livres da União	42.809.278		42.809.278
5 - Inversões Financeiras	8.000.000		8.000.000
1000 - Recursos Livres da União	8.000.000		8.000.000
35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	5.132.701.467	524.799.907	5.657.501.374
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.808.474.497	524.799.907	2.333.274.404
1000 - Recursos Livres da União	1.808.474.497	13.000	1.808.487.497
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		146.217.653	146.217.653
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		378.569.254	378.569.254
3 - Outras Despesas Correntes	3.273.518.192		3.273.518.192
1000 - Recursos Livres da União	3.003.345.807		3.003.345.807
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.258.529		4.258.529
1052 - Recursos Livres da UO	265.913.856		265.913.856
4 - Investimentos	42.708.778		42.708.778
1000 - Recursos Livres da União	42.708.778		42.708.778
5 - Inversões Financeiras	8.000.000		8.000.000
1000 - Recursos Livres da União	8.000.000		8.000.000
35201 - Fundação Alexandre de Gusmão	16.195.946	14.121	16.210.067
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.542.382	14.121	9.556.503
1000 - Recursos Livres da União	9.542.382		9.542.382
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.121	14.121
3 - Outras Despesas Correntes	6.553.064		6.553.064
1000 - Recursos Livres da União	6.494.730		6.494.730
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	58.334		58.334
4 - Investimentos	100.500		100.500
1000 - Recursos Livres da União	100.500		100.500
36000 - Ministério da Saúde		261.097.731.347	261.097.731.347
1 - Pessoal e Encargos Sociais		24.248.391.734	24.248.391.734
1000 - Recursos Livres da União		299.502	299.502
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.080.693.772	10.080.693.772
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		11.229.928.574	11.229.928.574
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		641.090.436	641.090.436
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		2.296.379.450	2.296.379.450
3 - Outras Despesas Correntes		204.288.815.204	204.288.815.204
1000 - Recursos Livres da União		1.234.773.924	1.234.773.924
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		87.305.343.141	87.305.343.141
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		110.848.723.165	110.848.723.165
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		1.212.673.536	1.212.673.536
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS		3.134.949.383	3.134.949.383
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		291.502.497	291.502.497
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		4.950.000	4.950.000
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre		210.463.501	210.463.501
1184 - Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde		45.436.057	45.436.057
4 - Investimentos		11.835.371.125	11.835.371.125
1000 - Recursos Livres da União		1.852.858.550	1.852.858.550
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.856.219.156	4.856.219.156
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		4.623.960.592	4.623.960.592
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		16.716.952	16.716.952
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		14.000.000	14.000.000
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre		52.615.875	52.615.875
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		419.000.000	419.000.000
5 - Inversões Financeiras		250.000.000	250.000.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		250.000.000	250.000.000
9 - Reserva de Contingência		20.475.153.284	20.475.153.284
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.401.752.939	20.401.752.939
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		73.400.345	73.400.345
36201 - Fundação Oswaldo Cruz		9.469.569.778	9.469.569.778
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.972.734.609	1.972.734.609
1000 - Recursos Livres da União		183.735	183.735
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.440.308.699	1.440.308.699

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		25.737.832	25.737.832
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		506.504.343	506.504.343
3 - Outras Despesas Correntes		6.998.539.780	6.998.539.780
1000 - Recursos Livres da União		72.295.927	72.295.927
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.368.495.700	2.368.495.700
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		4.550.214.342	4.550.214.342
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		7.533.811	7.533.811
4 - Investimentos		498.295.389	498.295.389
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		294.754.279	294.754.279
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		203.541.110	203.541.110
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO		3.204.733.061	3.204.733.061
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.464.445.260	2.464.445.260
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.464.445.260	2.464.445.260
3 - Outras Despesas Correntes		660.287.801	660.287.801
1000 - Recursos Livres da União		217.219.534	217.219.534
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		435.014.767	435.014.767
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		8.053.500	8.053.500
4 - Investimentos		80.000.000	80.000.000
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		66.000.000	66.000.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		14.000.000	14.000.000
36211 - Fundação Nacional de Saúde		2.808.618.912	2.808.618.912
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.149.685.415	2.149.685.415
1000 - Recursos Livres da União		14.121	14.121
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		364.357.989	364.357.989
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.745.654.946	1.745.654.946
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		39.658.359	39.658.359
3 - Outras Despesas Correntes		278.133.497	278.133.497
1000 - Recursos Livres da União		48.947.766	48.947.766
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		136.027.425	136.027.425
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		86.700.000	86.700.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		6.458.306	6.458.306
4 - Investimentos		380.800.000	380.800.000
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		278.900.000	278.900.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		101.900.000	101.900.000
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)		1.143.473.534	1.143.473.534
1 - Pessoal e Encargos Sociais		880.823.477	880.823.477
1000 - Recursos Livres da União		87.525	87.525
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		248.500.651	248.500.651
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		91.030.810	91.030.810
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		381.939.867	381.939.867
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		159.264.624	159.264.624
3 - Outras Despesas Correntes		247.650.057	247.650.057
1000 - Recursos Livres da União		36.668.342	36.668.342
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		820.007	820.007
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		8.209.125	8.209.125
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		199.668.239	199.668.239
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		2.284.344	2.284.344
4 - Investimentos		15.000.000	15.000.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		15.000.000	15.000.000
36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS(*)		583.423.211	583.423.211
1 - Pessoal e Encargos Sociais		259.150.569	259.150.569
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		259.150.569	259.150.569
3 - Outras Despesas Correntes		249.155.345	249.155.345
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		248.677.120	248.677.120
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		478.225	478.225
4 - Investimentos		1.716.952	1.716.952
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		1.716.952	1.716.952
9 - Reserva de Contingência		73.400.345	73.400.345
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		73.400.345	73.400.345
36901 - Fundo Nacional de Saúde		243.887.912.851	243.887.912.851
1 - Pessoal e Encargos Sociais		16.521.552.404	16.521.552.404
1000 - Recursos Livres da União		14.121	14.121
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.563.081.173	5.563.081.173
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		9.367.504.986	9.367.504.986
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.590.952.124	1.590.952.124
3 - Outras Despesas Correntes		195.855.048.724	195.855.048.724
1000 - Recursos Livres da União		859.642.355	859.642.355
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		84.364.985.242	84.364.985.242
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		106.203.599.698	106.203.599.698
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		764.328.177	764.328.177
1035 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS		3.134.949.383	3.134.949.383
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		266.694.311	266.694.311
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		4.950.000	4.950.000
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre		210.463.501	210.463.501
1184 - Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde		45.436.057	45.436.057
4 - Investimentos		10.859.558.784	10.859.558.784
1000 - Recursos Livres da União		1.852.858.550	1.852.858.550
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.216.564.877	4.216.564.877
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		4.318.519.482	4.318.519.482

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre		52.615.875	52.615.875
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		419.000.000	419.000.000
5 - Inversões Financeiras		250.000.000	250.000.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		250.000.000	250.000.000
9 - Reserva de Contingência		20.401.752.939	20.401.752.939
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.401.752.939	20.401.752.939
37000 - Controladoria-Geral da União	1.303.452.556	355.333.538	1.658.786.094
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.112.739.353	355.333.538	1.468.072.891
1000 - Recursos Livres da União	1.112.739.353	13.000	1.112.752.353
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		72.453.557	72.453.557
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		282.866.981	282.866.981
3 - Outras Despesas Correntes	183.537.046		183.537.046
1000 - Recursos Livres da União	183.537.046		183.537.046
4 - Investimentos	7.176.157		7.176.157
1000 - Recursos Livres da União	7.176.157		7.176.157
37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta	1.303.452.556	355.333.538	1.658.786.094
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.112.739.353	355.333.538	1.468.072.891
1000 - Recursos Livres da União	1.112.739.353	13.000	1.112.752.353
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		72.453.557	72.453.557
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		282.866.981	282.866.981
3 - Outras Despesas Correntes	183.537.046		183.537.046
1000 - Recursos Livres da União	183.537.046		183.537.046
4 - Investimentos	7.176.157		7.176.157
1000 - Recursos Livres da União	7.176.157		7.176.157
39000 - Ministério dos Transportes	18.062.150.615	363.910.539	18.426.061.154
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.385.802.885	344.222.831	1.730.025.716
1000 - Recursos Livres da União	1.072.780.975		1.072.780.975
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		62.666.814	62.666.814
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	256.878.281		256.878.281
1052 - Recursos Livres da UO	56.143.629		56.143.629
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		281.556.017	281.556.017
3 - Outras Despesas Correntes	2.010.819.265	19.687.708	2.030.506.973
1000 - Recursos Livres da União	1.367.663.004	19.687.708	1.387.350.712
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	369.940.356		369.940.356
1052 - Recursos Livres da UO	103.688.264		103.688.264
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	169.527.641		169.527.641
4 - Investimentos	13.096.122.226		13.096.122.226
1000 - Recursos Livres da União	10.656.889.756		10.656.889.756
1011 - Destinações da Cide-Combustíveis	1.847.038.656		1.847.038.656
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.000.000		1.000.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	2.284.723		2.284.723
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	588.909.091		588.909.091
5 - Inversões Financeiras	9.501.878		9.501.878
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.501.878		9.501.878
9 - Reserva de Contingência	1.559.904.361		1.559.904.361
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	210.992.566		210.992.566
1052 - Recursos Livres da UO	92.965.924		92.965.924
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda	718.936.648		718.936.648
1180 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública	275.227.138		275.227.138
1181 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 da Lei nº 14.273/2021	261.782.085		261.782.085
39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta	1.384.591.306	21.451	1.384.612.757
1 - Pessoal e Encargos Sociais	152.399.799		152.399.799
1000 - Recursos Livres da União	152.399.799		152.399.799
3 - Outras Despesas Correntes	268.704.506	21.451	268.725.957
1000 - Recursos Livres da União	199.206.433	21.451	199.227.884
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	69.498.073		69.498.073
4 - Investimentos	963.487.001		963.487.001
1000 - Recursos Livres da União	963.487.001		963.487.001
39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	765.332.030		765.332.030
1 - Pessoal e Encargos Sociais	217.580.246		217.580.246
1000 - Recursos Livres da União	217.580.246		217.580.246
3 - Outras Despesas Correntes	168.532.404		168.532.404
1000 - Recursos Livres da União	140.043.540		140.043.540
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	28.488.864		28.488.864
4 - Investimentos	379.219.380		379.219.380
1000 - Recursos Livres da União	379.219.380		379.219.380
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(*)	1.312.565.324	35.087.455	1.347.652.779
1 - Pessoal e Encargos Sociais	313.021.910	35.087.455	348.109.365
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	256.878.281		256.878.281
1052 - Recursos Livres da UO	56.143.629		56.143.629
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		35.087.455	35.087.455
3 - Outras Despesas Correntes	283.974.324		283.974.324
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	178.086.060		178.086.060
1052 - Recursos Livres da UO	103.688.264		103.688.264
1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização,	2.200.000		2.200.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda</i>			
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	1.000.000		1.000.000
5 - Inversões Financeiras	9.501.878		9.501.878
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	9.501.878		9.501.878
9 - Reserva de Contingência	705.067.212		705.067.212
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	92.965.924		92.965.924
<i>1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda</i>	75.092.065		75.092.065
<i>1180 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública</i>	275.227.138		275.227.138
<i>1181 - Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 da Lei nº 14.273/2021</i>	261.782.085		261.782.085
39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	13.682.579.616	328.801.633	14.011.381.249
1 - Pessoal e Encargos Sociais	702.800.930	309.135.376	1.011.936.306
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	702.800.930		702.800.930
<i>1001 - Recursos Livres da Seguridade Social</i>		62.666.814	62.666.814
<i>1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União</i>		246.468.562	246.468.562
3 - Outras Despesas Correntes	1.228.362.841	19.666.257	1.248.029.098
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	1.028.413.031	19.666.257	1.048.079.288
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	93.867.359		93.867.359
<i>1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda</i>	106.082.451		106.082.451
4 - Investimentos	11.751.415.845		11.751.415.845
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	9.314.183.375		9.314.183.375
<i>1011 - Destinações da Cide-Combustíveis</i>	1.847.038.656		1.847.038.656
<i>1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital</i>	2.284.723		2.284.723
<i>1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda</i>	587.909.091		587.909.091
39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	917.082.339		917.082.339
3 - Outras Despesas Correntes	61.245.190		61.245.190
<i>1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda</i>	61.245.190		61.245.190
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
<i>1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda</i>	1.000.000		1.000.000
9 - Reserva de Contingência	854.837.149		854.837.149
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	210.992.566		210.992.566
<i>1144 - Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda</i>	643.844.583		643.844.583
40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	25.663.004.746	98.029.515.478	123.692.520.224
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.621.237.738	68.513.345	1.689.751.083
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	924.492.787		924.492.787
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	696.744.951		696.744.951
<i>1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União</i>		68.513.345	68.513.345
3 - Outras Despesas Correntes	719.840.898	97.920.295.362	98.640.136.260
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	644.002.258	20.000.000	664.002.258
<i>1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social</i>		103.974.092	103.974.092
<i>1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social</i>		64.973.421.492	64.973.421.492
<i>1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social</i>		31.966.050.462	31.966.050.462
<i>1050 - Recursos Próprios Livres da UO</i>	3.763.140		3.763.140
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	30.198.000		30.198.000
<i>1084 - FGTS</i>	41.877.500		41.877.500
<i>9040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social</i>		856.849.316	856.849.316
4 - Investimentos	14.762.994	40.706.771	55.469.765
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	12.362.994		12.362.994
<i>1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social</i>		40.706.771	40.706.771
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	2.400.000		2.400.000
5 - Inversões Financeiras	23.009.366.721		23.009.366.721
<i>1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES</i>	22.776.113.296		22.776.113.296
<i>9041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES</i>	233.253.425		233.253.425
9 - Reserva de Contingência	297.796.395		297.796.395
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	297.796.395		297.796.395
40101 - Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta	2.587.387.831	1.278.741	2.588.666.572
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.574.281.618	1.278.741	1.575.560.359
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	877.536.667		877.536.667
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	696.744.951		696.744.951
<i>1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União</i>		1.278.741	1.278.741
3 - Outras Despesas Correntes	702.656.824		702.656.824
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	630.581.324		630.581.324
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	30.198.000		30.198.000
<i>1084 - FGTS</i>	41.877.500		41.877.500
4 - Investimentos	12.652.994		12.652.994
<i>1000 - Recursos Livres da União</i>	10.252.994		10.252.994
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	2.400.000		2.400.000
9 - Reserva de Contingência	297.796.395		297.796.395
<i>1052 - Recursos Livres da UO</i>	297.796.395		297.796.395

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	66.250.194	67.234.604	133.484.798
1 - Pessoal e Encargos Sociais	46.956.120	67.234.604	114.190.724
1000 - Recursos Livres da União	46.956.120		46.956.120
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		67.234.604	67.234.604
3 - Outras Despesas Correntes	17.184.074		17.184.074
1000 - Recursos Livres da União	13.420.934		13.420.934
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.763.140		3.763.140
4 - Investimentos	2.110.000		2.110.000
1000 - Recursos Livres da União	2.110.000		2.110.000
40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	23.009.366.721	97.961.002.133	120.970.368.854
3 - Outras Despesas Correntes		97.920.295.362	97.920.295.362
1000 - Recursos Livres da União		20.000.000	20.000.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		103.974.092	103.974.092
1040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		64.973.421.492	64.973.421.492
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		31.966.050.462	31.966.050.462
9040 - Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social		856.849.316	856.849.316
4 - Investimentos		40.706.771	40.706.771
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		40.706.771	40.706.771
5 - Inversões Financeiras	23.009.366.721		23.009.366.721
1041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	22.776.113.296		22.776.113.296
9041 - Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES	233.253.425		233.253.425
41000 - Ministério das Comunicações	1.565.195.988	765.602.453	2.330.798.441
1 - Pessoal e Encargos Sociais	592.345.991	765.560.137	1.357.906.128
1000 - Recursos Livres da União	591.969.855	13.000	591.982.855
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		637.617.251	637.617.251
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	376.136		376.136
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		127.929.886	127.929.886
3 - Outras Despesas Correntes	853.058.322	42.316	853.100.638
1000 - Recursos Livres da União	560.332.791	42.316	560.375.107
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.626.908		2.626.908
1052 - Recursos Livres da UO	60.000.000		60.000.000
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	230.098.623		230.098.623
4 - Investimentos	113.926.754		113.926.754
1000 - Recursos Livres da União	88.558.972		88.558.972
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	25.367.782		25.367.782
9 - Reserva de Contingência	5.864.921	5.864.921	5.864.921
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	5.864.921		5.864.921
41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta	707.065.680	725.371.674	1.432.437.354
1 - Pessoal e Encargos Sociais	97.650.906	725.371.674	823.022.580
1000 - Recursos Livres da União	97.650.906	13.000	97.663.906
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		637.617.251	637.617.251
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		87.741.423	87.741.423
3 - Outras Despesas Correntes	520.855.802		520.855.802
1000 - Recursos Livres da União	520.855.802		520.855.802
4 - Investimentos	88.558.972		88.558.972
1000 - Recursos Livres da União	88.558.972		88.558.972
41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(*)	798.130.308	40.230.779	838.361.087
1 - Pessoal e Encargos Sociais	494.695.085	40.188.463	534.883.548
1000 - Recursos Livres da União	494.318.949		494.318.949
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	376.136		376.136
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		40.188.463	40.188.463
3 - Outras Despesas Correntes	272.202.520	42.316	272.244.836
1000 - Recursos Livres da União	39.476.989	42.316	39.519.305
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.626.908		2.626.908
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	230.098.623		230.098.623
4 - Investimentos	25.367.782		25.367.782
1120 - Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional	25.367.782		25.367.782
9 - Reserva de Contingência	5.864.921	5.864.921	5.864.921
1037 - Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública	5.864.921		5.864.921
41902 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST(***)	30.000.000		30.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	30.000.000		30.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	30.000.000		30.000.000
41903 - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	30.000.000		30.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	30.000.000		30.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	30.000.000		30.000.000
42000 - Ministério da Cultura	2.953.095.446	304.346.670	3.257.442.116
1 - Pessoal e Encargos Sociais	532.049.484	304.346.670	836.396.154
1000 - Recursos Livres da União	532.049.484	13.000	532.062.484
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		163.289.359	163.289.359
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		17.443.703	17.443.703
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		123.600.608	123.600.608
3 - Outras Despesas Correntes	918.247.996		918.247.996
1000 - Recursos Livres da União	884.127.764		884.127.764
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	30.731.182		30.731.182
1052 - Recursos Livres da UO	3.389.050		3.389.050
4 - Investimentos	243.775.000		243.775.000
1000 - Recursos Livres da União	243.605.000		243.605.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	170.000		170.000
5 - Inversões Financeiras	700.001.000		700.001.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000		1.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	525.738.054		525.738.054

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	174.261.946		174.261.946
9 - Reserva de Contingência	559.021.966		559.021.966
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	78.465.834		78.465.834
1052 - Recursos Livres da UO	10.783		10.783
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	463.238.678		463.238.678
1135 - Recursos do FISTEL destinados ao FSA	17.306.671		17.306.671
42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta	494.424.093	44.308.108	538.732.201
1 - Pessoal e Encargos Sociais	106.713.128	44.308.108	151.021.236
1000 - Recursos Livres da União	106.713.128	13.000	106.726.128
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		24.927.383	24.927.383
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		19.367.725	19.367.725
3 - Outras Despesas Correntes	354.110.965		354.110.965
1000 - Recursos Livres da União	354.110.965		354.110.965
4 - Investimentos	33.600.000		33.600.000
1000 - Recursos Livres da União	33.600.000		33.600.000
42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa	41.533.175	26.320.423	67.853.598
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.870.561	26.320.423	51.190.984
1000 - Recursos Livres da União	24.870.561		24.870.561
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		17.443.703	17.443.703
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.876.720	8.876.720
3 - Outras Despesas Correntes	16.482.614		16.482.614
1000 - Recursos Livres da União	16.481.336		16.481.336
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.278		1.278
4 - Investimentos	180.000		180.000
1000 - Recursos Livres da União	180.000		180.000
42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN	96.073.382	44.348.624	140.422.006
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.003.689	44.348.624	82.352.313
1000 - Recursos Livres da União	38.003.689		38.003.689
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		30.283.560	30.283.560
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.065.064	14.065.064
3 - Outras Despesas Correntes	51.269.693		51.269.693
1000 - Recursos Livres da União	49.365.172		49.365.172
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.904.521		1.904.521
4 - Investimentos	6.800.000		6.800.000
1000 - Recursos Livres da União	6.800.000		6.800.000
42203 - Fundação Cultural Palmares	27.951.552	2.864.592	30.816.144
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.710.343	2.864.592	10.574.935
1000 - Recursos Livres da União	7.710.343		7.710.343
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		929.069	929.069
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.935.523	1.935.523
3 - Outras Despesas Correntes	19.641.209		19.641.209
1000 - Recursos Livres da União	19.641.209		19.641.209
4 - Investimentos	600.000		600.000
1000 - Recursos Livres da União	600.000		600.000
42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	520.777.164	111.813.614	632.590.778
1 - Pessoal e Encargos Sociais	143.471.856	111.813.614	255.285.470
1000 - Recursos Livres da União	143.471.856		143.471.856
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		63.301.096	63.301.096
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		48.512.518	48.512.518
3 - Outras Despesas Correntes	182.430.308		182.430.308
1000 - Recursos Livres da União	180.727.502		180.727.502
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	468.496		468.496
1052 - Recursos Livres da UO	1.234.310		1.234.310
4 - Investimentos	194.875.000		194.875.000
1000 - Recursos Livres da União	194.875.000		194.875.000
42205 - Fundação Nacional de Artes	142.361.179	36.206.449	178.567.628
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.865.029	36.206.449	64.071.478
1000 - Recursos Livres da União	27.865.029		27.865.029
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		27.973.204	27.973.204
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		8.233.245	8.233.245
3 - Outras Despesas Correntes	113.696.150		113.696.150
1000 - Recursos Livres da União	113.679.906		113.679.906
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	16.244		16.244
4 - Investimentos	800.000		800.000
1000 - Recursos Livres da União	800.000		800.000
42206 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE	173.536.846	3.143.301	176.680.147
1 - Pessoal e Encargos Sociais	128.539.764	3.143.301	131.683.065
1000 - Recursos Livres da União	128.539.764		128.539.764
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		3.143.301	3.143.301
3 - Outras Despesas Correntes	43.246.082		43.246.082
1000 - Recursos Livres da União	41.091.342		41.091.342
1052 - Recursos Livres da UO	2.154.740		2.154.740
4 - Investimentos	1.750.000		1.750.000
1000 - Recursos Livres da União	1.750.000		1.750.000
5 - Inversões Financeiras	1.000		1.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000		1.000
42207 - Instituto Brasileiro de Museus	170.908.549	35.341.559	206.250.108
1 - Pessoal e Encargos Sociais	54.875.114	35.341.559	90.216.673
1000 - Recursos Livres da União	54.875.114		54.875.114
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.875.047	15.875.047

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		19.466.512	19.466.512
3 - Outras Despesas Correntes	111.033.435		111.033.435
1000 - Recursos Livres da União	109.030.332		109.030.332
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.003.103		2.003.103
4 - Investimentos	5.000.000		5.000.000
1000 - Recursos Livres da União	5.000.000		5.000.000
42902 - Fundo Nacional de Cultura	1.285.529.506		1.285.529.506
3 - Outras Despesas Correntes	26.337.540		26.337.540
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	26.337.540		26.337.540
4 - Investimentos	170.000		170.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	170.000		170.000
5 - Inversões Financeiras	700.000.000		700.000.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL	525.738.054		525.738.054
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	174.261.946		174.261.946
9 - Reserva de Contingência	559.021.966		559.021.966
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	78.465.834		78.465.834
1052 - Recursos Livres da UO	10.783		10.783
1121 - Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	463.238.678		463.238.678
1135 - Recursos do FISTEL destinados ao FSA	17.306.671		17.306.671
44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	3.588.416.831	1.002.065.782	4.590.482.613
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.374.075.532	1.001.744.114	2.375.819.646
1000 - Recursos Livres da União	1.267.231.210	26.000	1.267.257.210
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		578.903.436	578.903.436
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	106.844.322		106.844.322
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		422.814.678	422.814.678
3 - Outras Despesas Correntes	1.619.488.147	321.668	1.619.809.815
1000 - Recursos Livres da União	814.389.041	321.668	814.710.709
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	65.358.743		65.358.743
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	146.399.317		146.399.317
1052 - Recursos Livres da UO	217.938.440		217.938.440
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	16.398.532		16.398.532
1068 - FNDP - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	2.400.000		2.400.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	9.075.000		9.075.000
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	303.200.000		303.200.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	3.025.000		3.025.000
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	1.000.000		1.000.000
1096 - Doações Nacionais	40.304.074		40.304.074
4 - Investimentos	78.660.591		78.660.591
1000 - Recursos Livres da União	29.256.051		29.256.051
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.500.000		1.500.000
1052 - Recursos Livres da UO	18.564.540		18.564.540
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	8.925.000		8.925.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	2.975.000		2.975.000
1096 - Doações Nacionais	17.440.000		17.440.000
9 - Reserva de Contingência	516.192.561		516.192.561
1068 - FNDP - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	5.799.266		5.799.266
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	256.326.276		256.326.276
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	127.735.912		127.735.912
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo	117.044.047		117.044.047
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	9.287.060		9.287.060
44101 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta	604.011.593	23.355.422	627.367.015
1 - Pessoal e Encargos Sociais	173.702.802	23.355.422	197.058.224
1000 - Recursos Livres da União	173.702.802	13.000	173.715.802
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		23.342.422	23.342.422
3 - Outras Despesas Correntes	292.158.693		292.158.693
1000 - Recursos Livres da União	292.158.693		292.158.693
4 - Investimentos	21.106.051		21.106.051
1000 - Recursos Livres da União	21.106.051		21.106.051
9 - Reserva de Contingência	117.044.047		117.044.047
1078 - Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo	117.044.047		117.044.047
44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB	85.249.919	1.310.759	86.560.678
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.558.948	1.310.759	37.869.707
1000 - Recursos Livres da União	36.558.948	13.000	36.571.948
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.297.759	1.297.759
3 - Outras Despesas Correntes	35.457.165		35.457.165
1000 - Recursos Livres da União	20.613.075		20.613.075
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.960		17.960
1052 - Recursos Livres da UO	12.426.130		12.426.130
1068 - FNDP - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	2.400.000		2.400.000
4 - Investimentos	7.434.540		7.434.540
1000 - Recursos Livres da União	20.000		20.000
1052 - Recursos Livres da UO	7.414.540		7.414.540

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	5.799.266		5.799.266
1068 - FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	5.799.266		5.799.266
44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	1.559.302.380	794.216.447	2.353.518.827
1 - Pessoal e Encargos Sociais	699.272.549	793.894.779	1.493.167.328
1000 - Recursos Livres da União	592.428.227		592.428.227
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		558.218.330	558.218.330
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	106.844.322		106.844.322
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		235.676.449	235.676.449
3 - Outras Despesas Correntes	694.416.859	321.668	694.738.527
1000 - Recursos Livres da União	61.862.785	321.668	62.184.453
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	91.098.288		91.098.288
1052 - Recursos Livres da UO	196.951.712		196.951.712
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	303.200.000		303.200.000
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	1.000.000		1.000.000
1096 - Doações Nacionais	40.304.074		40.304.074
4 - Investimentos	28.590.000		28.590.000
1052 - Recursos Livres da UO	11.150.000		11.150.000
1096 - Doações Nacionais	17.440.000		17.440.000
9 - Reserva de Contingência	137.022.972		137.022.972
1070 - Controle e Fiscalização Ambiental	127.735.912		127.735.912
1092 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	9.287.060		9.287.060
44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	85.199.112	26.493.190	111.692.302
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.318.471	26.493.190	62.811.661
1000 - Recursos Livres da União	36.318.471		36.318.471
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.707.839	10.707.839
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		15.785.351	15.785.351
3 - Outras Despesas Correntes	47.150.641		47.150.641
1000 - Recursos Livres da União	25.519.774		25.519.774
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	21.630.867		21.630.867
4 - Investimentos	1.730.000		1.730.000
1000 - Recursos Livres da União	1.730.000		1.730.000
44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	974.327.551	156.689.964	1.131.017.515
1 - Pessoal e Encargos Sociais	428.222.762	156.689.964	584.912.726
1000 - Recursos Livres da União	428.222.762		428.222.762
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.977.267	9.977.267
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		146.712.697	146.712.697
3 - Outras Despesas Correntes	538.204.789		538.204.789
1000 - Recursos Livres da União	414.234.714		414.234.714
1038 - Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	65.358.743		65.358.743
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	33.652.202		33.652.202
1052 - Recursos Livres da UO	8.560.598		8.560.598
1067 - Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável	16.398.532		16.398.532
4 - Investimentos	7.900.000		7.900.000
1000 - Recursos Livres da União	6.400.000		6.400.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.500.000		1.500.000
44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	274.326.276		274.326.276
3 - Outras Despesas Correntes	9.075.000		9.075.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	9.075.000		9.075.000
4 - Investimentos	8.925.000		8.925.000
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	8.925.000		8.925.000
9 - Reserva de Contingência	256.326.276		256.326.276
1069 - Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos	256.326.276		256.326.276
44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	6.000.000		6.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	3.025.000		3.025.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	3.025.000		3.025.000
4 - Investimentos	2.975.000		2.975.000
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos	2.975.000		2.975.000
46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	3.276.198.028	760.065.891	4.036.263.919
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.824.842.227	566.924.831	2.391.767.058
1000 - Recursos Livres da União	1.824.842.227	10.000.000	1.834.842.227
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		543.658.210	543.658.210
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		13.266.621	13.266.621
3 - Outras Despesas Correntes	1.251.847.131	193.141.060	1.444.988.191
1000 - Recursos Livres da União	1.189.974.301	193.089.342	1.383.063.643
1017 - Montepio Civil		51.718	51.718
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União	60.868.000		60.868.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.004.830		1.004.830
4 - Investimentos	83.786.145		83.786.145
1000 - Recursos Livres da União	81.833.714		81.833.714
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP	1.860.000		1.860.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	92.431		92.431
9 - Reserva de Contingência	115.722.525		115.722.525
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração	10.636.712		10.636.712

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
Patrimonial Imobiliária da União - PROAP				
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		46.525.813		46.525.813
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		58.560.000		58.560.000
46101 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos- Administração Direta		3.083.559.607	746.799.270	3.830.358.877
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.764.449.687	553.658.210	2.318.107.897
1000 - Recursos Livres da União		1.764.449.687	10.000.000	1.774.449.687
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			543.658.210	543.658.210
3 - Outras Despesas Correntes		1.184.499.586	193.141.060	1.377.640.646
1000 - Recursos Livres da União		1.123.420.440	193.089.342	1.316.509.782
1017 - Montepio Civil			51.718	51.718
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		60.868.000		60.868.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		211.146		211.146
4 - Investimentos		77.447.809		77.447.809
1000 - Recursos Livres da União		75.495.378		75.495.378
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP		1.860.000		1.860.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		92.431		92.431
9 - Reserva de Contingência		57.162.525		57.162.525
1013 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP		10.636.712		10.636.712
1033 - PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União		46.525.813		46.525.813
46201 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública		148.824.679	13.252.500	162.077.179
1 - Pessoal e Encargos Sociais		47.200.853	13.252.500	60.453.353
1000 - Recursos Livres da União		47.200.853		47.200.853
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			13.252.500	13.252.500
3 - Outras Despesas Correntes		42.063.826		42.063.826
1000 - Recursos Livres da União		42.050.142		42.050.142
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		13.684		13.684
4 - Investimentos		1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União		1.000.000		1.000.000
9 - Reserva de Contingência		58.560.000		58.560.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		58.560.000		58.560.000
46203 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI		43.813.742	14.121	43.827.863
1 - Pessoal e Encargos Sociais		13.191.687	14.121	13.205.808
1000 - Recursos Livres da União		13.191.687		13.191.687
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			14.121	14.121
3 - Outras Despesas Correntes		25.283.719		25.283.719
1000 - Recursos Livres da União		24.503.719		24.503.719
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		780.000		780.000
4 - Investimentos		5.338.336		5.338.336
1000 - Recursos Livres da União		5.338.336		5.338.336
47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento		3.066.935.480	1.903.867.754	4.970.803.234
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.733.534.160	1.903.832.795	3.637.366.955
1000 - Recursos Livres da União		1.733.534.160		1.733.534.160
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			214.162.457	214.162.457
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			1.264.494.746	1.264.494.746
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			425.175.592	425.175.592
3 - Outras Despesas Correntes		1.174.915.090	34.959	1.174.950.049
1000 - Recursos Livres da União		1.167.880.496	34.959	1.167.915.455
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.177.624		1.177.624
1081 - Convênios		5.856.970		5.856.970
4 - Investimentos		158.486.230		158.486.230
1000 - Recursos Livres da União		158.444.752		158.444.752
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		41.478		41.478
47101 - Ministério do Planejamento e Orçamento - Administração Direta		413.224.842		413.224.842
1 - Pessoal e Encargos Sociais		323.691.947		323.691.947
1000 - Recursos Livres da União		323.691.947		323.691.947
3 - Outras Despesas Correntes		82.837.951		82.837.951
1000 - Recursos Livres da União		82.837.951		82.837.951
4 - Investimentos		6.694.944		6.694.944
1000 - Recursos Livres da União		6.694.944		6.694.944
47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada		234.933.769	273.519.223	508.452.992
1 - Pessoal e Encargos Sociais		168.185.248	273.519.223	441.704.471
1000 - Recursos Livres da União		168.185.248		168.185.248
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			214.162.457	214.162.457
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			59.356.766	59.356.766
3 - Outras Despesas Correntes		65.631.812		65.631.812
1000 - Recursos Livres da União		65.625.080		65.625.080
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		6.732		6.732
4 - Investimentos		1.116.709		1.116.709
1000 - Recursos Livres da União		1.116.709		1.116.709
47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		2.418.776.869	1.630.348.531	4.049.125.400
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.241.656.965	1.630.313.572	2.871.970.537
1000 - Recursos Livres da União		1.241.656.965		1.241.656.965
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			1.264.494.746	1.264.494.746
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			365.818.826	365.818.826
3 - Outras Despesas Correntes		1.026.445.327	34.959	1.026.480.286
1000 - Recursos Livres da União		1.019.417.465	34.959	1.019.452.424
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.170.892		1.170.892
1081 - Convênios		5.856.970		5.856.970
4 - Investimentos		150.674.577		150.674.577
1000 - Recursos Livres da União		150.633.099		150.633.099

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	41.478		41.478
49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	5.036.590.948	934.034.177	5.970.625.125
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.746.239.208	933.475.079	2.679.714.287
1000 - Recursos Livres da União	1.260.839.368	13.000	1.260.852.368
1052 - Recursos Livres da UO	485.399.840	743.529.146	1.228.928.986
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		189.932.933	189.932.933
3 - Outras Despesas Correntes	2.187.821.628	559.098	2.188.380.726
1000 - Recursos Livres da União	1.358.708.007	559.098	1.359.267.105
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	48.644.299		48.644.299
1052 - Recursos Livres da UO	563.724.062		563.724.062
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	164.524.876		164.524.876
1062 - Cobertura de Déficit nas Operações da PGPM	36.978.589		36.978.589
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	15.241.795		15.241.795
4 - Investimentos	146.125.274		146.125.274
1000 - Recursos Livres da União	107.078.670		107.078.670
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	39.046.604		39.046.604
5 - Inversões Financeiras	604.080.990		604.080.990
1000 - Recursos Livres da União	370.928.126		370.928.126
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	48.843.883		48.843.883
1052 - Recursos Livres da UO	169.513.587		169.513.587
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	14.795.394		14.795.394
9 - Reserva de Contingência	352.323.848		352.323.848
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas	334.371.072		334.371.072
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	17.952.776		17.952.776
49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta	1.427.245.145	27.121	1.427.272.266
1 - Pessoal e Encargos Sociais	50.931.291	27.121	50.958.412
1000 - Recursos Livres da União	50.931.291	13.000	50.944.291
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.121	14.121
3 - Outras Despesas Correntes	977.823.311		977.823.311
1000 - Recursos Livres da União	962.581.516		962.581.516
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	15.241.795		15.241.795
4 - Investimentos	64.119.471		64.119.471
1000 - Recursos Livres da União	64.119.471		64.119.471
9 - Reserva de Contingência	334.371.072		334.371.072
1026 - Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas	334.371.072		334.371.072
49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.799.670.200	933.937.405	2.733.607.605
1 - Pessoal e Encargos Sociais	580.637.157	933.447.958	1.514.085.115
1000 - Recursos Livres da União	95.237.317		95.237.317
1052 - Recursos Livres da UO	485.399.840	743.529.146	1.228.928.986
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		189.918.812	189.918.812
3 - Outras Despesas Correntes	583.677.720	489.447	584.167.167
1000 - Recursos Livres da União	17.912.344	489.447	18.401.791
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.041.314		2.041.314
1052 - Recursos Livres da UO	563.724.062		563.724.062
4 - Investimentos	31.274.333		31.274.333
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	31.274.333		31.274.333
5 - Inversões Financeiras	604.080.990		604.080.990
1000 - Recursos Livres da União	370.928.126		370.928.126
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	48.843.883		48.843.883
1052 - Recursos Livres da UO	169.513.587		169.513.587
1057 - Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social	14.795.394		14.795.394
49202 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.809.675.603	69.651	1.809.745.254
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.114.670.760		1.114.670.760
1000 - Recursos Livres da União	1.114.670.760		1.114.670.760
3 - Outras Despesas Correntes	626.320.597	69.651	626.390.248
1000 - Recursos Livres da União	378.214.147	69.651	378.283.798
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	46.602.985		46.602.985
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	164.524.876		164.524.876
1062 - Cobertura de Déficit nas Operações da PGPM	36.978.589		36.978.589
4 - Investimentos	50.731.470		50.731.470
1000 - Recursos Livres da União	42.959.199		42.959.199
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	7.772.271		7.772.271
9 - Reserva de Contingência	17.952.776		17.952.776
1060 - Política de Garantia de Preços Mínimos	17.952.776		17.952.776
51000 - Ministério do Esporte	1.147.786.384	6.048.130	1.153.834.514
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.053.260	6.048.130	45.101.390
1000 - Recursos Livres da União	39.053.260	13.000	39.066.260
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.726.861	1.726.861
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.308.269	4.308.269
3 - Outras Despesas Correntes	354.423.955		354.423.955
1000 - Recursos Livres da União	2.681.496		2.681.496
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	221.520.452		221.520.452
1052 - Recursos Livres da UO	130.222.007		130.222.007
4 - Investimentos	231.500.000		231.500.000
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	178.454.847		178.454.847
1052 - Recursos Livres da UO	53.045.153		53.045.153
9 - Reserva de Contingência	522.809.169		522.809.169

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1052 - Recursos Livres da UO	522.809.169		522.809.169
51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta	1.147.786.384	6.048.130	1.153.834.514
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.053.260	6.048.130	45.101.390
1000 - Recursos Livres da União	39.053.260	13.000	39.066.260
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.726.861	1.726.861
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.308.269	4.308.269
3 - Outras Despesas Correntes	354.423.955		354.423.955
1000 - Recursos Livres da União	2.681.496		2.681.496
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	221.520.452		221.520.452
1052 - Recursos Livres da UO	130.222.007		130.222.007
4 - Investimentos	231.500.000		231.500.000
1034 - Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal	178.454.847		178.454.847
1052 - Recursos Livres da UO	53.045.153		53.045.153
9 - Reserva de Contingência	522.809.169		522.809.169
1052 - Recursos Livres da UO	522.809.169		522.809.169
52000 - Ministério da Defesa	104.090.749.022	37.826.310.778	141.917.059.800
1 - Pessoal e Encargos Sociais	74.293.279.440	33.669.675.526	107.962.954.966
1000 - Recursos Livres da União	74.293.279.440	13.358.580	74.306.638.020
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.164.209.157	20.164.209.157
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		3.745.162.068	3.745.162.068
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		9.189.211.520	9.189.211.520
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		557.734.201	557.734.201
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.186.025.592		1.186.025.592
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	600.000		600.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.185.425.592		1.185.425.592
3 - Outras Despesas Correntes	15.888.619.942	4.149.635.252	20.038.255.194
1000 - Recursos Livres da União	11.749.237.194	1.044.907.968	12.794.145.162
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		2.738.250.030	2.738.250.030
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	5.643.533		5.643.533
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	33.792.604		33.792.604
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		19.522.915	19.522.915
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.876.921.414	346.954.339	2.223.875.753
1052 - Recursos Livres da UO	1.309.068.655		1.309.068.655
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	254.449.316		254.449.316
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	35.873.734		35.873.734
1081 - Convênios	5.000.000		5.000.000
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	17.044.252		17.044.252
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	298.265.282		298.265.282
1183 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	31.805.240		31.805.240
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	271.518.718		271.518.718
4 - Investimentos	7.946.878.702	7.000.000	7.953.878.702
1000 - Recursos Livres da União	3.263.214.701	7.000.000	3.270.214.701
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	27.402.917		27.402.917
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	238.492.300		238.492.300
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	32.578.112		32.578.112
1052 - Recursos Livres da UO	1.807.210.569		1.807.210.569
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	7.250.000		7.250.000
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.141.955.303		1.141.955.303
1081 - Convênios	102.500.000		102.500.000
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	127.841.007		127.841.007
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.198.433.793		1.198.433.793
5 - Inversões Financeiras	20.196.000		20.196.000
1000 - Recursos Livres da União	13.676.000		13.676.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.520.000		6.520.000
6 - Amortização da Dívida	3.248.035.232		3.248.035.232
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.000.000		18.000.000
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	3.230.035.232		3.230.035.232
9 - Reserva de Contingência	1.507.714.114		1.507.714.114
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	22.105.799		22.105.799
1052 - Recursos Livres da UO	1.485.608.315		1.485.608.315
52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1.963.624.083	21.134.843	1.984.758.926
1 - Pessoal e Encargos Sociais	482.079.731	21.109.039	503.188.770
1000 - Recursos Livres da União	482.079.731	13.000	482.092.731
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		10.596.626	10.596.626
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.499.413	10.499.413
3 - Outras Despesas Correntes	1.063.365.946	25.804	1.063.391.750
1000 - Recursos Livres da União	1.062.365.946	25.804	1.062.391.750
1081 - Convênios	1.000.000		1.000.000
4 - Investimentos	418.178.406		418.178.406
1000 - Recursos Livres da União	418.178.406		418.178.406
52111 - Comando da Aeronáutica	24.821.151.990	7.369.171.935	32.190.323.925
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.615.531.611	7.367.982.723	24.983.514.334
1000 - Recursos Livres da União	17.615.531.611	13.305.459	17.628.837.070
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.116.589.819	4.116.589.819
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.254.601.498	1.254.601.498
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		1.784.681.294	1.784.681.294
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		198.804.653	198.804.653

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
2 - Juros e Encargos da Dívida	897.966.777		897.966.777
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	897.966.777		897.966.777
3 - Outras Despesas Correntes	2.182.250.315	1.189.212	2.183.439.527
1000 - Recursos Livres da União	1.908.854.986	1.189.212	1.910.044.198
1052 - Recursos Livres da UO	1.876.611		1.876.611
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	271.518.718		271.518.718
4 - Investimentos	1.687.373.177		1.687.373.177
1000 - Recursos Livres da União	601.298.301		601.298.301
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	1.086.074.876		1.086.074.876
5 - Inversões Financeiras	13.676.000		13.676.000
1000 - Recursos Livres da União	13.676.000		13.676.000
6 - Amortização da Dívida	2.424.354.110		2.424.354.110
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	2.424.354.110		2.424.354.110
52121 - Comando do Exército	42.077.118.143	17.351.995.009	59.429.113.152
1 - Pessoal e Encargos Sociais	35.207.487.859	17.351.600.854	52.559.088.713
1000 - Recursos Livres da União	35.207.487.859	13.000	35.207.500.859
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.806.270.057	10.806.270.057
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.297.640.819	1.297.640.819
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		5.082.998.981	5.082.998.981
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		164.677.997	164.677.997
3 - Outras Despesas Correntes	5.091.896.314	394.155	5.092.290.469
1000 - Recursos Livres da União	5.055.465.178	394.155	5.055.859.333
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.625.896		4.625.896
1183 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)	31.805.240		31.805.240
4 - Investimentos	1.777.733.970		1.777.733.970
1000 - Recursos Livres da União	1.675.233.970		1.675.233.970
1081 - Convênios	102.500.000		102.500.000
52131 - Comando da Marinha	25.607.974.580	8.727.485.132	34.335.459.712
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.341.201.877	8.725.514.591	29.066.716.468
1000 - Recursos Livres da União	20.341.201.877	13.000	20.341.214.877
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.096.340.627	5.096.340.627
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.166.474.764	1.166.474.764
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		2.321.531.245	2.321.531.245
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		141.154.955	141.154.955
2 - Juros e Encargos da Dívida	287.458.815		287.458.815
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	287.458.815		287.458.815
3 - Outras Despesas Correntes	2.606.025.515	1.970.541	2.607.996.056
1000 - Recursos Livres da União	2.570.151.781	1.970.541	2.572.122.322
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	35.873.734		35.873.734
4 - Investimentos	1.567.607.251		1.567.607.251
1000 - Recursos Livres da União	313.293.031		313.293.031
1077 - Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo	1.141.955.303		1.141.955.303
1449 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços	112.358.917		112.358.917
6 - Amortização da Dívida	805.681.122		805.681.122
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	805.681.122		805.681.122
52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	56.483.268		56.483.268
3 - Outras Despesas Correntes	10.168.295		10.168.295
1000 - Recursos Livres da União	10.168.295		10.168.295
4 - Investimentos	46.314.973		46.314.973
1000 - Recursos Livres da União	46.314.973		46.314.973
52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	4.186.525	97.806	4.284.331
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.730.655	97.806	1.828.461
1000 - Recursos Livres da União	1.730.655		1.730.655
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		97.806	97.806
3 - Outras Despesas Correntes	2.325.870		2.325.870
1000 - Recursos Livres da União	155.870		155.870
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.170.000		2.170.000
4 - Investimentos	130.000		130.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	80.000		80.000
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	50.000		50.000
52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	422.990.644	3.157.672	426.148.316
1 - Pessoal e Encargos Sociais	179.364.744		179.364.744
1000 - Recursos Livres da União	179.364.744		179.364.744
3 - Outras Despesas Correntes	183.033.849	3.157.672	186.191.521
1000 - Recursos Livres da União	73.940.899	3.157.672	77.098.571
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	109.092.950		109.092.950
4 - Investimentos	60.592.051		60.592.051
1000 - Recursos Livres da União	19.130.000		19.130.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	41.339.771		41.339.771
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	122.280		122.280
52222 - Fundação Osório	25.266.587	10.058.241	35.324.828
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.774.575	10.058.241	26.832.816
1000 - Recursos Livres da União	16.774.575		16.774.575
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		5.367.364	5.367.364
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		4.690.877	4.690.877
3 - Outras Despesas Correntes	8.292.012		8.292.012
1000 - Recursos Livres da União	7.844.178		7.844.178
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	447.834		447.834
4 - Investimentos	200.000		200.000
1000 - Recursos Livres da União	200.000		200.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	45.489.664	2.710.178	48.199.842
1 - Pessoal e Encargos Sociais	219.604	2.710.178	2.929.782
1000 - Recursos Livres da União	219.604		219.604
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		2.652.665	2.652.665
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		57.513	57.513
2 - Juros e Encargos da Dívida	600.000		600.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	600.000		600.000
3 - Outras Despesas Correntes	4.339.059		4.339.059
1000 - Recursos Livres da União	144.369		144.369
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.194.690		4.194.690
4 - Investimentos	15.987		15.987
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	15.987		15.987
5 - Inversões Financeiras	3.000.000		3.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.000.000		3.000.000
6 - Amortização da Dívida	18.000.000		18.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.000.000		18.000.000
9 - Reserva de Contingência	19.315.014		19.315.014
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	19.315.014		19.315.014
52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	502.711.486		502.711.486
1 - Pessoal e Encargos Sociais	448.888.784		448.888.784
1000 - Recursos Livres da União	448.888.784		448.888.784
3 - Outras Despesas Correntes	53.672.702		53.672.702
1000 - Recursos Livres da União	49.672.702		49.672.702
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.000.000		4.000.000
4 - Investimentos	150.000		150.000
1000 - Recursos Livres da União	150.000		150.000
52901 - Fundo do Ministério da Defesa	3.824.078		3.824.078
3 - Outras Despesas Correntes	2.300.000		2.300.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.300.000		2.300.000
9 - Reserva de Contingência	1.524.078		1.524.078
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.524.078		1.524.078
52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	90.000	335.698.148	335.788.148
1 - Pessoal e Encargos Sociais		190.602.094	190.602.094
1000 - Recursos Livres da União		14.121	14.121
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		145.008.654	145.008.654
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		7.730.526	7.730.526
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		37.848.793	37.848.793
3 - Outras Despesas Correntes	90.000	138.096.054	138.186.054
1000 - Recursos Livres da União	90.000	118.573.139	118.663.139
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		19.522.915	19.522.915
4 - Investimentos		7.000.000	7.000.000
1000 - Recursos Livres da União		7.000.000	7.000.000
52903 - Fundo do Serviço Militar	22.056.599		22.056.599
3 - Outras Despesas Correntes	6.713.915		6.713.915
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	280.000		280.000
1052 - Recursos Livres da UO	6.433.915		6.433.915
4 - Investimentos	3.300.000		3.300.000
1052 - Recursos Livres da UO	3.300.000		3.300.000
9 - Reserva de Contingência	12.042.684		12.042.684
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.266.707		1.266.707
1052 - Recursos Livres da UO	10.775.977		10.775.977
52911 - Fundo Aeronáutico	6.053.210.690	378.939.356	6.432.150.046
3 - Outras Despesas Correntes	2.979.317.855	378.939.356	3.358.257.211
1000 - Recursos Livres da União	532.938.585		532.938.585
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		378.939.356	378.939.356
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.165.418.271		1.165.418.271
1052 - Recursos Livres da UO	1.280.960.999		1.280.960.999
4 - Investimentos	1.848.689.952		1.848.689.952
1000 - Recursos Livres da União	14.316.852		14.316.852
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	18.521.375		18.521.375
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	11.941.156		11.941.156
1052 - Recursos Livres da UO	1.803.910.569		1.803.910.569
5 - Inversões Financeiras	3.520.000		3.520.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.520.000		3.520.000
9 - Reserva de Contingência	1.221.682.883		1.221.682.883
1052 - Recursos Livres da UO	1.221.682.883		1.221.682.883
52921 - Fundo do Exército	394.450.000	3.043.066.032	3.437.516.032
3 - Outras Despesas Correntes	224.577.382	3.043.066.032	3.267.643.414
1000 - Recursos Livres da União	47.608.905	919.597.445	967.206.350
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		1.776.514.248	1.776.514.248
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	33.792.604		33.792.604
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	143.175.873	346.954.339	490.130.212
4 - Investimentos	169.872.618		169.872.618
1000 - Recursos Livres da União	32.769.913		32.769.913
1021 - Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército	27.402.917		27.402.917
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	100.043.964		100.043.964
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	9.655.824		9.655.824
52931 - Fundo Naval	1.742.237.257	582.796.426	2.325.033.683
3 - Outras Despesas Correntes	1.375.516.940	582.796.426	1.958.313.366
1000 - Recursos Livres da União	429.835.500		429.835.500
1005 - Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas		582.796.426	582.796.426

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1009 - Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário	5.643.533		5.643.533
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	366.142.915		366.142.915
1052 - Recursos Livres da UO	136.142		136.142
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	254.449.316		254.449.316
1081 - Convênios	4.000.000		4.000.000
1090 - Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO	17.044.252		17.044.252
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	298.265.282		298.265.282
4 - Investimentos	366.720.317		366.720.317
1000 - Recursos Livres da União	142.329.255		142.329.255
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	78.491.203		78.491.203
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.808.852		10.808.852
1063 - Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre	7.250.000		7.250.000
1115 - Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros	127.841.007		127.841.007
52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	347.883.428		347.883.428
3 - Outras Despesas Correntes	94.733.973		94.733.973
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	75.072.985		75.072.985
1052 - Recursos Livres da UO	19.660.988		19.660.988
9 - Reserva de Contingência	253.149.455		253.149.455
1052 - Recursos Livres da UO	253.149.455		253.149.455
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	5.402.945.659	710.998.390	6.113.944.049
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.113.770.069	710.990.495	1.824.760.564
1000 - Recursos Livres da União	1.113.770.069	13.000	1.113.783.069
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		261.749.618	261.749.618
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		362.981.556	362.981.556
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		86.246.321	86.246.321
3 - Outras Despesas Correntes	1.839.432.630	7.895	1.839.440.525
1000 - Recursos Livres da União	1.400.505.327	7.895	1.400.513.222
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	135.380.290		135.380.290
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	114.110.206		114.110.206
1052 - Recursos Livres da UO	37.844.232		37.844.232
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	692.464		692.464
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	150.900.111		150.900.111
4 - Investimentos	2.319.644.708		2.319.644.708
1000 - Recursos Livres da União	2.272.005.094		2.272.005.094
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	13.639.967		13.639.967
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	17.159.471		17.159.471
1052 - Recursos Livres da UO	1.450.000		1.450.000
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	15.390.176		15.390.176
9 - Reserva de Contingência	130.098.252		130.098.252
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	83.256.171		83.256.171
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	46.153.430		46.153.430
1182 - Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)	688.651		688.651
53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	3.264.392.356	10.943.414	3.275.335.770
1 - Pessoal e Encargos Sociais	115.052.002	10.943.414	125.995.416
1000 - Recursos Livres da União	115.052.002	13.000	115.065.002
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.930.414	10.930.414
3 - Outras Despesas Correntes	1.241.605.606		1.241.605.606
1000 - Recursos Livres da União	1.175.091.694		1.175.091.694
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	39.768.739		39.768.739
1052 - Recursos Livres da UO	26.052.709		26.052.709
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	692.464		692.464
4 - Investimentos	1.823.789.926		1.823.789.926
1000 - Recursos Livres da União	1.823.789.926		1.823.789.926
9 - Reserva de Contingência	83.944.822		83.944.822
1066 - Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	83.256.171		83.256.171
1182 - Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)	688.651		688.651
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	1.058.382.700		1.058.382.700
1 - Pessoal e Encargos Sociais	688.867.689		688.867.689
1000 - Recursos Livres da União	688.867.689		688.867.689
3 - Outras Despesas Correntes	159.458.716		159.458.716
1000 - Recursos Livres da União	109.031.544		109.031.544
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	50.427.172		50.427.172
4 - Investimentos	210.056.295		210.056.295
1000 - Recursos Livres da União	192.560.189		192.560.189
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	5.719.474		5.719.474
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	11.776.632		11.776.632
53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	57.957.063	12.579.612	70.536.675
1 - Pessoal e Encargos Sociais	28.040.817	12.579.612	40.620.429
1000 - Recursos Livres da União	28.040.817		28.040.817
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.127.743	1.127.743
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.451.869	11.451.869

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	19.166.246		19.166.246
1000 - Recursos Livres da União	7.094.058		7.094.058
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.200.000		4.200.000
1052 - Recursos Livres da UO	7.872.188		7.872.188
4 - Investimentos	10.750.000		10.750.000
1000 - Recursos Livres da União	2.355.593		2.355.593
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	6.944.407		6.944.407
1052 - Recursos Livres da UO	1.450.000		1.450.000
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	68.865.987	10.599.596	79.465.583
1 - Pessoal e Encargos Sociais	35.927.891	10.599.596	46.527.487
1000 - Recursos Livres da União	35.927.891		35.927.891
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		10.599.596	10.599.596
3 - Outras Despesas Correntes	31.576.096		31.576.096
1000 - Recursos Livres da União	14.012.908		14.012.908
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.563.188		17.563.188
4 - Investimentos	1.362.000		1.362.000
1000 - Recursos Livres da União	1.250.000		1.250.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	112.000		112.000
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	377.154.072	667.691.945	1.044.846.017
1 - Pessoal e Encargos Sociais	73.984.666	667.684.050	741.668.716
1000 - Recursos Livres da União	73.984.666		73.984.666
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		261.749.618	261.749.618
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		361.853.813	361.853.813
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		44.080.619	44.080.619
3 - Outras Despesas Correntes	49.450.395	7.895	49.458.290
1000 - Recursos Livres da União	47.299.288	7.895	47.307.183
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	2.151.107		2.151.107
4 - Investimentos	253.719.011		253.719.011
1000 - Recursos Livres da União	248.336.172		248.336.172
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	5.382.839		5.382.839
53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	47.620.159	14.121	47.634.280
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.383.833	14.121	14.397.954
1000 - Recursos Livres da União	14.383.833		14.383.833
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.121	14.121
3 - Outras Despesas Correntes	28.659.026		28.659.026
1000 - Recursos Livres da União	25.563.160		25.563.160
1052 - Recursos Livres da UO	3.095.866		3.095.866
4 - Investimentos	4.577.300		4.577.300
1000 - Recursos Livres da União	3.713.214		3.713.214
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	864.086		864.086
53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA(*)	528.573.322	9.169.702	537.743.024
1 - Pessoal e Encargos Sociais	157.513.171	9.169.702	166.682.873
1000 - Recursos Livres da União	157.513.171		157.513.171
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		9.169.702	9.169.702
3 - Outras Despesas Correntes	309.516.545		309.516.545
1000 - Recursos Livres da União	22.412.675		22.412.675
1016 - Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União	135.380.290		135.380.290
1052 - Recursos Livres da UO	823.469		823.469
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	150.900.111		150.900.111
4 - Investimentos	15.390.176		15.390.176
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	15.390.176		15.390.176
9 - Reserva de Contingência	46.153.430		46.153.430
1071 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	46.153.430		46.153.430
54000 - Ministério do Turismo	1.578.685.034	24.888.699	1.603.573.733
1 - Pessoal e Encargos Sociais	48.672.247	24.888.699	73.560.946
1000 - Recursos Livres da União	48.672.247	13.000	48.685.247
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		13.771.725	13.771.725
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.103.974	11.103.974
3 - Outras Despesas Correntes	275.549.228		275.549.228
1000 - Recursos Livres da União	5.220.494		5.220.494
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	14.202		14.202
1052 - Recursos Livres da UO	181.160.635		181.160.635
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	89.153.897		89.153.897
4 - Investimentos	86.000.000		86.000.000
1052 - Recursos Livres da UO	6.000.000		6.000.000
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	80.000.000		80.000.000
9 - Reserva de Contingência	1.168.463.559		1.168.463.559
1052 - Recursos Livres da UO	525.277.928		525.277.928
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.	643.185.631		643.185.631
54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta	1.578.665.034	24.888.699	1.603.553.733
1 - Pessoal e Encargos Sociais	48.672.247	24.888.699	73.560.946
1000 - Recursos Livres da União	48.672.247	13.000	48.685.247
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		13.771.725	13.771.725
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		11.103.974	11.103.974
3 - Outras Despesas Correntes	275.529.228		275.529.228

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		5.200.494		5.200.494
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		14.202		14.202
1052 - Recursos Livres da UO		181.160.635		181.160.635
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.		89.153.897		89.153.897
4 - Investimentos		86.000.000		86.000.000
1052 - Recursos Livres da UO		6.000.000		6.000.000
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.		80.000.000		80.000.000
9 - Reserva de Contingência		1.168.463.559		1.168.463.559
1052 - Recursos Livres da UO		525.277.928		525.277.928
1140 - Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.		643.185.631		643.185.631
54901 - Fundo Geral do Turismo		20.000		20.000
3 - Outras Despesas Correntes		20.000		20.000
1000 - Recursos Livres da União		20.000		20.000
55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome			300.998.493.942	300.998.493.942
1 - Pessoal e Encargos Sociais			105.643.830	105.643.830
1000 - Recursos Livres da União			18.677	18.677
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			102.398.712	102.398.712
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			3.226.441	3.226.441
3 - Outras Despesas Correntes			300.505.554.212	300.505.554.212
1000 - Recursos Livres da União			21.659.483.793	21.659.483.793
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			12.016.861.451	12.016.861.451
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			196.800.148.647	196.800.148.647
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			260.321	260.321
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre			28.800.000	28.800.000
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública			70.000.000.000	70.000.000.000
4 - Investimentos			387.295.900	387.295.900
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			387.295.900	387.295.900
55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta			167.335.502.707	167.335.502.707
1 - Pessoal e Encargos Sociais			105.643.830	105.643.830
1000 - Recursos Livres da União			18.677	18.677
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			102.398.712	102.398.712
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			3.226.441	3.226.441
3 - Outras Despesas Correntes			166.842.562.977	166.842.562.977
1000 - Recursos Livres da União			21.659.483.793	21.659.483.793
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			9.561.415.998	9.561.415.998
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			95.618.204.030	95.618.204.030
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			259.156	259.156
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre			3.200.000	3.200.000
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública			40.000.000.000	40.000.000.000
4 - Investimentos			387.295.900	387.295.900
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			387.295.900	387.295.900
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social			133.662.991.235	133.662.991.235
3 - Outras Despesas Correntes			133.662.991.235	133.662.991.235
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social			2.455.445.453	2.455.445.453
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social			101.181.944.617	101.181.944.617
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social			1.165	1.165
1132 - Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre			25.600.000	25.600.000
9444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública			30.000.000.000	30.000.000.000
56000 - Ministério das Cidades		13.884.851.047	24.979.665	13.909.830.712
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.428.539.066	471.454	1.429.010.520
1000 - Recursos Livres da União		1.428.539.066	13.000	1.428.552.066
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			458.454	458.454
3 - Outras Despesas Correntes		2.817.633.743	24.508.211	2.842.141.954
1000 - Recursos Livres da União		2.680.212.539	24.508.211	2.704.720.750
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		137.421.204		137.421.204
4 - Investimentos		4.050.867.067		4.050.867.067
1000 - Recursos Livres da União		4.035.816.892		4.035.816.892
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		13.351.882		13.351.882
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social		1.698.293		1.698.293
5 - Inversões Financeiras		5.587.811.171		5.587.811.171
1000 - Recursos Livres da União		5.587.811.171		5.587.811.171
56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta		10.692.694.204	471.454	10.693.165.658
1 - Pessoal e Encargos Sociais		72.123.022	471.454	72.594.476
1000 - Recursos Livres da União		72.123.022	13.000	72.136.022
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União			458.454	458.454
3 - Outras Despesas Correntes		2.334.999.619		2.334.999.619
1000 - Recursos Livres da União		2.334.999.619		2.334.999.619
4 - Investimentos		2.697.760.392		2.697.760.392
1000 - Recursos Livres da União		2.697.760.392		2.697.760.392
5 - Inversões Financeiras		5.587.811.171		5.587.811.171
1000 - Recursos Livres da União		5.587.811.171		5.587.811.171
56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB		379.915.082	128.311	380.043.393

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/OU	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	179.792.327		179.792.327
1000 - Recursos Livres da União	179.792.327		179.792.327
3 - Outras Despesas Correntes	170.122.755	128.311	170.251.066
1000 - Recursos Livres da União	64.831.601	128.311	64.959.912
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	105.291.154		105.291.154
4 - Investimentos	30.000.000		30.000.000
1000 - Recursos Livres da União	20.000.000		20.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	10.000.000		10.000.000
56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	1.501.741.761	24.379.900	1.526.121.661
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.176.623.717		1.176.623.717
1000 - Recursos Livres da União	1.176.623.717		1.176.623.717
3 - Outras Despesas Correntes	308.511.369	24.379.900	332.891.269
1000 - Recursos Livres da União	276.381.319	24.379.900	300.761.219
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	32.130.050		32.130.050
4 - Investimentos	16.606.675		16.606.675
1000 - Recursos Livres da União	16.606.675		16.606.675
56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	1.310.500.000		1.310.500.000
3 - Outras Despesas Correntes	4.000.000		4.000.000
1000 - Recursos Livres da União	4.000.000		4.000.000
4 - Investimentos	1.306.500.000		1.306.500.000
1000 - Recursos Livres da União	1.301.449.825		1.301.449.825
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.351.882		3.351.882
1085 - Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social	1.698.293		1.698.293
58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	261.346.425	992.197	262.338.622
1 - Pessoal e Encargos Sociais	42.476.754	992.197	43.468.951
1000 - Recursos Livres da União	42.476.754	13.000	42.489.754
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		979.197	979.197
3 - Outras Despesas Correntes	198.369.671		198.369.671
1000 - Recursos Livres da União	183.526.191		183.526.191
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	27.933		27.933
1052 - Recursos Livres da UO	14.815.547		14.815.547
4 - Investimentos	20.500.000		20.500.000
1000 - Recursos Livres da União	20.500.000		20.500.000
58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração Direta	261.346.425	992.197	262.338.622
1 - Pessoal e Encargos Sociais	42.476.754	992.197	43.468.951
1000 - Recursos Livres da União	42.476.754	13.000	42.489.754
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		979.197	979.197
3 - Outras Despesas Correntes	198.369.671		198.369.671
1000 - Recursos Livres da União	183.526.191		183.526.191
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	27.933		27.933
1052 - Recursos Livres da UO	14.815.547		14.815.547
4 - Investimentos	20.500.000		20.500.000
1000 - Recursos Livres da União	20.500.000		20.500.000
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	14.898.058	27.121	14.925.179
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.565.380	27.121	9.592.501
1000 - Recursos Livres da União	9.565.380	13.000	9.578.380
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.121	14.121
3 - Outras Despesas Correntes	5.232.198		5.232.198
1000 - Recursos Livres da União	5.232.198		5.232.198
4 - Investimentos	100.480		100.480
1000 - Recursos Livres da União	100.480		100.480
60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República	14.898.058	27.121	14.925.179
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.565.380	27.121	9.592.501
1000 - Recursos Livres da União	9.565.380	13.000	9.578.380
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		14.121	14.121
3 - Outras Despesas Correntes	5.232.198		5.232.198
1000 - Recursos Livres da União	5.232.198		5.232.198
4 - Investimentos	100.480		100.480
1000 - Recursos Livres da União	100.480		100.480
63000 - Advocacia-Geral da União	3.994.476.765	1.148.549.034	5.143.025.799
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.279.375.021	1.148.549.034	4.427.924.055
1000 - Recursos Livres da União	3.279.375.021	13.000	3.279.388.021
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		395.934.146	395.934.146
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		752.601.888	752.601.888
3 - Outras Despesas Correntes	712.628.173		712.628.173
1000 - Recursos Livres da União	712.628.173		712.628.173
4 - Investimentos	2.473.571		2.473.571
1000 - Recursos Livres da União	2.473.571		2.473.571
63101 - Advocacia-Geral da União	3.994.476.765	1.148.549.034	5.143.025.799
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.279.375.021	1.148.549.034	4.427.924.055
1000 - Recursos Livres da União	3.279.375.021	13.000	3.279.388.021
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		395.934.146	395.934.146
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		752.601.888	752.601.888
3 - Outras Despesas Correntes	712.628.173		712.628.173
1000 - Recursos Livres da União	712.628.173		712.628.173
4 - Investimentos	2.473.571		2.473.571
1000 - Recursos Livres da União	2.473.571		2.473.571
65000 - Ministério das Mulheres	255.180.756	13.000	255.193.756
1 - Pessoal e Encargos Sociais	23.912.109	13.000	23.925.109
1000 - Recursos Livres da União	23.912.109	13.000	23.925.109

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	169.296.593		169.296.593
1000 - Recursos Livres da União	169.296.593		169.296.593
4 - Investimentos	61.972.054		61.972.054
1000 - Recursos Livres da União	61.972.054		61.972.054
65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta	255.180.756	13.000	255.193.756
1 - Pessoal e Encargos Sociais	23.912.109	13.000	23.925.109
1000 - Recursos Livres da União	23.912.109	13.000	23.925.109
3 - Outras Despesas Correntes	169.296.593		169.296.593
1000 - Recursos Livres da União	169.296.593		169.296.593
4 - Investimentos	61.972.054		61.972.054
1000 - Recursos Livres da União	61.972.054		61.972.054
67000 - Ministério da Igualdade Racial	192.848.955	13.000	192.861.955
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.665.586	13.000	20.678.586
1000 - Recursos Livres da União	20.665.586	13.000	20.678.586
3 - Outras Despesas Correntes	152.683.369		152.683.369
1000 - Recursos Livres da União	152.683.369		152.683.369
4 - Investimentos	19.500.000		19.500.000
1000 - Recursos Livres da União	19.500.000		19.500.000
67101 - Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta	192.848.955	13.000	192.861.955
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.665.586	13.000	20.678.586
1000 - Recursos Livres da União	20.665.586	13.000	20.678.586
3 - Outras Despesas Correntes	152.683.369		152.683.369
1000 - Recursos Livres da União	152.683.369		152.683.369
4 - Investimentos	19.500.000		19.500.000
1000 - Recursos Livres da União	19.500.000		19.500.000
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	3.896.056.601	53.177.002	3.949.233.603
1 - Pessoal e Encargos Sociais	702.167.099	53.177.002	755.344.101
1000 - Recursos Livres da União	595.158.773		595.158.773
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	99.529.856		99.529.856
1052 - Recursos Livres da UO	7.478.470		7.478.470
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		53.177.002	53.177.002
3 - Outras Despesas Correntes	592.690.820		592.690.820
1000 - Recursos Livres da União	391.484.600		391.484.600
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	148.290.425		148.290.425
1052 - Recursos Livres da UO	41.320.079		41.320.079
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	10.000.000		10.000.000
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	1.595.716		1.595.716
4 - Investimentos	737.113.457		737.113.457
1000 - Recursos Livres da União	457.905.870		457.905.870
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	206.740.374		206.740.374
1052 - Recursos Livres da UO	72.467.213		72.467.213
5 - Inversões Financeiras	1.660.059.668		1.660.059.668
1000 - Recursos Livres da União	95.009.000		95.009.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	250.339.024		250.339.024
1052 - Recursos Livres da UO	1.314.711.644		1.314.711.644
9 - Reserva de Contingência	204.025.557		204.025.557
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	17.029.414		17.029.414
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	186.996.143		186.996.143
68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta	947.302.873		947.302.873
1 - Pessoal e Encargos Sociais	55.937.078		55.937.078
1000 - Recursos Livres da União	55.937.078		55.937.078
3 - Outras Despesas Correntes	338.450.925		338.450.925
1000 - Recursos Livres da União	338.450.925		338.450.925
4 - Investimentos	457.905.870		457.905.870
1000 - Recursos Livres da União	457.905.870		457.905.870
5 - Inversões Financeiras	95.009.000		95.009.000
1000 - Recursos Livres da União	95.009.000		95.009.000
68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	200.970.182	15.395.455	216.365.637
1 - Pessoal e Encargos Sociais	135.045.789	15.395.455	150.441.244
1000 - Recursos Livres da União	135.045.789		135.045.789
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		15.395.455	15.395.455
3 - Outras Despesas Correntes	64.024.393		64.024.393
1000 - Recursos Livres da União	31.304.614		31.304.614
1052 - Recursos Livres da UO	32.719.779		32.719.779
4 - Investimentos	1.900.000		1.900.000
1052 - Recursos Livres da UO	1.900.000		1.900.000
68213 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	850.842.855	37.781.547	888.624.402
1 - Pessoal e Encargos Sociais	511.184.232	37.781.547	548.965.779
1000 - Recursos Livres da União	404.175.906		404.175.906
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	99.529.856		99.529.856
1052 - Recursos Livres da UO	7.478.470		7.478.470
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		37.781.547	37.781.547
3 - Outras Despesas Correntes	126.494.353		126.494.353
1000 - Recursos Livres da União	21.729.061		21.729.061
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	85.169.576		85.169.576
1052 - Recursos Livres da UO	8.000.000		8.000.000
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	10.000.000		10.000.000
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	1.595.716		1.595.716
4 - Investimentos	9.138.713		9.138.713
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.138.713		9.138.713
9 - Reserva de Contingência	204.025.557		204.025.557

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1088 - Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional	17.029.414		17.029.414
1089 - Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico	186.996.143		186.996.143
68901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM	1.481.793		1.481.793
3 - Outras Despesas Correntes	1.481.793		1.481.793
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.481.793		1.481.793
68902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	1.895.458.898		1.895.458.898
3 - Outras Despesas Correntes	62.239.356		62.239.356
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	61.639.056		61.639.056
1052 - Recursos Livres da UO	600.300		600.300
4 - Investimentos	268.168.874		268.168.874
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	197.601.661		197.601.661
1052 - Recursos Livres da UO	70.567.213		70.567.213
5 - Inversões Financeiras	1.565.050.668		1.565.050.668
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	250.339.024		250.339.024
1052 - Recursos Livres da UO	1.314.711.644		1.314.711.644
69000 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	213.223.998	13.000	213.236.998
1 - Pessoal e Encargos Sociais	21.030.314	13.000	21.043.314
1000 - Recursos Livres da União	21.030.314	13.000	21.043.314
3 - Outras Despesas Correntes	168.693.684		168.693.684
1000 - Recursos Livres da União	168.693.684		168.693.684
4 - Investimentos	23.500.000		23.500.000
1000 - Recursos Livres da União	23.500.000		23.500.000
69101 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta	213.223.998	13.000	213.236.998
1 - Pessoal e Encargos Sociais	21.030.314	13.000	21.043.314
1000 - Recursos Livres da União	21.030.314	13.000	21.043.314
3 - Outras Despesas Correntes	168.693.684		168.693.684
1000 - Recursos Livres da União	168.693.684		168.693.684
4 - Investimentos	23.500.000		23.500.000
1000 - Recursos Livres da União	23.500.000		23.500.000
81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	381.652.339	19.955.862	401.608.201
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.025.906	13.000	39.038.906
1000 - Recursos Livres da União	39.025.906		39.025.906
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	326.670.438	15.942.862	342.613.300
1000 - Recursos Livres da União	326.670.438	5.271.710	331.942.148
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		421.089	421.089
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		6.390.848	6.390.848
1096 - Doações Nacionais		2.444.929	2.444.929
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		1.414.286	1.414.286
4 - Investimentos	15.955.995	4.000.000	19.955.995
1000 - Recursos Livres da União	15.955.995		15.955.995
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		4.000.000	4.000.000
81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta	381.652.339	91.572	381.743.911
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.025.906	13.000	39.038.906
1000 - Recursos Livres da União	39.025.906		39.025.906
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	326.670.438	78.572	326.749.010
1000 - Recursos Livres da União	326.670.438	78.572	326.749.010
4 - Investimentos	15.955.995		15.955.995
1000 - Recursos Livres da União	15.955.995		15.955.995
81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA		16.532.082	16.532.082
3 - Outras Despesas Correntes		12.532.082	12.532.082
1000 - Recursos Livres da União		5.159.504	5.159.504
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social		421.089	421.089
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		5.537.203	5.537.203
1122 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal		1.414.286	1.414.286
4 - Investimentos		4.000.000	4.000.000
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		4.000.000	4.000.000
81902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI		3.332.208	3.332.208
3 - Outras Despesas Correntes		3.332.208	3.332.208
1000 - Recursos Livres da União		33.634	33.634
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social		853.645	853.645
1096 - Doações Nacionais		2.444.929	2.444.929
83000 - Banco Central do Brasil	2.547.990.156	2.415.007.791	4.962.997.947
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.749.237.027	2.414.630.620	4.163.867.647
1000 - Recursos Livres da União	1.541.023.195		1.541.023.195
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		2.045.689.013	2.045.689.013
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	174.109.592		174.109.592
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		368.941.607	368.941.607
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil	34.104.240		34.104.240
3 - Outras Despesas Correntes	653.453.129	377.171	653.830.300
1000 - Recursos Livres da União	353.323.857	377.171	353.701.028
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	300.129.272		300.129.272
4 - Investimentos	145.300.000		145.300.000
1000 - Recursos Livres da União	9.400.000		9.400.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	135.900.000		135.900.000
83201 - Banco Central do Brasil - BACEN	2.547.990.156	2.415.007.791	4.962.997.947
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.749.237.027	2.414.630.620	4.163.867.647

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1000 - Recursos Livres da União	1.541.023.195		1.541.023.195
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		2.045.689.013	2.045.689.013
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	174.109.592		174.109.592
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		368.941.607	368.941.607
1131 - Recursos Livres do Banco Central do Brasil	34.104.240		34.104.240
3 - Outras Despesas Correntes	653.453.129	377.171	653.830.300
1000 - Recursos Livres da União	353.323.857	377.171	353.701.028
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	300.129.272		300.129.272
4 - Investimentos	145.300.000		145.300.000
1000 - Recursos Livres da União	9.400.000		9.400.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	135.900.000		135.900.000
84000 - Ministério dos Povos Indígenas	1.068.183.656	284.352.064	1.352.535.720
1 - Pessoal e Encargos Sociais	337.584.350	284.112.166	621.696.516
1000 - Recursos Livres da União	337.584.350		337.584.350
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		217.239.049	217.239.049
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		66.873.117	66.873.117
3 - Outras Despesas Correntes	668.839.443		669.079.341
1000 - Recursos Livres da União	668.087.762	239.898	668.327.660
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	751.681		751.681
4 - Investimentos	58.059.863		58.059.863
1000 - Recursos Livres da União	58.059.863		58.059.863
5 - Inversões Financeiras	3.700.000		3.700.000
1000 - Recursos Livres da União	3.700.000		3.700.000
84101 - Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta	223.147.911		223.147.911
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.993.780		17.993.780
1000 - Recursos Livres da União	17.993.780		17.993.780
3 - Outras Despesas Correntes	195.474.818		195.474.818
1000 - Recursos Livres da União	195.474.818		195.474.818
4 - Investimentos	9.679.313		9.679.313
1000 - Recursos Livres da União	9.679.313		9.679.313
84201 - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	845.035.745	284.352.064	1.129.387.809
1 - Pessoal e Encargos Sociais	319.590.570	284.112.166	603.702.736
1000 - Recursos Livres da União	319.590.570		319.590.570
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		217.239.049	217.239.049
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		66.873.117	66.873.117
3 - Outras Despesas Correntes	473.364.625	239.898	473.604.523
1000 - Recursos Livres da União	472.612.944	239.898	472.852.842
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	751.681		751.681
4 - Investimentos	48.380.550		48.380.550
1000 - Recursos Livres da União	48.380.550		48.380.550
5 - Inversões Financeiras	3.700.000		3.700.000
1000 - Recursos Livres da União	3.700.000		3.700.000
OUTROS ENCARGOS	3.767.552.143.663	31.065.928.380	3.798.618.072.043
1 - Pessoal e Encargos Sociais	45.810.712.786	29.863.491.344	75.674.204.130
1000 - Recursos Livres da União	43.107.060.417	119.957.019	43.227.017.436
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.628.384.386	6.628.384.386
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		20.386.167.515	20.386.167.515
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		181.303.764	181.303.764
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		608.650.089	608.650.089
1032 - FUNDAF - RFB	2.703.652.369		2.703.652.369
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado		268.716.387	268.716.387
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.405.454.978	1.405.454.978
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal		264.857.206	264.857.206
2 - Juros e Encargos da Dívida	642.753.771.458		642.753.771.458
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	642.753.771.458		642.753.771.458
3 - Outras Despesas Correntes	672.744.835.995	1.176.299.178	673.921.135.173
1000 - Recursos Livres da União	78.048.063.318	1.129.837.474	79.177.900.792
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		20.735.692	20.735.692
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	726.060.000		726.060.000
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	11.863.919		11.863.919
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		25.726.012	25.726.012
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	260.734.151.495		260.734.151.495
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	219.834.676.753		219.834.676.753
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.752.484.186		9.752.484.186
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.904.524.652		3.904.524.652
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.078.330.253		1.078.330.253
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	24.562.149.477		24.562.149.477
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	27.382.982		27.382.982
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	23.426.473		23.426.473
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	2.282.330.976		2.282.330.976
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu	1.492.208.679		1.492.208.679
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios	6.613.109.821		6.613.109.821
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros	57.237.846.933		57.237.846.933

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios				
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF		205.315.952		205.315.952
1287 - Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		3.569.592		3.569.592
1289 - Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal		31.805.240		31.805.240
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		1.380.000.000		1.380.000.000
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios		2.469.450.000		2.469.450.000
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal		2.082.085.294		2.082.085.294
9203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação		244.000.000		244.000.000
4 - Investimentos		480.000.000	22.637.858	502.637.858
1000 - Recursos Livres da União		480.000.000	22.637.858	502.637.858
5 - Inversões Financeiras		184.595.416.259	3.500.000	184.598.916.259
1000 - Recursos Livres da União		38.092.852.075		38.092.852.075
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			3.500.000	3.500.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL		460.000.000		460.000.000
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST		173.067.935		173.067.935
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		8.181.183.557		8.181.183.557
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		13.779.855		13.779.855
1052 - Recursos Livres da UO		17.158.266.124		17.158.266.124
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito		967.953.057		967.953.057
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos		169.566.071		169.566.071
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras		3.626.164.516		3.626.164.516
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		462.106.266		462.106.266
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.078.247.953		1.078.247.953
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		462.106.266		462.106.266
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.078.247.953		1.078.247.953
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		3.323.811.966		3.323.811.966
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		616.141.687		616.141.687
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		59.332.988		59.332.988
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		220.980.897		220.980.897
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		24.678.287		24.678.287
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		2.011.517		2.011.517
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		388.077.033		388.077.033
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		386.346.246		386.346.246
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		53.727.126		53.727.126
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		27.940.380		27.940.380
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		3.154.515		3.154.515
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional		7.594.003		7.594.003
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		601.508.233		601.508.233
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		28.012		28.012
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES		433.928.524		433.928.524
1145 - Aplicações para os recursos de Petróleo de que trata o Art. 46-D da Lei nº 12.351/2010 - Despesas de Capital		31.000.000.000		31.000.000.000
1147 - Destinações do Fundo Social – FS		20.964.569.057		20.964.569.057
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte		6.134.921.210		6.134.921.210
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		6.134.921.210		6.134.921.210
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		9.202.381.819		9.202.381.819
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido		9.202.381.819		9.202.381.819
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		21.000.000.000		21.000.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		2.592.914.572		2.592.914.572
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte		58.104.706		58.104.706
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		58.104.706		58.104.706
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		87.157.059		87.157.059
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		87.157.059		87.157.059

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V

Recursos de Todas as Fontes

Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
<i>Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido</i>			
6 - Amortização da Dívida	2.217.263.381.189		2.217.263.381.189
1000 - Recursos Livres da União	299.473.783.920		299.473.783.920
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	41.027.915.349		41.027.915.349
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal	46.538.884.675		46.538.884.675
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.819.742.132.245		1.819.742.132.245
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	10.480.665.000		10.480.665.000
9 - Reserva de Contingência	3.904.025.976		3.904.025.976
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.395.198.721		3.395.198.721
1052 - Recursos Livres da UO	217.645.381		217.645.381
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	291.181.874		291.181.874
71000 - Encargos Financeiros da União	131.956.649.060	189.957.019	132.146.606.079
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.018.322.666	119.957.019	22.138.279.685
1000 - Recursos Livres da União	22.018.322.666	119.957.019	22.138.279.685
3 - Outras Despesas Correntes	49.739.164.613	70.000.000	49.809.164.613
1000 - Recursos Livres da União	49.022.164.613	70.000.000	49.092.164.613
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	717.000.000		717.000.000
5 - Inversões Financeiras	56.295.135.805		56.295.135.805
1000 - Recursos Livres da União	31.620.433.028		31.620.433.028
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.710.133.720		3.710.133.720
1147 - Destinações do Fundo Social - FS	20.964.569.057		20.964.569.057
9 - Reserva de Contingência	3.904.025.976		3.904.025.976
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.395.198.721		3.395.198.721
1052 - Recursos Livres da UO	217.645.381		217.645.381
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	291.181.874		291.181.874
71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	24.922.083.722		24.922.083.722
3 - Outras Despesas Correntes	7.026.033.786		7.026.033.786
1000 - Recursos Livres da União	7.026.033.786		7.026.033.786
5 - Inversões Financeiras	17.604.868.062		17.604.868.062
1000 - Recursos Livres da União	17.604.868.062		17.604.868.062
9 - Reserva de Contingência	291.181.874		291.181.874
1074 - Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A	291.181.874		291.181.874
71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento	14.539.144.535	189.957.019	14.729.101.554
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.720.256.361	119.957.019	9.840.213.380
1000 - Recursos Livres da União	9.720.256.361	119.957.019	9.840.213.380
3 - Outras Despesas Correntes	4.083.194.686	70.000.000	4.153.194.686
1000 - Recursos Livres da União	4.083.194.686	70.000.000	4.153.194.686
5 - Inversões Financeiras	735.693.488		735.693.488
1000 - Recursos Livres da União	735.693.488		735.693.488
71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais	51.267.411.989		51.267.411.989
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.298.066.305		12.298.066.305
1000 - Recursos Livres da União	12.298.066.305		12.298.066.305
3 - Outras Despesas Correntes	35.689.474.206		35.689.474.206
1000 - Recursos Livres da União	35.689.474.206		35.689.474.206
5 - Inversões Financeiras	3.279.871.478		3.279.871.478
1000 - Recursos Livres da União	3.279.871.478		3.279.871.478
71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	1.209.604.129		1.209.604.129
3 - Outras Despesas Correntes	1.209.604.129		1.209.604.129
1000 - Recursos Livres da União	1.209.604.129		1.209.604.129
71903 - Fundo Social - FS	24.674.703.777		24.674.703.777
3 - Outras Despesas Correntes	1.000		1.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000		1.000
5 - Inversões Financeiras	24.674.702.777		24.674.702.777
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.710.133.720		3.710.133.720
1147 - Destinações do Fundo Social - FS	20.964.569.057		20.964.569.057
71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	53.122.441		53.122.441
3 - Outras Despesas Correntes	17.000.000		17.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	17.000.000		17.000.000
9 - Reserva de Contingência	36.122.441		36.122.441
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	26.043.888		26.043.888
1052 - Recursos Livres da UO	10.078.553		10.078.553
71905 - Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	14.276.721.661		14.276.721.661
3 - Outras Despesas Correntes	700.000.000		700.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	700.000.000		700.000.000
5 - Inversões Financeiras	10.000.000.000		10.000.000.000
1000 - Recursos Livres da União	10.000.000.000		10.000.000.000
9 - Reserva de Contingência	3.576.721.661		3.576.721.661
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	3.369.154.833		3.369.154.833
1052 - Recursos Livres da UO	207.566.828		207.566.828
71906 - Fundo Especial de Financiamento de Campanhas	1.013.856.806		1.013.856.806
3 - Outras Despesas Correntes	1.013.856.806		1.013.856.806
1000 - Recursos Livres da União	1.013.856.806		1.013.856.806
72000 - Encargos Previdenciários da União	3.026.320.805	19.594.790.647	22.621.111.452
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.004.475.885	19.442.527.365	22.447.003.250
1000 - Recursos Livres da União	300.823.516		300.823.516
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		99.371.883	99.371.883

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		19.200.474.209	19.200.474.209
1032 - FUNDAF - RFB	2.703.652.369		2.703.652.369
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		142.681.273	142.681.273
3 - Outras Despesas Correntes	21.844.920	152.263.282	174.108.202
1000 - Recursos Livres da União	21.844.920	152.263.282	174.108.202
72140 - Recursos Sob Supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego	299.796.395		299.796.395
1 - Pessoal e Encargos Sociais	299.796.395		299.796.395
1000 - Recursos Livres da União	299.796.395		299.796.395
72146 - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	21.872.041	19.256.561.660	19.278.433.701
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.121	19.112.262.999	19.112.290.120
1000 - Recursos Livres da União	27.121		27.121
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		49.500.000	49.500.000
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		18.920.106.841	18.920.106.841
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		142.656.158	142.656.158
3 - Outras Despesas Correntes	21.844.920	144.298.661	166.143.581
1000 - Recursos Livres da União	21.844.920	144.298.661	166.143.581
72152 - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Defesa	1.000.000		1.000.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.000.000		1.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.000.000		1.000.000
72225 - Recursos Sob Supervisão da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	2.703.652.369		2.703.652.369
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.703.652.369		2.703.652.369
1032 - FUNDAF - RFB	2.703.652.369		2.703.652.369
72233 - Recursos Sob Supervisão do Instituto Nacional do Seguro Social		338.228.987	338.228.987
1 - Pessoal e Encargos Sociais		330.264.366	330.264.366
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		49.871.883	49.871.883
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		280.367.368	280.367.368
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		25.115	25.115
3 - Outras Despesas Correntes		7.964.621	7.964.621
1000 - Recursos Livres da União		7.964.621	7.964.621
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	623.959.171.458	11.277.680.714	635.236.852.172
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.787.914.235	10.301.006.960	31.088.921.195
1000 - Recursos Livres da União	20.787.914.235		20.787.914.235
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.529.012.503	6.529.012.503
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.185.693.306	1.185.693.306
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		181.303.764	181.303.764
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		608.650.089	608.650.089
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado		268.716.387	268.716.387
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.262.773.705	1.262.773.705
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal		264.857.206	264.857.206
3 - Outras Despesas Correntes	602.691.257.223	954.035.896	603.645.293.119
1000 - Recursos Livres da União	10.112.408.465	907.574.192	11.019.982.657
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		20.735.692	20.735.692
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		25.726.012	25.726.012
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	260.734.151.495		260.734.151.495
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	219.834.676.753		219.834.676.753
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.752.484.186		9.752.484.186
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.904.524.652		3.904.524.652
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.078.330.253		1.078.330.253
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	24.562.149.477		24.562.149.477
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	27.382.982		27.382.982
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	23.426.473		23.426.473
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	2.282.330.976		2.282.330.976
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu	1.492.208.679		1.492.208.679
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios	6.613.109.821		6.613.109.821
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios	57.237.846.933		57.237.846.933
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	205.315.952		205.315.952
1287 - Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	3.569.592		3.569.592
1289 - Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	31.805.240		31.805.240
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	2.469.450.000		2.469.450.000
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.082.085.294		2.082.085.294
9203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	244.000.000		244.000.000
4 - Investimentos	480.000.000	22.637.858	502.637.858
1000 - Recursos Livres da União	480.000.000	22.637.858	502.637.858
73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	4.000.000.000		4.000.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	4.000.000.000		4.000.000.000
1000 - Recursos Livres da União	4.000.000.000		4.000.000.000
73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	24.562.149.477		24.562.149.477
3 - Outras Despesas Correntes	24.562.149.477		24.562.149.477
1213 - Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação	24.562.149.477		24.562.149.477

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

RS 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes	
Poder/Órgão/UO	Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte			
73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	500.127.085.615		500.127.085.615
3 - Outras Despesas Correntes	500.127.085.615		500.127.085.615
1201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	260.734.151.495		260.734.151.495
1202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	219.834.676.753		219.834.676.753
1203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	9.752.484.186		9.752.484.186
1206 - Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios	3.904.524.652		3.904.524.652
1211 - Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF	1.078.330.253		1.078.330.253
1219 - Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios	27.382.982		27.382.982
9201 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios	2.469.450.000		2.469.450.000
9202 - Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	2.082.085.294		2.082.085.294
9203 - Transferência Constitucional do IPI Exportação	244.000.000		244.000.000
73109 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Esporte	31.805.240		31.805.240
3 - Outras Despesas Correntes	31.805.240		31.805.240
1289 - Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal	31.805.240		31.805.240
73111 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	23.426.473		23.426.473
3 - Outras Despesas Correntes	23.426.473		23.426.473
1229 - Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios	23.426.473		23.426.473
73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	5.042.789.543	3.619.864.046	8.662.653.589
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.444.408.745	3.619.864.046	8.064.272.791
1000 - Recursos Livres da União	4.444.408.745		4.444.408.745
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		990.093.271	990.093.271
1002 - Atividades-fim da Seguridade Social		1.185.693.306	1.185.693.306
1023 - Pensões Militares da União e dos Ex-territórios		181.303.764	181.303.764
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União		1.262.773.705	1.262.773.705
3 - Outras Despesas Correntes	598.380.798		598.380.798
1000 - Recursos Livres da União	389.495.254		389.495.254
1286 - Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF	205.315.952		205.315.952
1287 - Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	3.569.592		3.569.592
73116 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	57.529.876.711		57.529.876.711
3 - Outras Despesas Correntes	57.529.876.711		57.529.876.711
1000 - Recursos Livres da União	292.029.778		292.029.778
1242 - Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios	57.237.846.933		57.237.846.933
73118 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	3.774.539.655		3.774.539.655
3 - Outras Despesas Correntes	3.774.539.655		3.774.539.655
1234 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas	2.282.330.976		2.282.330.976
1235 - Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu	1.492.208.679		1.492.208.679
73119 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Mineração - ANM	6.613.109.821		6.613.109.821
3 - Outras Despesas Correntes	6.613.109.821		6.613.109.821
1241 - Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios	6.613.109.821		6.613.109.821
73120 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	1.500.000.000		1.500.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.200.000.000		1.200.000.000
1000 - Recursos Livres da União	1.200.000.000		1.200.000.000
4 - Investimentos	300.000.000		300.000.000
1000 - Recursos Livres da União	300.000.000		300.000.000
73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	20.754.388.923	7.657.816.668	28.412.205.591
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.343.505.490	6.681.142.914	23.024.648.404
1000 - Recursos Livres da União	16.343.505.490		16.343.505.490
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.538.919.232	5.538.919.232
1024 - Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF		608.650.089	608.650.089
1055 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado		268.716.387	268.716.387
1125 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal		264.857.206	264.857.206
3 - Outras Despesas Correntes	4.230.883.433	954.035.896	5.184.919.329
1000 - Recursos Livres da União	4.230.883.433	907.574.192	5.138.457.625
1006 - Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		20.735.692	20.735.692
1126 - Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes		25.726.012	25.726.012
4 - Investimentos	180.000.000	22.637.858	202.637.858
1000 - Recursos Livres da União	180.000.000	22.637.858	202.637.858
74000 - Operações Oficiais de Crédito	148.641.849.693	3.500.000	148.645.349.693
2 - Juros e Encargos da Dívida	32.000.000		32.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	32.000.000		32.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	20.292.569.239		20.292.569.239
1000 - Recursos Livres da União	18.891.645.320		18.891.645.320
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	9.060.000		9.060.000
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional	11.863.919		11.863.919
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	1.380.000.000		1.380.000.000
5 - Inversões Financeiras	128.300.280.454	3.500.000	128.303.780.454

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1000 - Recursos Livres da União		6.472.419.047		6.472.419.047
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			3.500.000	3.500.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL		460.000.000		460.000.000
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST		173.067.935		173.067.935
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		4.471.049.837		4.471.049.837
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		13.779.855		13.779.855
1052 - Recursos Livres da UO		17.158.266.124		17.158.266.124
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito		967.953.057		967.953.057
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos		169.566.071		169.566.071
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras		3.626.164.516		3.626.164.516
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		462.106.266		462.106.266
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.078.247.953		1.078.247.953
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		462.106.266		462.106.266
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.078.247.953		1.078.247.953
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		3.323.811.966		3.323.811.966
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		616.141.687		616.141.687
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		59.332.988		59.332.988
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		220.980.897		220.980.897
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		24.678.287		24.678.287
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		2.011.517		2.011.517
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		388.077.033		388.077.033
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		386.346.246		386.346.246
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		53.727.126		53.727.126
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		27.940.380		27.940.380
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		3.154.515		3.154.515
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional		7.594.003		7.594.003
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		601.508.233		601.508.233
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		28.012		28.012
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES		433.928.524		433.928.524
1145 - Aplicações para os recursos de Petróleo de que trata o Art. 46-D da Lei nº 12.351/2010 - Despesas de Capital		31.000.000.000		31.000.000.000
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte		6.134.921.210		6.134.921.210
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		6.134.921.210		6.134.921.210
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		9.202.381.819		9.202.381.819
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido		9.202.381.819		9.202.381.819
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		21.000.000.000		21.000.000.000
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		2.592.914.572		2.592.914.572
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte		58.104.706		58.104.706
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		58.104.706		58.104.706
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		87.157.059		87.157.059
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido		87.157.059		87.157.059
6 - Amortização da Dívida		17.000.000		17.000.000
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal		17.000.000		17.000.000
74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda		22.643.145.320		22.643.145.320
2 - Juros e Encargos da Dívida		32.000.000		32.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		32.000.000		32.000.000
3 - Outras Despesas Correntes		19.894.145.320		19.894.145.320
1000 - Recursos Livres da União		18.514.145.320		18.514.145.320
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		1.380.000.000		1.380.000.000
5 - Inversões Financeiras		2.700.000.000		2.700.000.000
1000 - Recursos Livres da União		1.732.046.943		1.732.046.943
1061 - Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito		967.953.057		967.953.057
6 - Amortização da Dívida		17.000.000		17.000.000

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal		17.000.000		17.000.000
74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda		800.000.000		800.000.000
5 - Inversões Financeiras		800.000.000		800.000.000
1000 - Recursos Livres da União		800.000.000		800.000.000
74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - M. Fazenda		1.311.755		1.311.755
5 - Inversões Financeiras		1.311.755		1.311.755
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.311.755		1.311.755
74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS			3.500.000	3.500.000
5 - Inversões Financeiras			3.500.000	3.500.000
1003 - Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social			3.500.000	3.500.000
74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MDA		717.839.430		717.839.430
5 - Inversões Financeiras		717.839.430		717.839.430
1000 - Recursos Livres da União		700.000.000		700.000.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		17.839.430		17.839.430
74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM		227.279.633		227.279.633
3 - Outras Despesas Correntes		1.080.000		1.080.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		1.080.000		1.080.000
5 - Inversões Financeiras		226.199.633		226.199.633
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		212.419.778		212.419.778
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital		13.779.855		13.779.855
74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica		16.944.812		16.944.812
5 - Inversões Financeiras		16.944.812		16.944.812
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		16.944.812		16.944.812
74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - M. Agric. e Pec.		7.368.712.499		7.368.712.499
5 - Inversões Financeiras		7.368.712.499		7.368.712.499
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		350.481.752		350.481.752
1052 - Recursos Livres da UO		7.018.230.747		7.018.230.747
74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação		8.663.188.625		8.663.188.625
3 - Outras Despesas Correntes		377.500.000		377.500.000
1000 - Recursos Livres da União		377.500.000		377.500.000
5 - Inversões Financeiras		8.285.688.625		8.285.688.625
1000 - Recursos Livres da União		3.050.638.243		3.050.638.243
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		216.333.444		216.333.444
1052 - Recursos Livres da UO		4.584.788.414		4.584.788.414
1124 - Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES		433.928.524		433.928.524
74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - M. de Portos e Aeroportos		9.266.918.558		9.266.918.558
5 - Inversões Financeiras		9.266.918.558		9.266.918.558
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		2.401.337.774		2.401.337.774
1052 - Recursos Livres da UO		3.239.416.268		3.239.416.268
1091 - Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras		3.626.164.516		3.626.164.516
74905 - Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic./FUNTEL-M.Comunicações		369.103.921		369.103.921
5 - Inversões Financeiras		369.103.921		369.103.921
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		44.326		44.326
1052 - Recursos Livres da UO		369.059.595		369.059.595
74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA		326.083.308		326.083.308
5 - Inversões Financeiras		326.083.308		326.083.308
1000 - Recursos Livres da União		181.621.261		181.621.261
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		126.779.384		126.779.384
1052 - Recursos Livres da UO		17.682.663		17.682.663
74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo		826.435.095		826.435.095
5 - Inversões Financeiras		826.435.095		826.435.095
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		170.478.692		170.478.692
1052 - Recursos Livres da UO		655.956.403		655.956.403
74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol. e Inov.		8.788.447.325		8.788.447.325
5 - Inversões Financeiras		8.788.447.325		8.788.447.325
1097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		462.106.266		462.106.266
1098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.078.247.953		1.078.247.953
1099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		462.106.266		462.106.266
1100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		1.078.247.953		1.078.247.953
1101 - CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		3.323.811.966		3.323.811.966
1102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras		616.141.687		616.141.687
1103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		59.332.988		59.332.988
1104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		220.980.897		220.980.897
1105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas		24.678.287		24.678.287

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
Administrativas/Operacionais e Ações Transversais				
1106 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		2.011.517		2.011.517
1107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		388.077.033		388.077.033
1108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		386.346.246		386.346.246
1109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		53.727.126		53.727.126
1110 - CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		27.940.380		27.940.380
1112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		3.154.515		3.154.515
1118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais		601.508.233		601.508.233
1119 - Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais		28.012		28.012
74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura		467.980.000		467.980.000
3 - Outras Despesas Correntes		7.980.000		7.980.000
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		7.980.000		7.980.000
5 - Inversões Financeiras		460.000.000		460.000.000
1029 - Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL		460.000.000		460.000.000
74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - MDR		6.193.025.916		6.193.025.916
5 - Inversões Financeiras		6.193.025.916		6.193.025.916
1207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte		6.134.921.210		6.134.921.210
9207 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte		58.104.706		58.104.706
74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - MDR		6.193.025.916		6.193.025.916
5 - Inversões Financeiras		6.193.025.916		6.193.025.916
1208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		6.134.921.210		6.134.921.210
9208 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste		58.104.706		58.104.706
74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - MDR		18.579.077.756		18.579.077.756
5 - Inversões Financeiras		18.579.077.756		18.579.077.756
1209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		9.202.381.819		9.202.381.819
1210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido		9.202.381.819		9.202.381.819
9209 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste		87.157.059		87.157.059
9210 - Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido		87.157.059		87.157.059
74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - MMA		42.479.183.881		42.479.183.881
5 - Inversões Financeiras		42.479.183.881		42.479.183.881
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		309.617.810		309.617.810
1072 - Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos		169.566.071		169.566.071
1145 - Aplicações para os recursos de Petróleo de que trata o Art. 46-D da Lei nº 12.351/2010 - Despesas de Capital		31.000.000.000		31.000.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		11.000.000.000		11.000.000.000
74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - MDR		1.269.070.666		1.269.070.666
5 - Inversões Financeiras		1.269.070.666		1.269.070.666
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		326.638.430		326.638.430
1052 - Recursos Livres da UO		472.051.644		472.051.644
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional		7.188.604		7.188.604
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		463.191.988		463.191.988
74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR		1.133.932.378		1.133.932.378
3 - Outras Despesas Correntes		11.663.919		11.663.919
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional		11.663.919		11.663.919
5 - Inversões Financeiras		1.122.268.459		1.122.268.459
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		206.114.080		206.114.080
1052 - Recursos Livres da UO		334.902.395		334.902.395
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		581.251.984		581.251.984
74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - MDR		590.881.871		590.881.871
3 - Outras Despesas Correntes		200.000		200.000
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional		200.000		200.000
5 - Inversões Financeiras		590.681.871		590.681.871
1050 - Recursos Próprios Livres da UO		114.708.370		114.708.370
1052 - Recursos Livres da UO		27.937.502		27.937.502
1114 - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional		405.399		405.399
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		447.630.600		447.630.600
74920 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST – M. Comunicações		1.720.261.028		1.720.261.028
5 - Inversões Financeiras		1.720.261.028		1.720.261.028
1000 - Recursos Livres da União		8.112.600		8.112.600

Quadro 5 - Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso V		Recursos de Todas as Fontes		
Poder/Órgão/UO		Fiscal	Seguridade Social	Total
GND/Fonte				
1044 - Recursos do FISTEL destinados ao FUST		173.067.935		173.067.935
1052 - Recursos Livres da UO		438.240.493		438.240.493
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		1.100.840.000		1.100.840.000
74921 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS)/PR		10.000.000.000		10.000.000.000
5 - Inversões Financeiras		10.000.000.000		10.000.000.000
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		10.000.000.000		10.000.000.000
75000 - Dívida Pública Federal		2.859.968.152.647		2.859.968.152.647
2 - Juros e Encargos da Dívida		642.721.771.458		642.721.771.458
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		642.721.771.458		642.721.771.458
6 - Amortização da Dívida		2.217.246.381.189		2.217.246.381.189
1000 - Recursos Livres da União		299.473.783.920		299.473.783.920
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal		41.027.915.349		41.027.915.349
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal		46.538.884.675		46.538.884.675
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal		1.819.725.132.245		1.819.725.132.245
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		10.480.665.000		10.480.665.000
75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda		2.859.968.152.647		2.859.968.152.647
2 - Juros e Encargos da Dívida		642.721.771.458		642.721.771.458
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública		642.721.771.458		642.721.771.458
6 - Amortização da Dívida		2.217.246.381.189		2.217.246.381.189
1000 - Recursos Livres da União		299.473.783.920		299.473.783.920
1400 - Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal		41.027.915.349		41.027.915.349
1401 - Amortização da Dívida Pública Federal		46.538.884.675		46.538.884.675
1443 - Refinanciamento da Dívida Pública Federal		1.819.725.132.245		1.819.725.132.245
1448 - Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda		10.480.665.000		10.480.665.000
RESERVA DE CONTINGENCIA		33.553.094.498		33.553.094.498
9 - Reserva de Contingência		33.553.094.498		33.553.094.498
1000 - Recursos Livres da União		23.675.430.908		23.675.430.908
1076 - Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF		9.858.708.842		9.858.708.842
1141 - Recursos Destinados conforme Decisões ou Acordos, Judiciais ou Extrajudiciais		18.954.748		18.954.748
90000 - Reserva de Contingência		33.553.094.498		33.553.094.498
9 - Reserva de Contingência		33.553.094.498		33.553.094.498
1000 - Recursos Livres da União		23.675.430.908		23.675.430.908
1076 - Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF		9.858.708.842		9.858.708.842
1141 - Recursos Destinados conforme Decisões ou Acordos, Judiciais ou Extrajudiciais		18.954.748		18.954.748
Total		4.358.224.601.085	1.973.931.355.227	6.332.155.956.312

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado ao Ministério das Comunicações.

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Quadro 6A -Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função	Fiscal	Seguridade Social	Total
01 LEGISLATIVA	12.195.671.756	352.388.253	12.548.060.009
02 JUDICIÁRIA	55.514.555.153	13.000	55.514.568.153
03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	14.347.830.613		14.347.830.613
04 ADMINISTRAÇÃO	37.987.856.502	120.862.356	38.108.718.858
05 DEFESA NACIONAL	99.240.414.145	4.294.906.522	103.535.320.667
06 SEGURANÇA PÚBLICA	18.948.086.181		18.948.086.181
07 RELAÇÕES EXTERIORES	5.148.869.171		5.148.869.171
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.613.959	292.214.571.413	292.230.185.372
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.201.991.102.214	1.201.991.102.214
10 SAÚDE		222.194.996.402	222.194.996.402
11 TRABALHO	25.601.079.490	97.868.902.544	123.469.982.034
12 EDUCAÇÃO	188.685.612.898	23.083.679.211	211.769.292.109
13 CULTURA	2.859.746.733		2.859.746.733
14 DIREITOS DA CIDADANIA	2.259.269.325	114.809.160	2.374.078.485
15 URBANISMO	2.789.225.421		2.789.225.421
16 HABITAÇÃO	1.306.500.000		1.306.500.000
17 SANEAMENTO	1.389.290.103		1.389.290.103
18 GESTÃO AMBIENTAL	48.596.859.687		48.596.859.687
19 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	21.897.660.074		21.897.660.074
20 AGRICULTURA	35.154.282.856		35.154.282.856
21 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.254.155.394		5.254.155.394
22 INDÚSTRIA	2.778.881.200		2.778.881.200
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.112.774.071		5.112.774.071
24 COMUNICAÇÕES	3.648.323.604		3.648.323.604
25 ENERGIA	1.747.765.024		1.747.765.024
26 TRANSPORTE	17.525.528.493		17.525.528.493
27 DESPORTO E LAZER	619.658.574		619.658.574
28 ENCARGOS ESPECIAIS	3.672.039.717.136	110.994.772.987	3.783.034.490.123
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.559.373.522	20.700.351.165	96.259.724.687
Total	4.358.224.601.085	1.973.931.355.227	6.332.155.956.312

Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
031 AÇÃO LEGISLATIVA	2.329.305.715		2.329.305.715
032 CONTROLE EXTERNO	1.038.873.057		1.038.873.057
061 AÇÃO JUDICIÁRIA	5.235.392.536		5.235.392.536
062 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	1.054.080.115		1.054.080.115
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	726.432.621	200.000	726.632.621
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.367.910.561	63.930.000	1.431.840.561
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	198.524.815.489	30.833.780.112	229.358.595.601
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	156.800.000		156.800.000
124 CONTROLE INTERNO	155.103.249	2.930.000	158.033.249
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.569.505.409	64.659.204	2.634.164.613
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.469.898.091	1.891.716.992	5.361.615.083
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	943.811.345		943.811.345
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	251.788.520	3.872.242.380	4.124.030.900
129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	267.964.315		267.964.315
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	11.150.659		11.150.659
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.248.792.572	390.495.914	1.639.288.486
151 DEFESA AÉREA	6.836.793.240		6.836.793.240
152 DEFESA NAVAL	1.809.259.522		1.809.259.522
153 DEFESA TERRESTRE	3.010.691.308		3.010.691.308
181 POLICIAMENTO	3.248.260.152		3.248.260.152
182 DEFESA CIVIL	1.019.000.000		1.019.000.000
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	110.512.463		110.512.463
211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	1.299.629.793		1.299.629.793
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	85.454.335		85.454.335
241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	6.706.542	54.598.446.665	54.605.153.207
242 ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	15.613.959	67.806.373.330	67.821.987.289
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	44.258.167	349.788.784	394.046.951
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	588.267.942	6.468.166.680	7.056.434.622
245 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS		2.129.503.030	2.129.503.030
246 SEGURANÇA DE RENDA		158.632.791.717	158.632.791.717
271 PREVIDÊNCIA BÁSICA		1.079.878.921.480	1.079.878.921.480
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		113.714.651.660	113.714.651.660
274 PREVIDÊNCIA ESPECIAL		141.206	141.206
301 ATENÇÃO BÁSICA		45.721.538.688	45.721.538.688
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		107.091.162.608	107.091.162.608
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		32.443.715.000	32.443.715.000
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA		378.581.060	378.581.060
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		15.827.410.875	15.827.410.875
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		6.507.512.890	6.507.512.890
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	27.510.345.020	105.189.719.520	132.700.064.540
333 EMPREGABILIDADE	10.200.000	124.187.685	134.387.685
334 FOMENTO AO TRABALHO	23.023.331.039	30.533.493	23.053.864.532
362 ENSINO MÉDIO	12.000.000.000		12.000.000.000
363 ENSINO PROFISSIONAL	20.320.130.075		20.320.130.075

Quadro 6A -Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Subfunção	Fiscal	Seguridade Social	Total
364 ENSINO SUPERIOR	48.191.597.428	30.221.094	48.221.818.522
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.387.397.334		1.387.397.334
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	126.224.388		126.224.388
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	49.980.221		49.980.221
368 EDUCAÇÃO BÁSICA	8.982.666.947		8.982.666.947
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	285.798.081	16.000.000	301.798.081
392 DIFUSÃO CULTURAL	961.229.496		961.229.496
421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	467.575.205		467.575.205
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.028.619.110	144.311.187	1.172.930.297
423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	622.944.280	1.446.089.732	2.069.034.012
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	264.114.555		264.114.555
452 SERVIÇOS URBANOS	22.345.190		22.345.190
453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.102.756.964		1.102.756.964
482 HABITAÇÃO URBANA	1.632.255.382		1.632.255.382
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL	54.100.000	815.312.210	869.412.210
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.337.580.235	200.400.000	1.537.980.235
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	43.163.223.197	12.500.000	43.175.723.197
542 CONTROLE AMBIENTAL	170.557.502		170.557.502
543 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	15.205.166		15.205.166
544 RECURSOS HÍDRICOS	2.746.059.123		2.746.059.123
545 METEOROLOGIA	25.000.000		25.000.000
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.652.958.372	1.596.333.453	5.249.291.825
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	18.469.816.098	891.468.458	19.361.284.556
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	541.992.224	176.000.000	717.992.224
605 ABASTECIMENTO	9.258.064.979		9.258.064.979
606 EXTENSÃO RURAL	180.291.644		180.291.644
607 IRRIGAÇÃO	25.560.387		25.560.387
608 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	18.914.688.439		18.914.688.439
609 DEFESA AGROPECUÁRIA	52.066.199		52.066.199
631 REFORMA AGRÁRIA	1.195.822.251		1.195.822.251
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	3.400.000		3.400.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	245.128.294		245.128.294
663 MINERAÇÃO	49.753.455		49.753.455
664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	100.299.082		100.299.082
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	24.739.804		24.739.804
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	904.817.206		904.817.206
693 COMÉRCIO EXTERIOR	3.703.085.179		3.703.085.179
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	7.673.088.625		7.673.088.625
695 TURISMO	995.608.992		995.608.992
722 TELECOMUNICAÇÕES	2.015.039.906		2.015.039.906
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	27.052.016		27.052.016
752 ENERGIA ELÉTRICA	27.679.121		27.679.121
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS	6.081.318		6.081.318
754 BIOCOMBUSTÍVEIS	1.152.048		1.152.048
781 TRANSPORTE AÉREO	329.608.230		329.608.230
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	11.554.439.504		11.554.439.504
783 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	437.274.071		437.274.071
784 TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	657.504.146		657.504.146
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	250.877.501		250.877.501
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	280.662.459		280.662.459
841 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.741.032.790.554		1.741.032.790.554
842 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	29.139.732.220		29.139.732.220
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.011.636.201.715		1.011.636.201.715
844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	45.298.488.982		45.298.488.982
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	508.623.465.481	7.675.838.993	516.299.304.474
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	242.270.772.268	106.213.427.962	348.484.200.230
847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	190.157.917.178		190.157.917.178
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.559.373.522	20.700.351.165	96.259.724.687
Total	4.358.224.601.085	1.973.931.355.227	6.332.155.956.312

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
01	LEGISLATIVA	12.195.671.756	352.388.253	12.548.060.009
031	AÇÃO LEGISLATIVA	2.327.305.715		2.327.305.715
032	CONTROLE EXTERNO	551.523.518		551.523.518
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.628.319.389		7.628.319.389
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	86.741.199		86.741.199
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.070.086.063	352.388.253	1.422.474.316
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	531.695.872		531.695.872
02	JUDICIÁRIA	55.514.555.153	13.000	55.514.568.153
032	CONTROLE EXTERNO	443.394.185		443.394.185
061	AÇÃO JUDICIÁRIA	5.235.392.536		5.235.392.536
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	38.347.782.799		38.347.782.799
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	57.186.729		57.186.729
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	18.124.868		18.124.868
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	56.839.996		56.839.996
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	5.976.742.249		5.976.742.249
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.379.091.791	13.000	5.379.104.791
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	14.347.830.613		14.347.830.613
032	CONTROLE EXTERNO	43.955.354		43.955.354
062	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	1.054.080.115		1.054.080.115
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	561.071.550		561.071.550
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.045.438.721		10.045.438.721
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	21.395.240		21.395.240
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	26.628.360		26.628.360
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.153.934.474		1.153.934.474
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	116.983.322		116.983.322
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.324.343.477		1.324.343.477
04	ADMINISTRAÇÃO	37.987.856.502	120.862.356	38.108.718.858
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	165.361.071		165.361.071
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	912.868.337		912.868.337
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	25.506.938.294		25.506.938.294
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	156.800.000		156.800.000
124	CONTROLE INTERNO	155.103.249		155.103.249
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	667.009.811		667.009.811
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.803.710.619		2.803.710.619
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	79.093.700		79.093.700
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	800.000		800.000
129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	267.964.315		267.964.315
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	806.735.710		806.735.710
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	98.731.639		98.731.639
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	577.701		577.701
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	3.719.995.705	120.862.356	3.840.858.061
364	ENSINO SUPERIOR	2.137.087		2.137.087
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	31.093.928		31.093.928
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.000.000		14.000.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	22.632.939		22.632.939
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	9.980.000		9.980.000
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	59.950.000		59.950.000
722	TELECOMUNICAÇÕES	153.870.400		153.870.400
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.352.501.997		2.352.501.997
05	DEFESA NACIONAL	99.240.414.145	4.294.906.522	103.535.320.667
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.237.564		2.237.564
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	76.690.167.774	152.853.455	76.843.021.229
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	333.799.316		333.799.316
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.800.000		12.800.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	96.600.806		96.600.806
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.000.000		1.000.000
151	DEFESA AÉREA	6.836.793.240		6.836.793.240
152	DEFESA NAVAL	1.809.259.522		1.809.259.522
153	DEFESA TERRESTRE	3.010.691.308		3.010.691.308
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	11.780.824		11.780.824
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	33.320.696		33.320.696
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	112.900.000		112.900.000
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		68.422.000	68.422.000
303	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		700.000	700.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	7.869.329.167	4.053.340.002	11.922.669.169
363	ENSINO PROFISSIONAL	139.242.494		139.242.494
364	ENSINO SUPERIOR	54.584.442		54.584.442
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	45.060.804		45.060.804
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	203.366.239		203.366.239
482	HABITAÇÃO URBANA	323.755.382		323.755.382
542	CONTROLE AMBIENTAL	52.000.000		52.000.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	130.782.560		130.782.560
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	1.137.529.265		1.137.529.265
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	5.428.177		5.428.177
722	TELECOMUNICAÇÕES	41.512.606		41.512.606
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	17.372.001		17.372.001
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	269.099.958	19.591.065	288.691.023
06	SEGURANÇA PÚBLICA	18.948.086.181		18.948.086.181

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.734.501.110		11.734.501.110
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	22.390.300		22.390.300
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	100.004		100.004
181	POLICIAMENTO	3.248.260.152		3.248.260.152
182	DEFESA CIVIL	814.000.000		814.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	613.464.182		613.464.182
421	CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	467.575.205		467.575.205
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	212.888.292		212.888.292
482	HABITAÇÃO URBANA	2.000.000		2.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.832.906.936		1.832.906.936
07	RELAÇÕES EXTERIORES	5.148.869.171		5.148.869.171
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.449.811.403		2.449.811.403
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4.490.000		4.490.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	1.294.626.346		1.294.626.346
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	42.820.000		42.820.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.079.534.496		1.079.534.496
392	DIFUSÃO CULTURAL	64.701.000		64.701.000
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.700.125		7.700.125
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	9.070.230		9.070.230
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	196.115.571		196.115.571
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.613.959	292.214.571.413	292.230.185.372
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		671.196.806	671.196.806
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		29.946.047	29.946.047
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		42.822.845	42.822.845
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		426.740	426.740
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		96.695.914	96.695.914
241	ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA		54.595.114.457	54.595.114.457
242	ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	15.613.959	67.806.373.330	67.821.987.289
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		333.256.702	333.256.702
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		6.468.166.680	6.468.166.680
245	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS		2.129.503.030	2.129.503.030
246	SEGURANÇA DE RENDA		158.632.791.717	158.632.791.717
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		875.605.598	875.605.598
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		6.503.278	6.503.278
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		21.766.317	21.766.317
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL		500.000.000	500.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		4.401.952	4.401.952
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.201.991.102.214	1.201.991.102.214
092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL		200.000	200.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		6.531.848.323	6.531.848.323
124	CONTROLE INTERNO		2.930.000	2.930.000
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		314.518	314.518
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		457.412.066	457.412.066
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		400.000	400.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		6.000.000	6.000.000
271	PREVIDÊNCIA BÁSICA		1.079.878.921.480	1.079.878.921.480
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		113.714.651.660	113.714.651.660
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		432.382.927	432.382.927
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		966.041.240	966.041.240
10	SAÚDE		222.194.996.402	222.194.996.402
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		63.930.000	63.930.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		23.469.451.528	23.469.451.528
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		33.707.936	33.707.936
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		1.251.648.299	1.251.648.299
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		3.870.365.640	3.870.365.640
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL		287.800.000	287.800.000
301	ATENÇÃO BÁSICA		45.721.538.688	45.721.538.688
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		91.571.085.615	91.571.085.615
303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		32.443.015.000	32.443.015.000
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		378.581.060	378.581.060
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		15.827.410.875	15.827.410.875
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		170.000.000	170.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		1.224.033.072	1.224.033.072
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		16.000.000	16.000.000
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		27.600.000	27.600.000
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS		1.446.089.732	1.446.089.732
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL		315.312.210	315.312.210
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		200.400.000	200.400.000
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		12.500.000	12.500.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		1.595.413.959	1.595.413.959
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		891.468.458	891.468.458
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		176.000.000	176.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		1.201.644.330	1.201.644.330
11	TRABALHO	25.601.079.490	97.868.902.544	123.469.982.034
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.077.611.098		2.077.611.098
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	32.598.000	690.703	33.288.703
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	155.227.208	139.833.782	295.060.990
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	100.000		100.000

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.330.788		1.330.788
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	19.047.123		19.047.123
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	82.301.855	97.572.737.387	97.655.039.242
333	EMPREGABILIDADE	10.200.000	124.187.685	134.387.685
334	FOMENTO AO TRABALHO	23.023.331.039	30.533.493	23.053.864.532
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	4.610.315		4.610.315
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.810.000	919.494	2.729.494
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	192.912.064		192.912.064
12	EDUCAÇÃO	188.685.612.898	23.083.679.211	211.769.292.109
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.161.424.166	8.430.000	2.169.854.166
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	61.106.633	1.050.000	62.156.633
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	117.853.033		117.853.033
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	2.600.000		2.600.000
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		15.451.654.993	15.451.654.993
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		5.461.907.292	5.461.907.292
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	4.631.212.950	1.427.472.245	6.058.685.195
362	ENSINO MÉDIO	12.000.000.000		12.000.000.000
363	ENSINO PROFISSIONAL	20.151.331.340		20.151.331.340
364	ENSINO SUPERIOR	48.134.875.899	30.221.094	48.165.096.993
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.387.397.334		1.387.397.334
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	121.614.073		121.614.073
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	49.980.221		49.980.221
368	EDUCAÇÃO BÁSICA	8.937.606.143		8.937.606.143
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	271.229.089		271.229.089
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	464.489.778		464.489.778
694	SERVIÇOS FINANCEIROS	7.673.088.625		7.673.088.625
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	10.535.284.471	702.943.587	11.238.228.058
847	TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	71.984.519.143		71.984.519.143
13	CULTURA	2.859.746.733		2.859.746.733
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	865.610.649		865.610.649
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	100.000		100.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.925.000		1.925.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.000		1.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	49.635.443		49.635.443
391	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	254.704.153		254.704.153
392	DIFUSÃO CULTURAL	896.528.496		896.528.496
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	25.133.522		25.133.522
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	700.000.000		700.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	66.108.470		66.108.470
14	DIREITOS DA CIDADANIA	2.259.269.325	114.809.160	2.374.078.485
031	AÇÃO LEGISLATIVA	2.000.000		2.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	770.397.935		770.397.935
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	129.256.872		129.256.872
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	46.213.147		46.213.147
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	864.000		864.000
241	ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	6.706.542	3.332.208	10.038.750
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	44.258.167	16.532.082	60.790.249
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	32.120.781		32.120.781
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	684.688.496	94.944.870	779.633.366
423	ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	419.578.041		419.578.041
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	123.185.344		123.185.344
15	URBANISMO	2.789.225.421		2.789.225.421
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.000.000		4.000.000
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	893.682.360		893.682.360
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	196.000.000		196.000.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.360.000		1.360.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	120.000		120.000
182	DEFESA CIVIL	195.000.000		195.000.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	7.327.300		7.327.300
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	89.418.215		89.418.215
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	261.114.555		261.114.555
452	SERVIÇOS URBANOS	3.600.000		3.600.000
453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.102.756.964		1.102.756.964
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	20.000		20.000
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	30.000.000		30.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.826.027		4.826.027
16	HABITAÇÃO	1.306.500.000		1.306.500.000
482	HABITAÇÃO URBANA	1.306.500.000		1.306.500.000
17	SANEAMENTO	1.389.290.103		1.389.290.103
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	54.100.000		54.100.000
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.333.190.103		1.333.190.103
544	RECURSOS HÍDRICOS	2.000.000		2.000.000
18	GESTÃO AMBIENTAL	48.596.859.687		48.596.859.687
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.767.163.295		1.767.163.295
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	448.097.545		448.097.545
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4.557.169		4.557.169
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.500.000		1.500.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	109.116.532		109.116.532

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	4.390.132		4.390.132
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	43.145.373.197		43.145.373.197
542	CONTROLE AMBIENTAL	114.707.212		114.707.212
543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	15.205.166		15.205.166
544	RECURSOS HÍDRICOS	2.742.481.409		2.742.481.409
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.940.000		1.940.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	242.328.030		242.328.030
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	21.897.660.074		21.897.660.074
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	12.542.420		12.542.420
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.720.874.544		1.720.874.544
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	25.610.829		25.610.829
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.000.000		4.000.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	12.000.000		12.000.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	7.000.000		7.000.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	155.000		155.000
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	9.313.639		9.313.639
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	102.494.778		102.494.778
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.850.000		2.850.000
542	CONTROLE AMBIENTAL	3.850.290		3.850.290
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.176.476.892		3.176.476.892
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	16.393.625.140		16.393.625.140
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	35.500.144		35.500.144
662	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	185.178.294		185.178.294
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	206.188.104		206.188.104
20	AGRICULTURA	35.154.282.856		35.154.282.856
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.639.312.696		5.639.312.696
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	204.313.801		204.313.801
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	15.713.000		15.713.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	426.000		426.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	379.300.695		379.300.695
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.000.000		1.000.000
545	METEOROLOGIA	25.000.000		25.000.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	8.220.000		8.220.000
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	490.579.695		490.579.695
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	18.894.000		18.894.000
605	ABASTECIMENTO	9.258.064.979		9.258.064.979
606	EXTENSÃO RURAL	102.418		102.418
607	IRRIGAÇÃO	25.560.387		25.560.387
608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	18.769.091.436		18.769.091.436
609	DEFESA AGROPECUÁRIA	52.066.199		52.066.199
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	42.500.000		42.500.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	224.137.550		224.137.550
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.254.155.394		5.254.155.394
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.284.604.991		2.284.604.991
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	668.567.645		668.567.645
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.100.000		3.100.000
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	468.040.642		468.040.642
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	179.189.304		179.189.304
363	ENSINO PROFISSIONAL	29.556.241		29.556.241
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	800.000		800.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	200.000		200.000
606	EXTENSÃO RURAL	180.189.226		180.189.226
608	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	145.597.003		145.597.003
631	REFORMA AGRÁRIA	1.195.822.251		1.195.822.251
693	COMÉRCIO EXTERIOR	2.000.000		2.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	96.488.091		96.488.091
22	INDÚSTRIA	2.778.881.200		2.778.881.200
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.857.971.913		1.857.971.913
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	451.533.955		451.533.955
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.550.000		15.550.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	200.000		200.000
182	DEFESA CIVIL	10.000.000		10.000.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	50.000		50.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	114.889.463		114.889.463
544	RECURSOS HÍDRICOS	1.577.714		1.577.714
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	14.033.370		14.033.370
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	3.400.000		3.400.000
663	MINERAÇÃO	49.753.455		49.753.455
664	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	100.299.082		100.299.082
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	12.000.000		12.000.000
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	147.622.248		147.622.248
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.112.774.071		5.112.774.071
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	250.638.150		250.638.150
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	6.447.202		6.447.202
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	153.246.976		153.246.976
693	COMÉRCIO EXTERIOR	3.701.085.179		3.701.085.179
695	TURISMO	995.608.992		995.608.992
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.747.572		5.747.572

Quadro 6B - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e por Subfunção

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Função/Subfunção		Fiscal	Seguridade Social	Total
24	COMUNICAÇÕES	3.648.323.604		3.648.323.604
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.115.070.989		1.115.070.989
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	38.287.935		38.287.935
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	136.522.600		136.522.600
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	18.000.000		18.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	33.236.029		33.236.029
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	13.259.000		13.259.000
571	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	500.000		500.000
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	399.103.921		399.103.921
722	TELECOMUNICAÇÕES	1.819.656.900		1.819.656.900
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	74.686.230		74.686.230
25	ENERGIA	1.747.765.024		1.747.765.024
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	8.400.939		8.400.939
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.323.148.334		1.323.148.334
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	74.640.502		74.640.502
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	21.000.000		21.000.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.112.000		2.112.000
130	ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	10.750.659		10.750.659
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	9.000.000		9.000.000
211	RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	330.746		330.746
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	105.243.460		105.243.460
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	48.978.077		48.978.077
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	12.719.804		12.719.804
751	CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	27.052.016		27.052.016
752	ENERGIA ELÉTRICA	27.679.121		27.679.121
753	COMBUSTÍVEIS MINERAIS	6.081.318		6.081.318
754	BIOCOMBUSTÍVEIS	1.152.048		1.152.048
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	69.476.000		69.476.000
26	TRANSPORTE	17.525.528.493		17.525.528.493
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	427.861.301		427.861.301
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.301.535.760		3.301.535.760
125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	164.256.843		164.256.843
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	263.900.935		263.900.935
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	50.000		50.000
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.595.716		1.595.716
130	ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	400.000		400.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	25.000.000		25.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	109.970.481		109.970.481
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.000.000		3.000.000
452	SERVIÇOS URBANOS	18.745.190		18.745.190
781	TRANSPORTE AÉREO	329.608.230		329.608.230
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	11.554.439.504		11.554.439.504
783	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	437.274.071		437.274.071
784	TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	657.504.146		657.504.146
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	230.386.316		230.386.316
27	DESPORTO E LAZER	619.658.574		619.658.574
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	92.809.119		92.809.119
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.000.000		2.000.000
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	8.000.000		8.000.000
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.681.496		2.681.496
811	DESPORTO DE RENDIMENTO	233.505.500		233.505.500
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	280.662.459		280.662.459
28	ENCARGOS ESPECIAIS	3.672.039.717.136	110.994.772.987	3.783.034.490.123
274	PREVIDÊNCIA ESPECIAL		141.206	141.206
841	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.741.032.790.554		1.741.032.790.554
842	REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	29.139.732.220		29.139.732.220
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.011.636.201.715		1.011.636.201.715
844	SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	45.298.488.982		45.298.488.982
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	508.593.465.481	7.675.838.993	516.269.304.474
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	218.165.640.149	103.318.792.788	321.484.432.937
847	TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	118.173.398.035		118.173.398.035
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.559.373.522	20.700.351.165	96.259.724.687
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.559.373.522	20.700.351.165	96.259.724.687
Total		4.358.224.601.085	1.973.931.355.227	6.332.155.956.312

Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI		Recursos de Todas as Fontes		
Programa		Fiscal	Seguridade Social	Total
0030	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	822.070.274	21.477.553	843.547.827
0031	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	9.538.958.407	1.136.895.192	10.675.853.599
0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	237.739.766.625	164.932.612.071	402.672.378.696
0033	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	55.514.555.153	12.549.450.222	68.064.005.375
0034	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	12.195.671.756	6.482.581.779	18.678.253.535
0035	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	554.045		554.045
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	53.080.538.294	69.220.515.632	122.301.053.926
0902	OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	108.854.959.481		108.854.959.481
0903	OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	621.013.639.417	7.657.816.668	628.671.456.085
0905	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	1.011.636.201.715		1.011.636.201.715
0906	OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	45.298.488.982		45.298.488.982
0907	OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	1.741.032.790.554		1.741.032.790.554
0908	OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	29.139.732.220		29.139.732.220
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	103.030.518.149	4.641.411.978	107.671.930.127
0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	1.511.898.506	8.296.000	1.520.194.506
0911	OPERAÇÕES ESPECIAIS - REMUNERAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS	1.209.604.129		1.209.604.129
0913	OPERAÇÕES ESPECIAIS - INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS EM BANCOS INTERNACIONAIS E RECOMPOSIÇÃO DE FUNDOS INTERNACIONAIS	735.693.488		735.693.488
0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.559.373.522	20.700.351.165	96.259.724.687
1144	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	17.513.685.877		17.513.685.877
1149	RECONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DA DEMOCRACIA	44.720.738		44.720.738
1158	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	42.509.059.218		42.509.059.218
1189	BIOECONOMIA PARA UM NOVO CICLO DE PROSPERIDADE	207.024.620		207.024.620
1190	QUALIDADE AMBIENTAL NAS CIDADES E NO CAMPO	19.592.274		19.592.274
1191	AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA	10.493.285.788		10.493.285.788
1617	DEMARCAÇÃO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS PARA O BEM VIVER, A SUSTENTABILIDADE E O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	481.428.205		481.428.205
2224	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	919.222.811		919.222.811
2301	TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO PARA A CIDADANIA E O DESENVOLVIMENTO	385.976.258		385.976.258
2302	DEFESA AGROPECUÁRIA	254.806.000		254.806.000
2303	PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA	498.799.695		498.799.695
2304	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	46.431.252		46.431.252
2305	COMUNICAÇÕES PARA INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO	2.407.480.356		2.407.480.356
2306	POLÍTICA NUCLEAR	781.727.626		781.727.626
2307	PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO	99.887.829		99.887.829
2308	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SNCTI	7.309.950.742		7.309.950.742
2310	PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE, EMPREGO E RENDA	205.176.311	97.868.902.544	98.074.078.855
2314	PREVIDÊNCIA SOCIAL: PROMOÇÃO, GARANTIA DE DIREITOS E CIDADANIA		1.081.753.969.435	1.081.753.969.435
2315	POLÍTICA ECONÔMICA PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	368.087.680		368.087.680
2316	RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ASSISTÊNCIA A BRASILEIRAS E BRASILEIROS NO EXTERIOR	1.416.687.630		1.416.687.630
2317	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	3.043.706.913		3.043.706.913
2318	GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES	1.745.321.826		1.745.321.826
2319	MOBILIDADE URBANA	752.964.844		752.964.844
2320	MORADIA DIGNA	8.896.853.067		8.896.853.067
2321	RECURSOS HÍDRICOS: ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA SEMPRE	2.778.217.055		2.778.217.055
2322	SANEAMENTO BÁSICO	954.359.737	378.900.000	1.333.259.737
2323	TURISMO, ESSE É O DESTINO	995.608.992		995.608.992
2324	INOVAÇÃO NAS EMPRESAS PARA UMA NOVA INDUSTRIALIZAÇÃO	2.611.944.956		2.611.944.956
2801	NEOINDUSTRIALIZAÇÃO, AMBIENTE DE NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL	2.062.551.586		2.062.551.586
2802	EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA	152.946.976		152.946.976
3101	ENERGIA ELÉTRICA	110.343.017		110.343.017
3102	MINERAÇÃO SECURA E SUSTENTÁVEL	76.453.455		76.453.455
3103	PETRÓLEO, GÁS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS	43.454.085		43.454.085
3104	AVIAÇÃO CIVIL	379.980.460		379.980.460
3105	PORTOS E TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	662.351.930		662.351.930
3106	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	11.362.812.629		11.362.812.629
3107	TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	14.679.305		14.679.305
3108	SEGURANÇA VIÁRIA	343.913.555		343.913.555
3901	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	396.765.126		396.765.126
4006	ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA SUSTENTÁVEIS	13.964.318		13.964.318
4101	COMUNICAÇÃO PÚBLICA E GOVERNAMENTAL	214.820.400		214.820.400
4102	SEGURANÇA INSTITUCIONAL	50.980.500		50.980.500
4103	SISTEMA FINANCEIRO DO FUTURO	313.890.568		313.890.568
4104	TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO	154.103.249		154.103.249
4105	DEFESA DA DEMOCRACIA E SEGURANÇA JURÍDICA PARA INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	562.071.550		562.071.550
5111	EDUCAÇÃO BÁSICA DEMOCRÁTICA, COM QUALIDADE E EQUIDADE	81.922.185.658	5.461.907.292	87.384.092.950
5112	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA QUE TRANSFORMA	4.024.753.474		4.024.753.474
5113	EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUALIDADE, DEMOCRACIA, EQUIDADE E SUSTENTABILIDADE	13.444.541.685	690.427.591	14.134.969.276
5115	PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA DEFESA DOS DIREITOS	366.366.826	94.944.870	461.311.696
5116	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3.791.054.324		3.791.054.324
5117	QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		31.781.015.000	31.781.015.000

Quadro 6C - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Fiscal	Seguridade Social	Total
5118 ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE		91.804.085.615	91.804.085.615
5119 ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		45.721.538.688	45.721.538.688
5120 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, PRODUÇÃO E AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE		2.572.312.417	2.572.312.417
5121 GESTÃO, TRABALHO, EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA SAÚDE		18.735.798.865	18.735.798.865
5122 SAÚDE INDÍGENA		1.581.401.942	1.581.401.942
5123 VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AMBIENTE		16.225.991.935	16.225.991.935
5125 DIREITO À CULTURA	1.876.466.171		1.876.466.171
5126 ESPORTE PARA A VIDA	514.167.959		514.167.959
5127 INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO		113.342.800	113.342.800
5128 BOLSA FAMÍLIA: PROTEÇÃO SOCIAL POR MEIO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		159.536.356.640	159.536.356.640
5129 INCLUSÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO CADASTRO ÚNICO E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO PARA POLÍTICAS SOCIAIS		270.910.346	270.910.346
5131 PROTEÇÃO SOCIAL PELO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)		124.923.138.902	124.923.138.902
5133 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE À FOME		6.862.433.422	6.862.433.422
5134 CUIDADO E ACOLHIMENTO DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS		160.938.056	160.938.056
5135 JUVENTUDE: DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E BEM VIVER	20.696.267		20.696.267
5136 GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	1.867.631.414		1.867.631.414
5501 ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS		21.766.317	21.766.317
5601 CIDADES MELHORES	8.000.000		8.000.000
5602 PERIFERIA VIVA	482.600.000		482.600.000
5636 ABASTECIMENTO E SOBERANIA ALIMENTAR	328.167.604		328.167.604
5661 IGUALDADE DE DECISÃO E PODER PARA MULHERES	31.600.000		31.600.000
5662 MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	115.172.054		115.172.054
5663 AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES	22.000.000		22.000.000
5801 PESCA E AQUICULTURA SUSTENTÁVEIS	88.173.160		88.173.160
5802 POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA, POVOS DE TERREIROS E POVOS CIGANOS	42.135.688		42.135.688
5803 JUVENTUDE NEGRA VIVA	15.508.044		15.508.044
5804 PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL, COMBATE E SUPERAÇÃO DO RACISMO	71.714.806		71.714.806
5811 PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	23.631.938		23.631.938
5812 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+	6.753.288		6.753.288
5814 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	26.623.357		26.623.357
5815 PROMOÇÃO DO DIREITO DE ENVELHECER E DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA	6.706.542	3.332.208	10.038.750
5816 PROMOÇÃO E PROTEÇÃO INTEGRAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ABSOLUTA PRIORIDADE	44.258.167	16.532.082	60.790.249
5837 PROMOÇÃO DA CIDADANIA, DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES	112.326.501		112.326.501
5838 DIREITOS PLURIÉTNICOS CULTURAIS E SOCIAIS PARA O PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA E O BEM VIVER DOS POVOS INDÍGENAS	66.578.041		66.578.041
6111 COOPERAÇÃO DA DEFESA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	572.799.228		572.799.228
6112 DEFESA NACIONAL	14.785.620.912		14.785.620.912
6113 OCEANO, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA	66.483.268		66.483.268
6114 PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E COMBATE AO DESMATAMENTO E INCÊNDIOS	906.778.983		906.778.983
Total	4.358.224.601.085	1.973.931.355.227	6.332.155.956.312

Fontes de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social por Grupo de Natureza de
Despesa

Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1000	288.567.459.675		208.896.662.294	26.593.041.976	51.592.564.668	299.473.783.920	24.924.707.327	900.048.219.860
1009			5.643.533					5.643.533
1011				1.847.038.656				1.847.038.656
1012			360.611.197	20.000.000				380.611.197
1013				1.860.000			10.636.712	12.496.712
1015			267.964.315				4.563.123	272.527.438
1016			135.380.290					135.380.290
1018			900.000	100.000			63.197.678	64.197.678
1019			641.585.908	108.944.766				750.530.674
1021			33.792.604	27.402.917				61.195.521
1025			24.662.147					24.662.147
1026							334.371.072	334.371.072
1027			841.941.660	2.767.846	70.000.000			914.709.506
1028							819.308.329	819.308.329
1029					985.738.054			985.738.054
1031	1.172.470.120		425.205.146	9.192.775			3.145.485.075	4.752.353.116
1032	10.332.093.592		3.553.946.373	180.000.000			1.208.028.427	15.274.068.392
1033			60.868.000				46.525.813	107.393.813
1034			221.520.452	178.454.847				399.975.299
1037			66.580.747	10.000.000			255.981.933	332.562.680
1038			65.358.743					65.358.743
1041					22.776.113.296			22.776.113.296
1044					173.067.935			173.067.935
1045			103.335.253	3.939.714			143.533.705	250.808.672
1046			7.233.366				168.332.705	175.566.071
1050	997.196.313	600.000	9.988.256.144	1.274.062.735	8.621.806.405	18.000.000	4.338.901.575	25.238.823.172
1051				114.085.203	62.623.738			176.708.941
1052	2.479.142.724		4.642.845.436	2.254.863.380	18.642.491.355		4.952.534.432	32.971.877.327
1053			180.384.676	8.756.928			254.854.121	443.995.725
1057					14.795.394			14.795.394
1058			15.572.350	2.440.000				18.012.350
1059			4.400.360					4.400.360
1060			164.524.876				17.952.776	182.477.652
1061					967.953.057			967.953.057
1062			36.978.589					36.978.589
1063			254.449.316	7.250.000				261.699.316
1065			54.877.944	20.000.000				74.877.944
1066			692.464				83.256.171	83.948.635
1067			16.398.532					16.398.532
1068			2.400.000				5.799.266	8.199.266
1069			9.075.000	8.925.000			256.326.276	274.326.276
1070			303.200.000				127.735.912	430.935.912
1071			150.900.111	15.390.176			46.153.430	212.443.717
1072			3.025.000	2.975.000	169.566.071			175.566.071
1074							291.181.874	291.181.874
1075			295.410					295.410
1076							9.858.708.842	9.858.708.842
1077			35.873.734	1.141.955.303				1.177.829.037
1078							117.044.047	117.044.047
1080			5.845.939	800.000			410.805.236	417.451.175
1081			39.079.545	110.680.187				149.759.732
1083			81.637.350	38.362.650			526.463.948	646.463.948
1084			41.877.500					41.877.500
1085				1.698.293				1.698.293
1086			43.470.000	4.530.000			1.077.631.113	1.125.631.113
1087			1.935.005.241					1.935.005.241
1088			10.000.000				17.029.414	27.029.414
1089			1.595.716				186.996.143	188.591.859
1090			17.044.252					17.044.252
1091					3.626.164.516			3.626.164.516
1092			1.000.000				9.287.060	10.287.060
1095				666.666				666.666
1096			91.362.244	17.440.000				108.802.244
1097			274.822.931	28.521.875	462.106.266			765.451.072
1098			592.316.972	115.487.576	1.078.247.953			1.786.052.501
1099			284.302.182	19.042.624	462.106.266			765.451.072
1100			541.057.086	166.747.462	1.078.247.953			1.786.052.501
1101			524.594.697	233.999.055	3.323.811.966			4.082.405.718
1102			336.990.356	17.469.386	666.141.687			1.020.601.429
1103			36.610.341	6.322.180	59.332.988			102.265.509
1104			42.637.920	104.329.962	220.980.897			367.948.779
1105			12.329.422	4.140.530	24.678.287			41.148.239
1106			969.078	397.854	2.011.517			3.378.449
1107			182.430.686	77.770.617	388.077.033			648.278.336
1108			184.152.217	69.525.712	386.346.246			640.024.175
1109			19.011.961	16.806.123	53.727.126			89.545.210
1110			7.653.501	12.873.157	27.940.380			48.467.038
1112			1.177.600		3.154.515			4.332.115
1113			500.000				92.083.537	92.583.537
1114			11.863.919		7.594.003			19.457.922

Quadro 7A - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1115			298.265.282	127.841.007				426.106.289
1116			19.907.616					19.907.616
1118			710.582.931	1.337.798.746	601.508.233			2.649.889.910
1119			5.436	13.302	28.012			46.750
1120			230.098.623	25.367.782				255.466.405
1121			804.247.331	229.716.635			463.238.678	1.497.202.644
1124					433.928.524			433.928.524
1128			22.717.187					22.717.187
1131	34.104.240							34.104.240
1133			3.086.674.154	3.220.680.653	4.605.504.218			10.912.859.025
1134			108.622.039					108.622.039
1135							17.306.671	17.306.671
1138	622.625.472		697.709.347	47.867.185				1.368.202.004
1140			89.153.897	80.000.000			643.185.631	812.339.528
1141							18.954.748	18.954.748
1142			127.918.600	78.815.460				206.734.060
1144			902.475.473	723.681.259			1.273.100.069	2.899.256.801
1145					31.000.000.000			31.000.000.000
1147					20.964.569.057			20.964.569.057
1149			18.315.284.401					18.315.284.401
1151			2.589.439.566					2.589.439.566
1152			1.731.792.733					1.731.792.733
1180							275.227.138	275.227.138
1181							261.782.085	261.782.085
1182							688.651	688.651
1183			31.805.240					31.805.240
1201			260.734.151.495					260.734.151.495
1202			219.834.676.753					219.834.676.753
1203			9.752.484.186					9.752.484.186
1206			3.904.524.652					3.904.524.652
1207					6.134.921.210			6.134.921.210
1208					6.134.921.210			6.134.921.210
1209					9.202.381.819			9.202.381.819
1210					9.202.381.819			9.202.381.819
1211			1.078.330.253					1.078.330.253
1213			24.562.149.477					24.562.149.477
1219			27.382.982					27.382.982
1229			23.426.473					23.426.473
1234			2.282.330.976					2.282.330.976
1235			1.492.208.679					1.492.208.679
1241			6.613.109.821					6.613.109.821
1242			57.237.846.933					57.237.846.933
1251			346.786.760	736.921.863				1.083.708.623
1286			205.315.952					205.315.952
1287			3.569.592					3.569.592
1289			31.805.240					31.805.240
1400						41.027.915.349		41.027.915.349
1401						46.538.884.675		46.538.884.675
1443						1.822.972.167.477		1.822.972.167.477
1444		643.939.197.050	1.515.636.544		21.000.000.000			666.454.833.594
1448			15.241.795		2.592.914.572	10.480.665.000		13.088.821.367
1449			271.518.718	1.198.433.793				1.469.952.511
9000			393.559.661					393.559.661
9041					233.253.425			233.253.425
9201			2.469.450.000					2.469.450.000
9202			2.082.085.294					2.082.085.294
9203			244.000.000					244.000.000
9207					58.104.706			58.104.706
9208					58.104.706			58.104.706
9209					87.157.059			87.157.059
9210					87.157.059			87.157.059
Total	304.205.092.136	643.939.797.050	861.786.972.718	42.688.196.816	228.344.225.201	2.220.511.416.421	56.748.900.743	4.358.224.601.085

Quadro 7B - Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1000	15.873.734.701		33.940.073.695	2.008.958.201				51.822.766.597
1001	63.502.306.543		103.173.662.585	5.253.244.093			20.401.752.939	192.330.966.160
1002	46.090.484.885		362.645.134.806	4.623.960.592	250.000.000			413.609.580.283
1003	676.814.021		1.397.056.440	55.096.373	3.500.000		83.250.573	2.215.717.407
1004			46.992.858					46.992.858
1005			2.738.250.030					2.738.250.030
1006			20.735.692					20.735.692
1017			51.718					51.718
1023	9.370.515.284							9.370.515.284
1024	608.650.089							608.650.089
1035			3.134.949.383					3.134.949.383
1039							1.678.032	1.678.032
1040			83.447.697.274					83.447.697.274
1048				409.001				409.001
1049	3.023.826.308		35.446.053.752	208.947.770			72.667	38.678.900.497
1050	133.195.572		346.954.339					480.149.911
1052	743.529.146							743.529.146
1054			791.685.256.470					791.685.256.470
1055	268.716.387							268.716.387
1056	44.782.682.642							44.782.682.642
1081			5.311.121					5.311.121
1096			2.444.929					2.444.929
1122			6.364.286					6.364.286
1123			3.845.405.194					3.845.405.194
1125	264.857.206							264.857.206
1126			25.726.012					25.726.012
1132			239.263.501	52.615.875				291.879.376
1133			5.461.907.292					5.461.907.292
1184			45.436.057					45.436.057
1448				419.000.000				419.000.000
9000			4.464.464.914					4.464.464.914
9001			2.450.882.352					2.450.882.352
9002			5.114.931.505					5.114.931.505
9040			856.849.316					856.849.316
9054			1.199.999.998					1.199.999.998
9444			313.487.700.808					313.487.700.808
Total	185.339.312.784	0	1.755.229.556.327	12.622.231.905	253.500.000	0	20.486.754.211	1.973.931.355.227

Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1000	304.441.194.376		242.836.735.989	28.602.000.177	51.592.564.668	299.473.783.920	24.924.707.327	951.870.986.457
1001	63.502.306.543		103.173.662.585	5.253.244.093			20.401.752.939	192.330.966.160
1002	46.090.484.885		362.645.134.806	4.623.960.592	250.000.000			413.609.580.283
1003	676.814.021		1.397.056.440	55.096.373	3.500.000		83.250.573	2.215.717.407
1004			46.992.858					46.992.858
1005			2.738.250.030					2.738.250.030
1006			20.735.692					20.735.692
1009			5.643.533					5.643.533
1011				1.847.038.656				1.847.038.656
1012			360.611.197	20.000.000				380.611.197
1013				1.860.000			10.636.712	12.496.712
1015			267.964.315				4.563.123	272.527.438
1016			135.380.290					135.380.290
1017			51.718					51.718
1018			900.000	100.000			63.197.678	64.197.678
1019			641.585.908	108.944.766				750.530.674
1021			33.792.604	27.402.917				61.195.521
1023	9.370.515.284							9.370.515.284
1024	608.650.089							608.650.089
1025			24.662.147					24.662.147
1026							334.371.072	334.371.072
1027			841.941.660	2.767.846	70.000.000			914.709.506
1028							819.308.329	819.308.329
1029					985.738.054			985.738.054
1031	1.172.470.120		425.205.146	9.192.775			3.145.485.075	4.752.353.116
1032	10.332.093.592		3.553.946.373	180.000.000			1.208.028.427	15.274.068.392
1033			60.868.000				46.525.813	107.393.813
1034			221.520.452	178.454.847				399.975.299
1035			3.134.949.383					3.134.949.383
1037			66.580.747	10.000.000			255.981.933	332.562.680
1038			65.358.743					65.358.743
1039							1.678.032	1.678.032
1040			83.447.697.274					83.447.697.274
1041					22.776.113.296			22.776.113.296
1044					173.067.935			173.067.935
1045			103.335.253	3.939.714			143.533.705	250.808.672
1046			7.233.366				168.332.705	175.566.071
1048				409.001				409.001
1049	3.023.826.308		35.446.053.752	208.947.770			72.667	38.678.900.497
1050	1.130.391.885	600.000	10.335.210.483	1.274.062.735	8.621.806.405	18.000.000	4.338.901.575	25.718.973.083
1051				114.085.203	62.623.738			176.708.941
1052	3.222.671.870		4.642.845.436	2.254.863.380	18.642.491.355		4.952.534.432	33.715.406.473
1053			180.384.676	8.756.928			254.854.121	443.995.725
1054			791.685.256.470					791.685.256.470
1055	268.716.387							268.716.387
1056	44.782.682.642							44.782.682.642
1057					14.795.394			14.795.394
1058			15.572.350	2.440.000				18.012.350
1059			4.400.360					4.400.360
1060			164.524.876				17.952.776	182.477.652
1061					967.953.057			967.953.057
1062			36.978.589					36.978.589
1063			254.449.316	7.250.000				261.699.316
1065			54.877.944	20.000.000				74.877.944
1066			692.464				83.256.171	83.948.635
1067			16.398.532					16.398.532
1068			2.400.000				5.799.266	8.199.266
1069			9.075.000	8.925.000			256.326.276	274.326.276
1070			303.200.000				127.735.912	430.935.912
1071			150.900.111	15.390.176			46.153.430	212.443.717
1072			3.025.000	2.975.000	169.566.071			175.566.071
1074							291.181.874	291.181.874
1075			295.410					295.410
1076							9.858.708.842	9.858.708.842
1077			35.873.734	1.141.955.303				1.177.829.037
1078							117.044.047	117.044.047
1080			5.845.939	800.000			410.805.236	417.451.175
1081			44.390.666	110.680.187				155.070.853
1083			81.637.350	38.362.650			526.463.948	646.463.948
1084			41.877.500					41.877.500
1085				1.698.293				1.698.293
1086			43.470.000	4.530.000			1.077.631.113	1.125.631.113
1087			1.935.005.241					1.935.005.241
1088			10.000.000				17.029.414	27.029.414
1089			1.595.716				186.996.143	188.591.859
1090			17.044.252					17.044.252
1091					3.626.164.516			3.626.164.516
1092			1.000.000				9.287.060	10.287.060
1095				666.666				666.666

Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1096			93.807.173	17.440.000				111.247.173
1097			274.822.931	28.521.875	462.106.266			765.451.072
1098			592.316.972	115.487.576	1.078.247.953			1.786.052.501
1099			284.302.182	19.042.624	462.106.266			765.451.072
1100			541.057.086	166.747.462	1.078.247.953			1.786.052.501
1101			524.594.697	233.999.055	3.323.811.966			4.082.405.718
1102			336.990.356	17.469.386	666.141.687			1.020.601.429
1103			36.610.341	6.322.180	59.332.988			102.265.509
1104			42.637.920	104.329.962	220.980.897			367.948.779
1105			12.329.422	4.140.530	24.678.287			41.148.239
1106			969.078	397.854	2.011.517			3.378.449
1107			182.430.686	77.770.617	388.077.033			648.278.336
1108			184.152.217	69.525.712	386.346.246			640.024.175
1109			19.011.961	16.806.123	53.727.126			89.545.210
1110			7.653.501	12.873.157	27.940.380			48.467.038
1112			1.177.600		3.154.515			4.332.115
1113			500.000				92.083.537	92.583.537
1114			11.863.919		7.594.003			19.457.922
1115			298.265.282	127.841.007				426.106.289
1116			19.907.616					19.907.616
1118			710.582.931	1.337.798.746	601.508.233			2.649.889.910
1119			5.436	13.302	28.012			46.750
1120			230.098.623	25.367.782				255.466.405
1121			804.247.331	229.716.635			463.238.678	1.497.202.644
1122			6.364.286					6.364.286
1123			3.845.405.194					3.845.405.194
1124					433.928.524			433.928.524
1125	264.857.206							264.857.206
1126			25.726.012					25.726.012
1128			22.717.187					22.717.187
1131	34.104.240							34.104.240
1132			239.263.501	52.615.875				291.879.376
1133			8.548.581.446	3.220.680.653	4.605.504.218			16.374.766.317
1134			108.622.039					108.622.039
1135							17.306.671	17.306.671
1138	622.625.472		697.709.347	47.867.185				1.368.202.004
1140			89.153.897	80.000.000			643.185.631	812.339.528
1141							18.954.748	18.954.748
1142			127.918.600	78.815.460				206.734.060
1144			902.475.473	723.681.259			1.273.100.069	2.899.256.801
1145					31.000.000.000			31.000.000.000
1147					20.964.569.057			20.964.569.057
1149			18.315.284.401					18.315.284.401
1151			2.589.439.566					2.589.439.566
1152			1.731.792.733					1.731.792.733
1180							275.227.138	275.227.138
1181							261.782.085	261.782.085
1182							688.651	688.651
1183			31.805.240					31.805.240
1184			45.436.057					45.436.057
1201			260.734.151.495					260.734.151.495
1202			219.834.676.753					219.834.676.753
1203			9.752.484.186					9.752.484.186
1206			3.904.524.652					3.904.524.652
1207					6.134.921.210			6.134.921.210
1208					6.134.921.210			6.134.921.210
1209					9.202.381.819			9.202.381.819
1210					9.202.381.819			9.202.381.819
1211			1.078.330.253					1.078.330.253
1213			24.562.149.477					24.562.149.477
1219			27.382.982					27.382.982
1229			23.426.473					23.426.473
1234			2.282.330.976					2.282.330.976
1235			1.492.208.679					1.492.208.679
1241			6.613.109.821					6.613.109.821
1242			57.237.846.933					57.237.846.933
1251			346.786.760	736.921.863				1.083.708.623
1286			205.315.952					205.315.952
1287			3.569.592					3.569.592
1289			31.805.240					31.805.240
1400						41.027.915.349		41.027.915.349
1401						46.538.884.675		46.538.884.675
1443						1.822.972.167.477		1.822.972.167.477
1444		643.939.197.050	1.515.636.544		21.000.000.000			666.454.833.594
1448			15.241.795	419.000.000	2.592.914.572	10.480.665.000		13.507.821.367
1449			271.518.718	1.198.433.793				1.469.952.511
9000			4.858.024.575					4.858.024.575
9001			2.450.882.352					2.450.882.352
9002			5.114.931.505					5.114.931.505

Quadro 7C - Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VII

Recursos de Todas as Fontes

Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
9040			856.849.316					856.849.316
9041					233.253.425			233.253.425
9054			1.199.999.998					1.199.999.998
9201			2.469.450.000					2.469.450.000
9202			2.082.085.294					2.082.085.294
9203			244.000.000					244.000.000
9207					58.104.706			58.104.706
9208					58.104.706			58.104.706
9209					87.157.059			87.157.059
9210					87.157.059			87.157.059
9444			313.487.700.808					313.487.700.808
Total	489.544.404.920	643.939.797.050	2.617.016.529.045	55.310.428.721	228.597.725.201	2.220.511.416.421	77.235.654.954	6.332.155.956.312

Legenda de Fontes

Ordem Numérica	
Fonte	Especificação
1000	-Recursos Livres da União
1001	-Recursos Livres da Seguridade Social
1002	-Atividades-fim da Seguridade Social
1003	-Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social
1004	-Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas
1005	-Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas
1006	-Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes
1009	-Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário
1011	-Destinações da Cide-Combustíveis
1012	-Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
1013	-Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP
1015	-Casa da Moeda
1016	-Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União
1017	-Montepio Civil
1018	-Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios
1019	-FUNAPOL
1021	-Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército
1023	-Pensões Militares da União e dos Ex-territórios
1024	-Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF
1025	-Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas
1026	-Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas
1027	-Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça
1028	-Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis
1029	-Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL
1031	-FUNDAF - PGFN
1032	-FUNDAF - RFB
1033	-PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União
1034	-Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1035	-Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS
1037	-Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública
1038	-Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC
1039	-Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
1040	-Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social
1041	-Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES
1044	-Recursos do FISTEL destinados ao FUST
1045	-Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional
1046	-Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético
1048	-Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social
1049	-Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social
1050	-Recursos Próprios Livres da UO
1051	-Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital
1052	-Recursos Livres da UO
1053	-Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal
1054	-Benefícios do Regime Geral de Previdência Social
1055	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado
1056	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União
1057	-Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social
1058	-Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos
1059	-Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares
1060	-Política de Garantia de Preços Mínimos
1061	-Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito
1062	-Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM

Legenda de Fontes

Ordem Numérica	
Fonte	Especificação
1063	-Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre
1065	-Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas
1066	-Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional
1067	-Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável
1068	-FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
1069	-Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos
1070	-Controle e Fiscalização Ambiental
1071	-Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
1072	-Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos
1074	-Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A
1075	-CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
1076	-Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF
1077	-Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo
1078	-Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo
1080	-Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos
1081	-Convênios
1083	-Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos
1084	-FGTS
1085	-Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social
1086	-Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX
1087	-CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
1088	-Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional
1089	-Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico
1090	-Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO
1091	-Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras
1092	-Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração
1095	-Doações Estrangeiras
1096	-Doações Nacionais
1097	-CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1098	-CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1099	-CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1100	-CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1101	-CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1102	-CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras
1103	-CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1104	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1105	-CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1106	-Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1107	-CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1108	-CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1109	-CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1110	-CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1112	-CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1113	-Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM
1114	-Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional
1115	-Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros

Legenda de Fontes

Ordem Numérica	
Fonte	Especificação
1116	-Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM
1118	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1119	-Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1120	-Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional
1121	-Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1122	-Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1123	-Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1124	-Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES
1125	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal
1126	-Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes
1128	-Custeio das Comissões de Avaliação - INEP
1131	-Recursos Livres do Banco Central do Brasil
1132	-Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre
1133	-Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
1134	-Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
1135	-Recursos do FISTEL destinados ao FSA
1138	-Melhoria da Prestação Jurisdicional
1140	-Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.
1141	-Recursos Destinados conforme Decisões ou Acordos, Judiciais ou Extrajudiciais
1142	-Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
1144	-Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda
1145	-Aplicações para os recursos de Petróleo de que trata o Art. 46-D da Lei nº 12.351/2010 - Despesas de Capital
1147	-Destinações do Fundo Social – FS
1149	-Fundo Social – FS – Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde
1151	-Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica
1152	-Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde
1180	-Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública
1181	-Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 da Lei nº 14.273/2021
1182	-Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)
1183	-Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)
1184	-Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde
1201	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios
1202	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
1203	-Transferência Constitucional do IPI Exportação
1206	-Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios
1207	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte
1208	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste
1209	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste
1210	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido
1211	-Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF
1213	-Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação
1219	-Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios
1229	-Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios
1234	-Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas
1235	-Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu
1241	-Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios
1242	-Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios
1251	-Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP

Legenda de Fontes

Ordem Numérica	
Fonte	Especificação
1286	-Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF
1287	-Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital
1289	-Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal
1400	-Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
1401	-Amortização da Dívida Pública Federal
1443	-Refinanciamento da Dívida Pública Federal
1444	-Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
1448	-Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda
1449	-Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços
1495	-Recursos do Orçamento de Investimento
9000	-Recursos Livres da União
9001	-Recursos Livres da Seguridade Social
9002	-Atividades-fim da Seguridade Social
9040	-Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social
9041	-Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES
9054	-Benefícios do Regime Geral de Previdência Social
9201	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios
9202	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
9203	-Transferência Constitucional do IPI Exportação
9207	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte
9208	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste
9209	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste
9210	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido
9444	-Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
Ordem Alfabética	
Fonte	Especificação
1035	-Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS
1401	-Amortização da Dívida Pública Federal
1086	-Aplicação na Área de Comércio Exterior, Conforme Diretrizes Estabelecidas pela CAMEX
1145	-Aplicações para os recursos de Petróleo de que trata o Art. 46-D da Lei nº 12.351/2010 - Despesas de Capital
1004	-Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas
1005	-Assistência Médico-Hospitalar dos Militares das Forças Armadas
1126	-Assistência Social e à Saúde do Bombeiro Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes
1006	-Assistência Social e à Saúde do Policial Militar do Distrito Federal e de Seus Dependentes
1002	-Atividades-fim da Seguridade Social
9002	-Atividades-fim da Seguridade Social
1054	-Benefícios do Regime Geral de Previdência Social
9054	-Benefícios do Regime Geral de Previdência Social
1056	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União
1055	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição do Segurado
1125	-Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do FCDF – Contribuição Patronal
1015	-Casa da Moeda
1075	-CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
1087	-CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
1062	-Cobertura de Déficits nas Operações da PGPM
1070	-Controle e Fiscalização Ambiental
1081	-Convênios
1097	-CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1098	-CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1112	-CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1103	-CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais

Legenda de Fontes

Ordem Alfabética	
Fonte	Especificação
1099	-CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1108	-CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1109	-CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1110	-CT-Info e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1104	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1118	-CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1105	-CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1107	-CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1100	-CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1101	-CT-Verde Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais
1102	-CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras
1128	-Custeio das Comissões de Avaliação - INEP
1444	-Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
9444	-Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública
1072	-Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo, ou apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos
1026	-Desenvolvimento Rural no Campo do Cooperativismo e do Associativismo, Eletrificação Rural, Extensão Rural e Fiscalização das Sociedades Cooperativas
1090	-Despesas de Representação e Estudos Técnicos em Apoio às Posições Brasileiras na Organização Marítima Internacional - IMO
1034	-Desporto, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1011	-Destinações da Cide-Combustíveis
1147	-Destinações do Fundo Social – FS
1095	-Doações Estrangeiras
1096	-Doações Nacionais
1133	-Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
1091	-Encargos da Intervenção da União no Apoio ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval Brasileiras
1074	-Encargos de Responsabilidade do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A
1046	-Estudos de Planejamento da Expansão do Sistema Energético
1084	-FGTS
1045	-Financiamento de Estudos, Atividades e Serviços de Levantamentos Geológicos Básicos no Território Nacional
1028	-Financiamento de Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Combustíveis Fósseis
1021	-Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército
1009	-Fiscalização de Segurança do Tráfego Aquaviário
1077	-Fiscalização e Proteção das Áreas de Produção de Petróleo
1039	-Fiscalização e Supervisão das Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
1068	-FNDF - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
1019	-FUNAPOL
1031	-FUNDAF - PGFN
1032	-FUNDAF - RFB
1089	-Fundo Aeroviário, para Desenvolvimento do Ensino Profissional Aeronáutico
1088	-Fundo Aeroviário, para Execução e Manutenção do Sistema Aeroviário Nacional
1124	-Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES
1182	-Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap)
1029	-Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, exceto recursos oriundos do FISTEL
1149	-Fundo Social – FS – Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde
1142	-Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
1067	-Gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável
1071	-Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Legenda de Fontes

Ordem Alfabética	
Fonte	Especificação
1057	-Indenização de Imóveis Rurais Desapropriados por Interesse Social
1180	-Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública
1181	-Infraestrutura logística ou de mobilidade ferroviária de titularidade pública, nos termos do § 1º do art. 66 da Lei nº 14.273/2021
1012	-Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
1138	-Melhoria da Prestação Jurisdicional
1037	-Melhoria dos Serviços de Radiodifusão Pública
1017	-Montepio Civil
1449	-Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Bens e/ou Serviços
1448	-Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda
1018	-Órgão ou Entidade do Governo Federal Responsável pela Fiscalização da Distribuição de Prêmios
1400	-Pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
1023	-Pensões Militares da União e dos Ex-territórios
1024	-Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares do FCDF
1114	-Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional
1080	-Pesquisas de Planejamento da Expansão do Sistema Energético, de Inventário e de Viabilidade de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos
1113	-Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM
1060	-Política de Garantia de Preços Mínimos
1066	-Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional
1184	-Prevenção, Controle e Mitigação de Danos Sociais Advindos da Prática de Jogos, nas Áreas de Saúde
1033	-PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União
1041	-Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES
9041	-Programas de Desenvolvimento Econômico - BNDES
1061	-Programas Financiados por Operações Oficiais de Crédito
1115	-Projetos do Comando da Marinha para Construção e Reparos de Embarcações em Estaleiros Brasileiros
1092	-Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração
1025	-Reaparelhamento e Custeio das Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas
1069	-Recursos Arrecadados em Pagamento de Multas por Infração Ambiental a Serem Revertidos a Fundos
1003	-Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social
1122	-Recursos da UO para Aplicação na Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1132	-Recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados para reparação de danos em decorrência de desastre
1076	-Recursos de Petróleo sem Destinação Definida em Decorrência da Suspensão Imposta pela Liminar do STF
1141	-Recursos Destinados conforme Decisões ou Acordos, Judiciais ou Extrajudiciais
1078	-Recursos Destinados, Preferencialmente, ao Desenvolvimento de Atividades de Gestão Ambiental Relacionadas à Cadeia Produtiva do Petróleo
1120	-Recursos do FISTEL de Livre Aplicação na ANATEL e no Tesouro Nacional
1106	-Recursos do FISTEL destinados ao CT-Espacial e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1119	-Recursos do FISTEL destinados ao CT-Infra e a Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais
1135	-Recursos do FISTEL destinados ao FSA
1044	-Recursos do FISTEL destinados ao FUST
1495	-Recursos do Orçamento de Investimento
1001	-Recursos Livres da Seguridade Social
9001	-Recursos Livres da Seguridade Social
9000	-Recursos Livres da União
1000	-Recursos Livres da União
1052	-Recursos Livres da UO
1121	-Recursos Livres da UO, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
1053	-Recursos Livres da UO, Vedado o Pagamento de Dívida e de Pessoal
1131	-Recursos Livres do Banco Central do Brasil
1151	-Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica

Legenda de Fontes

Ordem Alfabética	
Fonte	Especificação
1152	-Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde
1140	-Recursos para a implementação de ações relacionadas ao modal aéreo e para o incremento do turismo.
1085	-Recursos para Aplicação em Despesas de Capital de Programas Habitacionais de Caráter Social
1013	-Recursos para Aplicação em Despesas de Capital do Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - PROAP
1049	-Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social
1051	-Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital
1048	-Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social
1134	-Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal
1065	-Recursos Próprios Destinados ao Fomento de Pesquisas Realizadas por Pessoas Físicas
1116	-Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM
1059	-Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares
1050	-Recursos Próprios Livres da UO
1063	-Rede de Balizamento Marítimo, Fluvial e Lacustre
1443	-Refinanciamento da Dívida Pública Federal
1083	-Reparação de Danos Causados a Interesses Difusos e Coletivos
1058	-Segurança Nuclear, incluindo Controle e Fiscalização, P&D, Apoio Técnico Operacional, Materiais Didáticos e Pedagógicos
1123	-Seguridade Social, com Recursos de Superávit Financeiro Vinculados à Amortização e ao Pagamento do Serviço da Dívida Pública Federal
9040	-Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social
1040	-Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Previdência Social
1027	-Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça
1144	-Sinalização, engenharia de tráfego, engenharia de campo, policiamento, fiscalização, renovação de frota circulante, educação de trânsito e custeio do processo de habilitação de condutores de baixa renda
1183	-Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)
1206	-Transferência Constitucional de Parcela do ITR para os Municípios
1202	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
9202	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
9201	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios
1201	-Transferência Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios
1219	-Transferência Constitucional do IOF Ouro para os Estados, DF e Municípios
9203	-Transferência Constitucional do IPI Exportação
1203	-Transferência Constitucional do IPI Exportação
1208	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste
9208	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Centro-Oeste
9209	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste
1209	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste
1210	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido
9210	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Nordeste - Semiárido
1207	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte
9207	-Transferência Constitucional para Aplicação em Programas de Financiamento ao Setor Produtivo da Região Norte
1213	-Transferência das Cotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação
1229	-Transferência de Parcela da Arrecadação Relativa à Concessão Florestal para os Estados, DF e Municípios
1211	-Transferência de Parcela da Cide Combustíveis aos Estados e DF
1234	-Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Demais Empresas
1235	-Transferência de Parcela da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para os Estados, DF e Municípios - Itaipu
1289	-Transferência para as Secretarias de Esporte, ou Órgãos Equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal
1287	-Transferências, aos Municípios e ao Distrito Federal, de Parcela da Alienação de Imóveis para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital
1241	-Transferências de Parcela da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais para os Estados, DF e Municípios
1286	-Transferências de Parcela das Taxas de Ocupação aos Municípios e ao DF
1242	-Transferências de Parcela dos Royalties de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos aos Estados, DF e Municípios
1251	-Transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
1016	-Transferências para Entidades Delegatárias de Funções e Competências Relativas a Recursos Hídricos de Domínio da União

Legenda de Fontes

<i>Ordem Alfabética</i>	
<i>Fonte</i>	<i>Especificação</i>
1038	-Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

4 - APLICAÇÃO MÍNIMA EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Quadro 8A - Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VIII R\$ 1,00

Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art. 198 da CF)	

A) Receita Corrente Líquida - RCL de 2026:	R\$ 1.636.838.984.403
B) % da RCL	15,00 %
C) Aplicação Mínima em ASPS em 2026 (A*B):	R\$ 245.525.847.660

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

RESUMO

Órgão	Valor
Unidade Orçamentária	
36000 - Ministério da Saúde	245.595.084.495
36201 - Fundação Oswaldo Cruz	8.921.755.020
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	3.202.693.390
36211 - Fundação Nacional de Saúde	849.302.842
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)	884.195.644
36901 - Fundo Nacional de Saúde	231.737.137.599
Total Geral	245.595.084.495

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.

DETALHAMENTO

Órgão	Valor
Unidade Orçamentária	
Ação	
36000 - Ministério da Saúde	245.595.084.495
36201 - Fundação Oswaldo Cruz	8.921.755.020
00WU - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	27.752.634
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	255.864.368
13DW - Construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS)	33.000.000
15VW - Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	160.811.489
2000 - Administração da Unidade	142.000.000
20K1 - Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	20.000.000
20Q7 - Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	16.000.000
20TP - Ativos Cíveis da União	1.178.293.887
20YD - Educação e Trabalho na Saúde	206.000.000
20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	2.080.065.000
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	56.907.079
21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	404.413.959
21DA - Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	327.000.000
21IA - Implementação de novas tecnologias para a vigilância e o controle do aedes aegypti	120.000.000
4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	104.315.000
4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais	1.444.250.544
4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	1.790.000.000
6174 - Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	20.081.060
6179 - Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	42.000.000
6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	140.000.000
8305 - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica	320.000.000
8327 - Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	33.000.000
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	3.202.693.390
0022 - Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	4.257.618
00WU - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	101.697.055
0625 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	21.224.278
163C - Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC	44.000.000
20TP - Ativos Cíveis da União	2.340.334.576
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	215.179.863
6149 - Residência de Profissionais de Saúde - SUS	31.000.000
6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	445.000.000
36211 - Fundação Nacional de Saúde	849.302.842
00WU - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	264.724.548
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	20.033.709
2000 - Administração da Unidade	130.000.000
20AF - Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	8.600.000

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

Órgão		Valor
Unidade Orçamentária		
Ação	IU	
20K2 - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	6	4.500.000
20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	6	7.500.000
20TP - Ativos Cíveis da União	6	121.585.463
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	14.759.122
21C9 - Implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em pequenas comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos)	6	160.000.000
21CG - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	6	2.800.000
21CH - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	6	20.000.000
21CI - Apoiar a implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes, de forma a contribuir para a Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	6	60.000.000
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6	2.300.000
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	6	1.500.000
6881 - Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	6	23.000.000
6908 - Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	6	8.000.000
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)		884.195.644
00WU - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	6	3.657.717
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6	80.453.688
2000 - Administração da Unidade	6	145.766.443
20TP - Ativos Cíveis da União	6	547.149.120
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	18.943.676
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6	2.725.000
8719 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	6	85.500.000
36901 - Fundo Nacional de Saúde		231.737.137.599
00UB - Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias	6	2.903.000.000
00UC - Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde	6	11.709.000.000
00UW - Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem	6	8.722.926.888
00WU - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	6	4.226.835.307
0625 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	6	1.000
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6	803.681.085
0Z01 - Reserva de Contingência Fiscal - Primária	6	213.596.954
0Z08 - Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória destinadas a ações e serviços públicos de saúde	6	20.401.752.939
2000 - Administração da Unidade	6	726.350.000
2016 - Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	6	31.000.000
20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	6	273.000.000
20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	6	3.357.200.000
20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	6	172.500.000
20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	6	44.000.000
20AL - Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	6	2.088.500.000
20K3 - Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	6	9.000.000
20K5 - Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	6	45.000.000
20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde	6	677.656.969
20QF - Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical	6	90.000.000
20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde	6	4.000.000
20QH - Alimentação e Nutrição para a Saúde	6	170.000.000
20QI - Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)	6	10.000.000
20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	6	48.000.000
20TP - Ativos Cíveis da União	6	4.670.671.987
20YD - Educação e Trabalho na Saúde	6	3.620.190.640
20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	6	8.262.230.000
20YJ - Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente	6	280.500.000
20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)	6	481.233.346
20YP - Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	6	1.446.089.732
20YQ - Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	6	650.904.102
20YR - Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	6	6.500.000.000
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6	562.613.182
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	6	102.000.000
218U - Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	6	20.000.000
219A - Piso de Atenção Primária à Saúde	6	26.794.400.000

Quadro 8B – Despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde por Órgão e Unidade Orçamentária

PLDO - 2026, Anexo I, inciso VIII

R\$ 1,00

Órgão		Valor
Unidade Orçamentária		
Ação	IU	
21BF - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	6	152.000.000
21BG - Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	6	4.660.000.000
21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	6	166.101.421
21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	6	326.879.000
21CF - Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS	6	116.000.000
21CJ - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos	6	135.312.210
21D9 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	6	35.000.000
21DX - Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)	6	3.742.821.000
21EC - Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica	6	26.000.000
21ED - Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde Pública de Precisão - Genomas Brasil	6	200.000.000
21GM - Transformação Digital no SUS	6	650.000.000
2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	6	34.000.000
4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	6	1.707.000.000
4324 - Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	6	31.000.000
4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	6	413.000.000
4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais	6	1.260.749.456
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	6	7.050.000
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	6	286.300.000
4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	6	14.987.000.000
5516 - Conferências Nacionais de Saúde	6	18.000.000
6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAÍ de Hospitais de Reabilitação	6	1.520.000.000
6182 - Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS	6	27.600.000
6217 - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	6	657.000.000
6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	6	14.000.000
8287 - Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e Participativa em Saúde	6	40.000.000
8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	6	6.364.948.334
8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde	6	2.009.500.000
8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	6	80.685.412.047
8636 - Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde	6	170.000.000
8648 - Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde	6	3.930.000
8708 - Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	6	12.000.000
8715 - Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	6	17.000.000
8753 - Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	6	11.000.000
8755 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	6	196.100.000
8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	6	570.000.000
8759 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Ortopedia e Traumatologia - INTO	6	366.600.000
Total Geral		245.595.084.495

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.

5 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro 9A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Demonstrativo do Cálculo da Aplicação Mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	
A) Receita de Impostos	1.240.997.993.620
A1) Imposto sobre a Importação	103.186.804.654
A2) Imposto sobre a Exportação	6.868.743
A3) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	4.110.025.950
A4) Imposto sobre a Renda - IR	932.206.144.416
A5) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	99.964.841.848
A6) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF	101.523.308.009
B) Deduções (Transferências)	499.048.755.362
B1) Transferência do ITR - CF Art. 158, II	3.904.524.652
B2) Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE - CF Art. 159, I, a	221.916.762.047
B3) Fundo de Participação dos Municípios - FPM - CF Art. 159, I, b, d, e, f	263.203.601.495
B4) Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI - CF Art. 159, II	9.996.484.186
B5) Transferência do IOF incidente sobre o Ouro - CF Art. 153, §5º	27.382.982
C) Base de Cálculo (C = A - B)	741.949.238.258
D) Valor Mínimo a ser aplicado, no exercício corrente, na manutenção e desenvolvimento do ensino (CF Art. 212) (D = C x 18%)	133.550.862.886
E) Aplicação de receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino (exceto complementação ao Fundeb) - CF Art. 212	116.243.391.585
F) Aplicação de receitas de impostos na complementação ao Fundeb (até 30% da complementação) - CF, Art. 212-A, inciso IV, V e VIII	20.986.370.908
G) Total aplicado pela União para cumprimento do mínimo constitucional (G = E + F)	137.229.762.493
H) Valor excedente à aplicação mínima exigida da União em manutenção e desenvolvimento do ensino (H = G - D)	3.678.899.607

Despesa Total Programada com MDE (IDUSO 8) por Subfunção e Fonte					
A) Programação em Educação					
Subfunções de Educação	Fonte 1000	Fonte 1133	Outras Fontes Vinculadas à Educação(*)	Demais Fontes	TOTAL
362 - Ensino Médio	7.394.495.782	4.605.504.218			12.000.000.000
363 - Ensino Profissional	19.408.999.294		87.975.882		19.496.975.176
364 - Ensino Superior	44.902.419.474		991.604.774	135.636.544	46.029.660.792
365 - Educação Infantil		1.387.397.334			1.387.397.334
366 - Educação de Jovens e Adultos	121.614.073				121.614.073
367 - Educação Especial	48.734.621		1.245.600		49.980.221
368 - Educação Básica	3.700.976.305	4.919.957.473	316.672.365		8.937.606.143
Outras Subfunções na Educação	Fonte 1000	Fonte 1133	Outras Fontes Vinculadas à Educação(*)	Demais Fontes	TOTAL
122 - Administração Geral	1.796.796.199		373.057.967		2.169.854.166
128 - Formação de Recursos Humanos	59.674.314		2.372.319		62.046.633
131 - Comunicação Social	117.853.033				117.853.033
211 - Relações Diplomáticas	2.600.000				2.600.000
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.003.355.043		448.299.950		15.451.654.993
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	5.694.080.358		41.872.914	28.629.867	5.764.583.139
571 - Desenvolvimento Científico	271.229.089				271.229.089
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	464.489.778				464.489.778
846 - Outros Encargos Especiais	10.625.628.058				10.625.628.058
847 - Transferências para a Educação Básica	49.141.268.383		22.843.250.760		71.984.519.143
999 - Reserva de Contingência	4.807.230.775				4.807.230.775
Total	163.561.444.579	10.912.859.025	25.106.352.531	164.266.411	199.744.922.546

(*) As seguintes fontes foram consideradas: 1004, 1012, 1048, 1049, 1050, 1051, 1081, 1095, 1128, 1134, 1142, 1149, 1151, 1152

Quadro 9B - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Programa, Fonte e Órgão

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Valor
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	85.645.102.815
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	12.002.600.000
0999 - Reserva de Contingência	4.807.230.775
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	81.922.185.658
5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	3.370.397.310
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	11.997.405.988
Fonte	Valor
1000 - Recursos Livres da União	163.561.444.579
1001 - Recursos Livres da Seguridade Social	28.629.867
1004 - Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Ativo ou Inativo, Seus Dependentes e Pensionistas	41.872.914
1012 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	380.611.197
1048 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital na Seguridade Social	409.001
1049 - Recursos Próprios da UO para Aplicação em Seguridade Social	443.579.828
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	1.212.816.968
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	10.257.088
1081 - Convênios	41.548.883
1095 - Doações Estrangeiras	666.666
1128 - Custeio das Comissões de Avaliação - INEP	22.717.187
1133 - Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	10.912.859.025
1134 - Recursos Próprios destinados à Educação Básica, vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	108.622.039
1142 - Garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica de escolas de educação básica das redes públicas estaduais e municipais, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	206.734.060
1149 - Fundo Social – FS – Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde	18.315.284.401
1151 - Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica	2.589.439.566
1152 - Recursos para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica, e para a saúde	1.731.792.733
1444 - Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	135.636.544
Órgão	Valor
26 - Ministério da Educação	199.744.922.546
Total	199.744.922.546

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX											Recursos de Todas as Fontes			
Programática			Programa/Ação/Subtítulo/Produto				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
26			Ministério da Educação											199.744.922.546
0032			Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo											85.645.102.815
			Atividades											75.019.474.757
0032	2000		Administração da Unidade				12	122	F					1.041.987.022
0032	2000	0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco											33.928.308
								3 - ODC	2	90	8	1000		32.738.204
								3 - ODC	2	90	8	1050		18.104
								3 - ODC	2	91	8	1000		22.000
								4 - INV	2	90	8	1000		1.150.000
0032	2000	0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal											1.008.058.714
								3 - ODC	2	90	8	1000		659.794.573
								3 - ODC	2	90	8	1000		7.980.000
								3 - ODC	2	90	8	1012		249.449.067
								3 - ODC	2	90	8	1050		1.885.066
								3 - ODC	2	91	8	1000		2.821.632
								4 - INV	2	90	8	1000		66.128.376
								4 - INV	2	90	8	1012		20.000.000
0032	20RH		Gerenciamento das Políticas de Educação				12	122	F					260.471.376
0032	20RH	0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional											249.271.376
			Produto: Unidade apoiada (unidade): 13											31.335.865
								3 - ODC	2	80	8	1000		116.311.302
								3 - ODC	2	90	8	1000		101.519.209
								3 - ODC	2	90	8	1012		101.519.209
								3 - ODC	2	91	8	1000		100.000
								4 - INV	2	90	8	1000		5.000
0032	20RH	0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal											11.200.000
			Produto: Unidade apoiada (unidade): 1											11.200.000
0032	20TP		Ativos Cíveis da União				12	122	F					854.961.972
0032	20TP	0001	Ativos Cíveis da União - Nacional											265.852.205
								1 - PES	1	90	8	1000		265.852.205
0032	20TP	0020	Ativos Cíveis da União - Na Região Nordeste											85.620.372
								1 - PES	1	90	8	1000		85.620.372
0032	20TP	0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco											73.319.323
								1 - PES	1	90	8	1000		73.319.323
0032	20TP	0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso											105.917.563
								1 - PES	1	90	8	1000		105.917.563
0032	20TP	0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás											229.670.700
								1 - PES	1	90	8	1000		229.670.700
0032	20TP	0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal											94.581.809
								1 - PES	1	90	8	1000		94.581.809
0032	216H		Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos				12	122	F					12.433.796
0032	216H	0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional											290.583
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 7											290.583
								3 - ODC	2	90	8	1000		290.583
0032	216H	0011	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Rondônia											311.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 9											311.600
								3 - ODC	2	90	8	1000		311.600
0032	216H	0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre											71.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 4											71.600
								3 - ODC	2	90	8	1000		71.600
0032	216H	0013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amazonas											86.400
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 4											86.400
								3 - ODC	2	90	8	1000		86.400
0032	216H	0014	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Roraima											21.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1											21.600
								3 - ODC	2	90	8	1000		21.600
0032	216H	0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará											131.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 4											131.600
								3 - ODC	2	90	8	1000		131.600
0032	216H	0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá											21.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1											21.600
								3 - ODC	2	90	8	1000		21.600
0032	216H	0017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins											121.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5											121.600
								3 - ODC	2	90	8	1000		121.600
0032	216H	0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste											151.200
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 7											151.200
								3 - ODC	2	90	8	1000		151.200
0032	216H	0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão											117.600
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 7											117.600
								3 - ODC	2	90	8	1000		117.600
0032	216H	0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí											43.200
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1											43.200
								3 - ODC	2	90	8	1000		43.200

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0032 216H 0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	21.600
											21.600
0032 216H 0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 6</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	280.000
											280.000
0032 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 3</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	176.800
											176.800
0032 216H 0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 5</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	100.000
											100.000
0032 216H 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	43.200
						3 - ODC	2	90	8	1050	21.600
											21.600
0032 216H 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 38</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	454.000
											454.000
0032 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 78</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	1.836.239
						3 - ODC	2	90	8	1050	1.692.918
											143.321
0032 216H 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 9</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	190.000
											190.000
0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 9</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	266.895
											266.895
0032 216H 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 15</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	361.600
											361.600
0032 216H 0040	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Sul <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 7</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	129.280
											129.280
0032 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 16</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	611.200
											611.200
0032 216H 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 20</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	739.312
						3 - ODC	2	90	8	1050	717.712
											21.600
0032 216H 0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 306</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	770.800
											770.800
0032 216H 0051	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 9</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	251.600
											251.600
0032 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 30</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	561.600
											561.600
0032 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 93</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	4.223.616
						3 - ODC	2	90	8	1000	3.773.616
											450.000
0032 216H 0054	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Agente público beneficiado (unidade): 1</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	47.471
											47.471
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			12	128	S					62.046.633
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 225</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	1.050.000
						3 - ODC	2	90	8	1000	50.000
											1.000.000
0032 4572 0011	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Rondônia <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1781</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	2.167.059
						3 - ODC	2	91	8	1000	2.166.459
											600
0032 4572 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 650</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	570.000
						3 - ODC	2	91	8	1000	568.000
											2.000
0032 4572 0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas										600.833

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
	Produto: Servidor capacitado (unidade): 520			3 - ODC	2	90	8	1000	600.833
0032 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima Produto: Servidor capacitado (unidade): 260			3 - ODC	2	90	8	1000	694.829
				3 - ODC	2	90	8	1000	694.829
0032 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará Produto: Servidor capacitado (unidade): 2905			3 - ODC	2	90	8	1000	2.713.103
				3 - ODC	2	90	8	1050	2.545.000
				3 - ODC	2	91	8	1000	163.103
									5.000
0032 4572 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá Produto: Servidor capacitado (unidade): 424			3 - ODC	2	90	8	1000	1.050.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	1.050.000
0032 4572 0017	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Tocantins Produto: Servidor capacitado (unidade): 590			3 - ODC	2	90	8	1000	951.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	951.000
0032 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste Produto: Servidor capacitado (unidade): 450			3 - ODC	2	90	8	1000	440.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	440.000
0032 4572 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão Produto: Servidor capacitado (unidade): 2095			3 - ODC	2	90	8	1000	2.200.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	2.200.000
0032 4572 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí Produto: Servidor capacitado (unidade): 355			3 - ODC	2	90	8	1000	500.000
				3 - ODC	2	90	8	1050	300.000
									200.000
0032 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará Produto: Servidor capacitado (unidade): 1370			3 - ODC	2	90	8	1000	2.098.967
				3 - ODC	2	90	8	1000	2.098.967
0032 4572 0024	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Servidor capacitado (unidade): 3450			3 - ODC	2	90	8	1000	2.762.000
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.752.000
									10.000
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba Produto: Servidor capacitado (unidade): 3640			3 - ODC	2	90	8	1000	1.745.540
				3 - ODC	2	90	8	1050	1.645.540
									100.000
0032 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco Produto: Servidor capacitado (unidade): 1965			3 - ODC	2	90	8	1000	2.266.372
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.266.225
									147
0032 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas Produto: Servidor capacitado (unidade): 650			3 - ODC	2	90	8	1000	600.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	600.000
0032 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe Produto: Servidor capacitado (unidade): 1000			3 - ODC	2	90	8	1000	300.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	300.000
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia Produto: Servidor capacitado (unidade): 1840			3 - ODC	2	90	8	1000	2.437.938
				3 - ODC	2	90	8	1050	2.348.722
				3 - ODC	2	91	8	1000	59.216
									30.000
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais Produto: Servidor capacitado (unidade): 6492			3 - ODC	2	90	8	1000	10.239.753
				3 - ODC	2	90	8	1050	9.689.233
				3 - ODC	2	91	8	1000	500.000
									50.520
0032 4572 0032	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Espírito Santo Produto: Servidor capacitado (unidade): 1750			3 - ODC	2	90	8	1000	1.050.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	1.050.000
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Servidor capacitado (unidade): 5048			3 - ODC	2	90	8	1000	7.066.933
				3 - ODC	2	90	8	1000	7.066.933
0032 4572 0035	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de São Paulo Produto: Servidor capacitado (unidade): 1950			3 - ODC	2	90	8	1000	1.136.158
				3 - ODC	2	90	8	1050	836.158
									300.000
0032 4572 0040	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Sul Produto: Servidor capacitado (unidade): 250			3 - ODC	2	90	8	1000	190.000
				3 - ODC	2	91	8	1000	185.000
									5.000
0032 4572 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná Produto: Servidor capacitado (unidade): 1446			3 - ODC	2	90	8	1000	800.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	800.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3335</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	1.314.937
						3 - ODC	2	90	8	1050	1.264.937
											50.000
0032 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 3616</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	4.163.557
						3 - ODC	2	90	8	1049	3.129.557
						3 - ODC	2	91	8	1000	1.000.000
											34.000
0032 4572 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1877</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	2.085.000
											2.085.000
0032 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 1658</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	2.310.000
						3 - ODC	2	91	8	1000	2.275.000
											35.000
0032 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 2570</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	5.732.654
											5.732.654
0032 4572 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Servidor capacitado (unidade): 350</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	810.000
											810.000
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública			12 131	F						117.853.033
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional					3 - ODC	2	90	8	1000	116.382.655
											116.382.655
0032 4641 0041	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado do Paraná					3 - ODC	2	90	8	1000	100.000
											100.000
0032 4641 0042	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Santa Catarina					3 - ODC	2	90	8	1000	758.247
											758.247
0032 4641 0052	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Goiás					3 - ODC	2	90	8	1000	300.000
											300.000
0032 4641 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul					3 - ODC	2	90	8	1000	312.131
											312.131
0032 20TP	Ativos Cíveis da União			12 302	S						14.791.448.496
0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional					1 - PES	1	90	8	1000	9.410.069.223
											9.410.069.223
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas					1 - PES	1	90	8	1000	48.940.446
											48.940.446
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará					1 - PES	1	90	8	1000	93.329.625
											93.329.625
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão					1 - PES	1	90	8	1000	88.854.130
											88.854.130
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí					1 - PES	1	90	8	1000	3.468.381
											3.468.381
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará					1 - PES	1	90	8	1000	164.368.432
											164.368.432
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte					1 - PES	1	90	8	1000	113.820.610
											113.820.610
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba					1 - PES	1	90	8	1000	167.769.240
											167.769.240
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco					1 - PES	1	90	8	1000	159.261.603
											159.261.603
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas					1 - PES	1	90	8	1000	83.775.415
											83.775.415
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe					1 - PES	1	90	8	1000	60.914.200
											60.914.200
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia					1 - PES	1	90	8	1000	117.779.881
											117.779.881
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais					1 - PES	1	90	8	1000	471.306.117
											471.306.117
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo					1 - PES	1	90	8	1000	72.739.166
											72.739.166
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro					1 - PES	1	90	8	1000	830.921.582
											830.921.582
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo					1 - PES	1	90	8	1000	346.838.567
											346.838.567
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná					1 - PES	1	90	8	1000	162.441.605
											162.441.605

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina					1 - PES	1	90	8	1000	138.300.358
											138.300.358
0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul					1 - PES	1	90	8	1000	2.005.688.518
											2.005.688.518
0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso					1 - PES	1	90	8	1000	27.938.214
											27.938.214
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás					1 - PES	1	90	8	1000	113.442.164
											113.442.164
0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal					1 - PES	1	90	8	1000	73.295.156
											73.295.156
0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul					1 - PES	1	90	8	1000	36.185.863
											36.185.863
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes			12	331	S					886.005.232
0032 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional					3 - ODC	1	90	8	1000	128.547.238
											128.547.238
0032 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia					3 - ODC	1	90	8	1000	5.749.872
											5.749.872
0032 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre					3 - ODC	1	90	8	1000	3.658.249
											3.658.249
0032 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas					3 - ODC	1	90	8	1000	10.268.232
						3 - ODC	1	90	8	1000	9.332.928
											935.304
0032 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima					3 - ODC	1	90	8	1000	4.069.284
											4.069.284
0032 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará					3 - ODC	1	90	8	1000	21.216.891
						3 - ODC	1	90	8	1000	20.508.195
											708.696
0032 2004 0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá					3 - ODC	1	90	8	1000	4.212.912
											4.212.912
0032 2004 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins					3 - ODC	1	90	8	1000	8.615.856
											8.615.856
0032 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste					3 - ODC	1	90	8	1000	6.236.604
											6.236.604
0032 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão					3 - ODC	1	90	8	1000	16.773.024
						3 - ODC	1	90	8	1000	15.955.020
											818.004
0032 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí					3 - ODC	1	90	8	1000	16.056.588
						3 - ODC	1	90	8	1000	15.994.116
											62.472
0032 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará					3 - ODC	1	90	8	1000	24.145.790
						3 - ODC	1	90	8	1000	22.206.770
											1.939.020
0032 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte					3 - ODC	1	90	8	1000	30.429.406
						3 - ODC	1	90	8	1000	1.639.812
											28.789.594
0032 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba					3 - ODC	1	90	8	1000	28.726.620
						3 - ODC	1	90	8	1000	2.355.540
											26.371.080
0032 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco					3 - ODC	1	90	8	1000	33.450.720
						3 - ODC	1	90	8	1000	2.403.084
											31.047.636
0032 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas					3 - ODC	1	90	8	1000	14.928.588
						3 - ODC	1	90	8	1000	424.956
											14.503.632
0032 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe										12.582.684

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	1	90	8	1000	11.598.528
				3 - ODC	1	90	8	1000	984.156
0032 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia			3 - ODC	1	90	8	1000	26.419.512
				3 - ODC	1	90	8	1000	24.914.316
				3 - ODC	1	90	8	1000	1.505.196
0032 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais			3 - ODC	1	90	8	1000	120.691.281
				3 - ODC	1	90	8	1000	113.055.173
				3 - ODC	1	90	8	1000	7.636.108
0032 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo			3 - ODC	1	90	8	1000	19.549.128
				3 - ODC	1	90	8	1000	18.613.728
				3 - ODC	1	90	8	1000	935.400
0032 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro			3 - ODC	1	90	8	1000	61.488.043
				3 - ODC	1	90	8	1000	6.318.240
				3 - ODC	1	90	8	1000	55.169.803
0032 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo			3 - ODC	1	90	8	1000	25.488.105
				3 - ODC	1	90	8	1000	23.739.870
				3 - ODC	1	90	8	1000	1.748.235
0032 2004 0040	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	1000	2.810.771
				3 - ODC	1	90	8	1000	2.810.771
0032 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná			3 - ODC	1	90	8	1000	36.601.574
				3 - ODC	1	90	8	1000	2.277.756
				3 - ODC	1	90	8	1000	34.323.818
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina			3 - ODC	1	90	8	1000	26.186.151
				3 - ODC	1	90	8	1000	2.058.936
				3 - ODC	1	90	8	1000	24.127.215
0032 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul			3 - ODC	1	90	8	1000	75.080.499
				3 - ODC	1	90	8	1000	3.110.556
				3 - ODC	1	90	8	1000	51.917.862
				3 - ODC	1	90	8	1001	20.052.081
0032 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso			3 - ODC	1	90	8	1000	11.864.965
				3 - ODC	1	90	8	1000	316.596
				3 - ODC	1	90	8	1000	11.548.369
0032 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás			3 - ODC	1	90	8	1000	28.767.365
				3 - ODC	1	90	8	1000	26.434.493
				3 - ODC	1	90	8	1000	2.332.872
0032 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal			3 - ODC	1	90	8	1000	22.628.943
				3 - ODC	1	90	8	1000	700.740
				3 - ODC	1	90	8	1000	21.928.203
0032 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul			3 - ODC	1	90	8	1000	58.760.337
				3 - ODC	1	90	8	1000	10.474.565
				3 - ODC	1	90	8	1000	6.412.858
				3 - ODC	1	90	8	1004	41.872.914
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12	331	S					4.878.577.907
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional								795.377.099
				3 - ODC	1	90	8	1000	795.377.099
0032 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia								37.097.586
				3 - ODC	1	90	8	1000	37.097.586
0032 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre								31.260.162
				3 - ODC	1	90	8	1000	31.260.162
0032 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas								72.199.104
				3 - ODC	1	90	8	1000	68.285.368
				3 - ODC	1	90	8	1000	3.913.736
0032 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima								30.211.856
				3 - ODC	1	90	8	1000	30.211.856
0032 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará								146.073.486

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				3 - ODC	1	90	8	1000	4.827.428
				3 - ODC	1	90	8	1000	141.246.058
0032 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá			3 - ODC	1	90	8	1000	24.762.662
				3 - ODC	1	90	8	1000	24.762.662
0032 212B 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins			3 - ODC	1	90	8	1000	49.818.720
				3 - ODC	1	90	8	1000	49.818.720
0032 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste			3 - ODC	1	90	8	1000	31.757.770
				3 - ODC	1	90	8	1000	31.757.770
0032 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão			3 - ODC	1	90	8	1000	96.468.299
				3 - ODC	1	90	8	1000	6.173.378
				3 - ODC	1	90	8	1000	90.294.921
0032 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí			3 - ODC	1	90	8	1000	75.227.953
				3 - ODC	1	90	8	1000	74.940.249
				3 - ODC	1	90	8	1000	287.704
0032 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará			3 - ODC	1	90	8	1000	129.148.727
				3 - ODC	1	90	8	1000	118.437.532
				3 - ODC	1	90	8	1000	10.711.195
0032 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte			3 - ODC	1	90	8	1000	135.978.985
				3 - ODC	1	90	8	1000	129.000.439
				3 - ODC	1	90	8	1000	6.978.546
0032 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba			3 - ODC	1	90	8	1000	152.916.855
				3 - ODC	1	90	8	1000	142.609.903
				3 - ODC	1	90	8	1000	10.306.952
0032 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco			3 - ODC	1	90	8	1000	180.761.768
				3 - ODC	1	90	8	1000	13.875.925
				3 - ODC	1	90	8	1000	166.885.843
0032 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas			3 - ODC	1	90	8	1000	75.752.863
				3 - ODC	1	90	8	1000	70.221.177
				3 - ODC	1	90	8	1000	5.531.686
0032 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe			3 - ODC	1	90	8	1000	64.022.042
				3 - ODC	1	90	8	1000	60.083.557
				3 - ODC	1	90	8	1000	3.938.485
0032 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia			3 - ODC	1	90	8	1000	191.891.727
				3 - ODC	1	90	8	1000	8.884.970
				3 - ODC	1	90	8	1000	183.006.757
0032 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais			3 - ODC	1	90	8	1000	515.812.486
				3 - ODC	1	90	8	1000	35.468.601
				3 - ODC	1	90	8	1000	480.343.885
0032 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo			3 - ODC	1	90	8	1000	88.894.702
				3 - ODC	1	90	8	1000	5.401.786
				3 - ODC	1	90	8	1000	83.492.916
0032 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro			3 - ODC	1	90	8	1000	487.634.669
				3 - ODC	1	90	8	1000	72.267.926
				3 - ODC	1	90	8	1000	415.366.743
0032 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo			3 - ODC	1	90	8	1000	203.637.946
				3 - ODC	1	90	8	1000	27.507.704
				3 - ODC	1	90	8	1000	176.130.242
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul			3 - ODC	1	90	8	1000	19.695.487
				3 - ODC	1	90	8	1000	19.695.487
0032 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná			3 - ODC	1	90	8	1000	179.116.877
				3 - ODC	1	90	8	1000	165.342.394
				3 - ODC	1	90	8	1000	13.774.483
0032 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina			3 - ODC	1	90	8	1000	145.194.480
				3 - ODC	1	90	8	1000	10.820.804
				3 - ODC	1	90	8	1000	134.373.676

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0032 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul					3 - ODC	1	90	8	1000	410.555.832
						3 - ODC	1	90	8	1000	300.142.583
						3 - ODC	1	90	8	1000	101.835.463
						3 - ODC	1	90	8	1001	8.577.786
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso					3 - ODC	1	90	8	1000	75.996.294
						3 - ODC	1	90	8	1000	2.201.653
						3 - ODC	1	90	8	1000	73.794.641
0032 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás					3 - ODC	1	90	8	1000	121.445.721
						3 - ODC	1	90	8	1000	113.243.761
						3 - ODC	1	90	8	1000	8.201.960
0032 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal					3 - ODC	1	90	8	1000	229.548.543
						3 - ODC	1	90	8	1000	224.210.637
						3 - ODC	1	90	8	1000	5.337.906
0032 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul					3 - ODC	1	90	8	1000	80.317.206
						3 - ODC	1	90	8	1000	3.881.900
						3 - ODC	1	90	8	1000	76.435.306
0032 20TP	Ativos Cíveis da União			12 363 F							16.126.577.866
0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia					1 - PES	1	90	8	1000	247.054.989
						1 - PES	1	90	8	1000	247.054.989
0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre					1 - PES	1	90	8	1000	138.305.729
						1 - PES	1	90	8	1000	138.305.729
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas					1 - PES	1	90	8	1000	348.751.013
						1 - PES	1	90	8	1000	348.751.013
0032 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima					1 - PES	1	90	8	1000	124.098.523
						1 - PES	1	90	8	1000	124.098.523
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará					1 - PES	1	90	8	1000	488.286.559
						1 - PES	1	90	8	1000	488.286.559
0032 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá					1 - PES	1	90	8	1000	114.148.585
						1 - PES	1	90	8	1000	114.148.585
0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins					1 - PES	1	90	8	1000	268.121.114
						1 - PES	1	90	8	1000	268.121.114
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão					1 - PES	1	90	8	1000	638.184.684
						1 - PES	1	90	8	1000	638.184.684
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí					1 - PES	1	90	8	1000	508.319.705
						1 - PES	1	90	8	1000	508.319.705
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará					1 - PES	1	90	8	1000	768.439.753
						1 - PES	1	90	8	1000	768.439.753
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte					1 - PES	1	90	8	1000	607.737.073
						1 - PES	1	90	8	1000	607.737.073
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba					1 - PES	1	90	8	1000	565.609.424
						1 - PES	1	90	8	1000	565.609.424
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco					1 - PES	1	90	8	1000	674.078.000
						1 - PES	1	90	8	1000	674.078.000
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas					1 - PES	1	90	8	1000	405.722.934
						1 - PES	1	90	8	1000	405.722.934
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe					1 - PES	1	90	8	1000	253.114.193
						1 - PES	1	90	8	1000	253.114.193
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia					1 - PES	1	90	8	1000	941.054.230
						1 - PES	1	90	8	1000	941.054.230
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais					1 - PES	1	90	8	1000	1.850.982.550
						1 - PES	1	90	8	1000	1.850.982.550
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo					1 - PES	1	90	8	1000	663.073.104
						1 - PES	1	90	8	1000	663.073.104
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro					1 - PES	1	90	8	1000	1.099.899.234
						1 - PES	1	90	8	1000	1.099.899.234
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo					1 - PES	1	90	8	1000	989.968.337
						1 - PES	1	90	8	1000	989.968.337
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná					1 - PES	1	90	8	1000	542.852.368
						1 - PES	1	90	8	1000	542.852.368
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina					1 - PES	1	90	8	1000	974.383.403
						1 - PES	1	90	8	1000	974.383.403
0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul					1 - PES	1	90	8	1000	1.211.336.204
						1 - PES	1	90	8	1000	1.211.336.204

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso					1 - PES	1	90	8	1000	426.971.289
											426.971.289
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás					1 - PES	1	90	8	1000	770.886.051
											770.886.051
0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal					1 - PES	1	90	8	1000	269.138.184
											269.138.184
0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul					1 - PES	1	90	8	1000	236.060.634
											236.060.634
0032 20TP	Ativos Cíveis da União			12	364	F					35.147.079.655
0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia					1 - PES	1	90	8	1000	267.182.378
											267.182.378
0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre					1 - PES	1	90	8	1000	282.962.203
											282.962.203
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas					1 - PES	1	90	8	1000	598.455.253
											598.455.253
0032 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima					1 - PES	1	90	8	1000	210.862.286
											210.862.286
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará					1 - PES	1	90	8	1000	1.565.844.561
											1.565.844.561
0032 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá					1 - PES	1	90	8	1000	207.660.527
											207.660.527
0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins					1 - PES	1	90	8	1000	392.785.893
											392.785.893
0032 20TP 0020	Ativos Cíveis da União - Na Região Nordeste					1 - PES	1	90	8	1000	358.980.302
											358.980.302
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão					1 - PES	1	90	8	1000	598.514.621
											598.514.621
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí					1 - PES	1	90	8	1000	563.573.434
											563.573.434
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará					1 - PES	1	90	8	1000	1.016.710.204
											1.016.710.204
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte					1 - PES	1	90	8	1000	1.273.647.274
											1.273.647.274
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba					1 - PES	1	90	8	1000	1.637.990.274
											1.637.990.274
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco					1 - PES	1	90	8	1000	1.592.215.459
											1.592.215.459
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas					1 - PES	1	90	8	1000	598.440.882
											598.440.882
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe					1 - PES	1	90	8	1000	609.410.429
											609.410.429
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia					1 - PES	1	90	8	1000	1.601.646.551
											1.601.646.551
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais					1 - PES	1	90	8	1000	5.213.368.347
											5.213.368.347
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo					1 - PES	1	90	8	1000	677.635.270
											677.635.270
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro					1 - PES	1	90	8	1000	4.008.554.129
											4.008.554.129
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo					1 - PES	1	90	8	1000	1.507.101.156
											1.507.101.156
0032 20TP 0040	Ativos Cíveis da União - Na Região Sul					1 - PES	1	90	8	1000	280.035.153
											280.035.153
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná					1 - PES	1	90	8	1000	2.035.001.511
											2.035.001.511
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina					1 - PES	1	90	8	1000	1.028.047.712
											1.028.047.712
0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul					1 - PES	1	90	8	1000	3.448.748.534
											3.448.748.534
0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso					1 - PES	1	90	8	1000	569.202.172
											569.202.172
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás					1 - PES	1	90	8	1000	758.731.728
											758.731.728
0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal					1 - PES	1	90	8	1000	1.347.767.674
											1.347.767.674
0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul										896.003.738

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				1 - PES	1	90	8	1000	896.003.738
0032 20TP	Ativos Cíveis da União	12 368	F						558.931.256
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES	1	90	8	1000	558.931.256
									558.931.256
0032 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	12 571	F						271.229.089
0032 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional								271.229.089
	<i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 8</i>			3 - ODC	2	50	8	1000	271.229.089
0032 4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais	12 573	F						9.871.424
0032 4000 0001	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - Nacional			3 - ODC	2	90	8	1000	8.871.424
	<i>Produto: Estudo realizado (unidade): 60</i>			3 - ODC	2	91	8	1000	4.000
				4 - INV	2	90	8	1000	523.424
0032 4000 0026	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - No Estado de Pernambuco								1.000.000
	<i>Produto: Estudo realizado (unidade): 173</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	985.000
				3 - ODC	2	91	8	1000	15.000
Operações Especiais									10.625.628.058
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12 846	F						10.625.628.058
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional			1 - PES	0	91	8	1000	18.637.541
									88.070.044
0032 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia			1 - PES	0	91	8	1000	88.070.044
									79.854.797
0032 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre			1 - PES	0	91	8	1000	79.854.797
									184.040.917
0032 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas			1 - PES	0	91	8	1000	10.390.373
				1 - PES	0	91	8	1000	173.650.544
0032 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima			1 - PES	0	91	8	1000	64.144.030
									402.493.153
0032 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará			1 - PES	0	91	8	1000	384.016.961
				1 - PES	0	91	8	1000	18.476.192
0032 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá			1 - PES	0	91	8	1000	54.864.899
									121.618.118
0032 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins			1 - PES	0	91	8	1000	121.618.118
									79.741.873
0032 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste			1 - PES	0	91	8	1000	79.741.873
									239.140.750
0032 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão			1 - PES	0	91	8	1000	221.292.743
				1 - PES	0	91	8	1000	17.848.007
0032 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí			1 - PES	0	91	8	1000	200.548.653
				1 - PES	0	91	8	1000	704.291
				1 - PES	0	91	8	1000	199.844.362
0032 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará			1 - PES	0	91	8	1000	377.608.260
				1 - PES	0	91	8	1000	342.725.681
				1 - PES	0	91	8	1000	34.882.579
0032 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte								392.919.104
				1 - PES	0	91	8	1000	24.384.798

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				1 - PES	0	91	8	1000	368.534.306
0032 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	459.698.936 425.063.911 34.635.025
0032 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	497.857.027 464.429.159 33.427.868
0032 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	200.285.270 183.822.430 16.462.840
0032 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	174.456.546 13.200.277 161.256.269
0032 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	483.587.093 24.480.186 459.106.907
0032 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	1.440.359.472 96.238.826 1.344.120.646
0032 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	231.399.059 13.503.191 217.895.868
0032 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	1.214.011.628 1.063.509.585 150.502.043
0032 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	504.287.883 62.991.927 441.295.956
0032 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul			1 - PES	0	91	8	1000	50.231.033 50.231.033
0032 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	619.430.140 586.950.658 32.479.482
0032 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	374.607.167 24.599.988 350.007.179
0032 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	924.573.863 880.758.791 43.815.072
0032 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	206.096.496 200.148.171 5.948.325
0032 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	381.709.921 22.815.111 358.894.810
0032 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal			1 - PES	0	91	8	1000	346.968.938 331.916.785

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
				1 - PES	0	91	8	1000	15.052.153
0032 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul			1 - PES 1 - PES	0 0	91 91	8 8	1000 1000	212.385.447 206.280.414 6.105.033
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								12.002.600.000
	Operações Especiais								12.002.600.000
0909 00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados	12 211	F						2.600.000
0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados - Exterior			3 - ODC	2	80	8	1000	2.600.000
0909 00W2	Integralização de cotas pela União em Fundo Privado com o Objetivo de Custear e Gerir Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio	12 362	F						12.000.000.000
0909 00W2 0001	Integralização de cotas pela União em Fundo Privado com o Objetivo de Custear e Gerir Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio - Nacional			5 - IFI 5 - IFI	2 2	90 90	8 8	1000 1133	12.000.000.000 7.394.495.782 4.605.504.218
0999	Reserva de Contingência								4.807.230.775
	Operações Especiais								4.807.230.775
0999 0200	Reserva de Contingência - Financeira	99 999	F						663.000.446
0999 0200 6499	Reserva de Contingência - Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos			1 - PES	0	90	8	1000	663.000.446
0999 0201	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999	F						4.144.230.329
0999 0201 6499	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos			1 - PES	1	90	8	1000	4.144.230.329
5111	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade								81.922.185.658
	Atividades								3.646.626.963
5111 214V	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos	12 366	F						47.620.473
5111 214V 0001	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos - Nacional <i>Produto: Pessoa beneficiada (unidade): 221080</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	47.620.473
5111 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	12 367	F						49.980.221
5111 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 5860</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2	90 90 91 90	8 8 8 8	1000 1050 1000 1000	44.321.070 1.245.600 25.000 4.388.551
5111 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368	F						72.412.348
5111 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 520</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	461.331 411.331 50.000
5111 20RI 0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 462</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	450.347 329.087 121.260
5111 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 1350</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	1.197.265 997.265 200.000
5111 20RI 0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 630</i>			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 91 90	8 8 8	1000 1000 1000	648.061 538.061 10.000 100.000
5111 20RI 0023	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Ceará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 56</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	54.920
5111 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 417</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	1000 1000	406.411 402.347 4.064
5111 20RI 0025	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado da Paraíba <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 370</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	296.571 266.769 29.802

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5111 20RI 0026	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 420</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	2.488.150 2.088.150 400.000
5111 20RI 0027	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Alagoas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 101</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	76.889 76.889
5111 20RI 0028	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Sergipe <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 420</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	395.427 345.427 50.000
5111 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 2863</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	2.862.845 2.621.951 240.894
5111 20RI 0032	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 130</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	98.857 58.857 40.000
5111 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 16030</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2	90 90 91 90	8 8 8 8	1000 1050 1000 1000	60.503.857 55.796.249 4.278.185 42.782 386.641
5111 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 1022</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	1.109.391 879.391 230.000
5111 20RI 0043	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 824</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	626.093 626.093
5111 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 780</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	735.933 588.447 147.486
5111 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	12	368	F					238.310.109
5111 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3667</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	238.310.109 238.310.108 1
5111 20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica	12	368	F					927.689.962
5111 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional <i>Produto: Pessoa avaliada (unidade): 5822001</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2 2 2	30 80 80 90 91 30 90	8 8 8 8 8 8 8	1000 1000 1000 1050 1000 1000 1000	927.689.962 19.960.565 5.280.000 701.029.285 194.129.220 2.182.000 4.990.142 118.750
5111 20RQ	Produção, Avaliação, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	12	368	F					2.050.263.007
5111 20RQ 0001	Produção, Avaliação, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional <i>Produto: Material distribuído (unidade): 110004526</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC	2 2 2	90 90 90	8 8 8	1000 1133 1134	2.050.263.007 27.086.400 1.914.554.568 108.622.039
5111 213M	Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão	12	368	F					247.787.942
5111 213M 0001	Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 15</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	247.787.942 247.787.942
5111 4014	Censo Escolar da Educação Básica	12	368	F					12.562.901
5111 4014 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional <i>Produto: Censo realizado (unidade): 1</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2 2 2	30 80 90 91 30	8 8 8 8 8	1000 1000 1000 1000 1000	12.562.901 4.304.231 580.000 5.130.000 10.000 2.538.670
Operações Especiais									78.275.558.695
5111 00OW	Apoio à Manutenção da Educação Infantil	12	365	F					250.000.000
5111 00OW 0001	Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional <i>Item de Mensuração: Vaga mantida (unidade): 61.541</i>			3 - ODC	2	40	8	1133	250.000.000 250.000.000
5111 00SU	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil	12	365	F					1.137.397.334
5111 00SU 0001	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional								1.137.397.334

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	<i>Item de Mensuração:</i> Projeto apoiado (unidade): 4.052			4 - INV	3	40	8	1133	1.136.416.703
				4 - INV	2	40	8	1133	980.631
5111 00PH	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos	12 366	F						73.993.600
5111 00PH 0001	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos - Nacional								73.993.600
	<i>Item de Mensuração:</i> Bolsa concedida (unidade): 78.328			3 - ODC	2	90	8	1000	73.993.600
5111 0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	12 368	F						1.306.221.583
5111 0000 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional								1.306.221.583
	<i>Item de Mensuração:</i> Bolsa concedida (unidade): 334.404			3 - ODC	2	90	8	1000	1.306.221.583
5111 00VI	Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral	12 368	F						20.763.200
5111 00VI 0001	Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral - Nacional								20.763.200
	<i>Item de Mensuração:</i> Estudante matriculado (unidade): 638			3 - ODC	2	90	8	1000	20.763.200
5111 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	12 368	F						515.376.024
5111 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional								515.376.024
	<i>Item de Mensuração:</i> Iniciativa apoiada (unidade): 84			3 - ODC	2	30	8	1000	251.785.241
				3 - ODC	2	90	8	1000	214.569.803
				3 - ODC	2	90	8	1012	9.642.921
				3 - ODC	2	90	8	1133	37.560.057
				4 - INV	2	30	8	1000	500.000
				4 - INV	2	90	8	1000	1.318.002
5111 0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	12 368	F						872.038.385
5111 0969 0001	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - Nacional								872.038.385
	<i>Item de Mensuração:</i> Estudante atendido (unidade): 4.341.319			3 - ODC	1	30	8	1133	69.843.675
				3 - ODC	1	40	8	1133	802.194.710
5111 0E53	Apoio à aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola	12 368	F						713.000.000
5111 0E53 0001	Apoio à aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Nacional								713.000.000
	<i>Item de Mensuração:</i> Veículo adquirido (unidade): 1.235			4 - INV	3	40	8	1133	712.000.000
				4 - INV	2	40	8	1133	1.000.000
5111 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	12 368	F						1.402.249.426
5111 20RP 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Nacional								1.402.249.426
	<i>Item de Mensuração:</i> Projeto apoiado (unidade): 5.079			3 - ODC	3	40	8	1133	12.521.144
				3 - ODC	3	80	8	1000	4.402.199
				3 - ODC	3	90	8	1000	15.042.764
				4 - INV	3	30	8	1133	49.798.903
				4 - INV	2	40	8	1133	1.000.000
				4 - INV	3	40	8	1133	1.162.090.244
				4 - INV	3	90	8	1133	157.394.172
5111 00SB	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb	12 847	F						69.954.569.694
5111 00SB 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb - Nacional								69.954.569.694
				3 - ODC	1	40	8	1000	47.318.052.994
				3 - ODC	1	40	8	1149	18.315.284.401
				3 - ODC	1	40	8	1151	2.589.439.566
				3 - ODC	1	40	8	1152	1.731.792.733
5111 0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	12 847	F						2.029.949.449
5111 0515 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional								2.029.949.449
	<i>Item de Mensuração:</i> Escola apoiada (unidade): 325.081			3 - ODC	1	30	8	1000	563.616.118
				3 - ODC	1	40	8	1000	555.336.108
				3 - ODC	1	40	8	1142	127.918.600
				3 - ODC	1	50	8	1000	7.560.166
				4 - INV	1	30	8	1000	275.176.781
				4 - INV	1	40	8	1000	421.526.216
				4 - INV	1	40	8	1142	78.815.460
5112	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma								3.370.397.310
	Atividades								2.528.041.243
5112 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363	F						49.971.944
5112 20RG 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia								500.000
	<i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 11			4 - INV	2	90	8	1000	500.000
5112 20RG 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre								500.000
	<i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 3			4 - INV	2	90	8	1000	500.000
5112 20RG 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas								1.500.000
	<i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 5			4 - INV	2	90	8	1000	1.500.000
5112 20RG 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima								1.000.000
	<i>Produto:</i> Projeto viabilizado (unidade): 1			4 - INV	2	90	8	1000	1.000.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RG 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará Produto: Projeto viabilizado (unidade): 10					4 - INV	2	90	8	1000	3.000.000
											3.000.000
5112 20RG 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1					4 - INV	2	90	8	1000	50.000
											50.000
5112 20RG 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins Produto: Projeto viabilizado (unidade): 2					4 - INV	2	90	8	1000	371.295
						4 - INV	2	90	8	1051	300.000
											71.295
5112 20RG 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3					4 - INV	2	90	8	1000	600.000
											600.000
5112 20RG 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí Produto: Projeto viabilizado (unidade): 2					4 - INV	2	90	8	1000	2.400.000
											2.400.000
5112 20RG 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará Produto: Projeto viabilizado (unidade): 7					4 - INV	2	90	8	1000	500.000
											500.000
5112 20RG 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5					4 - INV	2	90	8	1000	1.650.000
											1.650.000
5112 20RG 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Produto: Projeto viabilizado (unidade): 15					4 - INV	2	90	8	1000	3.232.698
											3.232.698
5112 20RG 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Produto: Projeto viabilizado (unidade): 133					4 - INV	2	90	8	1000	1.075.000
						4 - INV	2	90	8	1051	20.000
											1.055.000
5112 20RG 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Produto: Projeto viabilizado (unidade): 11					4 - INV	2	90	8	1000	1.450.000
						4 - INV	2	90	8	1050	1.200.000
											250.000
5112 20RG 0028	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1					4 - INV	2	90	8	1000	10.000
											10.000
5112 20RG 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Produto: Projeto viabilizado (unidade): 5					4 - INV	2	90	8	1000	1.450.000
						4 - INV	2	90	8	1050	1.400.000
											50.000
5112 20RG 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Produto: Projeto viabilizado (unidade): 54					3 - ODC	2	90	8	1000	10.862.227
						4 - INV	2	90	8	1000	900.000
						4 - INV	2	90	8	1000	7.936.695
						4 - INV	2	90	8	1050	1.325.532
						4 - INV	2	90	8	1051	255.000
						4 - INV	2	90	8	1081	445.000
5112 20RG 0032	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Produto: Projeto viabilizado (unidade): 2					4 - INV	2	90	8	1000	100.000
											100.000
5112 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Projeto viabilizado (unidade): 9					4 - INV	2	90	8	1000	6.133.395
						4 - INV	2	90	8	1051	6.112.275
											21.120
5112 20RG 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo Produto: Projeto viabilizado (unidade): 1					4 - INV	2	90	8	1050	1.500.000
											1.500.000
5112 20RG 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Produto: Projeto viabilizado (unidade): 4					4 - INV	2	90	8	1000	200.000
											200.000
5112 20RG 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina Produto: Projeto viabilizado (unidade): 36					4 - INV	2	90	8	1000	1.200.000
											1.200.000
5112 20RG 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul Produto: Projeto viabilizado (unidade): 35					4 - INV	2	90	8	1000	4.050.984
											4.050.984
5112 20RG 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso										1.281.045

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Produto: Projeto viabilizado (unidade): 9						4 - INV	2	90	8	1000	100.000
							4 - INV	2	90	8	1050	692.149
							4 - INV	2	90	8	1051	488.896
5112 20RG 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás											1.100.000
	Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3						4 - INV	2	90	8	1000	1.100.000
5112 20RG 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal											100.000
	Produto: Projeto viabilizado (unidade): 3						4 - INV	2	90	8	1000	100.000
5112 20RG 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul											4.155.300
	Produto: Projeto viabilizado (unidade): 12						4 - INV	2	90	8	1000	4.155.300
5112 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				12	363	F					2.231.849.183
5112 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia											38.230.760
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 37779						3 - ODC	2	90	8	1000	37.609.573
							3 - ODC	2	90	8	1050	487.319
							3 - ODC	2	91	8	1000	133.868
5112 20RL 0012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre											20.395.123
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 6814						3 - ODC	2	90	8	1000	20.242.600
							3 - ODC	2	90	8	1050	64.478
							3 - ODC	2	91	8	1000	88.045
5112 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas											60.031.672
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 24062						3 - ODC	2	90	8	1000	59.976.200
							3 - ODC	2	90	8	1050	54.923
							3 - ODC	2	91	8	1000	549
5112 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Roraima											19.135.804
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 7391						3 - ODC	2	90	8	1000	18.349.334
							3 - ODC	2	90	8	1050	36.470
							3 - ODC	2	91	8	1000	50.000
							4 - INV	2	90	8	1000	700.000
5112 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará											72.050.857
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 20600						3 - ODC	2	90	8	1000	70.051.712
							3 - ODC	2	90	8	1050	1.041.145
							3 - ODC	2	91	8	1000	100.000
							4 - INV	2	90	8	1000	358.000
							4 - INV	2	90	8	1050	500.000
5112 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá											23.014.644
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 6000						3 - ODC	2	90	8	1000	22.248.526
							3 - ODC	2	90	8	1050	716.118
							4 - INV	2	90	8	1000	50.000
5112 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins											40.886.783
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 14000						3 - ODC	2	90	8	1000	39.569.127
							3 - ODC	2	90	8	1050	1.303.904
							3 - ODC	2	91	8	1000	13.752
5112 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão											104.784.453
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 45210						3 - ODC	2	90	8	1000	97.829.700
							3 - ODC	2	90	8	1050	1.700.000
							3 - ODC	2	91	8	1000	137.000
							4 - INV	2	90	8	1000	3.850.000
							4 - INV	2	90	8	1050	1.267.753
5112 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí											79.070.564
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 24281						3 - ODC	2	90	8	1000	77.629.222
							3 - ODC	2	90	8	1050	240.176
							3 - ODC	2	91	8	1000	10.535
							4 - INV	2	90	8	1000	1.190.631
5112 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará											97.194.383
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 47654						3 - ODC	2	90	8	1000	95.373.432
							3 - ODC	2	90	8	1050	1.411.989
							3 - ODC	2	91	8	1000	120.152
							4 - INV	2	90	8	1051	288.810
5112 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte											81.604.310
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 45187						3 - ODC	2	90	8	1000	78.132.904
							3 - ODC	2	90	8	1050	1.000.000
							3 - ODC	2	91	8	1000	115.201

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
				4 - INV	2	90	8	1000	2.000.000
				4 - INV	2	90	8	1050	356.205
5112 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Produto: Estudante matriculado (unidade): 35743			3 - ODC	2	90	8	1000	75.063.381
				3 - ODC	2	90	8	1050	72.479.637
				3 - ODC	2	91	8	1000	269.693
				4 - INV	2	90	8	1000	2.696
				4 - INV	2	90	8	1000	2.311.355
5112 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Produto: Estudante matriculado (unidade): 41942			3 - ODC	2	90	8	1000	94.476.571
				3 - ODC	2	90	8	1050	92.359.986
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.594.665
				3 - ODC	2	91	8	1000	266.468
				4 - INV	2	91	8	1050	26.765
				4 - INV	2	90	8	1000	228.687
5112 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Produto: Estudante matriculado (unidade): 20737			3 - ODC	2	90	8	1000	62.554.209
				3 - ODC	2	90	8	1050	60.049.992
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.476.948
				3 - ODC	2	91	8	1000	27.269
5112 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe Produto: Estudante matriculado (unidade): 5500			3 - ODC	2	90	8	1000	32.615.701
				3 - ODC	2	90	8	1050	31.819.400
				3 - ODC	2	91	8	1000	14.357
				4 - INV	2	90	8	1000	1.944
				4 - INV	2	90	8	1000	600.000
				4 - INV	2	91	8	1051	180.000
5112 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Produto: Estudante matriculado (unidade): 51339			3 - ODC	2	90	8	1000	129.908.568
				3 - ODC	2	90	8	1050	127.045.530
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.681.795
				4 - INV	2	90	8	1000	126.243
				4 - INV	2	90	8	1000	1.055.000
5112 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Produto: Estudante matriculado (unidade): 140724			3 - ODC	2	50	8	1000	279.237.194
				3 - ODC	2	90	8	1000	24.617
				3 - ODC	2	90	8	1000	246.814.342
				3 - ODC	2	90	8	1050	19.562.986
				3 - ODC	2	90	8	1081	1.907.200
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.079.453
				3 - ODC	2	91	8	1050	27.627
				4 - INV	2	90	8	1000	3.785.024
				4 - INV	2	90	8	1050	3.810.239
				4 - INV	2	90	8	1051	2.225.706
5112 20RL 0032	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Produto: Estudante matriculado (unidade): 63000			3 - ODC	2	90	8	1000	78.092.787
				3 - ODC	2	90	8	1050	75.813.000
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.257.215
				3 - ODC	2	91	8	1000	22.572
5112 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Estudante matriculado (unidade): 64000			3 - ODC	2	90	8	1000	129.912.088
				3 - ODC	2	90	8	1050	122.312.294
				3 - ODC	2	91	8	1000	5.455.400
				3 - ODC	2	91	8	1000	205.378
				3 - ODC	2	91	8	1050	17.926
				4 - INV	2	90	8	1000	1.776.062
				4 - INV	2	90	8	1050	145.028
5112 20RL 0035	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo Produto: Estudante matriculado (unidade): 75000			3 - ODC	2	90	8	1000	115.104.257
				3 - ODC	2	90	8	1050	113.247.102
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.823.916
				3 - ODC	2	91	8	1000	33.239
5112 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Produto: Estudante matriculado (unidade): 34269			3 - ODC	2	90	8	1000	64.319.140
				3 - ODC	2	90	8	1050	58.080.155
				3 - ODC	2	90	8	1081	2.565.069
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.601.946
				4 - INV	2	91	8	1000	41.970
				4 - INV	2	90	8	1000	2.000.000
				4 - INV	2	90	8	1081	30.000
5112 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina Produto: Estudante matriculado (unidade): 67700			3 - ODC	2	90	8	1000	122.847.746
				3 - ODC	2	90	8	1050	114.671.141
				3 - ODC	2	91	8	1000	3.560.555
				4 - INV	2	91	8	1000	224.995
				4 - INV	2	90	8	1000	4.391.055

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul Produto: Estudante matriculado (unidade): 63709			3 - ODC	2	90	8	1000	170.214.662
				3 - ODC	2	90	8	1050	159.063.836
				3 - ODC	2	90	8	1081	5.273.729
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.125.000
				4 - INV	2	90	8	1000	388.101
				4 - INV	2	90	8	1050	2.057.732
				4 - INV	2	90	8	1050	2.306.264
5112 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso Produto: Estudante matriculado (unidade): 20863			3 - ODC	2	90	8	1000	70.402.189
				3 - ODC	2	90	8	1050	65.376.468
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.969.850
				3 - ODC	2	91	8	1050	303.960
				4 - INV	2	90	8	1000	40.000
				4 - INV	2	90	8	1050	1.460.000
				4 - INV	2	90	8	1051	143.807
				4 - INV	2	90	8	1051	108.104
5112 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás Produto: Estudante matriculado (unidade): 30490			3 - ODC	2	90	8	1000	96.266.688
				3 - ODC	2	90	8	1050	91.512.930
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.832.662
				3 - ODC	2	91	8	1050	339.096
				4 - INV	2	90	8	1000	50.000
				4 - INV	2	90	8	1050	1.332.000
				4 - INV	2	90	8	1050	200.000
5112 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal Produto: Estudante matriculado (unidade): 21000			3 - ODC	2	90	8	1000	39.487.177
				3 - ODC	2	90	8	1050	38.466.201
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.010.867
				3 - ODC	2	91	8	1000	10.109
5112 20RL 0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul Produto: Estudante matriculado (unidade): 14000			3 - ODC	2	90	8	1000	34.947.472
				3 - ODC	2	90	8	1050	34.782.474
				3 - ODC	2	91	8	1000	69.305
				3 - ODC	2	91	8	1000	95.693
5112 219U	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12	363	F					20.000.000
5112 219U 0001	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional Produto: Instituição apoiada (unidade): 22			3 - ODC	2	90	8	1000	20.000.000
5112 21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica	12	363	F					90.455.716
5112 21B3 0001	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - Nacional Produto: Projeto apoiado (unidade): 6			3 - ODC	2	90	8	1000	817.117
				3 - ODC	2	90	8	1000	817.117
5112 21B3 0011	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia Produto: Projeto apoiado (unidade): 10			3 - ODC	2	90	8	1000	2.500.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	2.500.000
5112 21B3 0012	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre Produto: Projeto apoiado (unidade): 235			3 - ODC	2	90	8	1000	1.200.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	1.200.000
5112 21B3 0014	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima Produto: Projeto apoiado (unidade): 18			3 - ODC	2	90	8	1000	500.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	500.000
5112 21B3 0016	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá Produto: Projeto apoiado (unidade): 30			3 - ODC	2	90	8	1000	450.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	450.000
5112 21B3 0017	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Tocantins Produto: Projeto apoiado (unidade): 150			3 - ODC	2	90	8	1000	2.600.000
				4 - INV	2	90	8	1000	2.400.000
				4 - INV	2	90	8	1000	200.000
5112 21B3 0021	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão Produto: Projeto apoiado (unidade): 500			3 - ODC	2	90	8	1000	2.000.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	2.000.000
5112 21B3 0022	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí Produto: Projeto apoiado (unidade): 10			3 - ODC	2	90	8	1000	150.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	150.000
5112 21B3 0023	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará Produto: Projeto apoiado (unidade): 14			3 - ODC	2	90	8	1000	3.500.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	3.500.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5112 21B3 0024	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 265</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	2.350.000
5112 21B3 0025	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 900</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	3.753.983
5112 21B3 0026	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 40</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	3.633.471
5112 21B3 0029	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 200</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	120.512
5112 21B3 0031	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1711</i>			3 - ODC 3 - ODC 3 - ODC 4 - INV 4 - INV	2 2 2 2 2	90 90 90 90 90	8 8 8 8 8	1000 1050 1081 1000 1050	1.800.000
5112 21B3 0032	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 10</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.800.000
5112 21B3 0033	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 646</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	2.040.000
5112 21B3 0035	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 280</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	36.055.214
5112 21B3 0041	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 275</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	31.510.904
5112 21B3 0042	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 336</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	2.845.176
5112 21B3 0043	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1160</i>			3 - ODC 3 - ODC 4 - INV	2 2 2	90 91 90	8 8 8	1000 1000 1000	992.800
5112 21B3 0051	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 110</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	556.334
5112 21B3 0052	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2110</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	1000 1000	150.000
5112 21B3 0053	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 18</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.200.000
5112 21B3 0054	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 150</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	1.200.000
5112 21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica	12	363	F					127.964.400
5112 21B4 0001	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 56336</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	127.964.400
5112 21B5	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica	12	363	F					7.800.000
5112 21B5 0001	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional								7.800.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Recursos de Todas as Fontes														
Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto					Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
	Produto: Avaliação realizada (unidade): 1							3 - ODC	2	90	8	1000	7.500.000	
								3 - ODC	2	91	8	1000	300.000	
Projetos													842.356.067	
5112	15R4	Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica					12	363	F					842.356.067
5112	15R4	0001	Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional										842.356.067	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 414							4 - INV	3	90	8	1000	832.356.067	
								4 - INV	2	90	8	1000	10.000.000	
5113	Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade												11.997.405.988	
Atividades													7.969.751.854	
5113	21D8	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais					12	302	S					38.300.000
5113	21D8	0043	Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul										38.300.000	
	Produto: Instituição apoiada (unidade): 1							4 - INV	2	90	8	1000	19.150.000	
								4 - INV	2	90	8	1048	409.001	
								4 - INV	2	90	8	1049	18.740.999	
5113	4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino					12	302	S					540.157.893
5113	4086	0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - Nacional										336.002.962	
	Produto: Instituição apoiada (unidade): 47							3 - ODC	2	90	8	1000	39.521.285	
								3 - ODC	2	90	8	1049	171.188.488	
								4 - INV	2	90	8	1000	25.293.189	
								4 - INV	2	90	8	1049	100.000.000	
5113	4086	0033	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - No Estado do Rio de Janeiro										6.600.000	
	Produto: Instituição apoiada (unidade): 3							3 - ODC	2	90	8	1000	6.600.000	
5113	4086	0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino - No Estado do Rio Grande do Sul										197.554.931	
	Produto: Instituição apoiada (unidade): 1							3 - ODC	2	90	8	1000	39.593.469	
								3 - ODC	2	90	8	1049	146.719.662	
								3 - ODC	2	90	8	1081	5.311.121	
								3 - ODC	2	91	8	1049	5.930.679	
5113	20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					12	364	S					661.275.208
5113	20GK	0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional										137.414.147	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 2							3 - ODC	2	90	8	1000	50.000	
								3 - ODC	2	90	8	1000	135.955.200	
								4 - INV	2	90	8	1000	50.000	
								4 - INV	2	90	8	1000	1.358.947	
5113	20GK	0011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Rondônia										3.050.000	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 5							3 - ODC	2	90	8	1000	3.050.000	
5113	20GK	0012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Acre										3.500.000	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 275							3 - ODC	2	90	8	1000	3.500.000	
5113	20GK	0013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amazonas										9.002.000	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 7							3 - ODC	2	90	8	1000	9.002.000	
5113	20GK	0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Roraima										2.883.665	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 31							3 - ODC	2	90	8	1000	2.498.605	
								4 - INV	2	90	8	1000	385.060	
5113	20GK	0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará										12.971.349	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 37							3 - ODC	2	90	8	1000	12.971.349	
5113	20GK	0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá										4.714.400	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 158							3 - ODC	2	90	8	1000	4.714.400	
5113	20GK	0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Tocantins										2.160.000	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 4							3 - ODC	2	90	8	1000	2.160.000	
5113	20GK	0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste										6.867.704	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 16							3 - ODC	2	90	8	1000	6.717.704	
								4 - INV	2	90	8	1000	150.000	
5113	20GK	0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão										9.504.530	
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 104							3 - ODC	2	90	8	1000	5.401.000	
								3 - ODC	2	90	8	1050	2.803.530	
								4 - INV	2	90	8	1000	1.000.000	
								4 - INV	2	90	8	1050	300.000	
5113	20GK	0022	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Piauí										6.200.000	

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 31			3 - ODC	2	90	8	1000	6.200.000
5113 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará Produto: Projeto apoiado (unidade): 710			3 - ODC	2	90	8	1000	19.534.686
				3 - ODC	2	90	8	1050	15.985.650
				4 - INV	2	90	8	1000	1.929.036
				4 - INV	2	90	8	1050	20.000
				4 - INV	2	90	8	1050	1.600.000
5113 20GK 0024	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Projeto apoiado (unidade): 481			3 - ODC	2	50	8	1000	19.927.213
				3 - ODC	2	90	8	1000	849.620
				3 - ODC	2	90	8	1050	14.077.593
				3 - ODC	2	90	8	1050	4.961.000
				3 - ODC	2	91	8	1050	39.000
5113 20GK 0025	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Paraíba Produto: Projeto apoiado (unidade): 10			3 - ODC	2	90	8	1000	20.571.976
				4 - INV	2	90	8	1000	20.071.976
				4 - INV	2	90	8	1000	500.000
5113 20GK 0026	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Pernambuco Produto: Projeto apoiado (unidade): 334			3 - ODC	2	90	8	1000	8.977.126
				3 - ODC	2	91	8	1000	8.820.126
				4 - INV	2	90	8	1000	57.000
				4 - INV	2	90	8	1000	100.000
5113 20GK 0027	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Alagoas Produto: Projeto apoiado (unidade): 28			3 - ODC	2	90	8	1000	9.000.000
5113 20GK 0028	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Sergipe Produto: Projeto apoiado (unidade): 10			3 - ODC	2	90	8	1000	1.762.400
5113 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia Produto: Projeto apoiado (unidade): 2912			3 - ODC	2	90	8	1000	23.567.666
				3 - ODC	2	90	8	1050	18.527.688
				3 - ODC	2	90	8	1050	2.200.000
				3 - ODC	2	91	8	1000	51.832
				4 - INV	2	90	8	1000	2.788.146
5113 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais Produto: Projeto apoiado (unidade): 3355			3 - ODC	2	50	8	1000	186.429.369
				3 - ODC	2	50	8	1050	2.000.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	97.475.285
				3 - ODC	2	90	8	1000	47.544.402
				3 - ODC	2	90	8	1050	39.029.682
				3 - ODC	2	91	8	1000	15.000
				4 - INV	2	90	8	1000	365.000
5113 20GK 0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo Produto: Projeto apoiado (unidade): 86			3 - ODC	2	90	8	1000	18.451.000
				3 - ODC	2	90	8	1050	9.350.000
				4 - INV	2	90	8	1000	7.200.000
				4 - INV	2	90	8	1000	1.000
				4 - INV	2	90	8	1050	1.900.000
5113 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Projeto apoiado (unidade): 2239			3 - ODC	2	90	8	1000	44.858.078
5113 20GK 0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo Produto: Projeto apoiado (unidade): 4833			3 - ODC	2	90	8	1000	9.121.921
5113 20GK 0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul Produto: Projeto apoiado (unidade): 250			3 - ODC	2	90	8	1000	9.121.921
5113 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná Produto: Projeto apoiado (unidade): 30			3 - ODC	2	90	8	1000	2.830.000
				3 - ODC	2	90	8	1081	8.865.642
				4 - INV	2	90	8	1081	6.600.000
				4 - INV	2	90	8	1081	2.015.642
				4 - INV	2	90	8	1081	250.000
5113 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina Produto: Projeto apoiado (unidade): 13417			3 - ODC	2	90	8	1000	34.172.193
				3 - ODC	2	90	8	1050	7.585.427
				3 - ODC	2	91	8	1050	26.499.016
				3 - ODC	2	91	8	1050	87.750
5113 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul Produto: Projeto apoiado (unidade): 1742			3 - ODC	2	90	8	1000	24.815.001
				3 - ODC	2	90	8	1050	22.304.001
				3 - ODC	2	91	8	1000	2.400.000
				3 - ODC	2	91	8	1050	91.000
				3 - ODC	2	91	8	1050	20.000
5113 20GK 0051	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso Produto: Projeto apoiado (unidade): 12			3 - ODC	2	90	8	1000	3.964.200
				3 - ODC	2	90	8	1000	3.964.200

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
5113 20GK 0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 67</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	19.550.000
						3 - ODC	2	90	8	1050	14.550.000
											5.000.000
5113 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 400</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	2.373.431
											2.373.431
5113 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 322</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	4.235.511
						3 - ODC	2	90	8	1050	3.416.659
											818.852
5113 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior			12	364	F					5.535.803.186
5113 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 10000</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	35.511.768
						3 - ODC	2	90	8	1050	32.422.209
						3 - ODC	2	91	8	1000	389.559
											2.700.000
5113 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 10726</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	45.599.896
						3 - ODC	2	90	8	1050	40.300.410
						3 - ODC	2	91	8	1000	349.864
						4 - INV	2	90	8	1000	2.849.622
						4 - INV	2	90	8	1050	1.800.000
											300.000
5113 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 46299</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	101.978.113
						3 - ODC	2	90	8	1050	86.599.750
						3 - ODC	2	90	8	1081	7.675.487
						3 - ODC	2	91	8	1000	184.032
						4 - INV	2	91	8	1000	6.518.844
						4 - INV	2	90	8	1050	1.000.000
5113 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 8727</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	25.110.622
						3 - ODC	2	90	8	1050	22.066.801
						4 - INV	2	90	8	1000	2.158.126
											885.695
5113 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 84759</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	270.485.113
						3 - ODC	2	90	8	1050	250.727.873
						3 - ODC	2	90	8	1081	13.840.160
						3 - ODC	2	91	8	1000	1.012.610
						4 - INV	2	91	8	1000	224.834
						4 - INV	2	90	8	1000	185.000
						4 - INV	2	90	8	1050	3.000.000
						4 - INV	2	90	8	1051	592.838
						4 - INV	2	90	8	1081	901.798
5113 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 15653</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	28.691.310
						3 - ODC	2	90	8	1050	22.747.081
						3 - ODC	2	91	8	1000	1.703.082
						4 - INV	2	90	8	1000	2.076.605
						4 - INV	2	90	8	1050	884.542
											1.280.000
5113 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 21257</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	69.044.583
						3 - ODC	2	90	8	1050	59.043.137
						3 - ODC	2	91	8	1000	5.556.442
						4 - INV	2	90	8	1000	3.202.883
						4 - INV	2	90	8	1000	627.090
						4 - INV	2	90	8	1050	552.674
						4 - INV	2	90	8	1051	62.357
5113 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 21302</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	77.956.445
						3 - ODC	2	90	8	1050	72.113.378
						3 - ODC	2	91	8	1000	1.377.098
						4 - INV	2	90	8	1000	2.155.969
											2.310.000
5113 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 37022</i>					3 - ODC	2	90	8	1000	113.009.245
						3 - ODC	2	90	8	1050	98.418.713
						3 - ODC	2	91	8	1000	5.366.845
						3 - ODC	2	91	8	1050	7.073.687
						4 - INV	2	90	8	1000	50.000
						4 - INV	2	90	8	1000	2.000.000
						4 - INV	2	90	8	1050	100.000
5113 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí										90.429.881

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
	Produto: Estudante matriculado (unidade): 18000			3 - ODC	2	90	8	1000	78.251.664
				3 - ODC	2	90	8	1050	6.507.799
				3 - ODC	2	91	8	1000	5.670.418
5113 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará Produto: Estudante matriculado (unidade): 38182			3 - ODC	2	90	8	1000	140.021.142
				3 - ODC	2	90	8	1050	131.385.325
				3 - ODC	2	91	8	1000	6.878.079
				4 - INV	2	90	8	1000	359.125
				4 - INV	2	90	8	1050	300.000
				4 - INV	2	90	8	1051	300.000
				4 - INV	2	90	8	1051	798.613
5113 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Estudante matriculado (unidade): 47900			3 - ODC	2	50	8	1000	222.545.630
				3 - ODC	2	90	8	1000	150.000
				3 - ODC	2	90	8	1050	192.349.626
				3 - ODC	2	91	8	1000	21.865.047
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.731.905
				3 - ODC	2	91	8	1050	250.000
				4 - INV	2	90	8	1000	2.173.344
				4 - INV	2	90	8	1050	3.750.000
				4 - INV	2	90	8	1051	235.708
				4 - INV	2	91	8	1000	40.000
5113 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba Produto: Estudante matriculado (unidade): 49800			3 - ODC	2	90	8	1000	168.569.287
				3 - ODC	2	90	8	1050	160.711.954
				3 - ODC	2	91	8	1000	5.456.040
				4 - INV	2	90	8	1000	168.576
				4 - INV	2	90	8	1050	1.431.122
				4 - INV	2	90	8	1050	801.595
5113 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco Produto: Estudante matriculado (unidade): 56082			3 - ODC	2	90	8	1000	214.864.118
				3 - ODC	2	90	8	1050	183.061.446
				3 - ODC	2	90	8	1081	19.673.268
				3 - ODC	2	91	8	1000	3.714.130
				3 - ODC	2	91	8	1000	430.623
				3 - ODC	2	91	8	1050	69.729
				4 - INV	2	90	8	1000	5.780.536
				4 - INV	2	90	8	1050	2.080.997
				4 - INV	2	90	8	1081	53.389
5113 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas Produto: Estudante matriculado (unidade): 23632			3 - ODC	2	90	8	1000	76.548.844
				3 - ODC	2	90	8	1050	67.392.719
				3 - ODC	2	91	8	1000	6.342.355
				3 - ODC	2	91	8	1050	3.645
				4 - INV	2	90	8	1000	90.125
				4 - INV	2	90	8	1050	140.000
				4 - INV	2	90	8	1050	2.500.000
				4 - INV	2	90	8	1051	80.000
5113 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe Produto: Estudante matriculado (unidade): 29000			3 - ODC	2	90	8	1000	88.627.453
				3 - ODC	2	90	8	1050	78.426.288
				3 - ODC	2	91	8	1000	3.447.919
				4 - INV	2	90	8	1000	6.703.246
				4 - INV	2	90	8	1000	50.000
5113 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia Produto: Estudante matriculado (unidade): 68844			3 - ODC	2	90	8	1000	210.917.288
				3 - ODC	2	90	8	1050	180.840.743
				3 - ODC	2	91	8	1000	21.687.588
				3 - ODC	2	91	8	1050	736.326
				4 - INV	2	90	8	1000	446.548
				4 - INV	2	90	8	1050	4.656.259
				4 - INV	2	90	8	1051	2.549.824
5113 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais Produto: Estudante matriculado (unidade): 186462			3 - ODC	2	50	8	1000	982.864.023
				3 - ODC	2	50	8	1050	7.783.003
				3 - ODC	2	90	8	1000	1.245.447
				3 - ODC	2	90	8	1050	734.853.390
				3 - ODC	2	90	8	1081	192.574.337
				3 - ODC	2	91	8	1000	7.700.000
				3 - ODC	2	91	8	1050	23.754.125
				4 - INV	2	90	8	1000	1.582.123
				4 - INV	2	90	8	1000	9.381.730
				4 - INV	2	90	8	1050	3.739.868
				4 - INV	2	90	8	1051	250.000
5113 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo Produto: Estudante matriculado (unidade): 22000			3 - ODC	2	90	8	1000	94.278.100
				3 - ODC	2	90	8	1050	80.785.879
				3 - ODC	2	90	8	1050	8.692.221

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fle	Valor
				4 - INV	2	90	8	1000	800.000
				4 - INV	2	90	8	1050	4.000.000
5113 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Estudante matriculado (unidade): 184883			3 - ODC	2	90	8	1000	462.938.534
				3 - ODC	2	90	8	1050	94.612.102
				3 - ODC	2	91	8	1000	5.256.962
				4 - INV	2	90	8	1000	9.261.632
				4 - INV	2	90	8	1050	4.095.604
5113 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo Produto: Estudante matriculado (unidade): 61242			3 - ODC	2	90	8	1000	171.723.541
				3 - ODC	2	90	8	1050	27.405.241
				3 - ODC	2	91	8	1000	8.949.426
				3 - ODC	2	91	8	1050	96.385
				4 - INV	2	90	8	1000	1.950.000
				4 - INV	2	90	8	1050	1.505.728
5113 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul Produto: Estudante matriculado (unidade): 9100			3 - ODC	2	90	8	1000	42.158.553
				3 - ODC	2	90	8	1050	884.007
				3 - ODC	2	90	8	1081	2.113.700
				3 - ODC	2	91	8	1000	111.500
				4 - INV	2	90	8	1000	1.600.000
5113 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná Produto: Estudante matriculado (unidade): 72805			3 - ODC	2	50	8	1000	5.000.000
				3 - ODC	2	50	8	1050	12.000.000
				3 - ODC	2	50	8	1081	1.000.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	320.518.073
				3 - ODC	2	90	8	1050	14.663.274
				3 - ODC	2	90	8	1081	4.556.196
				3 - ODC	2	91	8	1000	1.097.451
				3 - ODC	2	91	8	1050	100.000
				4 - INV	2	90	8	1000	6.500.000
				4 - INV	2	90	8	1050	4.389.011
				4 - INV	2	90	8	1051	212.011
				4 - INV	2	90	8	1081	6.300.000
5113 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina Produto: Estudante matriculado (unidade): 36684			3 - ODC	2	90	8	1000	130.966.157
				3 - ODC	2	90	8	1050	17.656.060
				3 - ODC	2	91	8	1000	47.290
				3 - ODC	2	91	8	1050	588.000
				4 - INV	2	90	8	1000	3.100.000
				4 - INV	2	90	8	1050	4.000.000
5113 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Produto: Estudante matriculado (unidade): 101322			3 - ODC	2	50	8	1050	1.500.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	435.887.793
				3 - ODC	2	90	8	1050	28.501.079
				3 - ODC	2	90	8	1081	134.319
				3 - ODC	2	91	8	1000	17.101.029
				3 - ODC	2	91	8	1050	433.011
				4 - INV	2	90	8	1000	14.050.000
				4 - INV	2	90	8	1050	6.400.000
				4 - INV	2	90	8	1051	377.600
5113 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso Produto: Estudante matriculado (unidade): 26193			3 - ODC	2	90	8	1000	92.550.730
				3 - ODC	2	90	8	1050	6.374.441
				3 - ODC	2	91	8	1000	5.991.594
				4 - INV	2	90	8	1000	1.670.290
				4 - INV	2	90	8	1051	784.903
5113 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Produto: Estudante matriculado (unidade): 29943			3 - ODC	2	90	8	1000	107.454.035
				3 - ODC	2	90	8	1050	13.570.429
				3 - ODC	2	91	8	1000	241.073
				3 - ODC	2	91	8	1050	800.844
				4 - INV	2	90	8	1000	700.000
				4 - INV	2	90	8	1050	5.010.000
5113 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal Produto: Estudante matriculado (unidade): 53225			3 - ODC	2	90	8	1000	135.525.896
				3 - ODC	2	90	8	1050	70.654.845
				3 - ODC	2	91	8	1000	13.266.086
				3 - ODC	2	91	8	1050	1.552.457

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
				4 - INV	2	90	8	1000	4.753.341
				4 - INV	2	90	8	1050	7.459.190
				4 - INV	2	90	8	1051	1.107.823
5113 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Estudante matriculado (unidade): 54250</i>								137.541.079
				3 - ODC	2	90	8	1000	120.184.802
				3 - ODC	2	90	8	1050	3.026.698
				3 - ODC	2	91	8	1000	9.743.810
				4 - INV	2	90	8	1000	1.952.884
				4 - INV	2	90	8	1050	2.134.575
				4 - INV	2	90	8	1051	498.310
5113 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	12 364	F						418.654.267
5113 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional <i>Produto: Avaliação realizada (unidade): 19746</i>								418.654.267
				3 - ODC	2	30	8	1000	4.000.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	357.001.140
				3 - ODC	2	90	8	1050	23.845.275
				3 - ODC	2	90	8	1128	22.717.187
				3 - ODC	2	91	8	1000	10.000.000
				4 - INV	2	30	8	1000	1.000.000
				4 - INV	2	90	8	1000	90.665
5113 219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior	12 364	F						24.715.199
5113 219V 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Nacional <i>Produto: Instituição apoiada (unidade): 69</i>								24.715.199
				3 - ODC	2	90	8	1000	18.551.029
				4 - INV	2	90	8	1000	6.164.170
5113 21D7	Apoio à Educação a Distância	12 364	F						11.032.317
5113 21D7 0001	Apoio à Educação a Distância - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>								1.000.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	360.000
				4 - INV	2	90	8	1000	640.000
5113 21D7 0011	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Rondônia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								15.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	15.000
5113 21D7 0012	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Acre <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2</i>								51.126
				3 - ODC	2	90	8	1000	51.126
5113 21D7 0013	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Amazonas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								93.553
				3 - ODC	2	90	8	1000	93.553
5113 21D7 0014	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Roraima <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>								61.704
				3 - ODC	2	90	8	1000	61.704
5113 21D7 0015	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Pará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								260.174
				3 - ODC	2	90	8	1000	260.174
5113 21D7 0016	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 16</i>								292.302
				3 - ODC	2	90	8	1000	292.302
5113 21D7 0017	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Tocantins <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								217.489
				3 - ODC	2	90	8	1000	217.489
5113 21D7 0020	Apoio à Educação a Distância - Na Região Nordeste <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								169.959
				3 - ODC	2	90	8	1000	84.221
				4 - INV	2	90	8	1000	85.738
5113 21D7 0021	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 38</i>								797.923
				3 - ODC	2	90	8	1000	597.923
				4 - INV	2	90	8	1000	200.000
5113 21D7 0022	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								200.000
				3 - ODC	2	90	8	1000	200.000
5113 21D7 0023	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								166.306
				3 - ODC	2	90	8	1000	166.306
5113 21D7 0024	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								246.464
				3 - ODC	2	50	8	1000	89.383
				3 - ODC	2	90	8	1000	157.081
5113 21D7 0025	Apoio à Educação a Distância - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								210.733
				3 - ODC	2	90	8	1000	172.015
				4 - INV	2	90	8	1000	38.718
5113 21D7 0026	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>								218.379
				3 - ODC	2	90	8	1000	168.379
				4 - INV	2	90	8	1000	50.000
5113 21D7 0027	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Alagoas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								62.233
				3 - ODC	2	90	8	1000	62.233
5113 21D7 0028	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Sergipe <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>								126.582
				4 - INV	2	90	8	1000	126.582
5113 21D7 0029	Apoio à Educação a Distância - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>								325.326
				3 - ODC	2	90	8	1000	168.911
				4 - INV	2	90	8	1000	156.415
5113 21D7 0031	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Minas Gerais								935.042

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 11			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	852.261 82.781
5113 21D7 0032	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Espírito Santo Produto: Projeto apoiado (unidade): 10			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	121.931 100.000 21.931
5113 21D7 0033	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Projeto apoiado (unidade): 4			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	3.657.691 3.534.636 123.055
5113 21D7 0035	Apoio à Educação a Distância - No Estado de São Paulo Produto: Projeto apoiado (unidade): 51			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	28.031 20.627 7.404
5113 21D7 0040	Apoio à Educação a Distância - Na Região Sul Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	75.000 75.000
5113 21D7 0041	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Paraná Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	26.508 26.508
5113 21D7 0042	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Santa Catarina Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	66.288 66.288
5113 21D7 0043	Apoio à Educação a Distância - No Estado do Rio Grande do Sul Produto: Projeto apoiado (unidade): 48			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	832.097 762.097 70.000
5113 21D7 0051	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Mato Grosso Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	155.142 155.142
5113 21D7 0052	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Goiás Produto: Projeto apoiado (unidade): 4			3 - ODC	2	90	8	1000	41.253 41.253
5113 21D7 0053	Apoio à Educação a Distância - No Distrito Federal Produto: Projeto apoiado (unidade): 6			3 - ODC	2	90	8	1000	95.377 95.377
5113 21D7 0054	Apoio à Educação a Distância - No Estado de Mato Grosso do Sul Produto: Projeto apoiado (unidade): 11			3 - ODC	2	90	8	1000	482.704 482.704
5113 21GK	Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional	12 364	F						500.000 500.000
5113 21GK 0033	Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro Produto: Unidade apoiada (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	500.000
5113 21GS	Internacionalização da Educação Superior	12 364	F						14.639.532
5113 21GS 0001	Internacionalização da Educação Superior - Nacional Produto: Projeto apoiado (unidade): 321			3 - ODC	2	90	8	1000	4.853.500 4.853.500
5113 21GS 0011	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Rondônia Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	15.000 15.000
5113 21GS 0012	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Acre Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	33.285 33.285
5113 21GS 0013	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Amazonas Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	118.099 118.099
5113 21GS 0014	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Roraima Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	18.988 18.988
5113 21GS 0015	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Pará Produto: Projeto apoiado (unidade): 4			3 - ODC	2	90	8	1000	191.071 191.071
5113 21GS 0016	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Amapá Produto: Projeto apoiado (unidade): 2			3 - ODC	2	90	8	1000	43.200 43.200
5113 21GS 0017	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Tocantins Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	172.226 172.226
5113 21GS 0020	Internacionalização da Educação Superior - Na Região Nordeste Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC	2	90	8	1000	52.095 52.095
5113 21GS 0021	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Maranhão Produto: Projeto apoiado (unidade): 2			3 - ODC	2	90	8	1000	255.327 255.327
5113 21GS 0022	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Piauí Produto: Projeto apoiado (unidade): 6			3 - ODC	2	90	8	1000	68.126 68.126
5113 21GS 0023	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Ceará Produto: Projeto apoiado (unidade): 11			3 - ODC	2	90	8	1000	579.751 579.751
5113 21GS 0024	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Produto: Projeto apoiado (unidade): 1			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	1000 1000	240.392 239.030 1.362
5113 21GS 0025	Internacionalização da Educação Superior - No Estado da Paraíba Produto: Projeto apoiado (unidade): 17			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	164.356 156.856 7.500
5113 21GS 0026	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Pernambuco Produto: Projeto apoiado (unidade): 4			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	640.713 633.713 7.000
5113 21GS 0027	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Alagoas								405.228

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 2					3 - ODC	2	90	8	1000	405.228
5113 21GS 0028	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Sergipe					3 - ODC	2	90	8	1000	88.833
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 10					3 - ODC	2	90	8	1000	88.833
5113 21GS 0029	Internacionalização da Educação Superior - No Estado da Bahia					3 - ODC	2	90	8	1000	968.180
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 22					3 - ODC	2	90	8	1000	968.180
5113 21GS 0031	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Minas Gerais					3 - ODC	2	90	8	1000	1.656.853
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 42					3 - ODC	2	90	8	1000	1.643.877
						4 - INV	2	90	8	1000	12.976
5113 21GS 0032	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Espírito Santo					3 - ODC	2	90	8	1000	588.582
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 6					3 - ODC	2	90	8	1050	428.582
						3 - ODC	2	90	8	1050	160.000
5113 21GS 0033	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio de Janeiro					3 - ODC	2	90	8	1000	404.534
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 1					3 - ODC	2	90	8	1000	404.534
5113 21GS 0035	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de São Paulo					3 - ODC	2	90	8	1000	465.993
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 111					3 - ODC	2	90	8	1000	465.993
5113 21GS 0040	Internacionalização da Educação Superior - Na Região Sul					3 - ODC	2	90	8	1000	27.720
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 1					3 - ODC	2	90	8	1000	27.720
5113 21GS 0041	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Paraná					3 - ODC	2	90	8	1000	265.154
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 8					3 - ODC	2	90	8	1000	265.154
5113 21GS 0042	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Santa Catarina					3 - ODC	2	90	8	1000	103.731
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 1					3 - ODC	2	90	8	1000	103.731
5113 21GS 0043	Internacionalização da Educação Superior - No Estado do Rio Grande do Sul					3 - ODC	2	90	8	1000	850.835
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 11					3 - ODC	2	90	8	1000	850.835
5113 21GS 0051	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Mato Grosso					3 - ODC	2	90	8	1000	106.455
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 4					3 - ODC	2	90	8	1000	106.455
5113 21GS 0052	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Goiás					3 - ODC	2	90	8	1000	698.040
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 3					3 - ODC	2	90	8	1000	698.040
5113 21GS 0053	Internacionalização da Educação Superior - No Distrito Federal					3 - ODC	2	90	8	1000	423.579
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 7					3 - ODC	2	90	8	1000	423.579
5113 21GS 0054	Internacionalização da Educação Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul					3 - ODC	2	90	8	1000	139.686
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 8					3 - ODC	2	90	8	1000	139.686
5113 21GT	Implementação de Ações de Sustentabilidade nas Universidades Federais			12 364	F						7.315.000
5113 21GT 0001	Implementação de Ações de Sustentabilidade nas Universidades Federais - Nacional					3 - ODC	2	90	8	1000	7.315.000
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 7					3 - ODC	2	90	8	1000	6.270.000
						4 - INV	2	90	8	1000	1.045.000
5113 21GU	Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde			12 364	S						15.174.000
5113 21GU 0001	Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde - Nacional					3 - ODC	2	90	8	1000	15.174.000
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 45					3 - ODC	2	90	8	1000	15.174.000
5113 6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior			12 364	F						994.542
5113 6344 0001	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior - Nacional					3 - ODC	2	90	8	1000	994.542
	Produto: Ato regulatório publicado (unidade): 76					3 - ODC	2	90	8	1000	929.586
						3 - ODC	2	91	8	1000	64.956
5113 6503	Censo da Educação Superior			12 364	F						655.000
5113 6503 0001	Censo da Educação Superior - Nacional					3 - ODC	2	90	8	1000	655.000
	Produto: Censo realizado (unidade): 1					3 - ODC	2	91	8	1000	650.000
						3 - ODC	2	91	8	1000	5.000
5113 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior			12 364	F						245.917.356
5113 8282 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia					3 - ODC	2	90	8	1000	300.000
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 2					4 - INV	2	90	8	1000	200.000
						4 - INV	2	90	8	1000	100.000
5113 8282 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre					4 - INV	2	90	8	1000	1.252.500
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 1					4 - INV	2	90	8	1051	1.000.000
						4 - INV	2	90	8	1051	252.500
5113 8282 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas					3 - ODC	2	90	8	1000	100.000
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 1					3 - ODC	2	90	8	1000	100.000
5113 8282 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima					3 - ODC	2	90	8	1000	10.069.468
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 9					3 - ODC	2	90	8	1000	9.569.468
						4 - INV	2	90	8	1000	500.000
5113 8282 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará					4 - INV	2	90	8	1000	22.700.000
	Produto: Projeto apoiado (unidade): 6					4 - INV	2	90	8	1000	22.700.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 8282 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 6</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	11.060.000
									11.060.000
5113 8282 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 17</i>			4 - INV	2	90	8	1000	4.752.596
									4.752.596
5113 8282 0020	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 13</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	2.277.535
				4 - INV	2	90	8	1000	789.975
				4 - INV	2	90	8	1050	1.426.338
									61.222
5113 8282 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 8</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	6.943.000
				4 - INV	2	90	8	1000	4.043.000
									2.900.000
5113 8282 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	8.650.000
				4 - INV	2	90	8	1000	5.450.000
									3.200.000
5113 8282 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	4.588.511
				4 - INV	2	90	8	1000	1.314.309
									3.274.202
5113 8282 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	6.536.178
				4 - INV	2	90	8	1000	60.000
				4 - INV	2	90	8	1050	2.000.000
									4.476.178
5113 8282 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 11</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	4.056.000
				4 - INV	2	90	8	1000	53.000
									4.003.000
5113 8282 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 10</i>			4 - INV	2	90	8	1000	16.994.685
									16.994.685
5113 8282 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 5</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	7.000.004
				4 - INV	2	90	8	1000	5.000.002
									2.000.002
5113 8282 0028	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 10</i>			4 - INV	2	90	8	1000	5.000.000
									5.000.000
5113 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 32</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	38.090.021
				3 - ODC	2	91	8	1000	32.583.042
				4 - INV	2	90	8	1000	42.058
									5.464.921
5113 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 47</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	26.388.600
				4 - INV	2	90	8	1000	9.285.109
				4 - INV	2	90	8	1050	8.624.113
				4 - INV	2	90	8	1051	8.168.884
									310.494
5113 8282 0032	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>			4 - INV	2	90	8	1000	500.000
									500.000
5113 8282 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 37</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	29.010.777
				4 - INV	2	90	8	1000	20.161.277
									8.849.500
5113 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	2.100.000
									2.100.000
5113 8282 0040	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 6</i>			4 - INV	2	90	8	1000	5.300.000
				4 - INV	2	90	8	1081	5.100.000
									200.000
5113 8282 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 14</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	8.144.875
				4 - INV	2	90	8	1000	50.000
				4 - INV	2	90	8	1050	4.055.864
									4.039.011
5113 8282 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 2</i>			4 - INV	2	90	8	1000	258.000
									258.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113 8282 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 32</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	15.260.256 10.200.000 5.060.256
5113 8282 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 5</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	2.500.000 500.000 2.000.000
5113 8282 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 15</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	5.820.134 232.000 5.588.134
5113 8282 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1050	102.100 52.100 50.000
5113 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			3 - ODC 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1000	162.116 11.000 151.116
5113 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	12 573	F						454.618.354
5113 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional <i>Produto: Acesso realizado (milhar): 260943707</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	454.618.354 454.618.354
Operações Especiais									3.296.656.366
5113 00P1	Concessão de Bolsas de Residência em Saúde	12 364	S						240.454
5113 00P1 0033	Concessão de Bolsas de Residência em Saúde - No Estado do Rio de Janeiro <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 4</i>			3 - ODC 3 - ODC	2 2	90 91	8 8	1000 1000	240.454 197.093 43.361
5113 00QC	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos	12 364	S						14.702.935
5113 00QC 0001	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 1</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	10.000.000 10.000.000
5113 00QC 0043	Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 1.476</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	4.702.935 4.702.935
5113 00QH	Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)	12 364	F						135.636.544
5113 00QH 0001	Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 3.580</i>			3 - ODC	2	91	8	1444	135.636.544 135.636.544
5113 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	12 364	F						3.146.076.433
5113 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional <i>Item de Mensuração: Bolsa concedida (unidade): 102.390</i>			3 - ODC	2	90	8	1000	3.146.076.433 3.146.076.433 3.146.076.433
Projetos									730.997.768
5113 169F	Desenvolvimento e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	12 302	S						81.748.604
5113 169F 0001	Desenvolvimento e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Nacional <i>Produto: Hospital apoiado (unidade): 11</i>			4 - INV 4 - INV	2 3	90 90	8 8	1000 1000	81.748.604 10.000.000 71.748.604
5113 152X	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior	12 364	F						8.000.000
5113 152X 0001	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior - Nacional <i>Produto: Instituição militar de ensino ampliada/modernizada (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	8.000.000 8.000.000
5113 15R3	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364	F						563.687.530
5113 15R3 0001	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 386</i>			4 - INV 4 - INV	2 3	90 90	8 8	1000 1000	546.329.200 100.000 546.229.200
5113 15R3 0025	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 3</i>			4 - INV 4 - INV	2 2	90 90	8 8	1000 1050	2.432.000 1.432.000 1.000.000
5113 15R3 0026	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1000	3.000.000 3.000.000
5113 15R3 0031	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>			4 - INV	2	90	8	1050	5.815.000 5.815.000
5113 15R3 0035	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 4</i>			4 - INV	2	90	8	1000	2.000.000 2.000.000

Quadro 9C - Programação referente à Aplicação na Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso IX

Recursos de Todas as Fontes

Programática				Programa/Ação/Subtítulo/Produto		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5113	15R3	0043	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul <i>Produto: Projeto apoiado (unidade): 1</i>				4 - INV	2	90	8	1000		4.111.330
								2	90	8	1095	3.444.664	
												666.666	
5113	15YS	0035	Implantação do Alojamento do ITA		12	364	F						94.414
5113	15YS		Implantação do Alojamento do ITA - No Estado de São Paulo <i>Produto: Alojamento construído (% de execução): 1</i>				4 - INV	2	90	8	1000	94.414	
												94.414	
5113	165V	0023	Apoio a Implementação do ITA Ceará		12	364	F						76.967.220
5113	165V		Apoio a Implementação do ITA Ceará - No Estado do Ceará <i>Produto: Projeto apoiado (% de execução): 1</i>				4 - INV	2	90	8	1000	76.967.220	
												76.967.220	
5113	7XE1	0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional		12	364	F						500.000
5113	7XE1		Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro <i>Produto: Museu reconstruído e modernizado (% de execução física): 1</i>				3 - ODC	2	90	8	1000	200.000	
												300.000	
Total													199.744.922.546

6 - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central

Quadro 10-A: Resultado Primário do Governo Central - Ótica Financeira

Discriminação	Realizado 2023		Realizado 2024		Reprogramação 2025		PLOA 2026	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	2.353.432,2	21,7	2.679.441,6	22,8	2.924.394,7	22,8	3.185.763,0	23,0
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	1.439.302,6	13,3	1.690.020,4	14,4	1.878.592,3	14,7	2.032.400,3	14,7
I.1.1. Imposto de Importação	54.222,0	0,5	77.749,3	0,7	93.466,6	0,7	103.186,8	0,7
I.1.2. IPI	59.326,7	0,5	84.373,2	0,7	90.528,9	0,7	99.964,8	0,7
I.1.3. Imposto sobre a Renda	695.762,5	6,4	785.162,2	6,7	882.443,2	6,9	932.214,6	6,7
I.1.4. IOF	61.902,2	0,6	67.748,5	0,6	83.197,3	0,6	101.523,3	0,7
I.1.5. COFINS	292.903,0	2,7	367.241,8	3,1	383.613,9	3,0	423.402,1	3,1
I.1.6. PIS/PASEP	84.700,7	0,8	103.823,9	0,9	106.942,8	0,8	118.665,4	0,9
I.1.7. CSLL	148.652,1	1,4	166.760,3	1,4	184.621,1	1,4	196.595,7	1,4
I.1.8. CIDE - Combustíveis	1.209,1	0,0	3.415,4	0,0	3.723,2	0,0	3.718,4	0,0
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	40.624,3	0,4	33.745,7	0,3	50.055,4	0,4	53.129,1	0,4
I.2. Incentivos Fiscais	-78,0	0,0			-12,4	0,0	-8,4	0,0
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	592.666,5	5,5	641.155,5	5,5	710.948,7	5,5	793.153,5	5,7
I.4. Outras Receitas	321.541,2	2,9	348.265,7	3,0	334.866,1	2,6	360.217,7	2,6
I.4.1. Concessões e Permissões	8.819,6	0,1	16.470,0	0,1	7.720,6	0,1	6.936,9	0,1
I.4.2. Complemento para o FGTS	102,3	0,0	94,1	0,0	86,5	0,0	59,8	0,0
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	17.399,3	0,2	18.600,5	0,2	18.919,7	0,1	20.366,7	0,1
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	30.797,5	0,3	33.078,2	0,3	37.117,6	0,3	40.936,9	0,3
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	112.874,3	1,0	118.761,7	1,0	140.207,4	1,1	156.686,5	1,1
I.4.6. Dividendos e Participações	49.957,9	0,5	72.381,4	0,6	41.904,7	0,3	54.103,7	0,4
I.4.7. Receita Própria e de Convênios	21.095,0	0,2	23.501,0	0,2	23.041,5	0,2	17.634,3	0,1
I.4.8. Demais Receitas	80.495,1	0,7	65.378,9	0,6	65.868,1	0,5	63.492,9	0,5
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	452.009,1	4,2	517.654,0	4,4	578.916,2	4,5	608.399,8	4,4
II.1. Cide combustíveis	139,3	0,0	979,2	0,0	1.001,7	0,0	1.094,3	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	66.010,5	0,6	68.827,6	0,6	72.131,5	0,6	67.917,5	0,5
II.3. Contribuição do Salário Educação	18.162,0	0,2	19.572,0	0,2	22.952,8	0,2	24.562,1	0,2
II.4. FPE/FPM/IFI-EE	353.288,2	3,3	411.979,9	3,5	460.242,4	3,6	492.825,7	3,6
II.5. Fundos Constitucionais	11.391,3	0,1	12.944,5	0,1	18.117,5	0,1	17.804,1	0,1
Repasse Total	22.545,1	0,2	25.841,7	0,2	29.188,8	0,2	30.965,1	0,2
Superávit Fundos	-11.153,8	-0,1	-12.897,1	-0,1	-11.071,3	-0,1	-13.161,0	-0,1
II.6. Demais	3.017,9	0,0	3.350,7	0,0	4.470,3	0,0	4.196,0	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.901.423,2	17,5	2.161.787,6	18,4	2.345.478,5	18,3	2.577.363,2	18,6
IV. DESPESAS	2.129.922,5	19,6	2.204.711,3	18,8	2.420.410,2	18,9	2.600.657,8	18,8
IV.1. Benefícios Previdenciários	898.872,9	8,3	938.544,5	8,0	1.032.421,2	8,1	1.128.508,0	8,2
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	363.726,7	3,4	367.355,4	3,1	409.695,8	3,2	456.871,7	3,3
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	357.508,5	3,3	358.388,1	3,1	404.638,1	3,2	416.777,9	3,0
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	72.856,1	0,7	80.712,4	0,7	88.833,8	0,7	97.664,8	0,7
IV.3.2. Anistiados	173,6	0,0	184,4	0,0	211,6	0,0	206,5	0,0
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados	27.095,1	0,2	1.731,8	0,0	4.355,7	0,0		
IV.3.4. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	717,6	0,0	804,5	0,0	1.715,1	0,0	1.826,1	0,0
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	92.671,2	0,9	111.084,8	0,9	124.722,9	1,0	131.139,7	0,9
IV.3.6. Complementação ao Fundeb	37.487,8	0,3	47.544,2	0,4	59.727,6	0,5	68.411,7	0,5
IV.3.7. Complemento para o FGTS	102,3	0,0	94,1	0,0	78,0	0,0	63,0	0,0
IV.3.8. Créditos Extraordinários	2.792,4	0,0	25.676,1	0,2	10.428,0	0,1		
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	1.106,0	0,0	1.204,8	0,0	1.382,0	0,0	1.456,0	0,0
IV.3.10. Impacto Primário do FIES	1.610,3	0,0	1.498,1	0,0	1.965,7	0,0	2.243,3	0,0
IV.3.11. Financiamento de Campanha Eleitoral			4.954,7	0,0			1.013,9	0,0
IV.3.12. Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	4.282,9	0,0	4.823,5	0,0	4.716,6	0,0	5.387,6	0,0
IV.3.13. Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais - FCBF								
IV.3.14. Fundo de Desenvolvimento Regional - FNDR								
IV.3.15. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	17.369,3	0,2	19.555,8	0,2	21.046,7	0,2	25.198,2	0,2
IV.3.16. Lei Kandir e FEX / ADO nº 25	3.986,9	0,0	3.985,6	0,0	3.988,0	0,0	3.988,0	0,0
IV.3.17. Proagro	9.405,0		5.884,2	0,1	5.787,3	0,0	6.618,2	0,0
IV.3.18. Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	71.441,2	0,7	34.280,6	0,3	48.453,9	0,4	45.263,3	0,3
IV.3.19. Subvenções Econômicas/Net Lending	12.260,1	0,2	11.964,9	0,1	25.358,2	0,2	24.227,2	0,2
IV.3.20. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	143,8	0,0	115,1	0,0	100,6	0,0	135,4	0,0
IV.3.21. Transferência Multas ANEEL	2.006,7	0,0	2.288,7	0,0	1.766,4	0,0	1.935,0	0,0
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	509.814,5	4,7	540.423,3	4,6	573.655,2	4,5	598.500,2	4,3
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	326.422,2	3,0	356.681,2	3,0	363.191,1	2,8	371.516,0	2,7
IV.4.2 Discricionárias	154.675,3	1,7	150.580,5	1,3	171.585,6	1,3	186.180,7	1,3
IV.4.3. Emendas Impositivas	28.717,0	0,3	33.161,6	0,3	38.878,5	0,30	40.803,5	0,30
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-228.499,4	-2,1	-42.923,7	-0,4	-74.931,7	-0,6	-23.294,5	-0,2
V.1. Resultado do Tesouro	77.707,0	0,7	254.465,4	2,2	246.540,7	1,9	312.060,0	2,3
V.2. Resultado da Previdência Social	-306.206,4	-2,8	-297.389,1	-2,5	-321.472,5	-2,5	-335.354,5	-2,4
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	-32.855,4	-0,3	-2.440,6	0,0	-	-		
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	-264.532,8	-2,4	-45.364,3	-0,4	-74.931,7	-0,6	-23.294,5	-0,2
VIII. META OFS	-65.905,8	-0,6	-	-	-	-	34.264,6	0,2
IX. COMPENSAÇÃO DA META ⁽¹⁾	241.250,1	2,2	31.884,6	0,3	48.635,9	0,4	57.836,1	0,4
X. RESULTADO PRIMÁRIO APÓS COMPENSAÇÃO (VII - IX)	-23.282,7	-0,2	-13.479,7	-0,1	-26.295,8	-0,2	34.541,5	0,2
XI. ESFORÇO (-) / SOBRA (+) EM RELAÇÃO À META (VIII + IX - X) ⁽²⁾	198.627,0	-0,4	-13.479,7	-0,1	-26.295,8	-0,2	276,9	0,0
XII. JUROS NOMINAIS POR COMPETÊNCIA	-614.548,1	-5,6	-855.206,3	-7,3	-907.017,3	-7,1	-1.018.377,1	-7,4
XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII+XII)	-879.080,9	-8,0	-900.570,7	-7,7	-981.949,0	-7,7	-1.041.671,7	-7,5
XIV. RECEITAS FINANCEIRAS	2.036.363,9	18,8	2.181.072,1	18,6	2.828.519,3	22,1	3.146.393,0	22,8
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	1.378.599,9	12,7	1.378.205,4	11,7	1.661.900,9	13,0	1.822.972,2	13,2
XIV.2. Emissão de Títulos	369.326,1	3,4	526.600,8	4,5	849.356,1	6,6	979.957,3	7,1
XIV.3. Operações Oficiais de Crédito	41.440,8	0,4	46.548,8	0,4	44.306,1	0,3	50.662,6	0,4
XIV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	149.643,1	1,4	135.912,7	1,2	113.931,1	0,9	170.378,0	1,2
XIV.5. Demais	97.354,0	0,9	93.804,5	0,8	159.025,1	1,2	122.422,9	0,9
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	1.974.228,5	18,2	2.127.112,0	18,1	2.770.310,3	21,6	3.136.661,8	22,7
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	240.662,2	2,2	352.023,0	3,0	480.097,1	3,7	643.939,8	4,7
XV.2. Amortização da Dívida	1.646.144,2	15,2	1.644.753,1	14,0	2.048.859,8	16,0	2.220.511,4	16,1
XV.3. Demais	87.422,1	0,8	130.335,9	1,1	241.353,3	1,9	272.210,6	2,0

⁽¹⁾ Art. 3º EC 126/2022, créditos extraordinários relativos a calamidades públicas e emergência climática, Acórdão TCU 1103/2024, ADPF 1236 e ADIs 7064 e 7047.

⁽²⁾ Corresponde ao esforço necessário ou sobra de recursos em relação ao centro da meta, após considerada a compensação. A LC 200/2023, art. 5º, § 3º, estabelece que será considerada cumprida a meta se o resultado primário for maior que o limite inferior do intervalo de tolerância. Esse intervalo corresponde, em 2025 e 2026, respectivamente, a um déficit primário de R\$ 30.970,0 milhões e de resultado zero. Após contabilização do abatimento da meta, tal déficit atinge R\$ 79.605,9 milhões em 2025 e R\$ 57.836,1 milhões em 2026.

Fontes:

Dados realizados: Resultado do Tesouro Nacional; Dados estimados: Diversos Órgãos, conforme Matriz de Responsabilidades da JEO.

Elaboração: SOF/MPO.

**Quadro 10-B: Demonstrativo da Compatibilidade das
Despesas Primárias Orçamentárias com o art. 3º da LC 200/2023**

R\$ milhões

Discriminação	Total de Despesas Primárias Orçamentárias	Classificação conforme §§ 1º e 2º do art. 3º da LC 200/2023	
		Despesas não sujeitas aos limites	Despesas sujeitas aos limites
<u>Despesas Primárias Orçamentárias de Todos os Poderes</u>	<u>3.195.494,1</u>	<u>767.283,1</u>	<u>2.428.211,0</u>
Benefícios Previdenciários, exceto Sentenças/Precatórios	1.079.757,9	0,0	1.079.757,9
Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita	592.870,9	592.870,9	0,0
Pessoal e Encargos Sociais, exceto Sentenças/Precatórios	446.699,7	24.182,7	422.517,1
Despesas obrigatórias com controle de fluxo do Poder Executivo	371.499,1	303,4	371.195,7
Despesas discricionárias do Poder Executivo	186.233,7	2.588,9	183.644,8
Benefícios de Prestação Continuada, exceto Sentenças/Precatórios	122.359,2	0,0	122.359,2
Sentenças Judiciais e Precatórios ⁽¹⁾	121.303,2	68.574,7	52.728,4
Abono Salarial e Seguro Desemprego, exceto Sentenças/Precatórios	97.572,7	0,0	97.572,7
Complementação Fundeb	69.954,6	69.954,6	0,0
Reserva para Emendas	40.803,5	0,0	40.803,5
Subsídios, Subvenções e Proagro	26.710,0	0,0	26.710,0
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	25.162,1	3.420,4	21.741,7
Outras despesas obrigatórias do Poder Executivo	9.179,9	0,0	9.179,9
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	5.387,6	5.387,6	0,0

⁽¹⁾ Sentenças Judiciais e Precatórios de Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios de Prestação Continuada, Abono/Seguro Desemprego e de Outras Despesas de Custeio e de Capital.

Fonte: Diversos Órgãos, conforme Matriz de Responsabilidades da JEO. Elaboração: SOF/MPO.

7 - SERVIÇO DA DÍVIDA CONTRATUAL E MOBILIÁRIA

Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XI

Recursos de Todas as Fontes

Programa	Programa/Ação/Subtítulo	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
52	Ministério da Defesa								4.434.060.824
111	Comando da Aeronáutica								3.322.320.887
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								3.322.320.887
	Operações Especiais								3.322.320.887
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28 844	F						3.322.320.887
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								3.322.320.887
				2 - JUR	0	90	0	1444	897.966.777
				6 - AMT	0	90	0	1443	2.424.354.110
131	Comando da Marinha								1.093.139.937
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								1.093.139.937
	Operações Especiais								1.093.139.937
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28 844	F						1.093.139.937
0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								1.093.139.937
				2 - JUR	0	90	0	1444	287.458.815
				6 - AMT	0	90	0	1443	805.681.122
232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM								18.600.000
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								18.600.000
	Operações Especiais								18.600.000
0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	28 843	F						18.600.000
0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								18.600.000
				2 - JUR	0	90	0	1050	600.000
				6 - AMT	0	90	0	1050	18.000.000
74	Operações Oficiais de Crédito								49.000.000
101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda								49.000.000
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								49.000.000
	Operações Especiais								49.000.000
0909 00QM	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)	28 846	F						49.000.000
0909 00QM 0001	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - Nacional								49.000.000
				2 - JUR	0	90	0	1444	32.000.000
				6 - AMT	0	90	0	1443	17.000.000
75	Dívida Pública Federal								2.859.968.152.647
101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda								2.859.968.152.647
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								1.011.617.601.715
	Operações Especiais								1.011.617.601.715
0905 0272	Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993)	28 843	F						53.164.524
0905 0272 0001	Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993) - Nacional								53.164.524
				6 - AMT	0	90	0	1400	53.164.524
0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna	28 843	F						1.011.564.437.191
0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional								1.011.564.437.191
				2 - JUR	0	90	0	1444	609.661.298.031
				6 - AMT	0	90	0	1000	299.473.783.920
				6 - AMT	0	90	0	1400	40.974.750.825
				6 - AMT	0	90	0	1401	46.538.884.675
				6 - AMT	0	90	0	1443	4.435.054.740
				6 - AMT	0	90	0	1448	10.480.665.000
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								40.883.028.158
	Operações Especiais								40.883.028.158
0906 0425	Serviços da Dívida Pública Federal Externa	28 844	F						40.883.028.158
0906 0425 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional								40.883.028.158
				2 - JUR	0	90	0	1444	33.060.473.427
				6 - AMT	0	90	0	1443	7.822.554.731
0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna								1.741.032.790.554
	Operações Especiais								1.741.032.790.554
0907 0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	28 841	F						1.741.032.790.554
0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional								1.741.032.790.554
				6 - AMT	0	90	0	1443	1.741.032.790.554
0908	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa								29.139.732.220
	Operações Especiais								29.139.732.220
0908 0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa	28 842	F						29.139.732.220
0908 0243 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - Nacional								29.139.732.220
				6 - AMT	0	90	0	1443	29.139.732.220
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								37.295.000.000
	Operações Especiais								37.295.000.000
0909 00Q3	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	28 846	F						37.000.000.000
0909 00Q3 0001	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS - Nacional								37.000.000.000
				6 - AMT	0	90	0	1443	37.000.000.000
0909 00QE	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União	28 846	F						295.000.000

Quadro 11 - Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XI										Recursos de Todas as Fontes			
Programa		Programa/Ação/Subtítulo				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0909	00QE 0001	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União - Nacional											295.000.000
								6 - AMT	0	90	0	1443	295.000.000
Juros e Encargos da Dívida													643.939.797.050
Amortização da Dívida													2.220.511.416.421
TOTAL													2.864.451.213.471

**8 - FONTES DE FINANCIAMENTO DAS
DESPESAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE
SOCIAL**

Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
Receitas da Seguridade Social(A)				1.597.051.836.559
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1003	P	659.189.471
1.1.2.1.01.0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1003	P	17.907
1.1.2.1.01.0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	1003	P	26.347
1.1.2.1.01.0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	1003	P	11.360
1.2.1.1.01.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P	379.958.339.055
1.2.1.1.01.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9002	P	5.114.931.505
1.2.1.1.01.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1002	P	88.999.981
1.2.1.1.01.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P	1.898.142.650
1.2.1.1.01.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1002	P	94.431.438
1.2.1.1.02.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P	29.537.278.543
1.2.1.1.02.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1002	P	138.260.358
1.2.1.1.02.0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P	372.800.184
1.2.1.1.02.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1002	P	32.459.559
1.2.1.1.49.0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal	1002	P	163.942.867
1.2.1.1.49.0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Dívida Ativa	1002	P	1.065.605.351
1.2.1.1.49.0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1002	P	258.553.318
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9040	P	856.849.316
1.2.1.2.01.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040	P	78.044.825.929
1.2.1.2.01.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P	94.227.464
1.2.1.2.01.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040	P	399.453.783
1.2.1.2.01.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040	P	10.429.767
1.2.1.2.02.0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1040	P	4.611.337.848
1.2.1.2.02.0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1040	P	132.032.411
1.2.1.2.02.0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040	P	64.605.157
1.2.1.2.02.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040	P	7.379.262
1.2.1.2.49.0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1040	P	67.583.953
1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9001	P	2.450.882.352
1.2.1.3.01.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P	177.576.600.692
1.2.1.3.01.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P	415.215.260
1.2.1.3.01.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P	1.037.090.046
1.2.1.3.01.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P	38.488.251
1.2.1.3.02.0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P	12.192.494.599
1.2.1.3.02.0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P	150.568.344
1.2.1.3.02.0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P	152.803.319
1.2.1.3.02.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P	26.402.403
1.2.1.3.49.0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1001	P	179.630.814
1.2.1.4.01.1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P	415.563.531.355
1.2.1.4.01.1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	9054	P	1.199.999.998
1.2.1.4.01.1.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P	6.956.930.805
1.2.1.4.01.1.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P	3.445.165.355
1.2.1.4.01.1.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	1.248.632.727
1.2.1.4.01.2.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P	110.213.206.853
1.2.1.4.01.2.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P	3.589.024.998
1.2.1.4.01.2.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P	1.151.368.519
1.2.1.4.01.2.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	417.162.742
1.2.1.4.02.0.1	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	1054	P	243.101.967.423
1.2.1.4.02.0.2	Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	1054	P	3.362.883.866
1.2.1.4.02.0.3	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1054	P	1.593.882.377
1.2.1.4.02.0.4	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	436.434.523
1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1055	P	136.082.518
1.2.1.5.01.1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P	12.598.376.147
1.2.1.5.01.1.5	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	1056	P	11.167.862
1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P	5.566.933.056

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
1.2.1.5.01.2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1055	P	132.633.869
1.2.1.5.01.3.1	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P	1.349.571.032
1.2.1.5.01.4.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P	358.965.826
1.2.1.5.01.5.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P	174.428.355
1.2.1.5.01.6.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P	36.770.997
1.2.1.5.04.1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1023	P	9.370.515.284
1.2.1.5.04.2.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P	412.317.678
1.2.1.5.04.3.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P	196.332.411
1.2.1.6.01.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	1006	P	20.735.692
1.2.1.6.02.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	1126	P	25.726.012
1.2.1.6.05.1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	1005	P	2.418.641.654
1.2.1.7.01.1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	1123	P	36.423.148
1.2.1.7.02.1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	1123	P	5.073.708
1.2.1.7.04.1.1	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1123	P	3.800.010.732
1.2.1.7.05.1.1	Contribuição sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal	1123	P	1.069.035
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1122	P	6.364.286
1.2.1.7.06.1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1123	P	2.828.571
1.2.1.7.07.1.1	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	1001	P	454.360.572
1.2.1.7.07.1.1	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	1035	P	2.271.802.861
1.2.1.7.07.1.1	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	1184	P	45.436.057
1.2.1.9.01.1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	1003	P	421.089
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1049	P	12.099.192
1.3.1.1.01.3.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – FRGPS - Principal	1049	P	5.126.728
1.3.1.1.02.1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral - Principal	1049	P	363.461
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1049	F	7.377.105.179
1.3.2.1.02.0.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1049	F	262.960.153
1.3.2.1.03.0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	1049	F	313.657.727
1.3.2.2.01.2.1	Dividendos - FRGPS - Principal	1049	P	146.280.826
1.3.2.2.01.2.2	Dividendos - FRGPS - Multas e Juros	1049	P	5.709.203
1.3.4.1.02.4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035	P	234.438.676
1.3.4.1.03.4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035	P	468.877.428
1.3.4.1.04.4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035	P	159.830.418
1.3.6.1.01.4.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta - Principal	1049	P	5.430.285.260
1.5.1.1.01.0.1	Receita Industrial - Principal	1049	P	1.016.917
1.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1049	P	86.041.661
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1049	P	31.394.550
1.6.1.1.03.0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1049	P	52.398
1.6.1.1.04.0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1049	P	211.856
1.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	1049	P	296.380.000
1.6.3.1.01.0.2	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	1049	P	1.872
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	1004	P	46.992.858
1.6.3.2.01.0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	1049	P	13.116.021
1.6.4.1.03.0.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	1049	F	24.079.698.299
1.6.9.9.99.0.1	Outros Serviços - Principal	1049	P	68.832
1.7.2.4.01.0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	5.311.121
1.7.9.1.01.0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1096	P	2.444.929
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1003	P	298.994.364
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1003	P	295.944.142
1.9.1.1.01.0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1054	P	232.093
1.9.1.1.03.0.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	1003	P	102.302.232
1.9.1.1.09.0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1049	P	105.939.136
1.9.1.1.10.0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	1039	P	1.678.032
1.9.1.1.11.0.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	1054	P	62.069.122
1.9.2.1.01.0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1049	P	61.091
1.9.2.1.04.0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	1005	P	202.426.092
1.9.2.1.05.0.1	Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal	1132	P	291.879.376
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	1049	P	10.673.660
1.9.2.2.01.1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1049	P	2.630.166
1.9.2.2.02.0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	1049	P	274.618.452
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1002	P	35.161
1.9.2.2.03.0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1054	P	172.953.898
1.9.2.2.03.0.2	Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros	1054	P	264.166

Quadro 12 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XII

Código	Especificação	Fonte	RP	Valor
1.9.2.2.04.0.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	1002	P	731.818
1.9.2.2.07.0.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	1040	P	15.821.700
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	1049	P	137.206.716
1.9.2.3.01.0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	1003	P	763.865.625
1.9.2.3.03.0.1	Reversão de Garantias - Principal	1049	P	138.561
1.9.2.3.04.0.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	1054	P	104.933.127
1.9.2.3.04.0.2	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	1054	P	880.570
1.9.2.3.99.0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	1049	P	7.105.174
1.9.2.3.99.0.2	Outros Ressarcimentos - Multas e Juros	1049	P	310.944
1.9.3.1.02.1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	1001	P	106.780.453
1.9.3.1.02.1.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	1001	P	531.407
1.9.3.1.08.0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	1003	P	94.714.512
1.9.3.1.08.0.2	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Multas e Juros	1003	P	230.358
1.9.4.2.01.0.6	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Juros do Principal	1049	P	91.959
1.9.9.9.03.0.1	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	1054	P	247.715.091
1.9.9.9.04.0.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	1017	P	51.718
1.9.9.9.99.1.4	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P	16.016.860
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1049	P	32.295.673
1.9.9.9.99.2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	1049	P	34.989.746
1.9.9.9.99.2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1049	P	2.159.788
1.9.9.9.99.2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1049	P	1.126.613
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1048	P	409.001
2.2.2.1.01.0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1049	P	7.896.925
7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1125	F	264.857.206
7.2.1.5.02.1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	24.462.654.937
7.2.1.5.02.1.3	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Dívida Ativa - Operações Intraorçamentárias	1056	F	5.521.698
7.2.1.5.02.1.5	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	7.552.400
7.2.1.5.02.2.1	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F	210.740.332
7.6.1.1.01.0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049	P	5.001
7.6.3.1.01.0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049	P	80.757
7.9.2.1.04.0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias	1005	P	117.182.284
Transferências de Recursos do Orçamento Fiscal (B)				376.879.518.668
	Recursos Livres da União	1000		51.822.766.597
	Recursos Próprios Livres da UO	1050		480.149.911
	Recursos Livres da UO	1052		743.529.146
	Educação Básica, Vedado o Pagamento de Despesas com Pessoal	1133		5.461.907.292
	Objeto Contratual da Operação de Crédito Externa em Moeda	1448		419.000.000
	Recursos Livres da União	9000		4.464.464.914
	Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, Excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública	9444		313.487.700.808
TOTAL (C) = (A + B)				1.973.931.355.227

9 - AÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentario

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
0581 Abono Salarial	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	33.761.832.617
21D8 Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	38.300.000
2000 Administração da Unidade	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	7.980.000
		33000 - Ministério da Previdência Social	239.067.162
		36000 - Ministério da Saúde	1.178.776.035
		52000 - Ministério da Defesa	27.435.866
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	258.076.704
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	450.000
		33000 - Ministério da Previdência Social	1.836.986
		36000 - Ministério da Saúde	5.909.265
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.637.535
20QH Alimentação e Nutrição para a Saúde	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	36000 - Ministério da Saúde	170.000.000
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	20.081.060
00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	10.000.000
		52000 - Ministério da Defesa	13.292.459
		71000 - Encargos Financeiros da União	119.957.019
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	196.100.000
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	570.000.000
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Ortopedia e Traumatologia - INTO	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	366.600.000
8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	69.414.953
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	154.000.000
21CI Apoiar a implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes, de forma a contribuir para a Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	60.000.000
8458 Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	16.257.256
21FQ Apoio à Formulação e Gestão da Política Nacional de Cuidados	5501 Estruturação da Política Nacional de Cuidados	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	21.766.317
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	7.000.000
21CA Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	50.000.000
21CB Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	50.000.000
20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção de Sistemas e Soluções de Saneamento Ambiental	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.500.000
21CC Apoio à Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
20AM Apoio à Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	59.220.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
20AF Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	8.600.000
218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	677.656.969
00PI Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	5111 Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	26000 - Ministério da Educação	5.461.907.292
00US Apoio aos Entes Federados por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	877.058.000
8929 Apoio aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	54.188.684
20AL Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	2.141.115.875
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	45.000.000
21FR Apoio e Acolhimento Objetivando a Reinserção de Usuários e Dependentes de Álcool e Drogas	5134 Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	160.938.056
20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	650.904.102
0181 Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	29000 - Defensoria Pública da União	21.477.553
		34000 - Ministério Público da União	1.136.325.411
	0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	569.781
		20000 - Presidência da República	339.343.868
	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	2.698.358.872
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.236.506.859
		25000 - Ministério da Fazenda	119.052.694
		26000 - Ministério da Educação	25.316.186.551
		28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	283.036.293
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	5.601.104.183
		32000 - Ministério de Minas e Energia	291.503.456
		33000 - Ministério da Previdência Social	6.620.156.238
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	524.801.028
		36000 - Ministério da Saúde	13.414.839.874
		37000 - Controladoria-Geral da União	355.320.538
		39000 - Ministério dos Transportes	344.222.831
		40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	68.513.345
		41000 - Ministério das Comunicações	765.547.137
		42000 - Ministério da Cultura	304.333.670
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	1.001.718.114
		46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	13.266.621
		47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	1.903.832.795
		49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	933.462.079
		51000 - Ministério do Esporte	6.035.130
		52000 - Ministério da Defesa	4.302.896.269
		53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	710.977.495
		54000 - Ministério do Turismo	24.875.699

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.226.441
		56000 - Ministério das Cidades	458.454
		58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	979.197
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	14.121
		63000 - Advocacia-Geral da União	1.148.536.034
		68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	53.177.002
		72000 - Encargos Previdenciários da União	19.343.155.482
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.448.467.011
		83000 - Banco Central do Brasil	2.414.630.620
		84000 - Ministério dos Povos Indígenas	284.112.166
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10000 - Supremo Tribunal Federal	190.730.366
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	504.403.432
		12000 - Justiça Federal	2.537.066.926
		13000 - Justiça Militar da União	256.710.580
		14000 - Justiça Eleitoral	1.320.401.082
		15000 - Justiça do Trabalho	7.068.621.844
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	671.417.724
		17000 - Conselho Nacional de Justiça	85.268
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	01000 - Câmara dos Deputados	2.564.530.000
		02000 - Senado Federal	2.597.563.773
		03000 - Tribunal de Contas da União	968.099.753
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e Participativa em Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	40.000.000
2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	778.145.470
20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	10.342.295.000
21IN Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito da Seguridade Social	5115 Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos	30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	94.944.870
00VL Assistência à Moradia de Bolsistas Atuentes em Programas de Residência Médica	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	3.705
00UW Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.722.926.888
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	260.976.325
		33000 - Ministério da Previdência Social	112.685.460
		36000 - Ministério da Saúde	338.551.802
		52000 - Ministério da Defesa	4.026.376.427
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.022.964
		72000 - Encargos Previdenciários da União	120.862.356
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	02000 - Senado Federal	352.388.253
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil, Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	976.673.754
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.520.000.000
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.707.000.000
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	80.764.335.860

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
4324 Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	31.000.000
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.102.000.000
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	320.000.000
4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.705.000.000
21FT Atendimento da Clientela Previdenciária	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	1.413.791.371
20TP Ativos Cíveis da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	14.791.448.496
		33000 - Ministério da Previdência Social	4.675.480.102
		36000 - Ministério da Saúde	9.062.614.238
		52000 - Ministério da Defesa	125.417.589
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	97.996.760
20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	4.000.000
2562 Auditoria Interna, Processos Correicionais e Tomada de Contas Especial	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	2.930.000
2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	314.518
21DV Auxílio Gás dos Brasileiros	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.100.000.000
00TZ Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	42.276.366
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	44.000.000
20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	9.000.000
00S6 Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	26000 - Ministério da Educação	395.577
		33000 - Ministério da Previdência Social	14.121
		36000 - Ministério da Saúde	313.623
		52000 - Ministério da Defesa	14.121
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.677
		72000 - Encargos Previdenciários da União	358.883
0536 Benefícios de Legislação Especial	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	83.000
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	77.729
		12000 - Justiça Federal	40.000
		14000 - Justiça Eleitoral	192.634
		15000 - Justiça do Trabalho	681.426
		22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	632.665
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	33.242
		25000 - Ministério da Fazenda	409.515
		26000 - Ministério da Educação	4.017.582
		28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	33.033
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.142.186
		32000 - Ministério de Minas e Energia	593.292
		33000 - Ministério da Previdência Social	1.947.067.754

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		34000 - Ministério Público da União	18.000
		36000 - Ministério da Saúde	9.840.040
		39000 - Ministério dos Transportes	19.687.708
		41000 - Ministério das Comunicações	42.316
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	321.668
		46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	6.674.233
		47000 - Ministério do Planejamento e Orçamento	34.959
		49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	559.098
		52000 - Ministério da Defesa	6.737.384
		53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	7.895
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	220.581
		56000 - Ministério das Cidades	24.508.211
		71000 - Encargos Financeiros da União	50.000.000
		72000 - Encargos Previdenciários da União	31.005.106
		81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	78.572
		83000 - Banco Central do Brasil	377.171
		84000 - Ministério dos Povos Indígenas	239.898
00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	67.764.096.964
00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	54.595.114.457
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	1.166.495.920
		33000 - Ministério da Previdência Social	319.301.647
		36000 - Ministério da Saúde	885.481.270
		52000 - Ministério da Defesa	26.963.575
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.480.314
		72000 - Encargos Previdenciários da União	395.820
00SJ Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	1.071.877.487.379
21BX Bônus de Eficiência e Produtividade e Pagamento Extraordinário por processos ou serviços de servidores ativos da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	200.000.000
4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	139.833.782
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	1.050.000
		36000 - Ministério da Saúde	13.175.000
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	426.740
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	690.703
219E Cofinanciamento da Proteção Social Básica	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	1.246.505.767
219F Cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	721.845.196
00X3 Compensação Financeira entre o RPPSU e os demais RPPS dos entes federados	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	5.441.643
		02000 - Senado Federal	50.000
		12000 - Justiça Federal	210.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		15000 - Justiça do Trabalho	1.282.000
		20000 - Presidência da República	26.000
		22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	13.000
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	13.000
		26000 - Ministério da Educação	39.000
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	39.000
		32000 - Ministério de Minas e Energia	13.000
		34000 - Ministério Público da União	5.000
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	13.000
		37000 - Controladoria-Geral da União	13.000
		41000 - Ministério das Comunicações	13.000
		42000 - Ministério da Cultura	13.000
		44000 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	26.000
		49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	13.000
		51000 - Ministério do Esporte	13.000
		52000 - Ministério da Defesa	52.000
		53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	13.000
		54000 - Ministério do Turismo	13.000
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	13.000
		56000 - Ministério das Cidades	13.000
		58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura	13.000
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	13.000
		63000 - Advocacia-Geral da União	13.000
		65000 - Ministério das Mulheres	13.000
		67000 - Ministério da Igualdade Racial	13.000
		69000 - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	13.000
		72000 - Encargos Previdenciários da União	99.000.000
		81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	13.000
0531 Compensação Financeira entre PSSC e as Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Camara dos Deputados	91.206
		02000 - Senado Federal	50.000
009W Compensação Previdenciária	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	7.880.450.962
6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	42.000.000
00P1 Concessão de Bolsas de Residência em Saúde	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	240.454
00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	14.702.935
0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	74000 - Operações Oficiais de Crédito	3.500.000
5516 Conferências Nacionais de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	18.000.000
215I Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	18.885.476
15VW Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	160.811.489
163C Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	44.000.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
13DW Construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS)	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	33.000.000
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	23.000
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	26000 - Ministério da Educação	702.943.587
		33000 - Ministério da Previdência Social	966.041.240
		36000 - Ministério da Saúde	1.200.897.330
		52000 - Ministério da Defesa	19.591.065
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	4.401.952
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	72000 - Encargos Previdenciários da União	13.000
00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	6.000.000
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	80.000
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	33000 - Ministério da Previdência Social	1.526.000
		36000 - Ministério da Saúde	667.000
00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	843.437.794
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	200.000
00UX Demais Aposentadorias e Complementações	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Câmara dos Deputados	132.770.000
		02000 - Senado Federal	24.486.023
		33000 - Ministério da Previdência Social	589.648.495
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	65.175.922
8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.930.000
169F Desenvolvimento e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	81.748.604
2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	34.000.000
212S Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de Previdência	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	4.423.528
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	109.085.155
00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	12.022.325
00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	6.000.000
20YD Educação e Trabalho na Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.826.190.640
20GN Educação Previdenciária e Financeira	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	400.000
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.062.115.875
219G Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	125.600.000
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	6.364.948.334
21D9 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	35.000.000
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	919.494
6908 Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	8.000.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
2B12 Fomento à Inclusão Produtiva	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	7.305.158
20K2 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	4.500.000
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	100.000
21BG Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	4.660.000.000
8708 Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	12.000.000
21GU Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	15.174.000
8636 Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	170.000.000
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	7.500.000
21ED Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde Pública de Precisão - Genomas Brasil	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	200.000.000
21IJ Fortalecimento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	2.628.335
20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	280.500.000
2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	31.000.000
8249 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	6.852.430
6182 Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	27.600.000
4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino	5113 Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	26000 - Ministério da Educação	540.157.893
2589 Gestão, Administração e Operacionalização de Benefícios Socioassistenciais (Benefício de Prestação Continuada - BPC, Renda Mensal Vitalícia - RMV, Auxílio-Inclusão e outros benefícios)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	9.216.108
21EL Gestão, Administração e Operacionalização do Programa Bolsa Família	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	23.054.071
21FS Gestão das Políticas de Previdência Social	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social	1.672.702
21EC Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	26.000.000
20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	51.136.105
21FU Gestão e Apoio Operacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	20.600.000
21C9 Implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em pequenas comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos)	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	160.000.000
21CH Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
21CF Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	116.000.000
169C Implantação do Primeiro Hospital Inteligente do Brasil	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	419.000.000
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
21CG Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2322 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	2.800.000
21IA Implementação de novas tecnologias para a vigilância e o controle do aedes aegypti	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	120.000.000
21CD Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	166.101.421
21CE Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	326.879.000
8948 Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	500.000.000
00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	4.071.183.787

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.639.954.128
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	273.000.000
20GD Inclusão Produtiva Rural	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	107.742.669
0739 Indenização a Anistiados Políticos	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	46000 - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	730.125.037
		52000 - Ministério da Defesa	597.153.427
		71000 - Encargos Financeiros da União	20.000.000
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	102.000.000
21DX Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.742.821.000
8327 Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	33.000.000
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	6.500.000.000
21DA Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	327.000.000
6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	23.000.000
8753 Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	11.000.000
21CP Operacionalização do Auxílio Emergencial para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.452.852
20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	5118 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	48.000.000
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	172.500.000
8893 Organização em Âmbito Nacional da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	10.138.674
4907 Ouvidoria Geral do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	29.946.047
00SA Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	537.233.099
09LP Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	250.000.000
00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	970.004.999
0179 Pensões Militares da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	28.611.258.596
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.106.221.113
21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	556.413.959
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	90.000.000
219A Piso de Atenção Primária à Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	26.873.323.813
20K1 Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	5120 Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
20Q7 Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.000.000
8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	17.000.000
20XT Prestação de Serviços Médicos Hospitalares e Desenvolvimento de Pesquisas Médicas do Hospital das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	68.422.000

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
217M Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	333.256.702
2583 Processamento de Dados, Gestão de Informações e Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas Digitais para Gestão de Benefícios Socioassistenciais (Benefício de Prestação Continuada - BPC, Renda Mensal Vitalícia - RMV, Auxílio-Inclusão e outros benefícios)	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	42.822.845
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	700.000
4923 Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5129 Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.151.397
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.357.200.000
4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.777.000.000
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	5117 Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	36000 - Ministério da Saúde	517.315.000
20GG Promoção da Inclusão Socioeconômica de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (Programa Acredita no Primeiro Passo)	5127 Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	50.342.800
2784 Promoção do Consumo e de Ações de Alimentação Adequada e Saudável	5133 Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	8.128.712
21FZ Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	5815 Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	3.332.208
21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	5816 Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	16.532.082
20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	5122 Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	1.446.089.732
21H0 Proteção Socioassistencial em Emergências e Calamidades Públicas	5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	25.413.393
4641 Publicidade de Utilidade Pública	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33000 - Ministério da Previdência Social 36000 - Ministério da Saúde 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	6.000.000 287.800.000 96.695.914
4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	18.207.936
20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	73.051.580
2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	60.000.000
0200 Reserva de Contingência - Financeira	0999 Reserva de Contingência	33000 - Ministério da Previdência Social 36000 - Ministério da Saúde	11.600.927 73.400.345
0201 Reserva de Contingência Fiscal - Primária	0999 Reserva de Contingência	36000 - Ministério da Saúde	213.596.954
0208 Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória destinadas a ações e serviços públicos de saúde	0999 Reserva de Contingência	36000 - Ministério da Saúde	20.401.752.939
6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	31.000.000
21CJ Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos	5122 Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	135.312.210
00H4 Seguro Desemprego	2310 Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	63.810.904.770
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação 36000 - Ministério da Saúde	50.932.184 4.257.618
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação 33000 - Ministério da Previdência Social 36000 - Ministério da Saúde 40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	22.446.255 29.190.019.212 21.225.278 91.983.348

Quadro 13 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Ação	Programa	Órgão	Valor
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	8.229.194.120
0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	1.990.331.759
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	44.255.689
00WU Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33000 - Ministério da Previdência Social	22.801.863.587
		36000 - Ministério da Saúde	4.742.962.949
		40000 - Ministério do Trabalho e Emprego	116.241
		55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	507.007.021
2578 Serviço de Perícia Médica	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	6.559.611
2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	457.412.066
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	33000 - Ministério da Previdência Social	50.000.000
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	5129 Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	265.758.949
20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	481.233.346
00WN Subvenção Econômica de Estruturadores de Negócios (Programa Acredita no Primeiro Passo - Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024)	5127 Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	63.000.000
00UC Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde	5119 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	11.709.000.000
00UB Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	2.903.000.000
8442 Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	158.632.791.717
21GM Transformação Digital no SUS	5121 Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	36000 - Ministério da Saúde	650.000.000
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	5123 Vigilância em Saúde e Ambiente	36000 - Ministério da Saúde	85.500.000
TOTAL			1.973.931.355.227

10 - DETALHAMENTO DAS PROGRAMAÇÕES
CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA
PREVISTA NO INCISO III DO ART. 167 DA
CONSTITUIÇÃO

Detalhamento das Programações Condicionadas à
Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do Art.
167 da Constituição

Quadro 14A - Consolidação das programações condicionadas por programa, função, subfunção, UO e GND

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XV

Quadro Síntese				R\$ 1,00
Código / Especificação	PLOA 2025	LOA 2025	PLOA 2026	
Total	245.034.629.051	228.533.470.465	313.487.700.808	
Programa				
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.800.000.000	3.800.000.000		
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	33.299.999.999	33.299.999.999		
2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	167.234.629.052	150.733.470.466	243.487.700.808	
5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	40.700.000.000	40.700.000.000	40.000.000.000	
5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)			30.000.000.000	
Função				
08 Assistência Social	40.700.000.000	40.700.000.000	70.000.000.000	
09 Previdência Social	171.034.629.052	154.533.470.466	243.487.700.808	
28 Encargos Especiais	33.299.999.999	33.299.999.999		
Subfunção				
241 Assistência à Pessoa Idosa			13.000.000.000	
242 Assistência à Pessoa com Deficiência			17.000.000.000	
246 Segurança de Renda	40.700.000.000	40.700.000.000	40.000.000.000	
271 Previdência Básica	167.234.629.052	150.733.470.466	243.487.700.808	
272 Previdência do Regime Estatutário	3.800.000.000	3.800.000.000		
846 Outros Encargos Especiais	33.299.999.999	33.299.999.999		
Unidade				
33904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social	180.686.118.091	164.184.959.505	243.487.700.808	
55101 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta	40.700.000.000	40.700.000.000	40.000.000.000	
55901 Fundo Nacional de Assistência Social	2.169.021.006	2.169.021.006	30.000.000.000	
71103 Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais	17.679.489.954	17.679.489.954		
72146 Recursos Sob Supervisão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	3.800.000.000	3.800.000.000		
Grupo de Despesa				
1 Pessoal e Encargos Sociais	6.880.819.720	6.880.819.720		
3 Outras Despesas Correntes	238.153.809.331	221.652.650.745	313.487.700.808	
Fonte				
1-PES				
2-JUR				
3-ODC				
4-INV				
5-IFI				
6-AMT				
9-RES				
9444		313.487.700.808		313.487.700.808
Total	313.487.700.808			313.487.700.808

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XV

Órgão: 33000 - Ministério da Previdência Social
Unidade: 33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

Quadro Síntese							R\$ 1,00		
Código / Especificação							PLOA 2025	LOA 2025	PLOA 2026
Total							180.686.118.091	164.184.959.505	243.487.700.808
Programa									
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							13.451.489.039	13.451.489.039	
2314 Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania							167.234.629.052	150.733.470.466	243.487.700.808
Função									
09 Previdência Social							167.234.629.052	150.733.470.466	243.487.700.808
28 Encargos Especiais							13.451.489.039	13.451.489.039	
Subfunção									
271 Previdência Básica							167.234.629.052	150.733.470.466	243.487.700.808
846 Outros Encargos Especiais							13.451.489.039	13.451.489.039	
Grupo de Despesa									
3 Outras Despesas Correntes							180.686.118.091	164.184.959.505	243.487.700.808
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total	
9444			243.487.700.808					243.487.700.808	
Total			243.487.700.808					243.487.700.808	

Quadro dos Créditos Orçamentários												R\$ 1,00
Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2314	Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania											243.487.700.808
	Operações Especiais											243.487.700.808
2314 00SJ	Benefícios Previdenciários				09 271							243.487.700.808
2314 00SJ 0001	Benefícios Previdenciários - Nacional (Seq: 1462)					S	3 - ODC	1	90	0	9444	243.487.700.808
												243.487.700.808
Total												243.487.700.808

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XV

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Unidade: 55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta

Quadro Síntese							R\$ 1,00	
Código / Especificação						PLOA 2025	LOA 2025	PLOA 2026
Total						40.700.000.000	40.700.000.000	40.000.000.000
Programa								
5128 Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas						40.700.000.000	40.700.000.000	40.000.000.000
Função								
08 Assistência Social						40.700.000.000	40.700.000.000	40.000.000.000
Subfunção								
246 Segurança de Renda						40.700.000.000	40.700.000.000	40.000.000.000
Grupo de Despesa								
3 Outras Despesas Correntes						40.700.000.000	40.700.000.000	40.000.000.000
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
9444			40.000.000.000					40.000.000.000
Total			40.000.000.000					

Quadro dos Créditos Orçamentários											R\$ 1,00	
Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5128	Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas											40.000.000.000
Atividades												40.000.000.000
5128	8442	Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família			08	246						40.000.000.000
5128	8442	0001	Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família - Nacional (Seq: 2997) Produto: Família atendida (unidade): 19.900.000				S	3 - ODC	1	90	0 9444	40.000.000.000
Total												40.000.000.000

Quadro 14B - Detalhamento das Programações Condicionadas por UO

PLDO - 2026, Anexo I, inciso XV

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Unidade: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

Quadro Síntese							R\$ 1,00	
Código / Especificação				PLOA 2025	LOA 2025	PLOA 2026		
Total				2.169.021.006	2.169.021.006	30.000.000.000		
Programa								
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				2.169.021.006	2.169.021.006			
5131 Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)						30.000.000.000		
Função								
08 Assistência Social						30.000.000.000		
28 Encargos Especiais				2.169.021.006	2.169.021.006			
Subfunção								
241 Assistência à Pessoa Idosa						13.000.000.000		
242 Assistência à Pessoa com Deficiência						17.000.000.000		
846 Outros Encargos Especiais				2.169.021.006	2.169.021.006			
Grupo de Despesa								
3 Outras Despesas Correntes				2.169.021.006	2.169.021.006	30.000.000.000		
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
9444			30.000.000.000					30.000.000.000
Total			30.000.000.000					30.000.000.000

Quadro dos Créditos Orçamentários												R\$ 1,00
Programática	Programa/Ação/Subtítulo/Produto				Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5131	Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)											30.000.000.000
	Operações Especiais											30.000.000.000
5131	00H5	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade			08	241						13.000.000.000
5131	00H5	0001	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade - Nacional (Seq: 3079) Item de Mensuração: Beneficiário atendido (unidade): 2.804.869				S	3 - ODC	1	90	0 9444	13.000.000.000
5131	00IN	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez			08	242						17.000.000.000
5131	00IN	0001	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez - Nacional (Seq: 3080) Item de Mensuração: Beneficiário atendido (unidade): 3.354.841				S	3 - ODC	1	90	0 9444	17.000.000.000
Total												30.000.000.000

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas Correntes			1.674.432.266.224	1.571.974.936.018	3.246.407.202.242
1. 1. 0. 0. 00. 0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			1.250.149.034.154	659.245.085	1.250.808.279.239
1. 1. 1. 0. 00. 0.0	Impostos			1.240.998.861.002		1.240.998.861.002
1. 1. 1. 1. 00. 0.0	Impostos sobre o Comércio Exterior			103.193.673.397		103.193.673.397
1. 1. 1. 1. 01. 0.0	Imposto sobre a Importação			103.186.804.654		103.186.804.654
1. 1. 1. 1. 01. 0.1	Imposto sobre a Importação - Principal	1000	P	102.841.960.984		102.841.960.984
		9000	P	160.000.000		160.000.000
1. 1. 1. 1. 01. 0.2	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	1032	P	179.215.709		179.215.709
1. 1. 1. 1. 01. 0.3	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	1000	P	1.159.575		1.159.575
1. 1. 1. 1. 01. 0.7	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	1032	P	379.015		379.015
1. 1. 1. 1. 01. 0.8	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	1031	P	4.089.371		4.089.371
1. 1. 1. 1. 02. 0.0	Imposto sobre a Exportação			6.868.743		6.868.743
1. 1. 1. 1. 02. 0.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	1000	P	6.868.743		6.868.743
1. 1. 1. 2. 00. 0.0	Impostos sobre o Patrimônio			4.110.025.950		4.110.025.950
1. 1. 1. 2. 01. 0.0	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural			4.110.025.950		4.110.025.950
1. 1. 1. 2. 01. 1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	1206	P	3.400.703.406		3.400.703.406
1. 1. 1. 2. 01. 1.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	1206	P	247.909.355		247.909.355
1. 1. 1. 2. 01. 1.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	1206	P	15.588.194		15.588.194
1. 1. 1. 2. 01. 1.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas da Dívida Ativa	1206	P	12.592.989		12.592.989
1. 1. 1. 2. 01. 1.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1206	P	22.229.409		22.229.409
1. 1. 1. 2. 01. 2.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	1000	P	188.927.967		188.927.967
		1206	P	188.927.967		188.927.967
1. 1. 1. 2. 01. 2.2	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	1032	P	13.772.742		13.772.742
		1206	P	13.772.742		13.772.742
1. 1. 1. 2. 01. 2.3	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	1000	P	866.011		866.011
		1206	P	866.012		866.012
1. 1. 1. 2. 01. 2.7	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	1032	P	699.611		699.611
		1206	P	699.611		699.611
1. 1. 1. 2. 01. 2.8	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	1031	P	1.234.967		1.234.967
		1206	P	1.234.967		1.234.967
1. 1. 1. 3. 00. 0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			932.204.477.898		932.204.477.898
1. 1. 1. 3. 01. 0.0	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF			85.439.705.865		85.439.705.865
1. 1. 1. 3. 01. 0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	1000	P	40.294.724.682		40.294.724.682
		1201	P	20.550.309.588		20.550.309.588
		1202	P	17.326.731.613		17.326.731.613
		1207	P	483.536.696		483.536.696
		1208	P	483.536.696		483.536.696
		1209	P	725.305.044		725.305.044
		1210	P	725.305.044		725.305.044
1. 1. 1. 3. 01. 0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	1032	P	1.862.475.477		1.862.475.477
		1201	P	949.862.494		949.862.494
		1202	P	800.864.456		800.864.456
		1207	P	22.349.706		22.349.706
		1208	P	22.349.706		22.349.706
		1209	P	33.524.559		33.524.559
		1210	P	33.524.559		33.524.559
1. 1. 1. 3. 01. 0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	1000	P	137.659.109		137.659.109
		1201	P	70.206.145		70.206.145
		1202	P	59.193.416		59.193.416
		1207	P	1.651.909		1.651.909

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 3. 01. 0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	1208	P	1.651.909		1.651.909
		1209	P	2.477.864		2.477.864
		1210	P	2.477.864		2.477.864
		1032	P	159.349.168		159.349.168
		1201	P	81.268.075		81.268.075
		1202	P	68.520.142		68.520.142
		1207	P	1.912.190		1.912.190
		1208	P	1.912.190		1.912.190
		1209	P	2.868.285		2.868.285
		1210	P	2.868.285		2.868.285
1. 1. 1. 3. 01. 0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	1031	P	265.644.497		265.644.497
		1201	P	135.478.693		135.478.693
		1202	P	114.227.134		114.227.134
		1207	P	3.187.734		3.187.734
		1208	P	3.187.734		3.187.734
		1209	P	4.781.601		4.781.601
		1210	P	4.781.601		4.781.601
				330.902.444.073		330.902.444.073
1. 1. 1. 3. 02. 0.0	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos					
1. 1. 1. 3. 02. 0.1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	1000	P	157.409.042.972		157.409.042.972
		1201	P	80.278.611.916		80.278.611.916
		1202	P	67.685.888.479		67.685.888.479
		1207	P	1.888.908.516		1.888.908.516
		1208	P	1.888.908.516		1.888.908.516
		1209	P	2.833.362.774		2.833.362.774
		1210	P	2.833.362.774		2.833.362.774
		9000	P	3.622.058.823		3.622.058.823
		9201	P	1.847.250.000		1.847.250.000
		9202	P	1.557.485.294		1.557.485.294
		9207	P	43.464.706		43.464.706
		9208	P	43.464.706		43.464.706
		9209	P	65.197.059		65.197.059
		9210	P	65.197.059		65.197.059
1. 1. 1. 3. 02. 0.2	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1032	P	3.081.135.853		3.081.135.853
		1201	P	1.571.379.284		1.571.379.284
		1202	P	1.324.888.416		1.324.888.416
		1207	P	36.973.630		36.973.630
		1208	P	36.973.630		36.973.630
		1209	P	55.460.445		55.460.445
		1210	P	55.460.445		55.460.445
1. 1. 1. 3. 02. 0.3	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	1000	P	467.622.282		467.622.282
		1201	P	238.487.364		238.487.364
		1202	P	201.077.581		201.077.581
		1207	P	5.611.467		5.611.467
		1208	P	5.611.467		5.611.467
		1209	P	8.417.201		8.417.201
		1210	P	8.417.201		8.417.201
1. 1. 1. 3. 02. 0.7	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	1032	P	274.200.472		274.200.472
		1201	P	139.842.241		139.842.241
		1202	P	117.906.203		117.906.203
		1207	P	3.290.406		3.290.406
		1208	P	3.290.406		3.290.406
		1209	P	4.935.609		4.935.609
		1210	P	4.935.609		4.935.609
1. 1. 1. 3. 02. 0.8	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	597.161.634		597.161.634
		1201	P	304.552.433		304.552.433
		1202	P	256.779.502		256.779.502
		1207	P	7.165.940		7.165.940
		1208	P	7.165.940		7.165.940
		1209	P	10.748.909		10.748.909
		1210	P	10.748.909		10.748.909
1. 1. 1. 3. 03. 0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			515.862.327.960		515.862.327.960
1. 1. 1. 3. 03. 1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1000	P	106.169.415.420		106.169.415.420

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 3. 03. 1.2	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros</i>	1201	P	54.146.401.864		54.146.401.864
		1202	P	45.652.848.631		45.652.848.631
		1207	P	1.274.032.985		1.274.032.985
		1208	P	1.274.032.985		1.274.032.985
		1209	P	1.911.049.478		1.911.049.478
		1210	P	1.911.049.478		1.911.049.478
1. 1. 1. 3. 03. 1.3	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa</i>	1032	P	850.338.774		850.338.774
		1201	P	433.672.774		433.672.774
		1202	P	365.645.672		365.645.672
		1207	P	10.204.065		10.204.065
		1208	P	10.204.065		10.204.065
		1209	P	15.306.098		15.306.098
1. 1. 1. 3. 03. 1.7	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa</i>	1210	P	15.306.098		15.306.098
		1000	P	335.874.438		335.874.438
		1201	P	171.295.964		171.295.964
		1202	P	144.426.009		144.426.009
		1207	P	4.030.493		4.030.493
		1208	P	4.030.493		4.030.493
1. 1. 1. 3. 03. 1.8	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa</i>	1209	P	6.045.740		6.045.740
		1210	P	6.045.740		6.045.740
		1032	P	51.608.538		51.608.538
		1201	P	26.320.355		26.320.355
		1202	P	22.191.672		22.191.672
		1207	P	619.302		619.302
1. 1. 1. 3. 03. 2.1	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal</i>	1208	P	619.302		619.302
		1209	P	928.954		928.954
		1210	P	928.954		928.954
		1031	P	109.836.195		109.836.195
		1201	P	56.016.458		56.016.458
		1202	P	47.229.563		47.229.563
1. 1. 1. 3. 03. 3.1	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal</i>	1207	P	1.318.034		1.318.034
		1208	P	1.318.034		1.318.034
		1209	P	1.977.051		1.977.051
		1210	P	1.977.051		1.977.051
		1000	P	92.162.729.750		92.162.729.750
		1201	P	47.002.992.172		47.002.992.172
1. 1. 1. 3. 03. 4.1	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal</i>	1202	P	39.629.973.792		39.629.973.792
		1207	P	1.105.952.757		1.105.952.757
		1208	P	1.105.952.757		1.105.952.757
		1209	P	1.658.929.135		1.658.929.135
		1210	P	1.658.929.135		1.658.929.135
		1000	P	46.152.913.043		46.152.913.043
1. 1. 1. 3. 03. 4.3	<i>Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Dívida Ativa</i>	1201	P	23.537.985.652		23.537.985.652
		1202	P	19.845.752.609		19.845.752.609
		1207	P	553.834.957		553.834.957
		1208	P	553.834.957		553.834.957
		1209	P	830.752.435		830.752.435
		1210	P	830.752.435		830.752.435
1. 1. 1. 4. 00. 0.0	<i>Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços</i>	1000	P	12.057.221.957		12.057.221.957
		1201	P	6.149.183.197		6.149.183.197
		1202	P	5.184.605.441		5.184.605.441
		1207	P	144.686.663		144.686.663
		1208	P	144.686.663		144.686.663
		1209	P	217.029.995		217.029.995
1. 1. 1. 4. 01. 0.0	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI</i>	1210	P	217.029.995		217.029.995
		1000	P	41.225.868		41.225.868
		1201	P	21.025.193		21.025.193
		1202	P	17.727.123		17.727.123
		1207	P	494.710		494.710
		1208	P	494.710		494.710
1. 1. 1. 4. 00. 0.0	<i>Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços</i>	1209	P	742.066		742.066
		1210	P	742.066		742.066
1. 1. 1. 4. 00. 0.0	<i>Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços</i>			99.964.835.516		99.964.835.516
				99.964.835.516		99.964.835.516

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 4. 01. 1.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	1000	P	4.642.497.449		4.642.497.449
		1201	P	2.959.592.124		2.959.592.124
		1202	P	2.495.342.379		2.495.342.379
		1203	P	1.160.624.363		1.160.624.363
		1207	P	69.637.462		69.637.462
		1208	P	69.637.462		69.637.462
		1209	P	104.456.193		104.456.193
		1210	P	104.456.193		104.456.193
1. 1. 1. 4. 01. 1.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	1032	P	284.292		284.292
		1201	P	181.236		181.236
		1202	P	152.807		152.807
		1203	P	71.073		71.073
		1207	P	4.264		4.264
		1208	P	4.264		4.264
		1209	P	6.397		6.397
		1210	P	6.397		6.397
1. 1. 1. 4. 01. 2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1000	P	1.471.960.646		1.471.960.646
		1201	P	938.374.913		938.374.913
		1202	P	791.178.848		791.178.848
		1203	P	367.990.162		367.990.162
		1207	P	22.079.410		22.079.410
		1208	P	22.079.410		22.079.410
		1209	P	33.119.115		33.119.115
		1210	P	33.119.115		33.119.115
1. 1. 1. 4. 01. 3.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	1000	P	3.900.429.739		3.900.429.739
		1201	P	2.486.523.958		2.486.523.958
		1202	P	2.096.480.985		2.096.480.985
		1203	P	975.107.435		975.107.435
		1207	P	58.506.446		58.506.446
		1208	P	58.506.446		58.506.446
		1209	P	87.759.669		87.759.669
		1210	P	87.759.669		87.759.669
1. 1. 1. 4. 01. 4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	1000	P	13.506.559.397		13.506.559.397
		1201	P	8.610.431.615		8.610.431.615
		1202	P	7.259.775.676		7.259.775.676
		1203	P	3.376.639.849		3.376.639.849
		1207	P	202.598.391		202.598.391
		1208	P	202.598.391		202.598.391
		1209	P	303.897.586		303.897.586
		1210	P	303.897.586		303.897.586
1. 1. 1. 4. 01. 4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	1032	P	38.123.907		38.123.907
		1201	P	24.303.991		24.303.991
		1202	P	20.491.601		20.491.601
		1203	P	9.530.977		9.530.977
		1207	P	571.859		571.859
		1208	P	571.859		571.859
		1209	P	857.788		857.788
		1210	P	857.788		857.788
1. 1. 1. 4. 01. 5.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	1000	P	14.802.621.213		14.802.621.213
		1201	P	9.436.671.023		9.436.671.023
		1202	P	7.956.408.901		7.956.408.901
		1203	P	3.700.655.303		3.700.655.303
		1207	P	222.039.318		222.039.318
		1208	P	222.039.318		222.039.318
		1209	P	333.058.977		333.058.977
		1210	P	333.058.977		333.058.977
		9000	P	975.999.999		975.999.999
		9201	P	622.200.000		622.200.000
		9202	P	524.600.000		524.600.000
		9203	P	244.000.000		244.000.000
		9207	P	14.640.000		14.640.000
		9208	P	14.640.000		14.640.000
		9209	P	21.960.000		21.960.000
		9210	P	21.960.000		21.960.000

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 1. 1. 4. 01. 5.2	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	1032	P	369.148.107		369.148.107
		1201	P	235.331.919		235.331.919
		1202	P	198.417.108		198.417.108
		1203	P	92.287.027		92.287.027
		1207	P	5.537.222		5.537.222
		1208	P	5.537.222		5.537.222
		1209	P	8.305.832		8.305.832
		1210	P	8.305.832		8.305.832
1. 1. 1. 4. 01. 5.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1000	P	115.045.265		115.045.265
		1201	P	73.341.358		73.341.358
		1202	P	61.836.831		61.836.831
		1203	P	28.761.317		28.761.317
		1207	P	1.725.679		1.725.679
		1208	P	1.725.679		1.725.679
		1209	P	2.588.519		2.588.519
		1210	P	2.588.519		2.588.519
1. 1. 1. 4. 01. 5.7	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	1032	P	40.712.290		40.712.290
		1201	P	25.954.085		25.954.085
		1202	P	21.882.856		21.882.856
		1203	P	10.178.073		10.178.073
		1207	P	610.684		610.684
		1208	P	610.684		610.684
		1209	P	916.027		916.027
		1210	P	916.027		916.027
1. 1. 1. 4. 01. 5.8	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	122.551.898		122.551.898
		1201	P	78.126.834		78.126.834
		1202	P	65.871.645		65.871.645
		1203	P	30.637.974		30.637.974
		1207	P	1.838.278		1.838.278
		1208	P	1.838.278		1.838.278
		1209	P	2.757.418		2.757.418
		1210	P	2.757.418		2.757.418
1. 1. 1. 5. 00. 0.0	Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			101.523.308.009		101.523.308.009
1. 1. 1. 5. 01. 0.0	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro			27.382.982		27.382.982
1. 1. 1. 5. 01. 0.1	Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal	1219	P	27.382.982		27.382.982
1. 1. 1. 5. 02. 0.0	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações			101.495.925.027		101.495.925.027
1. 1. 1. 5. 02. 0.1	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	1000	P	101.263.553.116		101.263.553.116
1. 1. 1. 5. 02. 0.2	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	1032	P	188.823.391		188.823.391
1. 1. 1. 5. 02. 0.3	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	1000	P	9.928.301		9.928.301
1. 1. 1. 5. 02. 0.7	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	1032	P	5.690.507		5.690.507
1. 1. 1. 5. 02. 0.8	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	1031	P	27.929.712		27.929.712
1. 1. 1. 9. 00. 0.0	Outros Impostos			2.540.232		2.540.232
1. 1. 1. 9. 99. 0.0	Outros Impostos			2.540.232		2.540.232
1. 1. 1. 9. 99. 0.2	Outros Impostos - Multas e Juros	1032	P	2.343.935		2.343.935
1. 1. 1. 9. 99. 0.4	Outros Impostos - Dívida Ativa - Multas e Juros	1031	P	155.124		155.124
		1032	P	41.173		41.173
1. 1. 2. 0. 00. 0.0	Taxas			9.150.173.152	659.245.085	9.809.418.237
1. 1. 2. 1. 00. 0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			7.558.296.006	659.245.085	8.217.541.091
1. 1. 2. 1. 01. 0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			5.872.300.074	659.245.085	6.531.545.159
1. 1. 2. 1. 01. 0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1000	P	1.942.513.635		1.942.513.635
		1003	P		659.189.471	659.189.471
		1019	P	605.118.767		605.118.767
		1021	P	59.661.747		59.661.747
		1052	P	3.167.832.292		3.167.832.292
		1058	P	18.012.350		18.012.350

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1128	P	22.717.187		22.717.187
1. 1. 2. 1. 01. 0.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1003	P		17.907	17.907
		1021	P	1.440.346		1.440.346
		1052	P	344.292		344.292
1. 1. 2. 1. 01. 0.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	1000	P	16.385.091		16.385.091
		1003	P		26.347	26.347
		1052	P	38.205.530		38.205.530
1. 1. 2. 1. 01. 0.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	1003	P		11.360	11.360
		1052	P	68.837		68.837
1. 1. 2. 1. 02. 0.0	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações			146.217.851		146.217.851
1. 1. 2. 1. 02. 1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	28.495.232		28.495.232
		1120	P	66.488.876		66.488.876
1. 1. 2. 1. 02. 1.3	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1000	P	14.616		14.616
		1120	P	34.103		34.103
1. 1. 2. 1. 02. 1.4	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	1120	P	9.396		9.396
1. 1. 2. 1. 02. 2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	9.188.777		9.188.777
		1120	P	21.440.481		21.440.481
1. 1. 2. 1. 02. 2.3	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1000	P	692.855		692.855
		1120	P	1.616.661		1.616.661
1. 1. 2. 1. 02. 3.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	2.729.433		2.729.433
		1106	P	1.592.169		1.592.169
		1120	P	4.776.509		4.776.509
1. 1. 2. 1. 02. 4.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	2.741.623		2.741.623
		1106	P	1.599.280		1.599.280
		1120	P	4.797.840		4.797.840
1. 1. 2. 1. 03. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos			42.346.079		42.346.079
1. 1. 2. 1. 03. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	1000	P	12.703.824		12.703.824
		1025	P	23.713.804		23.713.804
		1052	P	5.928.451		5.928.451
1. 1. 2. 1. 04. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental			615.622.731		615.622.731
1. 1. 2. 1. 04. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	1000	P	184.686.819		184.686.819
		1070	P	430.935.912		430.935.912
1. 1. 2. 1. 05. 0.0	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura			21.165.067		21.165.067
1. 1. 2. 1. 05. 0.1	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	1000	P	6.349.520		6.349.520
		1052	P	14.815.547		14.815.547
1. 1. 2. 1. 06. 0.0	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX			743.579.229		743.579.229
1. 1. 2. 1. 06. 0.1	Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal	1000	P	223.073.769		223.073.769
		1032	P	520.505.460		520.505.460
1. 1. 2. 1. 07. 0.0	Taxa de Utilização do Mercante - TUM			25.354.006		25.354.006
1. 1. 2. 1. 07. 0.1	Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal	1000	P	7.606.202		7.606.202
		1032	P	17.747.804		17.747.804
1. 1. 2. 1. 08. 0.0	Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa			42.746.070		42.746.070
1. 1. 2. 1. 08. 0.1	Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	1000	P	12.823.821		12.823.821
		1018	P	29.922.249		29.922.249
1. 1. 2. 1. 09. 0.0	Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios			48.964.899		48.964.899
1. 1. 2. 1. 09. 0.1	Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal	1000	P	14.689.470		14.689.470

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1018	P	34.275.429		34.275.429
1. 1. 2. 2. 00. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços			1.591.877.146		1.591.877.146
1. 1. 2. 2. 01. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral			285.392.471		285.392.471
1. 1. 2. 2. 01. 0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1000	P	3.859.510		3.859.510
		1015	P	272.527.438		272.527.438
		1052	P	9.005.523		9.005.523
1. 1. 2. 2. 02. 0.0	Emolumentos e Custas Judiciais			1.306.484.675		1.306.484.675
1. 1. 2. 2. 02. 0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	1000	P	391.175.421		391.175.421
		1027	P	912.742.649		912.742.649
1. 1. 2. 2. 02. 0.2	Emolumentos e Custas Judiciais - Multas e Juros	1027	P	39.369		39.369
1. 1. 2. 2. 02. 0.3	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	1000	P	656.209		656.209
		1027	P	1.531.155		1.531.155
1. 1. 2. 2. 02. 0.4	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multas e Juros	1027	P	339.872		339.872
1. 2. 0. 0. 00. 0.0	Contribuições			119.085.101.546	1.528.945.825.772	1.648.030.927.318
1. 2. 1. 0. 00. 0.0	Contribuições Sociais			82.995.026.067	1.528.945.825.772	1.611.940.851.839
1. 2. 1. 1. 00. 0.0	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS			4.678.360.660	418.723.744.809	423.402.105.469
	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			2.187.489.932	387.154.844.629	389.342.334.561
1. 2. 1. 1. 01. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P		379.958.339.055	379.958.339.055
		9002	P		5.114.931.505	5.114.931.505
1. 2. 1. 1. 01. 0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1002	P		88.999.981	88.999.981
1. 2. 1. 1. 01. 0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P		1.898.142.650	1.898.142.650
1. 2. 1. 1. 01. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	1.889.869.157		1.889.869.157
1. 2. 1. 1. 01. 0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1002	P		94.431.438	94.431.438
1. 2. 1. 1. 01. 0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	297.620.775		297.620.775
				419.374.198	30.080.798.644	30.500.172.842
1. 2. 1. 1. 02. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL					
1. 2. 1. 1. 02. 0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1002	P		29.537.278.543	29.537.278.543
1. 2. 1. 1. 02. 0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1002	P		138.260.358	138.260.358
1. 2. 1. 1. 02. 0.5	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1002	P		372.800.184	372.800.184
1. 2. 1. 1. 02. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	370.816.984		370.816.984
1. 2. 1. 1. 02. 0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1002	P		32.459.559	32.459.559

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 1. 02. 0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	48.557.214 2.071.496.530	1.488.101.536	48.557.214 3.559.598.066
1. 2. 1. 1. 49. 0.0	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos					
1. 2. 1. 1. 49. 0.1	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Principal	1002	P		163.942.867	163.942.867
1. 2. 1. 1. 49. 0.3	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Dívida Ativa	1002	P		1.065.605.351	1.065.605.351
1. 2. 1. 1. 49. 0.6	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Juros do Principal	1032	P	1.116.088.972		1.116.088.972
1. 2. 1. 1. 49. 0.7	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1002	P		258.553.318	258.553.318
1. 2. 1. 1. 49. 0.8	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento -Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	955.407.558 34.376.680.593	84.288.724.890	955.407.558 118.665.405.483
1. 2. 1. 2. 00. 0.0	Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP					
1. 2. 1. 2. 01. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			31.751.596.758	79.405.786.259	111.157.383.017
1. 2. 1. 2. 01. 0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1000 1040 1041 9000 9040 9041	P P P P P P	9.105.229.692 78.044.825.929 21.245.535.948 99.965.753 856.849.316 233.253.425		9.105.229.692 78.044.825.929 21.245.535.948 99.965.753 856.849.316 233.253.425
1. 2. 1. 2. 01. 0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1000 1040 1041	P P P	10.993.204 94.227.464 25.650.809		10.993.204 94.227.464 25.650.809
1. 2. 1. 2. 01. 0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040 1041	P P	155.343.138	399.453.783	399.453.783 155.343.138
1. 2. 1. 2. 01. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	802.655.174		802.655.174
1. 2. 1. 2. 01. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040 1041	P P	4.056.020	10.429.767	10.429.767 4.056.020
1. 2. 1. 2. 01. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	68.913.595 1.968.217.158	4.815.354.678	68.913.595 6.783.571.836
1. 2. 1. 2. 02. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL					
1. 2. 1. 2. 02. 0.1	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1000 1040 1041	P P P	537.989.416 4.611.337.848 1.255.308.636		537.989.416 4.611.337.848 1.255.308.636
1. 2. 1. 2. 02. 0.3	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1000 1040 1041	P P P	15.403.781 132.032.411 35.942.156		15.403.781 132.032.411 35.942.156
1. 2. 1. 2. 02. 0.5	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1040 1041	P P	25.124.228	64.605.157	64.605.157 25.124.228
1. 2. 1. 2. 02. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	85.101.661		85.101.661

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 2. 02. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1040 1041	P P	2.869.713	7.379.262	7.379.262 2.869.713
1. 2. 1. 2. 02. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	10.477.567		10.477.567
1. 2. 1. 2. 49. 0.0	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos			656.866.677	67.583.953	724.450.630
1. 2. 1. 2. 49. 0.6	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros do Principal	1032	P	382.625.657		382.625.657
1. 2. 1. 2. 49. 0.7	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1040 1041	P P	26.282.648	67.583.953	67.583.953 26.282.648
1. 2. 1. 2. 49. 0.8	Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	247.958.372		247.958.372
1. 2. 1. 3. 00. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			2.375.563.838	194.220.176.080	196.595.739.918
1. 2. 1. 3. 01. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL			1.454.825.332	181.518.276.601	182.973.101.933
1. 2. 1. 3. 01. 0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001 9001	P P		177.576.600.692 2.450.882.352	177.576.600.692 2.450.882.352
1. 2. 1. 3. 01. 0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P		415.215.260	415.215.260
1. 2. 1. 3. 01. 0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P		1.037.090.046	1.037.090.046
1. 2. 1. 3. 01. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	1.331.639.706		1.331.639.706
1. 2. 1. 3. 01. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P		38.488.251	38.488.251
1. 2. 1. 3. 01. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	123.185.626 173.817.407	12.522.268.665	123.185.626 12.696.086.072
1. 2. 1. 3. 02. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL					
1. 2. 1. 3. 02. 0.1	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1001	P		12.192.494.599	12.192.494.599
1. 2. 1. 3. 02. 0.3	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1001	P		150.568.344	150.568.344
1. 2. 1. 3. 02. 0.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal	1001	P		152.803.319	152.803.319
1. 2. 1. 3. 02. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros do Principal	1032	P	141.200.682		141.200.682
1. 2. 1. 3. 02. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas da Dívida Ativa	1001	P		26.402.403	26.402.403
1. 2. 1. 3. 02. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Juros da Dívida Ativa	1031	P	32.616.725 746.921.099	179.630.814	32.616.725 926.551.913
1. 2. 1. 3. 49. 0.0	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos					
1. 2. 1. 3. 49. 0.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros do Principal	1032	P	329.520.320		329.520.320
1. 2. 1. 3. 49. 0.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas da Dívida Ativa	1001	P		179.630.814	179.630.814
1. 2. 1. 3. 49. 0.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	1031	P	417.400.779		417.400.779
1. 2. 1. 4. 00. 0.0	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				792.280.191.541	792.280.191.541
1. 2. 1. 4. 01. 0.0	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado				543.785.023.352	543.785.023.352

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 4. 01. 1.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054 9054	P P		415.563.531.355 1.199.999.998	415.563.531.355 1.199.999.998
1. 2. 1. 4. 01. 1.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P		6.956.930.805	6.956.930.805
1. 2. 1. 4. 01. 1.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P		3.445.165.355	3.445.165.355
1. 2. 1. 4. 01. 1.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P		1.248.632.727	1.248.632.727
1. 2. 1. 4. 01. 2.1	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal	1054	P		110.213.206.853	110.213.206.853
1. 2. 1. 4. 01. 2.2	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros	1054	P		3.589.024.998	3.589.024.998
1. 2. 1. 4. 01. 2.3	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	1054	P		1.151.368.519	1.151.368.519
1. 2. 1. 4. 01. 2.4	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P		417.162.742 248.495.168.189	417.162.742 248.495.168.189
1. 2. 1. 4. 02. 0.0	Contribuição Previdenciária do Segurado					
1. 2. 1. 4. 02. 0.1	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	1054	P		243.101.967.423	243.101.967.423
1. 2. 1. 4. 02. 0.2	Contribuição Previdenciária do Segurado - Multas e Juros	1054	P		3.362.883.866	3.362.883.866
1. 2. 1. 4. 02. 0.3	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa	1054	P		1.593.882.377	1.593.882.377
1. 2. 1. 4. 02. 0.4	Contribuição Previdenciária do Segurado - Dívida Ativa - Multas e Juros	1054	P		436.434.523	436.434.523
1. 2. 1. 5. 00. 0.0	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social			1.748.701	30.345.095.035	30.345.843.736
1. 2. 1. 5. 01. 0.0	Contribuição do Servidor Civil			1.748.701	20.364.929.662	20.366.678.363
1. 2. 1. 5. 01. 1.1	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	1055 1056	P P		136.082.518 12.598.376.147	136.082.518 12.598.376.147
1. 2. 1. 5. 01. 1.5	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal	1056	P		11.167.862	11.167.862
1. 2. 1. 5. 01. 1.6	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Juros do Principal	1032	P	1.748.701		1.748.701
1. 2. 1. 5. 01. 2.1	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1055 1056	P P		132.633.869 5.566.933.056	132.633.869 5.566.933.056
1. 2. 1. 5. 01. 3.1	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P		1.349.571.032	1.349.571.032
1. 2. 1. 5. 01. 4.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal	1056	P		358.965.826	358.965.826
1. 2. 1. 5. 01. 5.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal	1056	P		174.428.355	174.428.355
1. 2. 1. 5. 01. 6.1	Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal	1056	P		36.770.997 9.979.165.373	36.770.997 9.979.165.373
1. 2. 1. 5. 04. 0.0	Contribuição para o Custeio das Pensões e/ou da Inatividade dos Militares					
1. 2. 1. 5. 04. 1.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1023	P		9.370.515.284	9.370.515.284
1. 2. 1. 5. 04. 2.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P		412.317.678	412.317.678
1. 2. 1. 5. 04. 3.1	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal	1024	P		196.332.411 2.465.103.358	196.332.411 2.465.103.358
1. 2. 1. 6. 00. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica					
1. 2. 1. 6. 01. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				20.735.692	20.735.692
1. 2. 1. 6. 01. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	1006	P		20.735.692	20.735.692
1. 2. 1. 6. 02. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				25.726.012	25.726.012

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 1. 6. 02. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	1126	P		25.726.012	25.726.012
1. 2. 1. 6. 05. 0.0	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas				2.418.641.654	2.418.641.654
1. 2. 1. 6. 05. 1.1	Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal	1005	P		2.418.641.654	2.418.641.654
1. 2. 1. 7. 00. 0.0	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios				6.623.368.970	6.623.368.970
1. 2. 1. 7. 01. 0.0	Contribuição sobre a Loteria Federal				36.423.148	36.423.148
1. 2. 1. 7. 01. 1.1	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	1123	P		36.423.148	36.423.148
1. 2. 1. 7. 02. 0.0	Contribuição sobre Loterias Esportivas				5.073.708	5.073.708
1. 2. 1. 7. 02. 1.1	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	1123	P		5.073.708	5.073.708
1. 2. 1. 7. 04. 0.0	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos				3.800.010.732	3.800.010.732
1. 2. 1. 7. 04. 1.1	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1123	P		3.800.010.732	3.800.010.732
1. 2. 1. 7. 05. 0.0	Contribuição sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol				1.069.035	1.069.035
1. 2. 1. 7. 05. 1.1	Contribuição sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal	1123	P		1.069.035	1.069.035
1. 2. 1. 7. 06. 0.0	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico				9.192.857	9.192.857
1. 2. 1. 7. 06. 1.1	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1122	P		6.364.286	6.364.286
		1123	P		2.828.571	2.828.571
1. 2. 1. 7. 07. 0.0	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa				2.771.599.490	2.771.599.490
1. 2. 1. 7. 07. 1.1	Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	1001	P		454.360.572	454.360.572
		1035	P		2.271.802.861	2.271.802.861
		1184	P		45.436.057	45.436.057
1. 2. 1. 9. 00. 0.0	Outras Contribuições Sociais			41.562.672.275	421.089	41.563.093.364
1. 2. 1. 9. 01. 0.0	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			421.089	421.089	842.178
1. 2. 1. 9. 01. 1.1	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	1000	P	126.327		126.327
		1003	P		421.089	421.089
		1083	P	294.762		294.762
1. 2. 1. 9. 03. 0.0	Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS			59.825.000		59.825.000
1. 2. 1. 9. 03. 1.1	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	1000	P	7.150.171		7.150.171
		1084	P	16.683.732		16.683.732
1. 2. 1. 9. 03. 2.1	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	1000	P	10.797.329		10.797.329
		1084	P	25.193.768		25.193.768
1. 2. 1. 9. 04. 0.0	Contribuição Social do Salário-Educação			40.936.915.794		40.936.915.794
1. 2. 1. 9. 04. 1.1	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	1133	P	15.902.554.890		15.902.554.890
		1213	P	23.853.832.336		23.853.832.336
1. 2. 1. 9. 04. 1.2	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	1133	P	101.291.315		101.291.315
		1213	P	151.936.973		151.936.973
1. 2. 1. 9. 04. 1.3	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	1133	P	277.222.532		277.222.532
		1213	P	415.833.799		415.833.799
1. 2. 1. 9. 04. 1.4	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	1133	P	93.697.580		93.697.580
		1213	P	140.546.369		140.546.369
				268.413.781		268.413.781
1. 2. 1. 9. 05. 0.0	Contribuição para o Ensino Aeroviário					
1. 2. 1. 9. 05. 1.1	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	1000	P	79.065.303		79.065.303
		1089	P	184.485.708		184.485.708
1. 2. 1. 9. 05. 1.2	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	1089	P	2.132.990		2.132.990
1. 2. 1. 9. 05. 1.3	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	1000	P	756.619		756.619
		1089	P	1.765.445		1.765.445
1. 2. 1. 9. 05. 1.4	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	1089	P	207.716		207.716
1. 2. 1. 9. 06. 0.0	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo			297.081.207		297.081.207
1. 2. 1. 9. 06. 1.1	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	1000	P	87.034.105		87.034.105

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1052	P	203.079.577		203.079.577
1. 2. 1. 9. 06. 1.2	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	1052	P	1.485.707		1.485.707
1. 2. 1. 9. 06. 1.3	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	1000	P	1.152.602		1.152.602
		1052	P	2.689.405		2.689.405
1. 2. 1. 9. 06. 1.4	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	1052	P	1.639.811		1.639.811
1. 2. 1. 9. 07. 0.0	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais			15.404		15.404
1. 2. 1. 9. 07. 1.1	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	1000	P	4.621		4.621
		1052	P	10.783		10.783
1. 2. 2. 0. 00. 0.0	Contribuições Econômicas			36.090.075.479		36.090.075.479
1. 2. 2. 1. 00. 0.0	Contribuições Econômicas			36.090.075.479		36.090.075.479
1. 2. 2. 1. 02. 0.0	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários			349.387.452		349.387.452
1. 2. 2. 1. 02. 0.1	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	1000	P	104.816.236		104.816.236
		1032	P	244.571.216		244.571.216
1. 2. 2. 1. 03. 0.0	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas			414.887		414.887
1. 2. 2. 1. 03. 0.1	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	1000	P	73.221		73.221
		1075	P	170.849		170.849
1. 2. 2. 1. 03. 0.2	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	1075	P	1.314		1.314
1. 2. 2. 1. 03. 0.3	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	1000	P	46.256		46.256
		1075	P	107.929		107.929
1. 2. 2. 1. 03. 0.4	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	1075	P	15.318		15.318
1. 2. 2. 1. 04. 0.0	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE			1.188.243.427		1.188.243.427
1. 2. 2. 1. 04. 0.1	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	1000	P	355.969.036		355.969.036
		1029	P	830.594.418		830.594.418
1. 2. 2. 1. 04. 0.2	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	1029	P	83.131		83.131
1. 2. 2. 1. 04. 0.3	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	1000	P	479.053		479.053
		1029	P	1.117.789		1.117.789
1. 2. 2. 1. 05. 0.0	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM			6.091.473.951		6.091.473.951
1. 2. 2. 1. 05. 0.1	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1000	P	1.826.169.809		1.826.169.809
		1052	P	63.915.943		63.915.943
		1090	P	17.044.252		17.044.252
		1091	P	3.626.164.516		3.626.164.516
		1103	P	102.265.509		102.265.509
		1115	P	426.106.289		426.106.289
		1118	P	25.566.377		25.566.377
1. 2. 2. 1. 05. 0.2	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	1032	P	4.241.256		4.241.256
1. 2. 2. 1. 06. 0.0	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica			1.714.350.469		1.714.350.469
1. 2. 2. 1. 06. 0.1	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	1000	P	514.305.141		514.305.141
		1080	P	400.015.109		400.015.109
		1104	P	160.006.044		160.006.044
		1108	P	640.024.175		640.024.175
1. 2. 2. 1. 07. 0.0	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior			18.238.480.430		18.238.480.430

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 2. 1. 07. 0.1	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1000 1097 1098 1099 1100 1101 1102 1118	P P P P P P P P	5.467.093.637 765.393.109 1.785.917.254 765.393.109 1.785.917.254 4.082.096.582 1.020.524.145 2.551.310.364		5.467.093.637 765.393.109 1.785.917.254 765.393.109 1.785.917.254 4.082.096.582 1.020.524.145 2.551.310.364
1. 2. 2. 1. 07. 0.2	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	1032	P	12.361.175		12.361.175
1. 2. 2. 1. 07. 0.3	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	1000 1097 1098 1099 1100 1101 1102 1118	P P P P P P P P	414.022 57.963 135.247 57.963 135.247 309.136 77.284 193.210		414.022 57.963 135.247 57.963 135.247 309.136 77.284 193.210
1. 2. 2. 1. 07. 0.4	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	1031 1032	P P	803.871 289.858		803.871 289.858
1. 2. 2. 1. 08. 0.0	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante - CIDE Combustíveis			3.718.380.183		3.718.380.183
1. 2. 2. 1. 08. 1.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	1000 1011 1211	P P P	75.260.578 175.608.015 102.467.453		75.260.578 175.608.015 102.467.453
1. 2. 2. 1. 08. 2.1	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	1000 1011 1211	P P P	716.113.910 1.670.932.457 974.990.770		716.113.910 1.670.932.457 974.990.770
1. 2. 2. 1. 08. 2.3	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	1000 1011 1211	P P P	213.507 498.184 290.691		213.507 498.184 290.691
1. 2. 2. 1. 08. 2.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	1032 1211	P P	145.576 59.461		145.576 59.461
1. 2. 2. 1. 08. 2.8	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	1031 1211	P P	1.277.703 521.878		1.277.703 521.878
1. 2. 2. 1. 09. 0.0	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações			1.185.037.301		1.185.037.301
1. 2. 2. 1. 09. 1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	1000 1052	P P	199.119.883 464.613.060		199.119.883 464.613.060
1. 2. 2. 1. 09. 1.3	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1000 1052	P P	643.249 1.500.914		643.249 1.500.914
1. 2. 2. 1. 09. 2.1	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	1000 1052 1118	P P P	152.764.346 285.160.114 71.290.028		152.764.346 285.160.114 71.290.028
1. 2. 2. 1. 09. 2.2	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	1052 1118	P P	1.833.759 458.440		1.833.759 458.440

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 2. 2. 1. 09. 2.3	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1000 1052 1118	P P P	2.296.052 4.285.965 1.071.491		2.296.052 4.285.965 1.071.491
1. 2. 2. 1. 10. 0.0	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública			334.926.030		334.926.030
1. 2. 2. 1. 10. 0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	1000 1037	P P	2.509.207 332.051.743		2.509.207 332.051.743
1. 2. 2. 1. 10. 0.3	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	1000 1037	P P	2.738 362.342		2.738 362.342
1. 2. 2. 1. 11. 0.0	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática			94.225.520		94.225.520
1. 2. 2. 1. 11. 1.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	1000 1104 1112	P P P	2.262.094 1.055.644 4.222.577		2.262.094 1.055.644 4.222.577
1. 2. 2. 1. 11. 1.2	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e Juros	1104 1112	P P	27.384 109.538		27.384 109.538
1. 2. 2. 1. 11. 2.1	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	1000 1104 1110	P P P	25.964.485 12.116.760 48.467.038		25.964.485 12.116.760 48.467.038
1. 2. 2. 1. 12. 0.0	Contribuições Relativas às Atividades Rurais e Industriais Rurais			3.152.427.748		3.152.427.748
1. 2. 2. 1. 12. 1.1	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal	1000 1026 1052	P P P	909.622.373 318.367.830 1.804.084.372		909.622.373 318.367.830 1.804.084.372
1. 2. 2. 1. 12. 1.2	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Multas e Juros	1026 1052	P P	3.135.200 17.766.133		3.135.200 17.766.133
1. 2. 2. 1. 12. 1.3	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa	1000 1026 1052	P P P	25.276.764 8.846.867 50.132.249		25.276.764 8.846.867 50.132.249
1. 2. 2. 1. 12. 1.4	Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	1026 1052	P P	2.279.394 12.916.566		2.279.394 12.916.566
1. 2. 2. 1. 13. 0.0	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária			16.588.392		16.588.392
1. 2. 2. 1. 13. 0.1	Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal	1000 1026 1052	P P P	4.976.518 1.741.781 9.870.093		4.976.518 1.741.781 9.870.093
1. 2. 2. 1. 99. 0.0	Outras Contribuições Econômicas			6.139.689		6.139.689
1. 2. 2. 1. 99. 2.4	Outras Contribuições Econômicas – Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	1031 1032	P P	5.951.456 188.233		5.951.456 188.233
1. 3. 0. 0. 00. 0.0	Receita Patrimonial			206.805.352.266	14.416.734.251	221.222.086.517
1. 3. 1. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			4.234.979.398	17.589.381	4.252.568.779
1. 3. 1. 1. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			4.234.979.398	17.589.381	4.252.568.779
1. 3. 1. 1. 01. 0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação			2.018.472.622	17.225.920	2.035.698.542
1. 3. 1. 1. 01. 1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1000 1038 1049 1050	P P P P	140.071.172 6.347.819 12.099.192 341.501.265	12.099.192	140.071.172 6.347.819 12.099.192 341.501.265
1. 3. 1. 1. 01. 1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1000 1050	P P	121.855 1.964.217		121.855 1.964.217
1. 3. 1. 1. 01. 2.1	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	1000 1033	P P	710.292.473 15.885.135		710.292.473 15.885.135

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1286	P	181.544.402		181.544.402
1. 3. 1. 1. 01. 2.2	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	1000	P	32.857.416		32.857.416
		1033	P	585.247		585.247
1. 3. 1. 1. 01. 2.3	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	1000	P	93.006.190		93.006.190
		1033	P	2.080.011		2.080.011
		1286	P	23.771.550		23.771.550
1. 3. 1. 1. 01. 3.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – FRGPS - Principal	1000	P	2.197.169		2.197.169
		1049	P		5.126.728	5.126.728
1. 3. 1. 1. 01. 4.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – SPU - Principal	1000	P	49.324.290		49.324.290
		1033	P	878.550		878.550
1. 3. 1. 1. 01. 4.2	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – SPU - Multas e Juros	1000	P	68.534		68.534
		1033	P	1.221		1.221
1. 3. 1. 1. 01. 5.1	Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – Malha Ferroviária/Fundo Contingente – Extinta RFFSA - Principal	1000	P	124.792.232		124.792.232
		1074	P	291.181.874		291.181.874
1. 3. 1. 1. 02. 0.0	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos			2.215.521.566	363.461	2.215.885.027
1. 3. 1. 1. 02. 1.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral - Principal	1000	P	15.119.202		15.119.202
		1038	P	13.938.846		13.938.846
		1049	P		363.461	363.461
		1050	P	30.837.650		30.837.650
1. 3. 1. 1. 02. 1.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Geral - Multas e Juros	1000	P	64.359		64.359
		1038	P	1.260		1.260
		1050	P	679		679
1. 3. 1. 1. 02. 2.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – SPU - Principal	1000	P	10.595.068		10.595.068
		1033	P	188.716		188.716
1. 3. 1. 1. 02. 2.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – SPU - Multas e Juros	1000	P	81.969		81.969
		1033	P	1.460		1.460
1. 3. 1. 1. 02. 3.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Setor Elétrico - Principal	1000	P	643.395.924		643.395.924
		1087	P	1.501.257.157		1.501.257.157
1. 3. 1. 1. 02. 3.2	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Setor Elétrico - Multas e Juros	1000	P	11.153		11.153
		1087	P	26.024		26.024
1. 3. 1. 1. 02. 4.1	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – RFB/FUNDAF - Principal	1000	P	630		630
		1032	P	1.469		1.469
1. 3. 1. 1. 99. 0.0	Outras Receitas Imobiliárias			985.210		985.210
1. 3. 1. 1. 99. 0.1	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	1000	P	975.959		975.959
		1050	P	9.251		9.251
1. 3. 2. 0. 00. 0.0	Valores Mobiliários			83.185.896.036	8.105.713.088	91.291.609.124
1. 3. 2. 1. 00. 0.0	Juros e Correções Monetárias			50.243.509.403	7.953.723.059	58.197.232.462
1. 3. 2. 1. 01. 0.0	Remuneração de Depósitos Bancários			28.743.679.306	7.377.105.179	36.120.784.485
1. 3. 2. 1. 01. 1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal	1000	F	9.632.340.990		9.632.340.990
		1019	F	91.219.855		91.219.855
		1049	F		7.377.105.179	7.377.105.179
		1050	F	18.223.954.538		18.223.954.538
		1065	F	74.877.944		74.877.944
		1083	F	347.720.320		347.720.320
		1140	F	218.391.318		218.391.318
1. 3. 2. 1. 01. 2.1	Remuneração de Depósitos Bancários – Salário-Educação - Principal	1000	F	46.552.302		46.552.302
		1134	F	108.622.039		108.622.039
1. 3. 2. 1. 02. 0.0	Remuneração de Depósitos Especiais			112.697.208	262.960.153	375.657.361
1. 3. 2. 1. 02. 0.1	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	1000	F	112.697.208		112.697.208
		1049	F		262.960.153	262.960.153

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 2. 1. 03. 0.0	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados			134.424.740	313.657.727	448.082.467
1. 3. 2. 1. 03. 0.1	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	1000 1049	F F	134.424.740	313.657.727	134.424.740 313.657.727
1. 3. 2. 1. 05. 0.0	Juros de Títulos de Renda			15.877.869		15.877.869
1. 3. 2. 1. 05. 0.1	Juros de Títulos de Renda - Principal	1000 1050	F F	4.763.361 11.114.508		4.763.361 11.114.508
1. 3. 2. 1. 06. 0.0	Juros sobre o Capital Próprio			21.236.830.280		21.236.830.280
1. 3. 2. 1. 06. 0.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	1000 1401	P P	6.369.513.080 14.862.197.186		6.369.513.080 14.862.197.186
1. 3. 2. 1. 06. 0.2	Juros sobre o Capital Próprio - Multas e Juros	1000 1401	P P	1.536.004 3.584.010		1.536.004 3.584.010
1. 3. 2. 2. 00. 0.0	Dividendos			32.942.386.633	151.990.029	33.094.376.662
1. 3. 2. 2. 01. 0.0	Dividendos			32.942.386.633	151.990.029	33.094.376.662
1. 3. 2. 2. 01. 1.1	Dividendos - União - Principal	1000 1401	P P	9.860.073.943 23.006.839.199		9.860.073.943 23.006.839.199
1. 3. 2. 2. 01. 2.1	Dividendos - FRGPS - Principal	1000 1049	P P	62.691.782	146.280.826	62.691.782 146.280.826
1. 3. 2. 2. 01. 2.2	Dividendos - FRGPS - Multas e Juros	1000 1049	P P	2.446.801	5.709.203	2.446.801 5.709.203
1. 3. 2. 2. 01. 9.1	Dividendos - Demais - Principal	1000 1050	P P	2.917.637 7.417.271		2.917.637 7.417.271
1. 3. 3. 0. 00. 0.0	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença			3.931.148.108		3.931.148.108
1. 3. 3. 1. 00. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte			750.688.815		750.688.815
1. 3. 3. 1. 01. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário			2.740.000		2.740.000
1. 3. 3. 1. 01. 0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	1000 1052	P P	822.000 1.918.000		822.000 1.918.000
1. 3. 3. 1. 02. 0.0	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário			747.948.815		747.948.815
1. 3. 3. 1. 02. 0.1	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	1000 1180 1181	P P P	224.384.645 261.782.085 261.782.085		224.384.645 261.782.085 261.782.085
1. 3. 3. 2. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Infraestrutura			2.873.084.810		2.873.084.810
1. 3. 3. 2. 03. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário			44.760.000		44.760.000
1. 3. 3. 2. 03. 0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	1000 1052	P P	13.428.000 31.332.000		13.428.000 31.332.000
1. 3. 3. 2. 04. 0.0	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária			2.828.324.810		2.828.324.810
1. 3. 3. 2. 04. 0.1	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	1000 1052 1140	P P P	773.962.535 1.264.138.808 541.773.775		773.962.535 1.264.138.808 541.773.775
1. 3. 3. 2. 04. 0.2	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Multas e Juros	1000 1052 1140	P P P	365.200 596.493 255.640		365.200 596.493 255.640
1. 3. 3. 2. 04. 0.3	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Dívida Ativa	1000 1052 1140	P P P	74.169.708 121.143.856 51.918.795		74.169.708 121.143.856 51.918.795
1. 3. 3. 3. 00. 0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação			307.374.483		307.374.483
1. 3. 3. 3. 01. 0.0	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público			294.174.483		294.174.483
1. 3. 3. 3. 01. 1.1	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000 1044 1120 1135	P P P P	73.614.389 85.883.454 77.295.108 8.588.345		73.614.389 85.883.454 77.295.108 8.588.345

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 3. 3. 01. 1.3	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1000	P	14.637.956		14.637.956
		1044	P	17.077.615		17.077.615
		1120	P	15.369.854		15.369.854
		1135	P	1.707.762		1.707.762
1. 3. 3. 3. 03. 0.0	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens			6.088.386		6.088.386
1. 3. 3. 3. 03. 1.1	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	1.826.516		1.826.516
		1044	P	2.130.934		2.130.934
		1120	P	1.917.842		1.917.842
		1135	P	213.094		213.094
1. 3. 3. 3. 04. 0.0	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência			5.730.421		5.730.421
1. 3. 3. 3. 04. 1.1	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	309.626		309.626
		1044	P	361.231		361.231
		1120	P	325.108		325.108
		1135	P	36.123		36.123
1. 3. 3. 3. 04. 1.3	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1000	P	1.409.500		1.409.500
		1044	P	1.644.416		1.644.416
		1120	P	1.479.975		1.479.975
		1135	P	164.442		164.442
1. 3. 3. 3. 05. 0.0	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro			1.200.000		1.200.000
1. 3. 3. 3. 05. 0.1	Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal	1000	P	360.000		360.000
		1044	P	420.000		420.000
		1106	P	168.000		168.000
		1119	P	42.000		42.000
		1120	P	168.000		168.000
		1135	P	42.000		42.000
1. 3. 3. 3. 06. 0.0	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência			1.768		1.768
1. 3. 3. 3. 06. 1.1	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	530		530
		1044	P	1.238		1.238
1. 3. 3. 3. 99. 0.0	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação			179.425		179.425
1. 3. 3. 3. 99. 1.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	13.113		13.113
		1044	P	15.298		15.298
		1120	P	13.769		13.769
		1135	P	1.530		1.530
1. 3. 3. 3. 99. 2.1	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1000	P	40.715		40.715
		1044	P	47.500		47.500
		1106	P	19.000		19.000
		1119	P	4.750		4.750
		1120	P	19.000		19.000
		1135	P	4.750		4.750
1. 3. 4. 0. 00. 0.0	Exploração de Recursos Naturais			102.904.964.983	863.146.522	103.768.111.505
1. 3. 4. 1. 00. 0.0	Petróleo - Regime de Concessão			61.089.699.745	863.146.522	61.952.846.267
1. 3. 4. 1. 01. 0.0	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão			466.547.021		466.547.021
1. 3. 4. 1. 01. 2.1	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	1000	P	139.964.106		139.964.106
		1052	P	326.582.915		326.582.915
1. 3. 4. 1. 02. 0.0	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			16.217.967.417	234.438.676	16.452.406.093

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 3. 4. 1. 02. 1.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1242	P	758.652.721		758.652.721
1. 3. 4. 1. 02. 2.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1147 1149 1242	P P P	606.483.496 606.483.496 4.851.867.968		606.483.496 606.483.496 4.851.867.968
1. 3. 4. 1. 02. 3.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1000 1077 1242	P P P	296.408.694 691.620.285 3.952.115.916		296.408.694 691.620.285 3.952.115.916
1. 3. 4. 1. 02. 4.1	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035 1151 1242	P P P		234.438.676	234.438.676 703.316.028 3.751.018.813
1. 3. 4. 1. 03. 0.0	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			15.505.013.086	468.877.428	15.973.890.514
1. 3. 4. 1. 03. 1.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1147 1149 1242	P P P	77.039.261 77.039.261 462.235.563		77.039.261 77.039.261 462.235.563
1. 3. 4. 1. 03. 2.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1147 1149 1242	P P P	1.207.648.521 1.207.648.521 3.622.945.562		1.207.648.521 1.207.648.521 3.622.945.562
1. 3. 4. 1. 03. 3.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1000 1077 1104 1107 1242	P P P P P	555.667.145 486.208.752 162.069.584 648.278.336 2.778.335.726		555.667.145 486.208.752 162.069.584 648.278.336 2.778.335.726
1. 3. 4. 1. 03. 4.1	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1035 1151 1242	P P P		468.877.428	468.877.428 1.406.632.285 2.813.264.569
1. 3. 4. 1. 04. 0.0	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			28.900.154.404	159.830.418	29.059.984.822
1. 3. 4. 1. 04. 1.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	1000 1028 1045 1046 1072 1078 1242	P P P P P P P	8.999.455 13.362.827 4.090.661 2.863.463 2.863.463 1.908.975 34.088.845		8.999.455 13.362.827 4.090.661 2.863.463 2.863.463 1.908.975 34.088.845
1. 3. 4. 1. 04. 2.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1147 1149 1242	P P P	5.900.299.236 5.900.299.236 11.800.598.471		5.900.299.236 5.900.299.236 11.800.598.471
1. 3. 4. 1. 04. 3.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1000	P	542.779.624		542.779.624

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1028	P	805.945.502		805.945.502
		1045	P	246.718.011		246.718.011
		1046	P	172.702.608		172.702.608
		1072	P	172.702.608		172.702.608
		1078	P	115.135.072		115.135.072
		1242	P	2.055.983.423		2.055.983.423
1. 3. 4. 1. 04. 4.1	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal					
		1035	P		159.830.418	159.830.418
		1151	P	479.491.253		479.491.253
		1242	P	639.321.671		639.321.671
1. 3. 4. 1. 05. 0.0	Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão			17.817		17.817
1. 3. 4. 1. 05. 0.1	Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão - Principal	1000	P	17.817		17.817
1. 3. 4. 3. 00. 0.0	Petróleo - Regime de Partilha de Produção			29.576.126.527		29.576.126.527
1. 3. 4. 3. 02. 0.0	Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012			29.576.126.527		29.576.126.527
1. 3. 4. 3. 02. 4.1	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal					
		1076	P	9.858.708.842		9.858.708.842
		1242	P	19.717.417.685		19.717.417.685
1. 3. 4. 4. 00. 0.0	Exploração de Recursos Minerais			7.462.087.466		7.462.087.466
1. 3. 4. 4. 01. 0.0	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral			114.187.665		114.187.665
1. 3. 4. 4. 01. 0.1	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	1000	P	33.910.721		33.910.721
		1052	P	79.125.014		79.125.014
1. 3. 4. 4. 01. 0.3	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	1000	P	345.579		345.579
		1052	P	806.351		806.351
1. 3. 4. 4. 02. 0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais			7.347.899.801		7.347.899.801
1. 3. 4. 4. 02. 0.1	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	1000	P	219.762.210		219.762.210
		1053	P	358.944.943		358.944.943
		1092	P	10.255.570		10.255.570
		1104	P	10.255.570		10.255.570
		1105	P	41.022.279		41.022.279
		1113	P	92.300.128		92.300.128
		1241	P	6.592.866.304		6.592.866.304
1. 3. 4. 4. 02. 0.3	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	1000	P	674.784		674.784
		1053	P	1.102.147		1.102.147
		1092	P	31.490		31.490
		1104	P	31.490		31.490
		1105	P	125.960		125.960
		1113	P	283.409		283.409
		1241	P	20.243.517		20.243.517
1. 3. 4. 5. 00. 0.0	Exploração de Recursos Hídricos			4.690.141.245		4.690.141.245
1. 3. 4. 5. 01. 0.0	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos			193.400.414		193.400.414
1. 3. 4. 5. 01. 0.1	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	1000	P	57.946.032		57.946.032
		1016	P	135.207.409		135.207.409
1. 3. 4. 5. 01. 0.3	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Dívida Ativa	1000	P	74.092		74.092
		1016	P	172.881		172.881
1. 3. 4. 5. 03. 0.0	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos			4.496.740.831		4.496.740.831
1. 3. 4. 5. 03. 1.1	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	1000	P	49.740.289		49.740.289
		1053	P	34.818.203		34.818.203
		1066	P	34.818.203		34.818.203
		1104	P	9.284.854		9.284.854
		1109	P	37.139.416		37.139.416
		1235	P	1.492.208.679		1.492.208.679
1. 3. 4. 5. 03. 2.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	1000	P	154.409.930		154.409.930
		1053	P	49.130.432		49.130.432
		1066	P	49.130.432		49.130.432
		1071	P	196.521.729		196.521.729

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1104	P	13.101.449		13.101.449
		1109	P	52.405.794		52.405.794
		1234	P	2.105.589.949		2.105.589.949
1. 3. 4. 5. 03. 3.1	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal	1234	P	6.148.293		6.148.293
1. 3. 4. 5. 03. 4.1	Utilização de Recursos Hídricos – Terras Indígenas - Principal	1000	P	6.823.709		6.823.709
		1071	P	15.921.988		15.921.988
		1141	P	18.954.748		18.954.748
		1234	P	170.592.734		170.592.734
1. 3. 4. 6. 00. 0.0	Exploração de Recursos Florestais			86.910.000		86.910.000
1. 3. 4. 6. 01. 0.0	Concessão de Florestas Nacionais			86.848.414		86.848.414
1. 3. 4. 6. 01. 1.1	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	1000	P	8.308.119		8.308.119
		1052	P	19.385.611		19.385.611
1. 3. 4. 6. 01. 1.2	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Multas e Juros	1000	P	176.550		176.550
		1052	P	411.949		411.949
1. 3. 4. 6. 01. 2.1	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	1000	P	10.242.491		10.242.491
		1067	P	15.932.763		15.932.763
		1068	P	7.966.382		7.966.382
		1229	P	22.761.090		22.761.090
1. 3. 4. 6. 01. 2.2	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	1000	P	299.423		299.423
		1067	P	465.769		465.769
		1068	P	232.884		232.884
		1229	P	665.383		665.383
1. 3. 4. 6. 03. 0.0	Custos de Edital de Concessão Florestal			61.586		61.586
1. 3. 4. 6. 03. 0.1	Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal	1000	P	18.476		18.476
		1052	P	43.110		43.110
1. 3. 5. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Intangível			16.284		16.284
1. 3. 5. 1. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Intangível			16.284		16.284
1. 3. 5. 1. 04. 0.0	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida			16.284		16.284
1. 3. 5. 1. 04. 0.1	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	1000	P	4.885		4.885
		1050	P	11.399		11.399
1. 3. 6. 0. 00. 0.0	Cessão de Direitos			6.039.976.044	5.430.285.260	11.470.261.304
1. 3. 6. 1. 00. 0.0	Cessão de Direitos			6.039.976.044	5.430.285.260	11.470.261.304
1. 3. 6. 1. 01. 0.0	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos			6.039.976.044	5.430.285.260	11.470.261.304
1. 3. 6. 1. 01. 1.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Legislativo - Principal	1000	P	21.430.651		21.430.651
		1050	P	50.004.852		50.004.852
1. 3. 6. 1. 01. 2.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	1000	P	586.372.287		586.372.287
		1138	P	1.368.202.004		1.368.202.004
1. 3. 6. 1. 01. 3.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Direta - Principal	1000	P	1.217.492.566		1.217.492.566
1. 3. 6. 1. 01. 4.1	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta - Principal	1000	P	2.463.856.918		2.463.856.918
		1049	P		5.430.285.260	5.430.285.260
		1050	P	332.616.766		332.616.766
1. 3. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Patrimoniais			6.508.371.413		6.508.371.413
1. 3. 9. 1. 00. 0.0	Participação da União em Receita de Serviços			6.501.951.837		6.501.951.837
1. 3. 9. 1. 01. 0.0	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios			6.501.951.837		6.501.951.837
1. 3. 9. 1. 01. 1.1	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	1000	P	3.071.660		3.071.660
		1121	P	7.167.207		7.167.207
		1251	P	5.386.324		5.386.324
1. 3. 9. 1. 01. 2.1	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	1000	P	3.820.731		3.820.731
		1034	P	5.418.943		5.418.943
		1121	P	3.496.094		3.496.094
		1251	P	2.497.210		2.497.210
1. 3. 9. 1. 01. 4.1	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1000	P	796.123.772		796.123.772
		1034	P	391.989.756		391.989.756

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1121	P	1.465.632.380		1.465.632.380
		1251	P	764.638.651		764.638.651
1. 3. 9. 1. 01. 5.1	Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal	1000	P	6.654.746		6.654.746
		1034	P	1.683.731		1.683.731
		1121	P	13.844.010		13.844.010
		1251	P	17.371.828		17.371.828
1. 3. 9. 1. 01. 6.1	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1000	P	3.405.352		3.405.352
		1034	P	882.869		882.869
		1121	P	7.062.953		7.062.953
		1251	P	7.567.450		7.567.450
1. 3. 9. 1. 01. 7.1	Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal	1000	P	802.855.132		802.855.132
		1019	P	15.902.620		15.902.620
		1052	P	1.618.886.718		1.618.886.718
		1142	P	206.734.060		206.734.060
		1183	P	31.805.240		31.805.240
		1251	P	286.247.160		286.247.160
		1289	P	31.805.240		31.805.240
1. 3. 9. 9. 00. 0.0	Outras Receitas Patrimoniais			6.419.576		6.419.576
1. 3. 9. 9. 99. 0.0	Outras Receitas Patrimoniais			6.419.576		6.419.576
1. 3. 9. 9. 99. 0.1	Outras Receitas Patrimoniais - Principal	1000	P	1.925.873		1.925.873
		1050	P	4.493.703		4.493.703
1. 4. 0. 0. 00. 0.0	Receita Agropecuária			24.458.906		24.458.906
1. 4. 1. 0. 00. 0.0	Receita Agropecuária			24.458.906		24.458.906
1. 4. 1. 1. 00. 0.0	Receita Agropecuária			24.458.906		24.458.906
1. 4. 1. 1. 01. 0.0	Receita Agropecuária			24.458.906		24.458.906
1. 4. 1. 1. 01. 0.1	Receita Agropecuária - Principal	1038	P	3.056		3.056
		1050	P	24.455.850		24.455.850
1. 5. 0. 0. 00. 0.0	Receita Industrial			23.177.602.425	1.016.917	23.178.619.342
1. 5. 1. 0. 00. 0.0	Receita Industrial			23.177.602.425	1.016.917	23.178.619.342
1. 5. 1. 1. 00. 0.0	Receita Industrial			23.177.602.425	1.016.917	23.178.619.342
1. 5. 1. 1. 01. 0.0	Receita Industrial			398.181.918	1.016.917	399.198.835
1. 5. 1. 1. 01. 0.1	Receita Industrial - Principal	1049	P			1.016.917
		1050	P	398.181.918		398.181.918
	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União			22.779.420.507		22.779.420.507
1. 5. 1. 1. 02. 0.0	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal	1147	P	10.523.813.887		10.523.813.887
		1149	P	10.523.813.887		10.523.813.887
1. 5. 1. 1. 02. 2.1	Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal	1152	P	1.731.792.733		1.731.792.733
1. 6. 0. 0. 00. 0.0	Receita de Serviços			40.170.368.153	24.553.958.347	64.724.326.500
1. 6. 1. 0. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			4.136.619.044	117.700.465	4.254.319.509
1. 6. 1. 1. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			4.136.619.044	117.700.465	4.254.319.509
1. 6. 1. 1. 01. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral			1.473.044.236	86.041.661	1.559.085.897
1. 6. 1. 1. 01. 0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal	1000	P	3.013.226		3.013.226
		1038	P	43.705.160		43.705.160
		1049	P		86.041.661	86.041.661
		1050	P	1.401.946.984		1.401.946.984
		1059	P	4.400.360		4.400.360
		1116	P	19.907.616		19.907.616
1. 6. 1. 1. 01. 0.2	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Multas e Juros	1050	P	70.890		70.890
1. 6. 1. 1. 02. 0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			451.022.151	31.394.550	482.416.701
1. 6. 1. 1. 02. 0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1049	P		31.394.550	31.394.550
		1050	P	451.022.151		451.022.151
1. 6. 1. 1. 03. 0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização			1.346.519.723	52.398	1.346.572.121

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 6. 1. 1. 03. 0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1038	P	496.157		496.157
		1049	P		52.398	52.398
		1050	P	1.345.677.934		1.345.677.934
1. 6. 1. 1. 03. 0.2	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Multas e Juros	1050	P	341.244		341.244
1. 6. 1. 1. 03. 0.3	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	1050	P	4.388		4.388
1. 6. 1. 1. 04. 0.0	Serviços de Informação e Tecnologia			839.980.225	211.856	840.192.081
1. 6. 1. 1. 04. 0.1	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1000	P	4.562.509		4.562.509
		1049	P		211.856	211.856
		1050	P	835.415.700		835.415.700
1. 6. 1. 1. 04. 0.2	Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros	1050	P	2.016		2.016
1. 6. 1. 1. 06. 0.0	Serviços de Operação, Manutenção e Fornecimento de Água			26.052.709		26.052.709
1. 6. 1. 1. 06. 0.1	Serviços de Operação, Manutenção e Fornecimento de Água - Principal	1052	P	26.052.709		26.052.709
1. 6. 2. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			4.690.166.985		4.690.166.985
1. 6. 2. 1. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			4.690.166.985		4.690.166.985
1. 6. 2. 1. 01. 0.0	Serviços de Navegação			4.568.253.767		4.568.253.767
1. 6. 2. 1. 01. 1.1	Serviços de Navegação Aérea - Principal	1052	P	4.306.554.451		4.306.554.451
1. 6. 2. 1. 01. 2.1	Serviços de Navegação Naval - Principal	1063	P	261.699.316		261.699.316
1. 6. 2. 1. 02. 0.0	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias			121.430.194		121.430.194
1. 6. 2. 1. 02. 0.1	Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal	1050	P	121.430.194		121.430.194
1. 6. 2. 1. 03. 0.0	Serviços Portuários			483.024		483.024
1. 6. 2. 1. 03. 0.1	Serviços Portuários - Principal	1050	P	483.024		483.024
1. 6. 3. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde				356.490.751	356.490.751
1. 6. 3. 1. 00. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde				296.381.872	296.381.872
1. 6. 3. 1. 01. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal				296.381.872	296.381.872
1. 6. 3. 1. 01. 0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal	1049	P		296.380.000	296.380.000
1. 6. 3. 1. 01. 0.2	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Multas e Juros	1049	P		1.872	1.872
1. 6. 3. 2. 00. 0.0	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Cíveis e Militares				60.108.879	60.108.879
1. 6. 3. 2. 01. 0.0	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis				60.108.879	60.108.879
1. 6. 3. 2. 01. 0.1	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cíveis - Principal	1004	P		46.992.858	46.992.858
		1049	P		13.116.021	13.116.021
1. 6. 4. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Financeiras			31.318.248.180	24.079.698.299	55.397.946.479
1. 6. 4. 1. 00. 0.0	Serviços e Atividades Financeiras			31.318.248.180	24.079.698.299	55.397.946.479
1. 6. 4. 1. 01. 0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros			31.100.602.799		31.100.602.799
1. 6. 4. 1. 01. 0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1000	F	424.824		424.824
		1050	F	1.305.600.479		1.305.600.479
		1052	F	1.632.244.757		1.632.244.757
		1061	F	36.802.761		36.802.761
		1114	F	686.908		686.908
		1147	F	1.097.436.603		1.097.436.603
		1400	F	24.827.729.439		24.827.729.439
		1401	F	2.199.125.041		2.199.125.041
1. 6. 4. 1. 01. 0.2	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	1050	F	551.987		551.987
1. 6. 4. 1. 02. 0.0	Concessão de Avais, Garantias e Seguros			217.645.381		217.645.381
1. 6. 4. 1. 02. 0.1	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	1052	P	199.102.345		199.102.345
1. 6. 4. 1. 02. 0.2	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	1052	P	18.543.036		18.543.036
1. 6. 4. 1. 03. 0.0	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				24.079.698.299	24.079.698.299
1. 6. 4. 1. 03. 0.1	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	1049	F		24.079.698.299	24.079.698.299
1. 6. 9. 0. 00. 0.0	Outros Serviços			25.333.944	68.832	25.402.776
1. 6. 9. 9. 00. 0.0	Outros Serviços			25.333.944	68.832	25.402.776
1. 6. 9. 9. 99. 0.0	Outros Serviços			25.333.944	68.832	25.402.776
1. 6. 9. 9. 99. 0.1	Outros Serviços - Principal	1049	P		68.832	68.832

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1050	P	25.333.944		25.333.944
1. 7. 0. 0. 00. 0.0	Transferências Correntes			130.441.789	7.756.050	138.197.839
1. 7. 1. 0. 00. 0.0	Transferências da União e de suas Entidades			2.000.000		2.000.000
1. 7. 1. 7. 00. 0.0	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades			2.000.000		2.000.000
1. 7. 1. 7. 99. 0.0	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades			2.000.000		2.000.000
1. 7. 1. 7. 99. 0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal					
1. 7. 2. 0. 00. 0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1081	P	2.000.000		2.000.000
1. 7. 2. 4. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			15.616.346	5.311.121	20.927.467
1. 7. 2. 4. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			15.616.346	5.311.121	20.927.467
1. 7. 2. 4. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	15.616.346	5.311.121	20.927.467
1. 7. 3. 0. 00. 0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			14.448.449		14.448.449
1. 7. 3. 2. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades			14.448.449		14.448.449
1. 7. 3. 2. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			14.448.449		14.448.449
1. 7. 3. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	14.448.449		14.448.449
1. 7. 4. 0. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			98.376.994		98.376.994
1. 7. 4. 1. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			98.376.994		98.376.994
1. 7. 4. 1. 01. 0.0	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União			98.376.994		98.376.994
1. 7. 4. 1. 01. 0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	7.014.750		7.014.750
1. 7. 9. 0. 00. 0.0	Demais Transferências Correntes	1096	P	91.362.244		91.362.244
1. 7. 9. 1. 00. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas				2.444.929	2.444.929
1. 7. 9. 1. 01. 0.0	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União				2.444.929	2.444.929
1. 7. 9. 1. 01. 0.1	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1096	P		2.444.929	2.444.929
1. 9. 0. 0. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes			34.889.906.985	3.390.399.596	38.280.306.581
1. 9. 1. 0. 00. 0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			6.776.718.590	867.159.121	7.643.877.711
1. 9. 1. 1. 00. 0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			6.776.718.590	867.159.121	7.643.877.711
1. 9. 1. 1. 01. 0.0	Multas Previstas em Legislação Específica			2.586.470.604	595.170.599	3.181.641.203
1. 9. 1. 1. 01. 0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1003	P			
		1009	P	5.641.698		5.641.698
		1019	P	38.289.432		38.289.432
		1032	P	6.181.736		6.181.736
		1033	P	59.108.906		59.108.906
		1052	P	1.080.710.060		1.080.710.060
		1088	P	8.088.454		8.088.454
		1131	P	34.104.240		34.104.240
1. 9. 1. 1. 01. 0.2	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1009	P	1.835		1.835
		1032	P	55.226		55.226
		1052	P	6.481.658		6.481.658
1. 9. 1. 1. 01. 0.3	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	1003	P		295.944.142	295.944.142
		1033	P	531.609		531.609
		1052	P	1.091.108.372		1.091.108.372
		1054	P		232.093	232.093
		1069	P	142.591.732		142.591.732
		1088	P	18.924.846		18.924.846
1. 9. 1. 1. 01. 0.4	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	1000	P	17.794.032		17.794.032
		1033	P	12.838.068		12.838.068
		1052	P	64.002.586		64.002.586
		1088	P	16.114		16.114
1. 9. 1. 1. 02. 0.0	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações			130.972.499		130.972.499

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 1. 1. 02. 1.1	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1044 1120 1135	P P P	55.100.862 49.590.776 5.510.086		55.100.862 49.590.776 5.510.086
1. 9. 1. 1. 02. 1.3	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	1044 1120 1135	P P P	10.385.387 9.346.849 1.038.539		10.385.387 9.346.849 1.038.539
1. 9. 1. 1. 03. 0.0	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial				102.302.232	102.302.232
1. 9. 1. 1. 03. 0.1	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	1003	P	296.255.549	102.302.232	102.302.232 296.255.549
1. 9. 1. 1. 04. 0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos					
1. 9. 1. 1. 04. 0.1	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	1083	P	279.125.604		279.125.604
1. 9. 1. 1. 04. 0.2	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	1083	P	4.821.355		4.821.355
1. 9. 1. 1. 04. 0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa	1083	P	9.080.482		9.080.482
1. 9. 1. 1. 04. 0.4	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Dívida Ativa - Multas e Juros	1083	P	3.228.108		3.228.108
1. 9. 1. 1. 05. 0.0	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica			433.722.060		433.722.060
1. 9. 1. 1. 05. 0.1	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal	1087	P	371.892.436		371.892.436
1. 9. 1. 1. 05. 0.2	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	1087	P	2.325.380		2.325.380
1. 9. 1. 1. 05. 0.3	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	1087	P	59.504.244		59.504.244
1. 9. 1. 1. 06. 0.0	Multas por Danos Ambientais			243.663.176		243.663.176
1. 9. 1. 1. 06. 1.1	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	1052 1069	P P	111.928.632 111.928.631		111.928.632 111.928.631
1. 9. 1. 1. 06. 2.1	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	1069	P	19.805.913		19.805.913
1. 9. 1. 1. 07. 0.0	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas			20.073.181		20.073.181
1. 9. 1. 1. 07. 0.1	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	1000	P	20.073.181		20.073.181
1. 9. 1. 1. 08. 0.0	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais			21.343.552		21.343.552
1. 9. 1. 1. 08. 0.1	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1052	P	21.293.906		21.293.906
1. 9. 1. 1. 08. 0.2	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Multas e Juros	1052	P	49.646		49.646
1. 9. 1. 1. 09. 0.0	Multas e Juros Previstos em Contratos			60.991.537	105.939.136	166.930.673
1. 9. 1. 1. 09. 0.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1000 1049 1050	P P P	26.517.667 34.057.818	105.939.136	26.517.667 105.939.136 34.057.818
1. 9. 1. 1. 09. 0.2	Multas e Juros Previstos em Contratos - Multas e Juros	1050	P	416.052		416.052
1. 9. 1. 1. 10. 0.0	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				1.678.032	1.678.032
1. 9. 1. 1. 10. 0.3	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	1039	P		1.678.032	1.678.032
1. 9. 1. 1. 11. 0.0	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória				62.069.122	62.069.122
1. 9. 1. 1. 11. 0.1	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	1054	P		62.069.122	62.069.122
1. 9. 1. 1. 12. 0.0	Multas Previstas na Legislação Antidrogas			1.185.429		1.185.429
1. 9. 1. 1. 12. 0.1	Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal	1025 1052	P P	948.343 237.086		948.343 237.086
1. 9. 1. 1. 13. 0.0	Multas Previstas na Legislação Anticorrupção			69.339.149		69.339.149
1. 9. 1. 1. 13. 1.1	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal	1000	P	22.842.765		22.842.765
1. 9. 1. 1. 13. 2.1	Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal	1000	P	46.496.384		46.496.384
1. 9. 1. 1. 14. 0.0	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB			2.899.256.801		2.899.256.801

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 1. 1. 14. 0.1	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal	1144	P	2.882.446.326		2.882.446.326
1. 9. 1. 1. 14. 0.2	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Multas e Juros	1144	P	5.901		5.901
1. 9. 1. 1. 14. 0.3	Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Dívida Ativa	1144	P	16.804.574		16.804.574
1. 9. 1. 1. 15. 0.0	Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias			13.445.053		13.445.053
1. 9. 1. 1. 15. 0.1	Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal	1180	P	13.445.053		13.445.053
1. 9. 2. 0. 00. 0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			6.176.298.481	1.986.536.297	8.162.834.778
1. 9. 2. 1. 00. 0.0	Indenizações			252.441.325	505.040.219	757.481.544
1. 9. 2. 1. 01. 0.0	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público			1.519.624	61.091	1.580.715
1. 9. 2. 1. 01. 0.1	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1049	P		61.091	61.091
		1050	P	1.519.624		1.519.624
1. 9. 2. 1. 02. 0.0	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos			2.882.905		2.882.905
1. 9. 2. 1. 02. 0.1	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	1000	P	2.715.812		2.715.812
1. 9. 2. 1. 02. 0.2	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	1000	P	162.916		162.916
		1033	P	4.177		4.177
1. 9. 2. 1. 03. 0.0	Indenização por Sinistro			1.428.610		1.428.610
1. 9. 2. 1. 03. 0.1	Indenização por Sinistro - Principal	1050	P	1.428.610		1.428.610
1. 9. 2. 1. 04. 0.0	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar				202.426.092	202.426.092
1. 9. 2. 1. 04. 0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal	1005	P		202.426.092	202.426.092
1. 9. 2. 1. 05. 0.0	Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais				291.879.376	291.879.376
1. 9. 2. 1. 05. 0.1	Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal	1132	P		291.879.376	291.879.376
1. 9. 2. 1. 99. 0.0	Outras Indenizações			246.610.186	10.673.660	257.283.846
1. 9. 2. 1. 99. 0.1	Outras Indenizações - Principal	1000	P	227.852.268		227.852.268
		1049	P		10.673.660	10.673.660
		1050	P	18.757.918		18.757.918
1. 9. 2. 2. 00. 0.0	Restituições			5.547.008.627	604.262.077	6.151.270.704
1. 9. 2. 2. 01. 0.0	Restituição de Convênios			1.612.062.608	2.630.166	1.614.692.774
1. 9. 2. 2. 01. 1.1	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1000	P	1.233.108.380		1.233.108.380
		1012	P	378.954.228		378.954.228
		1049	P		2.630.166	2.630.166
1. 9. 2. 2. 02. 0.0	Restituição de Benefícios Não Desembolsados				274.618.452	274.618.452
1. 9. 2. 2. 02. 0.1	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	1049	P		274.618.452	274.618.452
1. 9. 2. 2. 03. 0.0	Restituição de Benefícios Previdenciários				173.253.225	173.253.225
1. 9. 2. 2. 03. 0.1	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1002	P		35.161	35.161
		1054	P		172.953.898	172.953.898
1. 9. 2. 2. 03. 0.2	Restituição de Benefícios Previdenciários - Multas e Juros	1054	P		264.166	264.166
1. 9. 2. 2. 04. 0.0	Restituição de Benefícios Assistenciais				731.818	731.818
1. 9. 2. 2. 04. 0.1	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	1002	P		731.818	731.818
1. 9. 2. 2. 06. 0.0	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores			3.638.928.622		3.638.928.622
1. 9. 2. 2. 06. 3.1	Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal	1000	P	3.601.025.060		3.601.025.060
		1012	P	1.656.969		1.656.969
		1038	P	76.081		76.081
		1050	P	36.170.512		36.170.512
1. 9. 2. 2. 07. 0.0	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente				15.821.700	15.821.700
1. 9. 2. 2. 07. 0.1	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	1040	P		15.821.700	15.821.700
1. 9. 2. 2. 08. 0.0	Restituição de Garantias Prestadas			114.511.980		114.511.980
1. 9. 2. 2. 08. 0.1	Restituição de Garantias Prestadas - Principal	1050	P	114.511.980		114.511.980
1. 9. 2. 2. 09. 0.0	Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras			450.545		450.545
1. 9. 2. 2. 09. 0.1	Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal	1000	P	450.545		450.545
1. 9. 2. 2. 10. 0.0	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais			66.803.039		66.803.039

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
1. 9. 2. 2. 10. 1.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	1050	P	24.688.379		24.688.379
1. 9. 2. 2. 10. 2.1	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	1029	P	42.036.144		42.036.144
		1050	P	78.516		78.516
				2.494.154		2.494.154
1. 9. 2. 2. 13. 0.0	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público					
1. 9. 2. 2. 13. 0.1	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	1000	P	2.494.154		2.494.154
1. 9. 2. 2. 99. 0.0	Outras Restituições			111.757.679	137.206.716	248.964.395
1. 9. 2. 2. 99. 0.1	Outras Restituições - Principal	1000	P	82.617.812		82.617.812
		1049	P		137.206.716	137.206.716
		1050	P	29.139.867		29.139.867
1. 9. 2. 3. 00. 0.0	Ressarcimentos			376.848.529	877.234.001	1.254.082.530
1. 9. 2. 3. 01. 0.0	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde				763.865.625	763.865.625
1. 9. 2. 3. 01. 0.1	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal	1003	P		763.865.625	763.865.625
1. 9. 2. 3. 02. 0.0	Ressarcimento de Custos			115.928.383		115.928.383
1. 9. 2. 3. 02. 0.1	Ressarcimento de Custos - Principal	1000	P	115.619.034		115.619.034
		1052	P	309.349		309.349
1. 9. 2. 3. 03. 0.0	Reversão de Garantias			2.684	138.561	141.245
1. 9. 2. 3. 03. 0.1	Reversão de Garantias - Principal	1049	P		138.561	138.561
		1050	P	2.684		2.684
1. 9. 2. 3. 04. 0.0	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS				105.813.697	105.813.697
1. 9. 2. 3. 04. 0.1	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	1054	P		104.933.127	104.933.127
1. 9. 2. 3. 04. 0.2	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	1054	P		880.570	880.570
1. 9. 2. 3. 99. 0.0	Outros Ressarcimentos			260.917.462	7.416.118	268.333.580
1. 9. 2. 3. 99. 0.1	Outros Ressarcimentos - Principal	1000	P	220.252.908		220.252.908
		1049	P		7.105.174	7.105.174
		1050	P	202.792		202.792
1. 9. 2. 3. 99. 0.2	Outros Ressarcimentos - Multas e Juros	1049	P		310.944	310.944
1. 9. 2. 3. 99. 0.3	Outros Ressarcimentos - Dívida Ativa	1000	P	40.461.762		40.461.762
				728.737.546	202.256.730	930.994.276
1. 9. 3. 0. 00. 0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público					
1. 9. 3. 1. 00. 0.0	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			728.737.546	202.256.730	930.994.276
1. 9. 3. 1. 01. 0.0	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns			34.227.766		34.227.766
1. 9. 3. 1. 01. 0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal	1052	P	34.227.766		34.227.766
1. 9. 3. 1. 02. 0.0	Apreensão de Bens, Mercadorias e Moedas por Infrações à Legislação Aduaneira			164.947.735	107.311.860	272.259.595
1. 9. 3. 1. 02. 1.1	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	1001	P		106.780.453	106.780.453
		1032	P	160.170.679		160.170.679
1. 9. 3. 1. 02. 1.2	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Multas e Juros	1001	P		531.407	531.407
		1032	P	797.111		797.111
1. 9. 3. 1. 02. 2.1	Valores em Moeda Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal	1000	P	3.979.945		3.979.945
1. 9. 3. 1. 04. 0.0	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos			433.239.873		433.239.873
1. 9. 3. 1. 04. 0.1	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	1124	P	433.239.873		433.239.873
				94.944.870	94.944.870	189.889.740
1. 9. 3. 1. 08. 0.0	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins					
1. 9. 3. 1. 08. 0.1	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal	1003	P		94.714.512	94.714.512
		1052	P	94.714.512		94.714.512
1. 9. 3. 1. 08. 0.2	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Multas e Juros	1003	P		230.358	230.358

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1052	P	230.358		230.358
1. 9. 3. 1. 10. 0.0	Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa			1.377.302		1.377.302
1. 9. 3. 1. 10. 0.1	Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal	1124	P	688.651		688.651
		1182	P	688.651		688.651
1. 9. 4. 0. 00. 0.0	Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital			1.394.586	91.959	1.486.545
1. 9. 4. 2. 00. 0.0	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis			1.342.466	91.959	1.434.425
1. 9. 4. 2. 01. 0.0	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral			1.342.466	91.959	1.434.425
1. 9. 4. 2. 01. 0.6	Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral - Juros do Principal	1049	P		91.959	91.959
		1051	P	1.342.466		1.342.466
1. 9. 4. 4. 00. 0.0	Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos			52.120		52.120
1. 9. 4. 4. 06. 0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais			16.142		16.142
1. 9. 4. 4. 06. 0.2	Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais - Multas e Juros	1050	F	16.142		16.142
1. 9. 4. 4. 07. 0.0	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos			35.978		35.978
1. 9. 4. 4. 07. 1.2	Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral - Multas e Juros	1052	F	35.438		35.438
		1114	F	540		540
1. 9. 9. 0. 00. 0.0	Demais Receitas Correntes			21.206.757.782	334.355.489	21.541.113.271
1. 9. 9. 9. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes			21.206.757.782	334.355.489	21.541.113.271
1. 9. 9. 9. 03. 0.0	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência				247.715.091	247.715.091
1. 9. 9. 9. 03. 0.1	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	1054	P		247.715.091	247.715.091
1. 9. 9. 9. 04. 0.0	Contribuição ao Montepio Civil				51.718	51.718
1. 9. 9. 9. 04. 0.1	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	1017	P		51.718	51.718
1. 9. 9. 9. 05. 0.0	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior			1.125.631.113		1.125.631.113
1. 9. 9. 9. 05. 0.1	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	1086	P	1.119.392.005		1.119.392.005
1. 9. 9. 9. 05. 0.2	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	1086	P	6.239.108		6.239.108
1. 9. 9. 9. 10. 0.0	Reserva Global de Reversão			17.436.066		17.436.066
1. 9. 9. 9. 10. 0.1	Reserva Global de Reversão - Principal	1080	P	17.436.066		17.436.066
1. 9. 9. 9. 12. 0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência			1.417.736.574		1.417.736.574
1. 9. 9. 9. 12. 1.1	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	1031	P	1.413.578.477		1.413.578.477
		1050	P	115.956		115.956
1. 9. 9. 9. 12. 2.1	Ônus de Sucumbência - Principal	1000	P	4.042.141		4.042.141
1. 9. 9. 9. 15. 0.0	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB			8.553.022.485		8.553.022.485
1. 9. 9. 9. 15. 0.1	Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal	1000	P	8.553.022.485		8.553.022.485
1. 9. 9. 9. 17. 0.0	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM			182.477.652		182.477.652
1. 9. 9. 9. 17. 0.1	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	1060	P	182.477.652		182.477.652
1. 9. 9. 9. 99. 0.0	Outras Receitas			9.910.453.892	86.588.680	9.997.042.572
1. 9. 9. 9. 99. 1.1	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal	1000	P	1.564.171.002		1.564.171.002
1. 9. 9. 9. 99. 1.2	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Multas e Juros	1032	P	70.669.571		70.669.571
1. 9. 9. 9. 99. 1.3	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa	1000	P	6.329.152.108		6.329.152.108
		1032	P	652.135.021		652.135.021
1. 9. 9. 9. 99. 1.4	Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Dívida Ativa - Multas e Juros	1000	P	5.756.785		5.756.785
		1054	P		16.016.860	16.016.860
1. 9. 9. 9. 99. 2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	1038	P	790.364		790.364
		1049	P		32.295.673	32.295.673
		1050	P	99.638.493		99.638.493
		1083	P	2.193.317		2.193.317
1. 9. 9. 9. 99. 2.2	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Multas e Juros	1000	P	3.396.637		3.396.637
		1049	P		34.989.746	34.989.746

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
		1050	P	968.048		968.048
1. 9. 9. 9. 99. 2.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa	1000	P	807.686.300		807.686.300
		1049	P		2.159.788	2.159.788
		1050	P	32.946.165		32.946.165
1. 9. 9. 9. 99. 2.4	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1000	P	235.948.179		235.948.179
		1032	P	12.665.863		12.665.863
		1033	P	15.290.713		15.290.713
		1049	P		1.126.613	1.126.613
		1050	P	30.996.511		30.996.511
1. 9. 9. 9. 99. 3.3	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Dívida Ativa	1050	F	46.048.815		46.048.815
2. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas de Capital			3.060.569.394.104	8.305.926	3.060.577.700.030
2. 1. 0. 0. 00. 0.0	Operações de Crédito			2.817.907.271.151		2.817.907.271.151
2. 1. 1. 0. 00. 0.0	Operações de Crédito - Mercado Interno			2.802.929.497.273		2.802.929.497.273
2. 1. 1. 1. 00. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno			2.802.929.497.273		2.802.929.497.273
2. 1. 1. 1. 01. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública			979.942.534.402		979.942.534.402
2. 1. 1. 1. 01. 0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal	1444	F	666.454.833.594		666.454.833.594
		9444	F	313.487.700.808		313.487.700.808
2. 1. 1. 1. 02. 0.0	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno			1.822.972.167.477		1.822.972.167.477
2. 1. 1. 1. 02. 0.1	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	1443	F	1.822.972.167.477		1.822.972.167.477
2. 1. 1. 1. 03. 0.0	Títulos da Dívida Agrária - TDA			14.795.394		14.795.394
2. 1. 1. 1. 03. 0.1	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	1057	F	14.795.394		14.795.394
2. 1. 2. 0. 00. 0.0	Operações de Crédito - Mercado Externo			14.977.773.878		14.977.773.878
2. 1. 2. 2. 00. 0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			14.977.773.878		14.977.773.878
2. 1. 2. 2. 01. 0.0	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			14.977.773.878		14.977.773.878
2. 1. 2. 2. 01. 0.1	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1448	F	13.507.821.367		13.507.821.367
		1449	F	1.469.952.511		1.469.952.511
2. 2. 0. 0. 00. 0.0	Alienação de Bens			31.193.231.636	8.305.926	31.201.537.562
2. 2. 1. 0. 00. 0.0	Alienação de Bens Móveis			56.268.351	409.001	56.677.352
2. 2. 1. 2. 00. 0.0	Alienação de Estoques			100.564		100.564
2. 2. 1. 2. 04. 0.0	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFE			100.564		100.564
2. 2. 1. 2. 04. 0.3	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFE - Dívida Ativa	1052	P	100.564		100.564
2. 2. 1. 3. 00. 0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			56.167.787	409.001	56.576.788
2. 2. 1. 3. 01. 0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			56.167.787	409.001	56.576.788
2. 2. 1. 3. 01. 0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1048	P		409.001	409.001
		1051	P	56.167.787		56.167.787
2. 2. 2. 0. 00. 0.0	Alienação de Bens Imóveis			136.963.285	7.896.925	144.860.210
2. 2. 2. 1. 00. 0.0	Alienação de Bens Imóveis			136.963.285	7.896.925	144.860.210
2. 2. 2. 1. 01. 0.0	Alienação de Bens Imóveis em Geral			120.896.981	7.896.925	128.793.906
2. 2. 2. 1. 01. 0.1	Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal	1049	P		7.896.925	7.896.925
		1051	P	119.198.688		119.198.688
		1085	P	1.698.293		1.698.293
2. 2. 2. 1. 02. 0.0	Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União			16.066.304		16.066.304
2. 2. 2. 1. 02. 0.1	Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal	1013	P	12.496.712		12.496.712
		1287	P	3.569.592		3.569.592
2. 2. 3. 0. 00. 0.0	Alienação de Bens Intangíveis			31.000.000.000		31.000.000.000
2. 2. 3. 1. 00. 0.0	Alienação de Bens Intangíveis			31.000.000.000		31.000.000.000
2. 2. 3. 1. 02. 0.0	Alienação de Direitos e Obrigações Associados à Exploração de Petróleo, Gás Natural e outros Hidrocarbonetos Fluidos			31.000.000.000		31.000.000.000

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
2. 2. 3. 1. 02. 1.1	<i>Alienação do Direito à Apropriação do Excedente em Óleo da União nos Contratos de Partilha de Produção - Principal</i>	1145	P	31.000.000.000		31.000.000.000
2. 3. 0. 0. 00. 0.0	Amortização de Empréstimos			40.962.151.250		40.962.151.250
2. 3. 1. 0. 00. 0.0	Amortização de Empréstimos			40.962.151.250		40.962.151.250
2. 3. 1. 1. 00. 0.0	Amortização de Empréstimos			40.962.151.250		40.962.151.250
2. 3. 1. 1. 03. 0.0	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios			16.276.428.409		16.276.428.409
2. 3. 1. 1. 03. 0.1	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	1400	F	16.200.185.910		16.200.185.910
		1401	F	76.242.499		76.242.499
2. 3. 1. 1. 05. 0.0	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito			931.150.296		931.150.296
2. 3. 1. 1. 05. 0.1	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	1061	F	931.150.296		931.150.296
2. 3. 1. 1. 06. 0.0	Amortização de Empréstimos Contratuais			15.136.012.366		15.136.012.366
2. 3. 1. 1. 06. 0.1	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	1029	F	111.906.572		111.906.572
		1050	F	300.223.513		300.223.513
		1052	F	6.781.137.488		6.781.137.488
		1147	F	1.551.848.053		1.551.848.053
		1401	F	6.390.896.740		6.390.896.740
2. 3. 1. 1. 07. 0.0	Amortização de Financiamentos			8.618.560.179		8.618.560.179
2. 3. 1. 1. 07. 1.1	Amortização de Financiamentos em Geral - Principal	1052	F	5.308.429.960		5.308.429.960
		1114	F	12.713.546		12.713.546
2. 3. 1. 1. 07. 2.1	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal	1052	F	3.297.416.673		3.297.416.673
2. 4. 0. 0. 00. 0.0	Transferências de Capital			128.786.853		128.786.853
2. 4. 2. 0. 00. 0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			100.330.000		100.330.000
2. 4. 2. 2. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades			100.330.000		100.330.000
2. 4. 2. 2. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			100.330.000		100.330.000
2. 4. 2. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	100.330.000		100.330.000
2. 4. 3. 0. 00. 0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			9.198.389		9.198.389
2. 4. 3. 2. 00. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades			9.198.389		9.198.389
2. 4. 3. 2. 01. 0.0	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União			9.198.389		9.198.389
2. 4. 3. 2. 01. 0.1	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	9.198.389		9.198.389
2. 4. 4. 0. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			18.591.798		18.591.798
2. 4. 4. 1. 00. 0.0	Transferências de Instituições Privadas			18.591.798		18.591.798
2. 4. 4. 1. 01. 0.0	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União			18.591.798		18.591.798
2. 4. 4. 1. 01. 0.1	Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal	1081	P	1.151.798		1.151.798
		1096	P	17.440.000		17.440.000
2. 4. 6. 0. 00. 0.0	Transferências do Exterior			666.666		666.666
2. 4. 6. 1. 00. 0.0	Transferências do Exterior			666.666		666.666
2. 4. 6. 1. 01. 0.0	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União			666.666		666.666
2. 4. 6. 1. 01. 0.1	Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal	1095	P	666.666		666.666
2. 9. 0. 0. 00. 0.0	Outras Receitas de Capital			170.377.953.214		170.377.953.214
2. 9. 3. 0. 00. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			170.377.953.214		170.377.953.214
2. 9. 3. 1. 00. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			170.377.953.214		170.377.953.214
2. 9. 3. 1. 01. 0.0	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			170.377.953.214		170.377.953.214
2. 9. 3. 1. 01. 0.1	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	1000	F	170.377.953.214		170.377.953.214
7. 0. 0. 0. 00. 0.0	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			102.459.425	25.068.594.615	25.171.054.040
7. 1. 0. 0. 00. 0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias			3.559.917		3.559.917

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7. 1. 1. 0. 00. 0.0	Impostos - Operações Intraorçamentárias			1.672.850		1.672.850
7. 1. 1. 3. 00. 0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Operações Intraorçamentárias			1.666.518		1.666.518
7. 1. 1. 3. 03. 0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Operações Intraorçamentárias			1.666.518		1.666.518
7. 1. 1. 3. 03. 1.2	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1032	P	339.790		339.790
		1201	P	173.292		173.292
		1202	P	146.109		146.109
		1207	P	4.077		4.077
		1208	P	4.077		4.077
		1209	P	6.116		6.116
		1210	P	6.116		6.116
7. 1. 1. 3. 03. 3.1	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	450.001		450.001
		1201	P	229.500		229.500
		1202	P	193.500		193.500
		1207	P	5.400		5.400
		1208	P	5.400		5.400
		1209	P	8.100		8.100
		1210	P	8.100		8.100
7. 1. 1. 3. 03. 4.1	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	43.470		43.470
		1201	P	22.170		22.170
		1202	P	18.692		18.692
		1207	P	522		522
		1208	P	522		522
		1209	P	782		782
		1210	P	782		782
7. 1. 1. 4. 00. 0.0	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços - Operações Intraorçamentárias			6.332		6.332
7. 1. 1. 4. 01. 0.0	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Operações Intraorçamentárias			6.332		6.332
7. 1. 1. 4. 01. 2.1	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	2.533		2.533
		1201	P	1.615		1.615
		1202	P	1.361		1.361
		1203	P	633		633
		1207	P	38		38
		1208	P	38		38
		1209	P	57		57
		1210	P	57		57
7. 1. 2. 0. 00. 0.0	Taxas - Operações Intraorçamentárias			1.887.067		1.887.067
7. 1. 2. 1. 00. 0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Operações Intraorçamentárias			1.806.409		1.806.409
7. 1. 2. 1. 01. 0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			697.469		697.469
7. 1. 2. 1. 01. 0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	209.241		209.241
		1021	P	93.428		93.428
		1052	P	394.800		394.800
7. 1. 2. 1. 02. 0.0	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações - Operações Intraorçamentárias			1.108.940		1.108.940
7. 1. 2. 1. 02. 1.1	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	92.108		92.108
		1120	P	214.919		214.919
7. 1. 2. 1. 02. 2.1	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	240.574		240.574
		1120	P	561.339		561.339
7. 1. 2. 2. 00. 0.0	Taxas pela Prestação de Serviços - Operações Intraorçamentárias			80.658		80.658
7. 1. 2. 2. 02. 0.0	Emolumentos e Custas Judiciais - Operações Intraorçamentárias			80.658		80.658
7. 1. 2. 2. 02. 0.1	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000	P	24.197		24.197
		1027	P	56.461		56.461
7. 2. 0. 0. 00. 0.0	Contribuições - Operações Intraorçamentárias			4.641.536	24.951.326.573	24.955.968.109

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7. 2. 1. 0. 00. 0.0	Contribuições Sociais - Operações Intraorçamentárias			1.391.373	24.951.326.573	24.952.717.946
7. 2. 1. 5. 00. 0.0	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Operações Intraorçamentárias			1.391.373	24.951.326.573	24.952.717.946
7. 2. 1. 5. 02. 0.0	Contribuição Patronal - Servidor Civil - Operações Intraorçamentárias			1.391.373	24.951.326.573	24.952.717.946
7. 2. 1. 5. 02. 1.1	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056 1125	F F		24.462.654.937 264.857.206	24.462.654.937 264.857.206
7. 2. 1. 5. 02. 1.3	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Dívida Ativa - Operações Intraorçamentárias	1056	F		5.521.698	5.521.698
7. 2. 1. 5. 02. 1.5	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F		7.552.400	7.552.400
7. 2. 1. 5. 02. 1.6	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Juros do Principal - Operações Intraorçamentárias	1032	F	1.391.373		1.391.373
7. 2. 1. 5. 02. 2.1	Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias	1056	F		210.740.332	210.740.332
7. 2. 2. 0. 00. 0.0	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			3.250.163		3.250.163
7. 2. 2. 1. 00. 0.0	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			3.250.163		3.250.163
7. 2. 2. 1. 09. 0.0	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Operações Intraorçamentárias			3.037.884		3.037.884
7. 2. 2. 1. 09. 1.1	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000 1052	P P	911.365 2.126.519 212.279		911.365 2.126.519 212.279
7. 2. 2. 1. 10. 0.0	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Operações Intraorçamentárias					
7. 2. 2. 1. 10. 0.1	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000 1037	P P	63.684 148.595		63.684 148.595
7. 3. 0. 0. 00. 0.0	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias			6.330.651		6.330.651
7. 3. 1. 0. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			6.330.651		6.330.651
7. 3. 1. 1. 00. 0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			6.330.651		6.330.651
7. 3. 1. 1. 01. 0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação - Operações Intraorçamentárias			6.330.651		6.330.651
7. 3. 1. 1. 01. 1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1000 1050	P P	6.204.515 126.136		6.204.515 126.136
7. 5. 0. 0. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			18.027.243		18.027.243
7. 5. 1. 0. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			18.027.243		18.027.243
7. 5. 1. 1. 00. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			18.027.243		18.027.243
7. 5. 1. 1. 01. 0.0	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			18.027.243		18.027.243
7. 5. 1. 1. 01. 0.1	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	1050	P	18.027.243		18.027.243
7. 6. 0. 0. 00. 0.0	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias			20.503.435	85.758	20.589.193
7. 6. 1. 0. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			14.446.507	5.001	14.451.508
7. 6. 1. 1. 00. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			14.446.507	5.001	14.451.508
7. 6. 1. 1. 01. 0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Operações Intraorçamentárias			11.843.076	5.001	11.848.077
7. 6. 1. 1. 01. 0.1	Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049 1050	P P		5.001	5.001 11.843.076

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera*

R\$ 1,00

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Recursos de Todas as Fontes

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seg. Social	Total
7. 6. 1. 1. 03. 0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias	1050	P	2.603.431		2.603.431
7. 6. 1. 1. 03. 0.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias					
	Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações Intraorçamentárias			2.603.431	80.757	2.603.431 80.757
7. 6. 3. 0. 00. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde - Operações Intraorçamentárias				80.757	80.757
7. 6. 3. 1. 00. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Operações Intraorçamentárias				80.757	80.757
7. 6. 3. 1. 01. 0.0	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	1049	P			
7. 6. 3. 1. 01. 0.1	Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias				80.757	80.757
	Serviços e Atividades Financeiras - Operações Intraorçamentárias			6.056.928		6.056.928
7. 6. 4. 0. 00. 0.0	Serviços e Atividades Financeiras - Operações Intraorçamentárias			6.056.928		6.056.928
7. 6. 4. 1. 00. 0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Operações Intraorçamentárias			6.056.928		6.056.928
7. 6. 4. 1. 01. 0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias	1114	F			
7. 6. 4. 1. 01. 0.1	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias			6.056.928		6.056.928
	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			49.396.643	117.182.284	166.578.927
7. 9. 0. 0. 00. 0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Operações Intraorçamentárias				117.182.284	117.182.284
7. 9. 2. 0. 00. 0.0	Indenizações - Operações Intraorçamentárias				117.182.284	117.182.284
7. 9. 2. 1. 00. 0.0	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Operações Intraorçamentárias	1005	P			
7. 9. 2. 1. 04. 0.0	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Operações Intraorçamentárias					
7. 9. 2. 1. 04. 0.1	Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias				117.182.284	117.182.284
	Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			49.396.643		49.396.643
7. 9. 9. 0. 00. 0.0	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			49.396.643		49.396.643
7. 9. 9. 9. 00. 0.0	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal - Operações Intraorçamentárias	1052	P	12.418.054		12.418.054
7. 9. 9. 9. 13. 0.0	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias					
7. 9. 9. 9. 13. 1.1	Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias			36.978.589		36.978.589
7. 9. 9. 9. 19. 0.0	Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias					
7. 9. 9. 9. 19. 0.1	Receitas de Subvenções - Principal - Operações Intraorçamentárias	1062	P	36.978.589		36.978.589
Total das Receitas Primárias (P)				1.645.695.912.980	1.540.067.088.628	3.185.763.001.608
Total das Receitas Financeiras (F)				3.089.408.206.773	56.984.747.931	3.146.392.954.704
Total Geral				4.735.104.119.753	1.597.051.836.559	6.332.155.956.312

* os valores registrados para receitas correntes e de capital neste quadro diferem do Anexo I e dos quadros 1A, 1B e 1C porque, neste quadro, as multas e juros de mora das receitas de capital, embora conceitualmente sejam receitas correntes, estão subtotalizadas em seus respectivos códigos, iniciados pelo dígito "2"

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Legislação da Receita e da Despesa

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

1.1.1.1.01.0.1. - Imposto sobre a Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

1.1.1.1.02.0.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso II; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 23 a 28 (vale lembrar que parte do art. 26 - alteração da base de cálculo - não foi recepcionada pela atual Constituição).

1.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III, e art. 158, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.3.01.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III, e art. 159, inciso I; e
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.02.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.3.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.4.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.5.01.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 5º.

1.1.1.5.02.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 63 a 67.

1.1.1.9.99.0.1. - Outros Impostos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

1.1.2.1.01.0.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Lei especifica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.3.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.4.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.03.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

1.1.2.1.04.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, arts. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

1.1.2.1.05.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º; e
MPV nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - art. 39.

1.1.2.1.06.0.1. - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998.

1.1.2.1.07.0.1. - Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 37.

1.1.2.1.08.0.1. - Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 32, caput e § 5º.

1.1.2.1.08.0.5. - Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 32, caput e § 5º.

1.1.2.1.09.0.1. - Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50.

1.1.2.1.09.0.5. - Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Multas

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50.

1.1.2.2.01.0.1. - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei especifica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.2.02.0.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 98, § 2º; e
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

1.1.3.1.99.0.1. - Outras Contribuições de Melhoria - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.2.1.1.01.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.01.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.02.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal;
Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e
Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.02.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.49.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.1.49.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.01.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

1.2.1.2.01.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.02.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; e Lei Complementar nº 8 de 3 de dezembro de 1970; Inciso V, do Art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.2.02.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.49.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.2.49.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.01.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

1.2.1.3.01.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.02.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; inciso III, do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.3.02.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.49.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.3.49.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11, art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.01.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11 e art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; inciso VI, do art. 13 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.4.02.0.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 195 da Constituição Federal de 1988; alínea "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.49.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.01.1.1. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

1.2.1.5.01.1.5. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.2.1. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

1.2.1.5.01.2.5. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.3.1. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.3.5. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.4.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.4.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.5.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.5.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.01.6.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.6.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.02.1.1. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40;
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º; e
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º.

1.2.1.5.02.1.5. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.02.2.1. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.02.2.5. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.03.0.1. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.03.0.5. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Multas do Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.5.04.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960;
Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001;
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

1.2.1.5.04.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal

Amparo Legal:

Art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

1.2.1.5.04.3.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Principal

Amparo Legal:

Art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

1.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal

Amparo Legal:

Art. 33 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002.

1.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal

Amparo Legal:

Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002.

1.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.05.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e";
Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25;
Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.

1.2.1.6.05.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitam o parcelamento dos débitos em atraso.

1.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 18, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26; e
Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969.

1.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 16, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.05.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 20, inc I; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º;
Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.07.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35.

1.2.1.7.08.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Temas Complementares - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016 – art. 2º; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 20, inc. I; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.8.01.0.1. - Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS - Principal

Amparo Legal:

CF/88, arts. 195, inciso V, e 239, caput, e § 1º; LC nº 214/2025, art. 1º, inciso II; Lei nº 7.998/1990, art. 11; Lei nº 8.019/1990, arts. 1º e 2º.

1.2.1.8.01.0.5. - Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS - Multas

Amparo Legal:

CF/88, arts. 195, inciso V, e 239, caput, e § 1º; LC nº 214/2025, art. 1º, inciso II; Lei nº 7.998/1990, art. 11; Lei nº 8.019/1990, arts. 1º e 2º.

1.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; e
Portaria nº 20.749, de 17 de setembro de 2020.

1.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 8º, inciso IV;
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, inciso I, alínea "d", e inciso II, alínea "e";
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e
Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.

1.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, art. 1º (Criação da Contribuição);
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, art. 12 (Extinção da Contribuição);
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994;
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e
Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).

1.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º (Criação da Contribuição);
Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º, § 2º (Estabelece a vigência da contribuição);
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e
Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).

1.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 212, §5º;
Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15; e
Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.

1.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º;
Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005, Art. 31, III; e
Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.

1.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º; e
Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º, e art. 2º, inciso I.

1.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.

1.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal

Amparo Legal:

Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997;
Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e
Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

1.2.1.9.10.1.5. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Multas

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

1.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

1.2.1.9.99.1.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA	
PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV	
Amparo Legal: Legislação específica. 1.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Principal	- Lei nº 7.787, de 1989, art. 3º, § 1º; - Lei nº 8.213, de 1991, art. 138; - Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e - Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º
Amparo Legal: Legislação específica. 1.2.2.1.02.0.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	1.2.2.1.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 9º e 22º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 204, de 22 de agosto de 1996; Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008; e Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.	Amparo Legal: Legislação específica.
1.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	1.2.3.1.00.0.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 9º e 22º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 204, de 22 de agosto de 1996; Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008; e Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.	Amparo Legal: Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992; Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998; Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001; Medida Provisória nº 2.168, de 24 de agosto de 2001; Decreto-Lei nº 1.861, de 1981; Decreto-Lei nº 2.318, de 1986; Decreto-Lei nº 4.048, de 1946; Decreto-Lei nº 8.621, de 1946; Decreto-Lei nº 9.403, de 1946; e Decreto-Lei nº 9.853, de 1946.
1.2.2.1.03.0.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	1.3.1.1.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal
Amparo Legal: Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988.	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.
1.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	1.3.1.1.01.2.1. - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal
Amparo Legal: MP nº 2.228-1, de 06 de setembro 2001, arts. 32, 33, 35, 36, 38, 47 e 48; e Arts. 2º a 4º, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	Amparo Legal: Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, art. 92; Decreto-Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015); Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.
1.2.2.1.05.0.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1.3.1.1.01.3.1. - Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – FRGPS - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º; Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º, e art. 17, § 1º; Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; e Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.	Amparo Legal: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 68, § 1º, inciso I.
1.2.2.1.06.0.1. - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissonárias de Energia Elétrica - Principal	1.3.1.1.01.4.1. - Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – SPU - Principal
Amparo Legal: Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, art. 4º, caput, incisos I e III; Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001, art. 1º.	Amparo Legal: Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, arts. 64, 86, 87 e 96. Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 18-A.
1.2.2.1.07.0.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.3.1.1.01.5.1. - Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – Malha Ferroviária/Fundo Contingente – Extinta RFFSA - Principal
Amparo Legal: Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, arts. 2º e 4º; e Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002.	Amparo Legal: Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, art. 31-C.
1.2.2.1.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal	1.3.1.1.02.1.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral - Principal
Amparo Legal: Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional); Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição); Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.	Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, art. 1.370. Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, art. 7º. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 23, § 2º, inciso III. Decreto nº 7.154, de 9 de abril de 2010, art. 12, § 2º.
1.2.2.1.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal	1.3.1.1.02.2.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – SPU - Principal
Amparo Legal: Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional); Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição); Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.	Amparo Legal: Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, art. 18, § 5º. Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 18-A.
1.2.2.1.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	1.3.1.1.02.3.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Setor Elétrico - Principal
Amparo Legal: Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, Art. 6º, inciso IV; e Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022.	Amparo Legal: Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, art. 4º, § 10, e art. 13. Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 13, § 1º, inciso II. Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, art. 2º, inciso I.
1.2.2.1.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	1.3.1.1.02.4.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – RFB/FUNDAF - Principal
Amparo Legal: Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; art. 4º, inciso III; e Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.	Amparo Legal: Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, art. 1º, inciso VI. Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, art. 12.
1.2.2.1.10.0.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	1.3.1.1.99.0.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal
Amparo Legal: Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, art. 32, §§ 7º, 8º e 10.	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.
1.2.2.1.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	1.3.2.1.01.1.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal
Amparo Legal: Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º §§ 3º e 4º, inciso II; e Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.	Amparo Legal: Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º.
1.2.2.1.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	1.3.2.1.01.2.1. - Remuneração de Depósitos Bancários – Salário-Educação - Principal
Amparo Legal: Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11, § 1º, e Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.	Amparo Legal: Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, art. 6º.
1.2.2.1.12.1.1. - Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal	1.3.2.1.02.0.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal
Amparo Legal: - Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, e art. 2º; - Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º; - Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º, c.c. Lei nº 14.600, de 2023, arts. 25, 70 e 71; e - Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.	Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, art. 9º, caput e §6º;
1.2.2.1.12.2.1. - Contribuição Relativa às Atividades Rurais em Imóveis Sujeitos ao ITR – CIDE Atividade Rural - Principal	
Amparo Legal: - Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, art. 2º e art. 5º; - Lei nº 2.613, de 1955, arts. 6º e 7º; - Decreto-Lei nº 1.989, de 1982, art. 1º; - Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e - Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.	
1.2.2.1.13.0.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal	
Amparo Legal: - Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 2, e art. 3º; - Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º, § 4º; - Lei Complementar nº 11, de 1971, art. 15, inciso II;	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

1.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal

Amparo Legal:

Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012).

1.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

1.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

1.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

1.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação dada pela Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

1.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

1.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47 e 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

1.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47 e 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

1.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012).

1.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso III, e 3º.

1.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso III, e 3º.

1.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I, e §3º.

1.3.4.1.05.0.1. - Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º; e

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º.

1.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º;

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

1.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º;

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, com redação dada pela Lei nº

12.734/2012; e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso I, e § 3º.

1.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º;

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, com redação dada pela Lei nº

12.734/2012; e

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso I, e § 3º.

1.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46;

Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XII, 10, inciso III, alínea "T", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2º, e 49, inciso I.

1.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;

Alínea "T" do inciso III do art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 7, I da Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010.

1.3.4.3.01.4.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010;

Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e

Projeto de Lei nº 5478, de 2019.

1.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e

Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

1.3.4.4.01.0.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 176.

Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, art. 2º.

Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19.

1.3.4.4.02.0.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017).

1.3.4.5.01.0.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000, art. 4º, inciso IX e § 6º, e art. 20, inciso II;

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arts. 12, 20 e 22.

1.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;

Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;

Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

1.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;

Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;

Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22; e

Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

1.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;

Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

1.3.4.5.03.4.1. - Utilização de Recursos Hídricos – Terras Indígenas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 – art. 17, § 1º, inc. I.

ADI 7490, parágrafos 95 e 107.

1.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.

1.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II.

1.3.4.6.03.0.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

1.3.4.9.01.0.1. - Compensações Ambientais - Principal

Amparo Legal:

- Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

- Art. 14-A da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

1.3.5.1.01.0.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, art. 6º; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

1.3.5.1.02.0.1. - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 - art. 29;
Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022;
Resolução Normativa IBRAM nº 15, de 14 de março de 2022;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

1.3.5.1.04.0.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º; e
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

1.3.6.1.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Legislativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.3.6.1.01.2.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.6.1.01.3.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Direta - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988 – art. 37, inc. XXI; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

1.3.6.1.01.4.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988 – art. 37, inc. XXI; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

1.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, CC art. 21, §§ 1º e 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 18, CC art. 21, §§ 1º e 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 16, CC art. 21, §§ 1º e 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.5.1. - Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – art. 28; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 20, incs. II a IV.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, CC art. 21, §§ 1º e 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.7.1. - Participação da União em Receita de Loteria de AQF - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35, com alterações promovidas pela Lei nº 14.790/2023, art. 51.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

1.3.9.1.01.8.1. - Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex - Temas Complementares - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – art. 28; Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016 – art. 2º; e Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 20, incs. II a V.

1.3.9.99.0.1. - Outras Receitas Patrimoniais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.4.1.1.01.0.1. - Receita Agropecuária - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.5.1.1.01.0.1. - Receita Industrial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.5.1.1.02.1.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.
Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".
Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46.
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

1.5.1.1.02.1.5. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Multas

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.

Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".

Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46.

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

1.5.1.1.02.2.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.

Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".

Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36.

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.

1.5.1.1.02.2.5. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Multas

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.

Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".

Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36.

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.

1.6.1.1.01.0.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.1.02.0.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.

1.6.1.1.03.0.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

1.6.1.1.04.0.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.1.05.0.1. - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Alínea "j" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.6.1.1.06.0.1. - Serviços de Operação, Manutenção e Fornecimento de Água - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e alterações posteriores, art. 4º, inciso XIX; e
Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art. 20.

1.6.2.1.01.1.1. - Serviços de Navegação Aérea - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, arts. 8º e 11.

1.6.2.1.01.2.1. - Serviços de Navegação Naval - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969, arts. 1º e 2º;
Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972, arts. 1º e 2º.

1.6.2.1.02.0.1. - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.2.1.03.0.1. - Serviços Portuários - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

1.6.2.1.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.

1.6.2.1.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;
Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

1.6.3.1.01.0.1. - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

1.6.3.2.01.0.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cívis - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230;
Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004;
Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.

1.6.4.1.01.0.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e
Legislação correlata.

1.6.4.1.02.0.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966;
Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979;
Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992;
Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e
Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

1.6.4.1.03.0.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, inciso III.

1.6.9.9.99.0.1. - Outros Serviços - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.7.1.7.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.2.4.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

1.7.2.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.2.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

1.7.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

1.7.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

1.7.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.5.9.99.0.1. - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo.

1.9.1.1.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.9.1.1.02.2.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

1.9.1.1.03.0.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

1.9.1.1.04.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

1.9.1.1.05.0.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Art. 13, § 1º, inciso II)
Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017 (Art. 2º, inciso II); e
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 (Art. 17, inciso II e Art. 24, inciso VII).

1.9.1.1.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 14, I, art. 17-C, §2º, art. 17-I;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

1.9.1.1.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; e
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

1.9.1.1.07.0.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

1.9.1.1.08.0.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal

Amparo Legal:

Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Penal (Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941);
Qualquer outra legislação, desde que tenha sido utilizada como base normativa para a aplicação de multa no âmbito de sentença judicial.

1.9.1.1.09.0.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.9.1.1.10.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV; Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

1.9.1.1.11.0.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil;
Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e
Art. 283 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.1.1.12.0.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

1.9.1.1.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.

1.9.1.1.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 12.846, de 2013, art. 16, §2º.

1.9.1.1.14.0.1. - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

1.9.1.1.15.0.1. - Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

1.9.1.1.15.0.5. - Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas

Amparo Legal:
Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

1.9.2.1.01.0.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.2.1.02.0.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilicita de Bens Públicos - Principal

Amparo Legal:
Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

1.9.2.1.03.0.1. - Indenização por Sinistro - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Arts. 757 a 802).

1.9.2.1.04.0.1. - Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, art. 3º-B, inciso III; e
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 28, inciso III.

1.9.2.1.05.0.1. - Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal

Amparo Legal:
Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023 – art. 3º, § 2º, inciso III.

1.9.2.1.06.0.1. - Indenizações auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

1.9.2.1.06.0.5. - Indenizações auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas

Amparo Legal:
Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

1.9.2.1.99.0.1. - Outras Indenizações - Principal

Amparo Legal:
Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.02.0.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal

Amparo Legal:
Parágrafo único do art.15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990;
Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.03.0.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal

Amparo Legal:
Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.2.2.04.0.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal

Amparo Legal:
Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e
Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.

1.9.2.2.05.0.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal

1.9.2.2.06.3.1. - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.

1.9.2.2.06.4.1. - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.

1.9.2.2.07.0.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal

Amparo Legal:
Art. 7º, da Constituição Federal. Artigos 3º, 7º e 8º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Código Processo Civil.

1.9.2.2.08.0.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal

Amparo Legal:
Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

1.9.2.2.09.0.1. - Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal

Amparo Legal:
Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;
Art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;
Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008;
Demais dispositivos legais que tratam da restituição de recursos de fomento.

1.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;
Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4º e 5º, inciso VI;
Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e
Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006.

1.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;
Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002;
Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5º;
Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e
Decreto nº 6.304, de 12 de dezembro de 2007.

1.9.2.2.11.0.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 9.096/1995, art. 30 e seguintes;
Lei nº 9.504/1997, art. 30, 30-A e 105;
Resolução TSE nº 23.406, de 27.2.2014, art. 57, parágrafo único.

1.9.2.2.12.0.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, art. 2º; e
Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, art. 39, §3º.

1.9.2.2.13.0.1. - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal

Amparo Legal:
Art. 25 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012; e
Lei nº 12.697, de 30 de julho de 2012.

1.9.2.2.99.0.1. - Outras Restituições - Principal

Amparo Legal:
Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e
Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.
Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.

1.9.2.3.01.0.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998; Medida Provisória nº 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; e Resolução - RDC nº 18, de 30 de março de 2000.

1.9.2.3.02.0.1. - Ressarcimento de Custos - Principal

Amparo Legal:
Leis que determinem o ressarcimento de custos.

1.9.2.3.03.0.1. - Reversão de Garantias - Principal

Amparo Legal:
Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.

1.9.2.3.04.0.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.

1.9.2.3.05.0.1. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Principal

1.9.2.3.05.0.5. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Multas

1.9.2.3.99.0.1. - Outros Ressarcimentos - Principal

Amparo Legal:
Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

1.9.3.1.01.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal

Amparo Legal:

Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;
Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;
Demais dispositivos da legislação especial.

1.9.3.1.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal

Amparo Legal:

- Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 – arts. 28 e 29, § 5º
- Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - art. 27, inc. VII

1.9.3.1.02.2.1. - Valores em Moeda Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal

Amparo Legal:

Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e alterações – arts. 27-E e 27-F, e Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021 – art. 14, § 3º.

1.9.3.1.03.0.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954;
Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956; e
Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, arts. 39 e 42.

1.9.3.1.04.0.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal

Amparo Legal:

LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, art. 14, § 2º

1.9.3.1.05.0.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal

Amparo Legal:

A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.

1.9.3.1.06.0.1. - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, art. 28-A, inciso II; e
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

1.9.3.1.07.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor da União em Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.
Decreto nº 11.008, de 25 de março de 2022.

1.9.3.1.08.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal

Amparo Legal:

- Constituição Federal – Art. 243, parágrafo único
- Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 – art. 2º, inc. VI
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – art. 63-E
- Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - art. 27, inc. VI

1.9.3.1.09.0.1. - Recursos dos patrimônios acumulados do PIS/PASEP não reclamados por prazo superior a 20 anos. - Principal

Amparo Legal:

Art. 121 ADCT-CF/88 (inserido pela EC 126/2022); art. 107, § 6º-B ADCT-CF/88; art. 239, § 2º, CF/88

1.9.3.1.10.0.1. - Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 32, § 1º.

1.9.3.1.10.0.5. - Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 32, § 1º.

1.9.3.1.99.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial - Principal

Amparo Legal:

- Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – art. 25, § 5º, e art. 79
- Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 – art. 138, parágrafo único
- Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – art. 63, inc. V, § 1º
- Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018 – art. 52, inc. V
- Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017 – art. 19, inc. VIII
- Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990 – art. 13, inc. V, e parágrafo único
- Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 3º, inc. II, alínea “c”, e inc. VI.
- Demais dispositivos da legislação especial.

1.9.9.9.01.0.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal

Amparo Legal:

Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

1.9.9.9.03.0.1. - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal

Amparo Legal:

Art. 40 e § 9º do art. 201 da Constituição Federal; Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

1.9.9.9.04.0.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946;
Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956;
Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964;
Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964;
Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e
Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.

1.9.9.9.05.0.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações;
Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001;

Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e
Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II), com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.

1.9.9.9.06.0.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009;
Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011;
Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou
Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.

1.9.9.9.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal

Amparo Legal:

Resolução CNSP nº 332, de 2015; e
Resolução CNSP nº 371, de 2018.

1.9.9.9.08.2.1. - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT - Principal

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019.

1.9.9.9.09.0.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Art. 16-C, § 11, e art. 24, § 4º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; e
Art. 39 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

1.9.9.9.10.0.1. - Reserva Global de Reversão - Principal

Amparo Legal:

Art. 4º, § 6º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971;
Art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e
Decreto nº 774, de 18 de março de 1993.

1.9.9.9.11.0.1. - Variação Cambial - Principal

Amparo Legal:

;

1.9.9.9.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, art. 1º;
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, parágrafo único.

1.9.9.9.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal

Amparo Legal:

Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.9.9.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II;
Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e
Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.

1.9.9.9.15.0.1. - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

1.9.9.9.16.1.1. - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (art. 6º, §5º);
Lei nº 9.469/1997 (art. 1º c/c art. 4º-A)
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (art. 211);
Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995;

1.9.9.9.17.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

1.9.9.9.18.0.1. - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, art. 30.

1.9.9.9.19.0.1. - Receitas de Subvenções - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

1.9.9.9.20.0.1. - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

1.9.9.9.21.0.1. - Resultado Positivo nas Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE - principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 – art. 4º, § 13; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – art. 4º; Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004; e Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018 – ANEEL – art. 7º.

1.9.9.9.22.0.1. - Valores não tributários auferidos pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

1.9.9.9.22.0.5. - Valores não tributários auferidos pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 12.473, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

1.9.9.9.23.1.1. - Receitas Oriundas de Acordos ou Decisões, Judiciais ou Extrajudiciais - Trabalhistas - Principal

Amparo Legal:

Segue a legislação mencionada nas homologações de acordos ou nas decisões judiciais.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

1.9.9.9.23.9.1. - Receitas Oriundas de Acordos ou Decisões, Judiciais ou Extrajudiciais - Demais - Principal

Amparo Legal:

Segue a legislação mencionada nas homologações de acordos ou nas decisões judiciais.

1.9.9.9.99.1.1. - Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica de cada receita.

1.9.9.9.99.2.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.9.9.9.99.3.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

2.1.1.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.1.1.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF);Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

2.1.1.1.03.0.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 184; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; e Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.

2.1.1.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.1.1.3.01.0.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

2.1.1.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

2.1.2.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.2.1.1.01.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 32, § 2º. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

2.2.1.1.02.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Permanentes - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 32, § 2º. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

2.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

2.2.1.2.02.0.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

2.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

2.2.1.2.04.0.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal

Amparo Legal:

Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.

2.2.1.3.01.0.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal

Amparo Legal:

Art. 17, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; e
Art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.2.2.1.01.0.1. - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44;
Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º;
Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12; e
Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.

2.2.2.1.02.0.1. - Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.

2.2.3.1.01.0.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

2.2.3.1.02.1.1. - Alienação do Direito à Apropriação do Excedente em Óleo da União nos Contratos de Partilha de Produção - CPP - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.351/2010, arts. 45 e 46-D.

2.2.3.1.02.2.1. - Alienação de Direitos e Obrigações decorrentes da Celebração de Acordos de Individualização da Produção - AIP - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.351/2010, arts. 36, 45 e 46-A.

2.3.1.1.01.0.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 20, de 1991, e Portarias MF nºs 211, de 1995 e 167, de 1997 - BEA; Resolução do Senado Federal nº 96, de 1993, e Portarias MF nºs 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

2.3.1.1.02.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar nº 101, de 5 maio de 2000; e Contratos específicos.

2.3.1.1.03.0.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.1.1.04.0.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nºs 90 e 132, ambas de 1993.

2.3.1.1.05.0.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

2.3.1.1.06.0.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.1.1.07.1.1. - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.1.1.07.2.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001.

2.3.1.1.07.3.1. - Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001;
Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009;
Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011;
Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012;
Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;
Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017;
Estatuto do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC; e
Estatuto 1-2018 - Estatuto do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES.

2.4.1.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.2.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

2.4.2.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV,

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

alínea "c".

2.4.2.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 116;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º.

2.4.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.4.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.4.1.99.0.1. - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.5.1.01.0.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.6.1.99.0.1. - Outras Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.9.1.99.0.1. - Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

2.4.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.9.9.99.0.1. - Outras Transferências de Capital - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica

2.9.1.1.01.0.1. - Integralização de Capital Social - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

2.9.2.1.01.0.1. - Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

2.9.2.1.02.0.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

2.9.3.1.01.0.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 164, § 3º; Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, art. 1º; Medida Provisória nº 2.179, de 24 de agosto de 2001; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Lei nº 9.027, de 12 de abril de 1995; Lei nº 7.862, de 30 de outubro de

1989, arts. 5º e 7º.

2.9.4.1.01.0.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997;
Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;
Decreto nº 1.019, de 23 de dezembro de 1993;
Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994; e
Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.9.9.9.99.0.1. - Outras Receitas de Capital - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

7.1.1.1.01.0.1. - Imposto sobre a Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

7.1.1.1.02.0.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.01.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.02.0.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.3.03.3.1. - IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Decreto no 5.533, 06 de setembro de 2005.

7.1.1.3.03.4.1. - IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.5.01.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras incidente sobre o Ouro – IOF-Ouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.5.02.0.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.1.9.99.0.1. - Outros Impostos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.2.1.01.0.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei especifica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 9.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.765, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

7.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alinea "F" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alinea "F" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.3.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.02.4.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

7.1.2.1.03.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

7.1.2.1.04.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, arts. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

7.1.2.1.05.0.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º; e
MPV nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023 - art. 39.

7.1.2.1.06.0.1. - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.2.1.07.0.1. - Taxa de Utilização do Mercante - TUM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 37.

7.1.2.1.08.0.1. - Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 32, caput e § 5º.

7.1.2.1.08.0.5. - Taxa de Fiscalização Devida pela Exploração Comercial de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 32, caput e § 5º.

7.1.2.1.09.0.1. - Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50.

7.1.2.1.09.0.5. - Taxa de Autorização para a Distribuição Gratuita de Prêmios - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 50.

7.1.2.2.01.0.1. - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.1.2.2.02.0.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 98, § 2º; e
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

7.1.3.1.99.0.1. - Outras Contribuições de Melhoria - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.01.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.01.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.02.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.02.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.49.0.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.1.49.0.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.01.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

7.2.1.2.01.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.02.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.02.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.49.0.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.2.49.0.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.01.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alinea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

7.2.1.3.01.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

7.2.1.3.02.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alinea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; inciso III, do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.2.1.3.02.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.3.49.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

7.2.1.3.49.0.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.01.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo SIMPLES NACIONAL - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.02.0.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.4.49.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.5.01.1.1. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

7.2.1.5.01.1.5. - Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

7.2.1.5.01.2.1. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º. 7.2.1.5.01.2.5. - Contribuição do Servidor Civil Inativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Vide código de receita principal.	7.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.2.1.5.01.3.1. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: CF/88, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A. 7.2.1.5.01.3.5. - Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Vide código de receita principal. 7.2.1.5.01.4.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A. 7.2.1.5.01.4.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Vide código de receita principal. 7.2.1.5.01.5.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A. 7.2.1.5.01.5.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Vide código de receita principal. 7.2.1.5.01.6.1. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A. 7.2.1.5.01.6.5. - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Vide código de receita principal.	7.2.1.6.05.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Principal - Operações Intraorçamentárias 7.2.1.6.05.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.2.1.5.02.1.1. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º; e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º. 7.2.1.5.02.1.5. - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Vide código de receita principal. 7.2.1.5.02.2.1. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A. 7.2.1.5.02.2.5. - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Patronal - Servidor Civil Ativo - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Vide código de receita principal.	7.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26. 7.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 18, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26; e Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969. 7.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 16, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26. 7.2.1.7.05.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 20, inc I; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26. 7.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º; Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26. 7.2.1.7.07.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35. 7.2.1.7.07.2.1. - Contribuição sobre Loteria de AQF - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35. 7.2.1.7.08.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Temas Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016 – art. 2º; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 20, inc. I; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26. 7.2.1.8.01.0.1. - Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: CF/88, arts. 195, inciso V, e 239, caput, e § 1º; LC nº 214/2025, art. 1º, inciso II; Lei nº 7.998/1990, art. 11; Lei nº 8.019/1990, arts. 1º e 2º. 7.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; e Portaria nº 20.749, de 17 de setembro de 2020. 7.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.
7.2.1.5.03.0.1. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias 7.2.1.5.03.0.5. - Contribuição do Servidor - Parcelamentos - Multas do Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Vide código de receita principal. 7.2.1.5.04.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002. 7.2.1.5.04.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias 7.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, art. 1º (Criação da Contribuição); Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço); Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, art. 12 (Extinção da Contribuição); Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única). 7.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal - Operações Intraorçamentárias Amparo Legal: Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º (Criação da Contribuição); Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001, art. 2º, § 2º (Estabelece a vigência da contribuição);

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.
Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001, art. 7º, § 2º (Recolhimento à Conta Única); e
Portaria STN nº 278 de 19 de abril de 2012, art. 2º (Recolhimento à Conta Única).

7.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º;
Lei nº 11.182 de 27 de setembro de 2005, Art. 31, III; e
Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.

7.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º; e
Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º, e art. 2º, inciso I.

7.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.

7.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.10.1.5. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

7.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.99.1.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Legislação específica.

7.2.2.1.02.0.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.03.0.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e
Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988.

7.2.2.1.04.0.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

MP nº 2.228-1, de 06 de setembro 2001, arts. 32, 33, 35, 36, 38, 47 e 48; e
Arts. 2º a 4º, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.2.2.1.05.0.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º;
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º, e art. 17, § 1º;
Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; e
Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.

7.2.2.1.06.0.1. - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001;
Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004;
Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e
Decreto nº 7.204, de 8 de junho de 2010.

7.2.2.1.07.0.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis - Comercialização - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.2.1.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, Art. 6º, inciso IV; e
Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022.

7.2.2.1.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; art. 4º, inciso III; e
Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

7.2.2.1.10.0.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, art. 32, §§ 7º, 8º e 10.

7.2.2.1.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º §§ 3º e 4º, inciso II; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

7.2.2.1.12.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11, § 1º; e
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 - art. 5º.

7.2.2.1.12.1.1. - Contribuição Relativa às Atividades Industriais Rurais – CIDE Industrial Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, e art. 2º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º, c.c. Lei nº 14.600, de 2023, arts. 25, 70 e 71; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

7.2.2.1.12.2.1. - Contribuição Relativa às Atividades Rurais em Imóveis Sujeitos ao ITR – CIDE Atividade Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 1, art. 2º e art. 5º;
- Lei nº 2.613, de 1955, arts. 6º e 7º;
- Decreto-Lei nº 1.989, de 1982, art. 1º;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

7.2.2.1.13.0.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha – CIDE Reforma Agrária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Decreto-Lei nº 1.146, de 1970, art. 1º, inciso I, item 2, e art. 3º;
- Lei nº 2.613, de 1955, art. 6º, § 4º;
- Lei Complementar nº 11, de 1971, art. 15, inciso II;
- Lei nº 7.787, de 1989, art. 3º, § 1º;
- Lei nº 8.213, de 1991, art. 138;
- Lei nº 7.231, de 1984, arts. 1º e 3º; e
- Decreto nº 10.371, de 2020, art. 1º.

7.2.2.1.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas – Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.2.3.1.00.0.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.1.1.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

7.3.1.1.01.2.1. - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, art. 92;
Decreto-Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015);
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.

7.3.1.1.01.3.1. - Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – FRGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 68, § 1º, inciso I.

7.3.1.1.01.4.1. - Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – SPU - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, arts. 64, 86, 87 e 96.
Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 18-A.

7.3.1.1.01.5.1. - Aluguéis e Arrendamentos de Imóveis – Malha Ferroviária/Fundo Contingente – Extinta RFFSA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, art. 31-C.

7.3.1.1.02.1.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, art. 1.370. Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, art. 7º. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 23, § 2º, inciso III.
Decreto nº 7.154, de 9 de abril de 2010, art. 12, § 2º.

7.3.1.1.02.2.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – SPU - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, art. 18, § 5º. Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 18-A.	
7.3.1.1.02.3.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – Setor Elétrico - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, art. 4º, § 10, e art. 13. Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 13, § 1º, inciso II. Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, art. 2º, inciso I.	
7.3.1.1.02.4.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos – RFB/FUNDAF - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, art. 1º, inciso VI. Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, art. 12.	
7.3.1.1.99.0.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	
7.3.2.1.01.0.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º. Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, III; e Legislação específica para cada caso.	
7.3.2.1.01.1.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º.	
7.3.2.1.01.2.1. - Remuneração de Depósitos Bancários – Salário-Educação - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, art. 6º.	
7.3.2.1.02.0.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, art. 9º, caput e §6º; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º; e Legislação específica para demais casos que venham a surgir.	
7.3.2.1.03.0.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.	
7.3.2.1.05.0.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.	
7.3.2.1.06.0.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.	
7.3.2.2.01.1.1. - Dividendos - União - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	
7.3.2.2.01.2.1. - Dividendos - FRGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal:	
Constituição Federal – art. 250. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 68, §§ 1º e 2º.	
7.3.2.2.01.9.1. - Dividendos - Demais - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Legislação específica.	
7.3.2.3.01.0.1. - Participações - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	
7.3.2.9.99.0.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias	
7.3.3.1.01.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "e"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.	
7.3.3.1.02.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "d"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; art. 22; art. 25; e art. 77, II; Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001. Destinação:	

Lei nº 10.233, de 2001, art. 77, II; e Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.
7.3.3.1.03.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.3.3.1.04.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.3.3.1.05.0.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.3.3.2.02.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal. Lei No 10.233/2001, art. 22, II, art. 25 e art. 77, II
Destinação: Lei No 10.233/2001, art. 77, II; e Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.
7.3.3.2.03.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.3.3.2.04.0.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.
7.3.3.3.01.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
7.3.3.3.01.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.
7.3.3.3.02.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias
7.3.3.3.03.1.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
7.3.3.3.04.1.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Alínea "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
7.3.3.3.05.0.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: FISTEL: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; CT-Espacial: Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007; CT-Infra: Art. 30-A do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969; FUST: Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; FNC - FSA: Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Anatel: art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
7.3.3.3.06.1.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Inciso III do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; combinado com alínea "I" do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.
7.3.3.3.99.1.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
7.3.3.3.99.2.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: FISTEL: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; CT-Espacial: Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007; CT-Infra: Art. 30-A do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969; FUST: Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; FNC - FSA: Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Anatel: art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
7.3.3.4.01.0.1. - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

7.3.3.9.01.0.1. - Outorga de Loteria de Aposta de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 12.

7.3.3.9.01.0.5. - Outorga de Loteria de Aposta de Quota Fixa - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 12.

7.3.3.9.02.0.1. - Outorga de Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, art. 28, § 1º.

7.3.3.9.02.0.5. - Outorga de Loteria Instantânea Exclusiva – LOTEX - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, art. 28, § 1º.

7.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012).

7.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3º e art. 2º, III.

7.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

7.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47, caput e §1º, e 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

7.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação dada pela Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

7.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012);
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

7.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47 e 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III, e art. 3º.

7.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso II, 47 e 49, inciso II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

7.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012).

7.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso III, e 3º.

7.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso III, e 3º.

7.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações

Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, arts. 45, inciso III, e 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I, e §3º.

7.3.4.1.05.0.1. - Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º; e
Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º.

7.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º;
Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso I e §3º.

7.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, com redação dada pela Lei nº 12.734/2012; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso I, e § 3º.

7.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, com redação dada pela Lei nº 12.734/2012; e
Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, arts. 2º, inciso I, e § 3º.

7.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Alínea "f" do inciso III do art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
Art. 7, I da Lei 12.304, de 2 de agosto de 2010.

7.3.4.3.01.4.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Projeto de Lei nº 5478, de 2019.

7.3.4.4.01.0.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 176.
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, art. 2º.
Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19.

7.3.4.4.02.0.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017).

7.3.4.5.01.0.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000, art. 4º, inciso IX e § 6º, e art. 20, inciso II;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arts. 12, 20 e 22.

7.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;
Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

7.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22; e
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

7.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

7.3.4.5.03.4.1. - Utilização de Recursos Hídricos – Terras Indígenas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 – art. 17, § 1º, inc. I.
ADI 7490, parágrafos 95 e 107.

7.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.

7.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II.

7.3.4.6.03.0.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

7.3.4.9.01.0.1. - Compensações Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
- Art. 14-A da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

7.3.5.1.01.0.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

7.3.5.1.02.0.1. - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 - art. 29;
Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022;
Resolução Normativa IBRAM nº 15, de 14 de março de 2022;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

7.3.6.1.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Legislativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.3.6.1.01.2.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

7.3.6.1.01.3.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Direta - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988 – art. 37, inc. XXI; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

7.3.6.1.01.4.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Poder Executivo – Administração Indireta - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988 – art. 37, inc. XXI; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

7.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, CC art. 21, §§ 1º e 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 18, CC art. 21, §§ 1º e 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, Art. 16, inciso I e art. 21, § 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.5.1. - Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex – Futebol - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – art. 28; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 20, incs. II a IV.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, CC art. 21, §§ 1º e 2º.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.7.1. - Participação da União em Receita de Loteria de AQP - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, arts. 29 a 35, com alterações promovidas pela Lei nº 14.790/2023, art. 51.

Recursos do FNSP: Art. 6º e inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756/2018.

7.3.9.1.01.8.1. - Participação da União em Receita de Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex - Temas Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 – art. 28; Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016 – art. 2º; e Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – art. 20, incs. II a V.

7.3.9.9.99.0.1. - Outras Receitas Patrimoniais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.4.1.1.01.0.1. - Receita Agropecuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.5.1.1.01.0.1. - Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.5.1.1.02.1.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.

Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".

Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46.

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

7.5.1.1.02.1.5. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Contratos de Partilha de Produção - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.

Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".

Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, arts. 45 e 46.

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso III.

7.5.1.1.02.2.1. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.

Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".

Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36.

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.

7.5.1.1.02.2.5. - Comercialização do Petróleo, do Gás Natural e de Outros Hidrocarbonetos Fluidos da União – Acordos de Individualização de Produção - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173.

Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, art. 4º, inciso II, alínea "a".

Lei nº 12.351, de 22 de setembro de 2010, art. 2º, inciso IX, e arts. 33 e 36.

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, inciso IV.

7.6.1.1.01.0.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.1.1.02.0.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.1.1.03.0.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;

Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;

Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;

Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;

Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;

Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;

Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;

Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;

Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;

Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;

Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;

Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;

Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;

Resolução CONTRAN Nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e

Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

7.6.1.1.04.0.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.1.1.05.0.1. - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alínea "j" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;

Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e

Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.6.1.1.06.0.1. - Serviços de Operação, Manutenção e Fornecimento de Água - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e alterações posteriores, art. 4º, inciso XIX; e

Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art. 20.

7.6.2.1.01.1.1. - Serviços de Navegação Aérea - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, arts. 8º e 11.

7.6.2.1.01.2.1. - Serviços de Navegação Naval - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.02.0.1. - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.03.0.1. - Serviços Portuários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.2.1.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.3.1.01.0.1. - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

7.6.3.2.01.0.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Cívis - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.4.1.01.0.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e
Legislação correlata.

7.6.4.1.02.0.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.4.1.03.0.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.6.9.99.0.1. - Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.7.1.7.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001, art. 2ºA, § 4º, inciso IV, alínea "c".

7.7.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Não se aplica

7.7.2.4.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.2.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.2.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Não se aplica

7.7.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.5.9.99.0.1. - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.7.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.1.1.01.0.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo.

7.9.1.1.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.9.1.1.02.2.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

7.9.1.1.03.0.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

7.9.1.1.04.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

7.9.1.1.05.0.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Art. 13, § 1º, inciso II)
Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017 (Art. 2º, inciso II); e
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 (Art. 17, inciso II e Art. 24, inciso VII).

7.9.1.1.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 14, I, art. 17-C, §2º, art. 17-I;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

7.9.1.1.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; e
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

7.9.1.1.07.0.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

7.9.1.1.08.0.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;
Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Penal (Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941);
Qualquer outra legislação, desde que tenha sido utilizada como base normativa para a aplicação de multa no âmbito de sentença judicial.

7.9.1.1.09.0.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.9.1.1.10.0.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV; Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

7.9.1.1.11.0.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.1.1.12.0.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

7.9.1.1.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.

7.9.1.1.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, art. 16, §2º.

7.9.1.1.14.0.1. - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

7.9.1.1.15.0.1. - Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

7.9.1.1.15.0.5. - Multas auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

7.9.2.1.01.0.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

7.9.2.1.02.0.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

7.9.2.1.03.0.1. - Indenização por Sinistro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Arts. 757 a 802).

7.9.2.1.04.0.1. - Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, art. 3º-B, inciso III; e
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 28, inciso III.

7.9.2.1.05.0.1. - Indenizações por desastre oriundas de acordos judiciais ou extrajudiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023 – art. 3º, § 2º, inciso III.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

7.9.2.1.06.0.1. - Indenizações auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

7.9.2.1.06.0.5. - Indenizações auferidas pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, art. 66, caput, e §1º.

7.9.2.1.99.0.1. - Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

7.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.02.0.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.03.0.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.04.0.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.05.0.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.9.2.2.06.3.1. - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.

7.9.2.2.06.4.1. - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, arts. 38 e 39.

7.9.2.2.07.0.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.08.0.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.09.0.1. - Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;
Art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;
Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008;
Demais dispositivos legais que tratam da restituição de recursos de fomento.

7.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.11.0.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.12.0.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.13.0.1. - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.2.99.0.1. - Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e
Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.
Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.

7.9.2.3.01.0.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.3.02.0.1. - Ressarcimento de Custos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho

de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 119, art. 41-B, A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ, Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004

7.9.2.3.03.0.1. - Reversão de Garantias - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.3.04.0.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.3.05.0.1. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.3.05.0.5. - Ressarcimento por danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal - Multas - Operações Intraorçamentárias

7.9.2.3.99.0.1. - Outros Ressarcimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.3.1.01.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;
Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;
Demais dispositivos da legislação especial.

7.9.3.1.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 – arts. 28 e 29, § 5º
- Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - art. 27, inc. VII

7.9.3.1.02.2.1. - Valores em Moeda Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e alterações – arts. 27-E e 27-F, e Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021 – art. 14, § 3º.

7.9.3.1.03.0.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954;
Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956; e
Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, arts. 39 e 42.

7.9.3.1.04.0.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, art. 14, § 2º

7.9.3.1.05.0.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.

7.9.3.1.06.0.1. - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, art. 28-A, inciso II; e
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

7.9.3.1.07.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor da União em Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.3.1.08.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.3.1.09.0.1. - Recursos dos patrimônios acumulados do PIS/PASEP não reclamados por prazo superior a 20 anos. - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 121 ADCT-CF/88 (inserido pela EC 126/2022); art. 107, § 6º-B ADCT-CF/88; art. 239, § 2º, CF/88

7.9.3.1.10.0.1. - Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 32, § 1º.

7.9.3.1.10.0.5. - Prêmios Prescritos de Loteria de Apostas de Quota Fixa - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, art. 32, § 1º.

7.9.3.1.99.0.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.01.0.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.02.0.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 7º a 9º da Lei no 12.546, de 2011.

7.9.9.9.03.0.1. - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 40 e § 9º do art. 201 da Constituição Federal; Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

7.9.9.9.04.0.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

7.9.9.9.05.0.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.06.0.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Resolução CNSP nº 332, de 2015; e
Resolução CNSP nº 371, de 2018.

7.9.9.9.08.2.1. - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.09.0.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.10.0.1. - Reserva Global de Reversão - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.11.0.1. - Variação Cambial - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

7.9.9.9.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

- Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II;
- Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e
- Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.

7.9.9.9.15.0.1. - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.16.1.1. - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (art. 6º, §5º);
Lei nº 9.469/1997 (art. 1º c/c art. 4º-A)
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995;

7.9.9.9.17.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.18.0.1. - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.19.0.1. - Receitas de Subvenções - Operações Intraorçamentárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

7.9.9.9.20.0.1. - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.21.0.1. - Resultado Positivo nas Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE - principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.22.0.1. - Valores não tributários auferidos pela União junto a operadoras ferroviárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.473, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

7.9.9.9.22.0.5. - Valores não tributários auferidos pela União junto a operadoras ferroviárias - Multas - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.473, de 23 de dezembro de 2021, art. 66.

7.9.9.9.23.1.1. - Receitas Oriundas de Acordos ou Decisões, Judiciais ou Extrajudiciais - Trabalhistas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Segue a legislação mencionada nas homologações de acordos ou nas decisões judiciais.

7.9.9.9.23.9.1. - Receitas Oriundas de Acordos ou Decisões, Judiciais ou Extrajudiciais - Demais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Segue a legislação mencionada nas homologações de acordos ou nas decisões judiciais.

7.9.9.9.99.1.1. - Outras Receitas Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Principal - Operações Intraorçamentárias

7.9.9.9.99.2.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

7.9.9.9.99.3.1. - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

8.1.1.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.1.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

8.1.1.1.03.0.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 184; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; e Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.

8.1.1.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

8.1.1.3.01.0.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.1.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.2.1.01.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo, exceto Refinanciamento da Dívida Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.2.1.02.0.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.2.01.0.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.1.2.9.99.0.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.1.01.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Temporários - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.1.02.0.1. - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres Permanentes - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.2.01.0.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.2.02.0.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.2.03.0.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.2.04.0.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.1.3.01.0.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.2.2.1.01.0.1. - Alienação de Bens Imóveis em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44;
Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º;
Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12; e
Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.

8.2.2.1.02.0.1. - Alienação de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.

8.2.3.1.01.0.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

8.2.3.1.02.1.1. - Alienação do Direito à Apropriação do Excedente em Óleo da União nos Contratos de Partilha de Produção - CPP - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.351/2010, arts. 45 e 46-D.

8.2.3.1.02.2.1. - Alienação de Direitos e Obrigações decorrentes da Celebração de Acordos de Individualização da Produção - AIP - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.351/2010, arts. 36, 45 e 46-A.

8.3.1.1.01.0.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.02.0.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

8.3.1.1.03.0.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.3.1.01.0.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.04.0.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.4.1.01.0.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.05.0.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.9.9.99.0.1. - Outras Receitas de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8.3.1.1.06.0.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.1.1.07.1.1. - Amortização de Financiamentos em Geral - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.07.2.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.3.1.1.07.3.1. - Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.1.4.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.1.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.2.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.2.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.2.9.99.0.1. - Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.3.2.01.0.1. - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.3.2.99.0.1. - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.3.9.99.0.1. - Outras Transferências dos Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.4.1.01.0.1. - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.4.1.99.0.1. - Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.5.1.01.0.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.6.1.01.0.1. - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.6.1.99.0.1. - Outras Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.9.1.01.0.1. - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.9.1.99.0.1. - Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.9.2.01.0.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.4.9.9.99.0.1. - Outras Transferências de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.1.1.01.0.1. - Integralização de Capital Social - Principal - Operações Intraorçamentárias

8.9.2.1.01.0.1. - Resultado do Banco Central – Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

8.9.2.1.02.0.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Ações Orçamentárias padronizadas da União

0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Constituição Federal, art. 100 e Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, arts. 513 a 527 - Execução de sentenças cíveis com obrigação de pagar; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, arts. 876 a 892 - Execução de sentenças trabalhistas; LRF - Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, art. 50, III - Estatais dependentes estão obrigadas a obedecer as normas de contabilidade pública.
0029 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989) Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0030 Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989) Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0031 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989) Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0044 Transferência ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159) Constituição Federal, art. 159, inciso I, alínea "a" (Da repartição das repartições tributárias) e Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989
0045 Transferência ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159) Constituição Federal, art. 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e"; Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989 e Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997 (Da repartição das repartições tributárias).
0046 Transferência da cota-parte dos Estados e DF exportadores na arrecadação do IPI (CF, Art. 159) Constituição Federal, art. 159, inciso II e §2º (Da repartição das repartições tributárias); Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989 (Participação dos estados e DF na arrecadação do IPI, relativamente às exportações).
006M Transferência do imposto territorial rural - ITR Constituição Federal, art.158, inciso II (Da repartição das repartições tributárias) e art. 153, § 4º, inciso III.
009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
009W Compensação Previdenciária Lei 9.796, de 05 de maio de 1999; Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei 10.666, de 08 de maio de 2003, art. 12.
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil, Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 32
00G5 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor Constituição Federal, art. 100. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
00H4 Seguro Desemprego Art. 7º, inciso II, da Constituição Federal; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001; Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002; e Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015.
00H6 Transferência do imposto sobre operações financeiras Incidentes sobre o ouro - IOF Ouro Constituição Federal, art.153, §5º (Prevê a repartição do IOF-Ouro); Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989 (Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e seu tratamento tributário).
00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400 Decisão Judicial no Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400.
00NR Manutenção das Polícias Civil, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020
00NT Outros Benefícios das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 2º e 32; Lei 8.069, de 13 de julho de 1190, art. 54, inciso IV; e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001, em vigor por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001
00OM Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) Lei nº 12.855, de 2/9/2013
00PX Transferência de Parcela dos Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, de Foro e de Laudêmio e da Receita Patrimonial Decorrente da Alienação de Imóveis Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988; Lei nº 13.240, de 30 dezembro de 2015; e Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.
00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais Lei nº 10.559, de 2002, art. 12, e parágrafo 4º; e Recurso Extraordinário - RE 553710/STF
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal

Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.

00QY Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 842. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.
00RS Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos do FCDF Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.
00S6 Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 Benefício Especial - Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, art. 3º, § 1º.
00SA Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte Lei nº 13.876, de 2019, e Lei nº 14.331, de 2022.
00SJ Benefícios Previdenciários CF/88, art. 201; Leis nº 8.212/91, nº 8.213/91 e nº 10.666/03; e Decreto nº 3.048/99.
00UX Demais Aposentadorias e Complementações Servidores inativos e pensionistas do MS - Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, art. 27; Extinta VIFER - Lei 3.887, de 8 de fevereiro de 1961; RFSA - Leis nº 8.186, de 21 de maio de 1991 e nº 10.478, de 28 de maio de 2002; Extinto IPC - Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997; Estatutários - Decretos-Lei nºs 3.768, de 28 de outubro de 1941, e 6.209, de 19 de janeiro de 1944, e Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950; e ECT - Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992.
00WU Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Excedentes ao sublimite Constituição Federal, art. 100, § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que instituiu o Novo Regime Fiscal Sustentável. Decisão do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIs nºs 7047 e 7064, ambas de 2023. Art. 32, II do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025 (PLN nº 3, de 2024).
00WW Pessoal Ativo dos Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
00WX Pessoal Ativo dos Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
00WY Pessoal Ativo das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
00X3 Compensação Financeira entre o RPPSU e os demais RPPS dos entes federados Constituição Federal de 1988, art. 201, parágrafo 9º; LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999; DECRETO Nº 10.188, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. Instrução Normativa SEDDG/ME Nº96, de 20 de outubro de 2021
00X4 Compensação Financeira entre o SPSMFA e os demais RPPS dos entes federados Constituição Federal de 1988, art. 201, parágrafo 9º-A.
0179 Pensões Militares da União Constituição Federal, art. 21, inciso XIV. Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 (extinto Território Federal de Rondônia). Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 (extinto Estado da Guanabara) (extinto Estado da Guanabara); artigo 14, do ADCT, (ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima). Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (extinto Território Federal do Acre). Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002. Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
0181 Aposentadorias e Pensões Cíveis da União Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
0223 Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º) Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º. Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º e Lei nº 9478, de 6 de agosto de 1997.
0312 Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. inciso XIV; e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
0369 Transferência das Quotas Estadual e Municipal do Salário-Educação Constituição Federal de 1988, art. 212, §§ 5º e 6º; Lei 9.766 de 18 de dezembro de 1998; Lei 11.457, de 16 de março de 2007, art. 3º, §6º; Decreto 6.003, de 28 de dezembro de 2006.
0531 Compensação Financeira entre PSSC e as Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal Lei 9.506/97 - art. 6º Constituição Federal de 1988, art. 201, parágrafo 9º; LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999; DECRETO Nº 10.188, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.
0534 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte - FNO (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989) Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.
0536 Benefícios de Legislação Especial Montepio Civil: Decreto nº 942 A, de 31 de outubro de 1890; Vítimas da Talidomida: Lei nº 7.070, de 1982 e Lei nº 8.686, de 1993; Hemodíalise de Caruaru: Lei nº 9.422, de 1996; Césio 137: Lei nº 9.425, de 1996; Acidente de Alcântara: Lei 10.821, de 2003; Hanseníase: Lei nº 11.520, de 2007; Jogadores das Seleções de Futebol de 1958, 1962 e 1970: Lei nº 12.663, de 2012;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Indenização a Viúvas: Lei nº 1.593, de 1952, Lei nº 3.130, de 1957, Lei nº 5.598, de 1970; Pensão a dependentes de vítimas de acidentes: Lei nº 6.467, de 1977; Lei nº 6.929, de 1981; Lei nº 9.599, de 1997; Veteranos da Revolução Acreana: Lei nº 3.951, de 1960; Indenização a dependentes de vítima em dependência da Polícia Federal: Lei nº 9.305, de 1996; Zika Vírus: Lei nº 13.985/2020; Lei 15.156/2025
Pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez: LEI Nº 14.765, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023
Pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio: LEI Nº 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023
entre outras.

0546 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º e Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17.

0547 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)
Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º e Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 2º.

0581 Abono Salarial
Art. 239, § 3º, da CF, combinado com o art. 9º da Lei n.º 7.998/90.

0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor
CF/88, art. 100, § 3º e Lei 10.259, de 2001, art. 17, § 1º, Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.

0643 Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)
Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

0734 Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos
Constituição Federal - art. 5º, § 2º; Decreto nº 678/92; Decreto nº 4.463/02; e Decreto nº 4.388/02.

0739 Indenização a Anistiados Políticos
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 8º; Lei nº 6.583, de 28 de agosto de 1979; Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002; e Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.

0999 Transferência de repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Combustíveis
Constituição Federal, art.159, inciso III (Da repartição das repartições tributárias); Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (Institui a CIDE-Combustíveis e dá outras providências).

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004

0A53 Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)
Constituição Federal de 1988, art. 20, §1º, Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997, arts. 48, 49 e 50, Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, e Decreto nº 2.705 de 3 de agosto de 1998, arts. 35 e 35-A.

0C03 Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, art. 39, inciso II, alíneas "a" e "b" e § 1º.

0C33 Transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
Constituição Federal de 1988, art.212-A (Prevê a existência do FUNDEB); Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Regulamenta a previsão constitucional do FUNDEB); Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021 (Regulamenta a Lei nº 14.113/2020).

0EC7 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios relativos à complementação da União ao Fundef)
Emenda Constitucional nº 114, de 2021, Art. 4º

0Z00 Reserva de Contingência - Financeira
Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III.

0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III, alínea "b"; e LDO de cada exercício.

0Z05 Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória, exceto destinadas a ações e serviços públicos de saúde
Constituição Federal, art. 166, §§ 9º e 12.

0Z08 Reservas Específicas para o atendimento de emendas de execução obrigatória destinadas a ações e serviços públicos de saúde
Lei nº 14436, de 9 de agosto de 2022

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
-Servidores civis e empregados públicos: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 206-A, 230 - geral; Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 - para exames periódicos; acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes; demais legislações específicas; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME Nº 97, de 26 de dezembro de 2022;

- Militares das Forças Armadas: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, Inciso IV, alínea e), e art. 50-A – para assistência médica aos militares; Lei nº 13.954, de 16 de novembro de 2019, Art. 13, Inciso II; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 25 – para contribuição própria dos militares; e Decreto nº 92.512, de 02 de abril 1986 – tanto para assistência médica quanto para respectivas contribuições dos militares; e

- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: Lei 10.486, de 04 de julho de 2002, arts. 32 e 65 e Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, arts. 99 e 100.

20TP Ativos Civis da União
Constituição Federal, art. 21, inciso XIV; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002;

Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.

212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
Para todos os benefícios obrigatórios:
Lei de Diretrizes Orçamentárias - Anexo que contempla as despesas que não estão sujeitas à limitação de empenho, conforme disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Auxílio-Alimentação:
- Servidores civis e empregados públicos:
Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, art. 22 - geral; e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados - para empresas estatais dependentes;
- Militares das Forças Armadas:
Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea g; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, alínea e, art. 3º, inciso XIII e Anexo IV, Tabela III; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, Seção V; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea e, art. 3º, Inciso XIII, art. 65, Anexo IV, Tabela III.

Auxílio-Transporte:
- Servidores civis e empregados públicos:
Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001 (geral);
- Militares das Forças Armadas:
Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019, art. 11; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alínea b, art. 3º, inciso X; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea b, art. 3º, X, e art. 65.

Assistência Pré-Escolar:
- Geral:
Constituição Federal de 1988 art. 7º, inciso XXV; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 54, inciso IV;
- Servidores civis:
Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993;
- Empregados públicos:
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), art. 389, §§ 1º e 2º, e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes;
- Militares das Forças Armadas:
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea b; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea a, art. 3º, X, e art. 65.

Auxílios funeral e natalidade:
- Servidores civis:
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 196 e 226;
- Empregados públicos: acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes;
- Militares das Forças Armadas:
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, Inciso IV, alínea f; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas f e h, art. 3º, Incisos XIV e XVI, e Anexo IV, Tabelas IV e V, e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alíneas g e i, art. 3º, Incisos XV e XVII, art. 65, e Anexo IV, Tabelas IV e VI.

Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa:
- Militares das Forças Armadas:
Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea h; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso I, alíneas d, art. 3º, Inciso XII, e Anexo IV, Tabelas II; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso I, alínea d, art. 3º, XII, art. 65, e Anexo IV, Tabela II.

Indenização de Representação no Exterior - IREx e Auxílio-Familiar no Exterior: Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art. 8º, inciso III, alíneas a e b.

Salário-Família:
- Geral:
CF art. 7º, inciso XII;
- Servidores Civis:
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso I, alínea c, e art. 197;
- Militares das Forças Armadas:
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º, Inciso II, alínea c; e
- Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios:
Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 2º, Inciso II, alínea c, art. 65.

Auxílio-reclusão: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 185, inciso II, alínea c, e art. 229.

214H Inativos Militares da União
Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIV;
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 14 - ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima; Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 - extinto Território Federal de Rondônia; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 - extinto Estado da Guanabara; Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019; Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020; Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 - extinto Território Federal do Acre; Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002; Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001; Portaria normativa nº 31/GM-MD, de 24 de maio de 2018; Portaria Normativa nº 37/GM-MD, de 14 de junho de 2018.

21BW Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União
Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.

21BX Bônus de Eficiência e Produtividade e Pagamento Extraordinário por processos ou serviços de servidores ativos da União
Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017

21EP Retribuição no Exterior
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

21EZ Auxílio-Moradia dos Militares dos ex-Territórios
Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 e Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2867 Ativos Militares da União
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 65.
Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.
Lei nº 14.059, de 22 de setembro de 2020.
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

Demais Ações Orçamentárias, por Unidade Orçamentária

01101 Câmara dos Deputados

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Resolução da Câmara dos Deputados nº 12, de 23 de junho de 2009.

00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica
Decreto Legislativo nº 6, de 21/3/1988 c/c Decreto nº 97.212, de 12/12/1988; Decreto Legislativo nº 90, de 1992; e Resoluções da Câmara dos Deputados nºs: 28 de 22/6/55; e 29 de 22/12/2004.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Ato da Mesa nº. 48 de 7/7/2009.

10S2 Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados
Constituição Federal, art. 51, inciso IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 15, inciso XVII.

12F2 Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais
Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 15, inciso XVII e 266, Parágrafo Único.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e Ato da Mesa nº 104, de 1988.

4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 265.

01901 Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
Constituição Federal, art. 51, IV; e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 265.

02101 Senado Federal

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL): Resolução nº 3/2011 União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS): Ato da Comissão Diretora nº 38/1997

00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica
União Interparlamentar: Resolução do Senado Federal nº 9/1955 Parlamento Latino Americano: Decreto Legislativo CN nº 90/1992 e Decreto nº 97.212/1988

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento (ASGP): Ato da Comissão Diretora nº 5/2003 Parlaméricas: Resolução nº 2/2007 - CN

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Ato do Terceiro-Secretário nº 01, de 2010, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nº 4584, de 16 de novembro de 2010. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010

4061 Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
Constituição Federal, arts. 52 e 59.

03101 Tribunal de Contas da União

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Arts. 70, 71, 72 e 73, Constituição Federal, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010; Art. 18 da Resolução-TCU n.º 284, de 30 de dezembro de 2016.

211K Exercício do Mandato do TCU no Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas (ONU) - UN Board of Auditors
- Lei nº 14.804, de 10 de janeiro de 2024 - dispõe sobre a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) como membro do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas (ONU); - Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020 – aprova a Estrutura Regimental do TCU, que prevê, no art. 4º, inciso I, a cooperação internacional com organismos multilaterais, inclusive no âmbito de auditorias; - RESOLUÇÃO-TCU Nº 368, DE 14 DE MARÇO DE 2024 - dispõe sobre as regras de atuação e o funcionamento da representação do TCU no Comitê de Operações de Auditoria do Conselho de Auditores das Nações Unidas; - Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/74/260 – trata da composição e funcionamento do UNBOA.

4018 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais
Arts. 70, 71, 72 e 73, Constituição Federal, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

10101 Supremo Tribunal Federal

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Compromisso internacional do qual o Brasil é parte integrante. - Comissão de Veneza: Ofício AIN n. 13 /2008/STF, de 3 de novembro de 2008 e Ofício S/N do MRE, de 28 de maio de 2009. - Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional (WCCJ): Correspondência JdemJU29 – CdB/mj e Carta do Presidente do STF, de 12 de fevereiro 2012. - Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP): Ata de reunião da IV Assembleia da CJCPLP, realizada no dia 8 de abril de 2016, no Supremo Tribunal Federal.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/79 - LOMAN. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/90. Art. 50, inciso II da Lei nº 8625/93 - LONIMP; Art. 227 da Lei Complementar nº 75/93.

6359 Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal
Constituição Federal de 1988, art. 102.

11101 Superior Tribunal de Justiça

14PU Construção do Bloco G da Sede do STJ
Artigos 99 e 105 da Constituição Federal

157T Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.

15SY Construção do Edifício-Sede do CEFOR
Constituição Federal, art. 39, § 2º

20G2 Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
Constituição Federal, art. 105, Parágrafo Único, inciso I.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Resolução CNJ n. 274, de 18 de dezembro de 2018; Resolução STJ/GP n. 6, de 21 de março de 2023, e Instrução Normativa STJ/GP n. 12, de 21 de março de 2023.

4236 Apreciação e Julgamento de Causas
Constituição Federal, arts. 104 e 105, art. 37, incisos de X a XV, art. 39 § 1º, Lei 10.474/02; Lei nº 10.461/02; Resolução CNJ nº 232; e Resolução CNJ nº 85.

12101 Justiça Federal de Primeiro Grau

102S Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte - CE
CF/88 - art. 99

103F Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Campo Grande - MS
CF/88, art. 99.

11JL Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR
CF/88, art. 99.

11KR Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC
CF/88, art. 99.

11KU Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Joinville - SC
CF/88, Art. 99.

12R9 Construção do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais)
CF/88, art. 99.

12RS Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT
Art. 99 da CF/1988.

12SO Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL
CF/88, art. 99.

13M3 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arcoverde - PE
Art. 99 da CF/1988.

14YJ Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Parnaíba - PI
Constituição Federal de 1988, art. 99.

15GG Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Patos - PB
Art. 99 Constituição Federal

15YW Construção de Galpão para Arquivo, Depósito e Almoxarifado da Seção Judiciária em Aracaju - SE
Art. 99 da CF/88.

166D Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Niterói - RJ
CF/88, art. 99

166G Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Anápolis - GO
CF/88, art. 99.

166J Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Viçosa - MG
CF/88, Art. 99

1A67 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Ji-paraná - RO
Art. 165, III da Constituição Federal de 1988.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

1J08 Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Naviraí - MS
CF/88, art. 99
1N39 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campo Mourão - PR
Constituição Federal/88 Art. 99
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002
219Z Conservação e Recuperação do Patrimônio da União
CF/88, Art. 99.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região
11RV Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF
CF/88, Art. 99.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002
219Z Conservação e Recuperação do Patrimônio da União
CF/88, Art. 99
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12103 Tribunal Regional Federal da 2a. Região
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219Z Conservação e Recuperação do Patrimônio da União
CF/88, Art. 99.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12104 Tribunal Regional Federal da 3a. Região
168Q Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF da 3ª Região em São Paulo - SP - Unidade "M"
CF/88, art. 99.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219Z Conservação e Recuperação do Patrimônio da União
CF/88, Art. 99.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12105 Tribunal Regional Federal da 4a. Região
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002
219Z Conservação e Recuperação do Patrimônio da União
CF/88, Art. 99.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal

CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

12106 Tribunal Regional Federal da 5a. Região

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002
219Z Conservação e Recuperação do Patrimônio da União
CF/88, Art. 99.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
12107 Tribunal Regional Federal da 6ª Região
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.

13101 Justiça Militar da União

169V Aquisição de Edifício-Sede das Auditorias da 11ª CJM
Constituição Federal 1988, art. 99
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, II da Lei Complementar nº 35/79. Art. 227, VIII, da Lei Complementar nº 75/93. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4225 Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União
Constituição Federal, arts. 122 a 124.
7808 Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar
CF/88 - art. 99.

14101 Tribunal Superior Eleitoral

00SP Contribuição Voluntária ao Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral – IDEIA
Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Decreto nº 8.715, de 19 de abril de 2016 (Promulga os Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEIA, com sede em Estocolmo, Suécia). Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).
00SR Contribuição Voluntária ao Instituto Interamericano de Direitos Humanos da UNIORE - IIDH
Artigos 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Ata Constitutiva da UNIORE, subscrita em 22 de outubro de 1991; Resolução TSE nº 23.483, de 28 de junho de 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral).
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral; Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022; Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Lei nº 12.232, de 29/04/2010 - Normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade.
21CN Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional
Lei nº 13.444, de 11/05/2017 - Identificação Civil Nacional (ICN).
21EE Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral
Resolução CNJ nº 396/2021 Resolução TSE nº 23.644/2021
4269 Pleitos Eleitorais
Lei nº 4.373/65 - Código Eleitoral; Lei nº 9.504, de 30/09/1997 - Estabelece normas para as eleições; Lei nº 9.096, de 19/09/1995 - Dispõe sobre partidos políticos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Lei nº 12.232, de 29/04/2010 - Normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade.
21CN Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional
Lei nº 13.444, de 11/05/2017 - Identificação Civil Nacional (ICN).
21EE Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética na Justiça Eleitoral
Resolução CNJ nº 396/2021 Resolução TSE nº 23.644/2021
4269 Pleitos Eleitorais
Lei nº 4.373/65 - Código Eleitoral; Lei nº 9.504, de 30/09/1997 - Estabelece normas para as eleições; Lei nº 9.096, de 19/09/1995 - Dispõe sobre partidos políticos.
14102 Tribunal Regional Eleitoral do Acre
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal; Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral; Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022; Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.
14103 Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14104 Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14105 Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

160Y Ampliação de Cartório Eleitoral em Barreiras - BA

Constituição Federal, arts. 92, 99 e 118. Lei nº 4.737/65 (cód. Eleitoral), art. 30.

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14106 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14107 Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

14108 Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14109 Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14110 Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14111 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14112 Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14113 Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14114 Tribunal Regional Eleitoral do Pará

169H Ampliação de Cartório Eleitoral em Castanhal - PA

Constituição federal, arts. 92, 99 e 118
Lei nº 4.737/65 (cód. eleitoral), art. 30

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14115 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14116 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14117 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14118 Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14119 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

14120 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

169I Ampliação do Depósito de Urnas do Cartório Eleitoral no Município de Mossoró-RN

constituição federal, arts. 92, 99 e 118Lei nº 4.737/65 (cód. eleitoral), art. 30

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14121 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14122 Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

159L Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - RO

Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14123 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14124 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14125 Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

169J Ampliação do Edifício-Sede do TRE-SE - Oficina e Sala dos Motoristas
Constituição federal, arts. 92, 99 e 118
Lei nº 4.737/65 (cód. eleitoral), art. 30

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14126 Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins

15WC Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei nº 4.737, de 15/07/65 - Código Eleitoral.

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14127 Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

14128 Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral
Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal;
Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral;
Resolução CNJ nº 443, de 17/01/2022;
Resolução TSE nº 23.422, de 06/05/2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, II da Lei Complementar nº 35, de 14/03/1979 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional;
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

14901 Fundo Partidário

0413 Manutenção e Operação dos Partidos Políticos
Art. 17 da CF/88
Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995
Resolução nº 23.604, de 17 de dezembro de 2019

15101 Tribunal Superior do Trabalho

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15102 Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

169K Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Campos dos Goytacazes - RJ
Art. 99 da Constituição Federal, Decreto-Lei 5.926 de 26/10/1943

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15103 Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15104 Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15105 Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

134A Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS
Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.

134B Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS
Constituição Federal, art.99; Lei nº 10.098/2000; Resoluções CSJT nºs. 70/2010 e 130/2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15106 Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15107 Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15108 Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15109 Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

169L Implantação de Subestação Elétrica no Edifício-Sede do TRT da 8ª Região - PA Art. 8º da Resolução CSJT nº 70/2010; Lei nº 14.133/2021. Acórdão - Processo CSJT-AvOb-1051-79.2024.5.90.0000
169M Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Marabá - PA Art. 18 da Resolução CSJT nº 70/2010; Lei nº 14.133/2021;
169N Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - PA Art. 18 da Resolução CSJT nº 70/2010; Lei nº 14.133/2021.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15110 Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15111 Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15112 Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
10WS Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM Art. 99, Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.770/2003; e Resolução CSJT n.º 70/2010.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990; e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15113 Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15114 Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15115 Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15116 Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15117 Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15118 Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
169O Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio Verde - GO Artigos 99 e 111 da Constituição Federal e Resolução Administrativa TRT18 n. 132/2024. Resolução CSJT nº 70/2010
169Q Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Jataí - GO Artigos 99 e 111 da Constituição Federal e Resolução Administrativa TRT18 n. 132/2024. Resolução nº 70/2010.
169R Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Luís de Montes Belos - GO Artigos 99 e 111 da Constituição Federal e Resolução Administrativa TRT18 n. 132/2024. Resolução nº 70/2010.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15120 Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15121 Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15122 Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15123 Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

15125 Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art. 65, inciso II da Lei Complementar nº 35/1979 - LOMAN; arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, arts. 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, artigos 111 a 116; Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT); e Lei nº 8.984/95.

16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal

168K Construção do Centro de Formação, Inovação e Observação, Tecnologia e Memória Institucional do TJDFT

Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008 - Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal

CF/88 - art. 99; Lei Nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006

17101 Conselho Nacional de Justiça

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Art 65, inciso II, da Lei Complementar nº 35, 14 de março de 1979; Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e Resolução-CNJ nº 274, de 18 de dezembro de 2018.

218H Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias

Constituição Federal/1988: Art. 103-B; e Artigo 39, Parágrafo 2º. Lei nº 11.364/2006. Lei nº 11.416/2006: Artigo 10. Lei nº 11.419/2006. Lei nº 13.709/2018. Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002. Resolução nº 76/2009-CNJ. Resolução nº 111/2010-CNJ. Resolução CNJ nº 185/2013. Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002. Regimento Interno do CNJ.

211Q Modernização do Poder Judiciário

Constituição Federal, art. 92, I-A c/c STF, ADC 12, de 20.08.2008

Constituição Federal, art. 167, IX e XIV

Código de Processo Civil, art. 97

Lei Complementar nº 200/2023 c/c STF ADI 7.641

Resolução CNJ nº 627/2025

20101 Presidência da República

00QF Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessões e Parcerias Público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas;

Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro 2017 - Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e autoriza a União a proceder à integralização de cotas em fundo administrado pela Caixa Econômica Federal.; e

Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

Decreto nº 11.329, de 1º janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República;

Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto-Lei 200, de 1967; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;; Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023;

00W7 Contribuição à Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) para Realização de Atividades de Promoção do Diálogo e da Participação Social

Artigo 12 da Lei 14.791, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024, inciso XVIII; Decreto nº 5.128, de 6 de julho de 2004, promulga o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002.;Decreto nº 7.503, de 24 de julho de 2011, promulga o Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-americana - OEI), assinado em 31 de outubro de 1957.;Decreto nº 8.289, de 25 de julho de 2014, promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, firmado em Brasília, em 21 de setembro de 2011.

00XD Contribuição Voluntária ao Fundo Global para a Integridade da Informação sobre Mudanças do Clima, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, inciso XIX do caput do art. 12; e Declaração Ministerial de Maceió do G20 sobre Inclusão Digital para Todos.

15R5 Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR)

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Art. 8º, § 1º; Decreto nº 11.676, de 30 de agosto de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações; e Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 (Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027).

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei 200, de 1967; Decreto nº 10.907, de 20 de dezembro de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

2017 Comunicação Institucional

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º; Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal; e Normativas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom:

1. Portaria MCOM nº 3.948, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal;

2. Instrução Normativa nº 1 - SECOMPR, de 19 de junho de 2023, que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM.

20D5 Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios. Decreto nº 11.364, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a estrutura regimental da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

216X Funcionamento dos Conselhos e Comissões da Presidência da República

Decreto s/nº, de 26 de maio de 1999, Decreto nº 6.029, de 01 de fevereiro de 2007; Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Decreto nº 11.470, de 05 de abril de 2023.

216Z Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos

Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República; Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;

217Y Gestão e Fomento de Políticas Públicas de Juventude

Lei 11.129, de 30 de junho de 2005; Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010; Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013; Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015; Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 11.535, de 19 de maio de 2023; Decreto nº 11.470, de 05 de abril de 2023; Decreto nº 11.572, de 20 de junho de 2023.

21AP Segurança da Informação e Cibersegurança

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Art. 8º, § 1º; e Decreto nº 11.676, de 30 de agosto de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação e Decreto nº 11.856, de 26 de dezembro de 2023 - Institui a Política Nacional de Cibersegurança.

21C5 Elaboração de Estudos e Avaliação de Projetos de Investimentos do Governo Federal

Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 - Programa Nacional de Desestatização; Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 - Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998 - Programa Nacional de Desestatização; Resoluções PRI/Conselho PPI - CPPi nº 14, de 23 de agosto de 2017 - Opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor de transportes no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, recomenda a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências; Resoluções PRI/Conselho PPI - CPPi nº 18, de 23 de agosto de 2017 - Opina pela qualificação de medidas de desestatização relacionadas às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. e à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e autoriza a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais; e Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.329, de 1º janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República; Decreto nº 11.412, de 10 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;

21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30

Decreto nº 11.546, de 5 de junho de 2023 e Decreto 12.420, de 25 de março de 2025.

21H6 Gestão de Assuntos Estratégicos

Competências estabelecidas na Lei nº 14.600/2003 (organização da APF) e Decreto 11.676/2023 (Estrutura regimental), além de: Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, art. 91; Lei nº 12.731/ 2012 (Sipron); Lei nº 14.802/2024 (PPA 2024-2027 - Programa 4102 - Segurança Institucional); Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991 (CDN); Lei nº 6.634/1979 (áreas indispensáveis à Segurança Nacional); Decreto nº 9.819/ 2019 (CREDEN); Decreto nº 9.828/2019 (CDPNB); Decreto nº 9.839/2019 (CDPEB); Decreto nº 8.903/2016 (PPIF); Decreto nº 9573/2018 (PNSIC); Decreto nº 12.038/2024 (PNFron); Decreto nº 85.064/1980 (Conselho de Defesa Nacional); Decreto nº 2.210/1997 (Sipron); e Decreto nº 9.865/2019 (Sipron).

2C11 Apoio Técnico e Administrativo à Equipe de Transição de Governo

Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002.

2C55 Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal

Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; Decreto de 26 de maio de 1999; Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007; e Código de Conduta da Alta Administração Federal.

2E24 Gestão e Fomento da Participação e do Diálogo Social

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º, Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal; e Normativos da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom:

1. Portaria MCOM nº 3.948, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal;
2. Instrução Normativa nº 1 - SECOM/PR, de 19 de junho de 2023, que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM.

4693 Segurança Presidencial

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Art. 8º, § 1º; e Decreto nº 11.676, de 30 de agosto de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

20118 Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21FY Modernização do Edifício Sede da ABIN

Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985: estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sisg) e dá outras providências; Portaria nº 2.296 do Ministério da Administração e Reforma do Estado, de 23 de julho de 1997: estabelece as práticas de projeto, construção e manutenção de edifícios públicos federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais (Sisg), com exigências mínimas de aceitabilidade; Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais (Manual de Obras Públicas-Edificações: Práticas da SEAP); Obras Públicas: recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas (TCU); Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e

serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;

2684 Ações de Inteligência

Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.331, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. Decreto 11.693, de 6 de setembro de 2023 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência.

20415 Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

20B5 Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; Lei 13.417, de 1º de março de 2017; e Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da CF 1988; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 9.637/98; Decreto Presidencial nº 3.294/99; Decreto nº 8.180/13; Decreto nº 6.170/07; Decreto nº 4.077/02;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

20927 Fundo de Imprensa Nacional

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2804 Publicações Oficiais

Constituição Federal, Art. 37, caput; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017; Portaria nº 147, de 09 de março de 2006 do Ministro-Chefe da Casa Civil da PR; e Portaria nº 256, de 28 de agosto de 2018, do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

22101 Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica Junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; Decreto 56.690, de 09 de agosto de 1965 - Estabelece obrigatoriedade de ensaios prévios para tratores, implementos e seus órgãos ativos, máquinas e ferramentas agrícolas, de importação, montagem ou fabricação no país, e dá outras providências; Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; Decreto 11.332, de 1 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Pecuária; Instrução Normativa 3, de 3 de abril de 2001 – Normas Gerais para Certificação de Sementes sob o Esquema da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OECD. Portaria nº 598, de 30 de junho de 2008 - Concede a Coordenação de Sementes e Mudas, do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a função de Autoridade Designada, para coordenar e executar no País a Certificação Varietal de Sementes voltada para o Comércio Internacional, coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico; Ofício nº 0058965.00000119/2018-47 – MRE, de 27 de setembro de 2018; Ofício nº 0015945.00000006/2019-66 – MRE, de 15 de abril de 2019; Ofício nº 7.180-MP, de 07 de fevereiro de 2017; e Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016.

0299 Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, I, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; e Portaria Interministerial N.º 38 de 9 de março de 2004. (Art. nº 4, §2), que estabelece a formação e a manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários

0300 Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV.

099F Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)

Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007; Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010; Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003; Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004; e Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.

162R Construção da Sede do Centro Nacional de Cães de Detecção

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Art. 28-A; Decreto nº 40.153, de 08 de outubro de 2019 - Decreto do Governo do Distrito Federal que declara de interesse público a obra para construção da sede do Centro Nacional de Cães de Detecção - CNCD; Instrução Normativa Ministerial nº 74, de 26 de novembro de 2018; e Portaria nº104, de 24 de setembro de 2018.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal; Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.; e Decreto 11.332, de 1 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Pecuária.

20ZT Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional

Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a Política Agrícola; Decreto 6.464, de 27 de maio de 2008 - Dispõe sobre a Designação e Atuação de Adidos Agrícolas junto a Missões Diplomática Brasileiras no Exterior; e Decreto 11.332, de 1 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Pecuária.

20ZU Redução de Riscos na Atividade Agropecuária

Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, art. 22; Decreto nº 9.841, de 18 de junho de 2019 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático; Portaria MAPA nº 412, de 30 de dezembro de 2020; Manual de Crédito Rural (MCR) do BACEN, Capítulo 16-2-2; e Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.

20ZV Fomento ao Setor Agropecuário

Constituição Federal (CF), art. 23, Inciso VIII - Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola ;

Portaria 609, de 23 de agosto de 2023 - Delega competência ao Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria-Executiva para atuar no Fomento ao Setor Agropecuário no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária; e Instrução Normativa MAPA Nº 25, de 12 de julho de 2023 - Define os produtos e serviços que serão preferencialmente apoiados por meio da ação orçamentária 202V – Fomento ao Setor Agropecuário, mediante transferências de recursos da União, em conformidade com os programas e projetos do Ministério da Agricultura e Pecuária.

202Y Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau

Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e

Decreto nº 11.332, de 01 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Pecuária.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal (CF), art. 218 – Da Ciência, Tecnologia e Inovação;

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais; e Decreto 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - Qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.

214W Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária

Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 – Lei que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal;

Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965 – Lei que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País;

Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969 - Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências;

Decreto-Lei nº 917, de 08 de outubro de 1969 - Dispõe sobre o emprego da Aviação Agrícola no País e dá outras providências; Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 – Lei que dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias dos Produtos à Alimentação Animal, e dá outras Providências;

Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 – Lei que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências;

Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências;

Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984 – Lei que dispõe sobre as atividades da equideocultura no País, e dá outras providências;

Lei nº 7.678, de 08 novembro de 1988 – Lei que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências;

Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 – Lei que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;

Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 – Lei que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências;

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Lei que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991- Lei da política agrícola;

Lei nº 8.918, de 14, de julho de 1994 – Lei que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências;

Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 – Lei que Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências;

Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 – Lei que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências;

Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003 – Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências;

Lei nº 10.688, de 13 de junho de 2003 – Lei que estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências;

Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003 – Lei que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004, e dá outras providências;

Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 - Lei que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências;

Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 – Lei que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB;

Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 – Lei que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea I do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade;

Lei nº 14.151, de 29 de dezembro de 2022- Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras);

Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 - Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal;

Decreto nº 27.932, de 28 de março de 1950 - Aprova o Regulamento para aplicação de medidas de defesa sanitária animal;

Decreto nº 66.183, de 05 de fevereiro de 1970 - Regulamento o decreto-lei nº 923, de 10 de outubro de 1969, que dispõe sobre a comercialização do leite cru;

Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988 - dispõe sobre as atividades da equideocultura no País e dá outras providências;

Decreto nº 187, de 9 de agosto de 1991- dispõe sobre a inspeção e fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos;

Decreto Nº 2.366, de 05 de novembro de 1997 - Regulamenta a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, e dá outras providências;

Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992;

Decreto Legislativo nº 28, de 19 de abril de 1999 - Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978;

Decreto nº 3.109, de 30 de junho de 1999 - Promulga a Convenção internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978;

Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;

Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003 -Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis;

Decreto nº 4.846, de 25 de setembro de 2003 - Regulamenta o art. 3o da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004 e dá outras providências;

Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 - Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências;

Decreto n º 5.121, de 29 de junho de 2004 - Regulamenta a Lei no 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvencção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências;

Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004 - Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas destinados à agricultura;

Decreto nº 5.549, de 22 de setembro de 2005 - Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;

Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991,

organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências;

Decreto Legislativo nº 70, de 18 de abril de 2006 - Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002;

Decreto nº 6.813, de 22 de junho de 2006 - Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências;

Decreto nº 5.981, de 06 de dezembro de 2006 - Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;

Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências;

Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 - Aprova o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos arts. 25 e 56 do Anexo ao Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e dá outras providências;

Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências;

Decreto nº 6.476, de 05 de junho de 2008 - Promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002;

Decreto nº 6.871, de 04 de junho de 2009 - Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas;

Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009 - Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;

Decreto nº 147, de 10 de junho de 2011 - Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3;

Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013 - Dispõe sobre a declaração de estado de emergência fitossanitária ou zoonossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, e dá outras providências;

Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014 - Regulamenta a Lei nº 6.778, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho;

Decreto nº 8.236, de 05 de maio de 2014;- Regulamenta a Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, que dispõe sobre a organização, o funcionamento, a execução e as exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico de animais domésticos no País;

Decreto nº 8.762, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - FN-Suasa e dá outras providências;

Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 - Dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;

Decreto nº 10.179, de 18 de dezembro de 2019 - Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos;

Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020 - Dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;

Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020 - Regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas;

Decreto nº 11.332, de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Portaria/SNAP nº 47, de 15 de outubro de 1987 – Normas de procedimento técnico;

Portaria nº 201, de 19 de abril de 1996 - Aprovar as normas complementares anexas, elaboradas pela Secretaria de Defesa Agropecuária, a serem observadas pelos estabelecimentos que fabriquem e ou comerciem produtos de uso veterinário;

Portaria nº 503, de 04 de dezembro de 1997 - Tabela de valores de serviços decorrentes da Lei 9.456, de 25 de abril de 1997 e Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997;

Portaria nº 07, de 10 de março de 2006 – Regulamento técnico para a produção, o controle e o uso de vacinas e diluentes para a avicultura;

Portaria nº 38, de 08 de fevereiro de 2006 - Aprovar o Regimento Interno do Laboratório Nacional de Análise, Diferenciação e Caracterização de Cultivares, na forma do Anexo à presente Portaria;

Portaria nº 19, de04 de fevereiro de 2015 – Anexo de doenças de notificação obrigatória de animais aquáticos ao Serviço Veterinário Oficial (SVO);

Portaria nº 116, de 20 de setembro de 2017 - Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Seguro Social;

Instrução Normativa nº 08, de 25 de junho de 1999 - Estabelece que a guarda e conservação das amostras vivas destinadas à manipulação e coleção de germoplasma de cultivar protegida, nos termos do parágrafo único do artigo 22, da Lei nº 9.456/97, caberão ao titular do Certificado de Proteção, ou ao seu representante legal, na qualidade de fiel depositário;

Instrução Normativa SDA nº 13, de 03 de outubro de 2003 – Produtos de uso veterinário;

Instrução Normativa SDA nº 02, de 14 de janeiro de 2004 - Aprova as normas que dispõem sobre a fiscalização da produção, do comércio de material genético de animais domésticos e da prestação de serviços na área de reprodução animal;

Instrução Normativa MAPA nº 17, de 13 de julho de 2006; Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 1998 - a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores; inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem vegetal e animal, bem como a dos insumos agropecuários, será gerida de maneira que os procedimentos e a organização da inspeção se faça por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados. § 1º Na inspeção poderá ser adotado o método de análise de riscos e pontos críticos de controle;

Instrução Normativa MAPA nº 53, de 23 de novembro de 2007- Anexo da situação sanitária do Brasil com respeito à febre aftosa;

Instrução Normativa nº 35, de 06 de junho de 2008 – Formulário para preenchimento de proteção de cultivar;

Instrução Normativa SDA nº 46, de 17 de junho de 2008 - Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor de Monitoramento da Qualidade do Leite - QUALILeite para a definição de estratégias e diretrizes de monitoramento da qualidade do leite produzido e comercializado no país;

Instrução Normativa SDA nº 06, de 16 de fevereiro de 2009 - Aprova o Regulamento Técnico do Arroz, definindo o seu padrão oficial de classificação, com os requisitos de identidade e qualidade, a amostragem, o modo de apresentação e a marcação ou rotulagem e revoga os normativos que menciona;

Instrução Normativa MPA nº 03, de 29 de fevereiro de 2012- Altera redação dos Arts. 3º, 6º e 8º da Instrução Normativa Interministerial nº 01, de 3 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 4 de janeiro de 2012, seção 1, páginas 26 a 42;

Instrução Normativa SDA nº 05, de 28 de março de 2012 – Regulamento técnico;

Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA nº 07, de 08 de maio de 2012 - Institui o Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivales (PNCMB), estabelece os procedimentos para a sua execução e dá outras providências;

Instrução Normativa Interministerial MAPA/MPA nº 32, de 19 de agosto de 2013 - Estabelecer o regulamento sanitário para importação de materiais de origem animal e agentes de interesse veterinário destinados à pesquisa ou diagnóstico pelos laboratórios constituintes da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura (RENAQUA) e por instituições de pesquisa ou diagnóstico;

Instrução Normativa MAPA nº 50, de 24 de setembro de 2013 – Alteração da lista de doenças da fil de aplicação de medidas de defesa sanitária animal;

Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA nº 04, de 30 de maio de 2014 - Estabelece a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção;

Instrução Normativa MPA nº 21, de 11 de setembro de 2014 – Estabelecer critérios e procedimentos para o controle do trânsito de organismos aquáticos vivos com fins de ornamentação e aquariofilia no território nacional;

Instrução Normativa MPA nº 22, de 11 de setembro de 2014 - Institui o Plano Nacional de Certificação Sanitária de Estabelecimentos de Aquicultura Produtores de Formas Jovens de Animais Aquáticos - "Plano Forma Jovem Segura". Publicado no DOU de 12.09.2014

Instrução Normativa MPA nº 04, de 30 de maio de 2014- Estabelecer a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria-prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção;

Instrução Normativa MPA nº 23, de 11 de setembro de 2014 - Determinar a obrigatoriedade da Guia de Trânsito Animal (GTA) para amparar o transporte de animais aquáticos vivos e matéria- prima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aquicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção e aprova o modelo de Boletim de Produção; Instrução Normativa MPA nº 30, de 02 de janeiro de 2015 - Estabelecer a Nota Fiscal do pescado;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Instrução Normativa MAPA nº 11, de 09 de junho de 2015 – Riscos de pragas;
Instrução Normativa SDA nº 44, de 04 de dezembro de 2017 - Estabelece as normas para a Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva de Suínos, quanto a exposição aos vírus da Febre Aftosa - FA e da Peste Suína Clássica - PSC;
Instrução Normativa MAPA nº 11, de 18 de janeiro de 2018 – Aprovação do Regulamento Técnico para a Produção, Controle da Qualidade;
Instrução Normativa MAPA nº 52, de 01 de outubro de 2018 - zona de proteção para febre aftosa;
Instrução Normativa nº 15, de 03 de dezembro de 2018 - Institui Programa de Melhoria Continuada das Unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (PROMOUV), dispõe sobre o Modelo de Maturidade de Ouvidorias Públicas (MMOuP), revoga a Portaria CGU nº 3.681, de 13 de dezembro de 2016 e dá outras providências;
Instrução Normativa nº 13, de 08 de agosto de 2019 - Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal;
Instrução Normativa MAPA nº 48, de 14 de julho de 2020 - Aprova as diretrizes gerais para a vigilância da febre aftosa com vistas à execução do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA); e
Anexo à Portaria/SNAP nº 47, de 1987; Título II, Item 4.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 09, de 1989; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1987.

214X Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário

Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, - Lei que estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências;
Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 - Lei da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal;
Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 - Lei da inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências;
Lei nº 6.446, de 05 de outubro de 1977 – Lei que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos, e dá outras providências;
Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 - Lei que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências;
Lei nº 6.934, de 13 de julho de 1981 – Lei que altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes, ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências;
Lei nº 7.678, de 08 de novembro de 1988 – Lei que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências;
Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 – Lei que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;
Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 - Lei Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências;
Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Lei que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Lei da política agrícola;
Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994 – Lei da padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersectorial de Bebidas e dá outras providências;
Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 – Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
Lei nº 9.677, de 02 de julho de 1998 – Lei que altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências;
Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998 – Lei que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária;
Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 – Lei que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências;
Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 - Lei que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio;
Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2023 - Lei do sistema nacional de sementes e mudas e dá outras providências;
Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 - Lei que Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas;
Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras);
Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934 – Aprova o regulamento de Defesa Sanitária Vegetal;
Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 - Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal;
Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal;
Decreto nº 27.932, de 28 de março de 1950 - Aprova o Regulamento para aplicação de medidas de defesa sanitária animal;
Decreto nº 9.013, de 29 de março de 1952 - Regulamento a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;
Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969 - Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabricam e dá outras providências;
Decreto nº 76.986, de 05 de janeiro de 1976 - Regulamenta a Lei n.º 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatória dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências;
Decreto nº 187, de 09 de agosto de 1991 - Regulamenta a Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos;
Decreto nº 2.366, de 05 de novembro de 1997 - Regulamenta a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, e dá outras providências;
Decreto nº 4.074, de 04 de abril de 2002 - Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;
Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 - Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabricam ou Comerciam, e dá outras providências;
Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição, e dá outras providências;
Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências;
Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006 - Promulga o texto revisado da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIVP), aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, em 17 de novembro de 1997;
Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 – Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências;
Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 - Aprova o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal, dá nova redação aos arts. 25 e 56 do Anexo ao Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e dá outras providências;
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;
Decreto nº 6.871, de 04 de junho de 2009 - Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas;
Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014 - Regulamenta a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho;
Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020 - Regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas;
Instrução Normativa 09, de 27 junho 2003 – Produtos de uso veterinário;

Instrução Normativa 48, de 17 junho 2003 - Regulamenta os requisitos sanitários mínimos para a produção e comercialização de sêmen bovinInstrução Normativa e bubalInstrução Normativa no país;
Instrução Normativa 01, de 14 janeiro 2004 - Dispõe sobre a autorização do MAPA para importação de animais vivos e de material de multiplicação animal;
Instrução Normativa 02, de 14 janeiro 2004 - Aprova as normas que dispõem sobre a fiscalização da produção, do comércio de material genético de animais domésticos e da prestação de serviços na área de reprodução animal;
Instrução Normativa 08, de 25 março 2004 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 17, de 18 junho 2004 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 11, de 24 novembro 2004 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 09, de 02 junho 2005- Aprova as NORMAS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES. Publicado no DOU em 10.06.2005.
Instrução Normativa 11, de 08 junho 2005 – Produtos de uso veterinário;
Instrução Normativa 35, de 14 novembro 2005 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 18, de 18 julho 2006 - Aprova o modelo da Guia de Trânsito Animal (GTA) a ser utilizado em todo o território nacional para o trânsito de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal conforme legislação vigente;
Instrução Normativa 56, de 27 setembro 2006 – Material de multiplicação animal;
Instrução Normativa 53, de 27 setembro 2006 - Aprova o regulamento para registro e fiscalização de centro de coleta e processamento de sêmen (CCPS) suíno;
Instrução Normativa 65, de 21 novembro 2006 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 36, de 10 novembro 2006 - Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Instrução Normativatematical;
Instrução Normativa 35, de 04 julho 2006 – Fertilizantes;
Instrução Normativa 34, de 13 setembro 2007 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 32, de 23 agosto 2007- Aprova o regulamento da produção e do comércio de sêmen heterospermico de rumInstrução Normativas no Brasil;
Instrução Normativa 30, de 21 maio 2008 – Sementes e mudas;
Instrução Normativa 26, de 09 julho 2009 – Produtos de uso veterinário;
Instrução Normativa 15, de 26 maio 2009 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 06, de 23 março 2009 - Aprova o regulamento para registro e fiscalização de centro de coleta e processamento de sêmen (CCPS) equídeo. Publicado no D.O.U. de 26/03/2009 - Seção 1_
Instrução Normativa 55, de 01 dezembro 2011 – Produtos de uso veterinário;
Instrução Normativa 48, de 28 dezembro 2011 – Produtos de uso veterinário;
Instrução Normativa 19, de 03 maio 2011 - Adota o formato eletrônico da Guia de Trânsito Animal (GTA), na forma do modelo e-GTA, para movimentação, em todo o território nacional, de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal, conforme legislação vigente, cuja emissão obedecerá às diretrizes do Programa Governo Eletrônico Brasileiro;
Instrução Normativa 14, de 17 maio 2012 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 32, de 16 agosto 2013 – Material de multiplicação animal;
Instrução Normativa 53, de 23 outubro 2013 – Fertilizantes;
Instrução Normativa 35, de 02 outubro 2014 - Altera o art. 1º da Instrução Normativa nº 19, de 3 de maio de 2011;
Instrução Normativa 23, de 11 setembro 2014 - Determina a obrigatoriedade da Guia de Trânsito Animal (GTA) para amparar o transporte de animais aquáticos vivos e matéria-prima de animais aquáticos provenientes de estabelecimentos de aqüicultura e destinados a estabelecimentos registrados em órgão oficial de inspeção e aprova o modelo de Boletim de Produção;
Instrução Normativa 01, de 22 janeiro 2014 - Estabelece os requisitos sanitários para processamento e comercialização de sêmen de caprinos e de ovinos no território brasileiro;
Instrução Normativa 01, de 20 fevereiro 2015 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 44, de 15 dezembro 2015 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 36, de 27 outubro 2015 - Incorpora ao ordenamento jurídico nacional os requisitos zoossanitários para intercâmbio de sêmen bovino e bubalino congelado;
Instrução Normativa 36, de 27 outubro 2015 – Material de multiplicação animal;
Instrução Normativa 14, de 06 julho 2016 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 45, de 22 novembro 2016 – Alimentação animal;
Instrução Normativa 44, de 22 novembro 2016 – Sementes e mudas;
Instrução Normativa 05, de 10 março 2016 – Fertilizantes;
Instrução Normativa 33, de 24 agosto 2016 – Controle de trânsito de vegetais; e
Instrução Normativa 28, de 24 agosto 2016 - Controle de trânsito de vegetais.
Instrução Normativa 35, de 11 setembro 2017 – Produtos de uso veterinário;
Instrução Normativa 25, de 27 junho 2017 – Sementes e mudas;
Instrução Normativa 38, de 25 julho 2018 – Material de multiplicação animal;
Instrução Normativa 49, de 29 outubro 2018 - Material de multiplicação animal;
Instrução Normativa 62, de 29 outubro 2018 – Material de multiplicação animal;
Instrução Normativa 39, de 10 agosto 2018 – Fertilizantes;
Instrução Normativa 42, de 17 setembro 2019 – Sementes e mudas;
Instrução Normativa 01, de 13 janeiro 2020 - Proibe, em todo território nacional, a importação, a fabricação, a comercialização e o uso de aditivos melhoradores de desempenho que contenham os antimicrobianos tilosina, lincomicina, e tiamulina, classificados como importantes na medicina humana; e
Instrução Normativa 61, de 16 novembro 2020 – Fertilizantes.

214Y Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991- Lei da política agrícola;
Lei 14.515, de 29 de dezembro de 2022 - Vigifronteiras;
Decreto 5.741, de 30 de março de 2006 - Organização do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA; e
Decreto 7.216, de 17 de junho de 2010 - Dá nova redação ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

214Z Fomento à Tecnologia Agropecuária e Recursos Genéticos

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004;
Decreto Legislativo nº 70, de 19 de abril de 2006;
Lei nº 13.123, de 30 de julho de 2015;
Lei nº 13.154, de 30 de julho de 2015 (Cadastro Único de Tratores no MAPA);
Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973);
Decreto Legislativo nº 136, de 12 de agosto de 2020;
Decreto nº 56.690, de 09 de agosto de 1965 (obrigatoriedade de ensaios para tratores e máquinas agrícolas);
Decreto nº 6.259, de 20 de novembro de 2007;
Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (PLANAPO);
Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018;
Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018;
Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020, institui o Programa Nacional de Bioinsumos;
Decreto nº 12.097, de 03 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária
Decreto nº 11.940, de 07 de março de 2024;
Lei nº 15.070, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a produção, registro e uso de bioinsumos agropecuários;
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet: Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil);
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública);
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 (dispõe sobre a Identificação Civil Nacional - ICN);
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 (institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal);
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 (regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição);
Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019 (dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados);
Portaria MAPA nº 745, de 20 de dezembro de 2024 (institui o Programa e a Plataforma Agro Brasil - Sustentável);
Portaria MAPA nº 461, DE 26 de julho de 2022 (institui o Programa AgroHu Brasil destinado a apoiar os ecossistemas e ambientes de inovação do agro brasileiro); e

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

215A Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária

Constituição Federal (CF) de 1988, artigos nº 23, 187 e 225;
Lei nº 1283, de 18 de dezembro de 1950;
Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984,
Lei nº 8171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Lei da Propriedade Industrial;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 10.519, de 17 de julho de 2002;
Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008;
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011;
Lei nº 13.137, de 19 de junho de 2015;
Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018;
Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988;
Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991;
Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006;
Decreto nº 10.087, de 05 de novembro de 2019;
Decreto nº 8.236, de 05 de maio de 2014;
Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015;
Decreto nº 8.703, de 01 de abril de 2016;
Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017;
Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018;
Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019;
Resolução CONMETRO nº 04 de 02 de dezembro de 2002;
Portaria INMETRO nº 443, de 23 de novembro de 2011;
Portaria MAPA nº 524, 21 de junho de 2011;
Portaria MAPA nº 521, de 05 de abril de 2018;
Instrução Normativa MAPA nº 03, de 17 de janeiro de 2000;
Instrução Normativa MAPA nº 56, de 06 de novembro de 2008;
Instrução Normativa MAPA nº 13, de 30 de março de 2010;
Instrução Normativa MAPA nº 27, de 30 de agosto de 2010;
Instrução Normativa nº 46, de 06 de outubro de 2011;
Instrução Normativa nº 08, de 11 de maio de 2017;
INC MAPA/ANVISA nº 2 de 07 de fevereiro de 2018;

2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

Decreto nº 7.672, de 18 de novembro de 1909 - Criação do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET);
Portaria nº 522, de 05 de abril de 2018 - Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso XXX - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 - Criação da ANATER;
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;
Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências;
Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 - Decreto de Revogação dos órgãos colegiados de participação social;
Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 - Decreto de Revogação de Decretos.
Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;
Portaria MDA nº 063, de 2004;
Portaria MDA nº 25, de 2006;
Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010,
Portaria/INCRA/P nº 581, de 2010;
Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020,
Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020,
Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRA/INº01, de 2011.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal (CF) de 1988, art. 37 e art. 163;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 12.065, de 17 de junho de 2024 - Altera o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa 1, de 27 de julho de 2017- Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

8593 Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável

Lei nº 6.225, de 14 de julho de 1975 - Planos de proteção ao solo e de combate à erosão;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Política Agrícola;
Lei nº 9.479 de 12 de agosto de 1997 - Heveicultura;
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nac. Mudança Clima;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - Política Nacional de Irrigação;
Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021 - Institui a Política Nacional de PSA - NOVA;
Decreto nº 94.076, de 5 de março de 1987 - Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas;
Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018 - Consolida atos sobre a política de clima e cria o Plano Setorial do ABC;
Decreto nº 9.414, de 19 de Junho de 2018;
Decreto nº 11.987 de 10 de abril de 2024 - Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária.
Decreto nº 10.606 de 22 de janeiro de 2021 - Institui o Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura.
Decreto nº 10.269, DE 6 DE MARÇO DE 2020, Institui o Comitê Estratégico e o Comitê-Executivo do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil.
Portaria Mapa Nº 52 de 27 de maio de 2025.

8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico

Lei nº 10.831, de 23 de janeiro de 2003 –Lei que Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências;
Lei 14.515, de 29 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras);
Decreto nº 6.323, de 23 de dezembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências;
Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009 - Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências;
Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009 - Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
Portaria nº 52, de 15 de março de 2021 - Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção;
Instrução Normativa nº 17, de 01 de maio de 2009 - Institui os procedimentos administrativos para a reavaliação ambiental dos agrotóxicos, seus componentes e afins no âmbito do IBAMA;
Instrução Normativa nº 07, de 27 de maio de 2009 - Regulamenta os critérios para reconhecimento e manutenção de Áreas Livres da Praga Ralstonia solanacearum raça 2. Regulamenta os critérios para implantação e manutenção da aplicação de medidas integradas em um enfoque de Sistemas para o Manejo de Risco de pragas para Moko da Bananeira;
Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009 - Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica;
Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 24 de maio de 2011 - Procedimentos para o Registro de Produtos Fitossanitários com o uso Aprovado Para a Agricultura Orgânica;
Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº 02, de 02 de junho de 2011 - Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica;
Instrução Normativa nº 23, de 01 de junho de 2011 – Regulamento Técnico para Produtos Têxteis Orgânicos Derivados do Algodão;
Instrução Normativa nº 24 , de 01 de junho de 2011 - Aditivos Alimentares e Coadjuvantes de Tecnologia Permitidos no Processamento de Produtos de Origem Vegetal e Animal Orgânicos;
Instrução Normativa Interministerial nº 28, de 08 de junho de 2011 - Produção de Organismos Aquáticos;
Instrução Normativa Conjunta Nº 02 SDA-SDC, de 02 de junho de 2011- Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a Agricultura Orgânica;
Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº02, de 02 de julho de 2011 -Estabelece as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a Agricultura Orgânica;
Instrução Normativa nº 37, de 2 de agosto de 2011 - Produção de Cogumelos Comestíveis em Sistemas Orgânicos de Produção;
Instrução Normativa nº 38, de 02 de agosto de 2011 – Sementes e Mudanças Orgânicas;
Instrução Normativa Conjunta nº 03 SDA-SDC, de 11 de maio de 2012 - Acrescenta o Anexo III à Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC no 2, de 2 de junho 2011;
Instrução Normativa nº 18, de 20 de junho de 2014 - Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, e estabelecer os requisitos para a sua utilização;
Instrução Normativa nº 13, de 28 de maio de 2015 – Estabelece estrutura, composição e atribuições da Subcomissão Temática de Produção Orgânica; e
Instrução Normativa nº 13, de 15 de julho de 2015 – Publicação, análise e amostragem para o Subprograma de Monitoramento.

8622 Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências; e
Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984 - Transfere competências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o Ministério da Agricultura e Pecuária no que se refere as atividades relacionadas com o desenvolvimento rural, no campo do cooperativismo, associativismo rural e eletrificação rural.

22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal;
Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.; e
Lei 5.851, de 07 de dezembro de 1972 - Lei de criação da Embrapa.

20Y6 Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária

Lei 5.851, de 07 de dezembro de 1972 - Lei de criação da Embrapa;
Lei 8.010, de 29 de março de 1990 - Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;
Lei 8.032, de 12 de abril de 1990 - Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação;
Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Lei da política agrícola;
Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994 - Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio;
Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 - Propriedade Industrial;
Lei 9.456, de 25 de abril de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares;
Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 - Lei de Proteção Nativa (Código Florestal) - Fomento à pesquisa científica (Cap X, art. 41, Inciso 1, Parágrafo 1º);
Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Lei de Inovação Tecnológica;
Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais;
Lei 14.473, de 06 de dezembro de 2022; e
Decreto 9.283, de 07 de fevereiro de 2018 - Marco Regulatório da Inovação.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Constituição Federal (CF) de 1988, art. 218 - Da Ciência, Tecnologia e Inovação;
Lei 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais;
Decreto 2.405, de 26 de novembro de 1997;
Decreto 4.078, de 9 de janeiro de 2002;
Decreto 4.077, de 9 de janeiro de 2002;
Decreto 3.605, de 20 de setembro de 2000;
Decreto S / N, de 04 de junho de 1999 (IDSM); e
Decreto S / N, de 02 de setembro de 2013.

215C Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa
Lei 5.851, de 07 de dezembro de 1972 - Lei de criação da Embrapa;
Lei 8.010, de 29 de março de 1990 - Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;
Lei 8.032, de 12 de abril de 1990 - Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação;
Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Lei da política agrícola;
Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994 - Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio;
Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 - Propriedade Industrial;
Lei 9.456, de 25 de abril de 1997 - Lei de Proteção de Cultivares;
Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 - Lei de Proteção Nativa (Código Florestal) - Fomento à pesquisa científica (Cap X, art. 41, Inciso 1, Parágrafo 1º);
Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016 - Lei de Inovação Tecnológica;
Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatas;
Lei 14.473, de 06 de dezembro de 2022 - Altera a Lei nº 5.851, de 07 de dezembro de 1972;
Decreto nº 9.283, de 2018 - Marco Regulatório da Inovação;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.

22906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

20Y8 Desenvolvimento da Cafeicultura
Lei 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé;
Decreto-Lei 2.295, de 21 de novembro de 1986 - Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior;
Decreto 94.874, de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé; e
Decreto 10.071, de 17 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal (CF) de 1988, art. 37 e art. 163;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 12.065, de 17 de junho de 2024 - Altera o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo federal e dá outras providências;
Instrução Normativa 01, de 27 de julho de 2017- Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instrução Normativa 02, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; e
Instrução Normativa 03, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Administração Direta

008A Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC
Constituição Federal de 1988 Art. 218;
Lei nº 4.320/64 Art. 12 Parágrafo 2º;
Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002
Portaria SESEX/MCTI nº 22, de 03.10.2014

00F7 Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI
Constituição Federal de 1988 Art. 218;
Lei nº 4.320/64 Art. 12 Parágrafo 2º;
Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002 - dispõe sobre o pagamento de despesas orçamentárias com contribuição a organismos nacionais;
Portaria SESEX/MCTI nº 22, de 03.10.2014 - dispõe sobre a aprovação de Norma para solicitação, concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos alocados no Orçamento da União, na modalidade 50.

00F8 Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC
Constituição Federal de 1988 Art. 218;
Lei nº 4.320/64 Art. 12 Parágrafo 2º;
Instrução Normativa STN nº 3 de 24/07/2002 - dispõe sobre o pagamento de despesas orçamentárias com contribuição a organismos nacionais;
Portaria SESEX/MCTI nº 22, de 03.10.2014 - dispõe sobre a aprovação de Norma para solicitação, concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos alocados no Orçamento da União, na modalidade 50.

00NQ Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX
Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº 4.320/64.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados
Decreto Nº 8.877, de 11 de outubro de 2016; Carta Convite da OCDE DSTI/DEP/2018.045 de 5 de julho de 2018; Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em 3 de junho de 2015.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 10.463 de 14 de agosto de 2020.

00R6 Encargos Decorrentes da Extinção de Entidades Vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Arts. 165 a 169 da Constituição Federal de 1988; Lei 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2001; Lei nº 5.792, de 1972; Lei nº 5.740, de 1971; Decreto nº 10.463, de 2020 (Estrutura Regimental do MCTI); Decreto nº 10.469, de 2020; Decreto nº 8.886, de 2016; Decreto nº 8.866, de 2016; Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015; Decreto nº 6.638, de 2008; Decreto Nº 5.894, de 2006; Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997; Decreto-Lei nº 509, de 1969; Decreto nº 1.808, de 1996; Decreto nº 76.805, de 1975.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
PLDO 2026

13CL Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/IOS.

14XT Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/IOS.

154K Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido - INSA
Constituição Federal, Art. 218; Lei nº 13.243, de 11/01/2016, Decreto nº 9.283, de 07/02/2018

15P6 Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;
Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 – Lei de Inovação;
Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006;
Decreto nº 5.563 de 11 de outubro de 2005, regulamenta Lei de Inovação;
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional de Biodiversidade;
Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - Política de Desenvolvimento da Biotecnologia;
Decreto nº 9.283, de 2018; Decreto Legislativo nº 2, de 1994 - Convenção da Diversidade Biológica;
Portaria Interministerial nº 32 MCT/MDIC, de 15/01/2009, E
Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 597, 06 de setembro de 2006 – prioridades da política industrial e tecnológica;

2000 Administração da Unidade
Decreto nº 11.334, de 1º/01/2023; LEI Nº 8.666, DE 21/06/1993; LEI Nº 14.133, DE 1º/04/2021.

200D Participação Brasileira em Telescópios Internacionais
Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.060, de 24 de maio de 2023.Acordo do Telescópio SOAR renovado e assinado pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos Pontes, no 03/09/2020 e registradas no Memorando nº 9732/2020/MCTI (Doc. SEI nº 5759027). Memorando nº 682/2020/LNA (Doc. SEI nº 5772620), e as minutas da Emenda nº 5 ao Acordo do Telescópio SOAR (Docs. SEI nº 5776584 e SEI nº 5776600). Acordo do Gemini ratificado através de documento assinado pelo Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos Cesar Pontes em 08/12/2021 (Doc. SEI nº 8822582). Acordo de Cooperação entre o Brasil e Corporação Telescópio Canadá-França-Havaí, publicado no DOU no 23 de julho de 2012.

20GB Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN
Artigo 218 da Constituição Federal, Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Decreto nº 11.334, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MCTI) e Portaria MCTI nº 7.053, de 24 de maio de 2023 (Regimento Interno do CEMADEN).

20UI Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.055, de 24 de maio de 2023.

20UJ Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional do Semiárido - INSA
Constituição Federal, Art. 218; Lei nº 13.243, de 11/01/2016, Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI Nº 7.059, de 24 de maio de 2023.

20UK Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON
- Decreto de 15 de outubro de 1827 - Criação do Imperial Observatório do Rio de Janeiro;
- Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913 – Determina a Hora Legal Brasileira;
- Decreto nº 10.546, de 5 de novembro de 1913 – Regulamenta a Hora Legal Brasileira;
- Decreto nº 4.264, de 10 de junho 2002 – Reestabelece o Decreto 10.546/1913;
- Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023 – Aprova a estrutura do MCTI; e
- Portaria MCTI nº 7.064, de 24 de maio de 2023 – Aprova o regimento do ON.

20UL Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI
- Constituição Federal de 1988 - Art. 218, que estabelece que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, e a inovação;
- Lei nº 7.232, de 29/10/1984, que estabelece a Política Nacional de Informática;
- Lei nº 10.973, de 02/12/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
- Decreto nº 88.010, de 30/10/1982, que cria o Centro de Tecnologia para Informática;
- Decreto nº 11.493 de 17/04/2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MCTI;
- Portaria MCTI nº 7.049, de 24/05/2023, que aprova o Regimento Interno do CTI Renato Archer;
- Portaria MCTI nº 6.998, de 10/05/2023, que estabelece diretrizes para nova ENCT 2023-2030;
- Portaria CTI nº 129, de 07 de julho de 2021, que aprova o Plano Diretor 2021-2025 do CTI.

20UM Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF
Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 321, de 28 de maio de 2008; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.047, de 24 de maio de 2023;

20UN Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT
Constituição Federal/1988: artigo 23, inciso V (EC 85/2015); artigo 24, inciso IX; artigo 167, parágrafo 5º e Capítulo IV. Lei 4.320/1964 (lei geral dos orçamentos). Lei 10.973/2004 (inovação). Lei 11.196/2005 (do Bem). Decreto Federal 15.209/1921 (criação do INT). Decreto nº 11.493, de 17.04.2023 (atualiza a Estrutura Regimental do MCTI). Portaria MCTI Nº 7.058, de 24 de maio de 2023 (regimento interno INT).

20UO Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST
218, CF; MP nº 2.216/37/01; Decreto nº 97.753/89; Resolução Executiva CNPq 030/85, de 8 de março de 1985 e Regimento Interno do MAST - Portaria MCTI 7.062, DE 24 de maio de 2023

20UP Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva
Constituição Federal - Capítulo IV
Portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023
Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006,
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006,
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006
Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010
Lei 13.146/2015
Lei nº 12.205/
Lei 11.445/07
Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012
Decreto nº 6.040 de 07.02.2007;
Decreto 5.296/2004

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.
Decreto nº 10.645/2021
Decreto nº 10.094/2019
Decreto nº 11.414, de 13/02/2023
Decreto nº 5.811, de 21/06/2006
Portaria Interministerial nº 362/2012
Portaria MCTI nº 5.366/2021

20UR Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

Art. 218, § 1º, 2º e 3º e Art. 225, § 4º da Constituição Federal; da CF/1988; 2º da Lei nº. 12.954/2014; Art. 26 do Decreto nº 11.493/2023; Portaria MCTI nº 7.048, de 24 de maio de 2023.

20US Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico

Constituição Federal de 1988 Art. 23, inciso V, Art. 167, parágrafo 5º e Art. 218;
Lei nº 13.243/2016;
Decreto nº 8.866/2016 Arts. 2º e 3º do Anexo I;
Decreto nº 9.283/2018.

20UT Promoção da Pesquisa, Desenvolvimento Inovação (PD&I) em Tecnologias Digitais

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, com a emenda nº 85 de fevereiro de 2015; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 8.248/1991; Lei nº 10.176/2001; Lei nº 11.077/2004; Lei nº 10.973/2004; Lei nº 11.484/2007; Lei nº 12.965/2014; Lei nº 13.023/2014; Lei nº 13.969/2019; Decreto nº 5.906/2006; Decreto nº 9.854/2019; Decreto nº 10.356/2020; Decreto nº 10.615/2021; Decreto nº 11.401/2023; Decreto nº 11.493/2023; Portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 66, de 11.07.2024.

20UV Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar e Antártica e à Infraestrutura Oceânica e Antártica

Art. 218, CF; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 13.243, de 11 de abril de 2016; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005; Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974; Decreto Nº 10.603, de 20 de janeiro de 2021; Decreto Nº 11.096, de 15 de junho de 2022; Decreto Nº 11.493, de 17 de abril de 2023; DECRETO Nº 12.363, DE 17 DE JANEIRO DE 2025 - Aprova o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar. DECRETO Nº 12.481, DE 2 DE JUNHO DE 2025 - Institui a Política Marítima Nacional.

20V6 Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias produtivas

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, Art. 128, §§ 1º a 3º – trata do incentivo à ciência, tecnologia e inovação;
Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015 – altera e acrescenta dispositivos para tratar da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico.
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, arts. 1º, 2º e 17 – institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, arts. 1º, 2º e 17 – institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 – institui incentivos fiscais para empresas de base tecnológica;
Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997 – dispõe sobre incentivos fiscais nas áreas da Sudene e Sudam;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, arts. 1º, 5º e 50 – institui a política energética nacional;
Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – trata da comercialização de energia elétrica no âmbito do SIN;
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 – dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004 – trata da concessão de incentivos fiscais para desenvolvimento de software;
Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005 – institui o uso do biodiesel como fonte energética renovável;
Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, arts. 17 a 26 – dispõe sobre os incentivos à inovação tecnológica (“Lei do Bem”);
Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 – institui o PADI e PATVD (Incentivos fiscais a semicondutores e TV digital);
Lei nº 11.487, de 15 de junho de 2007 – dispõe sobre incentivos fiscais e apoio a projetos inovadores;
Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008 – trata de incentivo à formação de pessoal para área tecnológica;
Lei nº 11.921, de 13 de abril de 2009 – trata da inclusão digital e acesso à internet;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 – dispõe sobre a exploração de petróleo sob regime de partilha (Pré-sal);
Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 – institui o Programa de Apoio à Competitividade (PAC/FGI);
Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 – trata da redistribuição dos royalties do petróleo;
Lei nº 13.023, de 8 de agosto de 2014 – dispõe sobre estímulo à inovação nas Forças Armadas;
Lei nº 13.033, de 23 de setembro de 2014 – torna obrigatória a adição de biodiesel ao diesel vendido;
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, art. 75 – institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e estabelece a criação do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva;
Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018 – institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 56 – dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração;
Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006 – institui a Política Nacional de Biocombustíveis;
Decreto nº 6.259, de 19 de novembro de 2007 – dispõe sobre as competências do MCTI;
Decreto nº 7.389, de 19 de dezembro de 2010 – institui a Estratégia Nacional de CT&I;
Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 – trata da promoção da acessibilidade e inclusão;
Decreto nº 10.615, de 29 de janeiro de 2021 – aprova a estrutura regimental do MCTI;
Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021, art. 1º – regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146/2015;
Decreto nº 10.746, de 9 de julho de 2021 – institui a Política de CT&I de Materiais Avançados;
Decreto nº 11.401, de 21 de dezembro de 2023 – atualiza a organização da administração federal.
Plano Decenal de Expansão de Energia 2032 – base para investimentos em infraestrutura energética;
Plano Nacional de Eficiência Energética – diretrizes para o uso racional de energia;
Plano Nacional de Energia 2030 – cenário de planejamento estratégico do setor energético;
Plano Nacional de Mineração 2030 – define metas de desenvolvimento sustentável da mineração;
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – promove a inserção do biodiesel na matriz energética;
Programa Nacional de Hidrogênio (PNH2) – diretrizes para estruturação da cadeia de hidrogênio no Brasil.
Portaria MCTI nº 4.082, de 28 de dezembro de 2018 – institui o Programa Centelha;
Portaria MCTI nº 3.459, de 12 de julho de 2019 – institui a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia;
Portaria MCTI nº 6.762, de 30 de dezembro de 2019 – institui o Programa Nacional de Apoio aos Ambientes Inovadores (PNI);
Portaria MCTI nº 4.680, de 30 de junho de 2021 – institui a Política de CT&I para Qualidade de Vida;
Portaria MCTI nº 5.365, de 1º de setembro de 2021 – institui a Política de CT&I para Tecnologias Habilitadoras;
Portaria MCTI nº 4.964, de 17 de dezembro de 2021 – institui o Programa de Inovação em Grafeno;
Portaria GABMI nº 4.530, de 17 de dezembro de 2021 – institui o Sistema Nacional de Laboratórios de Fotônica;
Portaria nº 4.532, de 17 de dezembro de 2021 – institui a Iniciativa Brasileira de Fotônica;
Portaria MCTI nº 6.536, de 19 de julho de 2022 – estabelece diretrizes para prestação de informações da Lei do Bem;
Portaria nº 6.022, de 28 de dezembro de 2022 – institui o Programa InovaNóbio-MCTI;
Portaria MCTI nº 6.961, de 20 de outubro de 2023 – define diretrizes internas;
Portaria MCTI nº 6.998, de 23 de outubro de 2023 – estabelece as diretrizes para a ENCTI 2023–2030;
Portaria MCTI nº 7.678, de 17 de novembro de 2023 – institui a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2);
Portaria MCTI nº 7.679, de 17 de novembro de 2023 – institui o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2 MCTI);
Portaria MCTI nº 7.906, de 14 de março de 2024 – institui o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO).
Resolução CND/IMDIC nº 1, de 6 de julho de 2023 – institui a nova política industrial brasileira;
Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024–2026 – orienta investimentos estratégicos em inovação e reindustrialização.

20V7 Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI

Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 13.243 de 11/01/2016; Lei 10.973 de 02/12/2004; Decreto nº 11.334, de 01/01/2023; Decreto nº 9.283 de 07/02/2018; Decreto nº 825, de 28/05/1993; Portaria MCTI Nº 407, de 29 de junho de 2006; Portaria MCTI Nº 3.008, de 01 de junho de 2017; Portaria MCTI Nº 251, de 13 de março de 2014.

20V9 Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)

Artigo 218 da Constituição Federal; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Lei de Combate à Desinformação; Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024 - Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e

altera o Código Florestal e a Lei dos Crimes Ambientais; Decreto PPCDAM-PPCerrado, de 15 de setembro de 2010 - Programa de Combate à Desertificação e Seca e o Programa do Cerrado; Decreto nº 10.142, de 20 de novembro de 2019 - Política Nacional de Gestão de Riscos e Desastres.

20VA Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima

- Constituição Federal de 1988, art. 218.
- Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
- Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.
- Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMCM.
- Decreto MCTI nº 11.550, de 05 de junho de 2023 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Governança do Clima).
- Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023 - Estrutura Regimental do MCTI.
- Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE).
- Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017 - Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.
- Decreto Legislativo nº 140/2016 - Aprova o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
- Decreto nº 2.652 de 01 de julho de 1998 - Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 6.582, de 23 de novembro de 2022 - Aprova o regimento interno do MCTI;
- Portaria MCTI nº 3.896, de 16 de outubro de 2020 - Institui a estrutura de governança do AdaptaBrasil MCTI - Contribuição da Ciência para Medidas de Adaptação;
- Portaria MCTI nº 5.435, de 20 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.
- Portaria nº 6.961, de 19 de abril de 2023, que detalha a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Anexo II doDecreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022.; Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE); Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP); Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (IMPA); Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPEM); Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapii); Decreto nº 11.275 de 06 de dezembro de 2022 (INPO); Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Instrução Normativa GM nº 8 de 07 de dezembro de 2022.

215L Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Art. 218 da Constituição Federal; Emenda Constitucional nº 85, de 26/2/2015; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 13.243, de 11/01/2016; e Lei nº 10.973, de 2/12/2004; Decreto Nº 11.493, de 17 e abril de 2023 e Decreto nº 9.283, de 7/02/2018.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

216W Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 - Estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia e criação da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH) - última vigente nº 14.074, de 14 de outubro de 2020; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); Decreto nº 2652, de 1 de julho de 1998 - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC); Decreto nº 6.065, de 21 de março de 2007 - regulamentação da CMCH; Decreto nº 10.142, de 20 de novembro de 2019 - Política Nacional de Gestão de Riscos e Desastres; Portaria MCT nº 728, de 20 de novembro de 2007 - Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA); Portaria Ministerial MCTIC nº 3017, de 12 de junho de 2018 - Previsões climáticas sazonais; Portaria MCTI nº 4.617, de 6 de abril de 2021 - Inteligência artificial e desenvolvimento tecnológico; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de junho de 1992; Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), de julho de 2021.

217J Atuação de Órgãos Colegiados Integrantes da Estrutura do MCTI

Constituição Federal - Art. 218;
Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia –CCT;
Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 - Capítulo III – Da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança – CTNBio;
Lei nº 11.794, de 2008, que regulamenta o inc. VII do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais;
Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023 - Inciso IV, alíneas b), c) e d), do Art. 2º do Anexo I, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

218D Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Federal; Decreto 8.777, de 18 de outubro de 2016, Portaria 932, de 23 de fevereiro de 2017. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019

21F7 Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN

Artigo 218 da Constituição Federal, Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Decreto nº 11.334, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MCTI) e Portaria MCTI nº 7.053, de 24 de maio de 2023 (Regimento Interno do CEMADEN).

21F8 Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP

Art. 218, § 1º, 2º e 3º e Art. 225, § 4º da Constituição Federal; da CF/1988; 2º da Lei nº. 12.954/2014; Art. 26 do Decreto nº 11.493/2023; Portaria MCTI nº 6.988, de 08.05.2023

21IF Cooperação Regional em Ciência, Tecnologia e Inovação com a América Latina e o Caribe

Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015; Decreto nº 8.624, de 29 de dezembro de 2015.

2495 Controle de Bens Sensíveis

Lei nº 9112, de 18/10/1995; Decreto nº 4.214, de 30/04/2002; Decreto nº 2.074, de 14/11/1996; Portaria nº 3.410, de 10/09/2020; Portaria MCTI n.º 436, de 14.06.2012.

2C67 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE

Art. 218 C.F.; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 13.123 (20/05/2015); Lei nº 11.105 (24/3/2005); Lei nº 9.456 (25/4/1997); Lei nº 6.938 (31/8/1981); Lei nº 4320/64; Decreto Lei nº 200/67; Decreto nº 6944/09; Decreto nº 6.041 (8/2/2007); Portaria MCTI 727 (11/outubro/2012); Portaria MCTI Nº 7.052, de 24 de maio de 2023, que aprova o Regimento Interno do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste.

4125 Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação sobre a Bio, Geo e Sociodiversidade da Amazônia no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG

Art. 218 da Constituição Federal / Decreto Nº 11.334, de 1º de JANEIRO DE 2023 / Portaria MCTI Nº 7.063, de 24 de maio de 2023.

4126 Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA

Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.060, de 24 de maio de 2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4128 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225 da Constituição Federal; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTI 6.961, de 19 de abril de 2023; Portaria MCTI 7.050, de 24 de maio de 2023; Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283 de 7 de fevereiro de 2018.
4132 Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT art. 218, CF; MP nº 2.216/37/01; Decreto nº 35.124/54; Resolução Executiva 20/76 de 25 de março de 76, DECRETO Nº 11.493, DE 17 DE ABRIL DE 2023, PORTARIA MCTI Nº 7.054, DE 24 DE MAIO DE 2023,PORTARIA MCTI Nº 6.745, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.
4139 Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC Constituição Federal Art. 218, §§ 1º, 2º e 3º e Art. 225; Lei 11.428/06, de 22 de dezembro de 2006; Lei 12.954, de 5 de fevereiro de 2014; Decreto 11.493, de 17 de abril de 2023; Portaria MCTIC nº 5.158, de 14 de novembro de 2016, que estabelece o Regimento Interno do LNCC Portaria MCTI nº 7.061, de 24 de maio de 2023 Nova portaria do Regimento Interno
4210 Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Constituição Federal de 1988 Art. 167, parágrafo 5º e Art. 218; Lei nº 13.844, de 18/06/2019; Decreto nº 5.151/2004; Decreto nº 5.820/2006, alterado pelo Decreto nº 8.061/2013.
4641 Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.844, de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6147 Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Decreto nº 10.463/2020 (Estrutura Regimental do MCTI); Portaria nº 3.410/2020 (Regimento Interno do MCTI); Portaria MCTI nº 5.720/2022 (Política de Cooperação Internacional em CT&I do MCTI); Portaria MCTI nº 5.733/2022 (Prioridades da Cooperação Internacional em CT&I no MCTI - biênio 2022-2023).
6702 Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 13.019, de 31.07.2014; Lei nº 13.243, do 11/01/2016; Decreto nº 11.531 de 16/05/2023; Decreto de 09.06.2004; Decreto nº 11.754 de 25/10/2023; Decreto 10.426/2020; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30/08/2023; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024.
24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
00LV Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal; Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (Lei nº 13.243/ 2016); Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
00RL Formação e Expansão da Capacitação de Recursos Humanos em Atividades de Pesquisa Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal; Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (Lei nº 13.243/ 2016); Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
2000 Administração da Unidade Lei nº 1310 de 15/01/1951.
20US Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal; Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004 e Decreto nº 9.283/2018); Marco Legal (Lei nº 13.243/ 2016); Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4208 Sistema Integrado de Informações em Ciência e Tecnologia (Plataforma Lattes) Art. 218 da CF; Decreto nº 11.229/ 2022; Lei nº 14.600/2023.
4210 Formulação, Gestão e Manutenção de Políticas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Arts. 167, parágrafo 5º e art. 218 da CF/88; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 5.820/06 e Decreto nº 5.151/2004.
6147 Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Lei nº 10.973/2004; Marco Legal (Lei 13.243/2016); Lei nº 7.781/1989; Decreto nº 9.581/2018; Portaria MCTI nº 6.582/2022; Art. 2º e 3º dos Anexos I e II do Decreto nº 11.229/2022 (Estatuto do CNPq).
6702 Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica Lei nº 13.243 de 2016; Decreto nº 11.229 de 2022 e Decreto nº 11.493 de 2023.
24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica CF Art. 218; Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89.
00WS Contribuição para o Programa de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89; e Decreto nº 42.155/1957.
12P1 Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

13CM Implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental - CENTENA Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89; Lei nº 10.308/2001.
13CN Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89.
2000 Administração da Unidade Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.
20UX Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.
215N Prestação de Serviços Tecnológicos e Inovadores Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; Lei nº 13.243, de 11de janeiro de 2016.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.
218E Armazenamento de Rejeitos Radiativos e Proteção Radiológica Lei nº 4.118/62; Lei nº 6.189/74; Lei nº 7.781/89. Lei nº 10.308/2001.
21E0 Suporte à Fiscalização em Instalações sob Controle Regulatório, nas Áreas de Proteção Radiológica Ambiental, Ocupacional e do Paciente Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.
21E1 Segurança de Instalações Nucleares e Controle de Material Nuclear Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.
21E2 Segurança de Instalações Radiativas, Instalações Mineró-Industriais, Depósito de Rejeitos e Transporte e Controle de Minérios e Minerais de Interesse Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação e competências da ANSN. Decreto nº 11.142, de 21 de julho de 2022.
2478 Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.
2B32 Formação Especializada para o Setor Nuclear Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974; Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.
24205 Agência Espacial Brasileira
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica PLDO 2026
2000 Administração da Unidade Lei nº 8.854, de 10 de FEVEREIRO de 1984.
20VB Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial Constituição Federal, art. 218 Lei Nº 8.854, De 10 De Fevereiro De 1994, Art. 3º Lei Nº 14.802, De 10 de Janeiro De 2024 Lei nº 14.946 de 31 de julho de 2024 Decreto Nº 1.332, de 8 de dezembro De 1994. Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996. Decreto Nº 11.224, de 5 de outubro De 2022
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21AG Desenvolvimento de Missões e Aplicações Espaciais Constituição Federal, art. 218 Lei Nº 8.854, De 10 De Fevereiro De 1994, Art. 3º Lei Nº 14.802, De 10 de Janeiro De 2024 Lei nº 14.946 de 31 de julho de 2024 Decreto Nº 1.332, de 8 de dezembro De 1994. Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996. Decreto Nº 11.224, de 5 de outubro De 2022
21AH Governança, Estudos Estratégicos e Regulação de Atividades Espaciais Constituição Federal, art. 218 Lei Nº 8.854, De 10 De Fevereiro De 1994, Art. 3º Lei Nº 14.802, De 10 de Janeiro De 2024 Lei nº 14.946 de 31 de julho de 2024 Decreto Nº 1.332, de 8 de dezembro De 1994. Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996. Decreto Nº 11.224, de 5 de outubro De 2022
21AI Funcionamento e Atualização de Infraestruturas e Aplicações Espaciais Constituição Federal, art. 218 Lei Nº 8.854, De 10 De Fevereiro De 1994, Art. 3º

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei Nº 14.802, De 10 de Janeiro De 2024
Lei nº 14.946 de 31 de julho de 2024
Decreto Nº 1.332, de 8 de dezembro De 1994.
Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996.
Decreto Nº 11.224, de 5 de outubro De 2022

21F9 Desenvolvimento da Capacidade Nacional de Acesso ao Espaço

Constituição Federal, art. 218
Lei Nº 8.854, De 10 De Fevereiro De 1994, Art. 3º
Lei Nº 14.802, De 10 de Janeiro De 2024
Lei nº 14.946 de 31 de julho de 2024
Decreto Nº 1.332, de 8 de dezembro De 1994.
Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996.
Decreto Nº 11.224, de 5 de outubro De 2022

7F40 Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA

Constituição Federal, art. 218
Lei Nº 8.854, De 10 De Fevereiro De 1994.
Lei Nº 8.854, De 10 de Fevereiro De 1994, Art. 3º
Lei Nº 14.802, De 10 de Janeiro De 2024
Lei nº 14.946 de 31 de julho de 2024
Decreto Nº 1.332, de 8 de dezembro De 1994.
Decreto Nº 10.220, de 5 de fevereiro De 2020
Decreto nº10.458, de 13 de agosto de 2020
Decreto Nº 11.224, de 5 de outubro De 2022
Decreto nº 11.502, de 25 de abril de 2023

24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC

6432 Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores

Constituição Federal de 1988, artigos 218 e 219;
Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007;
Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008;
Lei nº 12.745, de 19 de dezembro de 2012;
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008;
Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

005SV Cobertura de Despesas de Administração e de Despesas Operacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009)

Lei Nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, arts. 8º e 13; Decreto Nº 6.938, de 13 de agosto de 2009

0741 Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (c)
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso II; Lei 14.554, de 20 de abril de 2023, Art. 4º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018 Art. 6º, §1º, Inciso III
Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002. Art 2º, Inciso II

0745 Investimento em Empresas Inovadoras

Constituição Federal de 1988
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso III
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 Art. 4º
Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002. Art 2º, Inciso III

0A29 Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)

Constituição Federal de 1988
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (b)
Lei nº 10.973 de 2004 Art.19º, § 3º, 4º e 5º
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso V e Art.3º, Inciso IV
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 Art. 6º, §1º, Inciso III e Art. 21º a 24º

12P1 Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962;
Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

13CL Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

CF/88, art. 218, §§ 1º, 2º, 3º; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 11.215 de 29/09/2022; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Instrução Normativa GM nº 8, de 07 de dezembro de 2022; Contrato de Gestão entre a União e o CNPq/EMOS.

1630 Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Base legal CT-infra:
Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 11
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001 Art. 1º, Art. 4º, Inciso III
Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3A e Art. 3B
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.807, de 26 de abril de 2001 Art. 1º, 2º e 4º
Portaria nº 1.917 de 29 de abril de 2020

2095 Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 11
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001 Art. 1º, Art. 4º, Inciso III
Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000
Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3A e Art. 3B
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.807, de 26 de abril de 2001 Art. 1º, 2º e 4º

2014 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º
Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018

2113 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007 Art. 12º, Inciso I (a)
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, inciso V, e Art. 5º
Lei 10.168 de 29 de dezembro de 2000 Art. 4º, 5º e 6º
Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016.
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018 Art. 3º
Decreto nº 4.195 de 2002 Art. 1º

2119 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 Art. 2º, § 2º, inciso II
Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017
Lei nº 9.993 de 24 de julho de 2000
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art.; 3º, Inciso I (b)
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.866, de 16 de julho de 2001 Art. 1º

2189 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 Art. 4º, Inciso I, § 1º e 2º e Art. 5º, Inciso II
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009 Art. 3º, Inciso I (c)
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001 Art. 1º

2191 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.992, de 24 de julho de 2000 Art. 1º, § 1º e 3º
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.324, de 6 de agosto de 2002: Art. 1º e 3º

21IG Apoio a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Desenvolvidos pelas Organizações Sociais com Contrato de Gestão com o MCTI (Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007)

CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º;
Lei nº 9.637 de 15/05/98;
Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019;
Decreto nº 9.190 de 01/11/2017;
Decreto nº 11.215 de 29/09/2022;
Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE);
Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP);
Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (MPA);
Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM);
Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPq);
Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapii);
Decreto nº 11.275 de 06 de dezembro de 2022 (INPO);
Portaria MCTIC nº 1.917, de 2020; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Instrução Normativa GM nº 8 de 07 de dezembro de 2022.

2223 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 Art. 1º, Inciso V, § 3º e 6º
Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000 Art. 3º
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 3.874, de 19 de julho de 2001 Art. 1º

2357 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000 Art.1º, Incisos I, II, III e IV e Art. 2º
Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 3.915, de 12 de setembro de 2001 Art. 1º

2997 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso II.
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.143, de 25 de fevereiro de 2002

4031 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia)

Constituição Federal de 1988 Art. 218º
Lei nº 11.540 de 20
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso III.
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.154, de 07 de março de 2002

4043 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio (CT-Agronegócio)

Constituição Federal de 1988
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso I.
Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.157, de 12 de março de 2002

4053 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001 Art. 1º, Inciso IV.
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 4.179, de 02 de abril de 2002

4156 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 Art. 49, Inciso I (d) e Inciso II (f) § 1º e § 2º
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969 Art. 3º, Inciso I
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 2.851, de 30 de novembro de 1998 Art. 1º, §1º e Art. 2º
Decreto nº 2.705, de 3/8/1998
Decreto nº 3.318, de 30/12/1999 Art. 5º

4185 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)

Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 Art. 11, §1º e Inciso III, §2º
Lei 13.243 de 2016
Lei nº 13.969 de 2019
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009; Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2000 Art. 13º, Inciso III
Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006

4947 Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia

Constituição Federal de 1988 Art. 218;
Lei nº 11.540 de 2007;
Lei nº 10.973 de 2004;
Lei nº 11.540 de 12 de novembro de 2007 Art. 14º;
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;
Decreto nº 6.938 de 2009;
Decreto nº 9.283 de 2018;

4949 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 Art. 2º, § 3º e 4º e Inciso II
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967
Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020 Art. 5º, § 1º e Inciso II, Art. 27, Inciso IV e VI

8563 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval (CT-Aquaviário)

Constituição Federal de 1988 Art. 218
Lei nº 11.540 de 2007
Lei nº 10.973 de 2004
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 Art. 17º, §1º
Lei 13.243 de 2016
Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969
Decreto nº 6.938 de 2009
Decreto nº 9.283 de 2018
Decreto nº 5.252, de 22 de outubro de 2004 Art. 1º e 3º

25101 Ministério da Fazenda - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012 - Art. 5º;
Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019;
Ofício nº 7180/2017-MP, de 7 de fevereiro de 2017;
Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVIII.

0556 Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas

Decreto-Lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944, o qual autoriza a criação da FGV;
Decreto-Lei nº 9.486, de 17 de julho de 1946, o qual autoriza a consignar, no orçamento federal, dotação para realizar transferência financeira para a FGV; e
Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

1660 Implantação das Soluções Tecnológicas Decorrentes da Reforma Tributária

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Fazenda.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

2026 Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986 - Criação da Secretaria do Tesouro Nacional;
Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

2027 Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF;
Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001- Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986 - Criação da STN;
Decreto nº 3.590, de 6 de setembro de 2000 - Dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira Federal;
Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF; e
Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21CR Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Artigo 64 - Lei de Responsabilidade Fiscal, A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios;
Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda;
Portaria SGE/SE/IMF nº 001, de 1º de março de 2018 - que aprovou o Regulamento Operacional do Programa;
Resoluções do Senado Federal nº 64, de 1999; nº 17, de 2001; nº 43, de 2001; e nº 03, de 2002;
Contrato de Empréstimo BID nº 1194/OC-BR, assinado em 18 de março de 2001;
Contrato de Empréstimo BID nº 2248/OC-BR, assinado em 29 de dezembro de 2009; e
Contrato de Empréstimo BID nº 3391/OC-BR, assinado em 28 de dezembro de 2017.

21IB Regulação e Fiscalização das Apostas e Loterias

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 - Estabelece normas para promoções comerciais;
Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, art. 9º, inciso VI - obrigação de identificação de clientes e comunicação de operações financeiras;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Regula as apostas no Brasil;
Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023 - Marco legal das apostas de quota fixa; e
Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024 - Aprova Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda - art. 55;

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

25103 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVIII.

148I Construção de Edifício-Sede de Unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em Belém - PA

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.
Aórdão nº 1367/2021 – TCU, item 9.1.1
9.1.1. o objeto da Concorrência 01/2020, apesar de estar previsto para ser executado ao longo de três exercícios, não consta da LI 13.971, de 27/12/2019, relativa ao Plano Plurianual 2020-2023, e tampouco tem ação orçamentária específica, uma vez que os recursos previstos para serem destinados ao empreendimento constam de dotação de gestão e manutenção do Poder Executivo, tipo "guarda-chuva", e não de investimento, configurando afronta ao art. 167, § 1º, da Constituição Federal de 1988 e aos arts. 5º, § 5º, e 16, incisos I e II, da Lei Complementar 101, de 4/5/2000.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

20VG Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil;
Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que cria o CARF;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18; e
Decreto nº 11.459, de 30 de março de 2023 - adidâncias tributárias e aduaneiras junto a representações diplomáticas brasileiras

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

no exterior.

219L Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais

Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, arts. 27 a 30;
Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, § 5º do art. 13; e
Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 35.

2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal;
Decreto nº 9.366, de 8 de maio de 2018 - Regulamenta os critérios e os procedimentos específicos para o desenvolvimento dos servidores nos cargos das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho;
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

2244 Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional

Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 - Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências;
Decreto-Lei n. 147, 3 de fevereiro de 1967 - Dá nova lei orgânica à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.);
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 - Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública;
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 - Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências;
Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994 - Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial as contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 - Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e
Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

25203 Comissão de Valores Mobiliários

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015; e
Ofício nº 16/2017/CVM/SRI/GRI, de 17 de março de 2017 - Dispõe sobre o aceite da proposta de rateio do pagamento da contribuição do Comitê de Governança Corporativa (CGC) - OCDE.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVIII.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

210J Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários;
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as Sociedades por Ações;
Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76 e na Lei nº 6.385/1976.
Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

25208 Superintendência de Seguros Privados

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVIII.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados;
Decreto nº 11.184, de 25 de agosto de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos da SUSEP.

20VH Supervisão, Regulação e Orientação dos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - Regime de Previdência Complementar;
Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 - Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cossseguro, as contratações de seguro no exterior;
Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre as sociedades de capitalização;
Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica;
Lei nº 14.332, de 4 de maio de 2022 - Dispõe sobre a arrecadação de recursos por entidades beneficentes de assistência social por meio de títulos de capitalização;
Lei nº 14.544, de 4 de abril de 2023 - Dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos das indenizações previstas no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974;
Lei nº 15.040, de 9 de dezembro de 2024 - Dispõe sobre normas de seguro privado;
Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967 - Regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Decreto nº 10.393, 09 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBFEF;
Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020 - Regulamenta a análise de impacto regulatório;
Decreto nº 10.465, de 18 de agosto de 2020 - Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização; e
Decreto nº 11.184, de 25 de agosto de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental da SUSEP.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

25903 Fundo de Compensação e Variações Salariais

0023 Obrigações com a Garantia de Contratos de Financiamento Habitacional

Lei nº 4.380, de 16 de agosto de 1964 - Prevê o Seguro de Crédito ao Adquirente;
Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990 - Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Mutuários (Cadmut);
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - Novação de dívidas e responsabilidades do FCVS;
Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001 - Pagamento em espécie a agentes credores;
Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011 - Assunção pelo FCVS dos direitos e das obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SHVSFH);
Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014- Competência da CAIXA para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS;
Resolução de Diretoria do Conselho de Administração do BNH nº 25, de 16 de junho de 1967 - Institui o FCVS.

0617 Operacionalização do Fundo de Compensação e Variações Salariais - FCVS

Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 - art. 25;
Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002 - art. 15.

26101 Ministério da Educação - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto nº 11.691, de 2023; Portaria MEC n.º 144, de 25 de fevereiro de 2015.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 14.621/2023; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.691/2023. Portaria MEC nº 306/2015; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023.
Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

00VI Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.113/2020; Lei nº 14.640/2023; Portaria MEC nº 1.495/2023; Resolução nº 18/2023; Portaria MEC nº 777/2024
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos II, III, IV, V, VIII e IX.

00VL Assistência à Moradia de Bolsistas Atuantes em Programas de Residência Médica

Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981 (art. 4, § 5º, inciso III).

00W9 Contribuição Voluntária à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

Decreto Legislativo nº 97, de 25 de setembro 1980, que aprova o texto do Convênio de Santo Domingo, ratificado em 26 de maio de 1999; Decreto Legislativo nº 336, de 24 de julho de 2003, que aprova o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a OEI; Decreto nº 5.128, de 6 de julho de 2004, que promulga o Acordo de Sede entre o Brasil e a OEI. Artigo 33 do Acordo; Decreto nº 7.503, de 24 de junho de 2011, que promulga o Convênio de Santo Domingo; e Decreto nº 8.289, de 25 de julho de 2014, que promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a OEI.

00XL Contribuição voluntária ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990; Declaração Universal dos Direitos Humanos Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, que entrou em vigor em 2 de setembro de 1990; Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966; Art. 227, Constituição Federal; Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; DECRETO Nº 12.083, DE 27 DE JUNHO DE 2024.

0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.556/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

0A12 Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.096/2005 (Prouni); Lei nº 11.180/2005; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

152X Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15R4 Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.691/2023; Portaria MEC/GM nº 713/2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

15YS Implantação do Alojamento do ITA

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

165V Apoio a Implementação do ITA Ceará

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.789/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020, Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Constituição Federal/1988, art. 227; Lei nº 4.024/1961; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 11.274/2006; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; Portaria MEC nº 1.306/1999; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título VI, Art. 70, Inciso I; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999, Seção II; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Lei 14.133/2021; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.786/2023; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Decreto 12.410, de 13 de março de 2025; Portaria MEC nº 412/2021; Portaria MEC nº 481/2024; Portaria MEC nº 505/2024; Portaria MEC nº506/2024; Portaria MEC nº 639/2024; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria Normativa MEC nº470/2024; Portaria Normativa MEC nº 293/2007; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; Portaria Capes 220/2019; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Resolução CNE nº08/2012; Portaria CAPES nº 59/2013; Resolução FNDE nº03/2024; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal/1998, art. 218; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Lei nº 9.637/1998; Decreto Presidencial nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Decreto 9.190/2017.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso IV.

213M Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão

Constituição Federal/1988, arts. 37, 208, 210, 215 e 231; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.525/2007; Lei nº 12.288/2010; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.594/2012; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.796/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.185/2015; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 6.872/2009; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.053/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.626/2011; Decreto nº 7.649/2011; Decreto nº 8.154/2013; Decreto nº 10.088/2019; Decreto nº 10.426/2020;Decreto nº 11.447/2023; Decreto nº 11.793/2023; Decreto 12.410/2025; Portaria Normativa nº 13/2007; Portaria Interministerial nº 424/2012; Portaria nº 25/2012; Portaria nº 86/2013; Portaria nº 389/2013; Portaria Normativa nº 21/2013; Portaria nº 1.062/2013; Portaria nº 1.129/2013; Portaria nº 98/2013; Portaria MEC nº 33/2018; Portaria nº 1.169/2024; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

214V Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 9.394/1996, (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 10.741/2003, Capítulo V; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.433/2011; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.852/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.507/2011; Decreto nº 6.626/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.305/2018, art. 8º, Inciso II; Decreto nº 10.656/2021; Decreto 12.410/2025; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução MJ nº 3/2009; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução CNE/CEB nº 4/2016; Resolução FNDE nº 12/2020; resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resolução Nº 20/2024; Resolução CD/FNDE nº 26/2024.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

219U Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.691/2023; Portaria MEC/GM 713/2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

219V Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.958/1994; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 7423/10; Decreto 8240/14; Decreto 8241/14; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.6912023.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso III.

21B4 Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 6.302/2007; Decreto nº 7.589/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 1.042/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso III.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

21GT Implementação de Ações de Sustentabilidade nas Universidades Federais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

21GU Fortalecimento da Educação e da Formação em Saúde

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.932/81; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 14.621/2023; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 11.999/2024; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.691/2023; Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria MEC nº 1.053/2021.

Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990;
Decreto nº 6.114/2007;
Decreto nº 9.991/2019;
Decreto nº 10.506, de 2020 - Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta
Decreto nº 11.069/2022;
Portaria MEC nº 1.084/2008;
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022;
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

6344 Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei Complementar nº 187/2021; Decreto nº 11.791/2023; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 12.456/2025; Portaria Conjunta nº 6/2012; Portaria Normativa nº 2/2013; Portaria Normativa nº 14/2013; Portaria Normativa nº 15/2013; Portaria Normativa nº 17/2013; Portaria Normativa nº 19/2013; Portaria Normativa nº 14/2014; Portaria Normativa nº 16/2014; Portaria Interministerial nº 376/2014; Portaria Normativa nº 01/2017; Portaria Normativa nº 15/2017; Portaria Normativa nº 20/2017; Portaria Normativa nº 21/2017; Portaria Normativa nº 23/2017; Portaria MEC nº 315/2018; Portaria MEC nº 329/2018; Portaria MEC nº 523/2018; Portaria MEC nº 1.095/2018; Portaria Normativa nº 741/2018; Portaria MEC nº 893/2022; Portaria MEC nº 650/2023; Portaria MEC nº 381/2025.
Amparo legal: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

26104 Instituto Nacional de Educação de Surdos

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21CO Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo V; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 323/2009; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022;
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26105 Instituto Benjamin Constant

00P1 Concessão de Bolsas de Residência em Saúde

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.932/1981; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 80.281/1977; Decreto nº 11.999/2024; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.342/2023; Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021; Portaria Interministerial nº 9/2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21CO Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo V; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 323/2009; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26201 Colégio Pedro II

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSE/HR; Resolução CA/EBSE/HR nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26231 Universidade Federal de Alagoas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26232 Universidade Federal da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSE/HR; Resolução CA/EBSE/HR nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26233 Universidade Federal do Ceará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26234 Universidade Federal do Espírito Santo

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, II e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26235 Universidade Federal de Goiás

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26236 Universidade Federal Fluminense

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26237 Universidade Federal de Juiz de Fora

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26238 Universidade Federal de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº

11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025; art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26239 Universidade Federal do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004, Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26240 Universidade Federal da Paraíba

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004, Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26241 Universidade Federal do Paraná

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26242 Universidade Federal de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26243 Universidade Federal do Rio Grande do Norte

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GK Funcionamento, Manutenção e Conservação do Museu Nacional

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 11.401/2023.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso V.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

7XE1 Reconstrução e Modernização do Museu Nacional

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Decreto-Lei nº 2.974/1941; Decreto-Lei nº 8.689/1946; Lei nº 11.904/2009; Lei nº 13.005/2014 (PNE).

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26246 Universidade Federal de Santa Catarina

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26247 Universidade Federal de Santa Maria

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26248 Universidade Federal Rural de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024, , Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26249 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024, ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26250 Fundação Universidade Federal de Roraima

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26251 Fundação Universidade Federal do Tocantins

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26252 Universidade Federal de Campina Grande

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26253 Universidade Federal Rural da Amazônia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26254 Universidade Federal do Triângulo Mineiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs).
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26255 Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs).
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26256 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei

nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26257 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26258 Universidade Tecnológica Federal do Paraná

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26263 Universidade Federal de Lavras

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26264 Universidade Federal Rural do Semi-Árido

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26266 Fundação Universidade Federal do Pampa

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Regualificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Regualificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26269 Fundação Universidade do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº

102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Regualificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26270 Fundação Universidade do Amazonas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Regualificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26271 Fundação Universidade de Brasília

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26272 Fundação Universidade Federal do Maranhão

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CB nº 4/1999; Resolução CNE/CB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CB nº 17/1997; Parecer CNE/CB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A - 6 de A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26273 Fundação Universidade Federal do Rio Grande

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26274 Universidade Federal de Uberlândia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CB nº 4/1999; Resolução CNE/CB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26275 Fundação Universidade Federal do Acre

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26279 Fundação Universidade Federal do Piauí

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26280 Fundação Universidade Federal de São Carlos

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26281 Fundação Universidade Federal de Sergipe

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26282 Fundação Universidade Federal de Viçosa

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto-Lei nº 9.613/1946; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.770/2021; Portaria MEC Nº 694/2022; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26283 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26284 Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26285 Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26286 Fundação Universidade Federal do Amapá

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES); Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto nº 11.691, de 2023; Portaria MEC n.º 144, de 25 de fevereiro de 2015.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Constituição Federal/1988, art. 227; Lei nº 4.024/1961; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 11.274/2006; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; Portaria MEC nº 1.306/1999; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RM Exames e Avaliações da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 9.432/2018; Decreto nº 11.556/2023; Portaria MEC nº 2.270/2002; Portaria MEC nº 3.415/2004; Portaria MEC nº 807/2010; Portaria MEC nº 1.350/2010; Portaria MEC nº 482/2013, alterada pela Portaria nº 195/2020; Portaria nº 183/2021, Portaria Inep nº 10/2021; Portaria MEC nº 458/2020; Resolução CNE/CEB nº 04/1999.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação

Lei 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 11.651/2023; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018; Portaria nº 96/2020; Portaria nº 195/2020; Portaria nº 183/2021, Portaria Inep nº 446/2021; Portaria MEC nº 94/2022; Portaria nº 265/2022; Portaria MEC nº 330/2025; Portaria MEC nº 96/2025; Portaria MEC nº 610/2024; Portaria MEC nº 611/2024.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21BS Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 12.158, de 2 de setembro de 2024; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Resolução CNE/CES nº 1/2018.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4000 Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei Nº 14.113/2020 (Novo Fundeb); Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.204/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4014 Censo Escolar da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Art. 22, inciso XVIII e Art. 208, § 3º; Lei nº 8.069/1990, Art. 54, § 3º Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 5º, § 1º Inciso I; e Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 10.656/2021; Portaria nº 316/2007; Portaria nº 264/2007; Portaria Inep nº 235/2011; Portaria Inep nº 91/2017; Portaria Inep nº 503/2018; Resolução CNE/CEB nº 1/2018; Portarias Anuais de Cronograma de execução das etapas do Censo Escolar.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria Mcom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

6503 Censo da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Art. 22, inciso XVIII, e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo IV; Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 9.235/2017; Portaria MEC nº 794/2013; Portaria Normativa MEC nº 21/2017; Portarias Anuais de Cronograma de execução das etapas do Censo da Educação Superior.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.695/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Portaria Capes nº 220/2019; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013;Resolução CD/FNDE nº 19/2023; Resolução CD/FNDE nº 18/2024; Resolução CD/FNDE nº 1/2025; Portaria Interministerial MEC/MC nº 98/2013;Portaria MEC nº 635/2024; Portaria MEC nº 85/2025; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Portaria Normativa MEC nº470/2024; Portaria MEC nº506/2024; Resolução CNE nº08/2012; Resolução FNDE nº03/2024.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

0487 Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, art. 4º, inciso IX, e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.405/1992; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.274/2004; Decreto nº 6.576/2008; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.448/2011; Decreto nº 7.641/2011; Decreto nº 7.642/2011; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 11.238/2022; Portaria Interministerial nº 495/2013; Portaria MEC nº 7/2009; Portaria MEC nº 25/2013; Portaria MEC nº 973/2014; Portaria CAPES nº 34/2006; Portaria CAPES n º 76/2010; Portaria CAPES nº 19/2011; Portaria CAPES nº 248/2011; Portaria CAPES nº 181/2012; Portaria CAPES nº 47/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 86/2013; Portaria CAPES nº 90/2013; Portaria CAPES nº 140/2013; Portaria CAPES nº 156/2014; Portaria CAPES nº 106/2014; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 23/2017; Portaria CAPES nº 149/2017; Portaria CAPES nº 202/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Portaria CAPES nº 08/2018; Portaria CAPES 01/2020; Portaria CAPES nº 34/2020; Portaria CAPES nº 55/2020; Portaria CAPES nº 121/2020; Portaria nº 73/2022; Portaria CAPES nº 124/2022; Portaria CAPES nº 155/2022; Portaria CAPES nº 203/2022; Portaria CAPES, nº 33/2023; Portaria nº 40/2023; Portaria CAPES, nº 79/2023; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2014.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, V e IX.

20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título VI, Art. 70, Inciso I; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999, Seção II; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.148/2015; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Lei 14.133/2021; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.786/2023; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Decreto 12.410, de 13 de março de 2025;Portaria MEC nº 412/2021; Portaria MEC nº 481/2024; Portaria MEC nº 505/2024; Portaria MEC nº506/2024; Portaria MEC nº 639/2024; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria MEC nº470/2024; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; Portaria Capes 220/2019; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Resolução CNE nº08/2012; Portaria CAPES nº 59/2013; Resolução FNDE nº03/2024; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação

Lei 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 11.651/2023; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018; Portaria nº 96/2020; Portaria nº 195/2020; Portaria nº 183/2021; Portaria Inep nº 446/2021; Portaria MEC nº 94/2022; Portaria MEC nº 265/2022; Portaria MEC nº 330/2025; Portaria MEC nº 96/2025; Portaria MEC nº 610/2024; Portaria MEC nº 611/2024.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

2317 Acesso à Informação Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.405/1992; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 11.238/2022; Portaria CAPES nº 74/2017; Portaria CAPES nº 122/2017; Portaria CAPES nº 29/2018.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26292 Fundação Joaquim Nabuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

4000 Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.113/2020 (Novo Fundeb); Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.204/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

6294 Promoção de Ações para o Desenvolvimento Local Sustentável

Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979;
Decreto nº 11.201, de 20 de setembro de 2022.

26294 Hospital de Clínicas de Porto Alegre

00QC Concessão de Bolsas para Supervisão do Programa Mais Médicos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 14.621/2023; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.691/2023 ; Portaria MEC nº 306/2015; Portaria Interministerial MS/MEC nº 604/2023.
Amparo MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos V e VI.

21D8 Adequação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

0000 Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 12.695/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 14.113/2020; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.656/2021; Decreto nº 11.238/2022; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.556/2023; Portaria Capes nº 220/2019; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013;Resolução CD/FNDE nº 19/2023; Resolução CD/FNDE nº 18/2024; Resolução CD/FNDE nº 1/2025; Portaria Interministerial MEC/MC nº 98/2013;Portaria MEC nº 635/2024; Portaria MEC nº 85/2025; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Portaria Normativa MEC nº470/2024; Portaria MEC nº506/2024; Resolução CNE nº08/2012; Resolução FNDE nº03/2024.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

00OW Apoio à Manutenção da Educação Infantil

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seções I e II; Lei nº 12.499/2011; Lei nº 12.722/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resolução CNE/CEB nº 5/2009; Resolução CNE/CEB nº 1/2011; Resolução CNE/CEB nº 2/ 2018; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III e V.

00PH Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro para Promover a Alfabetização, a Elevação da Escolaridade e a Integração à Qualificação Profissional, na Educação de Jovens e Adultos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 9394/1996, (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 9.608/1998; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 10.959/2022; Decreto nº 11.556/2023; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resolução Nº 19/2024; Resolução Nº

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Resolução CD/FNDE Nº 26/2024.

00PI Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções específicas sobre alimentação escolar, publicadas pelo FNDE. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

00QH Concessão de Bolsas no Âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.172/1966; Lei nº 12.688/2012; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2012; Portaria Normativa MEC nº 26/2012. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VI.

00SB Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

Emenda Constitucional nº 108/2020; Lei nº 14.113/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

00SU Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II, Seções I e II; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.494/2008; Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023; Portaria Conjunta NGIMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

00VI Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.113/2020; Lei nº 14.640/2023; Portaria MEC nº 1.495/2023; Resolução nº 18/2023; Portaria MEC nº 777/2024 Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos II, III, IV, V, VIII e IX.

00W2 Integralização de cotas pela União em Fundo Privado com o Objetivo de Custear e Gerir Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio

Lei nº 14.818/2024.

0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.556/2023; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

0515 Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.764/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 7.083/2010; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decreto nº 10.770/2021; Decreto nº 11.556/2023; Decreto nº 11.786/2023; Portaria Normativa MEC nº 470/2024; Portaria MEC nº 506/2024; Resolução CNE nº 08/2012; Resolução FNDE nº 03/2024; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.880/2004; Lei 12.695/2012; Lei 13.005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

0A12 Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.096/2005 (Prouni); Lei nº 11.180/2005; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 10.426/2020; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013. Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

0E53 Apoio à aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996, Art. 70, inciso VIII.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/2019; Decreto-Lei 200/1967. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RH Gerenciamento das Políticas de Educação

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Constituição Federal/1988, art. 227; Lei nº 4.024/1961; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.131/1995; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 11.274/2006; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; Portaria MEC nº 1.306/1999; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20RP Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Decreto nº 12.244/2010; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.612/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.770/2021; Decreto nº 11.793/2023; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do CNE; Base Nacional Comum Curricular. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

20RQ Produção, Avaliação, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.340/2006; Lei nº 11.645/2008; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Lei nº 12.244/2010; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.612/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 10.770/2021; Decreto nº 11.793/2023; Resolução FNDE nº 12/2020; Resoluções do CNE; Base Nacional Comum Curricular. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso VIII.

213M Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão

Constituição Federal/1988, arts. 37, 208, 210, 215 e 231; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.525/2007; Lei nº 12.288/2010; Lei nº 12.319/2010; Lei nº 12.594/2012; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.796/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.185/2015; Lei nº 14.191/2021; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 6.872/2009; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.053/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.626/2011; Decreto nº 7.649/2011; Decreto nº 8.154/2013; Decreto nº 10.088/2019; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.447/2023; Decreto nº 11.793/2023; Decreto 12.410/2025; Portaria Normativa nº 13/2007; Portaria interministerial nº 424/2012; Portaria nº 25/2012; Portaria nº 86/2013; Portaria nº 389/2013; Portaria Normativa nº 21/2013; Portaria nº 1.062/2013; Portaria nº 1.129/2013; Portaria nº 98/2013; Portaria MEC nº 33/2018; Portaria nº 1.169/2024; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

214V Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 9.394/1996, (LDB), Título V, Capítulo II, Seção V; Lei nº 10.741/2003, Capítulo V; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007, art. 12; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.433/2011; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.852/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 14.113/2020; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.507/2011; Decreto nº 6.626/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.306/2018, art. 8º; Inciso II; Decreto nº 10.656/2021; Decreto 12.410/2025; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução MJ nº 3/2009; Resolução CNE/CEB nº 2/2010; Resolução CNE/CEB nº 4/2016; Resolução FNDE nº 12/2020; resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resolução Nº 20/2024; Resolução CD/FNDE Nº 26/2024. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I e VI.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

218A Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 6.302/2007; Decreto nº 7.589/2011; Decreto nº 10.426/2020; Portaria MEC nº 1.042/2020; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/GME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

26350 Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros) Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/GME nº 64/2022. Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26351 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26352 Fundação Universidade Federal do ABC

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

15R3 Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007; Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21GS Internacionalização da Educação Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PROMISAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 71, inciso IV.

PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26378 Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de ensino
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

26402 Instituto Federal de Alagoas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

26403 Instituto Federal do Amazonas

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

26416 Instituto Federal do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26417 Instituto Federal da Paraíba

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria

MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26418 Instituto Federal de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26419 Instituto Federal do Rio Grande do Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

26420 Instituto Federal Farroupilha

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26421 Instituto Federal de Rondônia

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso V.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26422 Instituto Federal Catarinense

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1995 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria Mcom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 12/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

26423 Instituto Federal de Sergipe

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26432 Instituto Federal do Paraná

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.342/2023, art. 9º do Anexo I.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37, da Constituição Federal/1988; Lei 4.117/1962; Lei 12.232/2010,e mediante aplicação complementar, das Leis nº 4.680/1965 e nº 14.133/21; Decreto nº 11.144/2022; Decreto nº 6.555/2008; Decreto-Lei nº 236/67; Portaria Secom nº 8.016/2022; Portaria Secom nº 8.038/2022; Portaria MCom nº 3.948/2021; Instrução Normativa Secom nº 1/2023; Instrução Normativa Secom nº 2/2018; e Instrução Normativa Secom nº 5/2017

26433 Instituto Federal do Rio de Janeiro

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26434 Instituto Federal Fluminense

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo II e Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).
Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26435 Instituto Federal do Rio Grande do Norte

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 11.691, de 2023.

20RG Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

20RL Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei 14.681/2023; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.311/2010; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21B3 Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I e Capítulo IV; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 10.426/2020; Portaria nº 19/2023; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso III.

21IH Assistência para Atendimento a Pessoas com Deficiência

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Lei nº 12.711/2012, Decreto nº 7.824/2012; Decreto nº 11.793/2023; e Plano de Afirmção e Fortalecimento Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

Não MDE Art. 71, inciso IV.

2994 Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Constituição Federal/1988, Título II, Capítulo II, art.6º e Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Título V, Capítulo III; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

26440 Universidade Federal da Fronteira Sul

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26441 Universidade Federal do Oeste do Pará

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26442 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAES); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAES). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26443 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

169F Desenvolvimento e Modernização dos Hospitais Universitários Federais

Constituição Federal; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 9.394, de 20/12/1996; Lei nº 13.005, de 25/06/2014; Lei nº 12.550, de 15/12/2011.

MDE Art. 70, inciso II.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.844/1919; Decreto-Lei 200/1967.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26452 Universidade Federal de Catalão

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso II.

26453 Universidade Federal de Jataí

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, Inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26454 Universidade Federal de Rondonópolis

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26455 Universidade Federal do Delta do Parnaíba

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)
Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024. ; Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26456 Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21D7 Apoio à Educação a Distância

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.426/2020.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso II.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024 . Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

26457 Universidade Federal do Norte do Tocantins

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.691, de 2023.

20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 10.426/2020; Decreto nº 11.239/2022; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013; Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, incisos I, IV e IX.

20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso V.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 2/2025, art. 12, inciso XXV, Art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Norma - SEI nº 2/2023/DGP-EBSERH; Resolução CA/EBSERH nº 213/2023.

21GS Internacionalização da Educação Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto 11.923/2024; Decreto 10.287/2020; Decreto nº 11.691/2023; Resolução CNE/CES, 01/2022 (Revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros)

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 70, Inciso IV.

4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 14.914, de 2024 . Decreto nº 4.875/2003 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - PROMISAEs); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 39/2007 (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES); Portaria

Normativa MEC nº 25/2010; Portaria MEC nº 745/2012 (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior -PROMISAEs). Não enquadramento MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 71, inciso IV.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008; Decreto nº 11.069/2022; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso I.

8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior

Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.096/2007.

Amparo Legal MDE: Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 70, inciso II.

28101 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

20TT Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços

Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, que Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; e Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

20TU Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior

Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - Dispõe sobre o imposto de importação e os serviços aduaneiros;

Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, art. 5º;

Lei nº 8.402, de 08 de janeiro de 1992, art. 1º, §2º - Base legal dos regimes de Drawback;

Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, art. 12;

Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, art. 31;

Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, arts. 8º, 9º e 10;

Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992 - Institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX;

Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro;

Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e

Decreto nº 11.831, de 14 de dezembro de 2023 - Institui a Comissão Gestora do Sistema Integrado de Comércio Exterior.

20ZO Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior

Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995 - Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências;

Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 - Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra);

Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, Arts. 17, 18 e 19 - Dispõem sobre aspectos operacionais específicos dos processos de defesa comercial;

Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 - Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda;

Decreto nº 2.667, de 10 de julho de 1998 - Dispõe sobre a execução do Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n º 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 17 de dezembro de 1997;

Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013 - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping;

Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017 - Dispõe sobre os prazos e os requisitos aplicáveis às indústrias fragmentadas no âmbito de investigações de defesa comercial;

Decreto nº 10.839 de 18 de outubro de 2021 - Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias;

Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e

Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023 - Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.

210E Promoção do Desenvolvimento Industrial

Constituição Federal – Artigos 170, 179 e 218 a 219-B;

Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 (arts. 309 a 316) - Regime Automotivo;

Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997 (art. 11-C) - Estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional;

Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999 (arts. 1º a 4º) - Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional;

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;

Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem;

Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 - incentivo à inovação tecnológica;

Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores;

Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024 - Institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).

Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018 - medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;

Decreto nº 10.306, de 02 de abril de 2020 - Estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal. Estratégia BIM BR;

Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 - dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação;

Decreto nº 10.615, de 29 de janeiro de 2021 - dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores;

Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;

Decreto nº 11.482, de 06 de abril de 2023 - Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial- CNDI; e

Decreto nº 11.888, de 22 de janeiro de 2024 - Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - qualificação de entidades como organizações sociais e Programa Nacional de Publicização; Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e cria o Comitê Nacional de Biotecnologia - CBA;

Decreto de 2 de setembro de 2013 (sem número), que qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPAII;

Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 - critérios para a qualificação de organizações sociais; e

Decreto nº 11.516, de 3 de maio de 2023 - Qualifica como organização social a Fundação Universas de Estudos Amazônicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21B0 Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória

Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009 - Regulamenta a Lei no 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação - ZPE;

Decreto nº 9.931, de 23 de julho 2019 - Institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual;

Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 11.243, de 21 de outubro de 2022 - Dispõe sobre as medidas a serem adotadas para a promoção de boas práticas regulatórias no âmbito do Poder Executivo federal; e
Decreto nº 11.427 de 2 de março de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

21FH Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Lei da Biodiversidade;
Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023 - Estrutura Administrativa do MDIC; e
Decreto nº 11.646, de 16 de agosto de 2023 - Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto.

28202 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados
Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015; e
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVIII.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, e dá outras providências;
Decreto nº 11.221, de 5 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO; e
Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta;

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - qualificação de entidades como organizações sociais e Programa Nacional de Publicização;
Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP; e
Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 - critérios para a qualificação de organizações sociais.

214I Gestão da Metrologia Legal e de Avaliação da Conformidade

Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, Capítulo VII, Artigo 55 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metrológicos;
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; e
Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011 – art. 12, inciso XV.

214J Fiscalização em Metrologia e Qualidade

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - art. 55;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973 - Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999 - Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro, institui a Taxa de Serviços Metrológicos;
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21FI Proteção dos Direitos de Propriedade Industrial

Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.
Decreto nº 11.207, de 26 de setembro de 2022 - Estrutura Regimental do Instituto Nacional da Propriedade Industrial; e
Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 - Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus;
Lei nº 13.451, de 16 de junho de 2017 - Dispõe sobre a competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental e institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS);
Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

210L Promoção do Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação na área de atuação da Suframa

Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 - regula a Zona Franca de Manaus;
Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968 - estende Benefícios do Decreto-Lei nº 288 a Áreas da Amazônia Ocidental;
Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 -importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica;
Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991 - cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima;
Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 - artigos 2º e 11 - institui a política de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Zona Franca de Manaus e cria a área de livre comércio nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá;
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;
Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008 - artigos 4º, 6º e 7º - regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação;
Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009 - artigos 26 e 27 - institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

28904 Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC

0473 Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)

Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997 - Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências;
Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências.

20AP Serviços de Auditoria e Controle

Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997 - Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências;
Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências.

29101 Defensoria Pública da União

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

A inclusão dessa programação se enquadra no disposto no art. 12, inciso XVI da LDO para 2024 (Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023).

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Art. 25 e 26 da Resolução nº 202, de 8 de julho de 2022 (regimento interno da DPJU).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

21CZ Apoio à Assistência Jurídica ao Cidadão

EC 74/2013; Lei Complementar 80/94; Lei 9.020/95.

2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão

Constituição Federal , art. 5º , inciso LXXIV e art. 134; EC 74/2013; Lei Complementar 80/94; e Lei 9.020/95.

30101 Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, art. 106; Lei 14.802/24 – PPA 2024/2027, Decreto nº 12.543/2025 Decreto nº 11.348 /2023 – novo decreto de estrutura do MJSP.; Decreto n.º10.109, de 7 de novembro de 2019, seções 2 e 4; Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional, Portaria nº 905, de 24 de outubro de 2017, art. 1º, inciso XVIII, Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP.

00UA Contribuição Voluntária para o Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça (PIAJ)

Constituição Federal de 1988 (art. 5º e 6º);
Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 – Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos estados, e dá outras providências;
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para cobrir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal;
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003;
Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve;
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997;
Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007 – Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, que tem por finalidade estabelecer princípios e diretrizes de proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promove, protege ou defende os Direitos Humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco e vulnerabilidade e dá outras providências;
Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva;
Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências;
Resolução CNDH nº 10, de 17 de outubro de 2018 - Dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos;

00XM Concessão de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027; e
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 - Regulamenta a Lei nº 11.530/2007 e estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa no biênio 2023-2024.
Portaria do Ministro nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP
Portaria MJSP n.º 712, de 24 de junho de 2024 - Disciplina o Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023, que estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988;

Lei 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei 14.802/24 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

Decreto-Lei 200/1967;

Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro DE 2021;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto de Estrutura MJSP atual – Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023;

Decreto nº 12.543, 1º de julho de 2025 -Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria do Ministro nº 02 de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal;

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGM/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, na versão compilada com as alterações das Instruções Normativas SGM/ME nº 202, de 2019, SGM/ME nº 31, de 2021 e SGM/ME nº 47, de 2022 (Atualizado em 29/12/2022)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada)

Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2017 Promoção da Política Nacional de Justiça

Constituição da República Federativa do Brasil;

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990;
Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;
Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997;
Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999;
Lei n. 10.359, DE 27 de dezembro de 2001;
Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003;
Lei n. 11.340, de 07 de agosto 2006;
Lei Nº 12.485, DE 12 de setembro DE 2011;
Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015;
Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015;
Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016;
Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017;
Lei nº 13.445, de 20 de maio de 2017;
Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018;
Inciso I da Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019;
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020;
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024.

Decreto Lei nº 3.689, de 4de outubro de 1941;
Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942;
Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991;
Decreto n. 1.973 de 01 de agosto de 1996;
Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999;
Decreto nº 1.925, de 10 de junho de 1996;
Decreto nº 2.022, de 7 de outubro de 1996;
Decreto nº2.428, de 17 dezembro de 1997;
Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998;
Decreto nº 3.324, de 30 maio de 1999;
Decreto nº 3.229, de 29 de outubro de 1999;
Decreto nº 3.468, de 17 de maio de 2000;
Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000;
Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941;
Decreto nº 3.768, de 8 de março de 2001;
Decreto nº 3.895, de 23 de agosto de 2001;
Decreto nº 3.951, de 4 de outubro de 2001;
Decreto nº 3.988, de 29 de outubro de 2001;
Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002;
Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004;
Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005;
Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005;
Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006;
Decreto nº 5.919, de 3 de outubro de 2006;
Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006;
Decreto nº 6.282, de 3 de dezembro de 2007;
Decreto nº 6.340, de 3 de janeiro de 2008;
Decreto nº 6.462, de 21 de maio de 2008;
Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017;
Decreto nº9.856 de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.
Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025.
Portaria Conjunta MJ/PGRI/AGU nº 1,de 27 de outubro de 2025
Portaria Conjunta MJ/MRE nº 501, de 21 de março de 2012;
Portaria SNJ nº 242, de 29 de setembro de 2014;
Portaria Conjunta SNJ/DPU nº 231, de 17 de dezembro de 2015;
Portaria MJ n. 362 de 1 de março 2016;
Portaria nº 89, de 14 de fevereiro de 2018;
Portaria nº 217, de 27 de fevereiro de 2018;
Portaria nº 2.832, de 26 de dezembro de 2018;
Portaria Conjunta SENAJUS/DPU nº 1, de 29 de outubro de 2019;
Portaria nº 605, de 21 de junho de 2019
Portaria nº 863, de 28 de novembro de 2019;
Portaria MJSP nº 864, 28 de novembro de 2019;
Portaria MJSP nº 665, 11 de junho de 2020;
Portaria Conjunta SENAJUS/MJSP nº 36, de 10 de dezembro de 2021;
Portaria MJSP nº 502 de 23 de novembro de 2021;
Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022;
Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022;
Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022;
Portaria nº 89, de 14 de fevereiro de 2018;
Portaria MJSP nº 400, de 13 de junho de 2023;

Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010;
Resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Imigração;
Resolução nº 449, de 30 de março de 2022;
Emenda Regimental nº 41, de 21 de setembro de 2022;
Tratados bilaterais e convenções multilaterais de cooperação jurídica internacional;
Convenções, Protocolos, Acordos e outros instrumentos de cooperação internacional em matéria de enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes;

Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e Protocolo Adicional de 1967.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

21BM Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm);
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº14.550, de 19 abril de 2023;
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sisnad);
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP);
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância);
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNISP);
Lei nº 13.812, 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeiçoa a legislação penal e processual penal);
Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acrescenta ao Código Penal o crime de perseguição);
Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar);
Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social -PNSPDS);
Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022 (Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.);
Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei);
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Lei nº 14.950, de 2 de agosto de 2024 (dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde);
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISIP);
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução);
Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 - Regulamenta Sinarm;
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS);
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestão da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (institui a agenda transversal e multisetorial da primeira infância);
Decreto nº 10.777 de 24 de agosto de 2021 – Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Pnisp;
Decreto nº 10.778 de 24 de agosto de 2021 – Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Enisp;
Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 - Regulamenta Programa Habite Seguro;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
Decreto nº 11.348, de 01 janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
Decreto nº 11.436 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI), para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Publica com Cidadania - Pronasci, no bônus 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação);
Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023 (regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, etc);
Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023 (Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios);
Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023 - Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos;
Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional;
Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
Portaria nº 36 de 29 de março de 2021 – Sistema Cronos;
Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF);
Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
Portaria nº 499 de 02 de outubro de 2023 – Institui o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – ENFOC - para a execução das ações estratégicas definidas no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, e operacionalizar eixos previstos no Plano de Ação na Segurança – PAS;
Portaria nº 516 de 03 de dezembro de 2021- Institui o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas – VIGIA;
Portaria nº 560, de 25 de janeiro de 2024 que dispõe sobre a aprovação do Plano de Gerenciamento do Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – Programa ENFOC;
Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOPF);
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP
Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISIP).

21BN Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Constituição Federal de 1988;
Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências;
Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;
Lei nº 12.846, de 1º de agosto 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 - Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal;
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000 - Promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais;
Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002 - Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção;
Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 - Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção;
Decreto nº 9.203, de 26 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
Decreto nº 11.842, 21 de dezembro de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Políticas de Recuperação de Ativos;
Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022 - Institui a Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção -

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

RENACCOR e define as regras para adesão de integrantes e para parcerias; e
Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022 – Atribui à Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia - REDE-LAB a natureza de Programa de Articulação Institucional e define as regras para adesão de integrantes e parcerias.

21EO Apoio ao Sistema Penitenciário Nacional

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 - Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências;
Lei Complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 - Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigos;
Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal;

Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências;
Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências
Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 - Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
Lei nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940
Le nº 9.807, de 13 de julho de 1999 - Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal
Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 - Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências
Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.

Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 - Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.
Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008 - Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010 - Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica.
Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011 - Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017 - Altera a Lei Complementar nº 79 , de 7 de janeiro de 1994 , par a dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para permitir a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 - Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.
Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007 - Aprova o Regulamento Penitenciário Federal.
Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 - Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.
Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 , que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Decreto nº 9.871, de 27 de junho de 2019 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 - Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância.
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública 2021-2030

Portaria Interministerial nº 1 , de 2 de janeiro de 2014 - Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014 - Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências;
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
Portaria MJSP nº 2.594, d e24 de novembro de 2011 - Cria a Estratégia Nacional de Alternativas Penais – ENAPE;
Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 - Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional;
Portaria ME/MJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020 - Autoriza o Departamento Penitenciário Nacional a contratar por tempo determinado profissionais para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da alínea “n”, do inciso VI, do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993.

21F0 Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania

1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: direitos individuais (Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...) e direitos sociais (Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.); direito ao meio ambiente (Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações); e direitos indígenas (Art. 231 São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, linguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens..., e Art. 232 Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo).
2. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990
3. Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994
4. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
5. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003
6. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
7. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010
8. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013

9. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014
10. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015
11. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015
12. Lei nº1 13.431, de 4 de abril de 2017
13. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973
14. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981
15. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014
16. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942
17. Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007
18. Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021
19. Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023
20. Decreto nº 11.444, de 21 de março de 2023
21. Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002
22. Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022
23. Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023
24. Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025.
25. Resolução CNJ nº 125, de 29 de novembro de 2010
26. Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018
27. Recomendação nº 90, de 02 de março de 2021
28. Protocolo de Intenções para o Plano Nacional Defensoria em Todos os Cantos, entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública em parceria com a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (ANADEFP) e Defensoria Pública da União (DPU)

21HU Promoção e Proteção de Direitos em Ambiente Digital

Constituição Brasileira de 1988. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança, Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança

2334 Proteção e Defesa do Consumidor

• CF/88 - Art. 170, inciso V
• Lei 8.078/1990;
• Lei 9.609/1998;
• Lei 9.610/1998;
• Lei 10.742/2003;
• Lei nº 13.971/2019;
• Lei 13.844/2019;
• Lei 14.034/2020;
• Lei 14.046/2020;
• Lei 14.802/2024 – PPA 2024/2027
• Decreto 2.181/1997;
• Decreto 6.523/2008;
• Decreto 7.962/2013;
• Decreto 7.963/2013;
• Decreto 9.756/2019;
• Decreto 9.875/2019;
• Decreto 9.882/2019;
• Decreto 9.662/2019;
• Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional
• Decreto 10.197/2020;
• Decreto nº 10.321/20;
• Decreto nº 10.887, de 7 de dezembro de 2021
• Decreto nº 11.348/2023 - Estrutura do MJSP
• Decreto nº 11.103/2022
• Decreto nº 12.543/2025
• Portaria Gab-Senacon 07/2016;
• Portaria Gab-Senacon 24/2019;
• Portaria Gab-Senacon n.º 12/2020;
• Portaria Gab-Senacon n.º 12/2021;
• Portaria Gag-Senacon 14/2020;
• Portaria Conjunta MJSP/MINFRA 03/2019;
• Portaria MJSP 1.387/2007;
• Portaria MJSP 329/2019;
• Portaria MJSP 618/2019;
• Portaria MJSP 156/2020;
• Portaria nº 232/2020.
• Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

2733 Qualificação e Democratização do Processo de Elaboração Normativa

Constituição Federal de 1988

Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003;

Decreto nº 11.348/2023 de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Decreto nº 12.543/2025 Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

2F07 Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres

1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: direitos individuais (Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...) e direitos sociais (Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição) e direitos trabalhistas (Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...) XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei).
2. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
3. Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994
4. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
5. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941
6. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015
7. Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019
8. Lei nº 12.845, de 01 de agosto de 2013

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

9. Lei nº 13.642, de 03 de abril de 2018
10. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021
11. Lei nº 14.847, de 25 de abril de 2024
12. Lei nº 11.431, de 08 de março de 2023
13. Lei nº 14.611, de 03 de julho de 2023
14. Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023
15. Decreto nº 12.543/2025 de 1º de julho de 2025
16. Portaria MJSP nº 911/2025, de 25 de março de 2025
17. Protocolo de Intenções CNJ e MJSP n. 002/2024, de 19 de junho de 2024 - Implementação e desenvolvimento do Programa “Antes que Aconteça”
18. Protocolo de Intenções CNMP e MJSP n. 003/2025, de 8 de abril de 2025 - Implementação e desenvolvimento do Programa “Antes que Aconteça”

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Decreto-Lei nº 200/1967;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro DE 2021;

Decreto nº 11.348, de 2023;

Decreto nº 12.543, de 1º de junho de 2025; Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Instrução normativa nº 1, DE 4 de abril de 2019;

Instrução normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

00QV Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado

LEI Nº 13.712, de 24 DE AGOSTO DE 2018
PORTARIA MJSP Nº 130, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018
PORTARIA MJSP Nº 157, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRF Nº 108, DE 06 DE ABRIL DE 2023

154T Construção e Ampliação de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;
Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;
Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;
Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;
Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;
Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;
Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Lei n º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;
Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social;
Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027
Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;
Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;
Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;
Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;
Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança
Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria MJSP nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

166N Construção da Universidade Corporativa da PRF

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;
Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;
Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;
Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;
Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;
Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;
Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Lei n º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;
Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social;
Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027
Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;
Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;
Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;
Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;
Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança
Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria MJSP nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

2000 Administração da Unidade

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;
Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;
Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;
Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;
Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;
Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;
Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Lei n º 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;
Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social;
Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027;
Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;
Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;
Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;
Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;
Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020;
Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030
Decreto nº 11.348 de 1º de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxilio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

2723 Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção

Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988 – Estabelece a PRF como órgão permanente da União e com objetivo de patrulhamento nas rodovias federais;
Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 - Institui a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;
Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;
Lei n. 9.654 de 02 de junho de 1998 - Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal;
Lei n. 9.883 de 07 de dezembro de 1999 - Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência;
Lei nº 13.344 de 06 de outubro 2016 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas;
Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 - estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Lei nº 13.614 de 11 de janeiro de 2018 - Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans;
Lei nº 13.675 de 11 de junho 2018 – Institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social;
Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública;
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual para o período de 2024 a 2027
Decreto nº 1.655 de 03 de outubro 1995 - Define a competência da Polícia Rodoviária Federal;
Decreto nº 3.229 de 29 de outubro 1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos;
Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 - Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;
Decreto nº 5.480 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 8.614 22 de dezembro de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar de nº 121 de 09 de fevereiro de 2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furtto e Roubo de Veículos e Carga;
Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras;
Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.
Decreto nº 10.822, de 2021 - Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança
Decreto nº 12.543, 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria MJSP nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988;
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024/2027;
Decreto n. 6.555 de 2008 (Dispõe sobre as açbes de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências);
Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023 (Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

30108 Departamento de Polícia Federal

00UI Indenização pela Disponibilização Voluntária Durante o Repouso Remunerado

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023; e

Portaria MJSP nº 186, de 22 de setembro de 2022 - Regulamenta a indenização prevista no inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997.

0122 Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ)

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023;

Parceres nº 41/2013 CONJUR/CGDI; nº 246/2012 CONJUR/MRE; nº 0259 – 6.9/2013/GCG/CONJUR-MP/CGU/AGU; e nº 103/2013/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU; e

NOTAS nº 010/2013/DECOR/AGU/AGU; Nº 1246 - 6.9 / 2013/PFF/CONJUR-MP/CGU/AGU e n. 3081 - 6.8/2014/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU

15SH Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

15F9 Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração

pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

15WH Construção da Superintendência Regional em Minas Gerais

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

15WI Construção da Superintendência Regional no Piauí-PI

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

15XA Ampliação da Superintendência da Polícia Federal no Ceará

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei nº. 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

15XB Construção do Instituto Nacional de Identificação - INI/DPA/PF

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei nº 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

15XE Construção da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei nº 14.802 de janeiro de 2024 -institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol, alterado pelo Decreto nº10.895/2021;

Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências (art. 8º e 45-A);

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (art. 60-A a 60-E);

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; e

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

2586 Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros

Constituição Federal: art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para

Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Lei 10.351, de 26 de dezembro de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial de R\$ 3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

Lei nº 13.445/2017 - Institui a Lei de Migração.

Decreto nº 1.983, de 1996 - Institui o o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - Regulamenta o FUNAPOL, alterado pelo Decreto nº 10.895/2021;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016, alterado pelo decreto Decreto 9.818 de 03 de junho de 2019, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.

Decreto nº 9.199/2017 - Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, 1º de julho de 2025 -Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023.

2726 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Constituição Federal: art. 144, § 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol;

Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022 - Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências;

Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 - institui o Fundo Nacional Antidrogas (Funad);

Lei 10.351, de 26 de dezembro de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

Decreto Nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Art. 47, com redação dada pelo Decreto nº 11.965, de 2024;

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol;

Decreto 4.262/02 - Regulamenta a Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicos ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências;

Decreto nº 6.869, de 04 de junho de 2009 - Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências;

Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016, alterado pelo decreto Decreto 9.818 de 03 de junho de 2019, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução;

Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019 - Dispõe sobre a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis e sobre as Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis;

Decreto nº 9.988, de 26 de agosto de 2019 - Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.543, 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF, alterada pela Portaria MJSP nº 265, de 3 de janeiro de 2023;

Portaria MJSP nº 204, de 21 de outubro de 2022, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

Portaria MJSP nº 223, de 21 de novembro de 2022, Altera a Portaria MJSP nº 204, de 21 de outubro de 2022, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

Portaria MJSP nº 30, de 29 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2020, seção 1, páginas 91 e 92 (Regimento Interno da Conportos);

Portaria MJSP nº 495, de 17 de novembro de 2021, que dispõe sobre as peculiaridades para a concessão, aplicação e comprovação do uso adequado de suprimento de fundos, e disciplina o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

Resolução Conportos nº 53, de 04 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 172, Seção 1, página 49, em 08 de setembro de 2020;

Instrução Normativa Nº 166/2020-DG/PF, que dispõe sobre a fiscalização e o controle dos produtos e insumos químicos;

Instrução Normativa Nº 215-DG/PF, de 23 de dezembro de 2021, que regulamenta a concessão, a aplicação e a comprovação de Suprimento de Fundos para custeio de despesas decorrentes das atividades peculiares à Polícia Federal em Regime Especial de Execução e de Pequeno Vulto;

Instrução Normativa Nº 216-DG/PF, de 13 de janeiro de 2022, que regulamenta a atividade de Inteligência Policial da Polícia Federal; e) Decreto nº 3.518, de 20 de junho de 2000, que regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2º, § 2º, 4º, § 2º, 5º, § 3º, e 15 da referida Lei.

30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, anexo I, arts. 1º e 31; Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGE/XCOF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015 e Ofício nº 102 COF/CORG/AEFI/MRE, de 16 de julho de 2015.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

2807 Promoção e Defesa da Concorrência

A proteção da ordem econômica está fundamentada no artigo 170 da Constituição Federal. A defesa da concorrência no Brasil é atribuição do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, regido pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. A referida lei disciplina, ainda, tanto a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, quanto suas competências, dentre elas, a de instrução e julgamento de atos de concentração e processos administrativos. O Decreto nº 9.011, de 23 de março de 2017, aprova a Estrutura Regimental da autarquia.

30212 Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (art. 60-A a 60-E);

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIA

21D5 Gestão de Políticas de Proteção de Dados

Art. 5º, inciso LXXIX da Constituição Federal de 1988
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - art. 35. - XXIII
Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.
Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional
Decreto nº11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura atual do MJSP
Decreto nº 12.543, de 1º de junho de 2025; Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

30905 Fundo de Defesa de Direitos Difusos

6067 Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos

• CF/88 - Art. 170, incisos IV, V e VII

• Lei 7.347/1985;

• Lei 9.008/1995;

• Lei nº 13.019/2014

• Lei 13.844/2019;

• Lei 14.600/2023

• Lei 14.802/2024 (PPA 2024-2027)

• Decreto 1.306/1994;

• Decreto nº 8.726/2016

• Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional

• Decreto nº 10.073/2019;

• Decreto nº 10.321/2020;

• Decreto nº 10.426/2020

Decreto 11.103/2022

Decreto 11.271/2022

Decreto 11.531/2023

• Decreto nº 11.348/2023 - Estrutura do MJSP

Decreto nº 12.543, de 1º de junho de 2025; Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

• Instrução Normativa MGI Nº 29/2023

• Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023

Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 29/2024

• Portaria MJ 905/2017;

• Portaria MJ 2.314/2018;

• Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

- ADPF 944

30907 Fundo Penitenciário Nacional

00CA Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 -Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Lei complementar nº 79/1994 – Cria o Fundo Penitenciário Nacional; e
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 - Regulamenta a Lei nº 11.530/2007 e estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa no biênio 2023-2024.
Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017- Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional;
Portaria do Ministro nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

00R3 Transferências aos Entes Federativos para Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017;
Lei 13.844 de 18 de junho de 2019
Lei 14.214, de 6 de outubro de 2021
Lei 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a2027.
Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.
Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017- Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional;
Portaria do Ministro nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

164C Construção da Academia Nacional de Polícia Penal - SENAPPEN

Lei Complementar nº 79 de 7 de janeiro de 1994.
Lei 14.802 de 10/01/2024 que institui PPA 2024-2027
Decreto nº 6.049 de 27 de fevereiro de 2007;
Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017
Portaria MJ nº 3.123 de 3 de dezembro de 2012.
Portaria do Ministro nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

2000 Administração da Unidade

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Lei Complementar 79, de 07 de janeiro de 1994;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Decreto nº 1.093, de 23 e março de 1994;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001;
Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006;
Decreto nº 9203, de novembro de 2017;
Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019
Portaria MJ nº 3.123, de 3 de dezembro de 2012 - Cria a Espen
Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 (Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional)
Portaria do Ministro nº2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (art. 60-A a 60-E);

Decreto-Lei 200/1967 - DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES, PARA A REFORMA ADMINISTRATIVA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIA

Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021

21BP Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994;
Lei Complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005;
Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984;
Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990;
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996
Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998;
Le nº 9.807, de 13 de julho de 1999;
Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000;
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001;
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006;
Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008;
Lei nº 12.258, de 15 de junho de 2010;
Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011;
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017;
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018;
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019;
Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002;
Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007;
Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011;
Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018;
Decreto nº 9.871, de 27 de junho de 2019;
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021;
Portaria Interministerial nº 1.777 de 09 de setembro de 2003;
Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014;
Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014;
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016;
Portaria MJSP nº 2.594, d e24 de novembro de 2011;
Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018;
Portaria MEMJSP nº 21.073, de 2 de outubro de 2020 e
ADPF 347, de 9 de setembro de 2015.
Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023

30911 Fundo Nacional de Segurança Pública

00CA Concessão de Bolsas para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027; e
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 - Regulamenta a Lei nº 11.530/2007 e estabelece os eixos prioritários para a execução do Programa no biênio 2023-2024.
Portaria do Ministro nº2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

00R2 Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm);
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sisnad);
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº14.550, de 19 abril de 2023;
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP);
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância;
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNISP);
Lei nº 13.812, 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeiço a legislação penal e processual penal);
Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acredenta ao Código Penal o crime de perseguição);
Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar);
Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNISP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social -PNSPDS);
Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei.);
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISP);
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução);
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS);
Decreto nº 9.609 de 12 de dezembro de 2021 (Conselho Gestor do FNISP)
Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestro da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (institui a agenda transversal e multisetorial da primeira infância);
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
Decreto nº 11.348, de 01 janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
Decreto nº 11.436 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.);
Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023 (regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, etc);
Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023 (Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios);
Decreto nº 12.543/2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF);
Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
Portaria nº 275, de 5 de julho de 2021 (Dispõe sobre os critérios de rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos Estados e ao Distrito Federal na modalidade fundo a fundo);
Portaria MJSP nº 685, de 16 de maio de 2024 (regulamenta as áreas temáticas para uso eficiente dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, transferidos na forma do Inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018);
Portaria MJSP nº 772, de 11 de novembro de 2021 (procedimentos para transferência obrigatória de recursos do FNISP);
Portaria MJSP nº 833, de 24 de dezembro de 2024 (estabelece os percentuais de rateio e os valores de recursos estimados a serem transferidos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos Fundos Estaduais e Distrital de Segurança Pública, na modalidade Fundo a Fundo, para o exercício 2025, e dá outras providências);
Portaria do Ministro nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP
Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP).

00U1 Subvenção Econômica destinada à Aquisição e/ou Construção de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro - Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNISP);
Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Art. 12 inciso VII (LDO 2021);
Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social);
Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 (Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro, e altera o Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social); e
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI).

00U2 Implementação de Iniciativas Voltadas ao Enfrentamento à Violência Contra Mulheres

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de /2006 - Lei Maria da Penha;
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 (institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024, plano de metas;
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (estabelece os eixos prioritários do Pronasci 2);
Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023, Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

00V0 Implantação de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 (institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci);
Lei nº 14.802, de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;
Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023 (estabelece os eixos prioritários do Pronasci 2);
Portaria Interministerial nº 32/2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.

15P9 Construção de Imóvel da Força Nacional de Segurança Pública

Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 - Cooperação federativa;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017 - Permite a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria

Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNISP);
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública;
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental MJSP;
Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria MJSP nº 151, de 26 de setembro de 2018 - Regimento Interno SENASP, que revogou a Portaria nº 1.151/2017;
Portaria SENASP nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP).
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP

21BQ Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências);
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências);
Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm);
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha), alterada pela Lei nº14.550, de 19 abril de 2023;
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sisnad);
Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 (Cooperação Federativa);
Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI);
Lei nº 11.707, de 19 de junho 2008 (PRONASCI);
Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 (SINESP);
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIM);
Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio);
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância);
Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp);
Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Altera o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro)
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (FNISP);
Lei nº 13.812, 16 de março de 2019 (Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (aperfeiço a legislação penal e processual penal);
Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021 (Acredenta ao Código Penal o crime de perseguição);
Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021 (Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar);
Lei nº 14.312, de 14 de março de 2022 (Institui o Programa Habite Seguro);
Lei nº 14.316, de 29 de março de 2022 (Destina recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNISP para ações de enfrentamento da violência contra a mulher);
Lei nº 14.330, de 4 de maio de 2022 (Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social -PNSPDS);
Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022 (Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente);
Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023 (Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.);
Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023 (Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei);
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Lei nº 14.950, de 2 de agosto de 2024 (dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde);
Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (SISP);
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 (institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução);
Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019 - Regulamenta Sinarm;
Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS);
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021 (Institui o Comitê Gestão da Política Nacional de Pessoas Desaparecidas);
Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021 (SINAB);
Decreto nº 10.770, de 17 de agosto de 2021 (institui a agenda transversal e multisetorial da primeira infância);
Decreto nº 10.777 de 24 de agosto de 2021 – Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Pnisp;
Decreto nº 10.778 de 24 de agosto de 2021 – Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Enisp;
Decreto nº 10.793, de 13 de setembro de 2021 - Regulamenta Programa Habite Seguro;
Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021 (Institui o Plano Nacional de Segurança Pública);
Decreto nº 11.348, de 01 janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MJSP);
Decreto nº 11.436 de 15 de março de 2023 (Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 - PRONASCI), para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, no biênio 2023-2024, denominado Pronasci 2, e dispõe sobre o Projeto Bolsa-Formação.);
Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023 (regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, etc);
Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023 (Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios);
Decreto nº 11.765, de 1º de novembro de 2023 - Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos;
Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional;
Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse);
Portaria nº 36 de 29 de março de 2021 – Sistema Cronos;
Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF);
Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP);
Portaria nº 288 de 23 de janeiro de 2023 (Regulamenta estrutura MJSP);
Portaria nº 499 de 02 de outubro de 2023 – Institui o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – ENFOC - para a execução das ações estratégicas definidas no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, e operacionalizar eixos previstos no Plano de Ação na Segurança – PAS;
Portaria nº 516 de 03 de dezembro de 2021- Institui o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas – VIGIA;
Portaria nº 560, de 25 de janeiro de 2024 que dispõe sobre a aprovação do Plano de Gerenciamento do Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas – Programa ENFOC;
Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOP);
Portaria nº 2 de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP
Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP).

2B00 Atuação da Força Nacional de Segurança Pública

Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 - Cooperação federativa;
Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017 - Permite a prestação de serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), na qual se inclui a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP);
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 - Fundo Nacional de Segurança Pública (FNISP);
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - PPA 2024-2027;
Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004 - Disciplina o programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental MJSP;
Decreto nº 12.543/2025 - Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria MJSP nº 151, de 26 de setembro de 2018 - Regimento Interno SENASP, que revogou a Portaria nº 1.151/2017;
Portaria SENASP nº 200, de 06 de novembro de 2018 - Diretriz Administrativa Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP).
Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022 - Institui o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP
Portaria do Ministro nº 503, de 03 de outubro de 2023 - Diretriz para o Programa Estratégico de Segurança Pública da Amazônia - PESPAM.
Portaria do Ministro nº 648 de 28 de maio de 2024 - Estabelece diretrizes sobre o uso de câmeras corporais pelos órgãos de segurança pública.
ADPF 708/2023 - Ações para a proteção dos povos indígenas.
ADPF 743/2024 - Ações de proteção do meio ambiente e de prevenção e combate aos incêndios florestais nos biomas Amazônia e Pantanal.

30912 Fundo Nacional Antidrogas

201E Articulação de Política Pública sobre Drogas
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, § único, art. 243.
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.
Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, inciso VI, art. 27.
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.
Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019.
Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.
Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024.
Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024.
Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025.
Recurso Extraordinário/RE STF nº 635.659, de 26/09/2024, do Supremo Tribunal Federal.
Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006.
Decreto nº 6.117/2007, de 22 de maio de 2017.
Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.
Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019.
Decreto nº 11.348, de 1 º janeiro de 2023.
Decreto nº 11.480, de 6 de abril de 2023.
Decreto nº 12.543 de 1º de julho de 2025
Portaria Interministerial nº 2, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Justiça e Segurança Pública , da Saúde, do Desenvolvimento Social e do Trabalho.
Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde.
Portaria nº 513, de 28 de outubro de 2020, do Ministério da Cidadania.
Portaria MC nº 721, de 21 de dezembro de 2022, do Ministério da Cidadania.
Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Portaria MJSP nº 337, de 23 de março de 2023, do do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Portaria MJSP nº 660, de 17 de abril de 2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Portaria MJSP nº 870, de 11 de fevereiro de 2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Resolução CONADA nº 1, de 19 de agosto de 2015, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/MJ.
Resolução CONAD nº 7, de 21 de junho de 2022, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/SENAD/MJSP.
Resolução CONAD nº 8, de 27 de setembro de 2022, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/SENAD/MJSP.
Resolução CONAD nº 9, de 19 de julho de 2024, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/SENAD/MJSP.
Resolução CONAD nº 10, de 19 de julho de 2024, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/SENAD/MJSP.

211N Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito da Seguridade Social
Constituição Federal – Art. 243, parágrafo único.

Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 – Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos do tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.
• Art. 2º, inciso VI – Trata da destinação dos bens apreendidos.

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social.
• Art. 27, inciso VI – Estabelece que 50% da receita proveniente da alienação dos bens e numerários apreendidos serão destinados à Seguridade Social.

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); prescreve medidas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes; define crimes e normas para repressão à produção e ao tráfico ilícito de drogas.
• Art. 63 – Dispõe sobre a gestão e destinação de bens apreendidos.

Decisão do Recurso Extraordinário nº 635.659, de 26 de junho de 2024, do Supremo Tribunal Federal (STF) – Trata da descriminalização da posse de até 40g de cannabis ou o cultivo de até 6 plantas fêmeas para uso pessoal.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, § 1º, art. 37 e art. 220;
Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010: que “Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.”;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: que trata de “Lei de Licitações e Contratos Administrativos.”;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967: que “Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.” (Sic);
Decreto nº 6.555, de 08 de setembro de 2008: que “Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.”;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020: que “Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada”, vide inciso IV, § 3º, art. 3º; e
Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023: que “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança”.

32101 Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

000E Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 12.304, de 02 de agosto de 2010, art. 2º, 4º e 7º; Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013; Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023; e Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE que definem a parcela do bônus de assinatura de contratos de partilha da produção a ser destinada à Empresa, tal como a Resolução nº 5, de 25 de junho de 2013.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015, promulgado pelo Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019; e Declaração Conjunta de Associação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Internacional de Energia, de 31 de outubro de 2017.

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A e 60-E; e PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023

21BA Coordenação das Ações de Gestão e Monitoramento do Setor Elétrico
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004; Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011; Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018; Decreto nº 10.221, de 5 de fevereiro de 2020; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023. Decreto 11.628, de 04 de agosto de 2023.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal de 1988, art. 37; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023; e Instruções Normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

4887 Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Constituição Federal de 1988, arts. 20, 21, 22, 174, 176 e 225, § 2º; Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989; Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990; Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

4892 Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis
Constituição Federal de 1988, art. 174; Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010; Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

4897 Transição Energética e Planejamento
Constituição Federal de 1988, art. 174; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023.

32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea “b”

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

20LC Geologia do Espaço Marinho e Costeiro - Novo PAC
Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005: Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM); Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e Decreto nº 12.363, de 17 de janeiro de 2025 (XI Plano Setorial para os Recursos do Mar).

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Constituição Federal de 1988, art. 218; Decreto nº 3.294, de 15 de dezembro de 1999; e Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002.

21HC Mapeamentos, Monitoramentos e Alertas voltados à Prevenção de Desastres - Novo PAC
“Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX;
Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969;
Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994;
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012
Estatuto Social da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM) - itens I, II, III, IV e V do Art. 4º.”

21HD Geologia para Mineração e Desenvolvimento Sustentável
Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Leis nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

21HE Pesquisa Mineral - Novo PAC
Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX; Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Leis nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

21HF Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina
Sentença transitada em julgado no STJ, em setembro de 2014, por meio do Recurso Extraordinário 612592 SC (impetrado pelos réus: União e empresas de mineração de carvão da região sul-catarinense), em última instância.

2397 Conhecimento para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica
Constituição Federal de 1988, art. 20, inciso IX e art. 21, incisos XV e XIX;
Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969;
Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994;
Estatuto Social da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB/CPRM) - itens I, II, III, IV e V do Art. 4º; e
Compõe ações do Plano Nacional da Mineração 2030 e 2050, bem como do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2040.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal de 1988, art. 37; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Normas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM: a) Instrução Normativa SECOM/PR nº 1, de 19 de junho de 2023; b) Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 e c) Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
PLDO 2026, art. 12, inciso XVIII.

2000 Administração da Unidade
i - Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; ii - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e iii - Decreto 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

212J Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
i - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 8º; e ii - Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

212K Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
i - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e ii - Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
i - Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais - Arts. 60-A a 60-E; ii - PLDO 2026, art. 12, inciso XXV e art. 18, inciso XIII e § 8º.

32266 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

00NY Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (e suas alterações);
Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
Acórdão nº 3.389/2012-Plenário TCU.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Projeto de Lei nº 4/2023-CN (LDO 2024);
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 53;
Parecer nº 00083/2021/PFANEEL/PGF/AGU;
Acórdão nº 11.205/2020 - Primeira Câmara-TCU.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Projeto de Lei nº 4/2023-CN (LDO 2024);
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), art. 53;
Parecer nº 00083/2021/PFANEEL/PGF/AGU;
Acórdão nº 11.205/2020 - Primeira Câmara-TCU.

2000 Administração da Unidade
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, para a concessão do auxílio-moradia.

2993 Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29, VII.
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

2C42 Participação Pública e Comunicação com a Sociedade
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29;
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Decreto nº 9.981, de 28 de agosto de 2019;
Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020;
Portaria ANEEL nº 6.367, de 29 de abril de 2020.

4699 Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica
CF/88, art. 21, XII, "b", e art. 175;
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29, VIII e IX;
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 (e suas alterações);
Decreto nº 10.272, de 12 de março de 2020;
Resolução Normativa ANEEL nº 954, de 30 de novembro de 2021;
Resolução Normativa ANEEL nº 1.069, de 29 de agosto de 2023;
Resolução Normativa ANEEL nº 1.116, de 25 de fevereiro de 2025.

4703 Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 29;
Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

4880 Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica

Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019;
Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;
Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019 e suas alterações.

32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015, promulgado pelo Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019; e Declaração Conjunta de Associação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Internacional de Energia, de 31 de outubro de 2017.

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b".

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; e Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004 - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

20LI Estudos para o Planejamento do Setor Energético
Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 2º, caput e art. 4º, caput e incisos I a VII; e Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004 - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A e 60-E; e PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.

21BC Estudos da Indústria de Petróleo e Gás Natural
Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 4º, caput e incisos I, XII, XV e parágrafo único; e Decreto nº 10.712, de 2 de julho 2021.

21BD Estudos da Indústria de Biocombustíveis
Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, art. 4º, caput e incisos I, III, XIII, XV e parágrafo único.

32396 Agência Nacional de Mineração - ANM

15YU Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM
Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988, art. 165; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

215Z Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração
Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e
PLDO 2024, art. 12, inciso XXIV e art. 18, inciso XIV e § 8º.

21F6 Modernização e Gestão dos Recursos de Tecnologia da Informação, Comunicação e Inovação Institucional
Constituição Federal de 1988, art. 165; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

32398 Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
PLDO 2024, art. 12, inciso XVI, alínea "b".

20V1 Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia
Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.

21BE Fabricação de Equipamentos destinados à Indústria de Petróleo e Gás, Offshore e Torres de Transmissão
Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.

33101 Ministério da Previdência Social - Administração Direta

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12, inciso XVII, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 - LDO 2025);
Artigo 12, inciso XVIII, do PLDO 2026; e
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

2000 Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;
Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021 - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

212S Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de Previdência
Constituição Federal do Brasil de 1988 (art. 21, inciso VIII; art. 40, caput e §§14, 15 e 16; art. 115, inciso IV; e art. 202);
Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019;
Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 - Dispõe sobre a relação entre Patrocinador Público e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar;
Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências (Art. 26 enumera as competências do CRPS);
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e o Distrito Federal e dá outras providências;
Lei 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 (S3º do art. 30) - Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória de diversas Carreiras incluindo a Carreira de Perito Médico Federal e a Carreira de Supervisor Médico-Pericial.
Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 - Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;
Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social (Livro V, Título I, Capítulo Único dos Órgãos Colegiados, Seção II - Do Conselho de Recursos da Previdência Social).
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

21FS Gestão das Políticas de Previdência Social

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;
Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios.

2578 Serviço de Perícia Médica

Arts. 201 e 202, CF; Lei 8.212/91; Lei 8.213/91; Decreto 3.048/99 - Regulamento da Previdência, RESOLUÇÃO Nº 147 INSS/DCPRES, DE 17 DE MARÇO DE 2004.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37;
Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário;
Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;
Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023;
Portaria SECOM nº 8.038, de 30 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal.
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 19 de junho de 2023 que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM.;
2. Instrução Normativa nº 2, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre o desenvolvimento e a execução da publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM e dá orientações complementares;

33201 Instituto Nacional do Seguro Social

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12, inciso XVII, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 - LDO 2025);
Artigo 12, inciso XVIII, do PLDO 2026; e
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios; e
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

20GN Educação Previdenciária e Financeira

Portaria MPS nº 1.276, de 09 de setembro de 2003 (Transforma o PES em PEP)
Portaria MPS nº 514, de 13 de dezembro de 2010 (Disciplina a Execução do PEP no INSS)
Resolução nº 123/INSS/PRES, de 14 de dezembro de 2010 (Altera a estrutura do PEP e disciplina a sua execução)

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

21FT Atendimento da Clientela Previdenciária

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto nacional do Seguro Social - INSS

2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;
Decreto nº 97.936, de 10 de julho de 1989 - Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador e dá outras providências;
Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal. (Redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019);
Decreto nº 7.151, de 9 de abril de 2010 - que aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV.
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;
Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 - Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;
Decreto nº 9.781, de 3 de maio de 2019 - Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso I do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022; e
Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica

Constituição Federal, de 1988, art. 109, parágrafo 3º - Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências; e
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

2562 Auditoria Interna, Processos Correicionais e Tomada de Contas Especial

Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Decreto nº 3.591 de 6 de setembro de 2000 - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Decreto nº 4.440 de 25 de outubro de 2002 - Altera dispositivos do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social e remaneja cargos em comissão e funções de confiança (alterado pelo Decreto nº 11.973, de 1º de abril de 2024);
Portaria PRES/INSS nº 1.532, de 08 de dezembro de 2022 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Seguro Social.

2585 Serviço de Reabilitação Profissional

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social;
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Anexo III, Seção I, inciso LXVII;
Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social;
Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 1999;
Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2019 - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Anexo XLV deste Decreto detalha a Convenção nº 159 da OIT sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes.

2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários

Lei Complementar nº 101/2000, art. 50, § 3º - A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências;
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;
Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;
Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índices de Irregularidade, entre outros;
Lei nº 13.947, de 19 de junho de 2019 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez;
Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências;
Decreto nº 4.729, de 9 de junho de 2003 - Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências;
Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 -Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG;
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022;
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.
Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

33206 Superintendência Nacional de Previdência Complementar

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12, inciso XVII, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 - LDO 2025);
Artigo 12, inciso XVIII, do PLDO 2026; e
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios; e
Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Previdência Social.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Lei Complementar nº 109/2001, art. 3º, Inciso V - fiscalizar as entidades de previdência complementar, suas operações e aplicar penalidades;
Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 2º, Inciso I a VIII - Competências da Previc;
Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

34101 Ministério Público Federal

110E Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15XS Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal - RN

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

15ZG Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória da Conquista - BA

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112/1990. Art. 227, VIII, da Lei Complementar nº 75/1993. Art. 50, II da Lei nº 8625/1993 - LONMP. Portaria PGR/MPU nº 53, de 13/12/2019 e alterações, Portaria PGR/MPU nº 33, de 26/02/2024, Portaria PGR/MPU nº 7, de 03/02/2025.

219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública

Art. 5, inciso XXXIII e Art.37, parágrafo 1º da Constituição Federal; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Art. 5, inciso XXXIII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

4264 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

7345 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

34102 Ministério Público Militar

12DN Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Portaria PGR/MPU nº 53, de 13/12/2019 e alterações, Portaria PGR/MPU nº 33, de 26/02/2024, Portaria PGR/MPU nº 7, de 03/02/2025.

4263 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar

Art. 127, 128, 165 e 167 da Constituição Federal de 1988; art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.

34103 Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Estatuto Social do INSTITUTO ROBERTO LYRA, registrado em 05/11/24.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Portaria PGR/MPU nº 53, de 13/12/2019 e alterações, Portaria PGR/MPU nº 33, de 26/02/2024, Portaria PGR/MPU nº 7, de 03/02/2025.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Art. 5, inciso XXXIII e Art.37, parágrafo 1º da CF. Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993. Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

4261 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

34104 Ministério Público do Trabalho

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Inciso XXV, Portaria PGR/MPU nº 58, de 29 de setembro de 2021, Portaria PGR/MPU nº 264, de 13 de dezembro de 2023 e Portaria PGR/MPU nº 7, de 3 fevereiro de 2025.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002 e Portaria PGT nº 1052, de agosto de 2017, BS ESPECIAL 84-2017.

4262 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho

§ 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

34105 Escola Superior do Ministério Público da União

20HP Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento

§3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Portaria PGR/MPU nº 53, de 13/12/2019 e alterações, Portaria PGR/MPU nº 33, de 26/02/2024, Portaria PGR/MPU nº 7, de 03/02/2025.

2549 Comunicação e Divulgação Institucional

Art. 5, inciso XXXII e Art.37, parágrafo 1º da CF; Arts. 22 e 23 da LC 75, de 20 de maio de 1993; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.

35101 Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

00CB Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024; Decreto nº 11.357, de 01 de janeiro de 2023; Acordos culturais, educacionais ou de ciência e tecnologia firmados pelo Brasil. Portaria Interministerial MEC/MRE n. 7, de 4 de junho de 2024, que regulamenta a operacionalização do Programa de Estudantes-Convênio na modalidade de Graduação - PEC-G e de Português como Língua Estrangeira - PEC-PLE; Portaria Conjunta nº 936, de 24 de novembro de 2024, que regulamenta o Programa de Estudantes-Convênio em sua modalidade de Pós-Graduação - PEC-PG; Portaria MRE n. 572, de 19 de dezembro de 2024, que regulamenta o Programa Guimarães Rosa de Apoio ao Estudante-Convênio

00CC Concessão de Bolsas de Estudo a Pessoas Negras (Pretas e Pardas) Candidatas à Carreira Diplomática

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014; Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023; Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023; Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013 e Acordo Cooperação Técnica sobre a Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco,

celebrado em 9 de novembro de 2023, entre o Ministério das Relações Exteriores - MRE, o Ministério da Igualdade Racial – MIR, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e a Fundação Cultural Palmares.

00PK Indenizações a Servidores Cíveis e Militares em Serviço no Exterior

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; e Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art 8º,

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEX/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015.

00QX Pagamento da taxa de administração do Escritório Local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Decreto 5.151, de agosto de 2005; Decreto nº 59.308 de 23 de setembro de 1966, que promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil-ONU, de 1964; e Portaria nº 08, de 04 de janeiro de 2017, do Ministério das Relações Exteriores.

00WK Concessão de Bolsas de Estudo a Mulheres de Baixa Renda Candidatas à Carreira Diplomática

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de janeiro de 2023; Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023; Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022; Decreto nº 11.016, de 2022; Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

00WL Concessão de Bolsas de Estudo a Pessoas Indígenas Candidatas à Carreira Diplomática

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Decreto nº 11.357, de 01 de janeiro de 2023; Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023; Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013.

00X2 Concessão de Bolsas de Estudo a Pessoas com Deficiência Candidatas à Carreira Diplomática

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de janeiro de 2023; Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Decreto nº 11.785, de 20 de novmvro de 2023.

169A Aquisição de Imóvel para Instalação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em São Tomé, São Tomé e Príncipe

Lei 14.133, Art. 74, inciso V e §5º, incisos I a III

2000 Administração da Unidade

CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

2015 Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, art. 123; Decreto nº 84.788 de 16 de junho de 1980; Decreto nº 1.983 de 14 de agosto de 1996 (alterado pelo Decreto nº 5.978 de 4 de dezembro de 2006); Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010 (alterado pelo Decreto nº 7.987, de 17 de abril de 2013); Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Portaria nº 457, de 2 de agosto de 2010 (Manual de Serviço Consular e Jurídico) e Plano Diretor de Reforma Consular do MRE; e Portaria nº 463, de 4 de maio de 2023 (Guia de Administração dos Postos – GAP – do MRE).

20WW Relações e Negociações Bilaterais

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20WX Relações e Negociações Multilaterais

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20WY Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.873, de 29 de Dezembro de 2023; Portaria MRE, de 4 de novembro de 2003; Portaria Interministerial MEC/MRE nº 01, de 20 de março de 2006.

20WZ Promoção Comercial e de Investimentos

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

20X0 Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil

CF/88, arts. 3º e 4º; Lei nº 11.346, de 15 setembro de 2006, arts 8º e 9º; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 19.941, de 22 de novembro de 1945, que promulga a Carta Geral das Nações Unidas; Decreto nº 54, de 8 de março de 1991; Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, art. 3º; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, arts 3º, 4º, 14, 17 e 19; Decreto 9.860, de 25 de junho de 2019; Decreto 11.357, de 1º de janeiro de 2023; e Decreto 11.407, de 31 de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art. 8º, inciso III, alínea f.

2532 Cooperação com Países de Língua Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

2533 Cooperação Técnica Internacional

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023. Acordos de Cooperação firmados com os países parceiros; e Portaria MRE nº 08 de 4 de janeiro de 2017.

2534 Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023; Portarias GM/MRE nº 188 e 189, ambas de 14 de março de 2014; e Portaria IRBR de 15 de dezembro de 2016; Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº. 64, de 5 de setembro de 2022; e Portaria MRE nº. 585, de 20 de fevereiro de 2025.

2536 Demarcação de Fronteiras

Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

6105 Relações e Negociações no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC)

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

8495 Realização de Eventos Internacionais Oficiais

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 11.357, de 01 de Janeiro de 2023.

35201 Fundação Alexandre de Gusmão

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2367 Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil

Lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971; Decreto nº 10.943, de 24 de janeiro de 2022; Portaria da FUNAG nº 65, de 8 de fevereiro de 2022.

36201 Fundação Oswaldo Cruz

13DW Construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS)

Lei de aprovação do PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010.

15VW Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará

Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

20K1 Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde

Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei de Aprovação do PPA; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação) e Decreto Nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018

20Q7 Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012

20YD Educação e Trabalho na Saúde

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6; Portaria Interministerial nº 7, de 16 de setembro de 2021. Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021.

20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças

Lei n.º 6.259 de 30/10/75; Lei n.º 8.080 de 19/09/90; Lei nº 14.133/ 21; Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012; Decreto 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Decreto nº 11.798, de 2023; Portaria GM/MS nº 1.841, de 5 de agosto de 2021; Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; Portaria GM/MS nº 1.378/2013; Portaria 1.498 de 19/07/2013; Portaria GM/MS nº 1271 de 06/06/2014.

21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde

Lei nº 8080/1990 (SUS); Lei nº 8142/1990 (Gestão do SUS); Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Decreto nº 9.283, DE 7 de fevereiro de 2018 (Regulamenta a Lei de Pesquisa e Inovação); Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Capítulo III, art. 8º, inciso III; Portaria GM/MS nº 4.021, de 16 de novembro de 2022; e Portaria GM/MS nº 4.282, de 12 de dezembro de 2022.

21DA Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz

Lei nº 8080/1990, Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004); Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual..

21IA Implementação de novas tecnologias para a vigilância e o controle do aedes aegypti

.Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012; Decreto nº 7.508/2011; Nota Informativa nº 28/2023-CGARB/DEDT/SVSA/MS; ofício nº 100/2025/SE/DIR.3/AN/VIISA

4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico

Lei 8.080/90, Resolução CNS 338/2004, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017; Portaria GM/MS nº 6.324, de 26 de dezembro de 2024

4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei 9313/96; Lei nº 8666/93; Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 11.798/2023; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007; Portaria GM/MS 1378/2013; Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.

4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado

Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7646/2011, Portaria Consolidação nº 2/2017 e Portaria de Consolidação nº 6/2017; Portaria GM/MS nº 6.324, de 26 de dezembro de 2024

6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde

Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.

6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012

6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia

Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Decreto nº 3.990/2001; Decreto nº 5.045, de 08/04/2004; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001; Portaria MS nº 158, de 4 de fevereiro de 2016; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria nº 1.710/2020-HEMOBRAS; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria nº 298, de 09/02/2018; RDC/Anvisa nº 151/2001; PCDT/DF. Nº 5/2018; Portaria interministerial nº 128, de 29 de maio de 2008; Portaria nº 3.916, de 10/11/1998;

8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.

8327 Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças

Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual. Portaria SVS/MS nº 70/2004.

36210 Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

163C Construção do Centro de Apoio ao Diagnóstico e Terapia do Grupo Hospitalar Conceição S.A (GHC) - PAC

Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023, Anexo I, art. 2º, inciso V, alínea “c”, item 2.

6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS

Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080/90

6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde

Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.

36211 Fundação Nacional de Saúde

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

20AF Apoio ao Controle e à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 11.445/2007; Lei nº14.026/2020; Lei nº 12.340/2010; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 12.305/2010; Lei nº11.107/2005; Lei 9.605/98; Decreto nº11.223/2022; Decreto nº 5.440/2005;; Instrução Normativa SVS nº 01/2005; Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 05/2018; Portaria GM/MS Nº 2.472/202; Portaria MS nº 2.914/2011; Portaria MS nº 372/2005; Portaria GM/MS nº888/21, do Conselho Nacional de Saúde, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde; Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005; Resolução Conama nº 396, de 3 de abril de 2008 e Portaria nº 518/2004.

20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes

Lei n. 11.445/2007 com redação dada pela Lei n. 14.026/2020; Lei n. 10.257/01; Lei n. 8.080/1990; Lei n. 11.107/2005; Decreto n. 7.217/2010; Decreto n. 10.426/2020; Decreto nº 11.599/2023

20AM Apoio à Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos

Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.026/2020, Lei 8.080/1990, Lei 11.445/2007, Lei 12.305/2010, Decreto nº 11.467, de 2023, Decreto nº 10.936/2022, Lei nº 13.019/2014 e Decreto 8.726/2016.

20K2 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, com vistas ao Aprimoramento e à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental

Lei Complementar Nº 141, De 13 De Janeiro De 2012; Lei Nº 13.204, De 14 De Dezembro De 2015; Lei Nº 13.243, De 11 De Janeiro De 2016; Lei Nº 6.938, De 31 De Agosto De 1981; Lei Nº 6.938, De 31 De Agosto De 1981; Lei Nº 8.080, De 19 De Setembro De 1990; Lei Nº 9.433, De 8 De Janeiro De 1997; Lei Nº 9.433, De 8 De Janeiro De 1997; Lei Nº 9.605, De 12 De Fevereiro De 1998; Lei Nº 9.790, De 23 De Março De 1999; Lei Nº 14.026, De 2020; Decreto Nº 10.426, De 16 De Julho De 2020; Decreto Nº 11.223, De 5 De Outubro De 2022; Decreto Nº 5.440, De 4 De Maio De 2005; Decreto Nº 9.283, De 7 De Fevereiro De 2018; Portaria Gm/MS Nº 888, De 4 De Maio De 2021; Portaria Ms Nº 372/2005.

20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção de Sistemas e Soluções de Saneamento Ambiental

Lei nº 8.080/90; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 11.936, de 14 de maio de 2009; Lei nº 14.026/2020; Decreto Executivo nº 5.472, de 20 de junho de 2005; Decreto nº 11.531/2023; Decreto nº 11.223/2022; Portaria nº 1.172/2004/GM; Resolução Conama nº 420, de 28 de dezembro de 2009, alterada pela Resolução Conama nº 460, de 30 de dezembro de 2013; Instrução Normativa SEGOV/PR nº 2, de 23 de dezembro de 2019; e Portaria Funasa nº 3.385, de 31 de julho de 2020.

20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana

Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 14.026/2020, Decreto nº 11.223/2022, Decreto nº 5.440/2005, Portaria GM/MS nº 888/21, Resolução nº 588/2018, do Conselho Nacional de Saúde, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21C9 Implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em pequenas comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos)

Lei Complementar nº 141/2012; Lei 8080/1990; Lei 11.445/2007; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 12.305/2010; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 5.440/2005; Decreto nº 7217/2010; Plansab (Portaria Interministerial 571/2013); Decreto nº 11.223/2022; Portaria nº 3.174/2019; Decreto 11.599/2023

21CA Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Constituição Federal de 1988; Lei Nº 14.026/2020; Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 9.433/1997; Lei Nº 8.080/1990; Decreto nº 11.599/2023; Decreto Nº 7.508/2011; Decreto Nº 7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº 571/2013).

21CB Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Constituição Federal de 1988; Lei Nº 14.026/2020; Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 8.080/1990; Decreto nº 11.467/2023 ; Decreto Nº 7.508/2011; Decreto Nº 7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº571/2013)

21CC Apoio a Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Constituição Federal de 1988, Lei nº 14.026/2020, Lei nº 8.080/1990, Lei nº 11.445/2007, Lei nº 11.107/2005, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 11.467/2023, Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022.

21CG Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 14.026/202; Lei nº 11.445/2007; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 12.305/2010; Lei Federal 10.257, de 2001; e Decreto nº 10.558/2020 Decreto 11.599/2023.

21CH Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141/2012; Lei 8.080/1990; Lei 11.445/2007; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº11.223/2022; Portaria nº 1.378, de 9 de julho de 2013; Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014..

21CI Apoiar a implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em Localidades Urbanas de Municípios com População até 50.000 Habitantes, de forma a contribuir para a Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141/2012; Lei 8.080/1990; Lei 11.445/2007; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 14026/2020; Lei nº 9433/1997; Lei Federal nº 12.305/2010; Decreto 11.599/2023; Decreto nº 11.223/2022 e Portaria nº 1.172/2004/GM.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA Lei Complementar nº 141/2012; Lei n.º 8080/1990
6908 Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990, Lei nº 11.445/2007; Lei nº 12.305/2010; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 14.026/2020; Lei nº. 9.795/1999; Lei nº 14.393/2022; Decreto Presidencial nº 7.217/2010; Decreto nº 10.936/2022; Decreto nº 11.223/2022; Portaria Funasa nº 560/2012 e Portaria Funasa nº 586/2014
36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica Lei nº 9.782/99, inciso XXIII do art. 7º: “Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo: (...) XXIII - fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para o sistema e a cooperação técnico-científica nacional e internacional; (...)”. PLDO-2026, Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária de 2026, a respectiva Lei e os créditos adicionais discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a: XVII - anuidade ou participação regular em entidades nacionais e organismos nacionais ou internacionais de direito privado, devendo cada ação identificar nominalmente o beneficiário, ressalvada a despesa de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, cuja dotação poderá ser consignada na ação “00PW - Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica” ou na ação “00UU - Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica”;
2000 Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Portaria Anvisa nº 1.211/2015. Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020. Instrução normativa SGP/IME n. 212/2021
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes Constituição Federal, Art. nos 196 a 200, Lei no 8.080, de 1989, Lei no 9.782, de 1999, Lei nº 13.848/2019 - Lei Geral das Agências Reguladoras
36213 Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica Art. 12 LDO
00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica art. 12 da LDO.
2000 Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei 9.961/00. art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar Lei 9.656/98; 9.961/00; e 13.848/2019. RN 323/2013; RN 368/2015; RN 372/2015; RN 384/2015; RN 395; RN 396/2016; RN 398; RN 409/2016; RN 413; RN 424; RN 431; RN 434; RN 438; RN 441; RN 451/2020; RN 449/2020; RN 562/2022; RN 566/2022; RN 486/2022; RN 564/2022; RN 543/2022; RN 503/2022; RN 512/2022; RN 567/2022; RN 483/2022; RN 462/2020; RN 462/2021; RN 505/2022; RN 521/2022; RN 574/2022; RN 524/2022; IN 10/2022; RN 551/2022; RN 532/2022; RN 522/2022; IN 523/2022; RN 510/2022; RN 561/2022; RN 479/2022; RN 465/2021; RN 517/2022; IN 557/2022; RN 506/2022; RN 518/2022;
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707/2006.
8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar Lei 9.656/98; 9.961/00; e 13.848/2019. RN 449/2020; RN 501/2022; RN 500/2022; RN 501/2022; RN 502/2022; RN 497/2022; RN 389/2015; RN 500/2022; RN 502/2022; RN 462/2020; RN 509/2022; RN 464/2020; IN 30/2022; IN 8/2022; IN 8/2023; IN 26/2022
36901 Fundo Nacional de Saúde
00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.
00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.
00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer) Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do ano e dá outras providências. Decreto nº 8.666, de 10 de fevereiro de 2016 que cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - CipoI e dá outras providências. Admissão do Brasil como Estado participante aprovada pelo Conselho Diretor da IARC, na sessão de 16-17 de maio de 2013, de acordo com o estabelecido em seu Estatuto.
00UB Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes de Combate às Endemias Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 120/2022; Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 11.350/2006; Lei 12.994/2014; Lei nº 8.080/90; Lei nº 8.142/90; Lei nº 13.708/2018; Decreto nº 1.232/94; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Decreto nº 8.474/2015; Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria GM/MS nº 3.992/2017;Portaria GM/MS nº 2.663/2019; Portaria GM/MS nº 3.311/2019; Portaria GM/MS nº 828/2020.
00UC Transferência aos Entes Federativos para o Pagamento dos Vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990;

Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017;

00UW Assistência Financeira Complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem
Constituição Federal de 1988, art. 198, §12 a §15; Emenda Constitucional nº 124/2022; Emenda Constitucional nº 127/2022; Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)
Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do ano. Contribuição a organismo internacional sujeito de direito interno. Trata-se de ato discricionário do poder executivo, dispensada autorização legislativa conforme o disposto no art. 49 da CF - Parecer CONJUR 0341-1.16, de 2 de abril de 2009.

09LP Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS
Lei nº 10.972, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004.

169C Implantação do Primeiro Hospital Inteligente do Brasil
Portaria GM/MS nº 3.232/2024; Portaria GM/MS nº 3.691/2024

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Decreto n.º 7.508/2011; Lei Complementar n.º 141/2012; Resolução nº 407/2008 (texto alterado pela Resolução nº 435/2010); Decreto nº 5.839/2006.

20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária
Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, Lei 9.782/1990.

20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
Lei nº 8.080/90, Lei nº 12.401/2011; Decreto nº 7.508/2011; Portaria GM/MS nº 3.916/1998; Resolução nº 338/2004/CNS; Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017 - Título I, Capítulo II; retificação do Art. 537, Título V, Capítulos I e VI; Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017 - Título III - Capítulo II - Art. 35 e 36, Portaria GM/MS nº 11 de 13 de março de 2017, Portaria de Consolidação GM/MS nº 01, de 28 de setembro de 2017, Art. 42 a 46, Portaria SCTIE/MS nº 30, de 11 de junho de 2019 e Portaria SCTIE/MS nº 40, de 26 de abril de 2022, Portaria SECTICS/MS nº 58 de 28 de novembro de 2024 e Portaria SECTICS/MS nº 59 de 28 de novembro de 2024; Portaria GM/MS nº 6.324, de 26 de dezembro de 2024

20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS
Lei 8.080/90; Resolução CNS 338/2004; Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Origem: PRT MS/GM 1214/2012); e Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017 - Título I, Capítulo II.

20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 10.708, de 31/07/2003; Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 1.108, de 31/05/2021.

20AL Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
Lei nº 8080/80;Lei nº 8142/90;Decreto nº 7508/2011; Decreto nº 11.798/2023; Lei Complementar nº 141/2012; Portaria SVS/MS nº 15/2013;Portaria SVS/MS nº 47/2016; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017;Portaria de Consolidação GM/ MS nº 5/2017;Portaria de Consolidação GM/ MS nº 6/2017;Portaria MS/GM nº 3992/2017; Portaria GM/MS nº 2.663/2019;Portaria GM/MS nº 828/2020.

20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011; Lei nº 14.313, de 21 de março de 2022; Portaria nº 146, de 26 de janeiro de 2021 (REBRATS); Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011; Decreto nº 8.901, de 10 de novembro e 2016; Decreto nº 11.161, de 4 de agosto de 2022; Portaria/GM nº 2.690 de 05 de novembro de 2009 (Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde); Portaria de consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Consolidação das normas sobre as redes dos Sistema Único de Saúde)

20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS
Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006; Portaria Interministerial nº 2.960, de 9 de dezembro de 2008

20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde
Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 11.531/2023, Decreto nº 11.715/2023, Decreto nº 9.283/2018, Decreto nº 10.426/2020, Decreto nº 10.534/2020, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 424/2016 (e alterações), Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação MS nº 5/2017 Anexo XCV, Portaria GM/MS Nº 2.915/2022, Portaria de Consolidação MS nº 6/2017, Portaria GM/MS Nº 1.354/2023, Portaria GM/MS Nº 2.261/2023 e Portaria GM/MS Nº 2.262/2023.

20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas em Saúde, Primatologia, Meio Ambiente e Medicina Tropical
Lei 8.080/1990; Lei 8.142/1990; Decreto 1.232/1994; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 11.798/2023; Portaria/GM 399/2006; Portaria/GM 699/2006; Portaria/GM 204/2007; LC nº 141/2012.

20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde
Lei 8.080/1990; Constituição Federal (artigos 165 e 195); Lei 8112/1991(art. 11 e 27); Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Resoluções do Grupo Mercado Comum (GMC); Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.

20QH Alimentação e Nutrição para a Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 11.346, de 15/09/2006; Decreto nº 7.727, 25/08/2010; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto nº 8.553, de 03/11/2015; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Decreto Nº 11.422, de 28/02/2023; Decreto nº 11.679, de 31 de agosto de 2023; Portaria GM/MS nº 1.274, de 07/07/2016; Portaria Interministerial MDS e MS nº 25, de 01/09/2023; Portaria GM/MS Nº 1.723, de 03/11/2023.

20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS)
Constituição Federal/1988; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Decreto n.º 7.616/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.

20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes
Constituição Federal/1988; Lei nº 9.434, de 04/02/1997; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 9.175, de 18/10/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2.758, de 11/12/2014.

20YD Educação e Trabalho na Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6; Portaria MS nº 3.241 de 7/12/2020. Portaria Interministerial nº 7, de 16 de setembro de 2021. Portaria Interministerial nº 9, de 13 de outubro de 2021. Portaria Interministerial nº 1.329, de 27 de outubro de 2023

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria Interministerial nº 1.328, de 27 de outubro de 2023; Portaria GM/MS nº 1.133, de 16 de agosto de 2023; Medida Provisória nº 1.301 de 30 de maio de 2025; Portaria GM/MS nº 7.177, de 10 de junho de 2025

20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças

Lei n.º 6.259 de 30/10/75; Lei n.º 8.080 de 19/09/90; Lei nº 14.133/ 21; Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012; Decreto 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Decreto nº 11.798, de 2023; Portaria GM/MS nº 1.841, de 5 de agosto de 2021; Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; Portaria GM/MS nº 1.378/2013; Portaria 1.498 de 19/07/2013; Portaria GM/MS nº 1271 de 06/06/2014.

20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Ambiente

Lei nº 8.080/90; Lei nº 8.142/90;Lei n.º 6.259 de 30/10/75; Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012; Decreto 7.508/2011; Decreto nº 11.358/2023; Portaria/GM n.º 1.929 de 09/10/03; Portaria SVS 116/2009; Portaria/SVS n.º 09 de 01/03/04, Portaria nº 224 de 15/07/2011. Portaria 1.378/2013.

20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)

Constituição Federal, art. 196 e 200; Leis 8080/90, 8142/90; Decretos: 7.508/2011; Portaria nº 589/2015.

20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena

Constituição Federal, Título VIII Capítulo VIII- Índio Art. 193-231; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/90; Lei nº 9.836/1999; Lei Nº 12.314/2010; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 3.156/1999; Portaria nº 254/2002; Resolução nº 453/2012; Portaria nº 69/2018; Portaria nº 519/2015; Portaria nº 2.663/2017. Decreto nº 11.098, de 2022; Portaria n°1801/2015; Portaria nº1317/ 2017; Portaria Conjunta SESAI/FUNAI nº 4.094/2018; Portaria nº 6/GM/MS; Portaria nº 3992/2017; Decreto nº 7.508/2011; Portaria nº 15/2014; Portaria nº 519/2015; Portaria nº 2.656/2007; Portaria GM/MS nº 2914/2011; Lei nº 11.445/2007; Lei nº 12.305/10; Portaria GM/MS nº 3.021/2020; Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (Portaria nº 971G/MS de 3 de maio de 2006). Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº LEI Nº 14.572 DE 08 DE MAIO DE 2023. Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017), Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017), Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013), Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (Portaria n.º 3.027, de 26 de novembro de 2017).

20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS

Lei n.º 8.080/90

20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade

Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004; Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004; e Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto n.º 2405 de 26/11/1997; Decreto n.º 4078/02;Decreto n.º 4077/02;Decreto nº 3.605/2000; Decreto s/n, de 4 de junho de 1999; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Portaria GM/MS nº 3.110, de 26/12/2011; Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 2.979, de 12/11/2019.

218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems

Lei nº 12.466, de 2011; Lei nº 8.080, de 1990; Portaria nº 3.618, de 16 de dezembro de 2021

219A Piso de Atenção Primária à Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 12.594, de 18/01/2012; Decreto Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994 (repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde); Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024 (novo financiamento da APS).

21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 10.426/2020; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria conjunta MG/IMF/CGU nº 33/2023; e Portaria de Consolidação GM/MS nº1/2017, Título III, Cap. VI.

21BG Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 12.871, de 22/10/2013; Lei nº 14.621/2023; Decreto nº 10.426, de 16/07/2020; Portaria Interministerial nº 604/2023, Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017.

21CD Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde

Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 9.637, de 15/05/1998; Lei nº 10.098, de 19/12/2000; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei nº 11.578, de 26/11/2007 e alterações; Lei nº 13.146, de 06/07/2015; Lei nº 14.133, de 01/04/2021; Decreto nº 10.426, de 16/07/2020; Decreto nº 11.271, de 05/12/2022; Decreto nº 11.531, de 16/05/2023; Decreto nº 11.632, de 11/08/2023; Decreto nº 11.790, de 2023; Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/GM nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS/SAES nº 1, de 22/02/2022; Portaria GM/MS nº 1.604, de 18/10/2023; Lei nº 14.758, de 19 de Dezembro de 2023; Portaria GM/MS nº 3.492, de 08/04/2024; Portaria GM/MS nº 5.820, de 04/12/2024; Portaria SAES/MS nº 1.640, de 07/05/2024; Portaria SAES/MS nº 1.976, de 20/06/2024; Portaria SAES/MS nº 2.321, de 05/08/2024; Portaria SAES/MS nº 2.324, de 06/12/2024; Portaria SAS/MS nº 482, de 06/03/2017; Portaria SCTIE/MS nº 53, de 11/11/2020; Resolução de Diretoria Colegiada ANVISA nº 503, de 27/05/2021.

21CE Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.842, de 4/01/1994; Lei nº 9.263, de 12/01/1996; Lei nº 10.741, de 01/10/2003; Lei nº 10.778, de 24/11/2003; Lei nº 11.108, de 07/04/2005; Lei nº 11.340, de 07/08/2006; Lei nº 11.634, de 27/12/2007; Lei nº 11.664, de 29/04/2008; Lei nº 12.732, de 22/11/2012; Lei nº 12.845, de 01/08/2013; Lei nº 12.852, de 05/08/2013; Lei nº 13.257, de 08/03/2016; Lei nº 13.466, de 12/07/2017; Lei nº 13.522, de 27/11/2017; Lei nº 13.798, de 03/01/2019; Lei Nº 14.423, de 22 de julho de 2022; Decreto Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994; Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto nº 10.426, de 16/07/2020; Decreto nº 7.958, de 13/03/2013; Decreto nº 9.921, 18/07/2019; Portaria Interministerial nº 1, de 02/01/2014; Portaria GM nº 482, de 1º de abril de 2014 (Operacionalização PNAISP); Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 3.265, de 01/12/2017; Portaria de Consolidação Saps/MS nº 1, de 2 de junho de 2021; Portaria GM/MS nº 635, de 22 de maio de 2023; Portaria GM/MS Nº 1.924, de 17 de novembro de 2023; Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 920, de 19/09/2024.

21CF Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS

Lei nº 8.080/1990 – Lei orgânica do SUS; Lei n.º 13.709, 14/08/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei n.º 13.787, 27/12/2018 - Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o

manuseio de prontuário de paciente; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, Portaria de Consolidação MS n.º 1, 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS; Portaria GM/MS n.º 3.632, 21/12/2020 - Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028, Portaria nº 1.348, de 2 de junho de 2022, Dispõe sobre as ações e serviços de Telessaúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Lei n.º 14.510, 27/12/2022 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; Portaria SAES/MS nº 1.022 de 29 de novembro de 2023 - Readequa o cadastramento dos estabelecimentos de saúde, que realizam ações e serviços de saúde digital, inovação e Telessaúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); Portaria GM/MS nº 3.232, de 1º de março de 2024 – Institui o Programa SUS Digital; Portaria GM/MS nº 3.233, de 1º de março de 2024 – Regulamenta a etapa 1: planejamento, referente ao Programa SUS Digital; Portaria GM/MS nº 3.526 de 12 de abril de 2024 - Altera o Anexo LXXIII à Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 e o Anexo XV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS nº 3.564, de 18 de abril de 2024 – Institui o Laboratório Inova SUS.

21CJ Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos

Lei nº 6.938, 31/08/1981; Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, 19/09/1990; Medida Provisória nº 1.911-8, 29/07/1999; Decreto n.º 3.156, 27/08/1999; Lei nº 9.836, 23/09/1999; Resolução CONAMA n.º 275, 25/04/2001; Resolução CONAMA n.º 358, 29/4/2005; Lei n.º 11.445, 05/1/2007; Portaria de Consolidação nº 5 28/09/2017, Anexo XX; Lei Complementar n.º 141, 13/01/2012; Portaria n.º 1.419, 8/6/2017; Resolução CONAMA nº 237/1997; Resolução Conama nº 396/2008; RDC nº 222/2018; Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, Anexo VIII; Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010. Decreto nº 11.704/2023; Resolução CONAMA nº 430, 13/05/2011; Resolução CONAMA nº 357, 17/03/2005; Programa Nacional de Saneamento Rural (PNRS).

21D9 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia

Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631/2012; Lei Complementar 141/2012; Lei nº 10.205/2001; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.080/1990; Decreto nº 3.990/2001; Portaria nº 134, de 30/03/2020; Portaria nº 163, de 30/01/2020; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 16, de 1º de novembro de 2024; Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017, Portaria nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 45, de 10/09/2013; Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria nº 507/2011; Portaria nº 2.600, de 21/10/2009; Portaria nº 127/2008; IN. nº 01/97; RDC Anvisa n.º 306/2004; R.D.C Anvisa n.º 151/2007.

21DX Manutenção de Contratos de Gestão com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016; Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 4.320, de 17/03/1964; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 9.637, de 15/05/1998; Lei nº 13.958, de 18/12/2019; Lei nº 14.133, de 01/04/2021; Lei nº 14.621, de 2023; Decreto nº 11.790, de 2023; Resolução nº 01/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 02/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 04/SAPS/MS, de 15/10/2021; Resolução nº 05/SAPS/MS, de 15/10/2021; Portaria GM/MS nº 90, de 03/02/2023; Portaria GM/MS nº 485, de 2023; Medida Provisória nº 1.301 de 30 de maio de 2025; Portaria GM/MS nº 1.604, de 18/10/2023; Portaria GM/MS nº 5.820, de 04/12/2024

21EC Gestão de Programas e Projetos de Cooperação Técnica

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.101/2009; Decreto nº 59.308/1966; Decreto nº 97.590/1989; Decreto nº 3.594/2000; Decreto nº 5.151/2004; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 7.988/2013; Decreto nº 8.242/2014; Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023; Portaria nº 8/2017/GM/MRE; Portaria nº 716/2011/STN/MF; Art. 87 a 93 (Cooperação Internacional); Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017.

21ED Fortalecimento do Programa Nacional de Genômica e Saúde Pública de Precisão - Genomas Brasil

Lei nº 8080/1990; Portaria GM/MS Nº 6.581 de 29/01/2025. Lei nº 10.973/2004; Decreto nº 9.283, DE 7 de fevereiro de 2018;

21GM Transformação Digital no SUS

Lei n.º 8.080, 19/12/1990 – Lei orgânica do SUS; Lei n.º 13.709, 14/08 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei n.º 13.787, 27/12/ 2018 - Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente; Portaria de Consolidação MS n.º 02, 28/09/2017;Portaria de Consolidação MS n.º 5, 28/09/2017, (Ação Estratégica SUS Digital Brasil – Telessaúde); Portaria de Consolidação MS n.º 1, 28/09/2017; Portaria de Consolidação MS n.º 6, 28/09/2017, Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028; Portaria n.º 1.348, 02/06/2022, Dispõe sobre as ações e serviços de Telessaúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); Lei n.º 14.510, 27/12/2022 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional; Portaria SAES/MS nº 1.022 de 29 de novembro de 2023 - Readequa o cadastramento dos estabelecimentos de saúde, que realizam ações e serviços de saúde digital, inovação e Telessaúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); Portaria GM/MS nº 3.232, de 1º de março de 2024 – Institui o Programa SUS Digital; Portaria GM/MS nº 3.233, de 1º de março de 2024 – Regulamenta a etapa 1: planejamento, referente ao Programa SUS Digital; Portaria GM/MS nº 3.526 de 12 de abril de 2024 - Altera o Anexo LXXIII à Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 e o Anexo XV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS nº 3.564, de 18 de abril de 2024 – Institui o Laboratório Inova SUS;

2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde

Lei Complementar nº 101/2000(LRF), art. 1º, art. 7º; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, art. 16, XIII; Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Decreto nº 3964, de 10 de outubro de 2001; Decreto 7.507, de 27 de junho de 2011; Portaria nº 1.844/GM/MS, de 13 de outubro de 2016; Portaria nº 1.419/GM/MS, de 8 de junho de 2017; Portaria nº 756/SE/MS, de 17 de julho de 2017; Portaria nº 2.076/SE/MS, de 21 de agosto de 2017; e Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017.

4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

Lei nº 12.631/2012; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Decreto nº 3.990/2001; Portaria nº 1.710/2020-HEMOBRAS; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria GM/MS nº 822 de 06/06/2001; Portaria Interministerial nº 128, de 29 de maio de 2008; Portaria nº 3.916, de 10/11/1998; Portaria nº 402 de 08/03/2021; Portaria nº 4777 de 30/12/2022; Portaria conjunta nº 12/2024, Portaria conjunta nº 13/2024; IN SEGES nº 20/2022; IN SEGES nº 58/2022; Portaria GM/MS nº 2829/2012; Decreto nº 11462/2023.

4324 Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; e Decreto nº 10.426, de 16/07/2020.

4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico

Lei nº 8.080/90, Lei nº 14.133/2021, Resolução nº CNS 338/2004, Lei nº 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017, Portaria GM/MS nº 4.114/2021; Portaria GM/MS nº 6.324, de 26 de dezembro de 2024

4370 Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Vírais

Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 14.133/21; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 8901/16; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1378/2013;Lei 9313/96; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado

Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 14.133/ 2021; Decreto nº 1.232/1994; Decreto nº 9.795/2019; Decreto nº 10.477/2020; Decreto nº 11.358/2023; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1.378/2013; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017; e Portaria GM/MS nº 6.324, de 26 de dezembro de 2024

5516 Conferências Nacionais de Saúde

Constituição Federal 1988, artigos 196 a 200, 231 e 232; Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Leis 9080/90, 8142/90 e 9.836/1999 (Lei Arouca); Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 567/2017. Resolução nº 664, de 05 de outubro de 2021. Dispõe sobre a aprovação da realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde e outras medidas a ela concernentes. Resolução nº 669, de 25 de fevereiro de 2022, dispõe sobre a definição da estrutura, da composição, das atribuições da Comissão Organizadora da 17ª Conferência Nacional de Saúde e outras medidas correlatas.

6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.246 de 22/10/1991; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/9/1990; Decreto nº 371 de 20/12/1991, Portaria GM/MS nº 2.312, de 10 de setembro de 2021, Portaria GM/MS nº 2.294, de 10 de setembro de 2021, e Portaria GM/MS nº 3.630, de 27 de setembro de 2022.

6182 Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS

Lei nº 13.460/2017; Lei nº 12.527/2011; Decreto nº 9.492/2018; Decreto nº 9.690/2019; Decreto nº 7.724/2012, Portaria de Consolidação nº 1 GM/MS/2017; Portaria CGU nº 116/2024.

6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde

Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.

6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia

Constituição Federal/1988; Lei nº 12.631, de 11/05/2012; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Lei nº 7.649, de 25/01/1988; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; ; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Lei nº 10.972, de 21/12/2004; Lei nº 14.154, de 26/05/2021; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Portaria SCTIE nº 13, de 15/05/2014 ; Portaria Conjunta SE/SAS nº 239, de 26/03/2014; Portaria nº 1.760, de 17/08/2012; Portaria nº 745 de 30/8/2012; Portaria SCTIE/MS nº 27, de 12/06/2013; Portaria SCTIE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria GM/MS nº 2.265, de 16/10/2014; Portaria nº 298 de 09/02/2015; Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 16, de 1º de novembro de 2024; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 27, de 12/06/2013; Portaria nº 478, de 16/06/2014 ; Portaria nº 364, de 06/05/2014; Portaria de Consolidação nº 1, de 22 de fevereiro de 2022; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 16, de 1º de novembro de 2024; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001; Portaria Conjunta SAES-SCTIE nº 15/08/2021.

8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e Participativa em Saúde

Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 9.203/2017; Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023; Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024; Decreto nº 10.411/2020; Portaria nº 1.812/2020.

8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.146 de 06/07/2015; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012; Decreto nº 5.296, de 02/12/2004; Decreto nº 9.296, de 01/03/2018; Decreto nº 10.426 de 16/07/2020; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20/04/2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03/10/2017 e Portaria Interministerial nº 451, de 18/12/2017, Portaria Interministerial nº 114 de 07/05/2018, Portaria Interministerial nº 235 de 23/08/2018, Portaria Interministerial nº 558 de 10/10/2019 e Portaria Interministerial nº 134 de 30/03/2020 e Portaria Interministerial nº 414 de 14/12/2020); Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/07/2017; Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22/02/2022;RDC nº 51 de 06/10/2011; RDC nº 50 de 21/02/2002; RDC nº 36/ANVISA, de 03/06/2008; RDC nº 222, de 28/03/2018; ABNT NBR 9050/2020; ABNT NBR 16537-2016; ABNT NBR 16651-2019; Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017; Portaria MS/SAS nº 90, de 27 de março de 2009; Portaria GM/MS nº 2.582, de 02 de dezembro de 2004; Portaria Conjunta nº 01, de 20 de janeiro de 2009; Portaria SAS/MS nº 04, de 20 de janeiro de 2009; Portaria GM/MS nº 116, de 22 de janeiro de 2009; Portaria GM/MS nº 1675, de 07 de junho de 2018; Portaria GM/MS nº 3.415, de 22 de outubro de 2018; Portaria GM/MS nº 2.062, de 19 de agosto de 2021; Portaria MS/SAS nº 288, de 19 de maio de 2008; Portaria nº 1.448, de 18 de setembro de 2015; Portaria SAS nº 120, de 14 de abril de 2009; Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 503, de 27 de maio 2021; Portaria SVS/MS nº 272/98; Portaria SCTIE/MS nº 53, de 11 de novembro de 2020; Portaria SAS/MS nº 482, de 06 de março de 2017; Portaria SAS/MS nº 756, de 27 de dezembro de 2005; Portaria SAS/MS nº 433, de 15 de maio de 2012; Portaria nº 3.095, de 16 de dezembro de 2013; Portaria SAS nº 433, de 15 de maio de 2012; Portaria GM/MS nº 664, de 12 de abril de 2012.

8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Resolução-RDC nº 50/ANVISA, de 21/02/2002; Portaria Nº 1.232, de 30 de agosto de 1994; Resolução CIT nº 10, de 08/12/2016; Resolução CIT nº 13, de 23/02/2017; Resolução CIT nº 22, de 27/07/2017; Portaria GM/MS nº 283, de 22/02/2005; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Portaria GM/MS nº 2.563, de 03/10/2017; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; e Portaria de Consolidação nº 6 GM/MS, de 28/09/2017.

8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Portaria GM/MS nº 90, de 03/02/2023; Portaria GM/MS nº 164, de 19/01/2018; Portaria GM/MS nº 544, de 07/05/2018; Portaria GM/MS nº 1.010, de 21/05/2012; Portaria GM/MS nº 1.604, de 18/10/2013; Portaria GM/MS nº 1.828, de 02/09/2004; Portaria GM/MS nº 2.048, de 05/10/2002; Portaria GM/MS nº 2.072, de 30/10/2003; Portaria GM/MS nº 2.434, de 15/08/2018; Portaria GM/MS nº 2.657, de 16/12/2004; Portaria GM/MS nº 2.971, de 08/12/2008; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria GM/MS nº 5.820, de 04/12/2024; Portaria SAES/MS nº 1.640, de 07/05/2024; Portaria SAES/MS nº 1.976, de 20/06/2024; Portaria SAES/MS nº 2.321, de 05/08/2024; Portaria SAES/MS nº 2.324, de 06/12/2024; Portaria SAS/MS nº 288, de 12/03/2018; Portaria de Consolidação MS/SAES nº 1, de 22/02/2022; Portarias de Consolidação MS/GM nº 1, nº 2, nº 3, nº 4, nº 5 e nº 6, todas de 28/09/2017, Portaria GM/MS nº 6.212/2024; Medida Provisória nº 1.301 de 30 de maio de 2025;

8636 Fortalecimento da Inovação em produtos, serviços tecnológicos e conectividade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde

Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 11.513, de 2023, Decreto nº 11.715, de 2023, Decreto nº 9.283/2018, Decreto nº 10.426/2020, Decreto nº 10.534/2020, Decreto nº 11.715/2023, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 424/2016 (e alterações), Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação MS nº 5/2017 Anexo XCV, Portaria GM/MS nº 2.262, de 8 de dezembro de 2023, Portaria de Consolidação MS nº 6/2017, Portaria GM/MS nº 1.354/2023, Portaria GM/MS nº 2.261/2023 e Portaria GM/MS nº 2.262/2023.

8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde

Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 3.594/2000; Portaria nº 716/2011/STN/MF; Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS de 2017; Resolução CIT nº 18 de 20 de junho de 2017; Portaria nº 55 de 10 de janeiro de 2018; Decreto nº 11.358 de 1 de janeiro de 2023.

8708 Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.689/1993; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 1.651/1995; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7827/2012; Decreto nº 9.795/2019 e Decreto nº 9.203/2017.

8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde

Art. 5º - Cap. I do Título II da CF; Lei nº 8080, de 19/9/1990 e nº 8142, de 28/12/1990; Portarias de depósito legal - MS/GM nº 586 e nº 587, de 3/10/1979. Dec. Presidencial nº 3745, de 5/2/2001; Port. Ministerial nº 227, de 16/2/2001; Port. Ministerial nº 758, de 16/4/2002; Port. GM/MS nº 1722, de 2/9/2003.

8753 Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; Decreto nº 11.798, de 28 de novembro de 2023; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Portaria GM/MS nº 581, de 5 de maio de 2023; Portaria GAB/SE nº 40, de 17 de março de 2023; Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS nº 406, de 8 de março de 2012; Portaria GM/MS nº 3.201, de 27 de novembro de 2020; Portaria GM/MS nº 870, de 14 de julho de 2023 e Portaria GM/MS nº 1.915, de 27 de junho de 2022.

8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC

Constituição Federal de 1988, art. 196 a 200; Lei 8080/90 (Art. 6o.); Portaria MS 3.908/98; Portaria 210 de 15 de junho de 2004; Portaria 1.674 de 21 de julho de 2021; Portaria 3.128 de 19 de fevereiro de 2024;Portaria 1.604 de 18 de outubro de 2023; Plano Nacional de Saúde 2024- 2027; Portaria 3.632 de 21 de dezembro de 2020; Portaria 3.232 de 01 de março de 2024.

8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA

Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei Nº 8.080, de 19/09/1990; Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo IX; Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023 que institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde.

8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Ortopedia e Traumatologia - INTO

Constituição Federal de 1988, art. 196 a 200; Lei 8080/90, art. 6º; Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo XXIV; Portaria GM/MS nº 1.674, de 21 de junho de 2021; e Portaria GM/MS nº 2.211, de 6 de dezembro de 2023.

37101 Controladoria-Geral da União - Administração Direta

169D Construção do Edifício-Sede da CGU no Distrito Federal

Art.5º inciso XXXIII, art.37, §3º, inciso II, Art.70, art. 74 e Art.216, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com alterações. Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023. Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, LO-2025.

2D58 Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção

Art.5º inciso XXXIII, art.37, §3º, inciso II, Art.70, art. 74, art.84, inciso XXIV e Art.216, §2º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, com redação alterada pela Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017. Lei nº 13.660, de 26 de junho de 2017.Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Art.25, § 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Art.8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2023. Seção XXII, Art.49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com alterações. Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 7.639, de 8 de dezembro de 2011. Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com redação alterada pelo Decreto nº 10.768, de 13 de agosto de 2021. Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018. Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019. Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019. Decreto nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020. Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021. Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021. Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022. Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023. Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023. Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023. Decreto nº 12.122, de 30 de junho de 2024.Decreto nº 12.304, de 09 de dezembro de 2024. Portaria Interministerial CGU/MPQG nº 333, de 19 de setembro de 2013.Portaria CGU nº 1.181, de 10 de junho de 2020. Portaria CGU nº 116, de 18 de março de 2024. Portaria CGU nº 118, de 26 de março de 2024.Portaria CGU nº 130, de 13 de maio de 2024. Portaria MGI nº 6.719, de 13 de dezembro de 2024. Resolução CMRI nº 7, de 20 de fevereiro de 2024. Instrução Normativa nº 33, de 4 de março de 2024.

39101 Ministério dos Transportes - Administração Direta

00RK Contribuição à Comissão Mista Brasileiro Argentina para gestão e manutenção da Ponte São Borja e São Tomé

Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022; Decreto Legislativo nº 82, de 6 de dezembro de 1989, que aprova o texto do Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, concluído em Uruguaiana, em 22 de agosto de 1989; Decreto nº 110, de 3 de maio de 1991, que promulga o Acordo para a construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Constituição Federal, Artigo 21, Inciso I e XII; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023.

00VR Participação da União em projetos de concessões rodoviárias outorgadas a iniciativa privada

Art. 17º da Lei n. 8.987 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos;
Art. 35º da Lei n. 9.074 que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências;
Art. 7º da Lei n. 12.379 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV.

00VS Participação da União em projetos de concessões e autorizações ferroviárias outorgadas à iniciativa privada

Art. 17º da Lei n. 8.987 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos;
Art. 35º da Lei n. 9.074 que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências;
Art. 7º da Lei n. 12.379 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV;
Art. 2º da Lei n. 11.079 que dispõe sobre licitação e contratação de parceria público;
Art. 26 da Lei n. 14.273, que dispõe sobre a abertura de processo de chamamento público; e
Art. 7º, VI e Art. 43, X da Resolução ANTT nº 6.058, de 19 de dezembro de 2024, que dispõem sobre previsão de aporte em chamam

0713 Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 4.803, de 8 de agosto de 2003; Decreto nº 5.227, de 4 de outubro de 2004; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
168Z Programa de Gestão Proativa, Segura e Resiliente de Rodovias no Brasil
Lei n.14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto n. 11.360, de 1 de janeiro de 2023.
2000 Administração da Unidade
Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 7.579, de 11 e outubro de 2011; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023; Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020; e Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.
218S Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura
Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; Resolução CGPAC n. 01, de 19 de dezembro de 2022.
218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
4641 Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023.
39207 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
116E Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
116X Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
112D Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D'Oeste/SP - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
112E Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
112H Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
112I Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
124G Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
15V3 Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
152Y Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Barreiras/BA - Figueirópolis/TO - EF-334 (FIOL 3)
Lei na 11.772, de 17 de setembro de 2008. Resolução nº 17, de 24/04/2021, 16º Reunião do Conselho (CPPI).
161K Construção da Ferrovia Transnordestina - trecho entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE - EF-232
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
5E83 Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.
39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.
00TU Indenização em decorrência do encerramento do Contrato de Concessão de Infraestrutura Rodoviária
CF 1988; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017 e Resolução nº 6.063, de 13 de fevereiro de 2025.
00X1 Locação, com reversão patrimonial, na modalidade Built to Suit
CF 1988; Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 14.133/2021; Lei nº 10.233/2001; Lei nº 8.245/1991; Instrução Normativa SEGES/ME Nº 103/2022.

2000 Administração da Unidade
Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; LDO; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023
218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.
21DO Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida
CF 1988; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021. Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990; Decreto nº 1.832, de 4 de março de 1996; Decreto nº 2.521 de 20 de março de 1998; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023; Portaria MT nº 457, de 23 de julho de 2018.
39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
105S Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
108X Implantação de Postos de Pesagem
Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21 e Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º, e suas alterações, bem como demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.
10IW Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
10IX Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
10JQ Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
10KK Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
10KR Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
10L3 Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
110I Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
110Q Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
110R Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
112N Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
11H1 Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
11VA Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
123U Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
1248 Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
1276 Construção de Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul - na EF-485/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações. Artigo 82.
12JL Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaira - na BR-163/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
12KF Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
12KG Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
12KY Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
130Z Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-020 (Aparecida do Rio Negro) - Divisa TO/MA (Goiatins) - na BR-010/TO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

13SL Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	163J Construção de Trecho Rodoviário - Cocos – Div BA/GO – na BR-030/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
13X5 Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	163K Construção de Trecho Rodoviário – Div MA/PI – Entr. BR-135(A)/235(A) (Bom Jesus) - na BR-330/PI Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
13X6 Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	163Q Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018.
13X7 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	165A Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai - Barra do Guarita/RS-Itapiranga/SC - na BR-163/SC/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
13XG Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	165F Adequação de Trecho Rodoviário - Imperatriz/ Açailândia - na BR-010/MA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
13YE Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	165Q Adequação de Trecho Rodoviário - Uberlândia - Luizlândia do Oeste - na BR-365/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
13YK Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e alterações posteriores.	165S Construção de Trecho Ferroviário - Barragem de Fronteiras na Ferrovia Tronco Norte - EF-225/CE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
1418 Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	167L Construção do Contorno de Ilhéus - na BR-415/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
1490 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	167Q Construção da Ponte sobre o Rio Tocantins (Juscelino Kubitschek), localizada na BR-226/TO Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações. Artigo 82.
14LV Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	167R Construção de Trecho Rodoviário - Barragem de Fronteiras na Rodovia Tronco Norte - BR-226/CE e BR-404/CE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
14MM Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária Código Florestal Lei nº 4771 de 15/09/1965; Lei de Crimes Ambientais Lei nº 9605, de 12/02/1998 e atendimento à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal conta o DNIT- Recuperação de passivo ambiental (0002383-83.2007-403.6111).	168T Aquisição de imóvel para o funcionamento da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
14PC Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	168U Reconstrução da Malha Ferroviária Sul – no Estado do Rio Grande do Sul Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001
14TL Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	169T Construção da nova ponte sobre o Rio Jequitinhonha na BR-101/BA-Divisa SE/BA/ES-Entr. BA-274 (Santa Maria Eterna)–Entr. BA-275(A) (Itapebi) Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
14X0 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	1C09 Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
14X3 Construção de Trecho Rodoviário - Arco Metropolitano de Recife - na BR-101/PE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações. Artigo 82.	1D48 Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 82, inciso XII.
15P7 Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007.	1K24 Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - na EF-485/SC Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
15ZV Construção de Pontes - Trecho Rococó - São Francisco - na BR-210/RR Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	2000 Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
161M Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. AL-115(A) - Acesso a Pilar - na BR-316/AL Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	2036 Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21; Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º; Resolução CONTRAN nº 638/2016; Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.
161O Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/AL - Praça Centenário (Maceió) - na BR-104/AL Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
161S Adequação de Trecho Rodoviário - Div. CE/RN - Entr. BR-226(A) - na BR-304/RN Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.
161U Construção da Ponte sobre o Rio Xingu e Acessos - na BR-230/PA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	218S Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura Lei 10.233, de 5 de junho de 2001.
162S Adequação de Linha Férrea no Município de Paranaguá na EF-277/IPR Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
163E Adequação de Trecho Rodoviário - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - Entr. BR-343(B) (Estaca Zero) - na BR-316/PI Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	21IR Operações de Trânsito nas Rodovias Federais Lei nº 9.503, de 23/09/1997; Lei nº 10.233/2001; Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.
163F Adequação de Trecho Rodoviário – Barreiras – Luís Eduardo Magalhães - na BR-242/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	2325 Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21; Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º; Demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.
163G Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa PA/MA – Div MA/PI (Timon) – na BR-316/MA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	5E15 Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO
163H Adequação de Trecho Rodoviário – Entr. BR-101 – Div ES/MG – na BR-262/ES Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
163I Construção de Contorno Rodoviário em Guaíra - na BR-163/IPR Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7242	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e suas alterações.	
7E79	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7F51	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7L04	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7L92	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7M88	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7M91	Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7N22	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7N85	Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - Na BR-285/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7P87	Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7R82	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S57	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S61	Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S62	Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S75	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S80	Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7S97	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7T98	Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitzeiro) - na BR-230/PB
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7U06	Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7U07	Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001e alterações posteriores.	
7U22	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V00	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V18	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI - na BR-020/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V19	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Cariranha - na BR-030/BA
Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V83	Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7V99	Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7W07	Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7W67	Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7W84	Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - na BR-135/MA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7W95	Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X34	Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X42	Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X78	Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7X96	Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Frenteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XG6	Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XI6	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XI8	Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XJ0	Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XJ4	Construção de Trecho Rodoviário - Maraú - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XJ5	Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM0	Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM3	Adequação de Trecho Rodoviário - km 65 - km 187 - na BR-070/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM5	Construção de Ponte sobre o rio Parnaíba na Divisa PI/MA - na BR-330/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XM6	Adequação de Travessia Urbana em Ijuí - Na BR-285/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XT1	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - na BR-080/DF
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XW7	Adequação de Contorno Rodoviário em Araranguá - na BR-101/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XX3	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MT/RO - Divisa RO/AC - na BR-364/RO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XX5	Prolongamento da Ponte sobre o Rio Tarauacá - na BR-364/AC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7XZ5	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-424/AL-101 - Divisa AL/SE - na BR-349/AL
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações. Artigo 82.	
7XZ8	Construção de Ponte sobre o Rio Mamoré (Fronteria Brasil - Bolívia) - na BR-425/RO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
869V	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações; e Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.	
39905 Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	
2000 Administração da Unidade	
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

20YZ Promoção do Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Resolução CONTRAN nº 514, de 18 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências; Resolução CONTRAN nº 808, de 15 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST); Resolução CONTRAN nº 818, de 17 de março de 2021 - Altera a Resolução CONTRAN nº 797, de 2 de setembro de 2020, que institui o Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) e dispõe sobre os procedimentos para registro e controle de compra e venda e de entrada e saída de veículos novos e usados, nos estabelecimentos de que trata o art. 330 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Portaria SENATRAN 1.526, de 12 de dezembro de 2021 - Estabelece os valores a serem cobrados pelos acessos, consultas, transações eletrônicas, emissão de laudo ou certificado e geração de arquivos das bases de dados dos sistemas organizados e mantidos pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), e respectivos subsistemas; Portaria SENATRAN 922, de 25 de julho de 2022 - Estabelece os procedimentos para acesso aos dados dos sistemas e subsistemas informatizados da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN); Portaria SENATRAN 1.554, de 17 de novembro de 2022 - Estabelece os requisitos e os procedimentos referentes ao programa de rotulagem veicular de segurança de que trata o Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, que regulamenta os requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no País; Resolução CONTRAN 514, de 18 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a Política Nacional de Trânsito, seus fins e aplicação, e dá outras providências; Resolução CONTRAN nº 537, de 17 de junho de 2015 - Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIAV) em todo o território nacional; Resolução CONTRAN nº 818, de 17 de março de 2021 - Altera a Resolução CONTRAN nº 797, de 2 de setembro de 2020, que institui o Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) e dispõe sobre os procedimentos para registro e controle de compra e venda e de entrada e saída de veículos novos e usados, nos estabelecimentos de que trata o art. 330 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018; Resolução CONTRAN 931, de 28 de março de 2022 - Estabelece o Sistema de Notificação Eletrônica (SNE); Resolução CONTRAN nº 969, de 20 de junho de 2022 - Dispõe sobre o sistema de Placas de Identificação de Veículos (PIV) registrados no território nacional.

21G6 Desenvolvimento de Melhorias em Locais Críticos de Sinistros de Trânsito em municípios

Inciso XI do art. 22 e § 10 do art. 144 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; incisos III e V do art. 19, art. 320 e §1º do art. 326-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Lei 9.602, de 21 de janeiro de 1998 - Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências; Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018 - Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS) e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos; art. 4º do Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; art. 12 do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 - Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021 - Dispõe sobre o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS), instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018; Resolução A/RES/74/299 "Aprimorando a Segurança Viária" da Assembleia Geral das Nações Unidas; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.2 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998 - Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), e dá outras providências; Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (SECOM): 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre a consecução das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações, os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

40101 Ministério do Trabalho e Emprego - Administração Direta

0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro

Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000;
Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005;
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008;
Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008;
Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018;
Portaria MTE 3872/2023.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;
Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

20YU Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho

- Convenção nº. 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada por meio do Decreto nº. 95.461/1987, e consolidado por meio do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019;
- Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); art. 200 da CLT;
- Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, art. 11 - Atribuições do Auditor Fiscal do Trabalho;
- Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002 - Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho;
- Decreto 10.854, de 10 de novembro de 2021 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista;
- Decreto nº 11.205, de 26 de setembro de 2022 - Institui o Programa de Estímulo à Conformidade Normativa Trabalhista - Governo Mais Legal - Trabalhista no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência; e
- Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em

Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

- Decreto nº 11.971, de 1º de abril de 2024 - Dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Auditoria-Fiscal do Trabalho e sobre a base de cálculo de que tratam o § 1º e o § 4º do art. 16 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.

20YV Democratização das Relações de Trabalho

Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego;
Portaria MTE nº 1153, de 30 de outubro de 2017 - Regimento Interno - Secretaria de Relações do Trabalho - Anexo X.
Portaria MTE nº 3.472, de 04 de outubro de 2023 - Dispõe sobre os procedimentos para o registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego.

215F Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo

Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;
Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego;
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

21AX Gestão das Políticas de Trabalho

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações;
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição;
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;
Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 - Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

21AZ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial

Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 - Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, Art. 16;
Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 - Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

2A95 Inclusão Produtiva das Juventudes

Constituição Federal, artigos 205 a 214, sobretudo artigo 208;
Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005;
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008;
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018;
Lei nº 10.097/2000, de 19 de dezembro de 2000;
Decreto nº 6629/2008
PORTARIA MTE Nº 733/2024
PORTARIA SEMP /MTE Nº 738/2024
PORTARIA MTE Nº 3872/2023

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário;
Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;
Portaria do Ministério das Comunicações nº 3.948, de 26 de outubro de 2021;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a consecução das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas

Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

40203 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

2000 Administração da Unidade

Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966 - Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021 - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência;
Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro;e
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego.

20YW Produção e Difusão de Conhecimentos Técnico-científicos que Contribuam para a Promoção da Segurança e Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras e que Subsidiem Políticas Públicas no Campo do Trabalho Digno

Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966;
Decreto Legislativo n. 2, de 17 de março de 1992, do Congresso Nacional;
Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011;
Decreto nº 10.096, de 06 de novembro de 2019;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria Fundacentro nº 490, de 16 de dezembro de 2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

40901 Fundo de Amparo ao Trabalhador

0158 Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES

Constituição Federal, art. 239, § 1º - Destinação da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996 - Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências.

20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine

Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 9 de julho de 1948;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE.

20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda

Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada.
Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego;
RESOLUÇÃO nº 888, de 2 de dezembro de 2020 - Regulamenta as ações de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos federais descentralizados para os fundos de trabalho das esferas de governo que aderirem ao SINE, nos termos do artigo 19 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 e do artigo 14 da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019.
Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 - Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.
Resolução CODEFAT nº 994, de 15 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a adesão de estados, do Distrito Federal e de municípios ao Sistema Nacional de Emprego - Sine, e regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no âmbito do Sistema, e dá outras providências.

20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências;
Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 - Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Proneatec); altera as Leis nº 7.998, de 1990;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação;
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine);
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada;
Resolução CODEFAT nº 888, de 2 de dezembro de 2020 – Regulamenta as ações de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos federais descentralizados para os fundos do trabalho das esferas de governo que aderirem ao SINE, nos termos da Lei nº 13.667, de 2018;
Resolução CODEFAT nº 906, de 26 de maio de 2021 - Estabelece o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – Qualifica Brasil;
Resolução CODEFAT nº 994, de 15 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a adesão de estados, do Distrito Federal e de municípios ao Sistema Nacional de Emprego - Sine, e regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no âmbito do Sistema, e dá outras providências;
Resolução CODEFAT nº 995, de 15 de fevereiro de 2024 - Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ, voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, o acesso e a permanência no mundo do trabalho;
Resolução CODEFAT nº 998 de 24 de abril de 2024 - Dispõe sobre a identificação do Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ;
Portaria SPPE Nº 1.881, de 2 de março de 2022 - Dispõe sobre o Relatório de Gestão do Bloco de Ações e Serviços da Qualificação Profissional, de que trata o art. 10 da Resolução CODEFAT nº 888, de 2020;
Portaria MTE Nº 3.222, de 21 de agosto de 2023 - Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ;
Portaria MTE Nº 443, de 01 de abril de 2024 - Dispõe sobre os critérios para apresentação de projetos relacionados à qualificação social e profissional para fomento a iniciativas da sociedade civil nos termos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC; e
Instrução Normativa SEMP/MTE Nº 04, de 13 de junho de 2024 - Dispõe sobre a execução da modalidade denominada Qualificação Social e Profissional no âmbito do Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ, de que trata a Resolução CODEFAT Nº 995/2024.
Instrução Normativa SGER nº 9/2024
Resolução CODEFAT nº 1.014/2025, inclusão de migrantes, refugiados e apátridas entre os públicos atendidos pelo PMQ

21FU Gestão e Apoio Operacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Decreto-Lei nº 926, de 10 de outubro de 1969 - Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural, e dá outras providências;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Trata de aplicação de recursos do FAT em depósitos especiais;
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023 - Dispõe sobre a composição do CODEFAT;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego;
Resolução CODEFAT nº 937, de 23 de março de 2022 - Aprova o Regimento Interno do CODEFAT.

21IJ Fortalecimento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o seu órgão gestor, o CODEFAT;

Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 e Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 - Trata de aplicação do FAT em depósitos especiais;
Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO; e
Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE;
Resolução nº 888, de 2 de dezembro de 2020 – Regulamenta as ações de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos federais descentralizados para os fundos do trabalho das esferas de governo que aderirem ao SINE, nos termos do artigo 19 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 e do artigo 14 da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019;
Resolução CODEFAT nº 994, de 15 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a adesão de estados, do Distrito Federal e de municípios ao Sistema Nacional de Emprego - Sine, e regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no âmbito do Sistema, e dá outras providências.

4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

Portaria 3.654, de 24 de novembro de 1977; Portaria 1.334, de 21 de Dezembro de 1994;
Portaria 397, de 09 de Outubro de 2002;
Portaria/MTP nº 671, de 08 de novembro de 2021 - Seção VII Da Classificação Brasileira de Ocupações

4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego

Constituição Federal, de 1988, art. 239 - Abono salarial;
Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências - Lei do Caged;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 - Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT;
Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 - Altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990;
Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021 - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência;
Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 - Regulamenta a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências;
Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023 que a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

41101 Ministério das Comunicações - Administração Direta

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Carta Convite da OCDE DST/IDE/P.2018.045 de 5 de julho de 2018;
Decreto Nº 8.877, de 11 de outubro de 2016, e
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em 3 de junho de 2015, aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, em 5/9/2017, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 55, em 18/6/2019, vigente para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 17/8/2019, nos termos da seção 7 do Acordo supracitado, e promulgado pelo Decreto nº 10.109, em 7/11/2019.

15UK Implementação de Projetos de Cidades Conectadas, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (qualificação de O.S.); Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018, que instituiu a política pública de telecomunicações; e Decretoº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018); Decreto nº 11.335, de 1 de janeiro de 2023; Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023.

15UL Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (qualificação de O.S.); Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018, que instituiu a política pública de telecomunicações; Decretoº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018); Decreto nº 10.800, de 17 de setembro de 2021; Decreto nº 11.335, de 1 de janeiro de 2023; Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023.

162P Implementação de Cidades Conectadas

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (e alterações), que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações; Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018); Decreto nº 11.335, de 1 de janeiro de 2023; Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023.

162Q Implantação de Infraestrutura de Comunicações

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e alterações, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações; Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021 (altera o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018); Decreto nº 11.335, de 1 de janeiro de 2023; Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

20V8 Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital

Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021; Lei nº 14.479, de 21 de dezembro de 2022, que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão; Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; Portaria MCOM nº 2.460, de 23 de abril de 2021, que aprova a Norma Geral do Programa de Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC; Decreto nº 11.335, de 1 de janeiro de 2023; Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023.

20ZQ Estudos, Pesquisas e Produção de Indicadores na Área das Comunicações

Decreto nº 11.335, de 1 de janeiro de 2023; Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004; Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018; Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023; Portaria MCOM nº 2.460, de 23 de abril de 2021.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal de 1988 - art. 218; Lei nº 9.472/97 - art. 2º; Lei nº 13.243/16 - art. 3 e 19; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; e Decreto nº 11.335/2023 - art. 19 inciso II.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21AE Evolução e Expansão dos Serviços de Radiodifusão

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei nº 4.117/62; Decreto-Lei nº 236/67; Decreto nº 52.795/63; e Decreto nº 5.820/2006.

21FP Promoção de Acesso Gratuito à Internet (Programa Internet Brasil - Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022)

Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2113 Manutenção de Contrato de Gestão com a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 6º, inciso IX, da Lei Nº 14.600, DE 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal

41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

202D Regulação dos Serviços de Telecomunicações
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2424 Fiscalização Regulatória
Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações (LGT); Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras; Resolução nº 746, de 22 de junho de 2021 - Regulamento de Fiscalização Regulatória (RFR)

2B68 Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações
Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras, e Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT. Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, aprovado pela Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.

41902 Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST

00TY Subvenção Econômica a Projetos de Expansão, de Uso e de Melhoria das Redes e dos Serviços de Telecomunicações (Lei nº 9.998, de 2000)
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; Portaria MCOM nº 6.098, de 1º de julho de 2022; Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022.

41903 Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL

00TS Política Produtiva e Inovação Tecnológica
Lei nº 10.052, de 2000; Lei nº 10.973, 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; e Resolução do Conselho Gestor do Funittel (CGF) nº 66, de 28 de outubro de 2010.

42101 Ministério da Cultura - Administração Direta

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

00VF Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 10.755/202; Decreto 519/1992; Decreto 520/1992; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC).

2000 Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Art. 68 da ADCT; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Lei nº 13.018/2014; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Lei 13.696/2018 (que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita); Lei 13.019/2014; Estatuto da Criança e do Adolescente; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Decreto nº 3.100/1999; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 520/1992; Decreto nº 8.837/2016; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 6.040/2007 Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Decreto 519/1992 (que institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura; Decreto 8.726/2016; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto 2023; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Decreto nº 10.755/2021 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009.

202G Formulação e Gestão da Política Cultural
Constituição Federal de 1988, art. 24, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216A; Lei nº 6.533/1978; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 9.610/1998; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, incisos IX e XII, § 1º, e anexo; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 5.520/2005 (Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC); Decreto nº 8.837/2016; Decreto nº 9.891/2019 (dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); PORTARIA MTUR Nº 46, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 8.313/1991; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009, Decreto nº 6.170/2007; Decreto 519/1992; Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.637/1998; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Decreto nº 10.915/2021; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura);

215G Implementação da Política Nacional de Cultura Viva

Lei nº 13.018/2014; Instrução Normativa nº8/2016; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42201 Fundação Casa de Rui Barbosa

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

202G Formulação e Gestão da Política Cultural
Constituição Federal de 1988, art. 24, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216A; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 13.502/2017; Lei nº 9.610/1998; Lei nº 6.533/1978; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, incisos IX e XII, § 1º, e anexo; Decreto nº 9.891/2019 (dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural); Decreto nº 5.520/2005 (Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC); Decreto nº8.837/2016; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); PORTARIA MTUR Nº 46, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
Lei nº 13.502/2017; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 10.788/2021.

202M Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

42202 Fundação Biblioteca Nacional - BN

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Art. 68 da ADCT; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Lei nº 13.018/2014; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Decreto nº 3.100/1999; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 4.887/2003; ; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 520/1992; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 6.040/2007; ; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009, revogado pelo Decreto nº 9.891/2019; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto 8.982/2017; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); ; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
Lei nº 8.394/1991; Lei nº 13.844/2019; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 10.788/2021; Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 8.982/2017; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto 8.982/2017; Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008.

42203 Fundação Cultural Palmares

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336/2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Art. 68 da ADCT; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Lei nº 3.924/1961; Lei nº 13.018/2014; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 7.743/2012; Decreto nº 4.887/2003; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 6.040/2007; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 520/1992; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Lei nº 7.668/1988; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 95.855/1988; Decreto, nº 6.853/2009; Decreto nº 4.887/2003; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002; Decreto nº 7.892/2013; Decreto nº 10.024/ 2019, Lei 12.462/2011; Lei nº 14.133/2021; Instrução Normativa Nº 05/2017; Instrução Normativa Nº 07/2018; Decreto Nº 9.507/2018; Instrução Normativa Nº 40/2020 - ME; Instrução Normativa Nº 73/2020 - ME; Instrução Normativa Nº 01/2019 - ME.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Art. 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.483/2007; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Lei nº 13.019/2014; Lei nº 9.613/1998; Decreto nº 44.851/1958; Decreto nº 72.312/1973; Decreto nº 3.166/1999; Decreto nº 5.760/2006; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003 e Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 5.753/2006; Decreto nº 7.387/2010; Decreto nº 9.938/2019; Decreto nº 5.002/2004; Decreto nº 3.193/1999; Decreto nº 350/1991; Decreto nº 9.763/2019; Decreto Legislativo nº 16/1954. Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2009; Portaria SPHAN nº 07/1988; Portaria IBPC nº 262/1992; Portaria IPHAN nº 420/10; Portaria IPHAN nº 187/2010; Portaria IPHAN nº 44/2016; Portaria IPHAN nº 195/2016; Portaria IPHAN nº 196/2016; Portaria IPHAN nº 396/2016; Portaria IPHAN nº 200/2016; Portaria IPHAN nº 80/2017; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2006; Portaria IPHAN nº 299/2015; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 005/2019; Portaria IPHAN nº 194/2016; Portaria IPHAN nº 137/2016; Portaria Interministerial 424/2016; Portaria Interministerial 43/2020; Portaria IPHAN nº 366/2018; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021; Portaria IPHAN nº 25/2021; Decreto nº 10.755/2021; Portaria IPHAN nº 17/2022; Instrução Normativa IPHAN nº 01/2007; Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015; Decreto Nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC); Decreto Nº 11.178/2022 (Aprova a Estrutura Regimental do Iphan).Decreto nº 12.469, de 23 de maio de 2025/Altera o Decreto 11.178 de 2022); Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016; Portaria Iphan nº 135, de 20 de novembro de 2023.

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 11.531/2023; Decreto Nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC); Decreto Nº 11.453/2023; Portaria IPHAN nº 11/2021; Portaria IPHAN nº 23/2021; Portaria IPHAN nº 141, de 12 de dezembro de 2023 (aprova o regimento interno do Iphan).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei 14.791/2023 (LDO 2024)

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991/2019. Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023. Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021. Decreto nº 11.069/2022.

5538 Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto Nº 11.178/2022 (Aprova a Estrutura Regimental do Iphan); Decreto nº 80.978/1977; Resolução do Senado Federal nº 56/1999; Lei nº 11.578/2007; Decreto 11.632/2023; Decreto 11.855/2023; Resolução CGPAC nº 1/2023; Resolução CGPAC nº 2/2024; Resolução CGPAC nº 4/2024; Portaria Iphan nº 420/2010; Portaria Iphan nº 383/2013; Portaria Iphan nº 436/2013; Decreto nº 7.581/2011; Decreto nº 7.983/2013; Lei nº 14.133/2021; Decreto Nº 11.336/2023 (Aprova a Estrutura Regimental do MinC).

42205 Fundação Nacional de Artes

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Art. 68 da ADCT; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Lei nº 13.018/2014; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 6.040/2007; Decreto nº 3.100/1999; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 520/1992; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009.

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42206 Agência Nacional do Cinema - ANCINE

00S0 Contribuição ao Programa Iberoedia

Decreto nº 3.092, de 1999 - promulga o Convênio para a Cooperação no âmbito da Conferência Ibero-Americana, concluído em San Carlos de Bariloche, em 15 de outubro de 1995; Decreto nº 2.777, de 1999 - promulga o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, assinado em Caracas, em 11 de novembro de 1989; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

155V Aquisição do Imóvel do Escritório Central da Agência Nacional do Cinema - ANCINE

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 8.283/2014.

202I Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória nº 2.228-1/2001)

Constituição Federal de 1988, arts. 215 e 216; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 8.685/1993; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014;

202J Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual

Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.590/2008; Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.637/1998; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002; Decreto nº 10.915/2021; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.844/2019;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conciliação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e das outras providências;

2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;

3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014.

42207 Instituto Brasileiro de Museus

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVI.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 14.600/2023; Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023.

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNP/M; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto

211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12 inciso XXIII e art. 18 inciso XIV e §8º da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO-2023).

42902 Fundo Nacional de Cultura

006A Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007;Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

00VF Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, V, VII, VIII, e anexo; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 10.755/202; Decreto 519/1992; Decreto 520/1992; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011(publica as metas do PNC).

202F Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Art. 68 da ADCT; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Lei nº 8.313/1991; Lei nº 11.906/2009; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 7.668/1988; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Lei nº 13.018/2014; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 520/1992; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 3.100/1999; Decreto nº 6.040/2007; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009.

202H Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura); Decreto nº 10.755/2021.

202K Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)

Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007; Decreto nº 11.336/2023 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cultura).

44101 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - Administração Direta

10TT Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 225;

Lei nº 6.938/81.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2000 Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967 Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024.
20VP Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde Lei n.º 9.985, de 18/07/2000; Lei n.º 11.284 de 02/03/2006; Lei n.º 12.114, de 09/12/2009; Lei n.º 12.512, de 14/10/2011; Decreto n.º 6.040 de 07/02/2007; Decreto n.º 6.063, de 20/03/2007; Decreto n.º 7.572, de 28/09/2011; Decreto n.º 12.254, de 19/11/2024.
20VY Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental Constituição Federal, arts. 37 e 225; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 4.281/2002; Decreto nº 12.254/2024; Portaria MMA 326/2020.
20W2 Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca Constituição Federal/1988, art. 225; Lei n.º 6.938/1981 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação); Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal); Lei n.º 13.153, de 30 de julho de 2015 (Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências) Lei n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021 (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política). Decreto Legislativo n.º 28/97 (Aprova o texto a da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação). Decreto n.º 2.741, de 20 de agosto de 1998 (Promulga a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente na África) - Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação – UNCCD; Decreto n.º 7.830 de 17 de outubro de 2012 – (Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências); Decreto nº 11.932, de 27 de fevereiro de 2024 (Dispõe sobre a Comissão Nacional de Combate à Desertificação). Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024 . (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança);
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Arts. 60-A a 60-E; Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024; Instrução Normativa SG/PSIDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.
21A9 Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental e Conservação de Água e Solo Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 21, IX; art. 23, VI e VII; art. 24, VI; art. 170, VI; art. 225; Lei nº 6.938/81; Lei nº 11.107/2005.Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020; Lei nº 12.305/2010; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 12.651/2012; Lei nº 13.844/2019; Lei n.º 14.260/2021; Lei nº 14.850/2024; Lei nº 15.022/2024; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 6.938/1986; Decreto nº 10.936/2022; Decreto nº 11.043/2022; Decreto nº 11.044/2022; Decreto nº 11.414/2023; Decreto nº 11.686/2023; Decreto nº 12.254/2024
21E4 Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima Lei nº 14.904, de 27/06/2024; Lei nº 12.187, de 29/12/2009; Lei nº 12.114, de 09/12/2009; Decreto Legislativo nº 95, de 2022; Decreto Legislativo nº 9.073, de 05/06/2017; Decreto Legislativo nº 140, de 16/08/2016; Decreto Legislativo nº 5.445, de 12/05/2005; Decreto Legislativo nº 144, de 20/06/2002; Decreto Legislativo nº 2.652, de 1/07/1998; Decreto Legislativo nº 1, de 03/02/1994; Decreto 12.254, de 19/11/2024; Decreto nº 12.045, de 5/06/2024; Decreto nº 12.040, de 5/06/2024; Decreto nº 11.549, de 5/06/2023; Decreto nº 11.546, de 5/06/2023; Decreto nº 11.550, de 5/06/2023; Decreto nº 12.254, de 19/11/2024 (Estrutura MMA); Decreto nº 9.578 de 22/11/2018; Decreto nº 5.300, de 7/12/2004; Decreto nº 99.280, de 06/06/1990.
21F1 Desenvolvimento da Bioeconomia Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo VI, art. 225; Lei n.º 11.959, de 29 de julho de 2009; Lei n.º 13.123, de 20 de maio de 2015; Lei n.º 14.119, de 13 de janeiro de 2021; Lei n.º 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998; Decreto n.º 8.772, de 11 de maio de 2016; Decreto nº 11.865, de 27 de dezembro de 2023; Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024.

21F2 Gestão Territorial e Socioambiental de Paisagens Rurais e dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - Constituição Federal de 1988, Art. 225; 231; 232. - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias Art 68. - Lei n.º 6.001, de 19/12/1973; - Lei n.º 6.938, de 31/08/1981; - Lei nº 8.171, de 17/01/1991; - Lei n.º 9.433, de 08/01/1997; - Lei n.º 11.326, de 24/07/2006; - Lei n.º 11.771, de 17/09/2008; - Lei n.º 11.775, de 17/09/2008; - Lei n.º 12.188, 11/01/2010; - Lei n.º 12.651, de 25/05/2012; - Lei n.º 14.021, de 07/07/2020; - Lei n.º 14.119, de 13/01/2021; - Lei nº 14.785, de 27/12/2023; - Lei nº 15.070, de 23/12/2024; - Decreto n.º 4.887, de 20/11/2003; - Decreto n.º 6.040 de 07/02/2007; - Decreto n.º 7.747, de 05/06/2012 (PNGATI); - Decreto nº 7.794, de 20/08/2012 (PNAPO); - Decreto n.º 8.750, de 09/05/2016; - Decreto n.º 9.334, de 05/04/2018; - Decreto n.º 10.088 de 05/11/2019, que promulga todas as Convenções e Recomendações da OIT. Anexo LXIII - Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; - Decreto n.º 11.451/2023; - Decreto n.º 11.452/2023. - Decreto nº 11.786/2023 (PNGTAG) -Decreto nº 12.254, de 19/11/2024. -Portaria MDA/MDS/MMA n.º 239, de 21/07/2009. - Portaria MMA/MDA n.º 1309/2025 Florestas Públicas não destinadas.
21F3 Implementação de Políticas para Biodiversidade, Vegetação Nativa e Áreas Protegidas Constituição Federal, Art. 225; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 5.197/1967; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 7.643/1987; Lei nº 7.661/1986; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 9.985/2000; Lei nº 11.959/2009; Lei nº 12.187/2009; Lei nº 12.651/2012; Lei nº 12.854/2013; Lei nº 13.123/2015; Decreto nº 92.446/1986; Decreto nº 1.905/1996; Decreto nº 2.519/1998; Decreto nº 3.420/2000; Decreto nº 3.842/2001; Decreto nº 4.339/2002; Decreto nº 4.340/2002; Decreto nº 4.703/2003; Decreto nº 5.092/2004; Decreto nº 5.377/2005; Decreto nº 5.758/2006; Decreto nº 6.753/2009; Decreto nº 7.794/2012; Decreto nº 7.830/2012; Decreto nº 8.235/2014; Decreto nº 8.505/2015; Decreto nº 8.772/2016; Decreto nº 8.972/2017; Decreto nº 9.080/2017; Decreto nº 9.578/2018; Decreto nº 9.763/2019; Decreto nº 9.932/2019; Decreto nº 9.935/2019; Decreto nº 10.141/2019; Decreto nº 11.367/2023; Decreto nº 11.687/2023; Decreto nº 12.017/2024; Decreto nº 12.035/2024; Decreto nº 12.254/2024; Decreto nº 12.484/2025; Decreto nº 12.485/2025; Decreto nº 14.486/2025; Decreto Legislativo nº 54/1975; Decreto Legislativo nº 56/1975; Decreto Legislativo nº 2/1994; Decreto Legislativo nº 88/1995; Portaria Interministerial nº 230/2017; Portaria MB nº 318/2006; Portaria MMA nº 443/2014. Portaria MMA nº 444/2014. Portaria MMA nº 445/2014. Portaria MMA nº 365/2015; Portaria MMA nº 3/2018; Portaria MMA nº 444/2018. Portaria MMA nº 445/2018; Portaria MMA nº 463/2018; Portaria Conjunta MMA/MTUR/ICMBIO nº 407/2018 Portaria Conjunta MMA/MTUR/ICMBIO nº 500/2020 Portaria MB nº 236/2019; Portaria MMA nº 148/2022; Portaria MMA nº 229/2022; Portaria MMA nº 512/2023; Portaria MMA nº 1070/2024; Portaria MMA nº 1.167/2024; e Portaria MMA nº 1.329/2025.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21F4 Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial
Art. 225 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar n.º 140, de 08/12/2011; Lei n.º 6.938, de 31/08/1981 (PNMA); Lei n.º 9.605, de 12/02/1998 (crimes ambientais); Lei n.º 9.985, de 18/07/2000 (SNUC); Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (PNMC); Lei n.º 12.651, de 25/05/2012 (Lei de Proteção da Vegetação Nativa); Lei n.º 12.854, de 26/08/2013; Lei n.º 14.600, de 19 de junho de 2023 (organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios); Lei n.º 14.944, de 31 de julho de 2024 (Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo); Lei n.º 15.042, de 11 de dezembro de 2024 (Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa); Lei n.º 15.143, de 5 de junho de 2025 (medidas para prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais); Decreto n.º 4.297, de 10 de julho de 2002 (ZEE); Decreto n.º 4.339, de 22/08/2002 (Política Nacional da Biodiversidade); Decreto n.º 4.340, de 22/08/2002 (SNUC); Decreto n.º 5.758, de 13/04/2006 (PNAP); Decreto n.º 6.527, de 1º de agosto de 2008 (Fundo Amazônia); Decreto n.º 7.830, de 17/10/2012 (CAR); Decreto n.º 9.578 de 22 de novembro de 2018 (PNMC); Decreto n.º 10.592, de 24 de dezembro de 2020 (Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais); Decreto n.º 11.367, de 1º.1.2023 (Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento, restabelece o PPCDAm e dispõe sobre os PPCDs no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal); Decreto n.º 11.548, de 5 de junho de 2023 (CONAREDD+); Decreto n.º 11.687, de 5 de setembro de 2023 (Municípios Prioritários e Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais); Decreto n.º 12.046, de 5 de junho de 2024 (gestão de florestas públicas para a produção sustentável); Decreto n.º 12.173, de 10 de setembro de 2024 (Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e sobre o Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional Federal); Portaria MMA n.º 365, de 27 novembro de 2015 (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros); Portaria GM/MMA n.º 833, de 9 de novembro de 2023 (requisitos para edição da lista dos municípios prioritários); Portaria GM/MMA n.º 834, de 9 de novembro de 2023 (lista dos municípios prioritários); Portaria GM/MMA n.º 1030, de 03 de abril de 2024 (Dispõe sobre o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais e cria a Comissão União com Municípios); Portaria GM/MMA nº 1.327, de 27 de fevereiro de 2025 (Declara estado de emergência ambiental em risco de incêndios florestais nas seguintes épocas e regiões específicas).

21H8 Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)
Art. 225, CF; Lei nº 6.938, de 31/08/1981; Decreto nº 12.254, de 19/11/2024 (art. 17).

2E87 Implementação da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos Animais
Constituição Federal, art. 225; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 15.046/2024; Lei nº 15.143/2025; Decreto nº 12.254/2024; Decreto nº 12.439/2025; Portaria GM/MMA nº 288/2022.

4641 Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024. Portaria MCOM nº 3.948, de 26 de outubro de 2021. Instrução Normativa SECOM/PR nº 1, de 19 de junho de 2023, que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM. Instrução Normativa SECOM nº 2, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre o desenvolvimento e a execução da publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM, e dá orientações complementares.

44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB

2000 Administração da Unidade
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Arts. 60-A a 60-E; Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024; e Instrução Normativa SGPI/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

21F5 Gestão de Florestas
Constituição Federal de 1988; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000; Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000; Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012; Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014; Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.957, de 21 de março de 2024; Decreto nº 11.983, de 9 de abril de 2024; Decreto nº 12.046, de 05 de junho de 2024; Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024; Instrução Normativa - IN MMA nº 02, de 05 de maio de 2014 - SICAR; Instrução Normativa- IN MMA nº 03, de 18 de dezembro de 2014 e Resolução do Serviço Florestal Brasileiro nº 3, de 27 de agosto de 2018. Resolução nº 22, de 1º de setembro de 2023.

44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

168N Fortalecimento da Fiscalização Ambiental Para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 225 Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011 Lei nº 12.187, de 29/12/2009 Decreto nº 6.527, de 1/08/2008 Resolução BNDES nº 1.640, de 03/09/2008 Contrato BNDES-Fundo Amazônia nº 25.2.0065.1/2025.

2000 Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20WH Controle de Substâncias, Produtos, Resíduos, Emissões e Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais
Constituição Federal, Arts. 170, inciso VI, e 225; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 8.723/1993; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 9.966/2000; Lei nº 12.305/2010; Lei nº 14.785/2023; Lei nº 15.070/2024 Lei nº 15.022/2024 Decreto nº 97.634/1989; Decreto nº 99.280/1990; Decreto nº 875/1993; Decreto nº 96.044/1988; Decreto nº 4.074/2002; Decreto nº 5.360/2005; Decreto nº 5.472/2005; Decreto nº 6.514/2008; Decreto nº 9.470/2018; Decreto nº 10.833/2021; Decreto nº 10.936/2022; Resolução CONAMA nº 18/1986; Resolução CONAMA nº 1/1988; Resolução CONAMA nº 08/1993; Resolução CONAMA nº 20/1994; Resolução CONAMA nº 362/2005; Resolução CONAMA nº 401/2008; Resolução CONAMA nº 403/2008; Resolução CONAMA nº 415/2009; Resolução CONAMA nº 416/2009; Resolução CONAMA nº 418/2009; Resolução CONAMA nº 420/2009; Resolução CONAMA nº 432/2011; Resolução CONAMA nº 433/2011; Resolução CONAMA nº 452/2012; Resolução CONAMA nº 463/2014; Resolução CONAMA nº 467/2015; Resolução CONAMA nº 472/2015; Resolução CONAMA nº 490/2018; Resolução CONAMA nº 492/2018; e Resolução CONAMA nº 493/2019.

214M Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias
Constituição Federal, Art. 225; Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989; Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 13.668, de 2018, que alterou a lei 7.957, de 20 de dezembro de 1989; Lei nº 14.944 de 31 de julho de 2024

Decreto nº 2661, de 8 de julho de 1998; Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008; Decreto nº 8914, de 24 de novembro de 2016; Decreto Nº 10.728, de 23 de junho de 2021; Decreto Nº 12.130, de 07 de agosto de 2024; Decreto nº 12.173, de 10 de setembro de 2024; Portaria Ibama nº 73, de 26 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2025; Portarias anuais do Ministério da Fazenda/ou Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – autorização de contratação dos brigadistas; e Portarias anuais do Ministério do Meio Ambiente – período e regiões em emergência ambiental. Portarias anuais do Ibama com detalhamento do Programa de Brigadas Federais. Resoluções e Recomendações do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo - COMIF

214N Controle e Fiscalização Ambiental
Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011; Lei nº 5.197, de 03/01/1967; Lei nº 6.938, de 31/08/1981; Lei nº 7.735, de 22/02/1989; Lei nº 9.478, de 06/08/1997; Lei nº 9.605, de 12/02/1998; Lei nº 9.636, de 15/05/1998; Lei nº 9.960, de 28/01/2000; Lei nº 9.966, de 28/04/2000; Lei nº 9.985, de 18/07/2000; Lei nº 10.406, de 10/01/2002; Lei nº 10.650, de 16/04/2003; Lei nº 11.481, de 31/05/2007; Lei nº 11.516, de 28/08/2007; Lei nº 11.959, de 29/06/2009; Lei nº 12.334, de 20/09/2010; Lei nº 12.608, de 10/04/2012 ; Lei nº 12.651, de 25/05/2012; Lei nº 13.123, de 20/05/2015; Lei nº 14.785, de 27/12/2023;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Decreto nº 4.136, de 20/02/2002;
Decreto nº 4.340, de 22/08/2002;
Decreto nº 4.871, de 06/11/2003;
Decreto nº. 5.098, de 03/06/2004;
Decreto nº 6.040, de 07/02/2007;
Decreto nº 6.514, de 22/07/2008;
Decreto nº 7.515, de 08/07/2011;
Decreto nº 8.772, de 11/05/2016;
Decreto nº 10.950, de 27/01/2022.

2140 Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental

Constituição Federal, Arts. 20, 23, 24 e 225;
Lei Complementar nº 140/2011;
Lei nº 5.197/1967;
Lei nº 6.938/1981;
Lei nº 7.735/1989;
Lei nº 9.605/1998;
Lei nº 11.284/2006;
Lei nº 11.428/2006;
Lei nº 12.187/2009;
Lei nº 12.651/2012;
Lei nº 12.727/2012;
Lei nº 13.844/2019;
Decreto Legislativo nº 54/1975;
Decreto Legislativo nº 2 de 1994;
Decreto nº 76.623/1975;
Decreto nº. 92.446/1986;
Decreto nº 2.519/1998;
Decreto nº 3.607/2000;
Decreto nº 4.339/2002;
Decreto nº 4.703/ 2003;
Decreto nº 5.975/2006;
Decreto nº 6.063/2007;
Decreto nº 6.514/2008;
Decreto nº 6.660/2008;
Decreto nº 7.747/2012;
Decreto nº 8.973/2017;
Decreto nº 9.760/2019;
Decreto nº 12.130/2024;
Resolução CONAMA nº 369/2006;
Resolução CONAMA nº 379/2006;
Resolução CONAMA nº 394/2007;
Resolução CONAMA nº 406/2009;
Resolução CONAMA nº 487/2018;
Resolução CONAMA nº 489/2018;
Resolução CONAMA nº 496/2020;
Resolução CONAMA nº 497/2020;
Portaria Ibama nº 15, de 19 de julho de 2013, publicada em 23/07/2013;
Portaria IBAMA nº 22 de 20 de fevereiro de 2025, publicada em 21/02/2025;
Portaria nº 73, de 26 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 27/05/2025;
Instrução Normativa Ibama nº 21 de 24 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 27/12/2014;
Instrução Normativa Funai nº 3, de 11 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 12/06/2015;
Instrução Normativa Ibama nº 5/2021, publicada no Diário Oficial da União de 26/05/2021;
Instrução Normativa Ibama nº 14, de 01 de julho de 2024; e
Instrução Normativa Ibama nº 20 de 27 de setembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 01/10/2024.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.
Lei nº 13.328, de 29.07.2016
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10.06.2021
Instrução Normativa SEGRT/MGI nº 10, de 29.03.2023
Orientamento Normativo SGP nº 10, de 24.04.2013.
Documento nº 04500.003473/2009-25 SRH/MPOG, de 27.03.2009

218R Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Geoespacial Sobre o Meio Ambiente

Constituição Federal, Art. 225;
Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;
Lei nº 6.938, de 31/08/1981;
Lei nº 7.735, de 22/02/1989;
Lei nº 9.605, de 12/02/1998;
Lei nº 9.966, de 28/04/2000;
Lei nº 10.650, de 16/04/2003;
Lei nº 11.516, de 28/08/2007;
Lei nº 12.187 de 29/12/2009;
Lei nº 12.651, de 25/05/2012;
Decreto nº 96.044, de 18/05/1988;
Decreto nº 98.973, de 21/02/1990;
Decreto nº 2.661, de 08/07/1998;
Decreto nº 4.136, de 20/02/2002;
Decreto nº 4.871, de 06/11/2003;
Decreto nº 5.098, de 03/06/2004;
Decreto nº 5.577, de 08/11/2005;
Decreto nº 6.514, de 22/07/2008;
Decreto nº 6.666, de 27/11/2008;
Decreto nº 8.127, de 22/10/2013;
Decreto nº 8.777, de 11/05/2016.
Decreto nº 8.973, de 24/01/2017;
Resolução ANTT nº 420/2004;
Resolução CONAMA nº 398/2008; e
Portaria Ibama nº 73, de 26.05.2025 (Publicado em: 27/05/2025 | Edição: 98 | Seção: 1 | Página: 163).

2115 Educação Ambiental

Constituição Federal, Art. 225;
Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;
Lei nº 6.938, de 31/08/1981;
Lei nº 7.735, de 22/02/1989.
Lei nº 9795, de 27/04/1999;
Lei nº 9.985, de 18/07/2000;
Lei nº 12.187, de 29/12/2009;
Lei nº 12.305, de 02/08/2010;
Lei nº 12.633, de 14/05/2012;
Lei nº 14.393, de 04/07/2022;
Decreto nº 2.652, de 01/07/1998;
Decreto nº 4.281, de 25/06/2002;
Decreto nº 4.339, de 22/08/2002;

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 6.040, de 07/02/2007;
Decreto nº 7.794, de 20/08/2012;
Decreto nº 8.235, de 05/05/2014;
Decreto nº 12.130, de 07/08/2024;
Resolução Conama nº 11, de 11/12/1995;
Resolução Conama nº 422, de 23/03/2010;
Recomendação Conama nº 11, de 25/03/2011;
Resolução CNE nº 2, de 15/06/2012;
Resolução CNE nº 1, de 30/05/2012;
Resolução CD/FNDE nº 18, de 21/05/2013;
Portaria Interministerial nº 390, de 18/11/2015;
Portaria MMA nº 169, de 23/05/2012;
Portaria Ibama nº 1920, de 04/07/2018;
Portaria Ibama 34-N, de 08/11/2016;
Portaria Ibama nº 1.377, de 01/06/2022;
Portaria Ibama nº 73, de 26/05/2025 e
Instrução Normativa Ibama nº 2, de 27/03/2012.

6925 Licenciamento Ambiental Federal

Constituição Federal, Art. 177 e 225;
Lei Complementar nº 140, de 08/12/11;
Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 9.966, de 28/04/00;
Lei nº 9.985, de 18/07/00;
Lei nº 11.428, de 22/12/06;
Lei nº 12.651, de 25/05/12;
Lei nº 13.668, de 28/05/18;
Decreto nº 4.340, de 22/08/02;
Decreto nº 6.640, de 07/11/08;
Decreto nº 6.848, de 14/05/09;
Decreto nº 8.437, de 22/04/15;
Decreto nº 10.223, de 5/02/20;
Portaria Conjunta MMA/Ibama/ICMBio Nº 225, de 30/06/11;
Portaria MMA nº 421, de 26/10/11;
Portaria MMA nº 422, de 26/10/11;
Portaria MMA nº 424, de 26/10/11;
Portaria Interministerial MMA/SEP/IPR Nº 425, de 26/10/11;
Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/15;
Portaria Interministerial MF/MMA Nº 812, de 29/09/15;
Portaria Interministerial nº 1, de 04/11/20;
Resolução Conama nº 001, de 23/01/86;
Resolução Conama nº 006, de 24/01/86;
Resolução Conama nº 006, de 16/09/87;
Resolução Conama nº 009, de 03/12/87;
Resolução Conama nº 005/1988;
Resolução Conama nº 023, de 07/12/94;
Resolução Conama nº 010/1996;
Resolução Conama nº 237, de 19/12/97;
Resolução Conama nº 273/2000;
Resolução Conama nº 279, de 27/06/01;
Resolução Conama nº 281, de 12/07/01;
Resolução Conama nº 284, de 30/08/01;
Resolução Conama nº 286, de 30/08/01;
Resolução Conama nº 312/2002;
Resolução Conama nº 350, de 06/07/04;
Resolução Conama nº 371, de 05/04/06;
Resolução Conama nº 377, de 09/10/06;
Resolução Conama nº 385/2006;
Resolução Conama nº 404/2008;
Resolução Conama nº 413/2009;
Resolução Conama nº 428, de 17/12/10;
Resolução Conama nº 458/2013;
Resolução Conama nº 462, de 24/07/14;
Resolução Conama nº 470, de 27/08/15;
Resolução Conama nº 479, de 15/03/17.

44206 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal, 1988;
Decreto-Lei 200/1967; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Arts. 60-A a 60-E;
Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024; e
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

219K Gestão da Coleção Viva, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; e
Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022.

211HJ Avaliação, Monitoramento e Conservação da Flora Brasileira

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001;
Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003;
Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966;
Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975;
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002;
Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004;
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;
Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022; e
Decreto Legislativo nº 2, de 8 de fevereiro de 1994.
Resolução CONABIO nº 9, de 28 de novembro de 2024.
Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.
Instrução Normativa nº 1, de 10 de dezembro de 2021 - Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Flora Brasileira, a utilização do Sistema Nacional para Conservação da Flora - ProFlora, a política de dados e a publicação dos resultados.
Portaria MMA Nº 444, de 26 de novembro de 2018 - Institui a Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.
Portaria MMA nº 162, de 11 de maio de 2016 -Estabelece os procedimentos para elaboração e publicação das Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção, previstas no Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Extinção - Pró- Espécies, estabelecido pela Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014.
Portaria MMA Nº 443, de 17 de dezembro de 2014 - Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da “Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção”, e dá outras providências.
Portaria MMA nº 43, de 31 de janeiro de 2014 - Institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, com o objetivo de adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão, com vistas a minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies.

21HK Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Vegetal

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001;
Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003;
Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966;
Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975;
Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002;
Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004;
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;
Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022; e
Decreto Legislativo nº 2, de 8 de fevereiro de 1994.

4909 Funcionamento de Programas de Pós-Graduação e Demais Atividades Educativas em Botânica e Meio Ambiente e Campos Afins

Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; e
Decreto nº 11.199, de 15 de setembro de 2022.

44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Lei nº 8.112/1990; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 9.991/2019.

20WM Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Constituição Federal, artigo nº 225, §1º, inciso III
Lei nº 4.132, de 10/09/1962;
Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 8.629, de 25/02/1993;
Lei nº 9.478, de 06/08/1997;
Lei nº 9.605, de 12/02/1998;
Lei nº 9.636, de 15/05/1998;
Lei nº 9.795, de 27/04/1999;
Lei nº 9.960, de 28/01/2000;
Lei nº 9.985, de 18/07/2000;
Lei nº 10.406, de 10/01/2002;
Lei nº 11.284, de 02/03/2006;
Lei nº 11.428, de 22/12/2006;
Lei nº 11.481, de 31/05/2007;
Lei nº. 11.516, de 28/08/2007;
Lei nº 12.651, de 25/05/2012;
Lei nº 13.668, de 28/05/2018;
Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941;
Decreto-Lei nº 271, de 28/02/1967;
Decreto nº 93.240, de 09/09/1986;
Decreto nº 4.281, de 25/06/2002;
Decreto nº 4.339, de 22/08/2002;
Decreto nº 4.340, de 22/08/2002;
Decreto nº 5.746, de 05/04/2006
Decreto nº 6.040 de 07/02/2007;
Decreto nº 7.747, de 05/06/2012;
Decreto nº 8.235, de 05/05/2014;
Decreto nº 10.224, de 05/02/2020;
Decreto nº 11.193 de 08/09/2022;
Decreto nº 11.786, de 20/11/2023;
Decreto nº 12.258, de 25/12/ 2024;
Portaria INCRA nº 486 de 2/09/2013;
Portaria ICMBio nº 769, de 10 /12/2019
Portaria ICMBio nº 770, de 10 /12/2019
Portaria ICMBio nº 771, de 10 /12/2019
Portaria ICMBio nº 772, de 10 /12/2019
Portaria ICMBio nº 774, de 10 /12/2019
Portaria ICMBio nº 91, de 04/02/2020;
Portaria nº 948, de 15/09/2020;
Portaria nº 289, de 03/05/2021;
Portaria Conjunta INCRA/ICMBIO nº 04, de 25/03/2010;
Portaria Conjunta MMA/ICMBIO nº 1.145, de 02/09/2024;
Acórdãos nº 1.853/2013 e nº 1.004/2016 do Tribunal de Contas da União;
Instrução Normativa ICMBio nº 28, de 05/03/2012;
Instrução Normatiza ICMBio nº 26, de 04/07/2012;
Instrução Normativa nº 77, de 23/08/2013;
Instrução Normativa nº 05, de 20/05/2016;
Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 21/12/2017;
Instrução Normativa ICMBio nº 12, de 10/12/2018;
Instrução Normativa ICMBio nº 04, de 02/02/2020;
Instrução Normativa ICMBio nº 3, de 19/05/2022;
Instrução Normativa ICMBio nº 05, de 14/04/2022;
Instrução Normativa INCRA nº 121, de 13/06/2022;
Resolução CONAMA nº 371, de 05/04/2006;
Norma de Execução nº 107, de 23/08/2013;
Norma Execução nº 02, de 19/02/2018.

20WN Execução de Pesquisa, Monitoramento e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico

Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;
Lei nº 5.197 de 03/01/1967;
Lei nº 6.938, de 31/08/81;
Lei nº 7.735, de 22/02/89;
Lei nº 7.797 de 10/07/1969;
Lei nº 9.478, de 06/08/1997;
Lei nº 9.605, de 12/02/98;
Lei nº 9.985 de 18/07/2000;
Lei nº 11.516 de 28/08/2007;
Lei nº 12.651, de 25/05/12;
Lei nº 14.600, de 19/06/2023;
Decreto nº 2.519, de 16/03/98;
Decreto nº 4.340 de 22/08/2002;
Decreto nº 4.339 de 22/08/2002;
Decreto nº 4.703 de 21/05/2003;
Decreto nº 6.514, de 22/07/08;

Decreto nº 10.224, de 05/02/2020;
Decreto nº 11.193, de 08/09/2022; e
Resolução CONABIO nº 07 de 29 de maio de 2018.

214P Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Lei nº 6.938, de 31/08/1981;
Lei nº 9.605, de 12/02/1998;
Lei nº 9.795, de 27/04/1999;
Lei nº 9.985, de 18/07/2000;
Lei nº 11.516, de 28/08/2007;
Lei nº 12.608 de 10/04/2012;
Lei nº 12.651, de 25/05/2012;
Lei nº 12.727, de 17/10/2012;
Lei nº 14.944, de 31/07/2024;
Decreto nº 11.693, de 06/09/2023;
Decreto nº 6.514, de 22/07/2008;
Decreto nº 10.759, de 30/07/2021;
Decreto nº 11.373 de 01/01/2023;
Decreto nº 12.258, de 25/12/ 2024;
Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 1, de 12/04/2021;
Portaria ICMBio nº 1.150 de 06/12/2022;

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.
Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990;
Decreto nº 980, de 1991;
Decreto nº 6.054, de 1º de março de 2007;
Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 57, de 10 de junho de 2021.

44901 Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA

00UD Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente

Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989;
Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020; e
Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024.

44902 Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 200/1967;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e
Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024.

20G4 Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009;
Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018; e
Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024.

46101 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos- Administração Direta

00IO Inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Extinto pela Lei nº 12.431, de 2011)

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, art. 23; e
Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017 - processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

00PN Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados

Decreto Legislativo nº 55, de 18 de junho de 2019 - Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE;
Decreto nº 10.109, de 7 de novembro de 2019 - Promulga o Acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVIII.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

20U1 Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

20U4 Governança do Patrimônio Imobiliário da União

Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 - bens imóveis da União e dá outras providências;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 - foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 - regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União;
Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 - administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 - regularização fundiária rural e urbana;
Lei nº 13.813, de 2019 - transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União;
Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020 - aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União;
Decreto nº 11.929, de 26 de fevereiro de 2024 - institui o Programa de Democratização dos Imóveis da União; e
Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

216Q Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei nº 8.745, 9 de dezembro de 1993 - contrato por tempo determinado;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Decreto nº 67.326, de 05 de outubro de 1970 - Dispõe sobre o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal e dá outras providências;

Decreto nº 2.028, de 11 de outubro de 1996 - Dispõe sobre os procedimentos relativos à execução financeira da folha de pagamento de pessoal do Governo Federal e dá outras providências.

Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009 - Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor;

Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal;

Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento;

Decreto nº 10.715, de 8 de junho de 2021 - Institui os Sistemas Estruturantes de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal;

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

21CQ Gestão do Governo Digital

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - regula o acesso a informações;

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Regras e instrumentos para o Governo Digital;

Lei nº 14.534, de 11 de janeiro de 2023, determinando que o número do Cadastro da Pessoa Física (CPF) seja adotado como único número do registro geral (RG) no Brasil.

Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 - dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal;

Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal;

Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 - Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação;

Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019 - Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal;

Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados;

Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020 - Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal;

Decreto nº 10.609, de 20 de janeiro de 2021 - Institui a Política Nacional de Modernização do Estado e cria o Fórum Nacional de Modernização do Estado;

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;

Decreto nº 12.308, de 11 de dezembro de 2024 - Institui o Comitê Interministerial para a Transformação Digital.

21FJ Gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Art. 29 - Cria o Cadastro Ambiental Rural - CAR;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Gestão do CAR passa para o MGI;

Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 - Finalidades do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR.

21H5 Sustentação Tecnológica de Identificação do Cidadão

Decreto nº 11.797, de 27 de Novembro de 2023 - Serviços e Governança de Identificação do Cidadão; e

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

2810 Promoção do Acesso ao Patrimônio Arquivístico

Constituição de 1988, art. 216, § 2º;

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações;

Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012 - Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal;

Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações;

Decreto nº 10.148, de 02 de dezembro de 2019 - Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal;

Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 - Regulamenta o disposto no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais; e

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

4743 Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 173 - exploração direta de atividade econômica pelo Estado quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo;

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, art. 2º, III – Conceitua a empresa estatal dependente para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Lei das Estatais;

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público;

Decreto nº 12.301, de 09 de dezembro de 2024 - Dispõe sobre a aprovação de diretrizes e de estratégias relativas à governança corporativa nas empresas estatais federais e à administração das participações societárias da União;

Decreto nº 12.302, de 09 de dezembro de 2024 - Institui o Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais.

8690 Fiscalização e Controle do Uso e Ocupação de Imóveis da União

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Art. 20. Trata dos bens da União;

Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 - Dispõe sobre os bens imóveis da União;

Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 - foros, laudêmos e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União;

Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 - regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e

Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos.

46201 Fundação Escola Nacional de Administração Pública

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVIII.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

20U9 Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;

Decreto nº 9.991, 28 de agosto de 2019 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas;

Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Enap;

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

216R Desenvolvimento de Iniciativas de Inovação, Estudos, Pesquisas e Publicações

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo;

Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020 - Aprova o Estatuto da Enap;

Decreto nº 11.558, de 13 de junho de 2023 - Dispõe sobre o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; e

Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

46203 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

217Z Gestão dos Sistemas da Carteira de Identidade Nacional - CIN, da Certificação Digital da infraestrutura de Chaves Públicas e da Assinatura Gov.BR

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 - Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia;

Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008 - Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil;

Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 - Assinaturas eletrônicas na administração pública federal;

Decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023 - Serviço de Identificação do Cidadão e governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal;

Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024 - Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027;

Decreto nº 12.103, de 8 de julho de 2024 - Estrutura regimental ITI.

47101 Ministério do Planejamento e Orçamento - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

21FK Aprimoramento de Planejamento Nacional, Orçamento Federal, Avaliação de Políticas Públicas e de Revisão de Gastos e de Articulação

Constituição Federal de 1988, arts. 3º, 21, inciso IX e 165, § 1º;

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual de 2024 a 2027.

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento;

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

8861 Sustentação da Tecnologia da Informação do Sistema de Planejamento Nacional e do Orçamento Federal

Constituição Federal de 1988, art. 165;

Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;

Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual de 2024 a 2027;

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento.

47204 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

00M6 Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica

Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos;

Decreto nº 11.194, de 8 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos;

Decreto nº 11.194, de 8 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

4727 Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro

Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967 - Institui a Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA) e aprova respectivos Estatutos;

Decreto nº 11.194, de 8 de setembro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

47205 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVIII.

2000 Administração da Unidade

Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967 - institui a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973 - dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Decreto nº 11.353 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento.

20U5 Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Lei nº 5.878, de 1973, Art. 2º, § 2º - Serão mantidos pelo IBGE para atendimento das suas próprias necessidades e das dos usuários de informações, os cursos de graduação e de treinamento de profissionais e especialistas nas atividades correspondentes à sua área de competência, podendo também ser promovida a realização de outros cursos de formação relacionados com essa mesma área; e
Decreto nº 11.177, de 18 de agosto de 2022, anexo I capítulo I, Art. 4º, inciso I - manter cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, desde que em áreas correspondentes àquelas de competência da Fundação IBGE e afins, observada a legislação educacional vigente.

20U6 Pesquisas e Estudos Estatísticos e Geocientíficos

Constituição Federal, de 1988, Art. 21, incisos IX e XV - Competências da União;
Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, Art. 2º e 3º inciso II -estatísticas derivadas, III - pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos, geodésicos e cartográficos, IV - Levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas, e V - sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência;
Decreto nº 77.624, de 17 de maio de 1976 - dispõe sobre a utilização, pelo IBGE, de dados informativos de origem governamental na produção de informações e estudos de interesse do planejamento econômico e social e da segurança nacional; e
Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 - institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE.

20U7 Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico

Constituição Federal, de 1988, art. 21, incisos IX e XV - Competências da União;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Art.91 e 92 - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios;
Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, art. 3º, inciso I - estatísticas primárias;
Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991 - Dispõe sobre a periodicidade dos Censos Demográficos e dos Censos Econômicos e dá outras providências.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - Administração Direta

00GW Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)

Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.

0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)

Lei nº 10.420, de 2002 e suas alterações; e
Decreto nº 4.962, de 2004 e suas alterações.

2000 Administração da Unidade

Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal

210V Estruturação Produtiva, Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações – MROSC;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto Nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;
Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO.
Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020 - Institui o Selo Biocombustível Social.
Decreto nº 11.968, de 27 de março de 2024 - Criou a Coordenação Geral do PROAGRO Mais.

210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais

CF de 1988, art. 189;
Lei nº 10.406, de 2002;
Lei nº 11.340, de 2006;
Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRAP/P nº 981, de 2003;
Instrução Normativa Inkra nº 38, de 2007;
Decreto 11.452 de 22 de março de 2023;
Decreto 11.642, de 16 de agosto de 2023;
Decreto 11.641, de 16 de agosto de 2023.

210X Apoio ao Desenvolvimento Territorial Sustentável à Inclusão Produtiva e à Infraestrutura Rural

Constituição Federal de 1988, arts. 3º, 21, 43
Lei nº 5.764, de 1971
Lei nº 8.171, de 1991
Lei nº 8.427, de 1992
Lei nº 9.394, de 1996
Lei Complementar nº 101, de 2000
Lei nº 10.172, de 2001
Lei nº 11.326, de 2006
Lei nº 13.019, de 2014
Lei nº 10.246 de 2001
Lei nº 13.123, de 2015
Lei nº 14.119, de 2021
Decreto-Lei nº 79, de 1966
Decreto nº 5.154, de 2004
Decreto nº 6.040, de 2007
Decreto DNN 11503, de 2008
Decreto nº 7.352, de 2010, art. 11-18
Decreto nº 7.747, de 2012
Decreto nº 10.088, de 2019
Decreto nº 11.396, de 2023
Portaria MAPA 121, de 2019.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Constituição Federal (CF), art. 218 – Da Ciência, Tecnologia e Inovação;
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais; e
Decreto 4.077, de 9 de janeiro de 2002 - Qualifica como Organização Social a Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.
Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021 – Estrutura Regimental do MAPA;
Instrução Normativa nº 57, de 10 de junho de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso XXX - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para cobrir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 – Criação da ANATER;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações – MROSC;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;
Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências;
Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
Decreto 11.451, de 22 de março de 2023 que Institui o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.
Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Decreto Nº 11.995, de 15 de abril de 2024 Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.
Decreto 11.451, de 22 de março de 2023 que Institui o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.
Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria INCRAP/P nº 981, de 2003;
Portaria MDA nº 063, de 2004;
Portaria MDA nº 25, de 2006;
Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010,
Portaria/INCRAP/P nº 581, de 2010;
Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020,
Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020.
Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRANº01, de 2011.

21G7 Governança e Regularização Fundiária Nacional

Lei nº 11.952, de 2009;
Lei nº 10.267, de 2001;
Lei nº 6.383, de 1976;
Lei nº 6.015, de 1973;
Lei nº 6.001 de 1973;
Lei nº 14.701 de 2024;
Decreto nº 1.775 de 1996;
Lei nº 9.965 de 2000;
Decreto nº 10.592, de 2020;
Decreto nº 4.449, de 2002;
Decreto nº 4.340 de 2002;
Decreto nº 4.887 de 2003;
Decreto nº 6.040 de 2007;
Decreto 11.447 de 2023 e
Decreto nº 11.786 de 2023.
Manual de Crédito Rural, Capítulo 4: Finalidades e Instrumentos de Política Agrícola, Seção 7: Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais (MCR 4-7);
Portaria SAF/MAPA nº 122, de 23 de março de 2021, que aprova o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, com nova redação dada pela Portaria SAF/MAPA nº 197, de 31 de agosto de 2021;
Portaria SAF/MAPA Nº 123, de 23 de março de 2021, que Aprova o Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil;
Contrato SAT-BB; e
Contrato SAT-BNB.

21GB Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento e Acesso à Terra e ao Território dos Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombolas

Constituição de 1988;
Lei Complementar nº 101, de 2000;
Lei nº 5.764, de 1971;
Lei nº 6.001, de dezembro de 1973;
Lei 10.246 de 2001;
Lei 11.097, de 2005;
Lei nº 11.116, de 2005;
Lei nº 11.326, de 2006;
Lei nº 11.488, de 2007;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 13.019, de 2014;
Lei nº 13.033, de 2014;
Lei nº 13.123, de 2015;
Lei nº 13.263, de 2016;
Lei nº 13.971, de 2019;
Lei nº 14.144 de 2021;
Decreto nº 4.340 de 2002;
Decreto nº 4.887 de 2003;
Decreto nº 5.297 de 2004;
Decreto nº 6.040, de 2007;
Decreto nº 7.747, de 2012;
Decreto nº 10.088, de 2019;
Decreto nº 10.253, de 2020;
Decreto nº 10.257, de 2020;
Decreto nº 11.447, de 2023;
Decreto nº 11.786 , de 2023;
Resolução II CNPE, de 2016, e
Resolução CMN nº 4.828, de 2020.

21GC Fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira no Cenário Internacional

Artigo 11 do Decreto nº 11.396, de 21/1/2023 (Atribuições da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, conforme Decreto que estabelece a Estrutura Regimental do MDA)

21HB Gerenciamento das Políticas de Desenvolvimento Agrário

Constituição Federal/1988, Título VII, Capítulo III; Constituição Federal/1988, art. 50; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 2º, incisos II, III e IV; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Lei nº 10.420, de 2002 e suas alterações; e Decreto nº 4.962, de 2004 e suas alterações. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações - MROSC; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto Nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020 - Institui o Selo Biocombustível Social. Decreto nº 11.968, de 27 de março de 2024 - Criou a Coordenação Geral do PROAGRO Mais. Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

21IP Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, do Acesso aos Mercados e do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.;
Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 - altera a Lei 8.427/92;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs
12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das
Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021;
Decreto nº 11.476, de 02 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2003 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019;
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - LAI.
Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020;
Portaria nº 1225, de 03 de julho de 2020;
Instrução Normativa SGM/ME nº 01, de 04 de abril de 2019.

210R Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, art. 565;
Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;
Portaria Nº 531, de 23 de março de 2020;
Instrução Normativa nº 119, de 10 de junho de 2022;
Instrução Normativa nº 117, de 12 de maio de 2022.

210T Promoção da Educação e Cultura do Campo

Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 207;
Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 11.947 – Art.33, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004;
Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, art. 11-18;
Decreto nº 6.672, de 02 de novembro de 2008, art. 1º, § 1º;
Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002;
Resolução CNE/CEB nº 01, de 31 de janeiro de 2006;
Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008;
Resolução CNE/CEB nº 1, de 16 de agosto de 2023;
Instrução Normativa nº 115, de 30 de março de 2022;
Instrução Normativa nº 133, de 11 de outubro de 2023;
Instrução Normativa nº 134, de 11 de outubro de 2023;
Instrução Normativa nº 115, de 30 de março de 2022.

210Z Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;
Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;
Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;
Decreto Nº 10.088, de 5 de novembro de 2019;
Portaria Interministerial nº 210, de 13 de junho de 2014;
Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015;
Portaria INCRA Nº 175, de 19 de abril de 2016;
Portaria INCRA nº 2.541, de 28 de dezembro de 2022;
Instrução Normativa/INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009;
Instrução normativa nº 111, de 22 de dezembro de 2021.

211A Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de1993;
Lei Complementar nº 88, 23 de dezembro de 1996;
Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 5.954, de 03 de dezembro de 1973;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Lei nº 10.279, de 12 de setembro de 2001, Art. 1º;
Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996;
Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010;
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012;
Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014;
Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018;
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023;
Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023;
Portaria Interministerial MP/ME/CT nº 127, de 29 de maio de 2008;
Portaria CTI nº 1.258, de20 de agosto de 2021;
Portaria Incra nº 175, de 19 de abril de 2016;
Portaria Incra nº 49, de 31 de janeiro de 2017;
Portaria Incra nº 02, de 04 de março de 2024;
Instrução Normativa Incra nº 38, de 13 de março de 2007;
Instrução Normativa MMA nº 02, de 06 de maior de 2014;
Instrução Normativa Incra nº 99, de 30 de dezembro de 2019;
Instrução Normativa Incra nº 102, de 07 de dezembro de 2020;
Instrução Normativa Incra nº 103, de 28 de dezembro de 2020;
Instrução Normativa Incra nº 107, de 18 de outubro de 2021;
Instrução Normativa Incra nº 112, de 22 de dezembro de 2021;
Instrução Normativa Incra nº 139, de 08 de dezembro de 2023;
Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011; Nota Técnica/INCRA/DD nº 3, de 21 de julho de 2014.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei nº 10.621, de 05 de fevereiro de 2021, art. 12, inciso XXIV;
Decreto nº 4.004, de 08 de novembro 2001;
Orientação Normativa nº 03/MPOG, de 15 de fevereiro de 2013.

21B6 Assistência Técnica e Extensão Rural

Constituição Federal de 1988, art. 189 - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências;
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações - Institui o Código Civil;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para cobrir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 – Criação da ANATER;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações – MROSC;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos administrativos;
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979).
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;
Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, art. 3º - Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER;
Decreto nº 7.747, 05 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências;
Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater;
Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 - Decreto de Revogação dos órgãos colegiados de participação social;
Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020 - Decreto de Revogação de Decretos.
Portaria INCRA/P nº 981, de 2003;
Portaria MDA nº 063, de 2004;
Portaria MDA nº 25, de 2006;
Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010,
Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 2010;
Portaria MAPA nº 193, de 16 de junho de 2020,
Portaria SAF nº 95, de 17 de junho de 2020.

21GD Reforma Agrária e Governança Fundiária

Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e Artigo 68 do ADCT;
Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966;
Decreto-Lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982;
Decreto-Lei nº 1.989, de 28 de dezembro de 1982;
Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993;
Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966;
Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966;
Lei nº 5.433, de 08 de maio de 1968;
Lei nº 5.709, de 07 de outubro de 1971;
Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972;
Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976;
Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979;
Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979;
Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994;
Lei nº 8.935, de 29 de setembro de 1994;
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009;
Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014;
Lei nº 13.178 de 22 de outubro de 2015;
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;
Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965;
Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966;
Decreto nº 62.504, de 08 de abril de 1968;
Decreto nº 72.106, de 18 de abril de 1973;
Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;
Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980;
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980;
Decreto nº 89.817, de 20 de julho de 1984;
Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992;
Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996;
Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002;
Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005;
Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008;
Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010;
Decreto nº 7.620, de 21 de novembro de 2011;
Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018;
Decreto nº 10.166, de 10 de dezembro de 2019;
Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020;
Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020;
Portaria nº 486 de 02 de setembro de 2013;
Portaria Interministerial AGU/MDA nº 04, de 25 de fevereiro de 2014;
Portaria Conjunta AGU/MDA nº 12, de 21 de maio de 2014;
Portaria Incra nº 486, de 02 de setembro de 2013;
Portaria INCRA nº 531, de 23 de março de 2020;
Portaria DF nº 1540, DE 27 de julho de 2022;
Instrução Especial Incra nº 5, de 29 de julho de 2022
Instrução Normativa Conjunta Incra/RFB nº 1.968, de 22 de julho de 2020;
Instrução Normativa nº 104, de 29 de janeiro de 2021;
Instrução Normativa Conjunta RFB/INCRA nº 2.025, de 07 de maio de 2021;
Instrução Normativa Incra nº 11, de 04 de abril de 2003;
Instrução Normativa Incra nº 77, de 23 de agosto de 2013;
Instrução Normativa Incra nº 82, de 27 de março de 2015;
Instrução Normativa Incra nº 88, de 13 de dezembro de 2017;
Instrução Normativa Incra nº 90, de 03 de abril de 2018;
Instrução Normativa nº 113, de 22 de dezembro de 2021;
Instrução Normativa nº 124, de 26 de julho de 2022;
Instrução Normativa nº 126, de 28 de julho de 2022;
Instrução Normativa nº 127, de 23 de agosto de 2022;
Instrução Normativa nº 120, de 10 de junho de 2023.
Acordo de Cooperação Técnica Incra/RFB, de 2015;
Parecer AGU nº LA- 01, de 10 de fevereiro de 2010.

49202 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

20Y7 Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000;

Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016;
Decreto nº 3.855, de 3 de julho de 2001;
Recomendação do TCU, Decisão 581/93 - Plenário - Ata 64, de 1993 - D.O.U. 31/12/1993.

2130 Formação de Estoques Públicos - AGF

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
Lei nº 14.293, de 4 de janeiro de 2022;
Portaria Interministerial MF/MDA nº 38, de 9 de março de 2004.

2137 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966;
Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, art. 19;
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.
Instrução Normativa nº 57, de 10 de junho de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

21B9 Promoção e Fortalecimento da Comercialização, do Abastecimento, e do Acesso aos Mercados para a Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola;
Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006
Lei da Agricultura Familiar;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021;
e Decreto nº 11.476, de 06 de abril de 2023 – Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

51101 Ministério do Esporte - Administração Direta

00R4 Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA

Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008 - Promulga a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005.

00SL Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer

Constituição Federal de 1988 - art. 217;
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e alterações - arts. 2º, 3º e 7º (modificado pela Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003) - Dispõe sobre o desporto;
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;
Resoluções do Conselho Nacional de Esporte nº 05, de 14 de junho de 2005 e nº 10, de 7 de março de 2006.
Portaria nº 1.381, de 31 de julho de 2019 (Manual de Procedimentos para Implantação, Monitoramento e Gestão de Infraestrutura de Esporte relativas ao Programa e Ações no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania).

00SM Apoio à Implantação de Infraestrutura de Excelência Esportiva

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre o desporto;
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12, inciso XVII, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 - LDO 2025);
Artigo 12, inciso XVIII, do PLDO 2026; e
Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte.

09HW Concessão de Bolsa a Atletas

Constituição Federal de 1988, art. 217;
Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 (Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva);
Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Institui a Lei Geral do Esporte);
Lei nº 14.614, 3 de julho de 2023 (Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para garantir às atletas gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que as protegem);
Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005 (Regulamenta a Bolsa-Atleta);
Portaria nº 87, de 6 de dezembro de 2023 (Dispõe sobre o procedimento de concessão de bolsa no âmbito do Programa Bolsa-Atleta, categoria Atleta Pódio);
Portaria nº 5, de 17 de janeiro de 2024 (Dispõe sobre as fases do pleito, os procedimentos de inscrição, os critérios para indicação de eventos esportivos e os critérios objetivos para concessão da Bolsa-Atleta).

2000 Administração da Unidade

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal de 1988;

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Organização da Administração Federal; diretrizes para a Reforma Administrativa; Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

20JO Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Feminino e Masculino e à Defesa dos Direitos do Torcedor

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Institui normas gerais sobre o desporto;

Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor e alterações (Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010);

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009, que regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Controle das condições sanitárias e de segurança dos estádios esportivos.

Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016 - Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, criada pela Lei nº 13.155, 4 de agosto de 2015 e suas alterações (Decreto nº 10.093 de 06 de novembro de 2019);

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;

Decreto 11.458, de 30 de março de 2023, que institui a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino;

20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre o desporto (artigos 2º, 3º e 7º);

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;

Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte.

Resolução CNE nº 10, de 7 de março 2006 - Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer;

20YA Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento

Constituição Federal de 1988, art. 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.

Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

211Z Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem

Constituição Federal de 1988, art. 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências;

Lei nº 13.322, de 28 de julho de 2016 - Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 8.010, de 29 de março de 1990; e dá outras providências;

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

Decreto nº 6.653, de 18 de novembro de 2008 - Promulga a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005;

Decreto nº 8.692, de 16 de março de 2016 - Regulamenta o controle de dopagem a que se refere a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Portaria ABCD nº 1, de 16 de março de 2016 – Institui o Código Brasileiro Antidopagem;

Resolução CNE nº 59, de 10 de outubro de 2018 - Altera o Código Brasileiro Antidopagem – CBA.

Resolução nº 1, de 25 de abril de 2024 - Estabelece os procedimentos para certificação, credenciamento, forma de pagamento e gestão de qualidade dos oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue; Código Mundial Antidopagem (2021) - Court of Arbitration for Sport (CAS).

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12, inciso XXV.

216T Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira

Constituição Federal de 1988, art. 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências;

Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte.

218F Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paralímpico

Constituição Federal de 1988, art. 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto;

Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011 - Cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva;

Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017 - Transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO);

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;

Portaria ME nº 67, de 4 de abril de 2013 - Procedimentos para seleção de atletas no Programa Atleta Pódio; modelo e critérios gerais para a elaboração do Plano Esportivo;

Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte.

Resolução CNE nº 10, de 7 de março 2006 - Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer.

21CK Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional

Constituição Federal - art. 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto;

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;

Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 - Aprova a Política Nacional do Esporte.

21FW Implementação do Sistema Nacional de Esporte

Constituição Federal de 1988, art. 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre desporto;

Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;

Resolução CNE nº 5, de 14 de junho de 2005 – Aprova a Política Nacional de Esporte.

21HH Realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA 2027

Constituição Federal de 1988 – artigos 6º e 217;

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Institui normas gerais sobre o desporto;

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Esporte;

Decreto 11.458, de 30 de março de 2023 - Institui a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino.

21HI Apoio à Regulamentação da Exploração Comercial da Modalidade Lotérica de Apostas Quota Fixa e Jogos On-line

Constituição Federal de 1988, art. 6º;

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018,

Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - Institui a Lei Geral do Esporte;

Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.;

Decreto 12.110/2024, de 11 de julho de 2024 - Altera o Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Portaria SPAM/F Nº 827, de 21 de maio de 2024; Portaria Interministerial MF/MESPI/AGU Nº MF nº 28/2024.

21IC Gestão e Operação do Disque Esporte

Art. 217 da CF/88

Lei nº 13.460/2017 - Lei sobre Participação, Proteção e Defesa dos Direitos do Usuário dos Serviços Públicos da Administração Pública

Lei nº 14.597/2023 - Lei Geral do Esporte

21ID Formação Desportiva e Inclusão Social de Reeducandos Penais - Programa Pena Justa

- Constituição da República Federativa do Brasil (art. 1º, III; art. 5º, art. 6º, art. 217);

- Lei Geral do Esporte (art. 3º);

- Lei Execução Penal (art. 41, VI);

- Regras de Mandela (Exercício e esporte Regra 23);

- ADPF 347/ STF - HomologProcEstrutural. DJE divulgado em 11/11/2024, publicado em 12/11/2024.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Decreto nº 9.991, de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2020, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário;

Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;

Portaria do Ministério das Comunicações nº 3.948, de 26 de outubro de 2021;

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;

2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;

3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

52101 Ministério da Defesa - Administração Direta

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

123J Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).

147F Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.884, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Diretriz Ministerial nº 014/2009 de 9 de novembro de 2009 – Integração e Coordenação dos Setores Estratégicas da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Portaria Normativa nº 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012 - Política Cibernética de Defesa; Portaria Normativa nº 3.010/MD, de 18 de novembro de 2014 – Doutrina Militar de Defesa Cibernética; Portaria Normativa nº 84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020 – Doutrina de Operações Conjuntas; Portaria nº 3.781/GM-MD, de 17 de novembro de 2020 – Criação do Sistema Militar de Defesa Cibernética, Portaria nº 1.478/CEX, de 22 de fevereiro de 2021 – Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Defesa Cibernética do Exército.

151S Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)

Constituição Federal de 1988, Art 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; Decreto nº 10.641, de 02 de março de 2021; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 393/GC4, de 20 de março de 2020; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 313/SC53, de 31 de agosto de 2012, publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 de julho de 2018.

15W4 Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. E determina que ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022: I - os art. 1º a art. 7º; e II - os Anexo I a V.

20T4 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, alterada pela Lei nº 14.459, de 25 de outubro de 2022; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, alterado pelo Decreto nº 9.857, de 25 de junho de 2019; e Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

20X1 Participação brasileira em operações de paz e segurança internacionais

Incisos III, IV, VI e VII do art. 4º da Constituição Federal de 1988; Inciso II do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Capítulos 4, 5, 6 e 7 do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, e suas alterações; art. 1º da Lei nº 2.953/1956; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019, Decreto Legislativo nº 179, de 14 de dezembro de 2018 - Aprova PND, END e LBDN; e Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

20X3 Mobilização e Logística para a Defesa Nacional

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 22, Incisos III e XXVIII, e Art. 84, Inciso XIX; Lei nº 11.631, de 27 de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

dezembro de 2007; Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008; e Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010.

20X4 Manutenção e aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM

Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

20X5 Operações de Comando e Controle da Defesa Nacional

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBD.

20X6 Adequação e Manutenção de Unidades Militares para a Soberania e Integridade Nacional na Região do Calha Norte

CF, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, Exposição de motivos/PR nº 770 de 19/12/1985 e Exposição de motivos nº 00502/MD de 15 de dezembro de 2015.

20X7 Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Decreto Legislativo Nº 373, de 2013; Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Resolução nº 1 de 2015 do Comitê Gestor do Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Constituição Federal de 1988, art. 37. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 50, §2º. Decreto n.º 7.579, de 11 de outubro de 2011.

218X Operações de Garantia da Lei e da Ordem

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput e § 1º; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD; Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

219C Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras

Constituição Federal de 1988 (Art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Capítulos V e VI); Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa); Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018; e Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021

219W Integração dos Sistemas de Comunicações de Defesa

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBDN.

219Z Conservação e Recuperação do Patrimônio da União

Constituição Federal, Art. 142. Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (LDO/2024). Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Art.24.

21BI Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Militar

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN;
- Lei de Ensino da Marinha do Brasil: Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.883, de 25 de junho de 2009;
- Lei de Ensino do Exército Brasileiro: Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 9.171, de 17 de outubro de 2017;
- Lei de Ensino da Força Aérea Brasileira: Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011;
- Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, Art. 31;
- Decreto Legislativo nº 61, de 23 de maio de 2024 (Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa);
- Resolução nº 2/CONSUM/MD, de 25 de novembro de 2019;
- Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, relativo ao período 2011-2020 e 2021-2030;
- Portaria nº 1.381, de 4 de setembro de 2019, aprova a Diretriz para Preservação das Tradições das Organizações Militares do Exército Brasileiro (EB-10-D20.007);
- Portaria-EME/CEEx nº 743, de 27 de maio de 2022, aprova as Normas para a Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro - Edição 02 (2022);
- Portaria nº 167-DECEX, de 12 de setembro de 2016, aprova as Normas para Elaboração, Aprovação e Execução de Projetos Culturais de Interesse do Exército (EB60-N10.001), 1a Edição, 2016;
- Normas para Gestão de Bens Culturais da Marinha do Brasil – SGM-M01, 5ª revisão, de 14 de janeiro de 2021;
- Portaria INCAER nº 13/DIR, de 25 de agosto de 2014, aprova a edição do Manual relativo ao Thesaurus do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica; e
- Portaria INCAER N° 28/SPCM, DE 17 DE AGOSTO DE 2016, aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural do Comando da Aeronáutica.

21BJ Desenvolvimento do Desporto e Paradesporto Nacional e Militar

- a. Art. 217 da Constituição Federal de 1988 – fomento das práticas desportivas formais e não-formais;
- b. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – institui normas gerais sobre desporto;
- c. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas;
- d. Portaria Normativa nº 71/GM-MD, de 14 de agosto de 2019 – dispõe sobre o serviço militar temporário (SMT) prestado por voluntários com habilitação em desporto de alto rendimento para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR);
- e. Portaria Normativa nº 107/GM-MD, de 02 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre as normas e procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas;
- f. Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;
- g. Acordo de Cooperação/MD-CPB/Nº 001/2023, de 4 de abril de 2023 – Acordo de cooperação que entre si celebram o Ministério da Defesa (MD) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);
- h. Decreto nº 7984, de 8 de abril de 2013 – Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, quanto à destinação de recursos de loterias às entidades desportivas; e
- i. Decreto nº 11.579, de 27 de junho de 2023 – Altera o Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

21BK Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

Constituição Federal de 1988, Art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada

pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/3SC3, de 31 de agosto de 2012, Publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 julho 2018.

21E7 Manutenção da Capacidade Operacional dos Meios Aéreos das Forças Armadas

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012 e suas alterações, cumulado com a Instrução Normativa SEORI/SG-MD nº 3, de 7 de março de 2024, Art. 3º, Inciso III.

21EM Emprego das Forças Armadas e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia em Apoio a Ações em Terras Indígenas

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações, e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 709/2020.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

21I7 Apoio à Participação nos Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional dos Esportes Militares

- a) Art. 217 da Constituição Federal de 1988 – fomento das práticas desportivas formais e não formais;
- b) Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 – institui normas gerais sobre desporto;
- c) Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas;
- d) Portaria Normativa nº 71/GM-MD, de 14 de agosto de 2019 – dispõe sobre o serviço militar temporário (SMT) prestado por voluntários com habilitação em desporto de alto rendimento para o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR);
- e) Portaria Normativa nº 107/GM-MD, de 02 de dezembro de 2019 – Dispõe sobre as normas e procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas;
- f) Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;
- g) Acordo de Cooperação/MD-CPB/Nº 001/2023, de 4 de abril de 2023 – Acordo de cooperação que entre si celebram o Ministério da Defesa (MD) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);
- h) Decreto nº 7984, de 8 de abril de 2013 – Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº13.756, de 12 de dezembro de 2018, quanto à destinação de recursos de loterias às entidades desportivas; e
- i) Decreto nº 11.579, de 27 de junho de 2023 – Altera o Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, e regulamentações atletas.

21I8 Apoio a Projetos Sociais, Educacionais e de Qualificação Profissional

- Decreto nº 9.848, de 25 de junho de 2019 - dispõe sobre o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon;
- Decreto Presidencial nº 10.085, de 05 de novembro de 2019 - Dispõe sobre o Programa Forças no Esporte - Programa Segundo Tempo (PROFESP-PST) e o Projeto João do Pulo (PJP);
- Portaria GM-MD nº 3.684, de 05 de julho de 2022 - Dispõe sobre o Projeto Soldado Cidadão que operacionaliza as ações da Atividade 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar (Soldado Cidadão); e
- Portaria GM-MD nº 4.580, de 26 de agosto de 2022 – Aprova a Diretriz Estratégico Operacional do Projeto Rondon no âmbito do Ministério da Defesa.

21I9 Manutenção do Sistema Militar de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.884, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Diretriz Ministerial nº 014/2009 de 9 de novembro de 2009 – Integração e Coordenação dos Setores Estratégicos da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Portaria Normativa nº 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012 - Política Cibernética de Defesa; Portaria Normativa nº 3.010/MD, de 18 de novembro de 2014 – Doutrina Militar de Defesa Cibernética; Portaria Normativa nº 84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020 – Doutrina de Operações Conjuntas; Portaria nº 3.781/GM-MD, de 17 de novembro de 2020 – Criação do Sistema Militar de Defesa Cibernética, Portaria nº 1.478/CEX, de 22 de fevereiro de 2021 – Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Defesa Cibernética do Exército.

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010; Portaria Normativa GM/MD nº 1.079, de 02 de março de 2021; e Decreto nº 11.337, de 2023.

2B28 Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

Leis Complementares nºs 97 e 117; Portaria normativa nº 2624/MD, de 7 de dezembro de 2015, que aprova a Política Setorial de Defesa; Decreto nº 7.974, de 2013, que estabelece a competência do Ministério da Defesa para, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD/DECTI), fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa; Portaria Normativa nº 12/MD de 14 de fevereiro de 2019, que aprova os regimentos internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MD.

2D55 Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa

Lei Complementar nº 97, de 1999, Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto Legislativo nº 373, de 2013, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

52111 Comando da Aeronáutica

00PP Integralização do Capital Social Inicial da Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil S.A. - ALADA

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993

14T0 Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2

Art. 142, Caput, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09/06/99; Lei Complementar nº 117, de 02/09/2004; Decreto 6.601/2008; Decreto 6.703/2008; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

14XJ Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007 e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 (PCA 11-47/2010), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

201H Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

2074 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa
Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023 ; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; e Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.

2120 Movimentação de Militares
Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.

217W Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra
Constituição Federal de 1988, Art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 “Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa”; e ICA 360-1 “Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica”, aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; ; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/35C3, de 31 de agosto de 2012. Publicado no BCA nº 175, de 12 de setembro de 2012.; Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, regulamentado pelo Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997 e Portaria Normativa 953/MD, de 16 de abril de 2014.

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

2865 Suprimento de Fardamento
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64.

2866 Ações de Caráter Sigiloso
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.

552121 Comando do Exército

13DB Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea
- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, art. 142, caput.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
- Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004.
- Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END)
- Decreto Legislativo nº 179, de 2018 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)
- Decreto nº 11.337, de 2023
- LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

147F Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
- Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004, que dispõe sobre Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas.
- Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020 – Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber).
- Decreto 11.856, de 26 de dezembro de 2023 – Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança.
- Portaria nº 483-Cmt Ex, de 20 de setembro de 2001, que aprova as Instruções Gerais de Segurança da Informação para o Exército Brasileiro (IG 20-19).
- Portaria nº 741-Cmt Ex, de 13 de dezembro de 2002, que aprova a Diretriz Estratégica de C&T.
- Portaria nº 089-Cmt Ex, de 5 de março de 2004, que aprova a Política de Informação do Exército.
- Portaria nº 003-Res/C Ex, de 29 de junho de 2009, que Institui o Setor Cibernético no Exército Brasileiro.
- Portaria nº 004-Res/C Ex, de 22 de junho de 2010, que aprova a Diretriz de Implantação do Setor Cibernético no Exército Brasileiro.
- Portaria nº 666 - Cmt Ex, de 04 de agosto de 2010, que cria o Centro de Defesa Cibernética do Exército.
- Portaria nº 005-Res/C Ex, de 24 de agosto de 2011, que aprova as Declarações de Escopo do Projeto de Implantação do Setor Cibernético.
- Portaria Normativa nº 3.383/MD, de 21 de dezembro de 2012, que orienta, no âmbito do Ministério da Defesa, as atividades de Defesa cibernética no nível estratégico, e de Guerra Cibernética, nos níveis operacional e Tático.
- Portaria no 309-EME, de 23 de dezembro de 2014, que aprova o Catálogo de Capacidades do Exército (EB20-C-07.001).
- Portaria nº 001-Cmt Ex, de 02 de janeiro de 2015, que cria o Comando de Defesa Cibernética.
- Portaria nº 214-EME, de 7 de junho de 2016, que aprova o Manual Técnico EB 20-MT-11.003 - Gestão de Indicadores de Desempenho.
- Portaria nº 236-EME, de 6 de junho de 2017, que aprova a Diretriz para Racionalização da Defesa Cibernética (EB20-D-02.004).
- Portaria Nº 292-EME, de 2 de outubro de 2019, que aprova o Manual Técnico da Metodologia do Processo de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001).
- Portaria Nº 330-EME, de 4 de novembro de 2019, que aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002).
- Portaria nº 395-EME, de 17 de dezembro de 2019, que aprova a Diretriz para a Redução do Efeito do Exército Brasileiro (EB20-D-01.003).
- Portaria nº 1.478-C Ex - Cmt Ex, de 21 de janeiro de 2021, que aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro (EB10-D-01.019)
- Portaria – EME/C Ex Nº 708, de 20 de abril de 2022- Nomeia os gestores responsáveis pelas Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários do Comando do Exército constantes da Lei Orçamentária Anual e define suas atribuições.
- Portaria – C Ex nº 1.885-, de 5 de dezembro de 2022, que aprova as Instruções Gerais do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar – 2ª Edição (EB10-IG-01.018).
- Portaria – EME/C Ex nº 879-EME, de 30 de dezembro de 2022, que aprova uma Diretriz Complementar a Portaria nº 395-EME, de 17 de dezembro de 2019
- Portaria – EME/C Ex nº 879-EME, de 30 de dezembro de 2022, que aprova a Diretriz Complementar (EB20-D-01.088) à Portaria nº 395-EME, de 17 de dezembro de 2019, que aprova a Diretriz para a Redução do Efeito do Exército Brasileiro (EB20-D-01.003).
- Portaria do EME/C Ex Nº 971, de 10 de fevereiro de 2023 - Aprova o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.101), 1ª Edição, 2023.
- Portaria do EME/C Ex nº 1037, de 26 de maio de 2023 - Aprova a Diretriz de Atualização do Prg EE Del Ciber (EB20-D-02.025).
- Portaria EME/C Ex nº 1.180-EME, de 30 de outubro de 2023, que aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (EB20-N-08.001), 3ª Edição, 2023 e dá outras providências.
- Portaria nº 2.132-Cmt Ex, de 6 de dezembro de 2023, que aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro – NEGAPORT-EB (EB10-N-01.004), 2ª Edição, 2023.
- Portaria – EME/C Ex Nº 1210, de 12 de dezembro de 2023- Altera o Anexo à Portaria – EME/C Ex nº 708, de 20 de abril de 2022, que nomeia os gestores responsáveis pelas Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários do Comando do Exército constantes da Lei Orçamentária Anual e define suas atribuições.

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 27 DE MAIO DE 2020 Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

14LW Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004;
Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

14T4 Implantação do Projeto Forças Blindadas
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa. Lei nº 11.317, de 05/07/2008;
Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; e
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023

14T5 Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
- Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução;
- Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 - Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional;
- Decreto nº 85.064, de 26 de Agosto de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; e Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências;

156M Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro
- Constituição Federal Brasileira de 1988, Art 142;
- Lei Complementar nº 97/99;
- Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
- Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993;
- Decreto nº 4.828, de 03 de setembro de 2003;
- Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005;
- Decreto 6.513, de 22 de julho de 2008;
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.
- Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEx);
- e LEI Nº 14.600, DE 19 de junho de 2023.

15W6 Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)
- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.
- Emenda Constitucional nº 95/2016 - Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por 20 exercícios financeiros.
- Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 - Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
- Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004 - Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.
- Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 - Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.
- Decreto nº 373, de 25 de setembro de 2013 - Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).
- Portaria nº 346-C Ex, de 29 de maio de 2007 - Aprova a Diretriz para o Reaparelhamento do Exército.
- Portaria nº 508-C Ex, de 25 de junho de 2013 - Aprova as Instruções Gerais do Ciclo de Vida de Software (EB10-IG-01.006).
- Portaria nº 100-EME, de 21 de maio de 2014 - Aprova a Diretriz de Implantação do Projeto LUCERNA.
- Portaria nº 031-EME, de 23 de fevereiro de 2015 - Aprova o Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre (EB20-MF-10.107).
- Portaria nº 233-C Ex, de 15 de março de 2016 - Aprova as Instruções Gerais para a Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (EB10-IG-01.018).
- Portaria nº 272-EME, de 12 de julho de 2017 - Aprova a Diretriz de Iniciação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA e constitui a equipe que confeccionará o Estudo de Viabilidade do Programa.
- Portaria nº 330-EME, de 4 de novembro de 2019 - Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002)
- Portaria nº 253-C Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (EB10-D-01.014) e dá outras providências.
- Portaria nº 254-C Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova as Normas para Gestão do Pessoal do Sistema de Inteligência do Exército (NGPSIEIX) (EB10-N-01.008), 1ª Edição, 2020.
- Portaria nº 255-C Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Informações Operacionais Terrestres (EB10-D-01.010).
- Portaria nº 097-EME, de 18 de maio de 2020 - Aprova a inclusão do Anexo J às Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002), 1ª Edição, 2019.
- Portaria nº 140-EME, de 7 de julho de 2020 - Aprova a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA.
- Portaria nº 1.180-EME, de 30 de outubro de 2023 - Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPEB-EB), 3ª Edição, 2023.
- Portaria nº 2.132-C Ex, de 6 de dezembro de 2023 - Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (NEGAPORT-EB), 2ª edição, 2023.

162N Implantação do Complexo de Saúde General-de-Brigada Médico João Severiano da Fonseca
a. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.
b - Plano Estratégico do Exército 2024-2027 (PEEx 2024-2027); Objetivo Estratégico do Exército Nº 9 (OEE 9) - Fortalecer a Dimensão Humana, Ação Estratégica Nº 9.2.1 - Criar estruturas específicas para prestar assistência ao pessoal; Atividade Nº 9.2.1.3 - Construir o Complexo de Saúde General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca.
c. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999
d. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.
e. Resolução RDC nº 11, de 26 de janeiro de 2006, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar.
f. Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
g. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
h. Resolução RDC nº 51, de 6 de outubro de 2011, da ANVISA – Dispõe sobre os requisitos mínimos para análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e das outras providências.
i. Portaria nº 008-DEC, de 31 de janeiro de 2019 – Aprova as Instruções Reguladoras para Elaboração, Alteração e Atualização de Planos Diretores de Organização Militar do Exército e de Planos Diretores de Guarnição (EB50-IR-03.006), 1ª Edição, 2019.
j. Norma Brasileira ABNT NBR 9050, de 31 de maio de 2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.
l. Portaria nº 727, de 7 de outubro de 2009 – Aprova a classificação das organizações militares de saúde e dá outras providências.
k. Portaria nº 457, de 15 de julho de 2009 – Aprova a Diretriz para Implantação do Plano de Revitalização do Serviço de Saúde do

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Exército.

m. Portaria nº 422, de 19 de junho de 2008 – Aprova as Instruções Gerais da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Cívis do Exército Brasileiro (IG 30-18).

n. Portaria Nº 493 de 19 de maio de 2020 – Aprova as Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército – FUSEX -EB10-IG-02.032).

o. Portaria nº 073, de 27 de fevereiro de 2003 – Aprova as Instruções Gerais para o Planejamento e Execução de Obras Militares no Exército (IG 50-03).

p. Portaria nº 759, de 20 de dezembro de 2002 – Aprova as Normas para Implantação e Funcionamento das Comissões de Ética Médica, de Revisão de Prontuário Médico, de Lixura de Contas Médicas e de Controle de Infecção Hospitalar em Organizações Militares de Saúde do Exército.

q. Portaria nº 244-DGP, de 17 de novembro de 2010 – Aprova as Normas Técnicas para o Funcionamento da Hotelaria Hospitalar nas Organizações Militares de Saúde do Exército.

r. Portaria nº 048-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 – Aprova as Instruções Reguladoras para a Assistência Médico-Hospitalar aos Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (IR 30-38).

s. Portaria nº 207-DGP, de 17 de dezembro de 2003 – Aprova as Normas para Implantação da Ficha de Informações Gerenciais das Organizações Militares de Saúde.

t. Portaria nº 091-DGP, 10 de outubro de 2001 – Aprova as Normas Gerais para o Programa de Planejamento Familiar no Âmbito das Organizações Militares de Saúde do Exército.

u. Portaria nº 155-DGP, de 29 de fevereiro de 2016 – Aprova o Regulamento do Departamento-Geral do Pessoal (EB 10-R-02.001).

v. Portaria nº 004-Cmt EB, de 3 de janeiro de 2019 – Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro-2ª Edição, 2018.

x. Portaria nº 176-EME, de 29 de agosto de 2013 – Aprova as Normas para a Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (EB20-N-08.001).

w. Plano de Gestão do DGP 2018-2022 (Cadenmos I e II).

y. Estudo de Viabilidade do Projeto Novo HMAB realizado pelo Comando Militar do Planalto, de 25 de abril de 2021.

z. Portaria DGP/C Ex nº 099, de 23 de abril de 2021 – Aprova a Diretriz de Iniciação do Projeto do novo Hospital Militar de Área de Brasília (HMAB) e dá outras providências.

aa. Portaria – DGP/C Ex Nº 526, de 05 FEV 25, Diretriz de Atualização [Aprova a Diretriz de Atualização do Projeto de Construção Complexo de Saúde General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca (Complexo de Saúde), EB30-D-10.012, 1ª Edição, 2025.]

1620 Implantação da Escola de Sargentos do Exército

Constituição do Brasil, de 05 Out 1988; Lei Complementar Nr 97, de 9 Jun 1999, dispõe sobre as Normas Gerais para Organização, o Preparo e Emprego das FFAA; Lei Complementar Nr 117, de 02 Set 04, estabelece normas gerais para a organização, preparo e emprego das FFAA; Lei Complementar Nr 140, de 8 Dez 11, define competências relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição; Lei Complementar Nr 210, de 25 Nov 24, dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares; Lei Nr 6.938, de 31 Ago 1981, dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente; Lei Nr 8.745, de 09 Dez 1993, dispõe sobre a contratação por tempo determinado; Lei Nr 9.636, de 15 Mai 1998, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis da União; Lei Nr 9.786, de 8 Fev 1999, dispõe sobre a Lei do Ensino no Exército; Lei Nr 11.428, de 22 Dez 06, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica; Lei Nr 14.133, de 1º Abr 21, dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos; Lei do Estado de Pernambuco Nr 9.860, de 12 Ago 1986, Proteção de Mananciais; Decreto Nr 3.182, de 23 Set 1999, regulamenta a Lei Nr 9.786; Decreto Nr 5.484, de 30 Jun 05, aprova a Política de Defesa Nacional; Decreto Nr 6.660, de 21 Nov 08, regulamenta a Lei Nr 11.428; Decreto Nr 6.703, de 18 Dez 08, aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Decreto Nr 11.531, de 16 Maio 23, dispõe sobre convênios e contratos de repasse e sobre parcelas sem transferências de recursos; Portaria Nr 073 Cmt Ex, de 27 Fev 03, aprova as Instruções Gerais para o Planejamento e Execução de Obras Militares; Portaria Nr 233 Cmt Ex, de 15 Mar 16, aprova as Instruções Gerais para a Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar; Portaria Nr 054 Cmt Ex, de 30 Jan 17, aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército; Portaria Cmt Ex Nr 1.689, de 22 Fev 22, aprova as Instruções Gerais sobre Desincorporação de Bens Imóveis da União Administrados pelo Comando do Exército; Portaria Nr 101 EME, de 1º Ago 07, aprova as Normas para a Referenciação dos Cargos Militares do Exército; Portaria Reservada Nr 015 EME, de 7 Jul 11, aprova a Diretriz para Previsão de Cargos e Preenchimento de Claros no Exército; Portaria Nr 176 EME, de 29 Ago 13, aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército; Portaria Nr 504 EME, de 8 Dez 17, aprova as Diretrizes para a Equivalência de Estudos dos Cursos Destinados aos Sargentos e Subtenentes e a Implantação do Curso de Formação de Sargentos no Grau Superior de Tecnologia; Portaria Nr 257 EME, de 30 Out 18, aprova a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico Sistema de Educação e Cultura; Portaria Nr 098-EME, de 5 Abr 19, aprova a Diretriz para a Formação e Graduação de Sargentos de Carreira; Portaria Nr 187-EME, de 24 Jun 19, institui as Unidades Escolares Tecnológicas do Exército; Portaria Nr 330-EME, de 4 Nov 19, aprova as Normas para Elaboração e Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército; Portaria Nr 395 EME, de 17 Dez 19, aprova a Diretriz para a Redução do Efetivo do Exército; Portaria Nr 097 EME, de 18 Maio 20, altera as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército; Portaria Nr 132 EME, de 25 Jun 20, constitui o Grupo de Trabalho para a Criação da Nova Escola de Formação e Graduação de Sargentos de Carreira do Exército; Portaria EME/C Ex Nr 546 EME, de 25 Out 21, complementa a Portaria 395-EME - Diretriz para a Redução do Efetivo do Exército; Portaria DEC/C Ex Nr 042 DEC, de 31 Mar 22, aprova as Instruções Reguladoras às Instruções Gerais sobre Desincorporação de Bens Imóveis da União Administrados pelo Comando do Exército; Portaria DECEX/C Ex Nr 451, de 25 Nov 21, aprova a Diretriz de Iniciação do Programa de Implantação da Nova Escola de Formação e Graduação de Sgt de Carreira do Exército; Portaria Nr 637, de 8 Maio 19, aprova as Instruções Gerais sobre Incorporação de Bens Imóveis da União ao Acervo Imobiliário sob Administração do Comando do Exército; Manual Técnico do Orçamento 2025; Portaria do Comandante do Exército Nr 1.788, de 7 Jul 22, aprova o Regulamento do Departamento de Educação e Cultura do Exército; Diretriz do Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército de 2024; Normas para Elaboração de Projetos de Aquartelamentos; Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Imóveis Institucionais da Administração Federal; Estudo de Viabilidade do SPtg ESE, de 4 Ago 22; Parecer Referencial Nr 00013/2023/CONJUR-EB/CGU/AGU, de 17 Abr 23; Diretriz de Iniciação do Projeto Pátio Ferroviário de Brasília, de 17 Dez 20; e Acordo de Cooperação do Comando do Exército com o Governo do Estado de Pernambuco, de 30 Jun 22.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988;
Decreto Lei 200/1967;
PPA 2024 - 2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

20XE Manutenção e Modernização de Sistemas de Comando e Controle do Exército

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa;
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;
Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023; e
Planejamento Estratégico do Exército 2024 - 2027.

20XH Realização de Ações de Cooperação do Exército - Obras de Engenharia

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 11.337, de 1 de janeiro de 2023.
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20XJ Desenvolvimento Tecnológico do Exército

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.
Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018;
Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 e
Planejamento Estratégico do Exército 2024-2027.

212O Movimentação de Militares

Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Lei nº 13.954, de 16/12/2019; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002; Decreto nº 11.020 de 30/03/2022; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 11.337, de 1 de janeiro de 2023.
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

21A0 Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa;
Decreto nº 11.337, de 2023; e
Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

21D1 Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaérea

- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, art. 142, caput.
- Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
- Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004.
- Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.
- Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END)
- Decreto Legislativo nº 179, de 2018 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).
- Decreto nº 11.337, de 2023; e
- LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

2865 Suprimento de Fardamento

Constituição Federal, art. 142.
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50;
Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016;
Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º;
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e
Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

2866 Ações de Caráter Sigiloso

Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010; e Portaria GM-MD nº 1.079, de 2 de março de 2021.

2900 Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade

Caput, art. 142, Constituição Federal;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003;
Lei nº 4.375/64; Lei nº 5.292/67; e
Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército

Constituição Federal, art. 142, Caput;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 11.337 de 1º de Janeiro de 2023;
Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa (END);
Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN);
Lei nº 14.600, de 19 de Junho de 2023; e
Lei Nº 14.802, DE 10 DE JANEIRO DE 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

7XN4 Implantação do Colégio Militar de São Paulo (CMSP)

- Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988;
- Lei nr 9.394, de 20 DEZ96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nr 9.786, de 08FEV99 – Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro;
- Portaria nr 73-Cmt Ex, de 27FEV03 – Aprova a Instrução Geral (IG 50-03) para Planejamento e Execução de Obras Militares no Exército;
- Portaria nr 1.694-Cmt Ex, de 08OUT18 – Cria o Colégio Militar de São Paulo e dá outras providências; e
- Portaria nr 205-EME, de 17JUL19 – Aprova a Diretriz para Implantação do Colégio Militar de São Paulo e dá outras providências.
- Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEx).

7XT4 Ampliação e Adequação do Hospital Geral de Salvador (HGeS)

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.
Plano Estratégico do Exército 2024/2027 (PEEx); e
Lei Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

8965 Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999; PPA 2024 - 2027, e Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024 - 2027.

52131 Comando da Marinha

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
Decreto nº 50.962, de 17 de julho de 1961.

0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa
Constituição Federal1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993.

123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

123I Construção de Submarinos Convencionais
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.

1477 Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha
Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

157M Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ)
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Decreto nº 4.735 de 11/06/2003; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; e Decreto nº 7.364 de 23/11/2010.

1N56 Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

20XO Desenvolvimento Tecnológico da Marinha
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003 (Redação dada pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023).

212O Movimentação de Militares
Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Alterados pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006), e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972 (incluído pela Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016).

219D Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares
Constituição Federal de 1988, art. 142; caput, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 (Revogado pelo Decreto nº 11.337 de 01/01/2023); e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

21CL Recomposição do Núcleo do Poder Naval
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018; Decreto nº 11.337, de 01/01/2023; e Portaria Normativa nº 9/GAP-MD de 13/01/2016 do Ministério da Defesa.

21IO Disponibilização de Embarcações Integrantes do Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT)
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 14.802 de 10 de janeiro de 2024; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Decreto nº 10.998 de 15 de março de 2022; Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

2865 Suprimento de Fardamento
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 (Redação dada pelo Decreto nº 11.020 de 30 de março de 2022); e Decreto

nº 4.735, de 11 de junho de 2003 (Redação dada pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023).

2866 Ações de Caráter Sigiloso
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010 (revogado pelo Decreto nº 11.337, de 01/01/2023); Decreto nº 7.974, de 2013 (revogado pelo Decreto nº 10.998 de 15/03/2022); e Portaria GM-MD nº 3.939, de 19 de julho de 2022 (alterada pela Portaria GM-MD nº 278, de 17 de janeiro de 2024).

52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

14ML Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto nº 75.963 de 11 de julho de 1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos – POLANTAR) - Revogado pelo Decreto nº11.096, de 15 de Junho de 2022; e Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001 (Alterado parcialmente pelo Decreto nº 11.618 de 25 de julho de 2023).

2345 Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (dis põe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências) - Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023; Decreto nº 75.963 de 11 de 07 de 1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 84.324 de 19 de dezembro de 1979 (institui a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM); Decreto nº 86.829 de 12 de janeiro de 1982 (cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos -CONANTAR); Decreto nº 86.830 de 12 de janeiro de 1982 (atribui à CIRM a elaboração do projeto do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR) – Revogado pelo Decreto nº 10.346, de 11/05/2020; Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos – POLANTAR – Revogado pelo Decreto nº 11.096, DE 15/06/2022); e Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001 (dis põe sobre a CIRM e dá outras providências) - Revogado pelo Decreto nº 9.858 de 25 de Junho de 2019 (Altera parcialmente o Decreto nº 9.858 o Decreto nº 11.618 de 25 de julho de 2023).

2518 Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul
Constituição Federal de 1988, art. 20 e 21; Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988; Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993; Lei nº 10.638 de 28 de maio de 2003 - Revogada pela Lei nº 13.502, de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1982; Decreto nº 96.000 de 02 de maio de 1988; Decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989; Decreto nº 98.145 de 15 de novembro de 1989; Decreto s/n, de 05 de janeiro de 1994; Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995 (alterado pelo Decreto 10.475, de 27 de agosto de 2020); Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001; Decreto nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004; Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005; Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019 (Redação dada pelo Decreto nº 10.475, de 27 de agosto de 2020);Decreto Presidencial nº 6.678 de 08 de dezembro de 2008 (Revogado pelo Decreto nº 10.544, de 16 de novembro de 2020); Decreto Legislativo nº 5/1997;Resolução da CIRM nº 1 de 30 de abril de 1997; Resolução da CIRM nº 5 de 03 de dezembro de 1997; Resolução da CIRM nº 1, de 25 de agosto de 1998;Resolução da CIRM nº 7 de 05 de dezembro de 2005; e Portaria nº 129/MB de 15 de maio de 2007.

2E97 Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ)
Constituição Federal, art. 142 (das Forças Armadas); Lei nº 6.938, de 31/08/1981 (dis põe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA); Lei nº 7.661, de 16/05/1988 (institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC); Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (dis põe sobre o preparo e emprego das Forças Armadas (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010)); Decreto nº 5.377, de 23/02/2005 (aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM); Lei nº 13.243, de 11/01/2016 (dis põe sobre desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação); Decreto nº 9.858, de 25/06/2019 (dis põe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM (Redação dada pelo Decreto nº 10.475, de 27 de agosto de 2020)); Resolução CIRM nº 01/2020 (Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar - PSRM 2020-2023).

52211 Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

163Z Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) das plantas de produção fabril
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975.

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.

4528 Produção de Material de Emprego Militar
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 e Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975.

52222 Fundação Osório

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023; PPA 2024 – 2027; Plano de Gestão da Fundação Osorio 2024-2027.

20XS Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osorio
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Decreto nº 14.856, de 1º de junho de 1921, Decreto Legislativo nº 4.235, de 4 de janeiro de 1921; Decreto nº 16.392, de 27 de fevereiro de 1924; Decreto nº 8.917, de 26 de janeiro de 1946; Lei nº 9.026, de 10 de abril de 1995; Decreto nº 11.227, de 7 de outubro de 2022; Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

52232 Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

00M5 Aquisição de terrenos e construção de unidades habitacionais destinadas à moradia do pessoal da Marinha
Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.

0283 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna
Portarias MF nºs 89/96, 192/96, 168/97 e 364/00.

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967 (Alterada pelo Lei nº 7.596, de 10 de Abril de 1987); Lei 13.844 de 18 de junho

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

de 2019 (Revogado parcialmente pela Lei nº14.600, de 2023).

52233 Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

211D Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL

Lei nº 12.706 de 08/08/2012 e Decreto nº 7.898 de 01/02/2013 (Revogação do art 5. pelo Decreto nº 10.086, de 05/11/2019).

52901 Fundo do Ministério da Defesa

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20XT Prestação de Serviços Médicos Hospitalares e Desenvolvimento de Pesquisas Médicas do Hospital das Forças Armadas

Decreto nº 1.310, de 08 de agosto de 1962; Constituição Federal, art. 142; Lei nº 9.238, de 22 de dezembro de 1995; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004; Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015; Portaria nº 99/GM-MD, de 11 de janeiro de 2018; Portaria Interministerial nº 3.073, de 15 de setembro de 2020; Portaria GM-MD nº 6.064, de 15 de dezembro de 2022.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Resolução nº 1 de 2015 do Comitê Gestor do Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa.

52903 Fundo do Serviço Militar

2872 Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

Base legal: Arts. 142 e 143 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Organização, Preparo e Emprego das Forças Armadas); Lei nº 4.375/64 (Lei do Serviço Militar); Decreto nº 54.654/66 (Regulamento da Lei do Serviço Militar); Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (Estrutura Regimental do MD); Decreto 12.154, de 27 de agosto de 2024 (Serviço Militar Inicial Feminino).

52911 Fundo Aeronáutico

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 - Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica; Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Promulga a Convenção sobre Aviação Civil Internacional; Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 - Promulga a Carta das Nações Unidas; Memorando de Entendimento entre as Nações Unidas (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior) e o Governo Brasileiro (Força Aérea Brasileira), de 24 de novembro de 2020, item 5; e Carta Constitutiva do Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA), de 07 de maio de 1965, art. 36 - Fundo SICOFAA.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.

2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.

205A Manutenção de Sistemas de Informações Militares da Força Aérea

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

20XB Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial

Constituição Federal de 1988, caput, art. 142 e 218; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Decreto 7.970, de 28 de março de 2013; Decreto 8.122, de 16 de outubro de 2013;Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013; Portaria nº 899/MD, de 19 de julho de 2005; Portaria nº 777/MD, de 31 de maio de 2007; PORTARIA Nº 2.640/MD, DE 10.09.2013; PORTARIA NORMATIVA Nº 61/GM-MD, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018; PCA 11-47.

20XV Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 6.834, de 2009 e suas alterações; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A, 60-B, 60-D e 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972 e Art. 45-A e Art. 45-C da lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.

21A0 Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 e Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações.

21CM Recomposição dos Meios da Força Aérea Brasileira

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

2868 Combustíveis e Lubrificantes de Aviação

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

2913 Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos e Espaciais

Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024; Lei nº 12.970, de 08 de maio de 2014; Lei nº 14.946, de 31 de julho de 2024; e Decreto 9.540 de 25 de out de 2018; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

52921 Fundo do Exército

15F1 Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Decreto nº 11.337, de 1 de janeiro de 2023. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. PPA 2024 - 2027; e Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; PPA 2024-2027; e Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Decreto nº 11.337, de 1 de janeiro de 2023. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024 - 2027.

21D2 Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre

Constituição Federal de 1988, Art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei nº 11.317, de 05/07/2006; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; PPA 2024-2027; e Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999; e Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

21GO Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações, Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988;Lei Complementar no 117, de 02 de setembro de 2004; Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998. Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996; Decreto no 11.337, de 1o de janeiro de 2023 e Planejamento Estratégico do Exército 2024-2027.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999; Portaria 220 – DECEX/C Ex, 14 de junho de 2021 (Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil); Lei nº 9.026, de 10 de abril de 1995; Decreto-Lei nº 8.917, de 24 de janeiro de 1946; e Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023.

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999; e Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Constituição Federal de 1988, Título VIII, Capítulo II, Seção II; Art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004;
PPA 2024-2027; e
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

2919 Registro e Fiscalização de Produtos Controlados

Caput, art. 142, Constituição Federal;
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965;
Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
Decreto 10.030, de 30 de setembro de 2019;
PPA 2024-2027;
Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2024-2027.

52931 Fundo Naval

166R Construção de navios de pequeno porte

Constituição Federal, Arts. 1º, 3º e 4º (dos Princípios Fundamentais) e 142 (das Forças Armadas); Leis Complementares nº 97 de 09/06/1999, nº 117 de 02/09/2004 e nº 136 de 25/08/2010 (dispõem sobre o preparo e emprego das Forças Armadas); Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018 (Política Nacional de Defesa – PND, Estratégia Nacional de Defesa – END e Livro Branco da Defesa Nacional).

1N47 Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPA 500t)

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 13.971 de 27 de dezembro de 2019; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Lei nº 8.745 de 09 de dezembro de 1993; Decreto nº 7.364 de 23/11/2010; Decreto nº 10.998 de 15 de março de 2022; e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967 (Alterada pelo Lei nº 7.596, de 10 de Abril de 1987); Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 (Revogado parcialmente pela Lei nº14.600, de 2023).

20XR Capacitação Profissional da Marinha

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 4.375 de 17/08/1964; Lei nº 11.279 de 09/02/2006; Decreto nº 57.654 de 20/01/1966; Decreto nº 4.780 de 15/07/2003; e Decreto nº 6.883 de 25/06/2009.

21A0 Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 (Revogado pelo Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022) e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa.

21BY Fiscalização da Navegação Aquaviária

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 9.537 de 11/12/1997 - Alterada pela Lei nº 14.813 de 15/01/2024; Lei nº 13.844 de 18/06/2019 - Revogado parcialmente pela Lei nº 14.600, de 2023 e Medida Provisória nº 1.154 de 01/01/2023; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 2.596 de 18/05/1998 - Alterada Decreto nº 7.860 de 06/12/2012 ; Decreto nº 5.129 de 06/07/2004; e Decreto nº 11.337, de 01/01/2023.

21BZ Prestação de Auxílios à Navegação

Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 4.202 de 06/02/1963; Lei nº 9.537 de 11/12/1997; Lei nº 13.844 de 18/06/2019 (Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023: Revoga arts. 1º a 62; e arts. 75 a 85); Decreto-Lei nº 243 de 28/02/1967; Decreto-Lei nº 1.023 de 21/10/1969 (Alterado pelo Dec. 70198 - 24/02/1972 - DOFC 25/02/1972 001586 3 REGULAMENTA); Decreto nº 20.923 de 08/01/1932 (Dec. 21.313 – 21/04/1932 altera Art. 4); Decreto nº 70.082 de 02/02/1972; Decreto nº 70.198 de 24/02/1972 (Dec. 91848 - 29/10/85: altera Par. Único Art. 5); e Decreto nº 8.978 de 01/02/2017 (Revogado pelo Dec. 10.998, de 15/03/2022).

21D0 Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares

Caput, art. 142, Constituição Federal; e Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010).

21E9 Manutenção da capacidade operativa dos Submarinos S-BR “Classe Riachuelo” desenvolvidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)

Constituição Federal, arts. 1, 3 e 4 (dos Princípios Fundamentais) e 142 (das Forças Armadas); Leis Complementares nº 97 de 09/06/1999, nº 117 de 02/09/2004 e nº 136 de 25/08/2010 (dispõem sobre o preparo e emprego das Forças Armadas); Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 (Estratégia Nacional de Defesa - END); Lei 14.802/24, que institui o Plano Plurianual (PPA) 2024 -2027; Instrução Normativa nº 1/ EMCFA-MD, de 10/01/2020 (aprova Manual de Boas Práticas para Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa – MD40-M-01); Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; e Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa.

21EA Manutenção da capacidade operativa das Fragatas “Classe Tamandaré” desenvolvidas no âmbito do Programa Fragata Classe Tamandaré (PFCT)

Constituição Federal, Arts. 1º, 3º e 4º (dos Princípios Fundamentais) e 142 (das Forças Armadas); Leis Complementares nº 97 de 09/06/1999, nº 117 de 02/09/2004 e nº 136 de 25/08/2010 (dispõem sobre o preparo e emprego das Forças Armadas); Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018 (Política Nacional de Defesa – PND, Estratégia Nacional de Defesa – END e Livro Branco da Defesa Nacional); Instrução Normativa nº 1/ EMCFA-MD, de 10/01/2020 (aprova Manual de Boas Práticas para Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa – MD40-M-01) e Parceria Estratégica entre a Marinha do Brasil (MB) e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON).

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GQ Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, e suas alterações.

21GP Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

21GQ Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

52932 Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

21GN Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa

Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações.

2510 Prestação de Ensino Profissional Marítimo

Constituição Federal, caput e art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999 (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010); Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (Revogada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 que apresenta texto alterado pela Medida Provisória nº 1.154, de 2023); Decreto-Lei nº 828 de 05/09/1969; Decreto nº 968 de 29/10/1993/Alterado pelo Decreto nº 9.859 de 25 de junho de 2019); e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003 - Revogado pelo Decreto nº 5.201 de 02 de Setembro de 2004.

53101 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

00SX Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

CRFB de 1988, art. 23, inciso VIII - fomentar a produção agropecuária; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - institui a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 - planejamento e execução de emendas e políticas públicas estruturantes; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, 53, IX, e 68; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Resolução Comitê Executivo/MIDR nº 4, de 19 de setembro de 2024, que institui o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional, no âmbito da PND; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - Institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PND; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024 - estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI) como estratégia de implementação da PND no âmbito do MIDR; e demais normas correlatas que orientam a atuação integrada da União nos territórios contemplados.

00T5 Apoio à Realização de Estudos, Projetos e Obras dos Entes Federados para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

00T6 Apoio à Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

00T7 Apoio à Implantação da Adutora do Agreste

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

00T8 Apoio à Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

00T9 Apoio à Implantação do Cinturão das Águas do Ceará

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

00TA Apoio à Gestão e Implantação de Sistemas de Purificação e de Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas e Rede de Distribuição Associada

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997; Lei nº 10.204, de 22/02/ 2001, art. 1º; Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 4º, inciso I; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso V e art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII; Lei nº 13.019, de 31/07/2014, art. 5º, inciso VIII; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, art. 3º, inciso V, art. 53, inciso IX e art. 68; Decreto nº 7.492, de 2/06/2011, art. 3º, incisos II e III e art. 4º, incisos II e III; Decreto nº 7.535, de 26/07/2011, art. 2º, inciso III; Decreto nº 8.726, de 27/04/2016; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria Interministerial nº 169, de 23/04/2012; Portaria Interministerial nº 130, de 23/04/2013, art. 1º, Parágrafo único, inciso I; Portaria Interministerial nº 239, de 03/07/2013; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Decreto Nº 11.830. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

00TB Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II, III e IV, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 10.638, de 06/01/2003, art. 1º e art. 2º, inciso I; Lei nº 12.334, de 20/09/2010, art. 3º, incisos I e II e art. 17; Lei nº 10.204, de 22/02/ 2001, art. 1º; Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 4º, inciso I; Lei nº 11.445, de 5/01/2007, art. 2º, inciso III e V, art. 48, incisos V, VII, VIII e XIII; Lei nº 13.019, de 31/07/2014, art. 5º, inciso VIII; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, art. 3º, inciso V, art. 53, inciso IX e art. 68; Decreto nº 7.535, de 26/07/2011, art. 2º, inciso III; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023; Decreto nº 12.504, de 12 DE junho de 2025 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

00TD Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada

CRFB, art. 43, § 3º, art. 187, VII, CRFB – ADCT, art. 42, II, parágrafo único; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 – Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Portaria MIDR nº 2.154, de 11 de agosto de 2020 - Estabelece a iniciativa Polos de Agricultura Irrigada.

00TE Apoio à Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

CRFB, art. 43, § 3º, art. 187, VII, CRFB – ADCT, art. 42, II, parágrafo único; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 – Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

00TF Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar em Territórios de Fronteira (Incluindo Amazônia Azul)

CRFB de 1988, art. 20, § 2º; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979 - dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Política Nacional de Saneamento Básico; Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 - dispõe sobre a Política Nacional de Turismo; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - institui a Lei Geral do Esporte; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 - planejamento e execução de emendas e políticas públicas estruturantes; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, § 3, IX, e 68; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019 - institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Resolução Comitê Executivo/MIDR nº 4, de 19 de setembro de 2024, que institui o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional, no âmbito da PNDR; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019 - estabelece a iniciativa polos de Agricultura Irrigada; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024 - estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI) como estratégia de implementação da PNDR no âmbito do MIDR; e demais normas correlatas que orientam a atuação integrada da União nos territórios contemplados.

00VA Apoio à Implantação de Tecnologias de Acesso à Água

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001 - altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que autoriza a doação de bens e dá outras providências; Lei nº 10.638, de 6 de janeiro de 2003 - institui o Programa Permanente de Combate à Seca (PROSECA); Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - institui a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 - planejamento e execução de emendas e políticas públicas estruturantes; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, § 3, IX, e 68; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - dispõe sobre descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Resolução Comitê Executivo/MIDR nº 4, de 19 de setembro de 2024, que institui o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional, no âmbito da PNDR; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Normas Técnicas (ABNT) NBR nº 12.212 - que estabelece os requisitos para a elaboração de projeto de poço para captação de água subterrânea; ABNT NBR nº 12.244 - que estabelece os requisitos para a construção de poço para captação de água subterrânea.

1211 Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte

CRFB de 1988, art. 23, inciso VIII - fomentar a produção agropecuária; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 - dispõe sobre a Política Nacional de Turismo; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - institui a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 - institui a Lei Geral do Esporte; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 - planejamento e execução de emendas e políticas públicas estruturantes; Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, § 3, IX, e 68; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de

Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Resolução Comitê Executivo/MIDR nº 4, de 19 de setembro de 2024, que institui o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional, no âmbito da PNDR; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024 - estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI) como estratégia de implementação da PNDR no âmbito do MIDR; e demais normas correlatas que orientam a atuação integrada da União nos territórios contemplados.

12EP Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos I e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso I; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II. Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

152D Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19/12/2006, art. 1º, § 2º e Art. 4º, incisos IV e V; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

15DX Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art. 1º, §2º e art. 4º, incisos IV e V; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II. Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

15ZK Implantação do Projeto Seridó

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II. Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025

2000 Administração da Unidade

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

20VR Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX, e art. 225, § 1º, incisos I e VI; Lei nº 6.938, de 31/08/1981, art. 2º, incisos II, VI, VIII e X, art. 4º, inciso VI; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 1º, incisos V e VI, art. 29, inciso IV, art. 30, incisos IV e art. 31; Lei nº 9.795, de 27/04/1999, art. 3º, inciso I e art. 8º; Lei nº 9.984, de 17/07/2000, art. 2º, art. 3º, incisos XI, XV e XVII; Lei nº 9.985, de 18/07/2000, art. 2º, incisos XI e XIII; Lei 12.187, de 29/12/2009; Lei nº 12.651, de 25/05/2012, art. 61-A, § 13 e § 17; Decreto nº 9.578, de 22/11/2018; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; Lei nº 14.119, de 13/01/2021; art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 8.834, de 09/08/2016, art. 1º e art. 2º; Decreto nº 11.065, de 6/05/2022, art. 19, incisos X, XI e XII e art. 22, incisos X, XI, XII, e XIII. Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

20VS Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX; Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 1º, incisos IV e VI, art. 35, incisos I, VI, VII e IX e art. 45; Lei nº 13.971, de 27/12/2019, art. 3º, incisos IX e XIII; Decreto nº 11.065, de 6/05/2022, art. 19, incisos III e VII e art. 22, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Resolução nº 22, de 24/03/2020, art. 18, incisos III e IX e art. 21, incisos I, II e VIII; Resolução n. 22, de 24/05/2002;Resolução n. 145, de 12/12/2012; Resolução n. 239/2022. Decreto nº 11.960, de 2024, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007 - institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007 - institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009 - institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 - planejamento e execução de emendas e políticas públicas estruturantes; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - dispõe sobre descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 10.544, de 16 de novembro 2020 - aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Decreto nº 12.504, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Resolução Comitê Executivo/MIDR nº 4, de 19 de setembro de 2024, que institui o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional, no âmbito da PNDR; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.149, de 27 de dezembro de 2019 - Comitê-Executivo do Câmar de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.628, de 8 maio de 2023 - dispõe sobre o funcionamento e as competências específicas do Núcleo de Inteligência Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024 - estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI) como estratégia de implementação da PNDR no âmbito do MIDR; e demais normas correlatas que orientam a atuação integrada da União nos territórios contemplados.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas (Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia)

Constituição Federal de 1988, art. 23, inciso VIII - fomentar a produção agropecuária; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

(institui o PPA 2024 a 2027); Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 - planejamento e execução de emendas e políticas públicas estruturantes; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Resolução Comitê Executivo/MIDR nº 4, de 19 de setembro de 2024, que institui o Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional, no âmbito da PNDR; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; e Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024 - estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI) como estratégia de implementação da PNDR no âmbito do MIDR; e demais normas correlatas que orientam a atuação integrada da União nos territórios contemplados.

214T Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 10.638, de 06/01/2003, art. 1º, incisos II e IV e art. 2º, inciso I; Lei nº 6.088, de 16/07/1974, art. 9º, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19/12/2006, art. 1º, § 2º, art. 3º, inciso IV, art. 4º, incisos IV e V, art. 12, art. 13 e art. 14; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública. Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2023; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

219H Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 81.351, de 17 de fevereiro de 1978 - Que promulgou o Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim; Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994; Decreto nº 4.258, de 4 de junho de 2002 - Aprova o Regimento Interno da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguuaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (SBI/CLM); Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - Estrutura Regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

21DE Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

21DF Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, incisos I e V; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19; incisos I e II; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

21HP Apoio à execução de estudos, planos, projetos e obras de prevenção e proteção à erosão costeira em áreas urbanizadas

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012;
Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022;
Decreto nº 10.689, de 27 de abril de 2021;
Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

21HQ Aquisição de equipamentos para ações de proteção e defesa civil para a estruturação do órgão coordenador do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012;
Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022;
Decreto nº 10.689, de 27 de abril de 2021;
Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

21HX Apoio à Implantação de Segurança de Barragens

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.
Decreto nº 11.310, de 26 de dezembro de 2022.
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

21IE Fomento aos objetivos e instrumentos da Política Nacional de Irrigação

Art. 43; §3º, Seção IV, da Constituição da República Federativa do Brasil; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - institui a Política Nacional de Irrigação; Portaria MDR nº137, de 23 de janeiro de 2020.

22BO Ações de Proteção e Defesa Civil

*Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012;
Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022;
Decreto nº 10.689, de 27 de abril de 2021;
Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;

Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025;
Portaria MDR nº 3646, de 2 de fevereiro de 2022;
Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022;
Portaria MIDR nº 1.466, de 7 de maio de 2024;
Portaria MIDR nº 1.384, de 6 de maio de 2024;
Portaria MDR nº 2.366, de 5 de julho de 2022;
Portaria MDR nº 998, de 5 de abril de 2022;
Portaria MDR nº 3.033, de 4 de dezembro de 2020;
Portaria interministerial MI/MD nº 1, de 25 de julho de 2012 e alterações posteriores."

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

- Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
- Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

5900 Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Lei nº 13.844, de 11/11/2019, art. 29, inciso IV; Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, art.4º, inciso I; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II. Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

8172 Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sinpdec

Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;
Decreto nº 10.689, de 27 de abril de 2021;
Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

8348 Apoio às Ações Emergenciais de Prevenção e Mitigação para a Redução de Desastres

Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010;
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
Decreto nº 10.689, de 27 de abril de 2021;
Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025;
Portaria MIDR nº 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

00SX Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

CRFB de 1988, art. 23, inciso VIII - fomentar a produção agropecuária; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I - medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 - institui a Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I - combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 - regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, 53, IX, e 68; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 - regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024 - institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 - atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020 - estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 de maio de 2023 - institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 - estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Portaria MIDR nº 3.717, de 30 de novembro de 2023 - estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00TD Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada

CRFB, art. 43, § 3º, art. 187, VII, CRFB – ADCT, art. 42, II, parágrafo único; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 – Política Nacional de Irrigação; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Portaria MIDR nº 2.154, de 11 de agosto de 2020 - Estabelece a iniciativa Polos de Agricultura Irrigada.

00UM Apoio à Implantação, Ampliação, Manutenção, Melhoria ou Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

00UN Apoio à Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da Codevasf

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; Lei nº 14.026, de 15 de julho de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

2020; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00UO Apoio à Implantação, Ampliação, Manutenção, Melhoria ou Adequação do Sistema de Saneamento Básico no município de Balsas no Estado do Maranhão
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00VB Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Centro-Oeste
Art. 42, I – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe que a União aplicará 20% dos recursos destinados à irrigação no Centro-Oeste.
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013- Política Nacional de Irrigação; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

00VH Apoio a Projetos para Desenvolvimento Regional
Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais atualizações; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 (PNDR).

00WP Apoio para Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
DECRETO Nº 12.504, DE 12 DE JUNHO DE 2025.

12FT Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

140C Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

14VI Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 2007; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

15XT Implantação de Sistemas Adutores para Abastecimento de Água do Canal do Sertão Alagoano
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

15XV Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água - Adutora da Fé
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

15XW Implantação da Barragem Tinguís
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

15ZK Implantação do Projeto Seridó
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022, art. 19, incisos I e II; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

162K Implantação do Canal do Sertão Baiano
Lei n.º 6.088 de 16 de julho e 1974 e demais atualizações.
Lei 9.433, de 8 de janeiro de 2007; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025

166K Implantação dos Diques da Baixada Maranhense
Lei n.º 6.088 de 16 de julho de 1974 e suas alterações posteriores; Lein.º 9.433 de 8 de janeiro de 1997;
Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;

1692 Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre com 25.323 ha no Estado da Bahia
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.

169E Implantação da Barragem Extrema, localizada no Ribeirão Extrema, no município de São João D'Alança-GO
Decreto 11.962 de 22 de março de 2024;
Decreto nº 12.504, 12 de junho de 2025

2000 Administração da Unidade
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

20EY Operação e Manutenção de Projetos Públicos de Irrigação de Interesse Social
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; e Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025

20N4 Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

212M Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas (Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia)
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;
Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013;
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017;

Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025;
Portaria nº 2.737, de 23 de agosto de 2023; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023.

214T Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997;
Lei nº 10.638, de 06 de janeiro de 2003;
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto nº 5.995/2006, alterado pelo Decreto nº 8.207/2014;
Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

21DE Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica
Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

21DG Recuperação Hidroambiental nas Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações.
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 e
Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023;
Decreto Nº 12.504, de 12 junho 2025

21DI Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 9.497, de 6 de abril de 1966;
Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;
Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.
Decreto n°4.449 de 30 de agosto de 2002;
Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005;
Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986;
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997;
DECRETO Nº 12.504, DE 12 DE JUNHO DE 2025

21DJ Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

21DK Gestão de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974 e demais alterações;
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013;
Lei 14.600, de 19 junho de 2023;
Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

21H1 Auxílio ao Filho com Deficiência
Lei Nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto Nº 12.504, de 12 junho 2025; Cláusula Quinquagésima primeira do Acordo Coletivo de Trabalho da Codevasf

21HR Regularização Ambiental e Fundiária
Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974 e demais alterações; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 4.449, de 30 de agosto de 2002; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

2869 Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias
Lei nº 6.088, de 16/07/74 e demais alterações, bem como processo judicial nº 1000007.2018.4.01.3812; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

4786 Capacitação e Monitoramento da População Rural (Projeto Amanhã)
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de gosto de 2013; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017;
Decreto nº 11.830/2023, de 14 de dezembro de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 junho de 2025.

5260 Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

5308 Construção da Barragem Jequitaiá
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025.

5314 Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

7G88 Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023.

7X91 Implantação do Canal do Xingó
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e alterações posteriores; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

7X24 Construção da Adutora Agreste Potiguar no estado do Rio Grande do Norte

Lei nº 9.433, de 8/01/1997, art. 2º, incisos II e III, art. 3º, incisos I, II e IV e art. 30, inciso II, art. 31; Decreto nº 11.830, de 14/12/2023, art. 21, incisos I e II. Lei nº 14.600, de 11/11/2019, art. 26, inciso XI, alínea "c".

53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

00TB Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica

Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 – Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007 - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023 - Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), para o período 2024-2027.

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar n° 124, de 3 de janeiro de 2007.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007 - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.363, de 17 de janeiro de 2025 – Aprova o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025; Portaria MDR nº 3.149, de 27 dezembro de 2019 – Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Portaria MIDR nº 1.628, de 8 maio de 2023 – Dispõe sobre o funcionamento e as competências específicas do Núcleo de Inteligência Regional; Portaria MIDR nº 1.642, de 9 maio de 2023 – Institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR); Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023 - Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), para o período 2024-2027 e a Minuta do Projeto de Lei que institui o referido Plano.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas (Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia)

Constituição Federal de 1988, art. 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I – combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 12.504, DE 12 de junho de 2025; Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 – Estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007 - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023 - Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), para o período 2024-2027 e a Minuta do Projeto de Lei que institui o referido Plano.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

1) Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; 2) Art. 12, inciso XXV, do PLDO-2026.

4542 Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica

Constituição Federal de 1988, art. 218 (promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas); Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007 - Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam; Decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024 - Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 – Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Resolução CONDEL/SUDAM nº 106, de 4 de agosto de 2023 - Aprovação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), para o período 2024-2027; Resolução DICOU/SUDAM Nº 1058, de 19 de agosto DE 2024 que aprova o Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia Legal (PDCTIA) - 2024/2027.

53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024; Portaria MIDR nº 1.534, de 7 de abril de 2023; e Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022.

214S Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas (Rotas de Integração Nacional e Bioeconomia)

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; e Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990; art. 12, inciso XXV, art. 18, inciso XIII, e § 7º do PLDO-2026.

4640 Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade com Vistas ao Desenvolvimento Regional

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; e Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.

8340 Inovação para o Desenvolvimento Regional

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; e Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.

8917 Fortalecimento das Administrações Locais

Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; e Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.

53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

00TG Apoio à Construção da Barragem Oiticica

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regiona. Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41)

11AA Construção da Barragem Fronteiras

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regiona. Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41).

14VI Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

1N64 Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

102I Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; inciso V do Art. 56 da Portaria 43/DNOCS/DG/GAB/ 2017 - Regimento do DNOCS.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963 e Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001

20N4 Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a", do Art. 41)

21DD Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas

Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e demais alterações; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 11.855, de 26/12/2023; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025-Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transfoma cargos em comissão e funções de confiança. Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41).

21DI Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974; Lei nº 9.433; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2002; Decreto nº12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; incio V do Art. 56 da Portaria 43/DNOCS/DG/GAB/ 2017 - Regimento do DNOCS; Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

21DK Gestão de Projetos Públicos de Irrigação

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Itens V e IX do Art. 1º da Portaria nº 43/DNOCS/DG/GAB/2017 - Regimento do DNOCS

21HT Modernização de Projetos Públicos de Irrigação Nacional

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001

Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013

Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025

Itens V e IX do Art. 1º da Portaria nº 43/DNOCS/DG/GAB/2017 - Regimento do DNOCS

2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aqüicultura

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001;

Lei 11.959/2009 - Política de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;

Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025 - aprova a estrutura regimental do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

Art. 57 da Portaria DNOCS/DG/GAB nº 43, de 31 de janeiro de 2017

7M12 Construção da Barragem Poço de Varas

Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025; Portaria 43/DNOCS/DG/GAB de 31 de janeiro de 2017 - Regimento Interno (Inciso I, alínea "a" do Art. 41).

53207 Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

00SX Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

CRFB de 1988, art. 23, inciso VIII (fomentar a produção agropecuária); Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 1º, III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º, I – medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 2º, V, e 48, V, VII, VIII, XIII - saneamento básico; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 – Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, art. 3º, I – combate à fome e redução das desigualdades (institui o PPA 2024 a 2027); Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 – Regulamenta a Lei que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 3º, V, IX, XI, e 68; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 – Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 – Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 – Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 – Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531/2023; Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018 – Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da PNDR; Portaria MIDR nº 2.737, de 23 de agosto de 2023 – Estabelece as Rotas de Integração como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023; Resolução SUDECO nº 21, de 28 de abril de 2021-

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Dispõe sobre a descentralização de crédito no âmbito da SUDECO; Resolução SUDECO nº 232, de 16 de setembro de 2024; Resolução SUDECO nº 241, de 27 de setembro de 2024 - Dispõe sobre os requisitos para seleção de projetos a serem apoiados pela Sudeco; Resolução Sudeco nº 167, de 17 de novembro de 2023 – Regimento Interno da SUDECO; DECRETO Nº 12.504, DE 12 DE JUNHO DE 2025

00TD Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada

Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse; Decreto nº 12.504, DE 12 de junho de 2025. Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Resolução SUDECO nº 21, de 28 de abril de 2021- Dispõe sobre a descentralização de crédito no âmbito da SUDECO; Resolução Sudeco nº 167, de 17 de novembro de 2023; Resolução SUDECO nº 232, de 16 de setembro de 2024; Resolução SUDECO nº 241, de 27 de setembro de 2024 - Dispõe sobre os requisitos para seleção de projetos a serem apoiados pela Sudeco.

00WQ Apoio à Implantação de Infraestrutura Produtiva e Complementar na RIDE/DF na área de atuação da Sudeco

Constituição Federal de 1988, art. 43; Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998; Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023; Resolução SUDECO nº 21, de 28 de abril de 2021- Dispõe sobre a descentralização de crédito no âmbito da SUDECO; Resolução SUDECO nº 232, de 16 de setembro de 2024; Resolução SUDECO nº 241, de 27 de setembro de 2024 - Dispõe sobre os requisitos para seleção de projetos a serem apoiados pela Sudeco.

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.

20WQ Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial

Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024; Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023; Resolução SUDECO nº 21, de 28 de abril de 2021; Resolução SUDECO nº 232, de 16 de setembro de 2024; Resolução SUDECO nº 241, de 27 de setembro de 2024.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

53210 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA

00LX Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em especial a seção IV; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em especial o § 6º do art. 4º; e Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, em especial o § 1º do art. 4º. Lei nº 14.026/2020.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20WI Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 7.402/2010; e Portaria ANA nº 62, de 2013.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIII, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2023.

219R Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 10.768/2003; Lei nº 11.445/2007; e Lei nº 14.026/2020.

2378 Operação da Rede Hidrometeorológica

Constituição Federal 1988; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 7.402/2010; e Portaria ANA nº 62, de 2013.

4926 Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998; Lei nº 9.984/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 12.334/2010; Lei nº 14.026/2020; Decreto nº 3.692/2000; Decreto nº 4.024/2001; Decreto nº 7.402/2010; Portaria ANA nº 62, de 2013; e Resolução ANA nº 2020/2014.

54101 Ministério do Turismo - Administração Direta

10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto 11.531, de 16 de maio de 2023; Portaria Conjunta nº 33, de 30 de agosto de 2023; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 28, de 21 de março de 2024; Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024 e Portaria MTur nº 06, de 28 de março de 2025.

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Lei nº 14.600, de 2023; Decreto-Lei 200, de 1967; Decreto nº 11.416, de 2023.

20Y3 Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 14.600, de 2023; Decreto nº 11.931, de 2024; Portaria MTur nº 17, de 2024; Portaria Conjunta nº 33, de 2023; Portaria Conjunta nº 28, de 2024; Portaria MTur nº 06, de 2025; Instrução Normativa MTur nº 4, de 2021; Instrução Normativa SECOM nº 2, de 2019

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 12 inciso XXIV e art. 18 inciso XIII e §8º da Lei nº 15.080, de 2024 (LDO-2025).

21DB Estruturação e Ordenamento dos Destinos Turísticos Brasileiros

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019.

21FN Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei nº 14.600, de 2023; Decreto nº 11.931, de 2024; Portaria MTur nº 17, de 2024; Portaria Conjunta nº 33, de 2023; Portaria Conjunta nº 28, de 2024; Portaria MTur nº 06, de 28 de Março de 2025.

21FO Planejamento, Inteligência, Inovação e Competitividade no Turismo

Lei nº 14.600, de 2023; Lei nº 11.771, de 2008; Decreto nº 11.416, de 2023; Decreto nº 9.763, de 2019; Portaria nº 17, de 2024.

2C01 Promoção de Investimentos Privados, Financiamento, Parcerias e Concessões no Setor de Turismo

Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023

2F10 Manutenção de Contrato de Gestão com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR)

Lei 14.901, de 25 de junho de 2024, Lei n. 14.002, de 22 de maio de 2020, e Lei n. 11.771 de 17 de setembro de 2008.

54901 Fundo Geral do Turismo

21IM Apoio aos Entes Federativos para a consolidação da Política Nacional do Turismo

Lei nº 14.476, de 14 de dezembro de 2022; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

55101 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta

00US Apoio aos Entes Federados por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD

Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 - Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022. Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024 - Regulamenta o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e dá outras providências.

00WN Subvenção Econômica de Estruturadores de Negócios (Programa Acredita no Primeiro Passo - Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024)

Constituição Federal, art. 203, caput, incisos III e VI, art. 204; Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Organização da Assistência Social; Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003 - Operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); Lei nº 14.995 de 10 de outubro de 2024. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012, regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências; Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2017 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017 - Institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social; Portaria MDS nº 490, de 28 de dezembro de 2017 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social; Portaria MDS nº 1.321, de 26 de março de 2018 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social para as ações realizadas no âmbito do Plano Progridir, do Ministério do Desenvolvimento Social; Portaria MDS nº 997, de 3 de julho de 2024, dispõe sobre o Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências; Portaria MDS nº 998, de 4 de julho de 2024, que dispõe sobre os agentes estruturadores de negócio e credenciamento de instituições ofertantes do Programa Acredita no Primeiro Passo. Portaria MDS nº 1.011, de 8 de agosto de 2024, estabelece condições para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo. Portaria SISEC/MDS nº 8, de 31 de dezembro de 2024, define os objetivos do Programa Acredita no Primeiro Passo para o ano de 2025. Portaria MDS nº 1.079, de 24 de abril de 2025, estabelece condições para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências. Portaria MDS nº 1.081, de 30 de abril de 2025, regulamenta o Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências. Portaria MDS nº 1.092, de 2 de junho de 2025, dispõe sobre os agentes estruturadores de negócio e credenciamento de instituições ofertantes do Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências. Portaria MDS nº 1.093, de 9 de junho de 2025, estabelece os critérios de pagamento de subvenção a instituições financeiras e entidades como equalização de parte do custo de agentes de estruturadores de negócio, contratados para atendimento do público do Programa Acredita no Primeiro Passo, na contratação de operações de microcrédito produtivo orientado, e dispõe sobre o instrumento jurídico a ser firmado entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e as instituições financeiras e entidades a serem subvencionadas.

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988; Lei nº 14.600, de 19 de junho 2023. Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Organização da Administração Federal; diretrizes para a Reforma Administrativa.

20GD Inclusão Produtiva Rural

Constituição Federal de 1988 - Artigos 6º, 203, 215, 216, 225 e 231; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - Art. 68; Emenda Constitucional nº 64, de 4 de outubro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Agricultura Familiar; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER; Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa do Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 - Entre outras providências, altera a Lei nº 12.512/2011, passando a definir a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN; Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008 - Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta o SISAN; Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI; Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017 - Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 – Anexo LXXII – Consolida a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989; aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002; depositado o instrumento de ratificação junto ao Diretor Executivo da OIT em 25 de julho de 2002; entrada em vigor internacional em 5 de setembro de 1991, e, para o Brasil, em 25 de julho de 2003, nos termos de seu art. 38; e promulgada em 19 de abril de 2004); Decreto nº 11.583, de 28 de junho de 2023 - Altera o Decreto nº 9.221/2017, introduzindo o formato de adesão fed parceria com entes federados, atualizando a composição do Comitê Gestor, e reajustando o valor do benefício; Portaria MC nº 783, de 9 de junho de 2022;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Portaria MDS nº 882, de 8 de maio de 2023 - Altera a Portaria MC nº 783/2022, possibilitando a reinserção de famílias previamente atendidas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais em casos de específicos;
Portaria MDS nº 951, de 22 de dezembro de 2023 - Estabelece parâmetros e normas complementares para a adesão de estados ao Programa de Fomento às Atividades Rurais;
Portaria MDS nº 961, de 19 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre o Serviço de Acompanhamento Familiar para Inclusão Social e Produtiva (SAFISP).
Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

20GG Promoção da Inclusão Socioeconômica de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (Programa Acredita no Primeiro Passo)

Constituição Federal, art. 203, caput, incisos III e VI, art. 204;
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Organização da Assistência Social;
Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003 - Operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores;
Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, artigos 15-A e 15-B - Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbana para beneficiar os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico que exerçam atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI;
Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPDO);
Lei nº 14.995 de 10 de outubro de 2024;
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012, regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;
Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2017 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017 - Plano Progridir;
Decreto n.º 11.496, de 19 de abril de 2023 - Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fórum Nacional de Microcrédito;
Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017 - Institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social;
Portaria MDS nº 490, de 28 de dezembro de 2017 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social;
Portaria MDS nº 1.321, de 26 de março de 2018 - Altera a Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social para as ações realizadas no âmbito do Plano Progridir, do Ministério do Desenvolvimento Social;
Portaria MDS nº 997, de 3 de julho de 2024, dispõe sobre o Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências.
Portaria SISEC/MDS nº 8, de 31 de dezembro de 2024, define os objetivos do Programa Acredita no Primeiro Passo para o ano de 2025.
Portaria MDS nº 1.081, de 30 de abril de 2025, regulamenta o Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências.
Portaria MDS nº 1.092, de 2 de junho de 2025, dispõe sobre os agentes estruturadores de negócio e credenciamento de instituições ofertantes do Programa Acredita no Primeiro Passo e dá outras providências.

215I Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
Lei n.º 14600/ 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto Nº 11.679, de 31 de agosto de 2023 - Institui o Plano Brasil Sem Fome.
Decreto Nº 11.937, de 5 de março de 2024 - Regulamenta o Programa Cozinha Solidária. (texto original)
Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN;
Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
Decreto n. 11.421 de 28 de fevereiro de 2023 - altera o Decreto 6272/ 2007 que dispõe sobre as competências e funcionamento do Consea Nacional;
Decreto n. 11.422 de 28 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Nacional.
Decreto Nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023 - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades.
Decreto Nº 11.936, de 5 de março de 2024 - Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar.
Decreto Nº 11.802, de 28 de novembro de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.
Decreto Nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023 - Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.
Resolução CAISAN nº 9, de 13 de dezembro de 2011 - Procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SISAN
Portaria Interministerial MDS/MS Nº 25, de 1º de Setembro de 2023

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Orientação Normativa nº 10, de 2013, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, para a concessão do auxílio-moradia.

21CP Operacionalização do Auxílio Emergencial para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)

Emenda Constitucional n.109 de 2021 (Artigo 3º);
Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020; Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020;
Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021;
Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020;
Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020.

21DV Auxílio Gás dos Brasileiros

Lei nº 14.237, 19 de novembro de 2021 - Institui o auxílio Gás dos Brasileiros; e altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.
Lei n.º 14.601, de 19 de junho de 2023 (Art 20 ao 22) - Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

21EL Gestão, Administração e Operacionalização do Programa Bolsa Família

Lei n.º 14.601, de 19 de junho de 2023 - Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024 - Regulamenta o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e dá outras providências.

21FQ Apoio à Formulação e Gestão da Política Nacional de Cuidados

Constituição Federal
Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015 - Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico
Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente
Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto da Pessoa Idosa
Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência
Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância
Lei Nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024 - Política Nacional de Cuidados
Decreto Nº 19.841, de 22 de outubro de 1945 - Carta das Nações Unidas;

Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 - Convenção sobre os Direitos da Criança;
Decreto Nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999 - Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais –Protocolo de São Salvador;
Decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;
Convenção Nº 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor;
Convenção Nº 103 da OIT sobre o Amparo à Maternidade;
Convenção Nº 111 da OIT sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação;

21FR Apoio e Acolhimento Objetivando a Reinserção de Usuários e Dependentes de Álcool e Drogas

Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
Decreto nº 11.791, de novembro de 2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 187, de dezembro de 2021,
Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, alterada pela Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019 - para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas;
Lei nº 13.019, de 2014, é o instrumento que regula parcerias entre a administração pública e Organizações da Sociedade Civil (OSCs);
Lei nº 14.133, de abril de 2021, de Licitações e Contratos Administrativos;
Decreto Nº 8.726, de 2016, alterado pelo Decreto nº 11.948, de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.019, de 2014;
Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas;
Decreto nº 11.480, de 2023, Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas;
Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 – Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária;
Nota Técnica Nº 055, de 2013 - GRECS/GGTES/ANVIS que esclarece sore os artigos da RDC Anvisa nº 29, de 2011, e sua aplicabilidade nas instituições conhecidas como Comunidades Terapêuticas e afins;
Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2015 – CONAD – Regulamenta, no âmbito do SISNAD, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas.Resolução CONAD/SENAD/MJSP n. 8, de 27 de setembro de 2022 – que aprova o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas – Planad 2022-2027.
NOTA TÉCNICA Nº 3/2024/SEI/CSIP/S/IGTES/DIRE3/ANVISA - Esclarecimentos e orientações sobre o funcionamento das instituições conhecidas como Comunidades Terapêuticas Acolhedoras - RDC nº 29, de 30 de junho de 2011.

21H0 Proteção Socioassistencial em Emergências e Calamidades Públicas

Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204);
Lei nº 8.742/1993 (LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social);
Lei nº 12.435/2011 (Lei do SUAS);
Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC);
Lei Nº 13.445/2017 (Lei de Migração);
Lei Nº 13.684/2018 (assistência emergencial para acolhimento a migrantes por crise humanitária);
Decreto Nº 8.726/2016 (regulamenta a MROSC);
Decreto nº 9.285/2018 (fluxo migratório por crise humanitária na Venezuela);
Decreto nº 10.426/2020 (Termos de Execução Descentralizada – TED);
Decreto nº 11.531/2023 (transferências de recursos da União e parcerias sem transferências de recursos);
Decreto Nº 12.412/2025 (Institui o Fundo Rio Doce);
Portaria SNAS nº 112/2021 (Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social);
Resolução CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS);
Resolução CNAS nº 33/2012 (Norma Operacional Básica - NOB/SUAS);
Resolução CNAS nº 194/2025 (Instituição da FORSUAS).

2784 Promoção do Consumo e de Ações de Alimentação Adequada e Saudável

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN;
Decreto n. 11.421 de 28 de fevereiro de 2023 - altera o Decreto 6272/ 2007 que dispõe sobre as competências e funcionamento do Consea Nacional;
Decreto n. 11.422 de 28 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Nacional;
Decreto n. 11.822, de 12 de dezembro de 2023 - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades;
Decreto n. 11.821, de 12 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar;
Decreto nº 11.936 de 05 de março de 2024 - Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar;
Portaria MDS 966 de 6 de março de 2024 que define a relação, não exaustiva, de alimentos que podem compor a Cesta Básica de Alimentos de acordo com os grupos alimentares;
Portaria interministerial MDS e MS nº 25 de 1º de setembro de 2023 - Estabelece as orientações para priorização e organização da atenção aos indivíduos e famílias em insegurança alimentar e nutricional no âmbito da assistência social, saúde e segurança alimentar e nutricional;
Portaria MDS nº 972, de 26 de março de 2024 - Define os municípios e o Distrito Federal prioritários para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades;
Portaria nº 975, de 02 de abril de 2024 - Retificação da Portaria MDS nº 972, de 26 de março de 2024;
Portaria nº 987 de 22 de maio de 2024 que definem os municípios e o Distrito Federal prioritários para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades.

2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Popacionais Tradicionais e Específicos e a Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Advindas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - introduz a alimentação como direito social;
Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003 - Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, institui o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Cozinha Solidária
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;
Portaria MDS nº 1.023, de 8 de outubro de 2024 - Dispõe sobre procedimentos para a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública e para as situações emergenciais que afetem os povos e comunidades tradicionais ou grupos populacionais específicos;
Portaria MDS nº 1.090, de 27 maio de 2025 - Altera a Portaria MDS nº 1.023, de 8 de outubro de 2024, que dispõe sobre os procedimentos para a Ação de Distribuição de Alimentos nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública e para as situações emergenciais que afetem os povos e comunidades tradicionais ou grupos populacionais específicos.

2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023 que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, que Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Decreto nº 11.937, de 05 de março de 2024, Regulamenta o Programa Cozinha Solidária; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.346/2006 que cria o SISAN; Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, que regulamenta o PAA e instituiu o Grupo Gestor do PAA e seu Comitê de Assessoramento; Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades; e Resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e as ainda vigentes do Programa Alimenta Brasil

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei nº 8.112/1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Decreto nº 9.991/2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento;

Decreto nº 10.506, de 2020 - Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta

Decreto nº 11.069/2022 - Regulamenta a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 - Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64/2022.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, Art. 37;

Lei nº 4.680, de 18 junho de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário;

Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019;

Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023;

Portaria SECOM nº 8.038, de 30 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 19 de junho de 2023 que dispõe sobre as licitações e os contratos de serviços de publicidade, promoção, comunicação institucional e comunicação digital, prestados a órgão ou entidade do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal - SICOM,;

2. Instrução Normativa nº 2, de 14 de setembro de 2023, que dispõe sobre o desenvolvimento e a execução da publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM e dá orientações complementares;

4907 Ouvidoria Geral do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome

Constituição Federal 1988 (arts. 203 e 204) - Objetivos da Assistência Social;

Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 - Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação;

Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 - Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública;

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural

Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a política de dados abertos do Poder Executivo federal;

Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 - Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos e institui a Carta de Serviços ao Usuário;

Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal,

Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta;

Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021 - Institui o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal;

Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021 - Proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta;

Decreto nº 10.160, de 09 de dezembro de 2019 - Institui a política nacional de governo aberto e o comitê interministerial de governo aberto;

Decreto nº 10.889, de 09 de dezembro de 2021 - Regulamenta o inciso vi do caput do art. 5º e o art. 11 da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 - Dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do poder executivo federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado, e institui o sistema eletrônico de agendas do poder executivo federal e agendas;

Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023 - Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

Portaria Normativa CGU nº 116, de 18 de março de 2024 - Estabelece orientações para o exercício das competências das unidades do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal;

Portaria Normativa CGU nº 2.873, de 03 de dezembro de 2021 - Designa os membros do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e seus respectivos suplentes;

Portaria MC nº 670 de 01 de outubro de 2021 - Dispõe sobre a organização do atendimento da central de relacionamento, da ouvidoria, e de transparência e acesso à informação, e norteia as diretrizes para o atendimento das demandas relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito do Ministério da Cidadania);

Portaria MC nº 761, de 8 de abril de 2022 - Institui a Política Geral de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade no âmbito do Ministério da Cidadania;

Portaria MC nº 782 de 24 de junho de 2022 -Transparência Ativa;

Portaria MC nº 772 de 5 de maio de 2022 - Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos do Ministério da Cidadania – CPADS;

Portaria MDS nº 971, de 20 de março de 2024 - Aprova o Plano de Dados Abertos do MDS, referente ao biênio 2024-2026;

Portaria Interministerial CGU/MPDG nº 1.254, de 18 de maio de 2015 – Sistema Transparência Ativa;

Portaria MDS nº 1008 de 29/07/2024 publicada no Boletim de Serviço Eletrônico - Dispõe sobre os procedimentos relativos à divulgação de informações por meio de Transparência Ativa no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome- MDS;

Instrução Normativa Conjunta CRG/ OGU nº 7, de 17 de setembro de 2018 - Dispõe sobre o recebimento e tratamento de denúncias e outras comunicações de irregularidade, e estabelece diretrizes para a salvaguarda da identidade do manifestante;

Orientação MDS nº 1/2023, de 17 de fevereiro de 2023 - Fluxo descritivo e procedimentos de atendimento aos pedidos de acesso à informação e recursos derivados

Orientação MDS nº 2/2023, de 23 de fevereiro de 2023 - Procedimentos para funcionamento do sistema e-Agendas

Orientação CGTA/OUV nº 1/2022 - Trata da exigência de registro e publicação diária, em transparência ativa, dos compromissos públicos de autoridades e agentes públicos abrangidos pela Lei de Conflito de Interesses

Orientação CGTA/OUV nº 2/2022 - Trata do cumprimento de exigências legais para publicação, no Portal do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, de informações de interesse público, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011) e outras obrigações estabelecidas em legislações específicas.

Orientação CGTA/OUV nº 3/2022 - Trata da obrigação de publicação dos currículos de autoridades, em transparência ativa;

Orientação CGTA/OUV nº 4/2022 - Trata da necessidade de tratamento de informações e/ou dados pessoais e sensíveis quando da disponibilização de cópias de processos ou documentos, a partir de pedidos de acesso à informação, ou da disponibilização de informações em publicações ou em transparência ativa;

Orientação GMIOUV nº 2/2022 -Trata do compartilhamento de dados pessoais e a necessária adequação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome às disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Orientação GMIOUV nº 3/2022 - Trata a respeito de incidente de segurança com dados pessoais e sua avaliação para fins de comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Orientação nº 1/2024 - Trata do procedimento de ocultação (tarjamento) de dados pessoais na divulgação de informações por

meio de ação de transparência e acesso à informação;

4923 Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) - objetivos da Assistência Social, e §16 do Art. 37;

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações;

Portaria nº 2.527, de 10 de outubro de 2018 - Dispõe sobre Política de Monitoramento no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social;

Portaria nº 2.227, de 6 de junho de 2018 - Dispõe sobre os princípios para as ações de avaliação realizadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e cria o selo de qualidade técnica da SAGI;

Portaria nº 541 , de 23 de novembro de 2020 - Institui a Política Nacional de Formação para Agentes Públicos e Sociais no âmbito do Ministério da Cidadania e dá outras providências.

6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único

Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204) - Objetivos da Assistência Social; Lei nº 10.869, de 13 de maio de /2004, atualizada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - organização da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 9.462, de 8 de agosto de 2018 - Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007; Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022 - Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993); Portaria nº 864, de 2 de março de 2023 - Estabelece os processos de Averiguação Cadastral e de Revisão Cadastral para o biênio 2023 e 2024, altera a Portaria MC nº 747, de 10 de fevereiro de 2022, e a Portaria MDS nº 94, de 4 de setembro de 2013, e dá outras providências; Instrução Normativa Conjunta SAGICAD/SENARC/INAS/MDS Nº 3, de 11 de abril de 2023 - Altera o cronograma de repercussões nos programas sociais relativos à Ação de Qualificação do Cadastro Único de 2023; Instrução Normativa Conjunta nº 5/MDS/SAGICAD/GAB/MDS, de 4 de janeiro de 2024 - Define os públicos, os procedimentos operacionais, o cronograma e as repercussões nos programas sociais relativos à Ação de Qualificação do Cadastro Único de 2024, que engloba os processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral, voltados para famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); Portaria MDS nº 985, de 17 de maio de 2024 - Estabelece medidas emergenciais para a gestão e operação do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, disposto no art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, destinadas aos municípios e ao Estado do Rio Grande do Sul - RS, em decorrência do Estado de Calamidade Pública, declarada por meio do Decreto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nº 57.596, de 1º de maio de 2024, e reconhecida sumariamente pela União por meio da Portaria nº 1.467, de 8 de maio de 2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, ou de situação de emergência.

8249 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social

Lei nº 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

Lei nº 12.435/2011 - Lei do SUAS;

Resolução CNAS nº 145/2004 - Política Nacional de Assistência Social;

Resolução CNAS nº 269/2006 - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS;

Resolução CNAS nº 33/2012 - Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.

Resolução CNAS/MDS nº 100/2023 - Diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e acompanhamento dos conselhos de assistência social dos estados, Distrito Federal e municípios;

Resolução CNAS/MDS nº 157/2024 - Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

8442 Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 - Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e o Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022.

Decreto nº 12.064, de 17 de junho de 2024 - Regulamenta o Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, e dá outras providências.

8458 Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024 - Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurba

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada;

Decreto n. 11.700, de 13 de setembro de 2023 - Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana

8893 Organização em Âmbito Nacional da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS;

Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências

Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, e dá outras providências.

Portaria SNAS nº 143, de 08 de agosto de 2017 - Dispõe acerca do Prontuário Eletrônico do Sistema Único de Assistência Social e dá outras providências

Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - Aprova a Política Nacional de Assistência Social;

Resolução CNAS nº 269, de 13 de outubro de 2006 - Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;

Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e;

Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS

Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024 - Regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS

8929 Apoio aos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Introduz a alimentação como direito social;

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SiSAN;

Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023 - Instituiu o Programa Cozinha Solidária;

Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 - Cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do SISAN;

Decreto 2.772, de 25 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN;

Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020 - Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos;

Decreto nº 11.392, de 20 de janeiro de 2023 - Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;

Decreto n. 11.421 de 28 de fevereiro de 2023 - altera o Decreto 6272/ 2007 que dispõe sobre as competências e funcionamento do Consea Nacional;

Decreto n. 11.422 de 28 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan Nacional;

Decreto nº 11.937, de 05 de março de 2024 - Regulamenta a Lei nº 14.628, que instituiu o Programa Cozinha Solidária;

Resolução CAISAN nº 9, de 13 de dezembro de 2011 - Procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SISAN.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

8948 Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2023 (artigos 11 a 16) - Institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas;
Lei nº 13.019, de 2014;
Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018 - Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; Portaria MDS nº 992, de 4 de junho de 2024 - Dispõe sobre os instrumentos jurídicos a serem utilizados pelos parceiros do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome na execução do Programa Cisternas.
Portaria nº 22, de 6 de abril de 2020 - Estabelece regras e procedimentos para o credenciamento de entidades sem fins lucrativos no âmbito do Programa Cisternas.
Portaria MDS nº 2.462, de 6 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a definição dos modelos de tecnologias sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Cisternas.

55901 Fundo Nacional de Assistência Social

00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade

Constituição Federal de 1988, arts. 203 e 204; Lei nº 6.179/1974 (Renda Mensal Vitalícia); Lei n.º 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Leis nº 12.435/2011 (Lei do SUAS) e nº 12.470/2011 (que altera dispositivos da LOAS); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa); Lei Nº 15.077/2024 (cadastro biométrico); Decretos nº 6.214/07; nº 6.564/08; nº 7.617/2011; nº 7.889/2012 (regulamenta o FNAS); e nº 8.805/2016.

00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez

Constituição Federal de 1988, arts 203 e 204; Lei nº 6.179/1974 (Renda Mensal Vitalícia); Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Leis nº 12.435/2011 (Lei do SUAS) e nº 12.470/2011 (que altera dispositivos da LOAS); Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Lei Nº 15.077/2024 (cadastro biométrico); Decretos nº 6.214/2007; nº 6.564/2008; nº 7.617/2011; nº 7.889/2012 (regulamenta o FNAS); e nº 8.805/2016.

00TZ Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021)

Lei nº 8.742/1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social);
Lei Nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), art. 94;
Lei Nº 14.176/2021 (Auxílio Inclusão); e
Portaria Conjunta MDS/INSS nº 2/2015 (Avaliação social e médica da pessoa com deficiência para acesso ao BPC).

217M Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz

Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS);
Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância (em especial o art. 14);
Decreto nº 9.579/2018 – atos que dispõem sobre lactente, criança e adolescente e aprendiz;
Portaria Interministerial nº 1, de 4/04/2019 (intersectorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz);
Portaria MDSA nº 958/2018 (Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz);
Portaria MC nº 664/2021 (consolida normativos do Programa Criança Feliz);
Portaria SNAFI Nº 1/2022 (Financiamento Federal ao Distrito Federal e Municípios que se encontram em situação de emergência ou estado de calamidade pública);
Resolução CNAS/MDS nº 117/2023 (Reordenamento das ações de Assistência Social do Programa Criança Feliz);
Resolução CIT Nº 11/2019 (critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS para os estados e Distrito Federal).

219E Cofinanciamento da Proteção Social Básica

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);
Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social);
Lei Nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 (prestação de contas de aplicação de recursos da LOAS);
Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS);
Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004 (define as ações continuadas de assistência social);
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 (Regulamenta o FNAS);
Portaria MDS nº 303, de 08/11/2011 (cofinanciamento dos serviços de proteção social básica e ações executadas por equipe volante do CRAS);
Portaria MDS nº 134, de 28/11/2013 (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV);
Portaria MDS nº 44, de 09/05/2013 (Lanchas da Assistência Social), alterada pelas Portarias MDS nº 135/2013, 30/2015 e MC nº 310/2021;
Portaria MDS nº964/2024;
Portaria MDS nº 974/2024;
Portaria SNAS nº 2.601, de 06/11/2018 (utilização de recursos transferidos fundo a fundo para o incremento temporário e a estruturação da rede no âmbito do SUAS);
Portaria MC nº 2.362, de 20/12/2019 (equalização do cofinanciamento federal do SUAS à LDO e LOA);
Portaria SNAS nº 112, de 23/09/2021 (Dispõe sobre a Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social);
Resolução CNAS nº 145, de 15/10/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS);
Resolução CIT nº 06, de 01/06/2008 (acompanhamento da implementação do PAIF nos CRAS).
Resolução CIT nº 7, de 19/09/2008 (altera a resolução nº 06/2008);
Resolução CIT nº 10, de 05/11/2009 (cofinanciamento de serviços de proteção social básica);
Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais);
Resolução CIT nº 03, de 03/03/2010 (oferta de serviços com recursos do piso básico de transição – PBT);
Resolução CIT nº 11, de 01/09/2010 (altera a resolução nº 10/2009);
Resolução CIT nº 03, de 03/03/2010 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS);
Resolução CIT nº 01, de 07/02/2013 (reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV);
Resolução CNAS nº 27, de 14/10/2014 (Acessuas Trabalho);
Resolução CNAS nº 25, de 25/12/2016 (Acessuas Trabalho);
Resolução CNAS nº 03, de 19/04/2017 (Acessuas Trabalho);
Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024 (regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS)
Resolução CNAS/MC nº 49, de 23 de novembro de 2021 (Acessuas Trabalho)
Resolução CNAS/MDS nº 144, de 27 de fevereiro de 2024 (Lancha da Assistência Social)
Portaria MDS nº 116, de 22 de outubro de 2013 (PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família)
Portaria MDS nº 134, de 28 de novembro de 2013 (SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)
Portaria MDS nº 303, de 8 de novembro de 2011 (EV – Serviço de Equipes Volantes para oferta do PAIF)

219F Cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);
Lei Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
Lei Nº 8.742/1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social);
Lei Nº 9.474/1997 (Implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil);
Lei Nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Lei Nº 12.435/2011 (Lei do SUAS);
Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
Lei Nº 13.445/2017 (Lei de Imigração);
Lei Nº 13.684/2018 (medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária);
Decreto nº 7.053/2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua - Art. 7º e 8º);
Decreto nº 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS);
Decreto nº 9.285/2018 (reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório da Venezuela);
Decreto nº 10.593/2020 (organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e
Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres);
Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite);
Decreto Legislativo n.º 36/2024 (Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de

Responsabilidade Fiscal, a ocorrência do estado de calamidade pública derivada de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul);
Portaria MDS nº 440/2005 e suas alterações (Pisos da Proteção Social Especial);
Portaria MDS nº 666/2005 e suas alterações (integração Programa Bolsa-Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil);
Portaria MDS nº 460/2007 e suas alterações (repass e recursos dos Pisos de Alta Complexidade I e Fixo de Média Complexidade);
Portaria MDS nº 843/2010 e suas alterações (cofinanciamento Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC: serviços ofertados nos CREAS e Centros Pop);
Portaria MDS nº 140/2012 e suas alterações (cofinanciamento Piso de Alta Complexidade II – PAC II: acolhimento adulto e famílias em situação de rua e residência inclusiva para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência);
Portaria MDS nº 90/2013 (cofinanciamento Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências);
Portaria MDS nº 5/2014 (cofinanciamento Piso de Alta Complexidade I - PAC I: Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos de idade);
Portaria MDS nº 70/2014 (cofinanciamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias por meio do Piso de Alta Complexidade II - PAC II);
Portaria MDSA nº 318/2016 (normas gerais e funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI);
Portaria MDS nº 122/2016 (cofinanciamento Centro de Promoção Social do Abrigo do Cristo Redentor);
Portaria SNAS nº 65/2018 (Dispõe sobre os procedimentos para a unificação dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade);
Portaria MC nº 2.362/2019 (equalização do cofinanciamento federal do SUAS à LDO e à LOA);
Portaria MC nº 109/2020 (Regulamenta a averiguação dos requisitos do art. 30 da Lei nº 8.742/1993);
Portaria SNAS nº 112/2021 (Dispõe sobre a Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social);
Resolução CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS).
Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais);
Resolução CNAS nº 33/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS);
Resolução CNAS nº 08/2013 e suas alterações (Ações estratégicas do PETI);
Resolução CNAS nº 12/2013 (cofinanciamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências);
Resolução CNAS nº 31/2013 e suas alterações (cofinanciamento regionalização PAEFI e Acolhimento de Crianças e Adolescentes);
Resolução CNAS nº 10/2014 (cofinanciamento PETI);
Resolução CNAS nº 04/2017 (cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias);
Resolução CNAS Nº 2/2019 (cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergências);
Resolução CIT nº 3/2021 (prorrogação do prazo para a demonstração da implantação da oferta regionalizada da Proteção Social Especial).
Lei nº 14.950, de 2 de agosto de 2024 (Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)
Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022 (Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003)
Lei nº 854, de 30 de dezembro de 2022 (reestabeleceu a Portaria nº 460, de 18 de dezembro de 2007)
Portaria nº 100, de 26 de setembro de 2013 (altera a Portaria nº 140, de 28 de junho de 2012)

219G Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Constituição Federal de 1988 - art. 203 e 204;
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;
Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 - prestação de contas de aplicação de recursos referidos na LOAS;
Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 – Lei do SUAS;
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS;
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos;
Decreto nº 12.412/2025 - Institui o Fundo Rio Doce;
Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015 - regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social -SUAS;
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - estabelece normas para execução do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Portaria Conjunta MG/MS/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023 - normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023;
Portaria MDS nº 2.600, 06 de novembro de 2018 - Estrutura de Mobilidade no Sistema Único de Assistência Social – MOB-SUAS;
Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre as transferências de recursos na modalidade fundo a fundo, no âmbito do SUAS;
Portaria Nº 69, de 24 de junho de 2022 - estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com os recursos transferidos;
Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - Política Nacional de Assistência Social;
Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; e
Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.

2583 Processamento de Dados, Gestão de Informações e Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas Digitais para Gestão de Benefícios Socioassistenciais (Benefício de Prestação Continuada – BPC, Renda Mensal Vitalícia – RMV, Auxílio-Inclusão e outros benefícios)

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);
Lei Nº 6.179/1974 (Renda Mensal Vitalícia);
Lei Nº 8.742/1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social);
Lei Nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Lei Nº 12.435/2011 (Lei do SUAS);
Lei Nº 12.470/2011 (altera a LOAS);
Lei Nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
Lei Nº 14.176/2021 (Auxílio Inclusão);
Decreto nº 6.214/2007 (Regulamenta o BPC), alterado pelos Decretos nº 6.564/2008, nº 7.617/2011 e nº 8.805/2016;
Decreto nº 10.410/2020 (altera o Regulamento da Previdência Social);
Decreto nº 11.793/2023 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite);
Decreto nº 12.534, de 25 de junho de 2025 (Altera o regulamento do BPC);
Portaria Interministerial nº 2, de 07/07/2016 (altera o regulamento do BPC);
Portaria Conjunta nº 1, de 03/01/2017 (regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC);
Resolução CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social);
Resolução CNAS nº 130/2005 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); e
Resolução CNAS nº 33/2012 (Norma Operacional Básica, NOB-SUAS).

2589 Gestão, Administração e Operacionalização de Benefícios Socioassistenciais (Benefício de Prestação Continuada – BPC, Renda Mensal Vitalícia – RMV, Auxílio-Inclusão e outros benefícios)

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);
Lei Nº 6.179/1974 (Renda Mensal Vitalícia);
Lei Nº 8.742/1993 (LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social);
Lei Nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
Lei Nº 12.435/2011 (Lei do SUAS);
Lei Nº 12.470/2011 (altera a LOAS);
Lei Nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
Lei Nº 14.176/2021 (Auxílio Inclusão);
Decreto nº 6.214/2007 (Regulamenta o BPC), alterado pelos Decretos nº 6.564/2008, nº 7.617/2011 e nº 8.805/2016;
Decreto nº 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS);
Decreto nº 10.410/2020 (altera o Regulamento da Previdência Social);
Decreto nº 11.793/2023 (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite);
Decreto nº 12.534, de 25 de junho de 2025 (Altera o regulamento do BPC);
Portaria Interministerial nº 2, de 07/07/2016 (altera o regulamento do BPC);
Portaria Conjunta nº 1, de 03/01/2017 (regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC);
Resolução CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social);

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Resolução CNAS nº 130/2005 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); e
Resolução CNAS nº 33/2012 (Norma Operacional Básica, NOB-SUAS).

8893 Organização em Âmbito Nacional da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Constituição Federal - 1988 (Art. 203 e 204);
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;
Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS;
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências
Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 2012 - Dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, e dá outras providências.
Portaria SNAS nº 143, de 08 de agosto de 2017 - Dispõe acerca do Prontuário Eletrônico do Sistema Único de Assistência Social e dá outras providências
Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 - Aprova a Política Nacional de Assistência Social;
Resolução CNAS nº 269, de 13 de outubro de 2006 - Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;
Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e;
Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS
Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024 - Regulamenta o cofinanciamento federal do SUAS

56101 Ministério das Cidades - Administração Direta

00AF Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001-Estatuto das Cidades; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria Interministerial nº 99, de 30 de março de 2016; Portaria nº 114, de 09 de fevereiro de 2018; Portaria nº 526, de 23 de fevereiro de 2022; Portaria Interministerial Moid/MFnº 2, de 1º de março de 2023; Portaria Moid nº 146, de 7 de março de 2023; Portaria Moid nº 724, de 15 de junho de 2023; Portaria Moid nº 725, DE 15 de junho de 2023; Portaria Moid nº 727, de 15 de junho de 2023; Portaria Moid nº 1.248, de 26 de Setembro de 2023; Portaria Moid nº 1.373, de 25 de outubro de 2023; Portaria Moid nº 148, de 19 de Fevereiro de 2024; Portaria Moid nº 340, de 5 de abril de 2024; Portaria Moid nº 486, de 20 de maio de 2024; Portaria Moid nº 520, de 5 de Junho de 2024.

00CW Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional(Lei nº 14.620, DE 13 de julho de 2023)

CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS; Instrução Normativa nº 29, de 5 de Julho de 2023; Instrução Normativa nº 36, de 26 de setembro de 2023; Portaria Moid nº 1.295, de 5 de outubro de 2023; Instrução Normativa nº 39, de 30 de outubro de 2023; Instrucao Normativa nº 47, de 20 de dezembro de 2023;

00CX Subvenção econômica destinada a Implementação de projetos de Interesse social em áreas rurais(Lei nº 14.620, DE 13 de julho de 2023)

CF/88,art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001-Estatuto das Cidades; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria MCID n. 366, de 7 de junho de 2018; Portaria Interministerial Moid/MFnº 2, de 1º de março de 2023; Portaria Moid nº 146, de 7 de março de 2023; Portaria Moid Nº 741, de 20 de junho de 2023; Portaria Moid nº 742, de 20 de junho de 2023; Portaria Moid nº 743, de 20 de junho de 2023; Portaria Moid nº 646, de 5 de junho de 2023; Portaria Moid nº 1.033, de 17 de agosto de 2023; Portaria Moid nº 1.417, de 6 de novembro de 2023; Portaria Moid nº 353, de 9 de abril de 2024; Portaria Moid nº 409, de 26 de abril de 2024.

00CY Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS(Lei nº 14.620, DE 13 de julho de 2023)

CF/88, art.6, art 21 e art. 23; Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020; Resolução do Conselho Curador do FDS nº 214, de 15 de dezembro de 2016; Instrução Normativa (MCIADADES) nº 12, de 07 de junho de 2018; Instrução Normativa (MDR) nº 2 de 21 de janeiro de 2021; Instrução Normativa nº 9, de 29 de março de 2023; Instrução Normativa nº 28, de 4 de julho de 2023; Portaria Interministerial Moid/MFnº 2, de 1º de março de 2023; Portaria Moid nº 146, de 7 de março de 2023; Portaria Moid nº 725, de 15 de junho de 2023; Portaria Moid nº 728, de 15 de junho de 2023; Portaria Moid Nº 861, de 4 de julho de 2023; Portaria Moid nº 862, de 4 de julho de 2023; Portaria Moid Nº 725, DE 15 de junho de 2023; Portaria MCID nº 1.007, de 08 de agosto de 2023; Portaria MCID nº 1.108, de 31 de agosto de 2023; Portaria Moid nº 1.248, de 26 de Setembro de 2023; Portaria MCID nº 1.335, de 19 de outubro de 2023; Portaria MCID nº 1.457, de 16 de novembro de 2023.

00SW Apoio à regularização fundiária urbana

CF/88, art. 6, 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023; Lei 14.757, de 19 de dezembro de 2023; Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023; Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023.

00SY Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 170, com seus incisos II, VI e VII; 182; 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que “dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências”; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”; Decreto 11.468 de 05 de abril de 2023, com suas alterações; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, com suas alterações .Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que “institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”, com suas alterações, inclusive sua Lei de Conversão; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que “dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências”, com suas alterações; Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que “promulga o Acordo de Paris sob a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016”;Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”; Instrução Normativa nº 33, de 18 de

dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que “regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas”; Instrução Normativa n. 6, de 22 de março de 2024, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS.; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que “aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM, nos Municípios brasileiros”.

00S2 Apoio ao Transporte Não Motorizado

CRFB, art. 21, XII-f e XX; 22, IX, XI, 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00T0 Apoio a Planos de Mobilidade Urbana Locais

CRFB, art. 6º, art. 21 - XX, art. 22 - IX e XI, art. 23, II e VI, e art. 230 § 2º; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 – Estrutura Regimental do Ministério das Cidades; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021); Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações; Manual Específico do Programa Mobilidade Urbana - Portaria nº 1.147, de 12/04/2022; e Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 – Normas gerais de Consórcios Públicos.

00T1 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária

CRFB de 1988, arts. 21 e 23; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 - Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00T2 Apoio à urbanização de favelas

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023; e Portaria MCID nº 1.328, de 16 de outubro de 2023.

00T3 Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano

CRFB, art. 21, XII-f e XX; 22, IX, XI, 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 - Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 2000, e Lei nº 10.098, de 2000; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia; DECRETO Nº 11.468, DE 5 DE ABRIL DE 2023 Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; ABNT NBR 9050, de 3 de agosto de 2020 (versão corrigida 2021).

00TK Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCID; Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; Portaria MDR nº 2.311, de 26 de julho de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação ODM; Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.

00TM Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 - Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização; Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIADADES; Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Portaria Conjunta MG/IMF/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição; Portaria MDR nº 3.328, de 21 de novembro de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação ODTM; Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR; Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos; Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TN Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água

i. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 - Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização; Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES; Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição; Portaria MDR nº 952, de 30 de março de 2022 - Aprova o Manual Técnico das Ações 00TN, 00TO e 00TL; Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR; Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TO Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 - Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCD; Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; Portaria MDR nº 952, de 30 de março de 2022 - Aprova o Manual Técnico das Ações 00TN, 00TO e 00TL; Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR; Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TP Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento Básico

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.598, de 12 de julho de 2023 - Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização; Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES; Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; Portaria MDR nº 3.329, de 21 de novembro de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação 00TP; Portaria MDR nº 490, de 22 de março de 2021 - Condiciona alocação de recursos da União ao cumprimento de índice de perda de água na distribuição; Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR; Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos; Resolução ANA nº 106, de 4 de novembro de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 2, que dispõe sobre a padronização dos aditivos aos Contratos de Programa e de Concessão, para prestação de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

00TQ Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES; Decreto nº 11.043, de 13 de julho de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; Portaria MCD nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR; Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021 - Aprova a Norma de Referência ANA nº 1, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

00VC Apoio à implementação de soluções baseadas natureza (SBN) para adaptação inclusiva das periferias urbanas às mudanças climáticas

Constituição Federal de 1988; Lei 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima); Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade); Lei 11.445/07 (Lei do Saneamento Básico); Lei 12.608/12 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil); Decreto nº 12.041, de 5 de junho de 2024 (Cidades Verdes Resilientes); e Decreto nº 12.260, de 28 de novembro de 2024 (Periferia Viva).

00VD Apoio ao desenvolvimento e implementação de ações estratégicas do Programa Periferia Viva

Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto nº 11.468, de 05 de abril de 2023; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023.

00VJ Apoio à implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços de saneamento básico em áreas rurais

Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; vi. Decreto nº 11.598 de 12 de julho de 2023 - que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Decreto nº 11.599 de 12 de julho de 2023 - que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - Institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria Conjunta MG/MP/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.

00VK Implementação de Projetos de Coleta, Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos para Melhorias da Cadeia Produtiva de Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis

Constituição Federal de 1988; v. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001- Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015 - Institui o Estatuto do Metrôpol, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências; Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 8.726 de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispôr sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos; e Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023

20NV Apoio a implementação de Projetos de Cooperação Técnica em Saneamento Básico

- Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Marco Legal do Saneamento;
- Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico;
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
- Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento;
- Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal por meio da celebração de termo de execução descentralizada;
- Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;
- Decreto nº 11.598 de 12 de julho de 2023 - que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.
- Decreto nº 11.599 de 12 de julho de 2023 - que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
- Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico, para ficar em conformidade com o Roteiro do Cadastro de Ações 2023 (Item 1.3.1, letra "j");
- Portaria MCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, para ficar em conformidade com o Roteiro do Cadastro de Ações 2023 (Item 1.3.1, letra "j").

20Z9 Apoio à competitividade e à modernização da construção civil com sustentabilidade ambiental

CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023.

216F Gestão da Política de Saneamento Básico

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Marco Legal do Saneamento; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico; iv. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Lei nº 14.898, de 13 de junho de 2024 - Institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta o Marco Legal do Saneamento; Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal por meio da celebração de termo de execução descentralizada; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 11.598 de 12 de julho de 2023 - que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização; Decreto nº 11.599 de 12 de julho de 2023 - que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico, para ficar em conformidade com o Roteiro do

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Cadastro de Ações 2023 (Item 1.3.1, letra "f"); Portaria MCidades nº 334, de 25 de julho de 2012 - Aprova os Manuais Técnico dos Programas e Ações sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, para ficar em conformidade com o Roteiro do Cadastro de Ações 2023 (Item 1.3.1, letra "f"); Portaria MCidades nº 788, de 1º de agosto de 2024 - Estabelece os procedimentos gerais para o cumprimento do disposto no inciso IV do caput do art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e no inciso IV do caput do art. 7º do Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

21GR Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico

Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001- Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação; Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015 - Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências; Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 - Atualiza o marco legal do saneamento básico; Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico; Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022 - Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos; xv. Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico; Decreto nº 11.598 de 12 de julho de 2023 - que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização; Decreto nº 11.599 de 12 de julho de 2023 - que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal por meio da celebração de termo de execução descentralizada; Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024 - Institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União; e xx. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico.

2D49 Estudos, Projetos e Desenvolvimento Institucional no Setor da Mobilidade Urbana

CRFB, art. 6º, art. 21 - XX, art. 22 - IX e XI, art. 23, II e VI, e art. 230 § 2º; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 – Normas gerais de Consórcios Públicos; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023 - Organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 – Estrutura Regimental do Ministério das Cidades; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações; e Manual Específico do Programa Mobilidade Urbana - Portaria nº 1.147, de 12/04/2022.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;

Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

7Y06 Apoio a Sistemas de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas nos Municípios brasileiros

I. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;

II. Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 - Regulamenta as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;

III. Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020 - Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico;

IV. Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental do MCIDADES;iv. Decreto nº 11.599, de 12 de julho de 2023 - Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007

v. Portaria Interministerial nº 571, de 5 de dezembro de 2013 - Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico;

vi. Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União;

vii. Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.

viii. Portaria MDR nº 2.311, de 26 de julho de 2022 - Aprova o Manual Técnico da Ação 00TK;

ix. Instrução Normativa MDR nº 4, de 18 de março de 2020 - Define orientações complementares à Portaria Interministerial nº 424/2016;

x. Instrução Normativa MDR nº 33, de 19 de novembro de 2020 - Estabelece procedimentos para gestão de implementação e da execução de Termos de Compromisso no âmbito do MDR.

8865 Apoio a planos, projetos e obras de redução de riscos de movimentos de massa em áreas urbanas - contenção de encostas

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020; Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023; Decreto nº 12.260, de 28 de novembro de 2024.

8872 Apoio à Capacitação de Agentes Públicos nas Três Esferas de Governo e de Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Capacidades

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 165; 170, com seus incisos II, III, VI e VII; 182; 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que “dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências”; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece sobre diretrizes e bases da educação nacional, com suas alterações”; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2006, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS”; Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que “dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências”; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 que “estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento

Básico”; com suas alterações; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”; Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que “institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 que “institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e nº 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e nº 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências, com suas alterações; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que “institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”, com suas alterações; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que “regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas”; Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que “promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016”; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 que “dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências”; Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que “atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 que “regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que “institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos”; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional que “aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM, nos Municípios brasileiros; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”; Portaria MCID nº 1.445, de 13 de novembro de 2023 que “dispõe sobre o Programa Nacional de Capacitação das Cidades, no âmbito do Ministério das Cidades”; Portaria MCID nº 1.622, de 12 de dezembro de 2023 que “designa os membros, titulares e suplentes, do Comitê Gestor do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Capacidades”, com suas alterações; Decreto nº 11.962 de 22 de março de 2024 que “dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; Instrução Normativa nº 06, de 22 de março de 2024 que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades).

8874 Apoio ao Planejamento e à Gestão Urbana Municipal e Interfederativa

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial seus artigos 21, com seu inciso XX; 23, com seus incisos II, VI, IX e X; 24, com seus incisos I e VII; 25, com seu § 3º; 30, com seus incisos II, VIII e IX; 170, com seus incisos II, VI e VII; 182; 183; e 216, com seus incisos IV e V e § 1º; Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, que “dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências”; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências”; Decreto 11. 468 de 05 de abril de 2023, com suas alterações; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, com suas alterações, denominada Estatuto da Cidade; Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que “dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, com suas alterações; Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, com suas alterações; Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências”, com suas alterações -Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que “institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências”; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que “dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que “institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências”, com suas alterações; Lei nº 14.600, de 19 de julho de 2023, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”; Decreto nº 11.468, de 5 de maio de 2006, que “dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências”, com suas alterações;Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que “promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016”;Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 1999, que “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, que “aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança”; Instrução Normativa nº 33, de 18 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, que “regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas”; Instrução Normativa n. 35, de 17 de setembro de 2021 que altera e consolida a Instrução Normativa n. 28 e suas alterações advindas da Instrução Normativa n. 20, de 28 de julho de 2020, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS; Portaria nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que “aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM, nos Municípios brasileiros”.

56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREN SURB

2000 Administração da Unidade

Lei nº 8.693, de 03 de agosto de 1993, Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980.

2843 Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

CF Artigo 21, Inciso VI, IX, XI, XII e XX.

Lei nº 3.115 de 16/03/1957

Lei nº 10.257 de 10/07/2001

Lei nº 12.587 de 03/01/2012

Lei nº 14.802 de 10/01/2024

Decreto nº 84.640 de 17/04/1980

6438 Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos

Lei nº 8.693, de 03 de agosto de 1993; Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980; Decreto nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984; Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007; Estatuto social da TREN SURB, capítulo II, art. 4º, que tem por objetivo "a contratação, implantação e exploração de um serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, no Estado do Rio Grande do Sul; e a exploração de atividades conexas ou complementares às escritas na alínea anterior". Estatuto social da CBTU, art. 4º.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

56202 Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

2000 Administração da Unidade Decreto nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, Decreto nº 4.566, de 01 de janeiro de 2003.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2843 Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros CF Artigo 21, Inciso VI, IX, XI, XII e XX; Lei nº 3.115 de 16/03/1957; Lei nº 10.257 de 10/07/2001; Lei nº 12.587 de 03/01/2012; Lei nº 14.802 de 10/01/2024, Decreto nº 84.640 de 17/04/1980.
4641 Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6438 Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos Lei nº 8.693, de 03/08/93; Lei nº 10.257, de 10/07/2001; Decreto nº 6.129, de 20/06/2007; Decreto nº 84.640, de 17/04/1980; Decreto nº 89.396, de 22/02/1984; Estatuto social da CBTU, art. 4º.
56902 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS
00TH Apoio à urbanização de favelas por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023; Portaria MCID nº 1.328, de 16 de outubro de 2023.
00TI Apoio à produção habitacional de interesse social CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023; Portaria Interministerial Mcd/MP nº 2, de 1º de março de 2023; Portaria MDR nº 1.266, de 28 de abril de 2021; Portaria MCid nº 1.416, de 06 de novembro de 2023. .
00TJ Apoio à melhoria habitacional CF/88, art.6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017; Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021; Lei Nº 14.620, de 13 de julho de 2023; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022; Decreto Nº 11.468, de 5 de abril de 2023; Decreto Nº 11.632, de 11 de agosto de 2023.Portaria MDR nº 3.248, de 29 de dezembro de 2020.
8873 Apoio ao fortalecimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS CF/88, art. 6, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Lei 14.620, de 13 de julho de 2023; Lei nº 14.118 de 12 de janeiro de 2021; Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023.
58101 Ministério da Pesca e Aquicultura- Administração Direta
0080 Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997) Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988; Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997; Lei 15.080, de 30 de dezembro de 2024 Decreto nº 7077 de 26 de janeiro de 2010; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
2000 Administração da Unidade Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.
20Y0 Desenvolvimento da Aquicultura Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988; Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; Lei nº 14.600 de 19 de junho de 2023; Dec. Nº 8.425, de 31 de março de 2015; Decreto nº 11.624 de 1º de agosto de 2023 Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020. Decreto nº 11.852, de 26 Dezembro de 2023.
20Y1 Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988; Lei 11.959, de 29 de junho de 2009 Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Lei 15.080, de 30 de dezembro de 2024 Decreto nº 6.040 ,de 7 de fevereiro de 2007; Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Portaria Interministerial MGI/MP/CGU nº 33, de 30 de dezembro de 2023 Decreto 11.531/2023 Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021; Decreto nº 11.352, de 1º de janeiro de 2023 e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023

Decreto nº 12.053, de 12 de junho de 2024

20Y2 Registro, Monitoramento, Pesquisa e Estatística da atividade pesqueira Constituição Federal de 05 de outubro 1988; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.332, de 01/01/2023.
213F Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União Constituição Federativa de 05 de outubro de 1988; Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009; Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024. Decreto nº 5.231 de 6 de outubro de 2004. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
21GE Fomento ao Desenvolvimento da Cadeia da Indústria do Pescado e da Pesca Industrial, Ornamental, Amadora e Esportiva Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988; Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
21HO Apoio e Desenvolvimento da Participação Social e Manutenção de Colegiados Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988; Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal. 4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

4641 Publicidade de Utilidade Pública Constituição Federal de 1988, Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; Lei Nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda; Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 - Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 - Disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018 - Disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal. 4. Instrução normativa nº 1, de 20 de maio de 2020 - Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

59101 Conselho Nacional do Ministério Público

15V7 Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF Constituição da República: Art. 130-A e Art.167, inc. I, II e VI); PPA 2024-2027 - Lei nº 14.802, de 10 de JANEIRO DE 2024, art. 6º, IV.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Art. 227, da LC nº 75/93; Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 1990; Art. 50, II da Lei nº 8.625/93 - LONMP; Resolução CNMP nº 194, de 18 de dezembro de 2018; Resolução CNMP nº 284, de 5 de fevereiro de 2024; e Portaria CNMP-PRESI nº 40, de 16 de fevereiro de 2024.
219I Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.
2549 Comunicação e Divulgação Institucional Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.
8010 Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público Constituição da República Federativa do Brasil - artigo 130-A; Lei nº 11.372, de 28/11/2006; Lei nº 11.883, de 23/12/2008; Lei nº 11.967, de 6/07/2009; Lei nº 12.412, de 31/05/2011; Lei nº 13.316, de 20/07/2016; Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do CNMP).

60101 Gabinete da Vice-Presidência da República

2000 Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 1967; e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Decreto nº 11.326, de 1º de janeiro de 2023.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
63101 Advocacia-Geral da União
162I Construção de Edifício-Sede da AGU em Fortaleza - CE CF/88, art.131; Lei Complementar nº 73/93; Lei nº 9.028/95; MP nº 1.154, DE 1º de Janeiro de 2023, convertido na LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - LDO-2017.
218Y Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas Art. 131, CF; Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993; Lei 9.028, de 12 de abril, de 1995; Lei 10.480, de 20 de julho de 2002, além da Súmula 232 do STJ, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.
2674 Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais CF/88, art.131; Lei Complementar nº 73/93; Lei nº 9.028/95; Lei nº 10.480/02.

65101 Ministério das Mulheres - Administração Direta

00SN Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Constituição Federal - Art. 226 Constituição Federal/88;
Lei nº 11.340/2006;
Lei nº 13.104/2015;
Decreto nº 11.431/2023;
Decreto nº 1.973/1996.

2000 Administração da Unidade

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; PLN nº 4/2023, art. 12, inciso XXIV, art. 18, inciso XIV e § 8º (PLODO 2024).

216G Fomento à Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

Constituição Federal de 1988, Arts. 226 - Estabelece a família como base da sociedade e impõe ao Estado o dever de protegê-la; Lei Complementar nº 119, de 27 de junho de 2025 - Dispõe sobre a organização da administração federal direta, autárquica e fundacional;

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 - Altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio;

Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021 - Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO);

Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 - Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; Decreto nº 1.973, de 28 de julho de 1996 - Regulamenta dispositivos referentes à proteção da mulher;

Decreto nº 10.086, de 5 de novembro de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;

Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a estrutura regimental do Ministério das Mulheres;

Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023 - Institui o Programa Mulher Viver sem Violência; e

Decreto nº 11.640, de 8 de agosto de 2023 - Altera dispositivos sobre políticas públicas para mulheres.

216G Promoção da Igualdade de Direitos e da Autonomia Econômica das Mulheres

Constituição Federal, Arts. 204 e 226;

Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 - Lei de Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios;

Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024 - Institui a Política Nacional de Cuidados;

Decreto nº 4.377 de 13 de setembro de 2002 - Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979

Decreto nº 11.351 de 1º de janeiro de 2023 - institui o Ministério das Mulheres;

Portaria Conjunta MM/MCT/MP/IMTE/SG-PR/MME nº1 de 17 de janeiro de 2025 - Institui o Programa Asas para o Futuro; e

Portaria Conjunta MM/MTE/MME/MIR/MEC/MG/MDIC/MCT/MDA/MDHC/MDS nº 2 de 7 de abril de 2025 - institui o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens.

216H Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Constituição Federal/1988, art. 226;

Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);

Lei nº 13.104/2015;

Lei nº 14.232/2021;

Lei nº 14611/2023;

Lei complementar nº 119/2005;

Decreto nº 1.973/1996;

Decreto nº 11.351/2023;

Decreto nº 11.431/2023;

Decreto nº 11.640/2023;

Decreto 10.086/2019;

Decreto 11.640/2023;

Projeto de Lei nº 1085 de 2023

216I Apoio ao Funcionamento e Execução dos Serviços da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)

Constituição Federal/1988, arts. 204 e 226 – Organização da assistência social e proteção à família, igualdade de direitos e dever do Estado na proteção à mulher;

Lei complementar nº 119, de 27 de junho de 2005 – Organização da administração pública federal;

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 – Altera o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio;

Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021 – Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).

Lei nº 14.611, de 4 de julho de 2023 – Igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens;

Decreto nº 1.973, de 28 de julho de 1996 – Regulamenta dispositivos referentes à proteção da mulher;

Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 – Dispõe sobre a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;

Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010 – Regulamenta o funcionamento da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180;

Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a estrutura regimental do Ministério das Mulheres;

Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023 – Institui o Programa Mulher Viver sem Violência; e

Decreto nº 11.640, de 8 de agosto de 2023 – Altera dispositivos sobre políticas públicas para mulheres.

216J Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Constituição Federal/1988, art. 1º, parágrafo único; art. 5º, inciso I; art. 37, §3º; art. 204; art. 226, §8º – Princípios fundamentais, direitos e garantias individuais, administração pública, assistência social e proteção à família e à mulher;

Lei Complementar nº 119, de 27 de junho de 2005 – Organização da administração pública federal;

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) – Prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher;

Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, com enfoque em populações vulneráveis;

Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 – Feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio;

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos;

Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021 – Políticas públicas para mulheres em situação de violência;

Decreto nº 1.973, de 28 de julho de 1996 – Regulamentação de dispositivos referentes à proteção da mulher;

Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 – Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;

Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 – Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos;

Decreto nº 10.906, de 30 de dezembro de 2021 – Aprova a Política Nacional de Direitos Humanos;

Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023 – Aprova a estrutura regimental do Ministério das Mulheres;

Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023 – Institui o Programa Mulher Viver sem Violência; e

Decreto nº 11.640, de 8 de agosto de 2023 – Altera dispositivos sobre políticas públicas para mulheres.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualização das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.

67101 Ministério da Igualdade Racial - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

CF/1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 9.673/2019. Decreto 11346/2023 – que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial; Lei 14.600/2023- que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, que estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEP, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNPD de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; Instrução Normativa SGI/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal; Instrução Normativa SECOM nº 4, de 20

de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de comunicação corporativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; Instrução Normativa SECOM nº7, de 24 de outubro de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de promoção dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; Decreto nº 4.888 de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; Lei nº 14.791, de 29/12/2013 - LDO2024, Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 - LOA2024, Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro de 2023.

216C Monitoramento, aperfeiçoamento, articulação e estruturação de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito do SINAPIR

Arts 3º e 4º da Constituição Federal de 1988;

Lei nº 12.288, de 20 de julho 2010, Estatuto da Igualdade Racial;

Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, que aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir;

Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969, que promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;

Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022, que ratifica a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância;

Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009, que aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento, alterado pelo Decreto n. 10.087/2019, que extingue o Comitê de Articulação e Monitoramento do Planapir.

Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR e dá outras providências;

Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

216E Apoio à Implementação de Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro e Ciganos

Constituição Federal de 1988, art. 3º, 5º, 215 e 216; Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Art.8º, 12, 18, 31 a 34, da Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata de procedimento diferenciado para a colocação de crianças quilombolas em família substituta; Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Art. 2º, LXVII - Anexo LXXII, do Decreto nº 10.088/2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil; Art. 22, do Decreto nº 11.346/2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.; Decreto nº 11.447/2023, que institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor.

216F Fortalecimento de Políticas em prol da Vida e do Bem Viver da Juventude Negra

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.888/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003; Lei nº 10.639/2003 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Lei nº 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVIE; Decreto nº 11.444/2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva.

216G Apoio ao Funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; Decreto nº 11.346, de 1º de janeiro 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de confiança; Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências; Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

216H Gestão de Políticas de Ações Afirmativas e de Combate e Superação do Racismo

Constituição Federal de 1988;

Lei nº 7.716/1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

Lei nº 11.645/2008 - Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

Lei nº 12.288/2010 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial;

Lei 12.711/2012 - Lei de Cotas no Ensino Superior e Técnico de Nível Médio;

Lei 14.532/2023 - Equipara a injúria racial ao crime de racismo.

Lei nº 12.990/2014 - Lei de Cotas no Serviço Público;

Lei nº 14.597/2023 - Institui a Lei Geral do Esporte – Art. 10 – XVII e Art. 201 §7º (ajustar artigos/incisos se necessário)

Decreto nº 65.810/1969 - Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;

Decreto nº 6.872/2009 - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR

Decreto 9.427/2018 - Reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Decreto nº 10.932/2022 - Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância;

Decreto nº 11.442/2023 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas; e

Decreto nº 11.443/2023 - Preenchimento dos cargos em comissão e funções de confiança em no mínimo 30% por pessoas negras na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto nº 10.890, de 9 de dezembro de 2021 - Altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e o Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta; Decreto nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020 - Altera o Decreto n. 9.492, de 5 de

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

setembro de 2018, que regulamenta a Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017, para dispor sobre o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal e instituir os conselhos de usuários dos serviços públicos no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal; Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro de 2019 - Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

68101 Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta

00QP Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR

Decreto nº 9.265, de 10 de janeiro de 2018; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Constituição Federal, artigo 21, inciso I e XII; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00V4 Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CODERN

Lei nº 14.600, de 19.06.2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00V6 Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela Portos Rio

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00V7 Participação da União no Capital da Companhia Docas do Pará - CDP - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CDP

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

00WJ Participação da União no Capital da Companhia das Docas do Estado da Bahia - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CODEBA

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações

123M Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

127G Construção de Terminais Fluviais

Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações;
Lei nº 12.815, de 5 junho de 2013.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

13LO Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

14MZ Ampliação do Terminal Fluvial de São Raimundo em Manaus/AM

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e alterações posteriores; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C..

15CX Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE)

Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

161Y Manutenção e Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

161Z Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e sua alterações.

162A Adequação e Ampliação da Capacidade do Porto de Santana/AP

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e sua alterações.

162B Modernização, Recuperação e Ampliação da Capacidade do Porto de Suape/PE

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações

162D Dragagem e Sinalização Náutica da Lagoa Mirim

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

162J Remoção e desencalhe de embarcações em vias navegáveis e em canais de navegação portuários – Nacional

Constituição Federal de 1988 e Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013;Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

165T Recuperação do Cais Flutuante do Porto de Porto Velho/RO

Art. 17 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

165W Implantação de Instalações Públicas Portuárias de Pequeno Porte – IP4 inteligentes

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

167T Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias do Porto de Cabedelo/PB

Art. 21, inciso XII, alínea f, CF/88; Lei nº 12.815/2013, de 05/06/2013; Decreto no 8.033, de 27/06/2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

2000 Administração da Unidade

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47; e Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023 e Lei nº 14.600, de 19.06.2023.

201N Operação de Terminais Hidroviários

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

20LO Operação de Eclusas

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei nº 7.965, de 19 de dezembro de 1986 - publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - publicada no DOU de 18 de maio de 2012.
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - publicada na Edição Extra do DOU de 18 de junho de 2019.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - publicada no DOU de 20 de junho de 2023 e republicado no DOU de 21 de junho de 2023;
Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - publicado no DOU de 5 de junho de 2013;
Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - publicado no DOU de 27 de outubro de 2020; e
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.
Decreto nº 12.022, de 16 de maio de 2024 - publicado no DOU de 17 de maio de 2024.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 47; Decreto nº 7.579, de 11 e outubro de 2011; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023; Portaria nº 124, de 21 de agosto de 2020; e Portaria nº 55, de 25 de março de 2021.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Constituição Federal de 1988, art 37; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023 e suas alterações.

21HM Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável de Hidrovias

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C

211I Manutenção e Operação da Infraestrutura Aquaviária Estratégica em Canais de Acesso aos Portos e Hidrovias Nacionais

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

2116 Intervenções para Recuperação e Restauração de Infraestruturas Hidroviárias

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
Portaria STN nº 677, de 18 de dezembro de 2018;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023; e
Decreto n. 11.979, de 8 de Abril de 2024, artigos: 19-A, 19-B e 19-C.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal de 1988, art. 37; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, arts. 35 e 36; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021 e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 27, inciso X; Lei nº 12.815, de 5 de Junho de 2013

2000 Administração da Unidade

Constituição Federal de 1988;
Decreto-Lei 200/1967;
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário

Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, Art. 20, inciso II.

2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 20, inciso II.

20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

68213 Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.

2000 Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988;
Decreto-Lei 200, de 1967;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E.
Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício, Capítulos "Estrutura e Organização dos Orçamentos" e "Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos da União", no que trata das vedações para a transferências de recursos.

21H7 Programas e Qualificação Profissional na Aviação Civil
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967;
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica)

2912 Regulação e Fiscalização da Aviação Civil
Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, Art. 8º;
Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019, Art. 19, inciso VIII e Art. 35, inciso X;
Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.
Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica)

68901 Fundo da Marinha Mercante - FMM

0095 Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação
Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, Art. 17;
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004;
Lei nº 14.301 de 7 janeiro de 2022 - BR do Mar, Art. 24.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41; e
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

218T Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Constituição Federal de 1988, art 37; Lei nº 14.600, de 19.06.2023; e Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023.

68902 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

00TW Pagamento de Indenização à Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil; Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017 - Lei de Releição; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.957, de 06 de agosto de 2019 - Decreto de Releição; Decreto nº 10.472, de 247 de agosto de 2020 - Decreto de qualificação do ASG4 para Releição; e Decreto nº 10.788, 6 de setembro de 2021 e Decreto nº 11.354 de 01/01/2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança e Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

00V9 Desapropriação de áreas necessárias à expansão da infraestrutura aeroportuária
Lei de concessões (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995); Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações: Regulamento do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC (Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986); Sistema Nacional de Viação - SNV (Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011); Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 e na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

00X8 Apoio financeiro reembolsável mediante concessão de empréstimo a Empresas prestadoras de Serviços Aéreos Regulares no Mercado Brasileiro
Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024 - Altera algumas leis e em especial a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos.

00XJ Apoio ao Programa de Diversidade, Inclusão e Formação, com ênfase no atendimento a passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023, que instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite
Decreto nº 11.794, de 23 de novembro de 2023, que constituiu a Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD)

0E45 Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011; Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017; Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972.

14UB Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações – Lei de Licitações e contratos
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências
Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil
Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada
Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de

acordos de adesão
Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023 - Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.
Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União
Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso;
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional e alterações
Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospeção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais
Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil
Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

15UW Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR, de Propriedade da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações – Lei de Licitações e contratos
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios

Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências
Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil
Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada
Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão

Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023 - Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.
Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União
Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso;
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional e alterações
Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospeção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais
Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil
Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

15UX Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Coari/AM, de Propriedade da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações – Lei de Licitações e contratos
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências
Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil
Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada
Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão

Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023 - Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.
Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 - Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências, e alterações
Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União
Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024 - Regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso;
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional e alterações
Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospeção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais
Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil
Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais

15UY Construção do Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha/RS de Propriedade da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

aeroportos regionais

168R Construção do Novo Aeroporto de Rorainópolis/RR, de Propriedade da União

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações – Lei de Licitações e contratos
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil
Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2024)
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências
Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil
Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada
Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional
Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospeção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais
Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil
Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

168S Construção do Novo Aeroporto de Rio Claro / Piracicaba/SP, de Propriedade da União

Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências
Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações – Lei de Licitações e contratos
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil
Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências (Revogado a partir de 1º de janeiro de 2024)
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) e dá outras providências
Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil
Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020 - Utilização do BIM para a execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal
Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020 - Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada
Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos
Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional
Portaria MINFRA nº 837, de 13 de julho de 2021 - Aprova o Manual de Apoio à Prospeção de Novos Sítios Aeroportuários Regionais
Portaria MINFRA nº 1138, de 29 de setembro de 2021 - Aprova o Manual de Projetos Aeroportuários da Secretaria Nacional de Aviação Civil
Resolução CONAMA nº 470, de 27 de agosto de 2015 – Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

200C Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e alterações - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (ATAERO), Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 (PROFAA), Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 (Recolhimento da Tarifa de Embarque Internacional) , Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Institui o RDC e cria a SAC) , Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea), e Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 (Institui a INFRAERO) publicada no DOU de 18 de maio de 2012.
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 – Altera a Lei de criação do FNAC e a Lei de criação do PROFAA - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Convenção sobre Aviação Civil Internacional, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 – Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil, publicado no DOU de 5 de junho de 2013;
Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;
Decreto nº 11.354 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

210F Desenvolvimento da Aviação Civil

Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e alterações - Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica publicada no DOU de 23.12.1986 e retificada em 30.12.1986;
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e alterações - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC e cria a Secretaria de Aviação Civil - publicada na Edição Extra do DOU de 5 de agosto de 2011;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012 - Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (ATAERO), Lei nº 8.399,

de 7 de janeiro de 1992 (PROFAA), Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999 (Recolhimento da Tarifa de Embarque Internacional) , Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Institui o RDC e cria a SAC) , Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (Dispõe sobre utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea), e Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972 (Institui a INFRAERO) publicada no DOU de 18 de maio de 2012.
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013 – Altera a Lei de criação do FNAC e a Lei de criação do PROFAA - publicada no DOU de 21 de junho de 2013.
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios
Lei nº 5.862, de 21 de dezembro de 1972 (lei de criação da Infraero)
Decreto nº 8.756, de 10 de maio de 2016 (dispõe sobre a atribuição de aeroportos à Infraero)
Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946 - Convenção sobre Aviação Civil Internacional, publicado no DOU de 12 de setembro de 1946;
Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 – Aprova a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2009;
Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013 - Regulamenta o funcionamento do Fundo Nacional de Aviação Civil, publicado no DOU de 5 de junho de 2013;
Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 - Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado no DOU de 27 de outubro de 2020;
Decreto nº 11.354 de 01 de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018 - Plano Aeroviário Nacional
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

69101 Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Administração direta

2000 Administração da Unidade

Decreto nº 11.725, de 4 de outubro de 2023 - Estrutura do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato

Constituição Federal - artigos 170 – IX – Tratamento favorecido a empresas de pequeno porte e art. 179 - tratamento jurídico diferenciado para microempresas e às empresas de pequeno porte.
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, institui o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador no Brasil;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 - Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;
Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 - Simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM;
Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015 - Dispõe sobre a profissão de artesão;
Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 - Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - artigo 30-A - Constituem áreas de competência do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
Decreto nº 1.800, de 30 de Janeiro de 1996 - Regulamenta o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;
Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
Decreto n. 9.927, de 22 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM;
Decreto nº 11.725, de 4 de outubro de 2023 - Estrutura do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Decreto nº 11.993, de 10 de abril de 2024 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Política Nacional das MPes e altera o Decreto nº 8.364, de 17 de novembro de 2014, para dispor sobre o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
Decreto nº 11.994, de 10 de abril de 2024 - Institui a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12 e 18.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;
Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010 - serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, art. 21
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

000K Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)

Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, art. 4º.

00EE Integralização de Cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)

Lei nº 12.087, de 11 novembro de 2009
Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020
Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020
Lei nº 14.045, de 20 de agosto de 2020
Lei nº 14.115, de 29 de dezembro de 2020
Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021

00M3 Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)

Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, art. 13.

00V3 Ressarcimento das Contas do PIS/PASEP (ADCT, art. 121)

Constituição Federal, Art. 121, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

00XB Transferência ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais - FCBF (EC Nº 132, art. 12, § 1º)

Emenda Constitucional nº 132, art. 12, § 1º.

0265 Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)

Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, art. 59 a 66-A e Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

71102 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Orçamento

0069 Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA)

- Decreto Legislativo nº 66, de 7 de novembro de 1952: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-americana;

- Decreto nº 32.180, de 31 de janeiro de 1953: Promulga o Convênio para a Organização e Funcionamento no Brasil, do Centro Pan-americano de Febre Aftosa, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951; O Decreto Legislativo nº 66/52 aprovou o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 32.180, de 31 de janeiro de 1953. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 11 do Decreto 32.180/53.

“ARTIGO 11 O Governo compromete-se a contribuir com uma importância a ser fixada anualmente no orçamento do Ministério da Agricultura, destinada exclusivamente às despesas dos salários do pessoal de manutenção de Centro e dos trabalhadores, de conformidade com o Programa anexo (I, 6 letras a, b e c)”.

0070 Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA)

Decreto Legislativo nº 60, de 28 de junho de 1980, aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Decreto nº 86.365, de 15 de setembro de 1981, Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; O Decreto Legislativo 60/80 aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 86.365/81, de 15 de setembro de 1981. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 23 do Decreto 86.365/81. “Artigo 23 Os Estados Membros contribuirão para a manutenção do Instituto mediante cotas anuais fixadas pela Junta, de acordo com o sistema de cálculo de cotas da Organização dos Estados Americanos”.

0074 Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE)

- Decreto Legislativo nº 21, de 23 de julho de 1964, que aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

- Decreto nº 7.752, de 14 de junho de 2012, que promulga a Constituição da FAO.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo XVII da referida Constituição:

“Artigo XVII Orçamento e Contribuições (...) 2. Cada País-Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países-Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições.”

0089 Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (MC)

- Decreto Legislativo nº 67, de 1998: Aprova os textos (*) dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos “Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários” da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994.

- Decreto nº 2.962, de 24 de Fevereiro de 1999: Promulga a Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações, concluídas em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e seu instrumento de Emenda aprovado em Quioto, em 14 de outubro de 1994.

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 28, capítulo V, da referida Convenção:

“Os gastos da União serão cobertos com as contribuições dos Membros, das entidades e das organizações autorizadas a participar das atividades da União, de conformidade com as disposições pertinentes da Convenção, mediante rateio do número de unidades correspondentes à classe contributiva escolhida por cada Membro e por cada entidade ou organização autorizada segundo estabelecido nas disposições pertinentes da Convenção”.

O Congresso Nacional Brasileiro ratificou o tratado que aprovou a Constituição (CS) e Convenção (CV) da UIT pelo Decreto Legislativo nº34, de 11 de Abril de 2002.

00B7 Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE)

- Decreto Legislativo nº 64, de 7 de dezembro de 1949, que aprova a Carta da Organização dos Estados Americanos; e - Decreto nº 30.544, de 14 de fevereiro de 1952, que promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos. A previsão de contribuição financeira está contida no artigo 55 da Carta: Artigo 55. A Assembléia Geral estabelece as bases para a fixação da quota com que deve cada um dos governos contribuir para a manutenção da Organização, levando em conta a capacidade de pagamento dos respectivos países e a determinação dos mesmos de contribuir de forma equitativa. Para que possam ser tomadas decisões sobre assuntos orçamentários, é necessária a aprovação de dois terços dos Estados-membros.”

00BA Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE)

- Decreto-Lei nº 9.290, de 24 de maio de 1945, que aprova a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas; - Decreto nº 22.024, de 05 de novembro de 1946, que promulga a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945. A previsão de contribuição financeira dos Estados-Partes está contida no artigo IX da Convenção, reproduzido a seguir: “Artigo IX ORÇAMENTO 1. O orçamento será elaborado pela Organização. 2. A Conferência-Geral aprovará definitivamente o orçamento e fixará a participação financeira de cada um dos Estados-Membros, de acordo com as disposições a serem previstas nesta matéria pela Convenção concluída com a Organização das Nações Unidas, conforme o Artigo X da presente Convenção.”

00BC Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)

- Decreto Legislativo n.º 221, de 11 de dezembro de 1991, que aprova o Acordo para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear; - Decreto nº 439, de 3 de fevereiro de 1992, que promulga o Decreto Legislativo acima. A previsão de contribuição financeira está contida no Artigo XVI do referido Acordo: “As Partes proverão de forma equitativa os fundos necessários à operação do SCCC e da ABACC.”

00BG Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)

- Decreto Legislativo nº 64, de 02 de julho de 1998, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBT; - Carta de Ratificação do CTBT depositada pelo Governo brasileiro junto ao Secretariado da ONU em 24 de julho de 1998. O CTBT, tal como a FAO, não possui decreto do Poder Executivo que o promulgue. Todavia, tendo em vista as peculiaridades deste processo, a CONJUR emitiu PARECER/MP/CONJUR/FNF/Nº 0755-1.16/2009, de 30 de junho de 2009, em que opina pela viabilidade jurídica de realizar o pagamento das contribuições à CTBTO, conforme definido na resolução dos signatários. As contribuições dos membros estão previstas no art. II, itens 9 e 10, do referido Tratado: “ARTIGO II - A Organização. A. Dispositivos Gerais:

1. ...9. Os custos das atividades da Organização serão pagos anualmente pelos Estados-Partes, de acordo com a escala de contribuições das Nações Unidas, ajustada de forma a levar em consideração diferenças de participação entre as Nações Unidas e a Organização. 10. As contribuições financeiras dos Estados-Partes para a Comissão Preparatória serão deduzidas de uma maneira adequada de suas contribuições para o orçamento regular.”

00E8 Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MJSP)

- Decreto Legislativo nº 302, de 24 de outubro de 2011, que aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional. - Decreto nº 8.101, de 6 de setembro de 2013, que promulga a Resolução nº 1.105, que aprova a Constituição da OIM. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 25 da referida Constituição: “ARTIGO 25 1. Os recursos necessários para sufragar os gastos da Organização serão obtidos: (a) no que diz respeito à parcela da Administração no Orçamento, mediante as contribuições em espécie dos Estados Membros, que serão pagas ao início do correspondente exercício anual e deverão fazer-se efetivas sem demora.”

00OP Integralização de Cotas em Rodadas Específicas de Capital de Bancos Internacionais

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento

00UT Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, inciso XVII.

00V2 Recomposição a Fundos Internacionais

Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023 - estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento

00W5 Contribuição ao Escritório da Organização Mundial de Turismo - OMT no Brasil (MTUR)

Decreto Legislativo nº 107, de 11 de julho de 2024 - criação de um Escritório Regional da OMT Decreto Legislativo nº 108, de 11 de julho de 2024 - Contribuição Financeira Anual do Brasil à OMT para o Escritório Regional para as Américas

Artigo VIII Contribuições Financeiras O Governo fornecerá à OMT uma contribuição financeira e instalações administrativas, cujos termos e condições gerais serão determinados pelas duas Partes, por meio de acordo.

Decreto nº 12.178, de 18 de setembro de 2024.

00W8 Contribuição à Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear – CERN (MCTI)

Decreto Legislativo nº 140, de 29 de novembro de 2023, que aprova o acordo de Concessão do Status de Membro Associado da CERN;

A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo III.1 do Acordo: “A contribuição anual do Brasil para o financiamento das atividades da Organização será de 10% de sua contribuição teórica como Estado Membro, mas não deverá, em hipótese alguma, ser inferior à contribuição mínima determinada pelo Conselho. A contribuição mínima foi definida em 1 milhão de francos suíços em 2019, e tem sido indexada anualmente a partir de 2020 de acordo com o Índice de Variação de Custo aplicado ao orçamento da Organização. No primeiro ano, a contribuição do Brasil será calculada e dividida proporcionalmente por trimestre a partir do trimestre em que o status do Brasil como Membro Associado entrar em vigor, de acordo com o Artigo IV.2 abaixo. Depois disso, a contribuição deverá ser feita na íntegra em cada exercício financeiro, mesmo se o status de Estado Membro Associado do Brasil abranger um período mais curto de tempo”.

Decreto nº 11.943, de 12 de março de 2024: “Art. 3º A realização das despesas decorrentes do disposto neste Decreto fica condicionada ao cumprimento do disposto no § 5º do art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do inciso XV do caput do art. 12 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.”

0113 Contribuição ao Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA FCT (MRE)

- Decreto Legislativo n.º 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); - Decreto n.º 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto da AIEA.

“(…) Artigo XIV Disposições Financeiras (...) D. A Junta de Governadores repartirá entre os membros da Agência as despesas previstas (...), de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. Ao fixar a escala, a Conferência Geral se guiará pelos princípios adotados pelas Nações Unidas no tocante às contribuições dos Estados-membros para o orçamento ordinário daquela organização. (...)”

Destaca-se, ainda, a previsão contida no artigo XIV do referido Estatuto. Nela dispõe-se que as despesas da Agência são divididas em duas categorias: a) despesas administrativas e b) outras despesas. O Artigo XIV, B1, que trata das Disposições Financeiras prevê que as despesas administrativas deverão incluir: “a) Despesas com o pessoal da Agência, excetuadas as relativas ao pessoal cujo emprégo esteja relacionado com os materiais, serviços, equipamento e instalações referidos no subparágrafo B-2 seguinte; as despesas com reuniões; e as despesas necessárias à preparação de projetos da Agência e à distribuição de informação; b) As despesas decorrentes da aplicação das salvaguardas previstas no Artigo XII em relação aos projetos da Agência ou, no subparágrafo A-5 do Artigo III, em relação aos acordos bilaterais ou multilaterais, assim como as despesas de manipulação e armazenagem pela Agência de material fissionável especial, que não sejam as despesas de armazenagem e manipulação a que se refere o parágrafo E dêste artigo.” A Junta de Governadores da AIEA, conforme disposto no Artigo XIV, C, repartirá entre os membros da Agência as despesas acima mencionadas de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. A categoria de outras despesas está prevista no Artigo XIV, 2: “As despesas, além das previstas no subparágrafo 1 do presente parágrafo, relativas a materiais, instalações, estabelecimentos e equipamento, adquiridos ou instituídos pela Agência no exercício de suas atribuições, assim como as relativas ao custo dos materiais, serviços, equipamento e instalações que a Agência proporcionar em virtude de acordo com um ou mais de seus membros.” As outras despesas, de acordo com o Artigo XIV, E, deverão ser pagas com o lucro, recebido pela AIEA, da aplicação do uso de taxas para armazenagem e manipulação, aplicáveis aos materiais, serviços, equipamentos e instalações fornecidos pela Agência aos seus Membros. As taxas seriam calculadas por uma escala pela Junta de Governadores de maneira a fornecer uma renda suficiente para cobrir as despesas e custos das despesas acima referidas, deduzida de qualquer contribuição voluntária que a Junta de Governadores decida utilizar para esse fim. As quantias obtidas com a aplicação dessa escala se destinariam a um fundo especial chamado Fundo Geral, o qual abrange três outros fundos: i) Fundo de Cooperação Técnica; ii) Fundo do Programa Extra-orçamentário; iii) Fundo de Cooperação Técnica Extra-orçamentário, e poderiam ser usados da maneira que a Junta de Governadores entendesse, conforme Artigo XIV, F: “Os excedentes de renda a que se refere o parágrafo E sobre as despesas e custos que ele se mencionam, assim como as contribuições voluntárias feitas à Agência, serão colocados em um fundo geral que poderá ser usado na forma que determinar, a Junta de Governadores com a aprovação da Conferência Geral.” As contribuições voluntárias ao Fundo Geral foram solicitadas pela Resolução adotada durante a 150ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(XV)/RES/286), em 27 de setembro de 1971, a qual emenda a Resolução adotada durante a 62ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(V)/RES/100), em 06 de outubro de 1961. O Estatuto da AIEA não prevê aplicação de sanções em caso de atraso no pagamento das contribuições.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

0128 Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) Decreto-lei nº 7.935, de 3 de setembro de 1945, que aprova a Carta das Nações Unidas; Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, que promulga a Carta; Artigo 17 da Carta (Disposições Financeiras).
0218 Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) Decreto n. 5.693, de 13 de agosto de 1929, que aprova o Código Sanitário Pan-Americano; Decreto nº 19.238, de 10 de junho de 1930, que promulga o Código Sanitário; Artigo 60 do Código Sanitário (Disposições Financeiras); Parecer/MP/CONJUR/FNF/Nº 1245 - 1.10/2009: "Ante o exposto, em resposta à consulta formulada pela Secretaria de Assuntos Internacionais desta Pasta, concluo que: (i) o art. 60 do Código Sanitário Pan-americano, aprovado na Convenção de Havana, em 1924, e promulgado por meio do Decreto nº 19.238, de 1930, pode ser considerado como base legal suficiente para respaldar o pagamento de contribuições regulares para a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS; e (ii) que não há necessidade de submeter ao Congresso Nacional a constituição da OPAS".
0221 Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS) Decreto Legislativo nº 6, de 14 de fevereiro de 1948, que aprova os Atos concluídos na Conferência Internacional de Saúde; Decreto nº 26.042, de 17 de dezembro de 1948, que promulga os Atos; Artigo 7º da Constituição da OMS (Disposições Financeiras).
0420 Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA) Decreto Legislativo nº 11, de 23 de maio de 1949, que aprova a Convenção da Organização Meteorológica Mundial; Decreto nº 28.074, de 04 de maio de 1950, que promulga a Convenção; Artigo 24 da Convenção (Disposições Financeiras).
0539 Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPO) - Decreto Legislativo nº 329, de 18 de julho de 2012, que aprova os Convênios Constitutivo e de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos II - FUMIN II. - Decreto nº 7.982, de 8 de abril de 2013, que promulga o Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II. Destacam-se as alíneas b e c do Artigo II - Contribuições ao Fundo: "Artigo II Contribuições ao Fundo (...) 2. Cada País Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições." - Decreto Legislativo nº 184, de 9 de julho de 2025, que aprova os Convênios Constitutivo e de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (Fumin III).
0869 Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE) Decreto Legislativo nº 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica; Decreto nº 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto; Artigo XIV do Estatuto (Disposições Financeiras).
0872 Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE) Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, que aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina; Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final; Artigo VII do Acordo Constitutivo da OMC, contido na Ata Final (Disposições Financeiras).
0873 Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE) Decreto Legislativo nº 5, de 26 de agosto de 1947, que ratifica os textos da nova Constituição da Organização Internacional do Trabalho e da Convenção sobre a Revisão dos Artigos Finais; Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Artigo 13, nº 3 da Constituição da OIT (Disposições Financeiras).
0B73 Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE) Decreto Legislativo nº 109, de 04 de novembro de 1980, que aprova a Constituição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; Decreto nº 92.662, de 16 de maio de 1986, que promulga a Constituição da UNIDO; Artigo 15 da Constituição da UNIDO (Disposições Financeiras).
0B75 Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE) Decreto Legislativo nº 112, de 6 de junho de 2002, que aprova o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional; Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Estatuto; Artigo 115 do Estatuto (Disposições Financeiras).
71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
00M4 Remuneração a Agentes Financeiros Decreto nº 8.535, de 1º de outubro de 2015 - Dispõe sobre a contratação de serviços de instituições financeiras pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.
71903 Fundo Social - FS
00JG Operacionalização do Fundo Social - FS Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
00XF Financiamento de operações de crédito reembolsável no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 12.351, de 2010) Lei Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.
71904 Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
0026 Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 - art.38, § 9º, designa a ABGF como administradora do FESR; Resolução CNSP nº 404, de 26 de março de 2021 - dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.
216G Operacionalização do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012 - art.38, § 9º, designa a ABGF como administradora do FESR; Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017 - define a remuneração da ABGF; Resolução CNSP nº 404, de 26 de março de 2021 - dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR.

71905 Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
0027 Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979 - dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998 - renegociação de créditos externos da União; Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999 - cria o Fundo de Garantia à Exportação e dá outras providências; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, Art. 770 - revisão do prêmio por alteração no risco; Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006 - autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União; Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001 - regulamenta a Lei nº 6.704; Decreto nº 11.907, de 30 de Janeiro de 2024 - aprova a estrutura do Ministério da Fazenda.
00XO Financiamentos a Pessoas Físicas e Jurídicas de Direito Privado Exportadoras de Bens e Serviços, bem como seus Fornecedores, abrangidos pelo Plano Brasil Soberano Art. 1º, inciso III da Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, com redação dada pelo art. 6º da MPV 1309/2025. Parecer SEI nº 3124/2025/MF da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN de 25 de agosto de 2025 (53300986).
71906 Fundo Especial de Financiamento de Campanhas
0EB8 Financiamento de Campanha Eleitoral Lei Nº 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017, QUE INCLUIU O ARTIGO 16-C À LEI Nº 9.504/97
73101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
00SE Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei Complementar nº 176/2020 Lei Complementar nº 176 de 29 de dezembro de 2020 (Instituiu transferências obrigatórias da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios, por prazo ou fato determinado, e declarou atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constituições Transitórias).
73109 Recursos sob Supervisão do Ministério do Esporte
0169 Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 13.756/2018) Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 30, §1º-A, Inciso III, alínea "I".
73113 Recursos sob Supervisão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
8567 Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65) Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 65 - remuneração dos militares do Distrito Federal; Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024 - Estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
73120 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura
00UV Implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.
74101 Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
00QM Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, art. 16; Lei nº 10.186, de 12 de Fevereiro de 2001, art. 5; e Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, arts. 7º e 7º-A.
00RW Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Lei nº 13.986, de 2020) Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, art. 47 a 50.
0267 Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro 2001, art. 2º; Decreto nº 7.710, de 3 de abril de 2012 e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.063, de 12 de abril de 2012.
0281 Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.429, de 5 de novembro de 1965; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 5º; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001; Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001; Decreto 5.996, de 20 de dezembro de 2006; Decreto 11.029, de 1º de abril de 2022 e Decreto 11.530, de 16 de maio de 2023.
0294 Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º- B.
0298 Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965 e Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º- B.
0301 Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) Lei 4.829, de 5 de novembro 1965; Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, art. 1º, II, 4º, 5º e 7º- B.
0611 Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, nº 10.437, de 2002 e nº 11.775, de 2008) Lei nº 9.138, de 25 de novembro de 1995, art. 5º a 8º; MPV nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, art. 2º §3º; Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, art. 4º §1º e Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, nº 2.666, de 11 de novembro de 1999, nº 2.963, de 28 de maio de 2002, e suas respectivas alterações.
0A81 Financiamento de Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 e Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.
0A84 Financiamento de Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) Lei nº 10.184 de 12 de fevereiro de 2001 e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.335, de 26 de maio 2014.
0E85 Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012) Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

74102 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

00XC Aporte de Recursos para Implementação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CGIBS (Lei Complementar nº 214, de 2025)
Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, art. 14; e Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, artigos 480 a 484.

74201 Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - M. Fazenda

0461 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização
Lei Complementar nº 101 (LRF), de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - art. 26 - destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas;
Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 - Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

74202 Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS

0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)
Lei nº 9.961/2000.
RN 300/2012; RN 394/2015; RN 316/2012; RN 401/2016; RN 417/2016.

74203 Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MDA

0427 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas (Lei nº 8.629, de 1993)
Constituição Federal de 05 de outubro de 1988;
Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
Lei nº 13.001, de 25 de fevereiro de 2014;
Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023;
Instrução Normativa nº 138, de 07 de dezembro de 2023;
Instrução Normativa nº 139, de 08 de dezembro de 2023; e
Instrução Normativa nº 141, de 04 de dezembro de 2023.

74204 Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

00GY Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha
Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.

74205 Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

00JE Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica
Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e Decreto nº 84.457, de 31 de janeiro de 1980.

74901 Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - M. Agric. e Pec.

0012 Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
Lei 8.427, de 27 de maio de 1992 - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural;
Lei 9.239, de 22 de dezembro de 1995 - Ratifica o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Fucalé;
Lei 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 - Art. 6º Estabelece que os financiamentos com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, a que se refere o art. 7º do Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, serão concedidos segundo condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional;
Decreto-Lei 2.295, de 21 de novembro de 1986 - Isenta do imposto de exportação as vendas de café para o exterior;
Decreto 94.874, de 15 de setembro de 1987 - Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé;
Decreto 10.071, de 17 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Política do Café;
Resoluções do Conselho Monetário Nacional – Estabelecem as condições para concessão de financiamentos com recursos do Funcafé; e
Manual de Crédito Rural-MCR – Capítulo 9 – Consolida as condições específicas para concessão de operações de crédito amparadas com Recursos do Funcafé.

74902 Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação

00IG Concessão de Financiamento Estudantil - FIES (Lei nº 10.260, de 2001)
CF/88, Título VIII, Capítulo III, seção I; Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014; LDB - Lei nº 9.394/96; Lei nº 10.260/2001 e demais atos normativos do MEC e do FNDE de regulamentação do Programa.

00M2 Integralização de Cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo
Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.087/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.385/2011; Lei nº 13.530/2017; Portaria Normativa MEC nº 001/2010, com a redação dada pela Portaria Normativa MEC nº 21/2010.

20RZ Administração do Financiamento Estudantil - FIES
Constituição Federal/1988, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.715/1998; Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.202/2010; Lei nº 12.513/2011; Lei 13.530/2017; Lei nº 14.133/2020; Lei nº 14.133/2021; Portaria Interministerial MF/MEC nº 309, de 04/05/2010; e Portaria MEC nº 505, de 16/04/2010.

74904 Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - M. de Portos e Aeroportos

0118 Financiamentos à Infraestrutura Aquaviária, Portuária e Construção/Manutenção Naval
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004;
Lei nº 14.301, de 07 de janeiro de 2022;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, art. 41;
Decreto nº 11.354, de 01 de janeiro de 2023;
Resolução CMN nº 5.189 de 19/12/2024; e
Resolução CDFMM nº 185 de 04 de abril de 2022;
Portaria nº 1.460 de 25 de outubro de 2022;
Portaria nº 424 de 02 de setembro de 2024.

74905 Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic.FUNTTel-M.Comunicações

0505 Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações
Lei nº 10.052, de 2000; Lei nº 10.973, de 2004; Decreto nº 3.737, de 2001; Resolução CGF nº 66, de 2010.

74906 Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MDA

0061 Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras (Lei Complementar nº 93, de 1998)
Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998 e suas alterações - Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra;
Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
Decreto nº 11.585 de 28 de junho de 2023 -Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária
Decreto Nº 11.995, de 15 de abril de 2024 Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.
Resolução CMN nº 3861, de 27 de maio de 2010 - Dispõe sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

74908 Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo

0454 Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional
Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Lei 14.476, de 14 de dezembro de 2022; Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023; e Lei 14.600, de 19 de junho de 2023;
Alteração de inclusão de pessoa física, está em conformidade com as alterações nos arts. 15 e 21 da Lei nº 11.771/2008.

74910 Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol. e Inov.

0A37 Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007)
Constituição Federal, art. 218.

74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

006C Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)
Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.

20ZK Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006)
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.

74916 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNNC - MMA

00J4 Apoio Financeiro Reembolsável mediante Financiamento e outros Instrumentos Financeiros para Projetos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;
Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009;
Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018; e
Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024.

74917 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - MDR

0353 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007)
Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018; MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 10.053, de 09 de outubro de 2019; Resolução CONDEL/SUDAM nº 128, de 12 de dezembro de 2024; DECRETO Nº 12.504, DE 12 DE JUNHO DE 2025.

74918 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR

0355 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007)
Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018; Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022; Decreto nº 11.962, 22 de março de 2024; Decreto nº 12.129, de 2 de agosto de 2024; e DECRETO Nº 12.504, DE 12 DE JUNHO DE 2025.

74919 Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - MDR

0E83 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)
Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022; Portaria Interministerial MDR/ME nº 2, de 22 de junho de 2021; Resolução CONDEL/SUDECO nº 114, de 9 de novembro de 2021; Lei 14.600, de 19 de junho de 2023; Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023; Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024; DECRETO Nº 12.504, DE 12 DE JUNHO DE 2025.

2F03 Apoio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)
Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019, Decreto nº 11.057, de 29 de abril de 2022, Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, Resolução Condel/Sudeco nº 124, de 15 de junho de 2022, Resolução Condel/Sudeco nº 125, de 15 de junho de 2022.

74920 Recursos sob Supervisão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST – M. Comunicações

00TT Financiamento a Projetos de Expansão, Uso e Melhoria da Qualidade das Redes e dos Serviços de Telecomunicações
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; e Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022.

00V1 Ampliação do Acesso ao Crédito para Investimentos em Redes de Telecomunicações (Programa Acesso Crédito Telecom)
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Lei nº 14.109 de 16 de dezembro de 2020; Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018; Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022; Resolução CG-FUST nº 2, de 8 de agosto de 2022; Resolução Coflex nº 4, de 9 de maio de 2023.

74921 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS)/PR

00X6 Financiamentos de Investimentos em Infraestrutura Social (Lei nº 14.947, de 2024)

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

Lei 14.947/2024.

75101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

00Q3 Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS

Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, art. 44 e Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro 2001.

00QE Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União

• Constituição Federal - Arts.13 e 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 7.862 de 30 de outubro de 1989; Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.897, de 27 de junho de 1994; Lei nº 9.138 de 29 de novembro de 1995; Lei nº 9.617, de 2 de abril de 1998; Lei nº 9.866 de 9 de novembro de 1999; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro 2001; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002; Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007; Leis que geraram elou transferiram obrigações financeiras para a União;

• Medida Provisória nº 2.209, de 29 de agosto de 2001; e outras que autorizem a assunção, pela União, de obrigações financeiras;

• Regulamentos: Decreto nº 1.647, de 26 de setembro de 1995; e Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007

0243 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Resoluções do Senado Federal nº 96, de 15 de dezembro de 1989; 57, de 10 de novembro de 1995; 69, de 12 de setembro de 1996; 51, de 10 de junho de 1997; 23, de 29 de junho de 1999.

0272 Refinanciamento pela União de Dívidas Internas Contratuais das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei nº 8.727, de 1993)

Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 e Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

0365 Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, MP nº 2.192, de 24 de agosto de 2001 e Decreto nº 11.301, de 21 de dezembro de 2022.

0425 Serviços da Dívida Pública Federal Externa

Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984.

Resoluções do Senado Federal nº s: 96, de 15 de dezembro de 1989; 57, de 10 de novembro de 1995; 69, de 12 de setembro de 1996; 51, de 10 de junho de 1997 e 23, de 29 de junho de 1999.

0455 Serviços da Dívida Pública Federal Interna

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; MP nº 2.192, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 578 de 24 de junho de 1992 e Decreto nº 11.301, de 21 de dezembro de 2022.

81101 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta

0083 Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)

Lei nº 9.140/95, Lei nº 10.536/02 e Lei nº 10.875/04.

00XN Contribuição Voluntária à Organização Internacional para Migrações (OIM)

Decreto nº 8.101/2013, Decreto nº 8.503/2015, Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Decreto nº 59.308/1966, Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024

2000 Administração da Unidade

CF/1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Decreto nº 9.673/2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 18, §§ 8º e 9º da LDO-2023.

21FZ Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Constituição Federal de 1988. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei nº 8.842, de 1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III). Decreto nº 10.133 de 2019. Decreto nº 10.604 de 2021 (Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa). Decreto nº 10.816/2021.

21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Declaração Universal dos direitos da criança; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança; Lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014; Lei nº 14.548, de 13 de abril de 2023; Lei 12.594 de 2012; e Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

21G1 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Constituição Federal de 1988. Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006. Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018. Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018. Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021. Decreto nº 10.654, de 22 de março de 2021. Decreto nº 11.063, de 4 de maio de 2022. Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023. Decreto nº 11.792, de 23 de novembro de 2023. Decreto nº 11.794, de 23 de novembro de 2023. Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Lei nº 11.126, de 27 de julho de 2005. Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Lei nº 14.287, de 22 de março de 2021. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023. Portaria interministerial nº 1, de 12 de janeiro de 2017. Portaria de Consolidação nº 2 e 6, de 28 de setembro de 2017.

21G2 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Constituição Federal de 1988; Portaria GM/MS nº 2836/2011 (Política Nacional de Saúde Integral LGBT); Decreto Presidencial nº 8.727/2016; Portaria MDH nº 202/2018 (Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTQfóbica); Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275/2018; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/Distrito Federal (ADO nº 26/DF) e do Mandato de Injunção nº 4.733/Distrito Federal (MI nº 4.733/DF), em 13 de junho de 2019, que equiparou os atos de LGBTQIA+ fobia ao conceito jurídico de racismo, previsto na Lei nº 7.716/1989; Acórdãos nº 553 e 554/2023, do Tribunal de Contas da União (TCU); Portaria MDHC nº 756, de 5 de dezembro de 2023 (Institui a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+); Portaria MDHC nº 88, de 27 de fevereiro de 2024 (Institui a Estratégia Nacional de Trabalho Digno, Educação e Geração de Renda para Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras (LGBTQIA+) em situação de vulnerabilidade social).

21G3 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua e das Catadoras de Materiais Recicláveis

Constituição Federal de 1988. Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua). Decreto nº 11.472, de 6 de abril de 2023. Portaria nº 2.927, de 26 de agosto de 2021. Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto, de 2015, do Conselho de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas. Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023. Resolução CNJ nº 425/2021.

21G4 Apoio ao Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014.

21G5 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações

Constituição Federal de 1988. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Lei nº 12.662, de 05 de junho de 2012. Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013. Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019. Decreto nº 9.887, de 27 de junho de 2019.Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019. Decreto nº 9.929, de 22 de julho de 2019. Decreto nº 10.815, de 27 de setembro de 2021. Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023. Decreto nº 11.867, de 27 de dezembro de 2023.Portaria nº 177 de 22 de março de 2023. Portaria nº 938, de 20 de maio de 2002. Portaria Ministério da Saúde nº 248, de 2 de fevereiro de 2018.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.

81901 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA

21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Declaração Universal dos direitos da criança; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos da Criança; Lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016; Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014; Lei nº 14.548, de 13 de abril de 2023; Lei 12.594 de 2012; e Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

81902 Fundo Nacional do Idoso - FNI

21FZ Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Constituição Federal de 1988. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Lei nº 8.842, de 1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III). Decreto nº 10.133 de 2019. Decreto 10.604 de 2021 (Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa). Decreto nº 10.816/2021.

83201 Banco Central do Brasil - BACEN

00PW Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, art. 12.

00UU Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica

Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2000 Administração da Unidade

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 - define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023.

20ZA Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 que define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Portaria BCB 111.606, de 30 de setembro de 2021 - estabelece procedimentos a serem observados na gestão de projetos, programas e portfólio corporativos do Banco Central do Brasil.

Resolução BCB 143, de 23 de setembro de 2021 - divulga o Regulamento de Gestão de Projetos, Programas e Portfólio Corporativos do Banco Central do Brasil (RGP-BC).

Resolução BCB 71, de 11 de fevereiro de 2021 - constitui o Comitê de Gestão Estratégica do Banco Central do Brasil.

Acórdão TCU nº 1.448/2012 - determinação para execução dos programas do Bacen via OGU.

Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020 - Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020 - Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente.

Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, arts. 60-A a 60-E; e

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, arts. 12, 18 e 109

21AY Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências;

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 - Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências;

Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020 - Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;

Resolução BCB nº 427, de 16 de outubro de 2024 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

21B1 Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 - Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências;

Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021 - define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022;

Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 - Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 - Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências;

Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 - Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento;

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 - Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências;

Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 - Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências;

Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987 - Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências;

Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências;

Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001 - Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e dá outras providências;

Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários;

Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 - Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008 - Dispõe sobre o Sistema de Consórcio;

Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 - Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e nº 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nºs 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências;

Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017 - Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários;

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019);

Lei nº 13.775, de 20 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.

Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil;

84101 Ministério dos Povos Indígenas - Administração Direta

2000 Administração da Unidade

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes;

Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 - ajuda de custo com deslocamento de domicílio; e

Decreto nº 11.355 de 1º de janeiro de 2023 - aprova a estrutura do Ministério dos Povos Indígenas.

20UF Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas

Constituição Federal de 1988

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT;

Lei nº 6.001/1973 - Estatuto do Índio;

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,;

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental;

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007 - plano de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação;

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima;

Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária;

Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - proteção da vegetação nativa;

Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica;

Lei nº 14.119/2021 - Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais;

Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023 - Regulamento o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973;

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);

Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO (2001);

Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009: Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências;

Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022: Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio - Funai e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981 - limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;

Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 - procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;

Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996 - Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional;

Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Convenção sobre Diversidade Biológica;

Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;

Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional da Biodiversidade;

Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura;

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas -PNGATI;

Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;

Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016 - dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade;

Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;

Decreto nº 11.509, de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 60-A a 60-E

21B0 Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais dos Povos Indígenas

Constituição Federal de 1988: Arts. 4, 5, 6, 20, inciso XI, Art. 23, Incisos II, IV e V; Art. 203, 204, inciso II; Art. 210, § 2º; Art. 215, § 1º, § 2º, § 3º, alíneas I, II, III, IV e V; Art. 216, Incisos I, II, III, IV e V; Arts. 225, 227, 231 e 232;

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra;

Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - Estatuto dos Povos Indígenas;

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente;

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Lei nº 7.716/89 (Lei do Racismo) de 5 janeiro de 1989;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 26-A, § 1º e § 2º – Diretrizes e bases da educação nacional;

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 - Ensino obrigatório de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas;

Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC;

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010: Institui o Estatuto da Igualdade Racial, que define os direitos e deveres para garantir a igualdade racial no Brasil;

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;

Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 – Proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético;

Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020, que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19, e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública;

Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, Art. 42. Constituem áreas de competência do Ministério dos Povos Indígenas;

Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952 - Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio;

Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica);

Decreto nº 1905, de 16 de maio de 1996 - Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional;

Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica;

Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;

Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas;

Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;

Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAp;

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 – Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;

Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 - institui os Territórios Etnoeducacionais;

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 - Inventário Nacional da Diversidade Linguística;

Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 - Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN;

Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI;

Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 - Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;

Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 - Convenções e recomendações da OIT;

Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022 - Amplia a vigência dos Programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia.

Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023 - Medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami;

Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos;

Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista.

21FL Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas

Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023 - Estrutura do Ministério dos Povos Indígenas

21HW Proteção aos Povos e Terras Indígenas – ADPFs 709, 743, 760 e 991

Constituição Federal de 1988;

Lei 6001/73 - Estatuto do Índio;

Decreto 7747/12 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas,;

Decreto 1775/96 - Procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - Povos Indígenas e Tribais;

Decreto n.º 11.702, de 12 de setembro de 2023 - Institui o Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas;

ADPFs 709/2020, 991/2023, 743/2020 e 760/2020. "

21IL Aldeia Produtiva

Art. 231 da Constituição Federal de 1988; Convenção nº 169 da OIT (Decreto nº 5.051/2004); Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023 (estrutura regimental do MPI).

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Constituição Federal, art. 37 - Princípios da Administração Pública;

Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 - Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO - 2026, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base Legal

84201 Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI

155L Construção de Unidades Administrativas da Fundação Nacional dos Povos Indígenas Decreto nº 11.226, de 07 de outubro de 2022 - estatuto FUNAI; Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - vinculação das entidades da administração pública federal indireta
2000 Administração da Unidade Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022 - estatuto FUNAI; Decreto nº 11.401, de 23 de janeiro de 2023 - vinculação das entidades da administração pública federal indireta.
20UF Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas Constituição Federal de 1988 Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Lei nº 5.371/1967 - Fundação Nacional do Índio; Lei nº 6.001/1973 - Estatuto do Índio; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007 - planoio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima; Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária; Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - proteção da vegetação nativa; Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica; Lei nº 14.119/2021 – Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023 - Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973; Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO (2001); Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009: Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências; Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022: Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio - Funai e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança; Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981 - limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 - procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas; Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996 - Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional; Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Convenção sobre Diversidade Biológica; Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional da Biodiversidade; Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas; Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais; Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas; Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas -PNGATI; Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016 - dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa; Decreto nº 11.509, de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 60-A a 60-E

21B0 Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais dos Povos Indígenas Constituição Federal de 1988: Arts. 4, 5, 6, 20, inciso XI, Art. 23, Incisos II, IV e V; Art. 24, Inciso VII; Arts. 203, 204, inciso II; Art. 210, § 2º; Art. 215, § 1º, § 2º, § 3º, alíneas I, II, III, IV e V; Art. 216, Incisos I, II, III, IV e V; Arts. 225, 227, 231 e 232; Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra; Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 - Autoriza a instituição da Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - Estatuto dos Povos Indígenas; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983 - Assegura validade nacional as Carteiras de Identidade; Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; Lei nº 8.150, de 8 de janeiro de 1991 – Política nacional de arquivos públicos; Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 26-A, § 1º e § 2º – Diretrizes e bases da educação nacional; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999 - Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004 - Institui a renda básica de cidadania; Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 - Ensino obrigatório de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas; Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto de Museus; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC;

Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER; Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 – Plano Nacional de Cultura; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012 - Torna gratuita a emissão de carteira de identidade; Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 – Proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético; Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância; Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952 - Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio; Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985 – Regulamenta a profissão de Museólogo; Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica); Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996 - Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional; Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica; Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998 - Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade; Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002 - Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas; Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 - Dispõe sobre cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados; Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial; Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 - Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNPAP; Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 – Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 - institui os Territórios Etnoeducacionais; Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN; Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 - Inventário Nacional da Diversidade Linguística; Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 - Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica; Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 - Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN; Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI; Decreto nº 8.124, de 18 de outubro de 2013 - Regulamenta a Lei nº 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus; Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017 - Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa; Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 - Convenções e recomendações da OIT; Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022 - Amplia a vigência dos Programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia. Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos da Fundação Nacional do Índio - Funai; Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023 - Medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami; Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023 - Institui o Conselho Nacional de Política Indigenista;
21HW Proteção aos Povos e Terras Indígenas – ADPFs 709, 743, 760 e 991 Constituição Federal de 1988; Lei 6001/73 - Estatuto do Índio; Lei 7747/12 - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;; Decreto 1775/96 - Procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas; Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - Povos Indígenas e Tribais; Decreto n.º 11.702, de 12 de setembro de 2023 - Institui o Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas; ADPFs 709/2020, 991/2023, 743/2020 e 760/2020.